

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

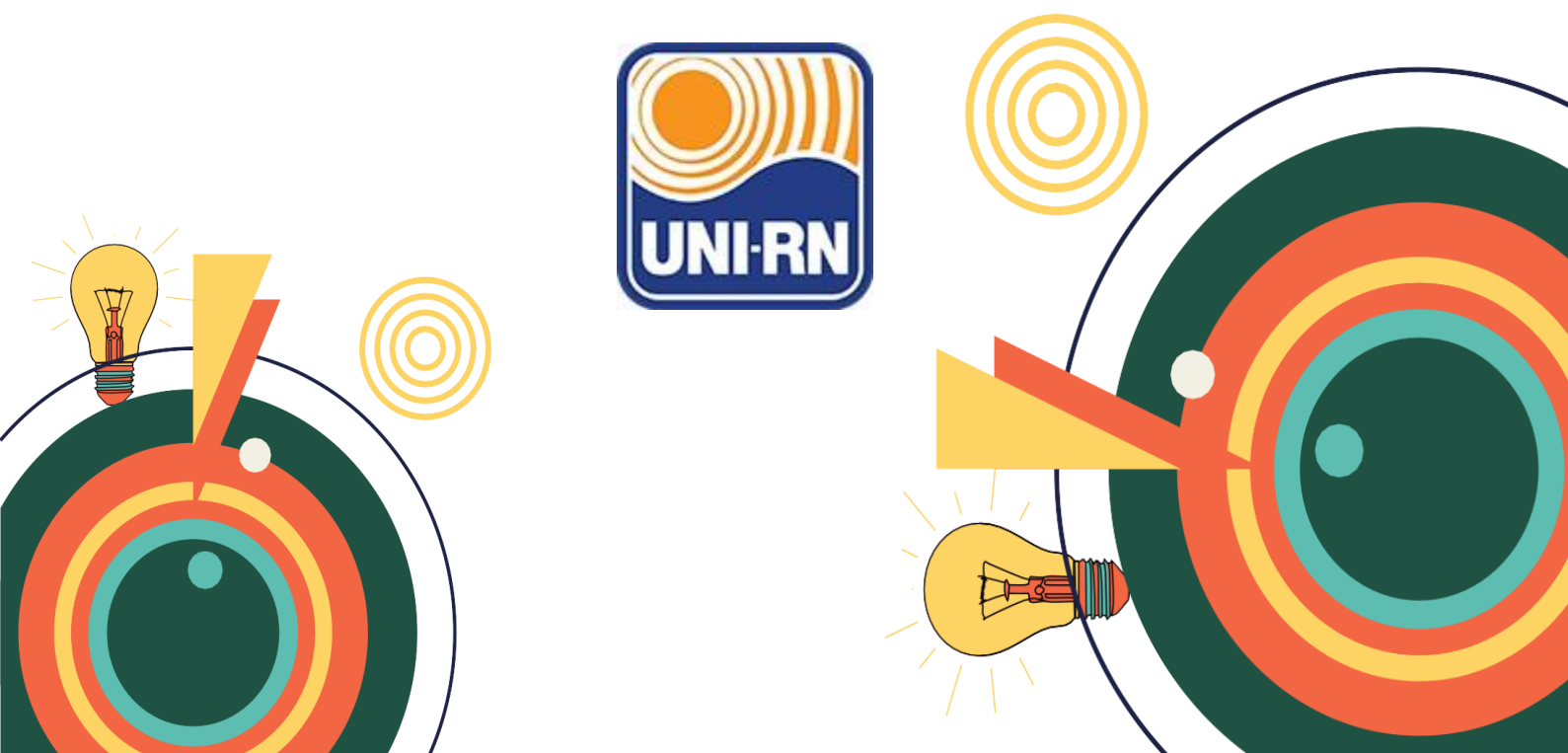
# XVIII ANAIS CONIC

XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## “SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO”

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

25 a 27 de outubro de 2018



ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

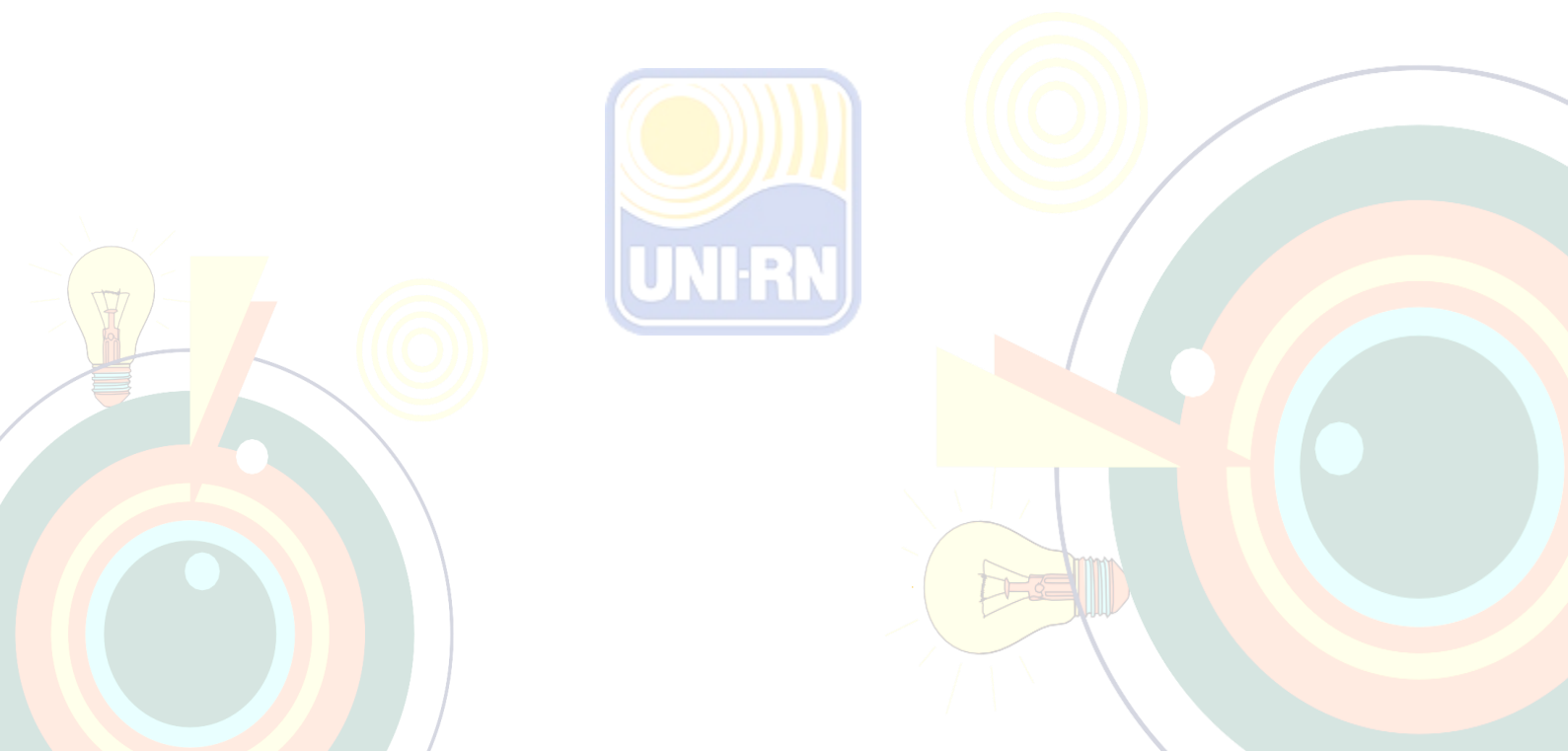
# XVIII ANAIS CÔNIC

XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## “SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO”

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

25 a 27 de outubro de 2018



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:  
SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO.**

**NATAL/RN  
2018**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN**

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

**Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos**

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (18: 2018: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: Sustentabilidade, inovação e empreendedorismo, Natal (RN), 25 a 27 de outubro de 2018. – Natal: UNI-RN, 2018.

2 v. ( I, 466 f.; II, 586 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos.  
I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA**

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito  
Chanceler do UNI-RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN**  
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor - Prof<sup>o</sup>. Daladier Pessoa Cunha Lima  
Vice-Reitora - Prof<sup>a</sup>. Angela Maria Guerra Fonseca  
Assessoria do Reitor - Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Assessoria de Comunicação - Zilene dos Santos Costa  
Marketing - José Marcelo da Silva Rodrigues  
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas  
Prefeitura do Campus - Josefa Arioene Medeiros  
Biblioteca - Helena Maria da Silva Barroso

**ÁREA ACADÊMICA**

Pró-Reitoria Acadêmica - Prof<sup>a</sup>. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Controle Acadêmico - Patrícia Falcone Pessoa  
Coordenação Estágios e Convênios - Prof. Alcir Veras da Silva  
Coordenação dos Cursos de Adm. e Gestão Comercial -  
Prof<sup>a</sup>. Ana Jarvis de Melo Campos  
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Prof<sup>a</sup>. Camila Furukava  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - Prof. Domingos Carvalho de Souza  
Coordenação do Curso de Direito - Prof<sup>a</sup>. Úrsula Bezerra e Silva Lira  
Coordenação do Curso de Engenharia Civil - Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira  
Coordenação do Curso de Serviço Social - Prof<sup>a</sup>. Izete Soares da Silva D. Pereira  
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores  
Prof. Alexandre Luiz Galvão Damasceno  
Coordenação do Curso de Educação Física - Prof<sup>a</sup>. Sônia Cristina Ferreira Maia  
Coordenação do Curso de Enfermagem - Prof<sup>a</sup>. Rejane Millions Viana Meneses  
Coordenação do Curso de Fisioterapia - Prof. Robson Alves da Silva  
Coordenação do Curso de Nutrição - Prof<sup>a</sup>. Carina Leite de Araújo Oliveira  
Coordenação do Curso de Psicologia - Prof<sup>a</sup>. Adriana Coura Feitosa Lopes  
Comissão Própria de Avaliação - Prof. Werner Farkatt Tabosa  
Educação e Gestão Ambiental: UNI-RN Sustentável - Mariana M. de Araújo Nunes  
Estudos Transdisciplinares - Prof<sup>a</sup>. Wannise de Santana Lima  
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação - Prof. Aluisio Alberto Dantas  
Núcleo de Extensão Universitária - Prof<sup>a</sup> Ana Maria da Silva Souza  
Programa de Monitoria - Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

**ÁREA ADMINISTRATIVA**

Assessor Contábil Financeiro - Prof. Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Setor de Informática - Francisco das Chagas da Silva  
Setor de Recursos Humanos - Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Setor de Contabilidade - Cláudio Cesar Formiga Barbosa  
Setor de Compras, Material e Patrimônio - Dickson Pessoa de Lima  
Setor de Serviços Gráficos - Wantoilton Albuquerque

## COMISSÃO CIÊNCIA DO XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Alúcio Alberto Dantas - Coordenação Geral  
Eduardo Henrique Cunha de Farias - Coordenação Científica  
Cristiane Clébia Barbosa - Assessoria

## COMITÊ DO XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes  
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas  
Alcir Veras da Silva  
Alessandra Silva de Oliveira Martins  
Alexandre Luiz Galvão Damasceno  
Alúcio Alberto Dantas  
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Ana Jarvis de Melo Campos  
Ana Maria da Silva Souza  
Angela Maria Guerra Fonseca  
Bruna Gecyelle de Lima Silva  
Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes  
Camila Furukava  
Carina Leite de Araújo Oliveira  
Catarina da Silva Souza  
Cláudio Cesar Formiga Barbosa  
Dickson Pessoa de Lima  
Domingos Carvalho de Souza  
Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Fábio Sérgio da Costa Perreira  
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Fernando Roberto Brandão da Silva  
Francisco das Chagas da Silva  
Helena Maria da Silva Barroso  
Izete Soares da Silva Dantas Pereira  
José Marcelo da Silva Rodrigues  
Josefa Arioene Medeiros Dantas  
Larissa Inês da Costa  
Mariana Medeiros de Araujo Nunes  
Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Patrícia Falcone Pessoa  
Paulo Costim  
Robson Alves da Silva  
Romeica Cunha Lima Rosado Batista  
Rosana Karla Pereira Caldas  
Úrsula Bezerra e Silva Lira  
Vânia de Vasconcelos Gico  
Wannise de Santana Lima  
Wantoilton Albuquerque  
Werner Farkatt Tabosa  
Zilene dos Santos Costa

## **APRESENTAÇÃO**

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2018 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 18º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Os dois parágrafos acima representam a Apresentação do Reitor para os Anais do 17º Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN. Agora, para os Anais do 18º Congresso, mantenho a mesma redação, somente adicionando a referência ao maior entusiasmo de toda a comunidade acadêmica a cada ano comprovado.

Natal, outubro de 2018.

Daladier Pessoa Cunha Lima  
Reitor do UNI-RN

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Adriano Macêdo dos Santos Ana Jávis de Melo Campos Catarina da Silva Souza Everlane Ferreira Moura</i>	<i>Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti Marcelo Santos Arcanjo Marcio Carvalho de Brito Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>
ARQUITETURA E URBANISMO	<i>Adriana Silva André Felipe Moura Alves Camila Furukava Giovani Hudson Silva Pacheco Haroldo Maranhão Huda Andrade Leaivlam Rodrigues</i>	<i>Mariana Freitas Miss Lene Pereira da Silva Sandra Albino Ribeiro Suerda Campos Werner Farkatt Wesley Feu dos Santos Yuri Simonini</i>
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	<i>Augusto Cesar Rebouças de Brito Augusto César Silva Gonçalves Egon José Mateus Celestino Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo</i>	<i>Joana Darc de Medeiros Roberto José Vieira de Sousa Lima Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>
DIREITO	<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes Adriana Silva Ana Cláudia da Costa Aguiar Anderson Leonardo de Oliveira Brito Andréa Andrade Augusto Bezerra Camilo Santos Edinaldo Benicio de Sa Junior Emmanueli Gondin Everton da Silva Rocha Felipe Douglas da Silva Felipe Maciel George Neves Henrique Batista de Araujo Neto João Batista Machado Barbosa João Emmanuel José Bezerra José Dantas Júnior José Eduardo de Almeida Moura</i>	<i>Karen Vasconcelos dos Santos Lima Leonardo Medeiros Junior Lidiane Aleixo Luiz Felipe Pinheiro Neto Luiz Marinho Marcelo de Barros Dantas Marcelo Henrique de Sousa Torres Marcelo Lauar Maria Fraga Marília Lyra Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos Olavo Fernandes Maia Neto Petruclia Santos Rasland Costa de Luna Freire Rayana Rodrigues Rebeca Alves Rocco José Rosangela Maria R. M. Mitchell de Moraes SheylaFarias Walber Cunha Lima</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Aldo F. T. Filho Anderson A. Ferreira Carlos Gomes de Moura Fábio S. C. Pereira Leonardo Hoppe Mariana Freitas Raymison R. Cardoso</i>	<i>Sandra Albino Sebastião G. A Neto Steferson A. Aderaldo Tomás B. Vasconcelos Úrsula T. P. Medeiros Werner Farkatt</i>
SERVIÇO SOCIAL	<i>Alessandra Martins Anna Walesca Deyse Silvana dos Santos Sena</i>	<i>Izete Soares da Silva Dantas Pereira Marco Jordão Suzana da Cunha Joffer</i>
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno Cristiane Clébia Gilles Velleneuve Joseane Alves</i>	<i>Patrick Reinecke Romulo Fagundes Soraya Christiane Ytalo Rosendo</i>



## Sumário

---

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO LIVRO “OS GRANDES INVESTIDORES”: UM ESTUDO SOBRE PETER LYNCH.	37
ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA, ECONÔMICA E CONTÁBIL ENTRE OS ANOS 2016 E 2017: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GRUPO GUARARAPES CONFECÇÕES S/A	38
ANÁLISE DE RISCO EM INVESTIMENTO NO PROJETO PET GPS	39
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA EMPRESA DESENVOLVIDA A PARTIR DE UM PLANO DE NEGÓCIO-CAPTAR	40
ANÁLISE ORGANIZACIONAL SOB PERSPECTIVA DA GESTÃO GLOBAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EMPRESA EMPÓRIO NUTRI CARE.	41
CASA DO MENOR TRABALHADOR: DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	42
DIAGNÓSTICO DA EMPRESA DE JÓIAS FOLHEADAS ROMMANEL	43
DIAGNOSTICO ORGANIZACIONAL	44
DIAGNOSTICO ORGANIZACIONAL DO HOME CARE VIVER MAIS	45
DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL GLOBAL	46
DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL NO CENTRO EDUCACIONAL SANTA CATARINA	47
DIAGNOSTICO TURISMO DE EVENTOS	48
DIREITOS HUMANOS NAS ORGANIZAÇÕES: COMO O UNI-RN SE ADEQUA AOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ONU	49
ECO PATAS	50
FERRAMENTAS DE CONTROLE DE GESTÃO DE ESTOQUE COMO PROPOSTA PARA UMA EMPRESA DESENVOLVIDA A PARTIR DE UM PLANO DE NEGÓCIO – CAPTAR	51

## Sumário

---

GEORGE SOROS: ESPECULADOR, FILANTROPICO E FILOSOFO.	52
GESTÃO DA QUALIDADE PRODUTIVA EM UMA UNIDADE DE EMPREENDIMENTO A PARTIR DE UM PLANO DE NEGÓCIO – CÔCO NATURE	53
LIFE PLUS: PRATICIDADE PARA VIDA A VIDA FITNESS	54
LOGÍSTICA REVERSA APLICADA AO MARKETING SUSTENTÁVEL	55
PLANO DE LOGÍSTICA E PLANO DE MARKETING INTERDISCIPLINAR - BROWNIES MARCA DOMINNIC	56
PLANO DE MARKETING E LOGÍSTICO: FAZENDAS VERTICAIS	57
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA CLÍNICA DE UROLOGIA DE NATAL	58
RECONHECIMENTO DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DA EMPRESA GRUPO MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ	59
RECONHECIMENTO DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DA EMPRESA GRUPO MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ	60
RECONHECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DO SUPERMERCADO SUPERSHOW SERIDÓ	61
SMARTBAG: TECNOLOGIA A FAVOR DO BEM ESTAR	62
SUSTENTABILIDADE: O TRABALHO REALIZADO PELA BRASECO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN.	63
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA TOTVS S/A	64
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINÁNCIEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S/A	65
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINCANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA J. MACÊDO S/A.	66

## Sumário

---

UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA KLABIN S/A	67
UMA ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÔMICA E PATRIMONIAL NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA ALPARGATAS S/A	68
UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA, ECONÔMICA E PATRIMONIAL NOS ANOS DE 2016 E 2017: ESTUDO DE CASO NA M DIAS BRANCO S/A	69
UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA AMBEV S/A	70
UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO SOBRE A TIM PARTICIPAÇÕES S.A. NA SÉRIE HISTÓRICA DE 2014 – 2017	71
LUGAR DE VIVÊNCIA: UMA ANÁLISE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA SOBRE O BAIRRO DO ALECRIM, NATAL/RN	73
APRENDIZADO E SATISFAÇÃO DO UNIVERSITÁRIO INGRESSANTE APÓS A DATA DO INÍCIO LETIVO	74
FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS NOS SHOPPINGS DE NATAL	75
HORTA SUSTENTÁVEL E URBANA	76
HORTAS URBANAS	77
HORTAS URBANAS SUSTENTÁVEIS	78
PROJETO: HORTAS URBANAS VERTICAIS	79
A POLÍTICA DE NÃO CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA E OS EFEITOS PARA OS CONTRIBUINTES PESSOA FÍSICA	81
A PROGRESSIVIDADE DOS IMPOSTOS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	82
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	83

## Sumário

---

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.	84
ANÁLISE DE ALÍQUOTA RELACIONADA AO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	85
ANÁLISE DE CUSTO - VOLUME - LUCRO: ESTUDO DE CASO NA "CANTINHO DO FRANGO"	86
ANALISE DE CUSTO DA VENDA INFORMAL DE COCADAS CASEIRAS	87
ANALISE DE CUSTOS SOBRE MATERIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL.	88
ANÁLISE FINANCEIRA DOS CLUBES DE FUTEBOL CLUBE DE REGATAS FLAMENGO E PALMEIRAS FUTEBOL CLUBE NOS ANOS DE 2016 E 2017.	89
ARBITRAGEM – ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE	90
COMPORTAMENTO DO INVESTIDOR A LUZ DAS FINANÇAS MODERNAS E COMPORTAMENTAIS	91
DIREITO TRIBUTÁRIO PARA EMPREENDEDORES	92
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO SOBRE UMA PERSPECTIVA TRIBUTÁRIA	93
ESTUDO DE CASO : RELAÇÃO ENTRE ÍNDICES E IMPOSTOS	94
ESTUDO DE CASO DA REVEST COUROS NATAL	95
ESTUDO SOBRE ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	96
FINANÇAS PESSOAIS: DESENVOLVENDO UM PLANO ORÇAMENTÁRIO À LUZ DA TEORIA CONTÁBIL	97
FINANÇAS PESSOAIS: PLANEJAMENTO E CONTROLE NO ORÇAMENTO DE ESTUDANTES E GRADUADOS EM CONTABILIDADE	98

## Sumário

---

IMPACTO DE PERFORMANCE NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NA OPERAÇÃO CARNE FRACA	99
INDÍCIOS E A PERÍCIA JUDICIAL	100
IPVA- IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	101
O BALANCED SCORECARD NA GESTÃO ESTRATÉGICA DA EMPRESA GELADINHO SHAVUA TOV	102
OBRIGAÇÕES FISCAIS DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS – ESTUDO DE CASO DO CENTRO ISRAELITA DO RIO GRANDE DO NORTE (CIRN)	103
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTEs EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PREPARAÇÃO PROFISSIONAL PARA INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO NO ÂMBITO DE NATAL	104
PERÍCIA CONTÁBIL NA APURAÇÃO DE FRAUDES E ERROS NAS ORGANIZAÇÕES	105
PERÍCIA JUDICIAL VERSUS ARBITRAGEM	106
PRESENÇA DO GÊNERO FEMININO ENTRE DISCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO UNI-RN NO PERÍODO DE 2014 A 2018	107
PROCEDER ANÁLISE DE CUSTOS DE UM NEGÓCIO AUTÔNOMO DE PRODUÇÃO E VENDA DE TRUFAS	108
PROCESSO DE ADMISSÃO NAS EMPRESAS PRIVADAS – DEPARTAMENTO DE PESSOAL	109
QUESITOS IMPERTINENTES NA PERÍCIA CONTÁBIL	110
SETOR PÚBLICO À LUZ DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	111
UMA ANÁLISE SOBRE O MERCADO DA MODA EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DE UMA EMPRESA	112
MODA SUSTENTÁVEL: OS DESAFIOS DO FASHION LAW FRENTE À SUSTENTABILIDADE SOB UMA ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, AMBIENTAIS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	114

## Sumário

---

DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	115
A SITUAÇÃO DO IDOSO NO BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DOS ASPETOS JURÍDICOS EM CASO DO ABANDONO AFETIVO	116
AUTOCOMPOSIÇÃO CARTORIAL: A OBRIGATORIEDADE EXTRAJUDICIAL	117
RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL FUNDAMENTAL: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	118
30 ANOS DA CF/88: DA PROMULGAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL AO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL, SOB A PERSPECTIVA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	119
A AÇÃO POPULAR ENQUANTO MEIO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	120
A ANÁLISE CONCEITUAL E PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL CONTIDOS NO ART. 225 DA CRFB/88	121
A ANALOGIA NO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	122
A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECIFICA NO AMPARO DE VIOLÊNCIAS LGBT NAS ESCOLAS	123
A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO HUMANIZADA DO DIREITO PENAL À LUZ DA CRIMINOLOGIA E DO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	124
A COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA AUTORIZAÇÃO DE PODAS DE ÁRVORE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	125
A CRIMINALIZAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO DE EXPRESSÃO REPRESENTADO NAS REDES SOCIAIS – MATERIALIZAÇÃO DO TOTALITARISMO.	126
A DA LEI DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUA APLICAÇÃO AOS LOTEAMENTOS	127
A DESIGUALDADE SOCIAL COMO FATOR CONDICIONANTE DO ENCARCERAMENTO DO INDIVÍDUO NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	128
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA FRENTE À OBRA O MERCADOR DE VENEZA: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DO DIREITO CIVIL, CONSTITUCIONAL E FILOSOFIA	129

## Sumário

---

A EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR FRENTE AO DANO AMBIENTAL	130
A EPISTEMOLOGIA DIALÓGICA DA COMPLEXIDADE APLICÁVEL AO DIREITO COMO MÉTODO DE CONSTRUÇÃO PARA DECISÕES JUDICIAIS: REFLEXÕES ACERCA DAS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL NO SÉCULO XXI	131
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NA PUBLICIDADE BRASILEIRA.	132
A EVOLUÇÃO SOCIAL DA PROSTITUIÇÃO FRENTE À ERA DIGITAL.	133
A FASE POSTULATÓRIA NO PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA PETIÇÃO INICIAL PARA O SUCESSO DAS PRETENSÕES AUTORAIS.	134
A FÚRIA PUNITIVA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E O PROBLEMA DA NÃO RESSOCIALIZAÇÃO: DESVALORIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA	135
A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO COMO FERRAMENTA DE COMPLIANCE E ANÁLISE DO ART 620 DA CLT	136
A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO DO CONCEITO DE DOMICÍLIO AO AMBIENTE DE TRABALHO: INSTRUMENTO DE GARANTIA DO ACESSO AO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE	137
A IMPORTÂNCIA DO APOIO JURÍDICO EMPRESARIAL PARA O SUCESSO DAS STARTUPS	138
A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS	139
A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA PERANTE O DIREITO PENAL BRASILEIRO	140
A INCIDÊNCIA DO IPTU SOBRE A PROPRIEDADE URBANA QUANDO DA OCORRÊNCIA DE INVASÃO	141
A INCONGRUÊNCIA ENTRE A LEI 12.010/2009 E A DURAÇÃO DO PROCESSO DE ADOÇÃO	142
A INCONSTITUCIONALIDADE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”:	143
VIOLAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS SOB A ÓTICA DE HANNA ARENDT E PAULO FREIRE	
A INDÚSTRIA DA DELAÇÃO/COLABORAÇÃO PREMIADA E AS DISTORÇÕES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA EM ANOS QUE ANTECEDEM PERÍODO ELEITORAL	144

## Sumário

---

A INEFICÁCIA DA PENALIDADE PARA COM AQUELES QUE COMETEM MAUS TRATOS A ANIMAIS	145
A INEFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS COMO ORGANISMOS GARANTIDORES DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO NA SÍRIA À LUZ DO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 16.	146
A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO CRUEL E MASCULINO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	147
A LEGALIZAÇÃO DOS E-SPORTS E O CRESCIMENTO DOS MESMOS: UMA ANÁLISE DO RETROCESSO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO ESPORTE ELETRÔNICO	148
A LEI MARIA DA PENHA EM FACE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS	149
A MEDIAÇÃO COMO MEIO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: INSTRUMENTO DE VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE.	150
A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DO PROCESSO DE DESJUDICIALIZAÇÃO	151
A MEI COMO FATOR DE REDUÇÃO DA INFORMALIDADE E SEUS REFLEXOS PREVIDENCIÁRIOS	152
A MULHER E O CÁRCERE: UMA CRÍTICA AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.	153
A NATUREZA JURÍDICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO EM FACE À DIGNIDADE HUMANA.	154
A ORDEM PÚBLICA NA INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E O COMBATE AO ESTADO PARALELO: REFLEXÕES SOBRE O RISCO DE INEFETIVIDADE DA MEDIDA EM FACE DA INOBSERVÂNCIA À PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO MÍNIMO EXISTENCIAL	155
A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE X DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	156
A PERSONALIDADE JURÍDICA E O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO.	157
A PONDERAÇÃO DE VALORES FACE OS CONFLITOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	158
A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DIANTE DO COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	159



## Sumário

---

A POSSIBILIDADE DO DIREITO À CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA PARA A AERONAUTA GESTANTE	160
A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO DIREITO À ALIMENTOS EM DIVÓRCIO HOMOAFETIVO	161
A PRESERVAÇÃO A INTEGRIDADE DA PESSOA FÍSICA NO SÉCULO XXI	162
A PRIVACIDADE E SUA VIOLAÇÃO: ASPECTOS JURÍDICO SOCIAIS	163
A PROBLEMÁTICA DA GUARDA COMPARTILHADA E A CONVIVÊNCIA COMPARTILHADA: UMA ANÁLISE DO DIREITO DE FAMÍLIA	164
A PROBLEMÁTICA DO ABORTO: SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO	165
A PROTEÇÃO DOS FILHOS DE PAIS SEPARADOS E A CONVIVÊNCIA FAMILIAR SEM A INTERFERÊNCIA DA ALIENAÇÃO PARENTAL	166
A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	167
A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANALISE CRÍTICA À LUZ DO DIREITO PENAL DO INIMIGO	168
A REFORMA PREVIDENCIÁRIA: UM ESTUDO SOBRE O ESTABELECIMENTO DA IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA.	169
A REFORMA TRABALHISTA E O DIREITO DA GESTANTE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ART. 394-A DA CLT.	170
A REFORMA TRABALHISTA: OS SEUS IMPACTOS SOBRE OS ÍNDICES DE DESEMPREGO	171
A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E SEUS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	172
A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE: ATIVISMO JUDICIAL OU INTERPRETAÇÃO?	173
A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL: ANÁLISE ACERCA DA EFICIÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DO POLUIDOR-PAGADOR E PROTETOR-RECEBEDOR PARA O ESTÍMULO DO CUMPRIMENTO DOS DEVERES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS.	174

## Sumário

---

A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NO CASO DE DANO AO MEIO AMBIENTE	175
A RESPONSABILIDADE JURÍDICA EM CASOS DE ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	176
A REVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS ATRAVÉS DOS SMART CONTRACTS: DA POSSIBILIDADE AOS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS.	177
A SÚMULA 443 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA ESTABILIDADE “SUI GENERIS” E OS SEUS EFEITOS ARBITRÁRIOS NA RESCISÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	178
A TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	179
ABUSO DE PODER POLÍTICO E FISCALIZAÇÃO EFETIVO NO PLEITO ELEITORAL	180
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 4275: UMA ANÁLISE SOBRE O RECONHECIMENTO DA ALTERAÇÃO DO PRENOME DOS TRANSGÊNEROS.	181
ALIENAÇÃO PARENTAL APÓS O ADVENTO DA LEI 12.318/2010: AVANÇO OU RETROCESSO?	182
ALIENAÇÃO PARENTAL: COMO PROCEDER FRENTE AS CONSTANTES MUDANÇAS SOCIAIS, SOB A LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO?	183
AMBIENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR – ANÁLISE DOS MÉTODOS SANCIONATÓRIOS E PERSPECTIVAS PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO	184
AMPLIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 45 DA LEI 8213/91: UMA ANÁLISE SOBRE A DECISÃO DO TEMA REPETITIVO Nº 982 NO STJ	185
ANÁLISE A RESPEITO DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 0531/2018 (LEI DO BAIRRO SEGURO)	186
ANÁLISE DA PSICOGRAFIA COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	187
ANÁLISE DE COMO OS TRATADOS INTERNACIONAIS INFLUENCIAM A LEGISLAÇÃO, NO QUE CONCERNE A LIBERDADE REPRODUTIVA DA MULHER E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.	188
ANÁLISE DO EFEITO DA REMOÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO EM FONTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO ESTADUAIS DO RN: IMPLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS, SOCIAIS E ANÁLISE DO RISCO DE CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE NAS CONTAS PÚBLICAS	189

## Sumário

---

ANÁLISE DO FILME LEVIATÃ DE ANDREY ZVYAGINTSEV: ABUSO DE PODER ESTATAL E IMPERMANÊNCIA	190
ANÁLISE DO FURTO DE APARELHOS CELULARES À LUZ DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	191
ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA POR PARTE DAS TRANSNACIONAIS E SOBRE A DESIGUALDADE SISTÊMICA NA REGIÃO	192
ANIMAIS DOMÉSTICOS: ESTABELECENDO O EQUILÍBRIO ENTRE O EXERCÍCIO DO DIREITO INDIVIDUAL E A BUSCA PELA FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO DE VIZINHANÇA.	193
APOSENTADORIA DO RURÍCOLA: IMPACTOS POSITIVOS NA VIDA PESSOAL E NA SOCIEDADE	194
AS BALIZAS IMPOSTAS AO JUDICIÁRIO POS REFORMA TRABALHISTA	195
AS EMPRESAS E A LEI Nº12.305/2010: O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA PELO CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS	196
AS ENERGIAS RENOVÁVEIS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A EFETIVAÇÃO DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	197
AS STARTUP'S E A BUSCA POR UM MODELO SOCIETÁRIO IDEAL	198
ASPECTOS JURÍDICOS – SOCIAIS DO FEMINICÍDIO : UMA ANÁLISE DE SUA PERSISTÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	199
ATIVISMO JUDICIAL E A DESARMONIA ENTRE OS PODERES PÚBLICOS	200
ATIVISMO JUDICIAL NO DIREITO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA CRIAÇÃO DE ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS E SÚMULAS	201
ATIVISMO JUDICIAL NO TST: A APLICABILIDADE DA HERMENÊUTICA JURÍDICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE SÚMULAS E O ARTIGO 8º §2º DA CLT	202
ATIVISMO JUDICIAL: A FUNÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO DE DIREITO	203
ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA UTILIDADE DO FENÔMENO	204

## Sumário

---

BUSCA PELA IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMENS E MULHERES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	205
CAPACIDADE DO DEFICIENTE: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS JURÍDICAS SOBRE A ÓTICA DO DIREITO CIVIL E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	206
CLONAGEM HUMANA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA	207
COBRANÇA DE ICMS SOB A TUST E A TUSD: UMA ANÁLISE SOBRE AS DECISÕES CONTRADITÓRIAS DOS TRIBUNAIS	208
COMO DETERMINADAS EXPRESSÕES CULTURAIS PODEM SE CONSTITUIR COMO EFICIENTES E 'INVISÍVEIS' TRANSMISSORES DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL.	209
CONCORRÊNCIA APARENTE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: CASO TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	210
CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: BREVE ANÁLISE SOBRE A NOVA MODALIDADE CONTRATUAL EMPREGATÍCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	211
CRIMES CIBERNÉTICOS	212
CRISE MIGRATÓRIA: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUA APLICAÇÃO NO CASO DOS VENEZUELANOS NO PAÍS.	213
DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA: UMA ANÁLISE DA HONRA SUBJETIVA	214
DANO TEMPORAL: DA USURPAÇÃO DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR À RESPONSABILIDADE CIVIL POR DESVIO PRODUTIVO	215
DEFESA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS.	216
DEFESAS HETEROTÓPICAS E O EFEITO SUSPENSIVO NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	217
DELITOS ESPECIAIS BRASILEIROS, O CRIME DE RIXA: ANÁLISE DA TEORIA MONISTA E O CONCURSO DE PESSOAS.	218
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA SOLUÇÃO FRENTE AO CENÁRIO DE MANIPULAÇÃO NO USO DA INDIVIDUALIDADE DA PESSOA JURÍDICA	219

## Sumário

---

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: EFEITOS CIVIS E CONSTITUCIONAIS	220
DIÁLOGOS ENTRE O DIREITO PENAL E A PSICOLOGIA	221
DIREITO À ÁGUA E A JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO DA CHAPADA DO APODI	222
DIREITO A INTEGRIDADE PSÍQUICA: UMA ANALISE ÉTICA	223
DIREITO AO ESQUECIMENTO: A BUSCA DA SUA EFETIVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO	224
DIREITO AO ESQUECIMENTO: ASPECTOS RELACIONADOS ENTRE OS DADOS VIRTUAIS E A DIGNIDADE HUMANA	225
DIREITO DA MULHER: ANÁLISE ACERCA DA INSALUBRIDADE NO TRABALHO DA GESTANTE SOB A ÓTICA DA LEI 13.467/17.	226
DIREITO DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL SEM MUDANÇA DE SEXO	227
DIREITO E CIDADANIA OBSCENA: UMA ANALISE A LUZ DOS INÚMEROS PROBLEMAS QUE ENFRENTAMOS NO BRASIL.	228
DIREITO E DESENVOLVIMENTO: OS CONTRATOS DE TI E A INSERÇÃO DA CLÁUSULA ARBITRAL COMO INSTRUMENTO ADEQUADO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.	229
DIREITO PENAL E A PSICOPATIA: QUAL A RESPOSTA PENAL MAIS ADEQUADA?	230
DIREITOS LGBTQ+: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ATUAL	231
DISNEY LOOK: UMA ANÁLISE DA DISCRIMINAÇÃO ESTÉTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	232
DISPENSA DISCRIMINATÓRIA SOB A ÓTICA DA SÚMULA Nº 443 DO TST	233
DIVULGAÇÃO DE FOTOS ÍNTIMAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS TOMADAS PARA SE COMBATER ESSA PRÁTICA NO BRASIL	234

## Sumário

---

DOENÇAS OCUPACIONAIS: A INFEÇÃO QUE ATINGE O SETOR TRABALHISTA	235
E-COMMERCE: EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL FRENTE AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS	236
EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	237
EFICÁCIA DO SISTEMA PRISIONAL DO RN E EFEITOS JURÍDICOS DA TERCEIRIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS DE NOSSO ESTADO	238
EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: EFEITOS JURÍDICOS E DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS	239
EQUIDADE, JUSTIÇA E LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL.	240
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A LUZ DA LEI 13.146/14	241
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIAL NO TOCANTE A SUA EFETIVIDADE NO MUNICÍPIO DO NATAL	242
FEMINICÍDIO - UMA ANÁLISE A REALIDADE DA SOCIEDADE	243
FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE ACERCA DA FORMA COMO OS ÓRGÃOS COMPETENTES ENVOLVIDOS ATUAM NA SOLUÇÃO DOS CASOS	244
FEMINISMO JURÍDICO: UMA FORMULAÇÃO CRÍTICA À TEORIA DO DIREITO	245
FGTS, DIREITO OU LESÃO DO TRABALHADOR?	246
FISCO E LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE NO CENÁRIO NACIONAL BRASILEIRO NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO	247
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O DIREITO A MORADIA SOB A ÉDICE DA (IM) POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO EM BENS PÚBLICOS	248
GUARDA COMPARTILHADA: UMA PRÁTICA DO DIREITO DE FAMÍLIA AGORA ESTENDIDA AOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO.	249

## Sumário

---

HOMÔNIMOS OU FALSIDADE IDEOLÓGICAS X DIREITO DE PERSONALIDADE	250
HORA IN TINERE: QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA NOVA ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO E ÉTICO	251
HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO: A DIVISÃO DO TEMPO DE TELEVISÃO EM DISCORDÂNCIA COM O DIREITO FUNDAMENTAL DE IGUALDADE NA CORRIDA PRESIDENCIAL NAS ELEIÇÕES 2018.	252
IMPACTO SOCIAL DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: TRIBUTAÇÃO DO CAPITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL	253
INSTIGAÇÃO AO SUICÍDIO: UMA ANÁLISE À LUZ DO ART. 122 DO CÓDIGO PENAL, COM ENFOQUE NA INFLUÊNCIA DA ESFERA DIGITAL E A PRÁTICA DO BULLYING ENTRE OS JOVENS.	254
INVALIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DO PREJUÍZO	255
LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CASA GRANDE DO ENGENHO VERDE NASCE	256
LEI COMPLEMENTAR 157/2016 A MUDANÇA DO LOCAL DE RECOLHIMENTO DO ISS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO SURTIU O RESULTADO DESEJADO?	257
LEI DA FICHA LIMPA: CONSEQUÊNCIAS NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO-ELEITORAL	258
LEI MARIA DA PENHA E LEI DO FEMINICÍDIO: ANÁLISE SÓCIO JURIDICA ACERCA DA EFETIVIDADE SOCIAL DE MEDIDAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	259
LIBERDADES INDIVIDUAIS E O PODER DO ESTADO: UMA ANÁLISE DO LINCHAMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	260
LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA GARANTIDA AO NASCITURO CONTRAPOSTA À LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL	261
MARKETING MULTINÍVEL E SISTEMA PONZI: UMA ANÁLISE DAS FRAUDES FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO.	262
MEI E A CAMUFLAGEM DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	263
MOEDA VIRTUAL: UMA ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO E JURISDIÇÃO BRASILEIRA AO USO DO “BITCOIN” SOB O PRISMA DA SEGURANÇA JURÍDICA	264

## Sumário

---

MONOGAMIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA DO PRINCÍPIO FRENTE A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR MODERNA	265
O ADVENTO DO TELETRABALHO À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA	266
O ASSÉDIO SEXUAL NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNERO	267
O ATIVISMO JUDICIAL NA ESFERA DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS	268
O COMPLIANCE COMO FERRAMENTA AO COMBATE À CORRUPÇÃO: A FISCALIZAÇÃO DA ÉTICA ADMINISTRATIVA	269
O COMPLIANCE EMPRESARIAL: MEDIDA DE REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO	270
O CONCEITO JURÍDICO CIVIL DE PESSOA E O INÍCIO DA PERSONALIDADE-DIREITOS DO NASCITURO E ABORTO	271
O CONTRATO DE VESTING COMO FERRAMENTA DE FIDELIZAÇÃO DO COLABORADOR EM STARTUPS E FINTECHS	272
O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E O TRABALHO DA MULHER GESTANTE E LACTANTE EM AMBIENTE INSALUBRE	273
O CRIME CONTRA A VIDA E A ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR	274
O DANO EXTRAPATRIMONIAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA.	275
O DEVER DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO	276
O DIREITO CIVIL BRASILEIRO FRENTE A REALIDADE DOS TRANSEXUAIS	277
O DIREITO DO CONTRIBUINTE À COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA EM CARÁTER LIMINAR: UMA NOVA INTERPRETAÇÃO ACERCA DO ARTIGO 170-A CTN, À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	278
O DIREITO PENAL DO INIMIGO: UMA ALTERNATIVA A VIOLÊNCIA?	279



## Sumário

---

O DISCURSO DO ÓDIO MASCARADO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	280
O ESTADO E AUTOTUTELA PENAL: A RELAÇÃO ENTRE A (IN) SEGURANÇA PÚBLICA E OS LINCHAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN NOS ÚLTIMOS 5 ANOS.	281
O EXCESSO DE CONTRIBUIÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS: UM DESAFIO PARA AS MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS.	282
O IMIGRANTE INDOCUMENTADO COMO TITULAR DE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	283
O INÍCIO DA PESSOA NATURAL – DIREITOS DO NASCITURO E A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO	284
O PAPEL DO ADVOGADO FRENTE À NEGOCIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL	285
O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE E SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: UMA TEMÁTICA CADA VEZ MAIS PRESENTE NO BRASIL	286
O SIMPLES NACIONAL E A ONERAÇÃO DESTA TRIBUTAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE A LUZ DA MACROECONOMIA E DA JUSTA TRIBUTAÇÃO	287
O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM VIRTUDE DA FALÊNCIA DO ESTADO: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE UM "ESTADO PARALELO".	288
O USO DAS REDES SOCIAIS E SEU CARÁTER DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE ENQUANTO PROVA	289
O USO DO ARGUMENTO DO EXPERT: UM ESTUDO DE CASO	290
O VALOR JURÍDICO DO AFETO: FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	291
OMISSÃO ESTATAL FRENTE AS GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS:	292
OMISSÃO ESTATAL FRENTE AS GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS:	293
OMISSÃO ESTATAL FRENTE AS GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS:	294

## Sumário

---

OS DESAFIOS DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS	295
OS DIREITOS CIVIS DO NASCITURO: UMA ANÁLISE JURÍDICO DOGMÁTICA DO LIMITE E ALCANCE DE SEUS DIREITOS	296
OS DIVERSOS TIPOS DE FAMÍLIA NO BRASIL	297
OS IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO TRATAMENTO JURÍDICO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ	298
OS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS COMO FATOR DE DESEQUILÍBRIO CONCORRENCIAL	299
PECULIARIDADES ENTRE O ESTATUTO DO DEFICIENTE E A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DA INCLUSÃO NO CONTEXTO ATUAL	300
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: INCENTIVO FISCAL, FINANCEIRO E CREDITÍCIO NO REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	301
PORTE/POSSE DE ARMA DE FOGO. SERIA ESSA A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS DA SEGURANÇA? UMA ANÁLISE DIANTE A SOCIEDADE E PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.	302
POTABILIDADE DOS LENÇÓIS FREÁTICOS NA CIDADE DO NATAL/RN: UMA ANÁLISE A LUZ DA LEI AMBIENTAL E SEUS EFEITOS.	303
PRECLUSÃO: ANALISANDO SEUS TIPOS, CARACTERÍSTICAS E INCIDÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	304
PRECONCEITO RACIAL E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	305
PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: ANÁLISE ACERCA DA PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA	306
PRÓDIGOS: UMA ANÁLISE DE SUA CAPACIDADE CIVIL	307
PROPAGANDA ELEITORAL E A “FAKE NEWS”: UMA INVESTIGAÇÃO FRENTE AS DISCUSSÕES DO TSE	308
RECUPERAÇÃO JUDICIAL: ANALISE À LUZ DO CASO DA EMPRESA OI TELECOMUNICAÇÕES	309

## Sumário

---

REFORMA TRABALHISTA E SEGURANÇA JURÍDICA: FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.	310
REINCIDÊNCIA EM FACE DA TEORIA “ETIQUETAMENTO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO DESVIO SECUNDÁRIO NO CONTEXTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RN	311
RESONSABILIDADE CIVIL DOS PROCEDIMENTOS MÉDICOS ESTÉTICOS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA FRENTE AOS AVANÇOS CONCEITUAIS DA MEDICINA	312
RESPONSABILIDADE CIVIL EM RAZÃO DA DISCRIMINAÇÃO ESTÉTICA NA RELAÇÃO DE TRABALHO	313
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS CONSEQUENTES DO USO DE AGROTÓXICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	314
SABER PARA LEMBRAR E LEMBRAR PARA NÃO REPETIR: O DIREITO À VERDADE E A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	315
SIMULAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A APROXIMAÇÃO DO ESTUDANTE AO DIREITO E À GEOPOLÍTICA – COMO A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FIGURA COMO MEIO DE APRENDIZADO	316
TAXA CONDOMINIAL PÓS CONTRATO DE GAVETA	317
TÍTULO: A (IN) COMPATIBILIDADE DA APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 7.783/89 (LEI DE GREVES) AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	318
TRABALHO ESCRAVO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NO RIO GRANDE DO NORTE	319
TRÁFICO DE MULHERES PARA PROSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE FRENTE A DESVENERAÇÃO À LIBERDADE SEXUAL E DIGNIDADE HUMANA FEMININA	320
TRANSAÇÃO PENAL: ASPECTOS CONTROVERTIDOS E CONSEQUÊNCIAS DE SEU DESCUMPRIMENTO	321
TRANSFUSÃO DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS RELIGIOSAS FRENTE À ÓTICA E EFEITOS JURÍDICOS	322
TRANSPLANTE E DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS	323
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DO DIREITO TRIBUTÁRIO AMBIENTAL INTERNACIONAL FRENTE À SUSTENTABILIDADE	324

## Sumário

---

TRIBUTAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA: RELAÇÕES ENTRE CIDADANIA, SOLIDARIEDADE, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IGUALDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	325
TRIBUTAÇÃO E EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA, DO IDH E DO IRBES BRASILEIRO COM O DE OUTROS PAÍSES MEMBROS DA OCDE	326
TUTELA DE EVIDÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: HIPÓTESE DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO A LUZ DO CPC/2015	327
UMA ANÁLISE A CERCA DA IMPUNIDADE QUANTO AOS CRIMES DE HOMICÍDIO NO RIO GRANDE DO NORTE E OS IMPACTOS GERADOS ÀS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS	328
UMA ANÁLISE ACERCA DA DESERDAÇÃO POR FALTA DE VÍNCULO E DE BOA-FÉ FAMILIAR.	329
UMA ANÁLISE ÀS RESTRIÇÕES DO DIREITO AO USO DAS ÁREAS E BENS COMUNS NO CONDOMÍNIO EDILÍCIO AO CONDÔMINO INADIMPLENTE	330
UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PEC 287 E AS MUDANÇAS DAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS	331
UMA ANÁLISE DA ALIENAÇÃO PARENTAL E AS INFLUÊNCIAS NAS DECISÕES JUDICIAIS	332
UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL FACE AO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR.	333
UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA À LUZ DA LEI 12.850/13	334
UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO	335
UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE O ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO DITATORIAL E A CONTEMPORÂNEA SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	336
UMA RETROSPECTIVA DO ATIVISMO JUDICIAL E SEUS EFEITOS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	337
UNIVERSALISMO EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS: O LIMITE IDEOLÓGICO DE UMA NORMA GLOBAL	338
USUCAPIÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE	339

## Sumário

---

VIVER OU MORRER? EIS A QUESTÃO: EUTANÁSIA SOB A ÓPTICA DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	340
VOTO DO PRESO PROVISÓRIO: A INEFETIVIDADE DO DIREITO POLÍTICO SOB O VIÉS CONSTITUCIONAL E SOCIAL	341
ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA E AMBIENTAL PARA A UTILIZAÇÃO DE PNEUS INSERVÍVEIS NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE UMA RODOVIA FEDERAL E DE UMA AVENIDA DE NATAL/RN	343
VIABILIDADE DO USO DE RCD NA PAVIMENTAÇÃO	344
ANÁLISE DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO APLICADAS NAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE NATAL	345
ANÁLISE DE ARGAMASSAS INDUSTRIALIZADAS E REJUNTES DO RIO GRANDE DO NORTE PARA APLICAÇÃO EM SISTEMAS DE REVESTIMENTOS DE FACHADAS E PISOS CERÂMICOS	346
ANÁLISE DE CUSTO DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÕES EM REVESTIMENTO CERÂMICO E REVESTIMENTO ARGAMASSADO NO BAIRRO DE PETRÓPOLIS EM NATAL - RN.	347
ANÁLISE ESTRUTURAL DE PONTES TRELIÇADAS - PROTÓTIPO, PONTE DE MADEIRA.	348
BIOSSORÇÃO DE METAIS PESADOS EM ÁGUA DA LAGOA DO JIQUI POR CASCA DE CARANGUEJO UCIDES CORDATUS	349
CARATERIZAÇÃO DE PATOLOGIAS EM PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS	350
COMPARATIVO ENTRE O COMPORTAMENTO DE ESTRUTURAS DE AÇO E MADEIRAS EM SITUAÇÃO DE INCÊNDIO	351
CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO	352
CONFECÇÃO DE CONCRETO PARA PAVIMENTOS PROTENDIDOS DE PORTOS E AEROPORTOS	353
CONFECÇÃO DE CONCRETO SUSTENTÁVEL UTILIZANDO REJEITO PROVENIENTE DA EXTRAÇÃO DA SCHEELITA	354
CONFECÇÃO DE CONCRETOS PARA TORRES EÓLICAS PRÉ-MOLDADAS PROTENDIDAS	355

## Sumário

---

CONSTRUÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE DESSANILIZADOR SOLAR PARA ANÁLISE DE APLICAÇÃO E CONSUMO	356
CONTAGEM DE VEÍCULOS EM INTERSEÇÕES PARA DEFINIÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS - UTILIZAÇÃO DE EDO	357
CORRELAÇÃO ENTRE OS VALORES DE DQO E DBO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE-RN.	358
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO RIO POTENGI/RN, COM ENFÂSE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS ORIUNDOS DE INTERVENÇÕES ANTRÓPICAS	359
DURABILIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM RELAÇÃO A CORROSÃO E AO FOGO.	360
EFICIENCIA HIDRICA, APÓS A AUTOMAÇÃO DA HORTA ORGÂNICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE - UNIRN	361
ENERGIA FOTOVOLTAICA RESIDENCIAL: APLICABILIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS	362
ENGENHARIA NA REDE: @MINUTOENGENHARIA_	363
ENSAIO DE ADERÊNCIA EM CERÂMICAS E PASTILHAS CERÂMICAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	364
ENSAIO DE COMPRESSÃO DIAMETRAL (TRAÇÃO INDIRETA) EM ESTRUTURAS DE CONCRETO	365
ENSAIO DE COMPRESSÃO DIAMETRAL (TRAÇÃO INDIRETA) EM ESTRUTURAS DE CONCRETO	366
ENSAIO DE FLEXÃO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO	367
ENSAIO DE TORÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS	368
ENSAIOS DE COMPRESSÃO NA ESTRUTURA DE CONCRETO E NA ALVENARIA DE VEDAÇÃO E ANALIZE DE SUA MACROESTRUTURA.	369
ENSAIOS DE TRAÇÃO DIRETA EM CORPOS DE PROVA DE CONCRETO	370

## Sumário

---

ESCOLHA DO TIPO DE FUNDAÇÃO PARA OBRA DE PEQUENO PORTE EM REGIÃO LITORÂNEA: UM ESTUDO DE CASO EM CHALÉ NA PRAIA DE JACUMÃ, BRASIL	371
ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO À EROSÃO COSTEIRA E ESTABILIZAÇÃO DA LINHA DE COSTA: CASO DA PRAIA DO MEIO, NATAL/RN	372
ESTUDO DE MELHORIAS EM PROJETOS RODOVIÁRIOS DA GRANDE NATAL/RN.	373
GEOTECNOLOGIA APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	374
INVESTIGAÇÃO DE SUBSOLO: SONDAGEM SPT	375
IRRIGAÇÃO AUTOMÁTICA DO HORTO DO UNIRN	376
MÉTODOS DE PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO EM ESTRUTURAS DE AÇO	377
NOVOS EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	378
PATOLOGIAS DEVIDO A RECALQUES DIFERENCIAIS EM FUNDAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EDIFICAÇÃO EM NATAL	379
PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA: EÓLICA	380
PROJETO DE INTERSEÇÃO: A SOLUÇÃO PARA A AV. PREFEITO OMAR O'GRADY E AV. INTEGRAÇÃO	381
PROTEÇÃO PASSIVA CONTRA INCÊNDIOS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.	382
REDUÇÃO DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CONCRETO E PAVIMENTO INTERTRAVADO PERMEÁVEL	383
REFORÇO COM GEOTÊXTEIS EM TERRENOS E CONTENÇÕES	384
REFORÇO DE FUNDAÇÕES	385

## Sumário

---

REFORÇO ESTRUTURAL ATRAVÉS DE PROTENSÃO EXTERNA	386
REFORÇO ESTRUTURAL COM COMPÓSITOS DE FIBRA DE CARBONO PROTENDIDO	387
REFORÇO ESTRUTURAL COM LAMINADOS DE FIBRA DE CARBONO	388
REFORÇOS ESTRUTURAIS COM FIBRA DE CARBONO	389
SISTEMA RESIDENCIAL CONCEITUAL DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS CINZAS VISANDO O ATENDIMENTO À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	390
SOLUÇÕES PARA REAÇÃO ÀLCALI-AGRAGADO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.	391
STEEL FRAME E A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS COMO CONSTRUÇÃO INOVADORA, UM ESTUDO DE CASO.	392
TÉCNICAS DE REMOÇÃO DE CLORETO NO CONCRETO ARMADO	393
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS – EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS DE ATÉ TRÊS PAVIMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN.	394
UMA APLICAÇÃO DAS EQUAÇÕES DIFERENCIAIS NO RESFRIAMENTO DO CONCRETO	395
USO DA MADEIRA LAMINADA COLADA (MLC) NA CONSTRUÇÃO CIVIL	396
UTILIZAÇÃO DE CONTAINERS EM OBRAS RESIDENCIAIS, UMA VISÃO DA ENGENHARIA CIVIL .	397
UTILIZAÇÃO DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS NA ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO - ESTUDO DE CASO	398
UTILIZAÇÃO DE GEOSSINTÉTICOS EM PAVIMENTAÇÃO – UMA ANÁLISE DO CUSTO-BENEFÍCIO PARA APLICAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS VISANDO A REDUÇÃO DE CUSTO COM MANUTENÇÃO	399
UTILIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PERMEÁVEL	400



## Sumário

---

UTILIZAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	401
UTILIZAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) NA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.	402
UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FIBRA DE COCO NAS CONSTRUÇÕES	403
VISTORIA DE PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO	404
A IMPORTÂNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA UMA DETERMINADA EMPRESA	406
ANÁLISE DO IMPACTO DO APRENDIZADO DE MÁQUINA NOS JOGOS	407
APLICATIVO DE LOCALIZAÇÃO: "PARA ONDE VOU?"	408
APLICATIVO "PARA ONDE VOU?"	409
BLOCKCHAIN UMA VISÃO GERAL	410
BUSINESS INTELLIGENCE COM BASE EM EXAMES DICOM	411
CLICKBAIT: QUALIDADE VS NÚMEROS DE ACESSO	412
CLUSTER DE SERVIDOR WEB: PERFORMANCE E REDUNDÂNCIA	413
COMO EMPRESAS INOVADORAS TRANSFORMARAM, COM O USO DA TECNOLOGIA, O MERCADO EM QUE ATUAM	414
CONHECIMENTO DOS MEIOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE TI	415
CONSIDERAÇÕES SOBRE TI VERDE	416

## Sumário

---

CONSTRUINDO NUVEM PRIVADA COM OPENSTACK	417
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS BASEADO EM ITIL EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA	418
DESENVOLVIMENTO WEB COM JAVASCRIPT LIBRARY REACT	419
DOCKER COMO ESTRATÉGIA DE VIRTUALIZAÇÃO	420
EMPRESAS QUE TRANSFORMARAM O MERCADO COM O USO DA TECNOLOGIA	421
ENTENDENDO DOCKER: COMANDOS E APLICAÇÕES	422
EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	423
GOVERNANÇA DE TI NO UNI-RN	424
HARDWARE VOLTADO A JOGOS	425
IOT PARA A SAÚDE - APLICAÇÃO PARA O PROTOCOLO DE DETERIORAÇÃO	426
LIXO ELETRÔNICO	427
MINERAÇÃO DE DADOS: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE DADOS.	428
O QUE É DATA SCIENCE – ESTUDO DE CASO DE COMO APLICÁ-LA	429
O QUE É FLUTTER, QUAIS SÃO AS VANTAGENS PARA O DESENVOLVEDOR UTILIZÁ-LO	430
PENTEST: UMA INTRODUÇÃO À EXPLORAÇÃO DE VULNERABILIDADES	431

## Sumário

---

POTIGUAR ENERGY – GESTÃO DE ENERGIA	432
SISTEMA DE RECONHECIMENTO DE FOLHA DAS PLANTAS	433
TECNOLOGIAS VOLTADAS A REABILITAÇÃO	434
TRAFFIC SHAPING	435
AGROTÓXICOS NO BRASIL: O SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO DA TEMÁTICA PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	437
DPVAT: INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA COBERTURA DOS DIREITOS DO USUÁRIO	438
A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SUA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	439
A INFLUÊNCIA DA TEORIA POSITIVISTA NA ESTRUTURA DO SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR BRASILEIRO: E SEUS REFLEXOS PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	440
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER E SUAS CONSEQUÊNCIAS	441
ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ABUSO MORAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	442
ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	443
BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR JUVENIL: UM ESTUDO NAS ESCOLAS DE VERA CRUZ/RN	444
DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS DE NATAL/RN	445
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS ANTAGÔNICOS OU COMPATÍVEIS?	446
MANIFESTO DO VATICANO: RERUM NOVARUM E O SERVIÇO SOCIAL	447

## Sumário

---

MENINAS ESPOSAS: O FENÔMENO DO CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL	448
NEGLIGÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO ÂMBITO FAMILIAR	449
O DIREITO DA MULHER FRENTE AOS PROTOCOLOS DA ESTERILIZAÇÃO HUMANA	450
O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL PELO CONSELHO TUTELAR DE MACAÍBA	451
O SERVIÇO SOCIAL E A PUBLICIZAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DJALMA MARINHO UNI-RN: EM FAVOR DA DEFESA DA MULHER.	452
OS DIREITOS DOS USUÁRIOS/ AS NA SAÚDE: O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS UPAS	453
PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	454
PUBLICIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL E A REORIENTAÇÃO DAS DEMANDAS NO HOSPITAL LUIZ ANTÔNIO	455
PUBLICIZAÇÃO DAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI-RN	456
PUBLICIZAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO REGULAMENTADA NA RESOLUÇÃO CFESS Nº493/06 SOBRE O PROFISSIONAL E ESTAGIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL.	457
SUSTENTABILIDADE: O DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES SOCIAL, ÉTICA, AMBIENTAL, ECONÔMICA E JURÍDICO-POLÍTICO TENDO COMO BASE A FAMÍLIA.	458
UMA ANÁLISE DA TERAPIA COMUNITÁRIA APLICADA NAS CLINICAS INTEGRADAS DO UNI RN	459
UMA ANÁLISE DO FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI RN	460
VIOLÊNCIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL CONTRA O IDOSO NO ÂMBITO FAMILIAR	461
“SAÚDE DO BEM”: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL.	462

## Sumário

---

A CONCILIAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE MÚLTIPLAS PORTAS DE ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A EFETIVIDADE NO MUTIRÃO FEBRABAN	464
DESVALORIZAÇÃO E MAUS TRATOS CONTRA IDOSOS	465
OS EXPANSIVOS ABORTOS CLANDESTINOS FACE A LEGISLAÇÃO CONTIDA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	466



## Graduação Administração





**ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO LIVRO “OS GRANDES INVESTIDORES”: UM ESTUDO SOBRE PETER LYNCH.**

**Autor(es):**

*Eduardo Tonetto Segantini: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Tacyana Souza de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Gabriel Batista Abbott Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Grandes investidores ficaram famosos mundialmente pelas suas praticas e conquistas no mercado financeiro, Peter Lynch, que é o foco deste estudo, até o ano de sua aposentadoria, foi reconhecido como o gestor do fundo de maior desempenho em sua época, o Fidelity Megallan Fund. Durante os anos de 1977 a 1990, ele conseguiu uma taxa anual de retorno de 29,2%, transformando investimentos de US\$ 1.000 em US\$ 28.000 após 13 anos de rendimento. Seu fundo se destacou no mercado pelo desempenho consistente devido a sua maneira não-usual de fazer investimentos e conseguiu ampliar sua base de ativos de US\$ 18 milhões para US\$14 bilhões, tornando-se o maior do mundo, naquela época, e atraindo mais de 1 milhão de acionistas. Peter Lynch era adepto de técnicas muito particulares e pouco usuais para investidores profissionais comuns, afinal era isso que o separava deles. Ele era da opinião que uma pesquisa bem feita sobre uma empresa poderia revelar muito mais que uma série histórica e que empresas menores, mas de bom desempenho, poderiam ser mais lucrativas que as grandes indústrias. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a história e desempenho de Peter Lynch bem como apresentar suas peculiaridades, características e técnicas que o fizeram alcançar esse sucesso.

**(Metodologia)** A pesquisa em foco é um estudo a respeito de um grande investidor do mercado financeiro e é caracterizada como uma pesquisa qualitativa, por não se atentar a valores numéricos, descritiva por tentar descrever as características do investigado e, por fim, bibliográfica pois foi feita com base ao livro “Os Grandes Investidores: As estratégias dos maiores mestres na arte de investir”.

**(Resultados)** Com base nas informações adquiridas no livro, pode-se evidenciar que Peter Lynch era um investidor com praticas distintas de seus colegas de profissão. Formado em 3 universidades e possuindo um MBA em Economia, ele utilizava muito além de dados matemáticos para escolher as empresas nas quais investiria, ele analisava minuciosamente cada uma das empresas, observava o passado, presente e futuro dela, projetava sua visão e avaliava os valores e costumes de cada uma dessas empresas, para decidir se seria ou não uma empresa passível de investimentos. Peter Lynch também desenvolveu uma classificação para as ações a qual ele batizou de “Categoria de Ações” onde ele separa os tipos de ações com base nos perfis das empresas e explica o melhor momento para se comprar e vender ações de cada uma dessas categorias.

**(Conclusão)** Conforme foi analisado no documento base da pesquisa, conclui-se que Peter Lynch, diferentemente de alguns dos outros investidores mencionados no livro, era um investidor completamente fundamentado em suas técnicas e com um perfil agressivo de investimentos a longo e longuíssimo prazo. Suas técnicas pouco convencionais e fora da caixa foram o diferencial para fazê-lo notório na comunidade e deixar um legado importante na arte do investimento, um legado que não avalia as empresas apenas por números e retorno, mas também pelos seu conceito e proposta de futuro.

**Palavras-Chave:** Ações; Peter Lynch; Fundo de investimento.



**ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA, ECONÔMICA E CONTÁBIL ENTRE OS ANOS 2016 E 2017:  
ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GRUPO GUARARAPES CONFECÇÕES S/A**

**Autor(es):**

*Caio Roberto Ávila Honorio da Silveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Carlos Roberto da Silva Filho : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Barbosa da Silva Gomes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Paulo Henrique Melo Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Grupo Guararapes Confecções S/A atua no mercado têxtil desde o ano de 1947 e hoje conta com dois pólos industriais e com 302 lojas ativas da Riachuelo em todo o Brasil. A relevância da pesquisa pode ser compreendida em como o administrador lida com situações de tomadas de decisão sob a dimensão e influência da empresa Guararapes na economia do país. Diante do problema exposto, questiona-se o seguinte problema: Qual a situação patrimonial financeira e econômica da empresa nos anos 2016 e 2017 da empresa Guararapes? O artigo teve como objetivo geral analisar e avaliar as condições financeiras e econômicas da Guararapes numa série histórica de dois anos, especificamente destrinchando a saúde financeira e econômica através de indicadores como a liquidez, rentabilidade, prazos médios, margem de lucros e estrutura de capital abordando as principais demonstrações contábeis como a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa é descritiva com base no estudo de caso do Grupo Guararapes Confecções S/A. Utilizou-se de estudos bibliográficos para a sustentação teórica, sendo assim possível uma melhor abordagem e esclarecimentos dos dados qualitativos e quantitativos coletados de fonte primária da empresa no meio online. A utilização do Microsoft Excel foi fundamental para a realização dos cálculos e interpretação dos indicadores financeiros e econômicos apresentados entre os anos de 2016 e 2017.

**(Resultados)** Para a investigação, foram analisados os fatos contábeis e financeiros do Grupo Guararapes, que surgem a partir das tomadas de decisões do administrador, enfatizando como elas podem impactar o âmbito interno e externo da empresa. O índices de liquidez geral, corrente e seca representam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos com terceiros. Respectivamente, os crescimentos de 24.14%, 8.64% e 17% podem ser explicados que seu ativo circulante conseguem suportar o valor base de R\$ 1,00 de passivo circulante. No que se diz respeito à Margem Operacional, o grupo apresentou um salto significativo de 163% da mesma, entre 2016, de R\$ 0,25 para R\$ 1,00 vendido para R\$ 0,67 em 2017. O fato é referente ao aumento no lucro operacional de R\$ 262.955 no primeiro para R\$ 565.124 no último ano. Entretanto sua margem bruta foi registrada em 2016 R\$ 0,30 para cada R\$ 1,00 vendido e em 2017 R\$ 0.11, marcando uma queda de 62.3% de um ano para o outro. Apesar da queda do lucro bruto de 69.21% acentuado pelo recuo no número da receita, por sua vez, o lucro líquido do exercício conseguiu superar em 79.6%, que representou um salto de R\$ 252.776 milhões. Desta forma, pode-se concluir que o ano de 2017 apresentou um desempenho mais favorável em relação ao ano anterior, em detrimento do crescimento por boa parte dos índices.

**(Conclusão)** Contudo, no geral, observou-se que a Grupo Guararapes Confecções S/A apresentou resultados financeiros e econômicos acima da média, apesar de algumas indiferenças. A expansão de lojas da Riachuelo pelo Brasil no qual 57% ultrapassam o nível de maturação de cinco anos em atividade e o aumento de seus investimentos em quase 10% que visam modernizar os meios de produção, venda e novos segmentos da empresa.

**Palavras-Chave:** Desempenho Empresarial; Análises Financeiras e Econômicas; Avaliações Futuras.

## ANÁLISE DE RISCO EM INVESTIMENTO NO PROJETO PET GPS

**Autor(es):**

*Victor Almeida Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo busca estimar o risco de investimento através de técnicas aplicadas pela administração financeira, que demonstrarão as chances econômicas e financeiras do projeto. Além disso, busca também destacar a importância da análise dos riscos na avaliação do investimento, assim, tendo como objeto de estudo o plano de negócio da PET GPS, que é uma empresa que busca oferecer um aplicativo de monitoramento em tempo real de animais via tecnologia de geolocalização (GPS), através de coleiras de identificação, que permite também acesso a outras duas funcionalidades como: ficha médica do animal, compras e localização de estabelecimentos físicos e produtos que são do ramo pet. O estudo utiliza-se de técnicas de pesquisa aplicada, qualitativa, sendo embasada através de pesquisa bibliográfica. A partir disso, comprovar a viabilidade de investimento no negócio através de indicadores quantificáveis. O trabalho objetiva analisar indicadores que quantizarão os retornos e riscos do investimento, tendo como referência alguns que normalmente são considerados na análise econômica e financeira, que são: TIR (Taxa Interna de Retorno) que é a taxa aplicada aos fluxos de caixa e resulta no valor presente do investimento, VLP (Valor Líquido Presente) que é o somatório dos valores presentes de caixa de pagamentos futuros aplicada a devida taxa de juros e subtraído o investimento inicial, PE (Ponto de Equilíbrio) que é o mínimo de receita que deve ser gerada para que todas as despesas sejam pagas, TMA (Taxa mínima de atratividade) que representa o mínimo de retorno que um investidor pretende obter com o investimento e o payback que indicará o número de períodos suficientes para que os retornos nos mesmos superem o capital investido.

**(Metodologia)** No que refere à natureza da pesquisa ela caracteriza-se como aplicada, tendo em vista que apresenta como objetivo gerar conhecimento para posterior aplicação prática, a forma de abordagem do problema realizar-se-á uma qualitativa. Do ponto de vista dos seus objetivos, enquadra-se como sendo uma pesquisa descritiva, pois visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis, envolve ainda o emprego de técnicas padronizadas de coleta de dados. No que refere aos procedimentos técnicos, poderá ser classificada como bibliográfica, por se tratar de uma pesquisa elaborada a partir de material já publicado, construído principalmente de livros, artigos de periódicos e também de material contido na internet.

**(Resultados)** Espera-se que análise apresente a viabilização de investimento no projeto, oferecendo segurança na tomada de decisões que será embasada nos principais indicadores apresentados no trabalho. Sendo que o projeto apresenta uma lucratividade de 25,02% que é a relação entre o valor do lucro líquido e o valor das vendas, medindo a eficiência da empresa em gerar riqueza; apresenta também uma rentabilidade de 170,60% que é o índice que indica o percentual de remuneração do capital investido na empresa. Contudo o VPL trará os fluxos da empresa valores atuais que deve apresentar valor maior que zero, a TMA deve atender as expectativas do investidor, tendo a TMA como valor de referência, a TIR deve ter valor superior e por fim o payback que é expresso no projeto em 8 meses e deve estar compreendido no período estimado pelo investidor aplicado a taxa de juros.

**(Conclusão)** Contudo os indicadores econômicos financeiros oferecem segurança quanto aos riscos do investimento, além de apresentar o retorno do investimento em valores monetários e também no tempo, assim, oferecendo projeções que medem as consequências do investimento, podendo ser comparadas com outras taxas no mercado, como inflação, taxa Selic, rendimento da poupança, entre outras para que possa ser avaliada a decisão de investimento.

**Palavras-Chave:** Investimento, indicadores, risco, retorno.

**ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA EMPRESA DESENVOLVIDA A PARTIR DE UM PLANO DE NEGÓCIO-CAPTAR**

**Autor(es):**

*Leonardo Viana Silva do Vale: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem como finalidade apresentar viabilidade de uma empresa que presta serviços voltados para a sustentabilidade, que foi desenvolvida a partir de um plano de negócios, por alunos três do 8º período, do curso de Administração da Universidade do Rio Grande do Norte – UNI-RN. A CAPTAR, possui como atividade fim a instalação de sistema de reaproveitamento de água em casas e empresas. Tem como público alvo toda e qualquer pessoa física a favor da sustentabilidade e que queira economia na sua casa ou empresa. Nossos parceiros serão instituições voltadas a sustentabilidade e de ensino. O escritório será localizado no centro da cidade de Natal para facilitar o atendimento em todo município. O payback ainda será estudado, porém o prazo máximo estabelecido pelo grupo foi de 24 meses. De acordo com o Danual da FIESP (BRASIL et al., 2005, p. 58), “Água cinza para reuso é o efluente doméstico que não possui contribuição da bacia sanitária e pia de cozinha, ou seja, os efluentes gerados pelo uso de banheiras, chuveiros, lavatórios, máquinas de lavar roupas”.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento do plano de negócios, foi utilizado o programa PLANO DE NEGÓCIOS SEBRAE 3.0, onde desenvolvemos as principais áreas da empresa até chegar na Finanças. Por intermédio dessa ferramenta com incrível potencial para modelar todo um projeto de forma simples e eficaz, ficou claro todo o esforço canalizado a vislumbrar um negócio de sucesso, através de resultados mais que satisfatórios apresentados ao longo desse plano, destacando-se a importância de se estruturar todo um negócio de forma a tentar prever todas possibilidades de triunfo com tal empreendimento. Uma pesquisa de mercado também foi realizada para identificar a aceitação do nosso produto, os concorrentes e os possíveis clientes.

**(Resultados)** Levando em consideração a aceitação do produto e os possíveis clientes identificados na pesquisa de mercado, a empresa obteve os seguintes resultados: Ponto de Equilíbrio R\$143.364,28 Lucratividade 32,07 % Rentabilidade 470,47 % Prazo de retorno do investimento 3 meses

**(Conclusão)** A partir dos indicadores financeiros, podemos concluir que a empresa desenvolvida a partir de um Plano de Negócio é viável. Concluímos também que empresa tem fundamental importância para a sociedade, uma vez que sua atividade fim seja a redução na utilização dos recursos hídricos. A natureza se beneficia por não ter seus recursos explorados de forma exagerada, a população e as empresas se beneficiam por reduzirem seus custos na conta de água, gerando uma sustentabilidade econômica e ambiental.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade - Água - Sistema de Reaproveitamento - Economia - Viabilidade - Plano de Negócio.

**ANÁLISE ORGANIZACIONAL SOB PERSPECTIVA DA GESTÃO GLOBAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EMPRESA  
EMPÓRIO NUTRI CARE.**

**Autor(es):**

*Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O século XXI está marcado por constantes mudanças e avanços que proporcionam alterações nos padrões e paradigmas da sociedade e, conseqüentemente, do mercado, levando-os para o processo evolutivo contínuo estimulado pelo espírito competitivo capitalista. Todos os dias produtos são criados e descartados, organizações abrem e fecham as portas e tendências surgem e desaparecem com velocidades imprevisíveis que tornam a vida dos empresários um verdadeiro turbilhão de desafios e contratempos. Em época de crise, esses desafios se tornam ainda maiores e os empreendedores são obrigados a procurar por alternativas para acompanhar a dinâmica do mercado e suas demandas. Empresas que realmente querem sobreviver e crescer a curto, médio e longo prazo são aquelas que analisam criticamente o mercado e suas próprias organizações para identificar as falhas a serem corrigidas e oportunidades que podem ser exploradas para, enfim, tomar a melhor decisão do futuro delas. Desta forma, o presente trabalho tem o objetivo de elaborar uma análise global sobre a empresa Empório Nutri Care, que atua no segmento do comércio varejista e atacadista de produtos nutricionais e alimentares em todo o estado do Rio Grande do Norte, estruturada em cinco pontos fundamentais.

**(Metodologia)** Esta análise global é caracterizada como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois será aplicado um questionário estruturado e nivelado que será analisado nos dois âmbitos. A pesquisa também é uma configurada por ser exploratória, a fim de proporcionar mais conhecimento sobre o tema estudado, e ainda é um estudo de caso por ter o escopo definido na empresa Empório Nutri Care. A coleta de dados se dará por meio do questionário que será aplicado em conjunto com entrevistas que dos gerentes e donos da empresa e o tratamento será feito por meio de uma análise que dará qualidade aos resultados.

**(Resultados)** Os resultados esperados serão baseados no questionário que será aplicado para coleta de dados e demonstrarão os pontos fortes, fracos e as possíveis falhas gerenciais que a empresa possui. Os resultados apresentados indicarão, por pontuação em escala, a realidade da Empório Nutri Care com relação a todos os processos organizacionais, financeira e comercial, gestão da qualidade, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e responsabilidade social. Portanto, os resultados serão fundamentais para identificar e traçar um planejamento estratégico eficiente que possa aplicar as ferramentas e práticas gerenciais mais adequadas para incrementar e otimizar as funções administrativas que possivelmente serão refletidas no desempenho geral da empresa.

**(Conclusão)** Conclui-se, com a presente expectativa dos resultados que deverão ser apresentados, que o presente trabalho pode oferecer uma análise crítica da Empório Nutri Care e proporcionar alternativas para o aumento a eficiência e do desempenho gerencial e organizacional da mesma com a indicação de ferramentas, técnicas e objetivos que se adéquem a visão de crescimento negócio. Além disso, o questionário, por si só, pode oferecer novos insights e ideias que possam modificar ou estimular o crescimento patrimonial e comercial da organização.

**Palavras-Chave:** Análise global; Varejo; Produtos nutricionais.

## CASA DO MENOR TRABALHADOR: DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

**Autor(es):**

*Melquisedeque da Silva Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo descrever um pouco da história da Casa do Menor Trabalhador (CMT) e realizar um diagnóstico voltado a gestão no âmbito geral da instituição. A CMT é uma instituição filantrópica e que oferece um ensino de qualidade que vai desde o ensino fundamental até os cursos profissionalizantes. Há uma parceria entre três instituições que são: o governo do Estado com a escola, o IGMK (Instituto George Mark Klabin) com os cursos profissionalizantes e a congregação Vicentina que é a gerenciadora de todo o espaço e dos funcionários. Será feita uma análise averiguando os pontos positivos e negativos; o que há de mudar e o que se deve aperfeiçoar, tomando por mais importante a necessidade que existe de implementação de processos e ferramentas na gestão atual da casa. A Casa do Menor Trabalhador a dois anos atrás teve seu recomeço devido a problemas internos e ainda está se estruturando. Com o decorrer desses dois anos a instituição tem conseguido se recompor e está dividindo os seus departamentos, proporcionando melhor qualidade dos serviços aos pais mestres e alunos; o que já é um ponto positivo. No que diz respeito a finanças ela vem trabalhando no vermelho a dois anos. Necessita de um plano de ação para contornar a atual situação e melhorar o seu capital e organizar um plano estratégico para os anos posteriores.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa feita neste trabalho foi o descritivo. Realizando um estudo de caso e bibliográfico. O caso é o da CMT e para obtenção de recursos e parâmetros o meio bibliográfico foi utilizado; tanto o qualitativo quanto o quantitativo. Os colaboradores e o universo foram estudados também, como as amostras. E para complementar o método de pesquisa, foi feita uma entrevista com a vice-presidente da congregação que é a atual diretora da instituição.

**(Resultados)** Após a entrevista foi perceptível as carências e quais meios será possível seguir para poder superar cada uma delas. A Casa está com o saldo de caixa abaixo do devido a dois anos. A estrutura é excelente. Necessita de estruturação quanto a alguns setores e montagem dos processos de cada um. As atividades desenvolvidas pelo operacional precisa de atualização e capacitação por parte dos profissionais. O RH é um dos departamentos que recentemente foram dispostos e que necessita de instrumentos que são de suma importância, como por exemplo o QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) que fornece aos colaboradores um ambiente organizacional adequado.

**(Conclusão)** Por fim é importante saber que o presente trabalho tem por desígnio realizar uma sondagem e propor soluções. Com o desenvolvimento de cada solução ou aperfeiçoamento dos pontos positivos da CMT visando o seu crescimento e que o seu caixa passe a trabalhar no azul.

**Palavras-Chave:** CMT; diagnóstico; gestão; instituição; reestruturação.

## DIAGNÓSTICO DA EMPRESA DE JÓIAS FOLHEADAS ROMMANEL

**Autor(es):**

*Eduardo Tonetto Segantini: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O segmento que será estudado com esse diagnóstico é o de comércio referente a uma empresa que tem como maior parte de sua renda a venda no atacado. O atacado tem como definição prestar serviços ou fornecer bens a um outro CNPJ (Certificado Nacional da Pessoa Jurídica), ou seja, outra empresa que deseja utilizar desses bens e/ou serviços para obtenção de lucro. Segundo pesquisas feitas pelo IBGE, o comércio vem cada vez mais fazendo parte do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, de acordo com pesquisas dos últimos 20 anos, em relação ao PIB total, o comércio partiu de 8% tendo sempre um crescimento contínuo ao longo dos anos chegando ao seu maior valor em 2014 que foi de 14%, logo em seguida, caiu para 13% onde se estabilizou durante os 3 anos seguintes. Logo, a empresa escolhida para se aplicar o diagnóstico foi a ROMMANEL, uma empresa do ramo de jóias folheadas, seguindo as tendências da moda, a fim de satisfazer o maior público possível e maximizar seus lucros.

**(Metodologia)** A fim de querer avaliar o desempenho de toda a organização, foi utilizado como tipo de pesquisa a exploratória junto com a pesquisa de campo, para adentrar locais onde possam haver falhas e que possam ser corrigidas, porém não se tenha conhecimento para tal. E teve enfoque na análise de dados, tanto quantitativa, que são mais adequadas para apuração do instrumento utilizado, que será estruturado com base em questionários, e entram também as qualitativas, que são normalmente exploratórias, que está baseada na forma de aglomeração de informação adquiridas com alguma pessoa da empresa, de preferência o gerente, de forma livre sobre qualquer tema de interesse ao diagnóstico.

**(Resultados)** Os resultados serão especulados, se o diagnóstico for bem aplicado pela a equipe da empresa junto ao gerente, só trará benefícios a mesma, pois será realizada de forma científica junto a um professor orientador, baseado em dados concretos. A partir desses dados poderão surgir ferramentas novas que irão auxiliar toda a equipe em alguma dificuldade, elas devem ser aplicadas de forma sucinta e objetiva para que não haja dificuldade de aplicação, podendo ser interpretadas e executadas por qualquer um da empresa.

**(Conclusão)** Conclui-se que com o final do trabalho, o gerente da ROMMANEL junto a sua equipe, utilizando as análises quantitativas e qualitativas, poderão realizar avaliações de desempenho nas áreas escolhidas para tal e, caso deem resultados positivos, poderá ser aplicado em outras filiais caso haja interesse das mesmas com o mesmo diagnóstico. Esse diagnóstico será aplicado em vários setores da empresa, entre eles: de RH (Recursos Humanos), financeiro e comercial. Assim fortalecendo os pontos fortes na empresa, para que haja uma progressão nos desempenhos dela, mantendo uma contínua elevação dos lucros.

**Palavras-Chave:** Diagnóstico; gerente; lucro; ROMMANEL.

## DIAGNOSTICO ORGANIZACIONAL

### **Autor(es):**

*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O varejo é caracterizado como a venda de produtos ou a comercialização de serviços em pequenas quantidades. Segundo Kotler (2000, p.540), todas as atividades de bens ou serviços que afetam ou interagem diretamente com os consumidores finais são definidas como varejo. Segundo Margarida Barreto (2006), local onde os produtos ou serviços são vendidos ou produzidos pode ser em lojas, rua ou residência do consumidor. Da mesma forma, todas as maneiras pela qual estes bens ou serviços são vendidos estão incluídas no conceito de varejo, seja através de venda pessoal, correio, telefone ou máquina automática. O tipo de comércio que será discutido neste trabalho é o de revenda de Gas Liquefeito de Petróleo (GLP). Tratando-se do cenário residencial, o GLP é usado em locais onde não se tem acesso a energia elétrica. Comumente encontrado nos botijões de 13kg, também pode ser comercializado em recipientes menores (a partir dos 2 Kg) e maiores (de grande capacidade, como aqueles os que são utilizados no meio industrial, comercial e em condomínios residenciais). O Depósito de Gás São Tomé LTDA foi idealizado pelo seu fundador, Ivo Nilson Lopes de Medeiros, voltado para o comércio varejista de revenda de GLP. Localizada na cidade do Natal – RN, iniciou suas atividades em julho de 2000, com um capital inicial de R\$20.000,00 (vinte mil reais), primeiramente voltado para o comércio de revenda e distribuição de gás GLP. Tendo como razão social o próprio nome fantasia, a nomenclatura deriva-se de uma junção de significados, quais sejam: a palavra “Depósito” que é oriundo da termo armazenar e “São Tomé” advém da homenagem à cidade onde nasceu o fundador. Sua estratégia de marketing é simplificada em parceiros e ampla divulgação em meios de comunicações. Seu único fornecedor é o Grupo Edson Queiroz. A organização tem como missão, atender os clientes com qualidade e preço justo. Complementa a sua identidade organizacional os seguintes valores: atender o cliente (tentar manter a satisfação do atendimento personalizado e preço que satisfaça sua necessidade). Por fim, a sua visão é estar sempre no topo da distribuição de gás. A empresa percebeu que seria necessário explorar novos mercados. Assim, no ano de 2005, adquiriu uma frota de caminhões para começar a transportar GLP. Após um crescimento exponencial e com as regulamentações exigidas pela ANP, a organização criou uma estratégia para atender clientes menores no ano de 2010: o vale Gás. Esta ferramenta de marketing é um cartão fidelidade em que o cliente troca o cartão após X compras realizadas, por um botijão de gás. Buscando sempre a fidelização e a comodidade do seu cliente, a empresa criou um aplicativo para smartphones visando mudar o mercado de entrega de botijões de gás. Desta forma, o consumidor solicita o produto e acompanha a sua entrega no endereço solicitado.

**(Metodologia)** O procedimento metodológico se dá através de um estudo de caso da organização, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa de descrição dos dados coletados através de questionários estruturados, visitas a organização e entrevista com o gestor.

**(Resultados)** Através do diagnóstico, serão encontrados os pontos favoráveis que poderão gerar vantagem competitiva a organização e os pontos desfavoráveis, que resultariam em uma fragilidade. Desta maneira espera-se possa alavancar a empresa no seu meio econômico.

**(Conclusão)** Este trabalho apresenta-se como consultoria visando levar a organização a um desempenho superior no cenário econômico atual, melhorando o desempenho da empresa e corrigindo as possíveis falhas encontradas através dos diagnósticos.

**Palavras-Chave:** Diagnóstico, GLP, Varejo.

## DIAGNOSTICO ORGANIZACIONAL DO HOME CARE VIVER MAIS

**Autor(es):**

*Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Serviço é o ato e/ou efeito de servir. Esse conceito, faz referência as atividades que consistem em realizar ações para satisfazer necessidades. O setor de serviços possui uma grande parcela nos empregos do Brasil. Envolve empresas de transporte, comunicações, comércio, administrações públicas e instituições financeiras. Em junho do ano 2018 o setor de serviços surpreendeu e subiu mais que o esperado. Mas é importante ressaltar que ele não é o cargo-chefe da economia mas tende a acompanhar o desenpenho do setor dinâmico. Dentre as atividades de serviço apresentadas, temos os serviços prestados a saúde. Esses serviços são prestações de assistência sanitária constituindo um sistema de atenção orientado para a manutenção, restauração e promoção da saúde da população. Sendo assim, não somente o que trata doenças, mas também as previne. As empresas de home care, fornecem aos seus clientes, todos os cuidados de saúde necessários no conforto de sua casa. No Brasil, surgiu em 1949, ainda que com pouca credibilidade. Mas atualmente, é a grande descoberta gestacional e operacional da saúde mundial. Os atendimentos feitos por tais empresas, podem ser paliativos, preventivos, atendimentos pontuais e até mesmo de hospitalização domiciliar. A empresa Viver+ Home Care, surgiu no ano de 2013, quando uma de suas sócias, observou a escassez desse tipo de serviço na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Até a fundação, só existia na cidade, duas empresas de atendimento domiciliar. Atualmente, já existem quatro. O diferencial da Viver+ é a prestação de serviços com excelência. Valorizando o cuidado com o próximo e o atendimento totalmente humanizado.

**(Metodologia)** Este diagnóstico organizacional tem por objetivo destacar pontos positivos da empresa e descobrir os pontos que precisam de melhoria. É importante principalmente para a organização, os resultados que vamos obter para que possa corrigir falhas e ressaltar os principais pontos fortes. Além disso, o período em que irá se aplicar o questionário é totalmente propício, para que os objetivos definidos no fim da pesquisa sejam aplicadas no planejamento do ano de 2019. O estudo será feito através de pesquisas, coleta de dados e aplicações de questionários na empresa em questão.

**(Resultados)** De acordo com visitas feitas a empresa Viver Mais, podemos observar o clima organizacional, destacar pontos fortes e pontos que precisam ser melhorados, para que junto da administração da empresa o aluno possa sugerir ideias que irão acrescentar positivamente do desenvolvimento da organização ao decorrer do tempo.

**(Conclusão)** Podemos concluir que o trabalho apresentado é enriquecedor não só para o aluno que esta o desenvolvendo, mas também para a empresa que está sendo modelo de estudo. Dessa forma, ambas as partes saem mais "ricas" de informações e aprendizados.

**Palavras-Chave:** serviço; home care; diagnóstico; aprendizados.



## DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL GLOBAL

**Autor(es):**

*Alex Marcelo Fernandes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O comércio varejista, inserido no contexto do setor terciário, está em constante desenvolvimento e expansão. Muito do seu crescimento se deve ao processo de globalização, além do surgimento e implementação de novas tecnologias. Se antes o mercado era limitado regionalmente, agora as vendas não conhecem fronteiras. Apesar da importância do varejo, o setor enfrenta um grande paradoxo: o número de empresas abrindo as portas é igual ou até mesmo superior ao número de empresas encerrando as atividades. A inovação parece ser o principal critério para a definição dos players que permanecem no mercado. O mercado de Pet Shops passa por esse problema, motivo pelo qual faz-se necessário a elaboração de um diagnóstico organizacional, com aplicação de ferramentas específicas que permitam identificar falhas e traçar estratégias tendentes a garantir mais resultados para empresas do segmento.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa qualitativa, na medida em que se utiliza de fontes secundárias, relacionadas ao tema objeto de análise, como livros, revistas, dicionários, periódicos e artigos científico; quantitativa, uma vez que lança mão de dados coletados e; exploratória, tendo em vista a delimitação das melhores ferramentas e técnicas para a resolução dos problemas levantados. Objetivou-se, nesse sentido, na reunião de uma quantidade significativa de informações, de forma a permitir a compreensão macro do perfil do mercado e das empresas do segmento varejista, em especial aquelas inseridas no ramo Pet Shops. Mais do que apenas analisar a teoria e o estado da arte, buscou-se analisar a matéria, rigorosamente, com apresentação de soluções e alternativas viáveis para o crescimento organizacional.

**(Resultados)** Tendo por base a pesquisa bibliográfica, bem como o estudo de caso, alguns resultados podem ser elencados. O primeiro deles diz respeito ao cenário varejista no Brasil. O crescimento do setor pode ser visto como oportunidade para o empreendedorismo. Com relação ao segmento Pet Shops, foco da análise, fatores como concorrência escassa, pelo menos em um mesmo espaço territorial, contribuem para o faturamento e potencial de crescimento das empresas. No entanto, assim como o setor varejista de modo geral, o segmento Pet Shops também enfrenta o problema da competitividade. Daí resulta a importância de um planejamento organizacional completo.

**(Conclusão)** Ante o exposto, é possível concluir pela necessidade de inovação no segmento Pet Shops. O mercado releva grandes oportunidades, além de um incrível potencial de crescimento, o que restou comprovado pelos números mencionados e analisados ao longo do trabalho. O planejamento organizacional aparece como a chave para que empresas desse segmento permaneçam com as portas abertas e, talvez mais importante, consigam abocanhar uma fatia cada vez maior do mercado. O diagnóstico organizacional, através de ferramentas como a análise SWOT, é o primeiro passo para a tomada de ação.

**Palavras-Chave:** Comércio varejista; Pet Shops; Diagnóstico organizacional; Análise SWOT.

## DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL NO CENTRO EDUCACIONAL SANTA CATARINA

**Autor(es):**

*Jefeson Freitas de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O PIB (Produto Interno Bruto) no Brasil é formado pela junção de vários segmentos, como Indústria, Agropecuária, Serviços e Administração Pública. Ao qual, se vivencia um cenário inconstante de altos de baixos. Mais especificamente tratando-se do setor de Serviços que de acordo com o (IBGE, 2018): É caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e à intensidade no uso de tecnologias. Nas últimas décadas, o desempenho das atividades que compõem o setor vem se destacando pelo dinamismo e pela crescente participação na produção econômica brasileira. Tendo um primeiro pensamento voltado para as indústrias, o segmento que tem uma contribuição maior de retorno para o país é o setor de serviços. (Valesco, Melo 2017) Diz que é o segmento de maior peso na economia brasileira. Ele responde sozinho por cerca de 70% do PIB, principalmente as atividades voltadas aos transportes, comércio, limpeza, alimentação, telemarketing, hospedagem e beleza. O setor, tem a maior parcela do PIB mundial, não apenas no Brasil, ocupando destaque econômico. Gerando riqueza de formas variadas pela sua heterogeneidade Corrêa (2008). Ainda que o setor de serviços tenha toda essa força, hoje no Brasil, tratando-se de educação, o que se vê realmente é um cenário com grandes dificuldades, abrindo espaço para muitas lacunas a serem preenchidas, a precariedade não está apenas ligada ao âmbito familiar, como também aos educadores que por serem socialmente e mercadologicamente falando desvalorizados, as condições e ferramentas para o exercício da função é cada dia mais escarça e por todo esse contexto, que o foco principal da pesquisa será em um centro educacional para entender na raiz como educação também pode ser bastante rentável.

**(Metodologia)** O presente trabalho, buscando suporte informativo, utilizara uma pesquisa exploratória, visando investigar uma situação até então desconhecida, usando informações quantitativas e qualitativas, quantificando entraves e suas dimensões como também afinando junto a analisar para entender a situação atual da empresa. Assim como também, irá se tratar de um estudo de caso, onde todas as análises e foco investigativo serão em uma única organização. Para que se consiga realizar o diagnóstico, serão utilizadas, técnica para que seja realizada a coleta de dados como observação in loco, entrevistas tanto com a dona da organização quanto ao pessoal responsável pela secretaria, aplicando um questionário para objetivar e dar uma melhor qualidade para base de dados, e depois de aplicada será realizada uma análise documental conseguindo então apontar as melhores soluções.

**(Resultados)** Como o trabalho ainda está em desenvolvimento, o que se espera em relação aos resultados é que em relação a uma primeira coleta de dados perante a diretoria, desperte o lado empreendedor e mais que isso, ascenda seu lado competitivo que por mais que seja um sonho realizado em que seu desejo seja transmitir conhecimento voltado para os primeiros contatos escolares até o 6º ano do ensino fundamental, o entendimento de escola como empresa ampliará sua visão para uma junção de conhecimento mais rentabilidade, e assim conquistar uma fatia maior de mercado onde em sua localização é altamente competitivo.

**(Conclusão)** Quando o estudo estiver concluído, o que espera constatar é o quão importante é o diagnostico organizacional, e que como ele se torna uma ferramenta para diferenciação competitiva, pois analisando todas as áreas da organização, se tem um panorama de pontos a desenvolver, e assim, combinando com uma pesquisa macro da empresa, estudar as melhores estratégias para crescer no mercado.

**Palavras-Chave:** PIB, Setor de Serviços, Educação, Diagnóstico, Centro Educacional.

## DIAGNOSTICO TURISMO DE EVENTOS

### **Autor(es):**

*Edilania Barbosa Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*  
*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O turismo de eventos pode ser visto como uma estratégia de negócio, pela sua capacidade de gerar benefícios econômicos e sociais para empreendedores, promotores, comércio local, restaurantes, hotéis e demais profissionais direta e indiretamente envolvidos neste mercado que se tomou o principal conjunto de serviços complementares que contribui para a expansão comercial internacional. Turismo de Eventos apresenta-se como uma solução ideal para a baixa e média temporada, é um período que deve ter ações que podem minimizar a crise unir forças entre os governos e o setor privado, organizar de forma eficiente a crise do comércio, propondo parcerias com as aviações aéreas, com a rede hoteleira, divulgar em promoções o potencial turístico da cidade de Natal- RN, contratar promotores de eventos, investe em propagandas, mídias e dos patrocinadores. E principalmente manter parceria com o grupo Convention & Visitors Bureau - C&VB é um escritório de convenções e visitantes que surgiu na América do Norte, esse grupo faz inter-relações entre a comunidade é o fluxo de turista. É entidades sem fins lucrativos cujo objetivo principal é a captação de eventos para as cidades-sede. São criados por instituições públicas e privadas, prefeitura municipal, câmara do comércio e outras entidades, com a colaboração de profissionais do setor turístico, tanto público como privado. Só vai conquistar o destino quem captar o evento com diferenciais agregados, criatividade e preço justo, e realizar trabalhos não só no período da alta temporada. Segundo Ansarah (1999:75 p.42): O turista não depende só de férias para viajar, pois existem centenas de eventos que acontecem ao longo do ano, ele viaja a trabalho, não paga suas despesas da hospedagem, faz viagens mais curtas e no meio da semana é sempre visa interesses profissional, gosta de gastar pouco, faz suas refeições em restaurantes, nas horas livre gostam de descansar, o aspecto interessante é o fato dele retomar depois com a família. com isso gera mais divulgação da cidade. o setor turismo de eventos tem uma grande importância econômica e é considerado como um dos mais importantes segmentos da atividade turística, é o terceiro setor mais lucrativo da economia mundial. Fatores como recessão, concorrência, globalização, ampliação da conectividade e as constantes mudanças e incertezas que envolvem o mercado fazem emergir a necessidade de um suporte teórico, técnico, econômico e sustentável contribuindo assim na melhoria social e econômica de um determinado destino, é acompanhado a rapidez.

**(Metodologia)** A empresa que atua no segmento terciário no ramo de Eventos é preciso compreender todas as exigências do mercado competidor e principalmente conhecer as dificuldades internas da empresa, desta forma, o diagnóstico organizacional irá colaborar para esse conhecimento, caracterizando assim sua relevância além de ser viável para empresa, porque não haverá quase custos nem gastos com materiais

**(Resultados)** O turismo de eventos tem suas dificuldades e independência é um ramo complexo é não pode ser julgado pelo seu porte, é sim pelo contexto e prazos a serem entregues durante a realização de um evento nada pode dar errado. É o sucesso de uma boa administração é preciso usar as ferramentas corretas é planejar, organizar, dirigir e controlar, e depender de várias habilidades, paciência, organização, habilidades comunicativa, senso de humor, diplomacia, conhecimento de normas de cerimonial e protocolo, educação disposição, atenção aos detalhes, visão do todo é principalmente paixão pela profissão. A

**(Conclusão)** A CONCLUSÃO DA PESQUISA ESTAR PREVISTO PARA O ANO DE 2019, UMA PREVISÃO DA ANÁLISE, FEITA DO HOTEL RESORT 5 ESTRELAS DA CIDADE

**Palavras-Chave:** DIAGNOSTICO DO TURISMO DE EVENTOS UMA VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

**DIREITOS HUMANOS NAS ORGANIZAÇÕES: COMO O UNI-RN SE ADEQUA AOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ONU**

**Autor(es):**

*Victor Almeida Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Paulo Henrique Melo Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos humanos estão consolidados como um conjunto de leis que visam assegurar as necessidades básicas do ser humano, como ser respeitado e ter uma vida digna. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas foi fundada com o propósito de apaziguar e evitar conflitos mundiais como deste porte. Com a virada do século XX, a ONU se encarregou em incentivar, inserir e propagar valores relacionados aos direitos humanos no ambiente das organizações. Portanto, a pesquisa tem como finalidade enfatizar a importância dos direitos humanos dentro das organizações com base em dez princípios universais propostos pela ONU, contando com a participação do UNI-RN como objeto de estudo devido ao seu engajamento em ações que correspondem a melhorias no ambiente de trabalho, na sustentabilidade e no combate à corrupção.

**(Metodologia)** Em referência aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso de caráter qualitativo, descritiva, ao passo que contextualizou e interpretou os fenômenos no caso do UNI-RN. Para a coleta dos dados primários, uma representante da Instituição foi convidada a participar de um questionário acerca do posicionamento do UNI-RN com os princípios do Pacto Global da ONU.

**(Resultados)** De acordo com a pesquisa, o UNI-RN portou-se favorável as resoluções que correspondem às propostas do Pacto Global da ONU sobre as organizações. Quanto às ações no meio sustentável, a Instituição localizada na área do Parque das Dunas constam projetos de aproveitamento de água da chuva e dos ar-condicionados da própria Instituição, de instalações de compostagem do lixo, horta orgânica, ecoponto, além do Desafio Sustentável, uma atividade acadêmica proposta aos alunos com o intuito de despertar neles uma maior consciência ambiental. O UNI-RN atua de forma engajada no combate à discriminação de negros e homossexuais promovendo debates, palestras, seminários, acima de tudo celebrando datas comemorativas relacionadas aos temas. Além disso, a Instituição dispõe de um Núcleo de Inclusão para que haja incentivo às pessoas com deficiência a participarem de projetos de extensão como o Esporte Superação, a iniciativa do curso de Educação Física que hoje consta como interdisciplinar. Na questão do trabalho escravo, o UNI-RN abre suas portas a palestrantes, eventos e seminários que tragam à discussão e à reflexão dos seus alunos a temática dos Direitos Humanos, tais como: fim do trabalho escravo, exploração da mão de obra infantil e da degradação humana nessas frentes de trabalho. No assunto anticorrupção, o UNI-RN proporciona eventos que contam com representantes de instituições como OAB, Ministério Público, sociedade civil organizada, alunos, docentes e do MARCCO-RN com o objetivo de propagar boas práticas e valores éticos na sociedade.

**(Conclusão)** Portanto, é evidente que o UNI-RN vem mostrando interesse e comprometimento em estabelecer e promover ações de combate a todas estas causas de tamanha relevância no mundo atual, ainda que sirva de modelo para outras instituições de ensino de ascender debates e encontrar soluções efetivas de melhorias nos ambientes organizacionais como do respeito, liberdade e a vida digna, um dos alicerces dos direitos humanos. Mesmo assim sugere-se que a UNI-RN promova essas ações também junto a sociedade e ao seu quadro de funcionários como um todo, atingindo camadas diferentes de públicos, já que o público alvo predominante das ações adotadas são os acadêmicos.

**Palavras-Chave:** Direitos humanos; Princípios Fundamentais; Organizações.

## ECO PATAS

### **Autor(es):**

*Arthur Batista Mendonça: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Melquisedeque da Silva Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Gabriel Monte Antunes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Iago Kilson Damasceno Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*James Teixeira Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil o mercado PET vem crescendo de forma a subestimar as expectativas e as deduções, até mesmo dos especuladores. Com o crescente número de animais, inúmeras pessoas têm investido nesse mercado com a venda de produtos e serviços de forma a atender a todas as necessidades de todos os tipos de animais. Devido ao intenso e constante crescimento; é exatamente esse caminho que a empresa Eco Patas tem seguido, sendo que vai além, pois busca produzir novos produtos a partir de materiais reciclados e de boa qualidade, além de realizar o encontro entre o animal e o possível dono a excelência no serviço. Com essa intenção a empresa montou o seu plano de marketing e logístico para melhor conhecimento do mercado, visando melhor preparação, oportunidade e nível para competitividade no mercado, a partir das áreas citadas anteriormente. O objetivo é o preenchimento e aproveitamento da oportunidade que nos é oferecida de acordo com os cenários de mercado que nos é apresentado e os estudos realizados com base nesse novo mercado, vendo as possibilidades através das ferramentas de análise que a estratégia de mercado em conjunto com a logística nos proporcionou, tendo como meta a inserção nesse ramo de negócio e obtendo o máximo de sucesso possível e proporcionando o melhor produto e serviço para os potenciais clientes. A ideia é reduzir o preço do produto, por meio de produtos recicláveis, porém só será utilizado materiais que possam ser reutilizados e que tenham boa qualidade e ajudem o meio ambiente. Nesse estudo foi possível observar um GAP em que o mercado deixou, sendo possível adentrar esse mercado com mais propriedades e inovando em determinados aspectos em comparação ao mercado já existente e que é voltado para o negócio.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no presente trabalho, foi de natureza descritiva qualitativa bibliográfica e quantitativa, tendo os dados mais recentes como base para o desenvolvimento do estudo de caso tendo em vista a obtenção de informações verídicas através de sites de empresas atuantes no ramo e de associações como também de ONGs do ramo, mas que não atuam na região nordeste. As informações foram obtidas por meio de sites de associações e da ABINPET.

**(Resultados)** Após às análises das pesquisas que foram feitas para o desenvolvimento desse estudo, é notório que em função do elevado crescimento do mercado PET em todo o país as famílias estão dando a preferência aos animais no lugar das crianças, devido a um menor nível de responsabilidade e facilidade de gestão. Um estudo de mercado feito pela ABINPET mostra que o mercado voltado aos animais teve um aumento de 7,9% no ano de 2016 comparado a 2015 e esse valor em reais é cerca de R\$20,3 bilhões. O Brasil é o terceiro maior do mundo no que diz respeito ao faturamento mundial, principalmente quando falamos da alimentação dos animais.

**(Conclusão)** Conclui-se que o marketing e a logística são de suma importância dentro de uma empresa para uma melhor gestão e melhor visão sobre o negócio, buscando estruturar, com expectativas de melhores resultados, redução de custos e excelência na produção dando uma melhor qualidade aos produtos e serviços que iremos oferecer.

**Palavras-Chave:** Pet, Animal, Família, Sustentável, Ambiente

**FERRAMENTAS DE CONTROLE DE GESTÃO DE ESTOQUE COMO PROPOSTA PARA UMA EMPRESA DESENVOLVIDA  
A PARTIR DE UM PLANO DE NEGÓCIO – CAPTAR**

**Autor(es):**

*Danilo Duarte de Moura: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O desenvolvimento sustentável é definido como sendo o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Dentro desta perspectiva, o uso racional da água pode ser definido como as práticas, técnicas e tecnologias que proporcionam a melhoria da eficiência do seu uso, sendo que a procura por tecnologia de reaproveitamento da água tem crescido nos últimos anos. Empresas e pessoas físicas estão cada vez mais preocupadas com questões ambientais, procuram formas de reciclar a água utilizada em seus prédios ou ainda de coletar água da chuva para aproveitamento em limpeza, jardinagem e esgoto. O aproveitamento de águas pluviais e cinzentas é uma medida que reduz o consumo de água potável em situações em que a mesma não é necessária, como regas de jardins, lavagens e descargas de autoclismos, apresentando assim vantagens a nível ambiental e econômico (SILVA, 2012). Diante desse cenário assombroso e oportuno, surgiu a empresa de sistemas de reutilização de água – CAPTAR. O presente trabalho tem como objetivo identificar ferramentas que melhor auxiliem à gestão de controle de estoque na empresa CAPTAR e com isso agregar valor ao serviço desenvolvido e prestado. Nessa perspectiva, serão analisadas algumas ferramentas para a operacionalização de políticas de estoques na cadeia de suprimentos: gráficos dente de serra, os quais mostram o ponto exato de reposição de estoque; a análise ABC, cujo objetivo é determinar quais são os produtos mais importantes de uma empresa; e o Just in time, que significa “na hora certa” ou “momento certo”. Para que dessa forma, a empresa CAPTAR tenha maior embasamento e segurança na tomada de decisão no seu controle de estoque.

**(Metodologia)** Atentando para as características desta pesquisa, as abordagens para o estudo de caso da empresa CAPTAR foram, descritiva e quali-quantitativa. Descritiva, porque teve como objetivo a formação de um problema, além de analisar o uso de algumas das ferramentas de controle de gestão do estoque; e quali-quantitativa, pois analisa tanto aspectos qualitativos como quantitativos do objeto de estudo, o que permite uma visão ampla do tema abordado. A pesquisa é qualitativa porque procura identificar conceitos importantes do objeto de estudo e quantitativa pois foi obtido resultados que puderam ser quantificados, diferindo da pesquisa qualitativa.

**(Resultados)** A correta gestão de estoque tem como finalidade o atendimento às expectativas de produção ou de consumo da empresa, buscando eficiência no relacionamento com fornecedores, redução de custos e tempo de movimentação. O equilíbrio financeiro e resultados da empresa estão relacionados diretamente a área de compras, pois compras efetuadas no momento correto não deixarão seu negócio ficar desabastecido ou com produtos encalhados. A decisão dos volumes a serem estocados é determinante para definir quais custos a organização incorrerá ao longo de sua operação e, os custos dos processos é que serão importantes na determinação dos volumes a serem estocados.

**(Conclusão)** Conclui-se que gestão de estoques é um fator de grande importância para as empresas, pois possibilita maior controle de seus recursos, tornando-se um diferencial para a organização. Salienta-se a importância/expectativa desse estudo no sentido de apresentar a melhor ou as melhores ferramentas de gestão de controle de estoque, partindo do princípio que um dos maiores incentivos para se estudar o gerenciamento de estoques é o grande impacto financeiro que é possível se obter através do aumento da eficácia e da eficiência das operações da organização.

**Palavras-Chave:** ÁGUA. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REAPROVEITAMENTO. GESTÃO

**GEORGE SOROS: ESPECULADOR, FILANTROPICO E FILOSOFO.**

**Autor(es):**

*Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Bianca Peixoto do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Estela Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thainar Alves Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho evidencia a história de vida e carreira do investidor George Soros, sendo o mesmo um dos mais respeitados administradores, sendo ele conhecido pelo famoso fundo de hedge. George Soros nasceu em 12/08/1930, tendo sido batizado com o nome de György Schwartz, em Budapeste, Hungria. Sendo ele considerado um dos maiores investidores do mundo, onde em fevereiro de 2017, sua fortuna já era avaliada em U\$ 25,2 bilhões de dólares, fazendo com que ele fosse considerado um dos trinta homens mais ricos do mundo. Apesar de ter ficado famoso por investir através de especulação, também foi reconhecido pelos seus altos valores doados a projetos de defesa dos direitos humanos e iniciativas de promoção de valores democráticos liberais pelo mundo. Passou grande parte da vida trabalhando em empresas em Nova York antes de fundar seu próprio fundo de investimento em 1970. O Fundo Soros Management, que anos depois trocava de nome para Fundo Quantum, era referência em fundos agressivos, como também pelo seu alto retorno financeiro. Em 1992, mais uma vez foi colocado às vistas, sendo conhecido pelo homem que “quebrou o banco da Inglaterra”, mediante a especulação de 10 bilhões na libra esterlina, ganhando cerca de 1 bilhão em retorno em dia.

**(Metodologia)** O presente trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica descritiva exploratória e estudo de caso, buscando entender determinados acontecimentos. Onde o mesmo foi baseado no livro Os grandes investidores: As estratégias dos maiores mestres na arte de investir de Glen Arnold, revertido o capítulo quinto, onde fala sobre o investidor George Soros. Com vários anos estudando ele reestruturou sua própria teoria, explicando de forma aberta sobre sua concepção da teoria da reflexividade. Evidenciando também, suas operações financeiras, na qual sempre questionavam teorias conhecidas como a hipótese de eficiência dos mercados.

**(Resultados)** De acordo com a teoria de Soros, os desequilíbrios do mercado levam os agentes a iniciativas que ampliam essa situação de desequilíbrio. Apesar da hipótese de mercados eficientes, que os agentes têm acesso às informações e tomam suas decisões da melhor forma possível a partir delas, a Teoria da Reflexividade aponta que os agentes do mercado, por terem conhecimento imperfeito, adicionam suas incertezas, expectativas e suposições nos preços. Apensar dos resultados de Soros, sua teoria nunca foi levada muito a sério no meio econômico.

**(Conclusão)** Concluímos então que George Soros, diante de tantos investidores é uma inspiração, onde suas apostas altas e agressivas, sendo até mesmo tudo ou nada o tornam cada vez mais popular em meio a tantos outros investidores. Não era apenas um filósofo e economista estimado, mas um figura importante no mundo das finanças. Sem esquecer-se de como ajudou pessoas com seu dinheiro e posição. Ele é tão respeitado e está no mesmo nível de tantas figuras líderes no palco mundial que foi chamado de a única pessoa que possui sua própria política exterior e pode implementá-la. Prefere sempre ser lembrado em três aspectos do trabalho de sua vida: como especulador em questões financeiras, filantrópicas e filosóficas. Ele foi incrivelmente bem-sucedido, não só como especulador, mas como força criativa em todas as três áreas.

**Palavras-Chave:** teoria de hedge; teoria da reflexividade; queda do banco

**GESTÃO DA QUALIDADE PRODUTIVA EM UMA UNIDADE DE EMPREENHIMENTO A PARTIR DE UM PLANO DE NEGÓCIO – CÔCO NATURE**

**Autor(es):**

*Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na unidade de empreendimento que foi desenvolvida a partir do plano de negócio tem a proposta de negócio é oferecer aos clientes a fruta coco de uma forma diferente das que são oferecidas atualmente. Em nosso estudo sobre o produto foi observada a falta de uma gestão da qualidade produtiva da fruta, à falta de técnicas gerenciais logísticas necessárias para a produção agroindustrial até o seu consumidor final, de forma que a qualidade das frutas pode variar, os locais de armazenagem que não possuem as condições adequadas para estocagem aumentando o índice de perda de produtos, tudo isso levando até o momento do descarte incorreto da fruta após o consumo de sua água. Tendo como objetivo do trabalho é demonstrar soluções no gerenciamento de processo de produção buscando aumentar assim a qualidade da matéria prima, nos locais de revenda, incentivar o descarte correto desenvolvendo novas atividades que gerem renda para o produtor ou revendedor.

**(Metodologia)** A caracterização do trabalho foi feita com base no plano de negócio, devido ao desenvolvimento do plano de negócios da empresa foi feito com o programa “Plano De Negócios 3.0” desenvolvido pelo SEBRAE. Toda a nossa pesquisa de mercado foi viabilizada pela ferramenta “Survey Monkey” tendo assim nossos resultados de aceitação de mercado, preço do produto, público alvo. O universo e amostra usados na pesquisa foi de aproximadamente 144 pessoas de idades entre 17-50 anos, sendo pessoas que buscam um estilo de vida mais saudável e preferem consumir produtos 100% naturais. Como o objetivo de melhorar a qualidade dos produtos foi desenvolvido um processo de triagem e padrões de qualidade, sobre os resíduos da produção, buscamos alternativas de aproveitamento da casca de coco, possibilitando a redução da disposição inadequada de resíduos sólidos e proporcionando uma nova opção de rendimento, a lista do que pode ser feito com a fibra do coco é cada dia maior; xaxins, estofados, vasos, entre outros.

**(Resultados)** Preocupado com o meio ambiente, a empresa pensa em se destacar também como referência quando se fala em responsabilidade socioambiental, a empresa estuda possibilidades para utilizar plástico e canudo biodegradável em parceria com empresas que desenvolvam estes tipos de produtos. Sobre os resíduos da nossa produção, buscamos alternativas de aproveitamento da casca de coco, possibilitando a redução da disposição inadequada de resíduos sólidos e proporcionando uma nova opção de rendimento, a lista do que pode ser feito com a fibra do coco, onde serão propostas alternativas para as correções da problemática identificada.

**(Conclusão)** Conclui-se que a qualidade de produção assume papel importante em qualquer organização independente da área que a mesma atue, gerenciando e provendo recursos, com o intuito de melhorar o desempenho e reduzir os custos. Baseado nisso a pesquisa sugeriu a aplicação de procedimentos necessários para otimização da produção e da estocagem por meio da padronização da forma do produto, procedimentos fundamental para manutenção de estoque, e a responsabilidade sócio ambiental desenvolvendo uma forma de trabalho diferenciado, pois com esses procedimentos corretos a organização melhoraria o seu controle e manutenção de resíduos.

**Palavras-Chave:** administração



**LIFE PLUS: PRATICIDADE PARA VIDA A VIDA FITNESS**

**Autor(es):**

*Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Larissa Marcelly Oliveira do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Bianca Peixoto do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Estela Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thainar Alves Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** À LIFE PLUS é um aplicativo que tem como objetivo proporcionar mais saúde, qualidade de vida e praticidade aos seus usuários com qualidade na prestação de serviços. No presente estudo, o objetivo é prosperar com a LIFE PLUS com uma proposta de plano de marketing e logístico, para expandir o trabalho de forma eficiente e eficaz, atraindo assim, novos usuários. A profissionalização dos negócios nas academias de ginástica e musculação não são fatos isolados, mas estão inseridos em um contexto geral, seguindo a tendência da globalização onde todas as empresas desse ramo estão sempre em busca de melhorias para o segmento que está em ascensão. Aquele que tem uma boa ação de marketing que terá uma boa propaganda, concorrentes e clientes. Ao longo do trabalho, iremos abordar juntamente com plano logístico que é crucial para fazer uma boa distribuição dos produtos das lojas e restaurantes, processo de aquisição, recebimento, e o alcance da distribuição.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi uma pesquisa exploratória estruturada via Google Docs com dados quantitativos e qualitativos, fazendo essa pesquisa entre Profissionais de Educação Física, Nutricionistas, Empresas que atendem nesse segmento e pessoas que buscam uma boa qualidade de vida, assim buscando inovação e praticidade para um mercado que está em crescimento.

**(Resultados)** Através de uma pesquisa estruturada via Google Docs, foram identificadas as principais necessidades para o negócio, surgindo assim a ideia de propor um aplicativo que atuasse como prestador de serviço para pessoas do mundo fitness. No qual, irá oferecer a praticidade e tecnologia atualizada na modalidade de atividades esportivas e físicas. Aumentando as opções para que os clientes possuam um serviço de boa qualidade e sempre estejam satisfeitos com o que está sendo oferecido. O principal meio de divulgação do aplicativo irá ser através de estratégias de marketing, oferecidas pela internet, convênio com profissionais da área, parcerias com academias e empresas do ramo, como: Lojas de suplementação e restaurante fitness, patrocínio em eventos esportivos, participação em feiras e eventos que reúnam expositores do segmento, visando também contato com novos fornecedores e a divulgação do aplicativo nas mídias sociais.

**(Conclusão)** Através do estudo no presente trabalho, verifica-se que as academias de ginásticas e musculação estão aperfeiçoando cada vez mais a oferta dos serviços. Nesse sentido são de extrema importância o investimento em algumas ações que podem ajudar atrair clientes e profissionais recém-formados a entrarem no mercado de trabalho com ajuda do aplicativo. O aplicativo consiste em oportunizar aos clientes meios cada vez mais modernos, com investimento em tecnologia. Ainda ampliar a oferta de modalidade de funções de serviços e produtos no aplicativo. A melhor forma de entrar no mercado competitivo com o aplicativo é o bom trabalho e a aprovação dos nossos usuários. As formas de divulgação do mesmo irão ser feita através de um bom plano de marketing, seja pela internet, seja através de panfletos ou convênio e parcerias com academias e profissionais afins, lojas de suplementos, e restaurante fitness e nutricionista esportivos com consulta e mensagens em tempo real usando essa flexibilidade para o nosso cliente.

**Palavras-Chave:** Aplicativo. Fitness. Esportivo.

## LOGÍSTICA REVERSA APLICADA AO MARKETING SUSTENTÁVEL

### **Autor(es):**

*Adson Johnothon de Lima Leão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Tacyana Souza de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Letícia Xavier Dantas de Miranda Monte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem como objetivo classificar a importância da logística reversa para o posicionamento da marca para o marketing sustentável. Atualmente, o processo decisório é bombardeado pela lucratividade, valor agregado ao cliente, análise ambiental e responsabilidade socioambiental e tornar prático a trílice sustentação: eficiência, eficácia e efetividade, isso tem tornando-se primordial na administração da empresa. É a partir desse momento que o marketing sustentável associado à logística reversa adquirem o status quo de uma das principais fontes potenciais de melhoria do Êxito da organização. Atualmente a sustentabilidade não está relacionada apenas à questão ambiental, mas sim a diversos fatores que envolvem toda uma organização. O valor do produto é um ponto a considerar, levando em conta o impacto gerado ao consumidor. As empresas buscam passar o valor agregado ao cliente, usando a conscientização da qualidade, rentabilidade e impacto ambiental. A Logística Reversa se torna um aliado fundamental ao processo, pois está trabalhando em conjunto com o recolhimento adequado dos materiais e destinando a reutilização desses insumos que anteriormente eram descartados e agregando consequências de ganhos financeiros e se tornando um diferencial para a empresa envolvida.

**(Metodologia)** A caracterização do tipo de pesquisa foi institucional, bibliográfica e descritiva, levando em consideração que a análise de conhecimento de como a empresa realiza os trabalhos de logística e de marketing abrangendo a cartela de clientes que é de aproximadamente 1.087 distribuídos em 74 cidades no território do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

**(Resultados)** No processo de amostra da logística foi apresentado todo o sistema integrado, englobando a distribuição para os clientes. Diante do exposto pela empresa ficou evidente que a organização passa por uma problemática em concluir o processo de recolher e encaminhar as bombonas de 5 litros para as indústrias concluindo assim o ciclo da logística reversa. Foi identificado uma segunda problemática abrangendo o setor de Marketing onde está atrelada ao posicionamento da marca no mercado, no que diz respeito à sustentabilidade, voltado para a visão de custo benefício em direcionado ao valor agregado para o consumidor.

**(Conclusão)** Com o presente artigo verificasse que a conscientização ambiental é um ponto bastante discutido nas organizações, a sociedade vem cobrando das indústrias e de seus fornecedores diretos resultados referentes a impactos gerados pela produção e consumo dos produtos que causam impactos no meio ambiente. Mas as empresas vão além dos impactos ambientais, pois a sustentabilidade está cada vez mais presente em suas atividades. É imprescindível que a relação entre Indústria – WT – Cliente esteja alinhada, principalmente em relação a apresentar os benefícios trazidos com o retorno das bombonas para as indústrias, ocasionando assim uma redução de custos nos insumos da fabricação, agregando valor significativo para a WT e seus consumidores.

**Palavras-Chave:** Marketing sustentável. Logística reversa. Valor agregado.

**PLANO DE LOGÍSTICA E PLANO DE MARKETING INTERDISCIPLINAR - BROWNIES MARCA DOMINNIC**

**Autor(es):**

*Alex Marcelo Fernandes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Trata-se de trabalho científico apresentado sob a forma de plano de marketing e plano de logística, com base na marca Dominnic Delicatese. O foco da análise reside no produto Brownie, comercializado no mercado. A realização dos referidos planos, tanto de marketing quanto de logística, tem por base a realidade do mercado em que as empresas estão inseridas, bem como das ferramentas colocadas à disposição de gestores e empreendedores para manter a competitividade. O objetivo do trabalho foi traçar um perfil empresarial e, a partir disso, estabelecer estratégias concretas para a solução de eventuais problemas inerentes aos processos da marca. O planejamento de marketing e logística se mostra essencial para o crescimento de empresas. Sem esse trabalho analítico, qualquer empresa pode facilmente perder o seu espaço no mercado.

**(Metodologia)** Para cumprir com os objetivos da pesquisa, optou-se pela utilização de fontes secundárias, relativas ao tema objeto de análise, tais como livros, artigos científicos, periódicos, enciclopédias, dicionários, monografias e outras. Quanto ao método, trata-se de pesquisa qualitativa, na medida em que diversos argumentos particulares são analisados ao longo do trabalho. Trata-se, pois, de uma pesquisa de caráter bibliográfico, que explora e se utiliza de trabalhos anteriores, preexistentes à pesquisa ora apresentada, entendidos como constitutivos do estado da arte. Ao final, considerações são tecidas, como forma de atualizar o estudo e contribuir para o aperfeiçoamento do saber acadêmico.

**(Resultados)** Através da pesquisa apresentada, constatou-se a necessidade de uma abordagem de caráter interdisciplinar no momento de construção do plano de marketing da marca. A integração entre logística e marketing, conforme demonstrado, não é tarefa necessariamente fácil, mas necessária para o desenvolvimento da empresa, em condições competitivas. A elaboração de um plano de ação pressupõe uma análise pormenorizada de aspectos internos e externos à empresa. Do ponto de vista externo, os olhares devem estar voltados para o mercado e a economia. Do ponto de vista interno, por sua vez, o foco volta-se para as estratégias de marketing, qualidade técnica do corpo de pessoal etc.

**(Conclusão)** Ante o exposto ao longo do trabalho, conclui-se pela importância do planejamento de marketing, alinhado com o planejamento logístico, para o crescimento de uma marca no mercado. São estratégias poderosas, colocadas à disposição dos gestores e empresários, que contribuem para o sucesso de um empreendimento. Restou evidente, também, que tais estratégias devem ser implementadas de forma conjunta, para garantia de melhores resultados. Além disso, foi possível perceber que, para a construção de um plano de marketing interdisciplinar, que inclua a logística, é fundamental lançar mão de recursos como a análise de Swot, público-alvo e posicionamento de mercado.

**Palavras-Chave:** Plano de marketing; Plano de logística; Estratégias de marketing; Brownies Marca Dominnic.

## PLANO DE MARKETING E LOGÍSTICO: FAZENDAS VERTICAIS

### **Autor(es):**

*Eduardo Tonetto Segantini: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Gabriel Batista Abbott Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O plano de Marketing e Logístico são partes importantes para qualquer organização que queria penetrar mais em seu segmento e no mercado para gerar maiores resultados. O estudo de caso elaborado remete ao segmento da agroindústria, sendo mais focado na produção de hortaliças pelo regime da agricultura de precisão dentro das grandes cidades. O presente trabalho traz o enfoque sobre as questões do grande desperdício de produtos gerados em todas as partes do processo de produção até a entrega e venda do produto final e revela a alternativa de um novo, e revolucionário, modelo de negócio que agrega a redução dos gastos, a maximização dos processos e a atratividade por um produto quase cem por cento natural e de grandíssima qualidade. O objetivo do trabalho foi formular um plano Logístico e um plano de Marketing voltados para o segmento das Fazendas Verticais (FV), que utilizam de um sistema hidropônico de cultivo, em um ambiente fechado e livre de pragas e, conseqüentemente, de agroquímicos e uma produção em níveis verticais para otimização do espaço de produção.

**(Metodologia)** A pesquisa em foco é caracterizada, quanto a sua abordagem, como uma pesquisa qualitativa, por não se atentar a valores numéricos e sim a investigação do assunto. Com relação a seu objetivo, esta é descritiva, buscando entender e expor os fatos da realidade pesquisada. E, por fim, é caracterizada como bibliográfica e estudo de caso exploratório ao que tange quanto aos procedimentos adotados. A coleta de dados foi feita com base em artigos posteriormente publicados e documentos governamentais e não-governamentais acerca do tema tratado. Além disso, também foi fundamental, as informações fornecidas ao público por empresas do segmento, que proporcionaram a viabilidade do estudo.

**(Resultados)** De acordo com as informações obtidas através de artigos, monografias, reportagens e livros, pode-se elaborar um Plano de Marketing e Logístico sucinto e concreto visando a redução dos custos na cadeia produtiva e o aumento da produtividade, bem como o crescimento da imagem do segmento e, conseqüentemente, da participação da empresa no mercado a qual está inserida. Pode-se notar também a consistência dos pontos fortes elencados na análise SWOT que tornam o segmento exposto como algo inovador e de forte tendência para um futuro próximo.

**(Conclusão)** Adotando as praticas logísticas corretas para montar, dentro das cidades, casas verdes (greenhouses) de Fazendas Verticais que aperfeiçoam o espaço interno e reduzem os custos gerais da produção, principalmente dos desperdícios gerados desta, e que visam a elevação da rentabilidade do negócio, conclui-se que o projeto possui uma enorme viabilidade econômica, principalmente com a devida aplicação do plano de Marketing e Logístico.

**Palavras-Chave:** Plano de Marketing; Plano Logístico; Fazendas Verticais.

## QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA CLÍNICA DE UROLOGIA DE NATAL

**Autor(es):**

*Josivania Santos de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em Natal há cerca de 160 clínicas, dentre elas a Cliun, Clínica de Urologia de Natal é a única clínica especializada em atendimento urológico e atende a demanda de todo o Rio Grande do Norte, fundada em 2001 é considerada uma das melhores clínicas do país, atua a 18 anos no tratamento urológico de homens e mulheres, prezando sempre pela utilização das mais modernas técnicas médicas e pela construção da relação humanizada entre médico e paciente. Com uma das melhores estruturas clínicas do Norte-Nordeste foi construída a partir do sonho de um grupo de médicos especialistas em urologia em Natal que, em 2001, decidiram levar adiante o projeto de criar uma clínica que consagrasse profissionais qualificados, atendimento humanizado, tecnologia e uma infraestrutura semelhante à das melhores clínicas urológicas do país. O problema identificado na Cliun está na falta de estrutura para acomodar adequadamente os funcionários em hora de descanso, a não disponibilização de EPIs para os funcionários e a não utilização de técnicas de combate à pressão e estresse do dia a dia. O objetivo do presente trabalho é realizar um diagnóstico organizacional da Clínica de Urologia de Natal. Assim, identificar os aspectos positivos e negativos da organização, apontando alternativas de solução para a mesma com foco na saúde, segurança e bem estar do funcionário.

**(Metodologia)** (RESULTADOS) Mediante observação e análise das respostas obtidas pelas entrevistas que foram aplicadas para a realização deste estudo, ficou claro que a organização não oferece devida estrutura para seus colaboradores, não executam de forma correta medidas de prevenção à doenç

**(Resultados)** Mediante observação e análise das respostas obtidas pelas entrevistas que foram aplicadas para a realização deste estudo, ficou claro que a organização não oferece devida estrutura para seus colaboradores, não executam de forma correta medidas de prevenção à doenças ocupacionais nas atividades desempenhadas pelos funcionários, onde serão propostas ações para a correção do problema identificado.

**(Conclusão)** Conclui-se que a prevenção de doenças ocupacionais é essencial em uma empresa, assim como a conscientização sobre os riscos presentes no ambiente de trabalho, doenças ocupacionais e suas causas e efeitos, em muitos casos irreversíveis, devem estar sempre em pauta dentro das empresas. Levando em consideração essas informações será apresentado os benefícios que podem decorrer da promoção de ações e palestras sobre a importância de conscientizar sobre a prevenção de doenças e acidentes ocupacionais e sugerido investimento em EPI equipamento de proteção individual, além da sugestão da criação de uma CIPA (comissão interna de prevenção a acidentes). Além disso, será proposta a realização de um plano de ação de qualidade de vida no trabalho com foco na redução do absenteísmo, do turnover e promoção do bem estar do colaborador.

**Palavras-Chave:** QTV, Doenças Ocupacionais, Acidentes, EPI, CIPA, Absenteísmo, Turnover

## RECONHECIMENTO DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DA EMPRESA GRUPO MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ

### **Autor(es):**

*Lorena Câmara Mafra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ariane Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Lorena Stephany Lopes Vital: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Pedro Lucas Valdevino Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Pesquisa realizada com o Grupo musical Cavaleiros do forró – Padang promoções, empresa de grande porte localizada na cidade de Natal – Rio Grande do Norte, liderada por Alex Sandro Ferreira Santos de Melo, conhecido como Alex Padang, e por Janine Ferreira Santos de Melo Lago. Atualmente, o mercado musical vem crescendo bastante em todos os ritmos, fazendo com que a concorrência cresça paralelamente. Diante disso, Alex e Janine, em conjunto com sua equipe, estão sempre inovando e buscando novos meios que diferencie a banda Cavaleiros do forró das demais. Com isso, iremos identificar as práticas organizacionais no que diz respeito às estratégias e estruturas da empresa. Ademais, iremos analisar as formas utilizadas pelos líderes para coordenar os colaboradores

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A caracterização do tipo de pesquisa utilizada no trabalho foi de natureza exploratória e descritiva, visto que o estudo vai se familiarizar com a empresa que esta sendo pesquisada, e também, vai descrever como funciona a mesma. O universo e a amostra usados na pesquisa foram a organização e seus colaboradores. Foram usados como instrumentos de coleta de dados em uma entrevista com a empresária Janine Lago, e a observação não participante através da visita feita a sede da empresa. A empresa é formada por 36 colaboradores, nas quais são divididos em vários setores. Alex e Janine compõe a diretoria dentro da empresa Pagang. Na banda (parte externa) existe o gerente, que faz algumas contratações, viaja e controla a banda. Paralelo a isso, existe um gerente financeiro, que controla as despesas da banda na viagem, cuida da portaria do evento, e recebe dos contratantes. Eles contam também, com um produtor musical, que cuida da parte de produção do show, fogos, repertório e a produção das músicas. Já, no escritório, eles possuem um gerente financeiro, que junto com o financeiro da banda, fazem suas planilhas e fecham o caixa. Além dele, possuem o departamento comercial, ou seja, de vendas de shows e ligações, e também o de mídias sociais, que fica com toda a questão ligada as redes sociais e internet. Visto que para fechar um show, existe um contrato burocrático, principalmente quando são órgãos públicos, a empresa precisa enviar alguns documentos como de exclusividade, contrato social, municipal, estadual, federal, a proposta, a nota fiscal, entre outros.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Após análise das respostas obtidas em entrevista realizada com Janine Lago no dia 29/05/2018 que foram aplicadas para desenvolvimento deste trabalho, visualizamos que a empresa precisa de mais planejamento em relação à atuação da banda, aumentando o número de reuniões dentro do escritório, e, também relatórios de desenvolvimento da banda em cada show realizado.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Conclui-se que a organização de relatórios a cada show e maior número de reuniões dentro da empresa, pode ajudar muito no desenvolvimento da mesma, tendo em vista que com todo esse processo eles vão ter históricos, podendo então ter acesso aos erros que já foram cometidos para assim então buscar apenas solução para os desafios e objetivos que forem lançados na sociedade em que se encontram.

**Palavras-Chave:** Cavaleiros do forró

## RECONHECIMENTO DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DA EMPRESA GRUPO MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ

### **Autor(es):**

*Lorena Câmara Mafra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ariane Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Lorena Stephany Lopes Vital: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Pedro Lucas Valdevino Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Pesquisa realizada com o Grupo musical Cavaleiros do forró – Padang promoções, empresa de grande porte localizada na cidade de Natal – Rio Grande do Norte, liderada por Alex Sandro Ferreira Santos de Melo, conhecido como Alex Padang, e por Janine Ferreira Santos de Melo Lago. Atualmente, o mercado musical vem crescendo bastante em todos os ritmos, fazendo com que a concorrência cresça paralelamente. Diante disso, Alex e Janine, em conjunto com sua equipe, estão sempre inovando e buscando novos meios que diferencie a banda Cavaleiros do forró das demais. Com isso, iremos identificar as práticas organizacionais no que diz respeito às estratégias e estruturas da empresa. Ademais, iremos analisar as formas utilizadas pelos líderes para coordenar os colaboradores

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A caracterização do tipo de pesquisa utilizada no trabalho foi de natureza exploratória e descritiva, visto que o estudo vai se familiarizar com a empresa que esta sendo pesquisada, e também, vai descrever como funciona a mesma. O universo e a amostra usados na pesquisa foram a organização e seus colaboradores. Foram usados como instrumentos de coleta de dados em uma entrevista com a empresária Janine Lago, e a observação não participante através da visita feita a sede da empresa. A empresa é formada por 36 colaboradores, nas quais são divididos em vários setores. Alex e Janine compõe a diretoria dentro da empresa Pagang. Na banda (parte externa) existe o gerente, que faz algumas contratações, viaja e controla a banda. Paralelo a isso, existe um gerente financeiro, que controla as despesas da banda na viagem, cuida da portaria do evento, e recebe dos contratantes. Eles contam também, com um produtor musical, que cuida da parte de produção do show, fogos, repertório e a produção das músicas. Já, no escritório, eles possuem um gerente financeiro, que junto com o financeiro da banda, fazem suas planilhas e fecham o caixa. Além dele, possuem o departamento comercial, ou seja, de vendas de shows e ligações, e também o de mídias sociais, que fica com toda a questão ligada as redes sociais e internet. Visto que para fechar um show, existe um contrato burocrático, principalmente quando são órgãos públicos, a empresa precisa enviar alguns documentos como de exclusividade, contrato social, municipal, estadual, federal, a proposta, a nota fiscal, entre outros.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Após análise das respostas obtidas em entrevista realizada com Janine Lago no dia 29/05/2018 que foram aplicadas para desenvolvimento deste trabalho, visualizamos que a empresa precisa de mais planejamento em relação à atuação da banda, aumentando o número de reuniões dentro do escritório, e, também relatórios de desenvolvimento da banda em cada show realizado.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Conclui-se que a organização de relatórios a cada show e maior número de reuniões dentro da empresa, pode ajudar muito no desenvolvimento da mesma, tendo em vista que com todo esse processo eles vão ter históricos, podendo então ter acesso aos erros que já foram cometidos para assim então buscar apenas solução para os desafios e objetivos que forem lançados na sociedade em que se encontram.

**Palavras-Chave:** Cavaleiros do forró

## RECONHECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DO SUPERMERCADO SUPERSHOW SERIDÓ

### **Autor(es):**

*Aluisio Lino Bezerra Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Edvan Silva de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Guilherme Pereira Barreto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Erasmio Ferreira de Souza Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago Batista Silva Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema abordado tem como objetivo a análise do sistema de gestão do supermercado Supershow Seridó, comparando seus métodos à luz das teorias administrativas e identificando se o modelo utilizado entrega bons resultados a organização. O mercado varejista tem como objetivo facilitar a relação de compra e venda, de modo que atenda às necessidades dos dois lados dessa transação. A maioria do comércio varejista é de produtos não duráveis, no meio desse mercado, sobrevivem os pequenos comerciantes que fornecem comunidades próximas com bens e serviços indo até o público onde os grandes fornecedores não conseguem ir. Nesse contexto se encaixa o supermercado Supershow Seridó. O ramo varejista encontrasse em contínua mudança, e isso exige por parte dos gestores, ideias inovadoras para se sobressair em meio a esse mercado através de uma gestão de qualidade.

**(Metodologia)** A coleta de dados foi obtida por meio de uma visita feita ao supermercado, também foi feita uma entrevista com o gerente da empresa com perguntas estruturadas, focadas na identificação dos procedimentos executados pela organização. Trata-se de um estudo de caso com análise descritiva de pesquisa exploratória aplicada.

**(Resultados)** Na pesquisa realizada no supermercado Supershow Seridó observou-se que o gerente geral da organização adotou um modelo que se assemelha ao modelo de sistema de liderança consultiva apresentado por Rensis Likert Também se observou que a unidade conta com sete encarregados responsáveis cada um por determinado setor da unidade (Frente de loja, mercearia, hortifruit, frios ou perecíveis, padaria e açougue), tal método se assemelha a teoria da organização racional do trabalho proposto por Frederick Taylor. Diante das informações obtidas, foi identificado que o modelo de gestão utilizado pelo supermercado gerou nos colaboradores um maior empenho para com a organização, pois os mesmos disseram se sentir mais participativos por estarem sendo ouvidos pelos gestores da empresa, o que gerou uma maior satisfação e um melhor clima organizacional, possibilitando o alcance de metas e um crescimento em todas as áreas da organização, além de um atendimento de maior qualidade para os clientes e um serviço com mais excelência.

**(Conclusão)** O presente artigo teve como finalidade realizar um estudo sobre o sistema de gestão do Supershow Seridó e identificar se o modelo utilizado entrega a organização bons resultados. Com base nos dados coletados na pesquisa realizada pelo grupo, é possível apontar que um modelo que priorize o bem-estar dos colaboradores e os mantenham motivados através de um ambiente organizacional agradável, traz benefícios que resultam em um crescimento considerável em todas as áreas da organização.

**Palavras-Chave:** Varejo. Teorias da administração. Modelo de gestão



**SMARTBAG: TECNOLOGIA A FAVOR DO BEM ESTAR**

**Autor(es):**

*Bárbara Candice Barbosa Jacinto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Maxlene Amanda de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Rosa Maria de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*MARIA CICERA DA SILVA: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As dores lombares é a segunda doença que mais comumente afeta os brasileiros, segundo dados do IBGE 80% das pessoas sofrem ou já sofreram com estes sintomas, o INSS indica que as dores nas costas é a grande causadora de afastamentos de trabalho no país. Vemos que as mochilas são equipamentos quase indispensáveis no dia a dia e sendo mais amplamente utilizada na fase escolar, pensado em uma solução de redução dos impactos causados pelo mau uso das mochilas, foram realizadas pesquisas científicas, sendo identificado que as consequências se iniciam desde a fase infantil devido ao excesso de peso carregado nas costas. Após esses resultados concluímos que o uso correto da mochila na infância reduzirá os danos na fase adulta. Com uso de tecnologia foi criado a SmartBag, um produto que alinha inovação, design e criatividade com alta qualidade que irá impactar de forma positiva nossos futuros clientes. Pensando nisto foi criado um produto perfeitamente aplicado a pessoas que sofrem com problemas posturais, também para pessoas que ainda não possuem tais sintomas mas que procuram prevenção a longo prazo, tanto para sua saúde quanto a de sua família. Levando em consideração tais problemas este tipo de mochila possui duplo benefício, ela vem acompanhada de um corretor postural, auxiliando na correção do problema, melhorando e reduzindo dores devido ao mau uso e excesso de peso. Além disso, a mochila conta com um sensor que notifica quando o usuário excede o peso ideal, não ultrapassando 10% do seu peso.

**(Metodologia)** Nosso estudo tomou como base fazer pesquisas relacionadas com o tema, abordando com questionários diversas pessoas, com um investimento na coleta de dados tanto ao nível quantitativo como idade e escolaridade como também qualitativo visando o bem estar das mesmas, desta forma adquirindo dados relevantes para aprofundamento da pesquisa.

**(Resultados)** Após a aplicação de pesquisas relacionadas com o tema foi identificado que mais de 50% das pessoas que responderam a pesquisa realmente sentem desconforto com o excesso de peso carregado na bolsa, desta maneira confirmando que possíveis dores musculares podem ser de decorrência de determinado excesso de peso nas costas.

**(Conclusão)** Conclui-se que existe uma grande demanda de pessoas que realmente sofrem com o uso inadequado de bolsas e mochilas e que determinado comportamento acarreta as dores musculares, além de ressaltar que através de pesquisas foi visto que crianças podem também sofrer algum tipo de dano com uso inadequado da mochila transformando-se em algo pior no futuro, nossa smartbag vem para suprir essa necessidade que o mercado ainda não propôs.

**Palavras-Chave:** Tecnologia , Inovação , Dores Lombares.

**SUSTENTABILIDADE: O TRABALHO REALIZADO PELA BRASECO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN.**

**Autor(es):**

*Lissa Xavier Lopes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Marley Queiroz Dourado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Pablo David Silva de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Lidayane Bento da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Geraldo Alves de Andrade Júnior: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Pesquisa realizada na empresa Braseco na Região Metropolitana de Natal, Rio Grande do Norte. Uma empresa privada, de médio porte, que faz o trabalho de destinação e tratamento de resíduos sólidos e semi-sólidos de Classe II – não perigosos, sendo o pioneiro no Brasil. Seu principal objetivo é de diminuir os impactos ambientais causados pelos descartes inapropriados do lixo e assim, resolver e eliminar o grave problema dos lixões a céu aberto, impedindo a proliferação de doenças, poluição das águas, do solo, do ar, garantindo uma destinação apropriada do lixo, contribuindo assim com o meio ambiente. O aterro de médio porte recebe, em média, 1.100 toneladas por dia das 11 cidades da região metropolitana de Natal e tem capacidade para receber resíduos até o ano de 2050. O papel da sustentabilidade é de suma importância para a empresa. A Braseco possui diversos programas ambientais, entre eles os programas de Consumo Sustentável e de Prevenção da Biodiversidade. A empresa tem uma grande preocupação ambiental em todos os setores, com isso implantou um sistema Gestão de Ambiental (SGA) onde possibilitou o controle das interações com o meio ambiente geradas pelas atividades de operação do aterro, buscando constantemente soluções para a melhoria dos processos, incluindo novos procedimentos e equipamentos. Objetiva-se analisar o trabalho da Braseco na região metropolitana de Natal, respondendo ao seguinte problema: a empresa aplica a responsabilidade social e a sustentabilidade em suas atividades? A pesquisa é de suma importância para o entendimento do aterro sanitário na região, considerando-se os benefícios que a empresa traz para a população e o meio ambiente.

**(Metodologia)** Pesquisa exploratória em forma de estudo de caso e natureza bibliográfica. Tendo o objetivo de obter mais conhecimento sobre o assunto, uso de dados secundários e coleta de dados por meio de entrevista e observação in loco.

**(Resultados)** Observou-se que o trabalho realizado pela Braseco é importante para o desenvolvimento da sustentabilidade, e sua ação preventiva contra a poluição ocasionada pelos resíduos depositados no aterro. Algumas ações são realizadas dentro da empresa, dentre elas está o tratamento do chorume, monitoramento das águas subterrâneas (de consumo próprio). Trata-se de uma empresa que tem um olhar para o futuro, visando proporcionar melhorias para a região metropolitana de Natal, beneficiando o meio ambiente.

**(Conclusão)** Conclui-se que o papel da Braseco é importante para a sustentabilidade. Ao instalar e administrar o aterro sanitário, a empresa oportuniza uma solução para o problema dos lixões e seus impactos ao ecossistema.

**Palavras-Chave:** Braseco/Aterro sanitário/Sustentabilidade/Meio ambiente.

**UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA TOTVS S/A**

**Autor(es):**

*Lucas Sarmiento Lins: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*karla gabriela costa bernardino: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Josã© Varella de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Kelwin Pereira Serafim: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A TOTVS é uma empresa brasileira de software, serviços, plataforma e consultoria. É líder absoluta no Brasil e na América Latina e está entre as maiores desenvolvedoras de sistemas de gestão integrada do mundo. A análise das demonstrações contábeis é relevante, pois mostra ao administrador da empresa ter o conhecimento sobre a situação do balanço patrimonial, DRE, as demais demonstrações financeiras. O assunto abordado é necessário ter qualidade na tomada de decisão, corrigir possíveis erros antecipadamente, traçar novas metas e qual déficit contábil para melhorar a lucratividade de empresa. Diante do exposto pretende-se responder a seguinte pergunta: qual a situação financeira, patrimonial e econômica da empresa TOTV S/A nos anos de 2016 e 2017? Objetivo deste trabalho foi estudar a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa TOTVS S/A. Sobre tudo a análise dos índices de estrutura de capital, índice de liquidez, índice de rentabilidade, índices de atividades e atividades operacionais, desta forma observando a existência de lucratividade e rentabilidade da empresa.

**(Metodologia)** Apresenta-se no trabalho um direcionamento metodológico, os quais terá uma descrição de parâmetros utilizados na investigação da empresa. A pesquisa foi descritiva e exploratória realizada através do site da empresa TOTVS para encontrar resultados do balanço patrimonial, financeiro e as notas explicativas. Para tanto, foi realizada uma visita técnica à empresa Franquia TOTVS S.A., sediada em Natal/RN. Mostra-se também sobre o Balanço Patrimonial e o que os autores têm a tratar sobre o assunto em questão. Aplicou-se pelos métodos investigativos diante da realidade (entrevista com diretoria financeira sedia em Natal) através de levantamento em pesquisa bibliográfica, in loco, conceitual, e legislativa específica do setor contábil, dentre outros instrumentos e fontes em sites de internet. Analisando o balanço em 2016 e 2017, obtém os índices através das notas explicativas.

**(Resultados)** Analisando os índices de Rentabilidade, Liquidez geral, Atividades operacionais e estrutura de capitais. Os índices de rentabilidade foram menores no ano de 2017 em todos os seus resultados, Giro do ativo R\$ 0,44 (2016) R\$ 0,43(2017) Margem Líquida 15,65%(2016) 9,18%(2017) Rentabilidade do ativo 6,91%(2016) 3,97%(2017) e Rentabilidade do PL 12,50% (2016) 7,37% (2017) devido a incorporação de outras empresas como PC sistemas e virtual Age. Levando em consideração a participação de capital de terceiros houve um pequeno aumento de 180,83% (2016) para 185,35% (2017) A composição de endividamento houve uma pequena queda de 21,06% em 2016 para 20,80% em 2017 indicando uma administração coerente e madura. No índice de liquidez geral em 2017 teve um aumento para R\$ 0,80 enquanto 2016 foi de R\$ 0,70. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da empresa é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Este aumento de 2016 para 2017 deve-se ao caixa mostrando uma administração conservadora. Em 2017, a receita líquida totalizou R\$2.227.330 mil, crescimento de 2,0% sobre o ano anterior. Esse crescimento resultou principalmente do avanço de 6,2% das receitas de software, que representaram 2/3 da receita líquida do ano.

**(Conclusão)** Conclui-se que a empresa TOTVS S/A, teve um aumento relevante de lucratividade mesmo oscilando entre um ano e outro, por sempre terem parcerias e investimentos com outras empresas. Observar-se que a empresa se expande a cada ano, buscando sempre se manter líder no mercado, se adaptando aos períodos de baixa. Apresentando alguns índices que não atingiram o esperado, a empresa, ainda assim, conseguiu desempenhar o seu papel no mercado.

**Palavras-Chave:** Balanço Patrimonial, índice de rentabilidade, Atividades operacionais, índice de estrutura de capitais.

**UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S/A**

**Autor(es):**

*Tulio Tiago Ribeiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*André Vicente da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Vanilson Andre da Silva Paixao: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Amerson Lucas da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir do estudo da CVC constataram-se dados importantes das análises contábeis de domínio da empresa. Os indicadores escolhidos para analisar os dados foram: índice de participação de capital de terceiros, índice de liquidez, índice de rentabilidade, índice de atividades e índices de atividades operacionais. Este trabalho contribuiu de forma substancial para o estudo financeiro e econômico da empresa, viabilizando a pretensão de investimento de algum indivíduo, como também, ser relatada a situação dessa empresa internamente e em torno de todo contexto histórico atual. Como índice de um só período não diz muita coisa foi feito a comparação dos resultados financeiros entre dois exercícios 2016 e 2017. Diante do exposto pretende-se resolver o seguinte questionamento: Qual à situação patrimonial, financeira e econômica nos anos de 2016 e 2017? (Objetivos) O presente estudo, objetiva analisar a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S/A nos períodos mencionados. Vislumbrando detalhadamente a situação financeira com um olhar crítico de um investidor. E verificando a viabilidade de investimentos futuros, através do relatório de desempenho.

**(Metodologia)** O método escolhido para realização da pesquisa foi à abordagem qualitativa, pois é a que se consegue detectar com mais precisão o que se deseja verificar na empresa. Também foi realizada uma revisão da literatura em livros, artigos científicos e site oficial da empresa CVC (BP, DRE e Notas Explicativas) para dar suporte à pesquisa. Além disso, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso de caráter descritivo.

**(Resultados)** Seus índices de liquidez em maioria se comportaram de maneira positiva, entretanto, sua liquidez geral apresenta-se R\$ 0,4 para cada R\$ 1,00 de dívida total em 2016 e em 2017 ficou R\$ 0,3 abaixo do recomendável, devido a fatores externos, contudo, sua liquidez corrente foi de R\$ 0,13 para cada R\$ 1,00 de passivo circulante em 2016, e em 2017 R\$ 0,35 para cada R\$ 1,00 de passivo circulante. Em relação a seus índices de rentabilidade, resultados divididos, a empresa mostrou-se um pouco mais eficiente no uso dos ativos no período de 2017, apresentando um crescimento exponencial de sua margem líquida para 25,51 e em 2016 22,28. Na rentabilidade do ativo, apresentou R\$ 0,93 para cada R\$ 100,00 de investimento total em 2016, e em 2017 R\$ 0,38 para cada R\$ 100 de investimento total, apresentando uma pequena queda no seguinte período. Enquanto isso, seus índices de atividades operacionais mantiveram-se constantes nos dois anos em análise. Faz-se pertinente destacar, que o ano de maior receita e melhor desempenho geral foi 2017. Segundo os resultados divulgados, tenta-se alcançar objetivos como a decisão de se investir ou não.

**(Conclusão)** A organização apresenta uma liquidez que supre a demanda de necessidades da empresa, demonstrando que o seu planejamento decorrente da abertura de novas lojas e a expansão de suas plataformas de venda tiveram efeito positivo. Assim como, obteve sucesso com aquisições de outras empresas do ramo, as quais foram importantes para alcançar um dos seus principais objetivos, a diversificação de produtos e alcance de novos públicos. Vale salientar que em novas aquisições, a empresa adquire também, todo o passivo, o que conseqüentemente impacta diretamente em sua carga tributária, que será reduzida.

**Palavras-Chave:** Situação econômica. Situação patrimonial. Liquidez. Indicadores.

**UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA J. MACÊDO S/A.**

**Autor(es):**

*Deborah Solidonia Bezerra da Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Natasha Leite Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O estudo de caso da empresa J.Macêdo buscou obter uma análise da situação patrimonial, financeira e econômica nos anos de 2016 e 2017 e a partir do que foi analisado alcançou dados relevantes para o trabalho. Diante do exposto pretende-se responder o seguinte questionamento: Qual a situação patrimonial, econômica e financeira nos anos de 2016 e 2017 da empresa. A relevância desse trabalho é que através dele pode-se ter um conhecimento mais profundo sobre a empresa que está sendo pesquisada, além de descrever um pouco sobre a sua história, produtos, características e análise contábil, tornando assim, a tomada de decisões mais descomplicadas. (OBJETIVOS) O trabalho proposto teve como objetivo analisar a situação patrimonial, econômico e financeiro da empresa J.Macêdo S/A, em que a mesma consistirá em três tipos de demonstrações financeiras, sendo elas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e notas explicativas. Os objetivos específicos foi elaborar um relatório de desempenho empresarial da empresa e também realizar uma análise dos índices financeiros, utilizando-se dos índices de liquidez, índice de rentabilidade, índice de estrutura de capital, índices de atividades operacionais para essa análise.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Como método de pesquisa, foi realizada uma investigação para recolher dados com o propósito de analisar a empresa J.Macêdo. Assim, para consecução deste propósito optou-se pela realização de uma pesquisa descritiva. A partir das informações adquiridas, foi desenvolvido um estudo de caso de maneira que nos permita um conhecimento amplo e detalhado. Sendo assim, foi realizado pesquisas, onde se teve a consulta no site oficial da empresa. Os indicadores escolhidos para analisar os dados foram: Índice de participação de capital de terceiros, índice de liquidez, índice de rentabilidade, índice de atividades e índice de atividades operacionais, que serão estudados a partir da comparação dos resultados financeiros entre dois exercícios dos anos de 2016 e 2017.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Na pesquisa realizada foi analisada a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa utilizando os índices de estrutura de capital, índice de liquidez, índice de rentabilidade, índice de atividades operacionais que trata da margem de lucro sobre as vendas, prazo médio de recebimento das vendas, prazo médio de pagamento de compras e por fim prazo médio de renovação de estoques. De acordo com o índice de estrutura de capital, a Composição do Endividamento da empresa que significa qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais, no qual quanto menor melhor em 2016 obteve o valor de 67,26% e em 2017 50,95%. De acordo com Índice de liquidez, a Liquidez Corrente que significa quanto a empresa possui de ativo circulante para cada R\$ 1 de passivo circulante em 2016 obteve o valor de 1.18 e em 2017 de 1.42 Após analisar os valores obtidos com os cálculos de cada índice perceber-se que a empresa sofreu algumas quedas em 2017 e teve como melhor ano de desempenho 2016.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) O presente trabalho teve como finalidade realizar um estudo sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa J.Macêdo. Com base nos dados coletados na pesquisa realizada pelo grupo, é possível apontar que a empresa está em expansão, buscando sempre se manter líder no mercado, se adaptando aos períodos de baixa e buscando novos investimentos e produtos para o seu portfólio. Além disso, mesmo apresentando alguns índices que não atingiram o esperado.

**Palavras-Chave:** Situação patrimonial. Situação financeira. Balanço patrimonial.

**UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA KLABIN S/A**

**Autor(es):**

*Matheus Izidro da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Izaura Karolyne Fernandes de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Isaque Nicodemus Moreira de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Mucio Eladio Azevedo Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Klabin foi escolhida como instrumento de estudo por se tratar de uma grande empresa nacional por sua preocupação com a sustentabilidade do setor de papel e celulose, para isso foi usada informações contábeis para análise dos aspectos econômicos e financeiros do empreendimento empresarial. Esses com a finalidade de mostrar aos acionistas, governo e interessados, o que ocorreu na empresa durante o período no qual foi analisado o desenvolvimento da empresa. Diante do exposto, pretende-se responder a seguinte pergunta: Qual a situação econômica, financeira e patrimonial da Klabin S/A. nos anos de 2016 e 2017? No entanto o objetivo geral foi de analisar a situação econômica, financeira e patrimonial da Klabin S/A nos anos de 2016 e 2017. Sendo o objetivo específico do trabalho verificar a saúde financeira e econômica através de indicadores das principais demonstrações contábeis para mensurar seu potencial de crescimento e estabilidade no mercado.

**(Metodologia)** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de acordo com os índices de liquidez, estrutura do capital, rentabilidade e atividades. Descritiva baseada no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas explicativas extraídos do site oficial da Klabin S/A pautada no estudo de caso da referida empresa e para coleta e análise dos dados, as abordagens exploratória, descritiva e qualitativa.

**(Resultados)** No que se refere à liquidez corrente, a empresa apresenta folga financeira para quitar suas dívidas de curto prazo os seus resultados no ano de 2016 foi de R\$ 2,31 no ano de 2017 foi de R\$ 3,09 sendo superior a R\$1,00 indica quanto maior melhor. No índice de liquidez geral. Analisando caso da Klabin S.A. para cada R\$1,00 que ela deve a longo prazo no ano de 2016 ela obteve R\$0,53 para cobri-los, já no ano de 2017 para cada real em dívida atingiu R\$0,57 para cobri-los, ou seja, ela tem uma deficiência a longo prazo, porém, esse baixo índice não é sinônimo de falência logo a empresa continuara a produzir. O índice de endividamento está ligado ao índice de liquidez, Índice de estrutura do capital participação do capital de terceiros, O PL da empresa está dependente em 307,28% do ano de 2016, no ano de 2017 foi 318,54%. Imobilização do PL 2016 foi de 179,39% e 2017 foi de 174,16% Indica a imobilidade dos recursos próprios dependente do passivo quanto menor esses índices melhores. O índice de rentabilidade do patrimônio líquido, mostra se a empresa está gerando retorno ou apenas usando o seu capital para se manter neste caso quanto maior o índice melhor. A empresa rendeu 34,96% de capital próprio no ano de 2016, no ano de 2017 foi de 7,36% sobre o capital próprio. Prazo médio de renovação de estoque: Indica que a empresa conseguiu girar mais de 41 vezes seu estoque em 2016 e em 2017 esse giro de estoque foi equivalente a 39 vezes no ano, um excelente giro de estoque, ou seja, aumentando o giro do estoque a empresa consegue aumentar o seu lucro sem injetar capital próprio.

**(Conclusão)** No entanto, esta obteve crescimento na EBTIDA da companhia atingindo R\$ 595 milhões no segundo trimestre de 2017, aumentou 11% em relação ao mesmo período de 2016. Conseguindo alavancar suas vendas de celulose, o volume de vendas total alcançou 777 mil toneladas no segundo trimestre de 2017, cresceu 23% em relação ao segundo trimestre do ano passado. Conforme os índices a empresa possuem um alto nível de endividamento obtendo uma liquidez capaz de cobrir dívidas de curto prazo, realizando atividades de renovação de estoque aumentando a rentabilidade sem mexer em suas finanças.

**Palavras-Chave:** balanço, Demonstrações financeiras; situação patrimonial; liquidez; rentabilidade.

**UMA ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÔMICA E PATRIMONIAL NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA ALPARGATAS S/A**

**Autor(es):**

*Yago Soares da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Alicia Mariana Barbosa da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Vitória Serafim Felipe: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A finalidade desse trabalho é apurar os resultados patrimoniais, analisando a notas explicativas, financeira e econômica da empresa no ano de 2016 e 2017. Sabendo-se assim em qual ano a empresa obteve mais lucro e prejuízos. A importância da análise financeira nunca pode ser menosprezada, uma vez que ela fornece muitas vezes informações decisivas para o fechamento de um negócio para a concessão de crédito a um cliente ou até mesmo mudança na política financeira de uma empresa. Decisões desastrosas são evitadas pela leitura cuidadosa dos índices financeiros de uma empresa. Os dados fornecidos por uma instituição e a sua análise técnica mostram a sua capacidade de honrar compromissos, de investimentos, de crescimento dentro do mercado em que atua e o seu posicionamento em relação à empresa. Diante do exposto pretende-se resolver a seguinte pergunta: Qual a situação patrimonial, financeira e econômica em 2016 e 2017.

**(Metodologia)** A importância da análise financeira nunca pode ser menosprezada, uma vez que ela fornece muitas vezes informações decisivas para o fechamento de um negócio para a concessão de crédito a um cliente ou até mesmo mudança na política financeira de uma empresa. Decisões desastrosas são evitadas pela leitura cuidadosa dos índices financeiros de uma empresa. Os dados fornecidos por uma instituição e a sua análise técnica mostram a sua capacidade de honrar compromissos, de investimentos, de crescimento dentro do mercado em que atua e o seu posicionamento em relação à empresa. Diante do exposto pretende-se resolver a seguinte pergunta: Qual a situação patrimonial, financeira e econômica em 2016 e 2017.

**(Resultados)** A análise da empresa teve como base os seguintes índices: estrutura de capital; imobilização de capital teve no ano de 2016 18% do imobilizado em função do seu PL no ano de 2017 foi de 21%. Capital de terceiros no ano de 2016 ele arrecadou 160% do capital de terceiros e em 2017 esse percentual aumentou para 148%. O índice de liquidez é a capacidade que a empresa tem para quitar suas dívidas, no ano de 2016 a liquidez geral foi de R\$ 0,19 para cada R\$ 1 de dívida total, e no ano de 2017 R\$ 0,15 para cada R\$ 1 de dívida total, ou seja, a empresa tem capacidade de pagar a suas dívidas de curto e longo prazo, o índice de liquidez seca e a capacidade que a empresa tem de quitar suas dívidas sem o estoque quanto maior esse índice melhor, no ano de 2016 foi de 1,62\$ e no ano de 2017 de 1,55\$. O índice de rentabilidade: Prazo médio de renovação de estoque no ano de 2016 foi de 78 dias já no ano de 2017 92 dias significa que a empresa tem um bom giro de estoque. A rentabilidade do PL em 2016 foi de 18% e em 2017 17% esse índice mostra a capacidade da empresa gerar retorno lucrativo utilizando o seu capital, quanto maior o percentual melhor.

**(Conclusão)** Para chegar aos objetivos propostos, é preciso levar em consideração a importância que a alpargatas cresce e ganha cada dia mais a liderança no ramo de calçados, contudo conclui-se que a alpargatas é caracterizada por sua inovação, a alpargatas percorre caminhos de persistência sabendo sempre o momento certo de se reinventar.

**Palavras-Chave:** Notas explicativas, indicadores de liquidez, balanço patrimonial e gastos.

**UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA, ECONÔMICA E PATRIMONIAL NOS ANOS DE 2016 E 2017: ESTUDO DE CASO NA M DIAS BRANCO S/A**

**Autor(es):**

*Marcos Antônio Bezerra Cavalcanti Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN  
João Alfredo Melo de Souza Rodrigues Rebouças: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ênfase do trabalho tem por destinação adquirir aprendizado e conhecimento mais complexo sobre a empresa escolhida. Sendo assim, foi feita uma pesquisa onde pode-se conhecer profundamente particularidades da organização em questão, como a história desde sua fundação, os produtos de maior conhecimento e aquisição de mercado. Além disso, duas análises contábeis de maior valor que tem grande peso para a construção do trabalho que tem como função dar informações que venham a suprir dúvidas quanto às operações que a empresa tenha feito durante o ano, além do que ampliar os horizontes para uma visão mais integral da organização. Diante do exposto, pretende-se responder seguinte questionamento: Qual a situação patrimonial, financeira e econômica dos anos 2016 e 2017 da empresa M DIAS BRANCO? O presente artigo teve por objetivo realizar a análise financeira, econômica e patrimonial da empresa, com o estudo realizado em dois anos estabelecidos pelo padrão do trabalho, no caso os anos de 2016 e 2017. Estudando-se vários índices que condicionaram ao entendimento da empresa por completo, sendo eles: índice de estrutura de capital, índice de liquidez, índice de rentabilidade, índice de atividades operacionais e índice de atividades. Além disso, estudo das notas explicativas, além da análise do balanço patrimonial (BP) e da demonstração do resultado do exercício (DRE). Tiveram como objetivos específicos verificar a situação atual da empresa inserido no mercado de indústria alimentícia, propor soluções na administração da empresa, além de verificar a viabilidade de investir na bolsa de valores de acordo com o histórico da empresa.

**(Metodologia)** Com relação à construção do trabalho ser feita, muitos processos metodológicos foram utilizados. Dentre eles, os mais importantes e de maior relevância, são que a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva, pois se enquadram nos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, para que com isso se obtenha uma maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Outro método é o estudo de caso, sendo caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatores e investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados. Vale ressaltar que o site da empresa auxiliou no desenvolvimento do trabalho por dar o devido suporte aos índices e as informações necessárias.

**(Resultados)** Para tal análise, foram investigados os dados acerca do desempenho empresarial da empresa M DIAS BRANCO S/A, e foi percebido que ao longo dos anos a empresa conseguiu o título de líder nacional nos segmentos de massas e biscoitos, tendo ganhos de participação em ambos os mercados. A empresa tem 12 indústrias e moinhos espalhados pelo nordeste, sul e sudeste, mantém uma grande constância em seus índices, sempre com o desempenho positivo de um ano para o outro. De acordo com o quadro evolutivo da empresa, o ano de 2017 teve a maior receita líquida da história, com 1,64% de aumento em relação ao ano anterior, e o lucro bruto com aumento de 7,88%. Os índices de liquidez geral, corrente e seca, representam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos com terceiros, sendo eles: 33,16%, 50,52% e 52,31, tendo como valor base R\$ 1,00. Um índice que chamou bastante atenção foi o de atividades, pelo fato da empresa passar 39 dias para começar a receber suas vendas a prazo.

**(Conclusão)** Após o presente estudo ser analisado e finalmente avaliado, conclui-se que a empresa tem um grande porte e importância para a toda a população Brasileira, não só pelos números e sim pelo segmento que é a alimentação, imprescindível na vida de qualquer um e com extrema demanda de todas as partes. A título de curiosidade, o Nordeste é o maior consumidor da marca com quase 70% de compras.

**Palavras-Chave:** Análise financeira; Situação patrimonial; Indústrias.



**UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA NOS ANOS DE 2016 E 2017: UM ESTUDO DE CASO NA AMBEV S/A**

**Autor(es):**

*Arthur Falcone Pessoa Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael Victor Marques da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Antonio Augusto de Souza Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rodrigo Borges Santos de Amorim Garcia: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Ambev nasceu, em 1999, da união entre as centenárias Cervejarias Brahma e Companhia Antarctica. A Ambev, presente em 19 países é conhecida pelos incentivos e capacitações promovidas para os funcionários através de projetos com os Trainee e o Programa de Estágio. Através desse estudo é possível avaliar que uma empresa renomada mundialmente tem seus erros e acertos e por isso foi realizado as análises dos índices de capital da Companhia, sendo necessário o estudo e análise da situação econômica, financeira e sua situação atual no mercado de ações. Diante do explanado pretendeu-se responder ao seguinte questionamento: Qual a situação econômica, patrimonial e financeira em 2016 e 2017 da Ambev S/A? O trabalho teve em seu objetivo geral a demonstração das análises da situação patrimonial, econômica e financeira da Ambev nos anos de 2016 e 2017. Caracterizando especificamente os objetivos, foram analisadas as demonstrações dos resultados da Ambev, analisando-se também as vantagens e desvantagens de se investir nela, e por fim uma exposição sobre os planos de carreira existentes dentro da Companhia.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no trabalho foi baseada em uma pesquisa descritiva, exploratória de um profundo estudo de caso. Foram coletadas informações do Balanço Patrimonial, DRE e notas explicativas dos anos de 2016 e 2017. As principais informações sobre a Ambev foram retiradas do seu próprio site e para obter dados bibliográficos foram utilizados livros, artigos e etc.

**(Resultados)** Os resultados encontrados pelos Índices de Balanço Patrimonial da Ambev compreendem-se em: Índice de Estrutura do Capital, quanto menor for a dependência do capital de terceiros, melhor na composição de endividamento. Em 2016 foi de 22,93%, já em 2017 foi de 21,66%. Imobilização do Patrimônio Líquido, que em 2016-2017 foram respectivamente de 24,86% e 23,48%, ou seja, a empresa investe no Ativo Permanente, utilizando pouco do capital próprio. Índice de Liquidez: a Liquidez Corrente é a capacidade da empresa em quitar suas dívidas de curto e longo prazo e quanto maior esse índice, melhor será a sua capacidade em quitar suas dívidas. Em 2016 obteve 0,63% e em 2017 0,57%. Liquidez Geral, onde representa a capacidade da empresa em honrar seus deveres e compromissos; quanto maior o índice, melhor é para a empresa. Em 2016 esse resultado chegou a 0,32%, tendo alta em 2017, de 0,33%, porém abaixo do esperado, podendo enfrentar problemas para honrar suas dívidas de curto e longo prazo. Índice de Rentabilidade: Prazo Médio de Renovação de Estoque. Em 2016 foi de 69,1 dias em 2017 foi 66,1 dias e quanto menor o prazo de renovação do estoque maior a capacidade de giro. Rentabilidade do PL, que em 2016 foi de 28% e em 2017 foi de 16%. Esse índice mostra a capacidade da empresa em gerar retorno lucrativo utilizando o seu capital, quanto maior o percentual melhor.

**(Conclusão)** Diante do que foi exposto em todo o trabalho, a Ambev, que apesar de crescer a cada dia, necessita calcular os gastos caso queira se manter líder no mercado nacional e internacional. Contudo, conclui-se que a companhia, é caracterizada por sua inovação, e que procura rever seus prejuízos para que não seja prejudicada futuramente. A Ambev percorre caminhos de persistência sabendo sempre o momento certo de se reinventar.

**Palavras-Chave:** Situação Econômica. Balanço patrimonial. Notas explicativas. Indicadores de Liquidez. Gastos.

**UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO SOBRE A TIM PARTICIPAÇÕES S.A. NA SÉRIE HISTÓRICA DE 2014 – 2017**

**Autor(es):**

*Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A gestão de uma empresa é um trabalho árduo que exige muito conhecimento sobre a situação em que ela e o mercado se encontram no momento, porém, por muitas vezes durante sua trajetória, elas enfrentam desafios que barram seu avanço no mercado e comprometem sua situação com os investidores. Dentro dessas diversas situações, existem diversas resoluções que podem superar os problemas e alavancar ainda mais, onde uma delas é o investimento na infraestrutura. Frischtak fala que “O investimento em infraestrutura por períodos relativamente longos é condição necessária tanto ao crescimento econômico como para ganhos sustentados de competitividade.” Tratando-se de uma empresa tecnológica, como é o caso da TIM, que o foco de estudo deste artigo, esse tipo de investimento tende a ter um impacto ainda maior quando comparado a outras empresas de ramos diferentes, afinal, o investimento na infraestrutura desta empresa está diretamente ligado com o serviço prestado e, conseqüentemente, ao seu desempenho no mercado. Portanto, esse artigo surgiu após o investimento feito pela TIM Participações em toda a sua infraestrutura, que exigiu dois anos de preparação e provocou uma mudança estratégica geral. Com base nisso, surge o seguinte questionamento: Utilizando-se dos índices econômicos e financeiros na série histórica de 2014 à 2017, qual a performance da TIM Participações após o investimento feito em sua infraestrutura?

**(Metodologia)** A presente pesquisa é bibliográfica por se utilizar informações já existentes em outros materiais, qualitativa e quantitativa, pois se utiliza de dados numéricos e ainda dá qualidade a eles e, por fim, é um estudo de caso sobre a empresa TIM Participações S.A.. Esta teve em sua metodologia a construção de uma base de dados com os indicadores de rentabilidade, endividamento e liquidez da empresa TIM Participações durante a série histórica de 2014 a 2017. Utilizando-se dos resultados apresentados pela empresa, foi possível elaborar esta pesquisa para averiguar os resultados obtidos pós-investimento feito em sua infraestrutura.

**(Resultados)** Após a formação do banco de dados, podemos evidenciar os seguintes resultados de cada grupo de índice. Com relação aos índices de liquidez, no início da série histórica a empresa apresentou o melhor resultado e teve uma leve queda deste então, onde a liquidez imediata foi a mais atingida. Em relação a estrutura de endividamento da empresa obteve-se esses resultados que evidenciam grande estabilidade na estrutura de seu capital, dando destaque ao endividamento geral que se manteve baixo mesmo com um massivo investimento na infraestrutura. O terceiro grupo de índices estudados foi o de Rentabilidade e Lucratividade que demonstrou queda no primeiro ano pós-investimento porém que já esta se recuperando, com o destaque para a margem de lucro bruta. Por fim temos o fator de insolvência da empresa que conseguiu manter o nível de solvência muito bom, tendo apenas uma leve queda e chegando aos 4,16.

**(Conclusão)** Conclui-se que, após analisarmos os resultados obtidos dos índices e das conquistas obtidas nos anos seguintes, é sim possível uma empresa obter uma boa recuperação e crescer no mercado após um grande investimento em infraestrutura, como foi o caso da TIM Participações. Com esse investimento a empresa conseguiu assumir a liderança em cobertura 4G, melhorar toda sua rede de internet e, desta forma, garantir um diferencial competitivo no segmento de Telefonia e Internet no Brasil.

**Palavras-Chave:** Investimento; Infraestrutura; Análise financeira.



# Graduação Arquitetura e Urbanismo





**LUGAR DE VIVÊNCIA: UMA ANÁLISE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA SOBRE O BAIRRO DO ALECRIM, NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Ana Beatriz Silva de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Marina Cabral da Costa Amaral : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Ionara Lais de Almeida Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Tuany de Oliveira Marques Tiburcio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN*  
*Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN*  
*Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Alecrim é um bairro da cidade do Natal – capital do Rio Grande do Norte – que se reconhece como o principal centro de comércio e serviço do Estado e se destaca pela elevada concentração de lojas fornecedoras de diversos tipos de mercadorias, como: roupas, artigos para festas, para automóveis, para decoração, dentre outros. Segundo ALVEAL et al (2011) e o historiador Yuri Simonini Souza, no local atuam cerca de 6.700 empresas e há o agrupamento de 420 bancas de camelôs numa das principais vias do bairro, impulsionando, assim, um intenso fluxo de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar (média de 50.000) e dentre aqueles para realizar compras e/ou utilizar os serviços disponibilizados na região (média de 100.000). Com as suas primeiras ocupações datadas ao final do século XIX e impulsionada em meados do século XX, a localidade apresenta resquícios de edificações de significativo valor histórico e cultural sobreviventes a intensa dinâmica de transformações do uso e ocupação do solo. Portanto, a partir da percepção de um olhar arquitetônico quanto as problemáticas sociais, urbanísticas, econômicas, ambientais, dentre outras, tem-se como objetivo compreender os elementos do espaço urbanístico do bairro que contribuam para a leitura da configuração do espaço, com base em aspectos: a) do uso e da ocupação do solo; b) da altura das edificações; c) da mobilidade urbana; d) do conforto térmico; e) do paisagismo, com levantamento da vegetação presente; e, f) da disponibilidade de serviços de infraestrutura urbana, como água e esgotamento sanitário.

**(Metodologia)** Para tal estudo, delimitou-se uma área do Alecrim para possibilitar o aprofundamento da pesquisa de campo e do detalhamento de determinados aspectos – citados anteriormente –, que resultou na produção de um diagnóstico com significativos mapas cartográficos. A pesquisa decorreu de modo integrado dentre as disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo, como: i) Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 02; ii) Projeto de Arquitetura 03; iii) Planejamento e Projeto Urbano e Regional 03; iv) Planejamento e Projeto Paisagístico; v) Conforto Ambiental 01; e, vi) Instalações Prediais 01.

**(Resultados)** Diante dos resultados obtidos, constata-se a importância da integração entre disciplinas, pois nos permitiu realizar uma abordagem geral quanto ao conhecimento da área analisada, a fim de identificar toda a sua complexidade no que se diz respeito aos seus elementos, e ampliar os diversos métodos de leitura do espaço urbano. Como também, nos possibilitou aprofundar o conhecimento sobre a identidade do local, aos costumes dos moradores/ usuários e as demais realidades existentes; e, favorecer para o desenvolvimento das atividades da disciplina de Projeto de Arquitetura 03, referentes à concepção de propostas arquitetônicas de escolas para o bairro, bem como, para o ato de projetar. Com o estudo, percebemos a importância da multidisciplinaridade e os limites e alcances de várias áreas.

**(Conclusão)** Por fim, se fez possível adquirir conhecimentos sobre as circunstâncias inseridas no meio urbano e o seu entendimento para a realização de planejamentos e para ações de políticas públicas, capazes de tornar o uso e a ocupação do solo menos impactantes ao meio ambiente.

**Palavras-Chave:** configuração do espaço; multidisciplinaridade; métodos de leitura.

## APRENDIZADO E SATISFAÇÃO DO UNIVERSITÁRIO INGRESSANTE APÓS A DATA DO INÍCIO LETIVO

### **Autor(es):**

*Isabelle Teodósio Marques: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Jaylane Chacon Ferreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho trata do ingresso dos alunos universitários após o período de início letivo, mais especificamente sobre o aprendizado e a satisfação destes alunos nas Instituições de Ensino Superior após a data do início das aulas. Devido a experiência de alunos que enfrentaram a situação descrita anteriormente foi realizada uma pesquisa com discentes de várias instituições a fim de coletar opiniões sobre a experiência individual de cada um. É objetivo desta pesquisa levantar um questionamento sobre o aprendizado e a satisfação do aluno ingressante no ensino superior após a data do início letivo de aulas, com o intuito de alertar as instituições sobre essa demanda que muitas vezes encontram algumas dificuldades. Por exemplo, 37,1% dos entrevistados não tinham conhecimento que entrariam em turmas já em andamento, com isso optou-se por comparar, entender, e analisar as experiências dos estudantes que chegaram posteriormente, e se mesma era uma realidade recorrente nas instituições.

**(Metodologia)** A metodologia empregada foi do tipo método descritivo-exploratório, pois, tendo em vista que foi necessário investigar, analisar e comparar o objeto de estudo. Utilizou-se um questionário anônimo aplicado por meio da internet para coletar e analisar os dados sobre as experiências de diferentes alunos e diversas Instituições de Ensino Superior. Foram recebidas 35 respostas onde foram abordados assuntos relacionados aos seus respectivos atrasos para ingressar na graduação. Foram citados os principais motivos, como se deu o acompanhamento, o rendimento, o aproveitamento, entre outras situações, durante o semestre ingressante.

**(Resultados)** Diante dos resultados obtidos foi possível notar que a maioria dos entrevistados foram avisados que entrariam atrasados no semestre. No entanto, uma grande parcela de alunos não foi avisada sobre esta situação, ou seja, aproximadamente 37% dos entrevistados. A maioria das pessoas que responderam o questionário não haviam cursando anteriormente outra graduação e nem disciplinas relacionadas ao curso ao qual ingressaram. Constatou-se também que o motivo de maior relevância para o atraso no ingresso a universidade por parte desses alunos estar relacionado aos programas de incentivo que governo federal disponibiliza. Dessa forma a maioria dos alunos tiveram aproveitamento deficitário das disciplinas iniciais por vários motivos, entre eles, conteúdo incompleto, falta de apoio por parte dos professores, sobrecarga devido ao acúmulo de conteúdo, atribuindo assim o grau de complexidade durante o semestre de médio a difícil. A grande parcela dos novatos procurou auxílio com outros alunos que ingressaram anteriormente na turma, e também grande parte dos pesquisados não recebeu ajuda dos professores fora de aula. Apesar do índice de dedicação, cerca de 50% dos entrevistados afirmaram que não obtiveram um bom aproveitamento do semestre e não conseguiram aprender todo o conteúdo ministrado durante as aulas. Foi possível verificar que apesar de boa parte dos alunos possuírem noções básicas em matérias específicas, cerca de 30 pessoas tiveram dificuldade nas mesmas matérias. Grande percentual dos entrevistados achou que a forma de avaliação poderia ter sido diferenciada, e uma pequena parcela relatou que conseguiu acompanhar o semestre porque possuíam conhecimento relacionado ao curso atual.

**(Conclusão)** Neste trabalho foi abordado o assunto sobre o ingresso dos alunos universitários que chegaram após o período de início letivo, que tiveram diversas dificuldades de aprendizado, acompanhamento, integração com a turma e identificação com o curso. Conclui-se que é uma realidade recorrente nas instituições. Foram cumpridos os objetivos propostos, inicialmente foi centralizado nas experiências, em seguida foi sugerido as universidades ter uma atenção maior a estes alunos que entram nas instituições após o início do semestre letivo. Por fim, este trabalho foi de grande relevância para a compreensão e análise desta temática, uma vez que permitiu conhecer melhor a realidade de diversos estudantes que sofrem com a mesma realidade.

**Palavras-Chave:** Aluno ingressante. Graduação. Instituições de Ensino Superior.

## FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS NOS SHOPPINGS DE NATAL

### **Autor(es):**

*Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*camila maria lyra tavares barbosa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A segregação social é um fator que enfraquece a sociedade. Assim, resulta-se as fronteiras imaginárias, que são espaços de valores culturais, sociais e econômicos. O problema dela é que tem um poder velado sobre as pessoas de demonstrar que algumas não são bem-vindas em lugares por não ser de um determinado grupo. Assim, os aspectos abordados na pesquisa são as distribuições de diferentes classes sociais, econômicas e raciais nas áreas dos shoppings. Logo, pretendemos demonstrar por meio da pesquisa esses fatos em espaços sociais que fortalecem uma fragmentação em uma cidade.

**(Metodologia)** Pesquisa de campo nos shoppings, Midway Mall e Natal Shopping, de natureza exploratória, adotando a técnica de observação sistemática e diários de campo. Análise de dados realizada a partir de diagrama de pavimento, sem adoção de escala de precisão de projeto, pois seu foco recai sobre a distribuição dos usos e apropriações do espaço.

**(Resultados)** Diante de uma pesquisa de campo nos shoppings Midway Mall e Natal Shopping, foi observado que o Midway é o mais frequentado por pessoas de todas as classes sociais, por localizar-se no centro da cidade e seus preços de baixo custo. Sendo um shopping mais acessível, ainda contém as fronteiras imaginárias, uns pisos do shopping é nítido a falta de pessoas de diferentes classes sociais. Pessoas de classes mais inferiores se sentem incomodadas por passar no último piso devido as fachadas, restaurantes e lojas por ser a parte mais requintada do shopping. Desde o Outback até a Zara, são espaços de alto padrão separados do resto do shopping, a parte mais acessível no ultimo piso é o cinema, lojas da classe mais alta estão presentes também no segundo piso, como a Brookfield. No segundo piso estão presentes lojas e restaurantes mais acessíveis para todas as classes sendo o mais frequentado. Em relação à isso, o primeiro piso é variado, pois é muito utilizado pela receptividade, devido às três entradas e três saídas, com caixas eletrônicos e lojas para todas as classes sociais. No Natal Shopping, o estacionamento e na entrada você encontra o do sorvete do Mc Donalds e o louco por coxinhas, por ser rápido a busca por eles. Assim, os quiosques mais distantes da entrada como de cafés, sorvetes, são os que tem mesas fechadas nos próprios corredores sendo as áreas de alimentação com menos pessoas que a própria praça de alimentação. Perto das americanas, estabelece fronteira invisível em questão de roupas e raça. Exemplo, a quantidade de negros e pardos no café São Brás é menor que no Mc Donalds e também as pessoas vestidas formalmente são encontradas mais no café que o Mc Donalds. Na parte de cima, em geral, há as lojas mais caras em todos os corredores tendo pouco movimento. A parte de baixo, com a praça de alimentação sendo a área mais comum, com lojas de serviços populares. Porém, na entrada, é onde localiza a Mercatto com sua fachada ameaçadora e mesas no próprio local tendo uma divisão de classes nessa área e fora do corredor. Além destes elementos, vê-se também uma diferença no estacionamento, sendo um vip, aonde se paga a mais para entrar no piso da praça de alimentação enquanto as demais entradas têm acesso pelo elevador do shopping.

**(Conclusão)** Enfim, viu-se que mesmo numa mesma sociedade dividida por classes sociais, existem formas distintas de apropriação do espaço, sendo esta distinção no caso do Natal shopping, ainda mais acentuada, talvez pela falta de um piso intermediário para fazer a transição entre os espaços de alta e média capacidade de consumo, ficando assim com fronteiras mais acentuadas pela proximidade física.

**Palavras-Chave:** Palavras-chaves: território. fronteiras imaginárias. espaço simbólico.

## HORTA SUSTENTÁVEL E URBANA

### **Autor(es):**

*Cintha de Barros Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Kauany Ribeiro Garcia de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Lucas Benjamim Lima de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Sofia Camila Lima de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Viver nas grandes cidades, muitas vezes, faz com que as pessoas se desconectem da natureza. O contato com o meio ambiente corrobora para uma condição de vida melhor, onde as pessoas costumam ficar mais criativos, mais leves, aprendem a apreciar as coisas simples da vida e a consequência é que o trabalho acaba rendendo mais. Normalmente, as pessoas que residem nas cidades ficam circundados por sons, odores, alimentos, construções e situações que as deixam cada vez mais distantes do meio natural para o qual o corpo está harmonicamente adaptado. Isso provoca diversos distúrbios ao ser humano, como ansiedade, depressão ou estresse. Se for considerado ainda a capacidade voraz que o homem possui para edificar grandes áreas, arrasando com os bosques e as florestas, e acima de tudo, gerando um estilo de vida predatório que emite muito mais resíduos do que o planeta pode suportar, o resultado, é catastrófico. Dessa forma, repensar a qualidade de vida não é um assunto menor, mas é essencial para a sobrevivência e bem estar da raça humana. A boa notícia é que as grandes soluções sempre nascem em meio ao caos. As hortas urbanas já são realidade em todas as grandes cidades do mundo. São inúmeras iniciativas que transformam o entorno que é capaz de reestabelecer novamente a biodiversidade e proporcionam mais qualidade de vida com maior eficiência econômica para os cidadãos.

**(Metodologia)** Mediante tais fatos, o presente projeto buscou incentivar os alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN a projetar Hortas Urbanas para espaços reduzidos. O desafio do projeto foi a criação de uma horta ecologicamente correta, e que apresentasse um caráter funcional, sustentável, estético e que fosse possível de ser instalado em espaços reduzidos, tais como: apartamentos, lobbys, corredores de circulação, salas de escritórios, etc. Para a elaboração do pré-projeto, se buscou conhecer os conceitos e as propostas de hortas urbanas, introduzindo-se ao tema os motivos pelos quais se impulsionou a confecção do projeto (desenvolvimento sustentável e vida saudável), explicado-os detalhadamente e mostrando todas as suas consequências e benefícios para o futuro do planeta.

**(Resultados)** Dessa forma, no primeiro momento da pesquisa buscou-se o desenvolvimento de um referencial teórico utilizado para embasar os conceitos sobre hortas urbanas, os quais são parâmetros importantes e que ajudaram na compreensão mais crítica sobre o objeto de estudo. Na sequência, foi construída a proposta inicial do projeto, identificado as diferentes etapas de confecção, materiais que poderiam ser empregados de forma sustentável, funcional e esteticamente apresentável. Adicionalmente, foram expostas as dificuldades encontradas para adequação do projeto ao espaço disponível, bem como, os diferentes tipos de espécies de hortaliças que poderiam ser utilizadas na confecção da horta.

**(Conclusão)** Por fim, com a construção do protótipo e a instalação da horta, foi possível perceber o quanto é prazeroso o pensamento científico, tornando o processo de aprendizado mais envolvente e instigante e ainda possibilitou a construção de uma consciência ambiental e ecológica nos alunos da turma. Mostrou-se ainda, que é possível viver em harmonia com o meio ambiente e se ter um desenvolvimento sustentável.

**Palavras-Chave:** Hortas urbana, sustentabilidade, estética, saúde e funcionalidade



## HORTAS URBANAS

### **Autor(es):**

*Isabelle Teodósio Marques: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Maria Eduarda de Melo Cocentino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Alano Miguel trigueiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Maria Luiza Marques Soares Suassuna: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As hortas urbanas são jardins que servem para cultivar vegetais e outras plantas para consumo humano, visando uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos. A proposta deste trabalho é criar uma horta urbana para espaço reduzido a partir de materiais reciclados, abordando ao longo da pesquisa conceitos relacionados à sustentabilidade e alimentos orgânicos.

**(Metodologia)** O presente trabalho teve como tipo de pesquisa o método descritivo-exploratório, pois, teve em vista que era necessário explorar, investigar e descrever a análise do objeto de estudos em questão. A mini horta foi confeccionada pelo grupo utilizando materiais reciclados e de baixo custo. A proposta do grupo foi criar um protótipo que fosse viável para espaços reduzidos, com fácil manutenção e baixa produção de resíduos. Os materiais utilizados foram: calhas em PVC, barbante, placa de madeira, arame, tinta, areia, adubo e mudas de plantas.

**(Resultados)** Nos modelos que foram pesquisados no embasamento teórico, foi possível identificar ver vários tipos de hortas urbanas confeccionadas desde garrafas pet, garrafas de vidro, pedaços de madeira, entre outros materiais possíveis de serem reciclados, porém foi optado pelos materiais mais acessíveis ao grupo e que tornassem a sustentáveis e, que essa reciclagem produzisse algum tipo de impacto positivo no ambiente ao redor. Visando agregar características de sustentabilidade ao Projeto, as hortas urbanas, foram instaladas junto na casa ecológica existente no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Ao longo das diferentes etapas de implantação do projeto, foi observado a necessidade de se aprimorar a coleta e levantamento de dados associadas à experimentação prática para a construção das hortas urbanas ecologicamente. Com execução do Projeto foi descoberto que é possível ter uma horta para cultivo de flores, frutos, condimentos, verduras, legumes, etc. em pequenos espaços como em apartamentos e casas no padrão atualmente construído, sendo uma resposta para aqueles que querem ou precisam de alimentos frescos sem precisar abrir mão de viver em seus atuais espaços ou precisar se deslocar de sua residência. Mediante tais fatos, pode-se dizer que esse projeto, obteve trabalho teve resultados positivos, com poucos imprevistos e que não influenciaram no resultado final.

**(Conclusão)** Na elaboração do projeto, não demorou até que o grupo decidisse qual trabalho seria realizado. Portanto, foi possível a obtenção de um resultado satisfatório. Com a utilização de produtos recicláveis para a confecção, o projeto atendeu todos os pré-requisitos propostos para a execução da pesquisa. Além disso, o projeto foi de extrema importância para o enriquecimento intelectual do grupo, pois, além de mostrar alternativas ecológicas para facilitar situações cotidianas, mostrou a importância destas.

**Palavras-Chave:** Hortas urbanas. Natureza. Cidade.

## HORTAS URBANAS SUSTENTÁVEIS

### **Autor(es):**

*Lara Lúgia de Paula Rosado : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Maria Carolina Machado Xavier : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Caroline De Andrade Sá: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Isabella Dias de Araújo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Maria Clara Brito de Lima Coutinho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*  
*Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN*  
*Camila Furukava: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto de hortas urbanas sustentáveis tem como finalidade reutilizar materiais que iriam ser desprezados junto ao meio ambiente e, reaproveitá-los, criando formas arquitetônicas modernas e sustentáveis e que possam ser utilizadas em locais com espaços reduzidos. O conceito aplicado neste projeto, é que as áreas utilizadas tenham usos e funções múltiplas, tais como: espaços verdes, alimentação saudável, desenvolvimento econômico, recreação e lazer. Estes são elementos fundamentais ao desenvolvimento de qualquer cidade sustentável. Não é de hoje, que a literatura especializada vem apresentando os benefícios para a saúde do ser humano quando se adquire hábitos alimentares adequados. Uma alimentação equilibrada proporciona ao organismo humano as condições necessárias para que ele tenha uma vida saudável, acrescentando anos com saúde e disposição para os indivíduos que se propõem a ter uma dieta equilibrada e pautada na moderação. A proposta de hortas urbanas sustentáveis busca resgatar junto à sociedade, a aproximação do homem com o meio ambiente. A produção alimentos orgânicos em pequenas áreas, resultam em produtos mais saudáveis do que aqueles produzidos em larga escala por produtores rurais convencionais, pois geralmente, estes não levam agrotóxicos nem são geneticamente modificados (Organismos Geneticamente Modificados – OGM's, organismos manipulados geneticamente de modo a favorecer características desejadas). Outro fator de relevância está na ocupação de espaços ociosos da cidade, o que vem a contribuir para melhoria da paisagem cênica e a qualidade do ar (DE SOUZA, 2017) Frente a tais fatos, tal projeto permitiu aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN a projetar Hortas Urbanas para espaços reduzidos. O objetivo era projetar uma horta ecologicamente correta, com caráter funcional, sustentável, estético e que fosse possível de ser instalado em pequenos espaços (reduzidos). Neste projeto, não se optou por plantas de grande porte, mas sim ervas aromáticas a fim de deixar o local bonito e inusitado trazendo mais verde e cheiros agradáveis ao ambiente. O objetivo deste projeto é trazer para a população os conceitos de sustentabilidade e promover a conscientização ambiental por meio de ações simples, uma vez que, a reutilização de materiais como garrafas pets, no caso deste projeto, contribui para a diminuição dos resíduos sólidos junto ao meio ambiente. Além de aumentar áreas verdes que tanto ajudam a mitigar as ilhas de calor existentes nos centros urbanos. Esse trabalho se justifica devido à necessidade que o ser humano possui em se apropriar da natureza. O cultivo de especiarias em casa passa a ser uma das poucas formas de contato com os elementos da natureza. Outras vezes, a manutenção da mini-hortas vem da necessidade de cuidar melhor da alimentação familiar, minimizando o consumo de alimentos com agrotóxicos. O fato é que esta tendência tem potencializado um novo nicho de mercado. Ao invés de cultivar plantas ornamentais, as pessoas estão montando mini-hortas com frequência, seja em varandas individuais ou em hortas coletivas, nas áreas comuns dos prédios, em residências e em espaços urbanos.

**(Metodologia)** Visando embasar o referencial teórico, foi construída uma proposta inicial, identificando as diferentes etapas de confecção da horta, os materiais que seriam utilizados e as hortaliças ficariam em harmonia com o ambiente local.

**(Resultados)** Com a conclusão do projeto, foi possível perceber que as hortas urbanas colaboram para a conscientização ambiental da população, visto que as práticas realizadas empregam os conceitos básicos da sustentabilidade, de alimentação saudável e livres de agrotóxicos e, até mesmo, a redução de ilhas de calor, melhoria da qualidade do ar, entre outros benefícios.

**(Conclusão)** Sendo assim, acredita-se que com a disseminação desta prática, por menor que venha a ser a ação desenvolvida, ela estará contribuindo para a conscientização das pessoas para a aplicação de práticas sustentáveis e ecologicamente corretas.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade, hortas, urbanização, conscientização, natureza

**PROJETO: HORTAS URBANAS VERTICAIS**

**Autor(es):**

*Havana Macedo Pinto Furtado Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Artur Rocha de Farias Castro Praxedes : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Izabella Magalhães : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Princesa fernanda Gomes dos Santos : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*  
*Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN*  
*Camila Furukava: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As hortas urbanas representam o progresso sustentável do Brasil, devido ao seu início, nas grandes metrópoles, como em São Paulo, com a importância de melhorar o clima na cidade e a produção de alimentos orgânicos com segurança de qualidade. Assim, os projetos de hortas urbanas estão se tornando cada vez mais uma realidade nas grandes cidades, podem ser implantadas em áreas públicas ou privadas (VISONI, 2015). O objetivo do projeto é mostrar que pequenas ações sustentáveis podem mudar a vida das pessoas, e permitindo que as mesmas adquiram hábitos saudáveis para o seu cotidiano. Além de favorecer um modo de vida ecologicamente equilibrado e que contribua para a melhoria do meio ambiente, evitando o desperdício de alimentos e favorecendo o reaproveitamento dos materiais. Adicionalmente, ocorre a preocupação da saúde pública, visto que esta proposta visa favorecer o consumo de alimentos sem agrotóxicos e, produzidos no próprio local. Ademais, as hortas verticais, podem se utilizadas como objeto decorativo por encaixar-se de forma harmônica e ser instalado em qualquer espaço que predomina luz natural no espaço social. Diante disso, o Projeto de Hortas Urbanas Verticais apresentado pelo grupo busca soluções de como inserir parte do meio ambiente no dia-a-dia das pessoas, através de estruturas simples e sustentáveis e que permitam a implantação de hortas e/ou ervas medicinais em espaços reduzidos. De modo a não ocupar muito espaço, além de poder ser uma forma de inovação sustentável, decorando o ambiente em que a horta for instalada, trazendo benefícios paisagísticos, ambientais e sociais, pois irá aumentar a área verde nas cidades.

**(Metodologia)** O projeto foi colocado em prática em 01 de maio de 2018 e estabelecido na Casa Sustentável no UNI-RN no dia 04 de maio de 2018. No projeto da Horta, a escolha dos materiais foi definida pelo uso sustentável. Assim, toda a estrutura foi desenvolvida com canos de PVC que sobraram de diferentes obras da construção civil, além de adubo, areia, brita e mudas de hortaliças. Logo, o uso dos materiais foi simples e sem gastos financeiros significativos. Para a escolha das hortaliças, o grupo optou por selecionar plantas com raízes pequenas e adaptáveis ao clima de Natal.

**(Resultados)** No dia 01/05/18 o protótipo da horta vertical foi concluída com êxito, sendo iniciado o plantio das mudas. No dia 04/06/18, a horta foi instalada na área do bambuzal existente no UNI-RN, sendo posicionada em um local onde existe uma incidência solar significativa.

**(Conclusão)** Após alguns dias, foi possível perceber que algumas mudas de cebolinha (*Allium schoenoprasum*) sofreram com a forte luminosidade existente na área. O que obrigou o grupo a refletir sobre a importância das características climáticas do local em que seriam instaladas as hortas, bem com, quais as mudas que deveriam ser utilizadas em cada ambiente.

**Palavras-Chave:** Hortas Urbanas, Sustentabilidade, Meio Ambiente.



## Graduação Contabilidade





**A POLÍTICA DE NÃO CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA E OS EFEITOS PARA OS CONTRIBUINTES  
PESSOA FÍSICA**

**Autor(es):**

*Thales Bruno Oliveira de Melo : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Diego Layron Lima de Oliveira : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Mayara Barbosa Venâncio: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo do presente estudo volta-se a defasagem da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e seu efeito na renda dos contribuintes, focando no seguinte aspecto: por que mesmo havendo o conhecimento por parte do governo sobre a defasagem na tabela progressiva de reajuste anual do IRPF, esse reajuste não está sendo colocado em prática? Dentro do panorama apresentado destaca a impotência do governo em estabelecer metas e principalmente o controle orçamentar das contas públicas, porém o reajuste na tabela do IRPF não foi incluído no orçamento de 2018, com isso, a defasagem nos números deve aumentar ainda mais o que implica em maior desembolso tributário e menos geração de riqueza para o contribuinte.

**(Metodologia)** O presente trabalho de cunho acadêmico baseado em pesquisas bibliográficas, utilizando do método qualitativo, dessa forma buscou-se compreender porque mesmo havendo o conhecimento por parte do governo sobre a defasagem na tabela progressiva de reajuste anual do IRPF, esse reajuste não estar sendo colocado em prática? Por fim foi utilizado o método dedutivo dialético tendo como referência os artigos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDFISCO NACIONAL) e as tabelas de correção atuais.

**(Resultados)** A partir de uma análise sistemática, percebe-se o achatamento da renda dos contribuintes em 2,95%. Isso é decorrente do fato que as rendas dos contribuintes menos abastados até R\$ 1.903,98 são tributadas de acordo com as alíquotas estabelecidas pela tabela atual. Corrigida pelo índice oficial da inflação, implicaria em uma faixa de isenção, todo assalariado que ganha até R\$ 3.556,56 de reter imposto na fonte. Contudo, A política de correção da tabela do IRPF abaixo da inflação efetivamente observada, implica no crescimento da defasagem acumulada gerando uma média residual superior a 88%. Pode-se ressaltar que a defasagem também afeta as demais faixas de renda, superiores, pois obriga o contribuinte a pagar mais imposto de renda do que deveria. Por outro lado, esse reajuste passa por dificuldades para ser colocado em prática, devido a difícil situação das contas públicas. Com a correção da tabela do IR em 2018, elevaria a taxa de renúncia fiscal, o que significa que o montante arrecadado pelo governo sofreria queda por conta de benefícios entregues a pessoas físicas e jurídicas, elevando as despesas com esses benefícios.

**(Conclusão)** Diante do apresentado, pode-se chegar à conclusão que a tabela do IRPF defasada traz prejuízo à população, levando ao achatamento da sua renda tendo assim, um maior desembolso tributário e menor geração de riqueza em função da defasagem. No entanto, ainda são pouco percebidos o conhecimento e a participação por parte da população sobre essa realidade tributária, levando em 2018 aproximadamente 41 bilhões a mais para os cofres públicos.

**Palavras-Chave:** Defasagem; Tabela do Imposto de renda; Inflação; Contribuinte

## A PROGRESSIVIDADE DOS IMPOSTOS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### **Autor(es):**

*Paulo Raniel Cardoso da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jose Ricardo Moura Mamede: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste estudo propomos abordar o método de tributação utilizado no Brasil, e comparar com outros modelos utilizados no mundo, analisando os pontos relevantes identificados, fazendo comparações com a situação atual Brasileira. Levamos em consideração para a elaboração deste trabalho à atual situação do nosso País, onde, ouvimos cada vez mais falar-se na urgência de uma reforma tributária. A progressividade de impostos sempre se destaca nas discussões, que na prática defende a cobrança de uma maior alíquota para quem tem mais condições financeiras de pagá-las.

**(Metodologia)** A progressividade dos impostos é prevista na constituição federal de 1988, no art. 145 § 1º ' Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte'. Deste modo este princípio se faz muitas vezes controverso no que se diz respeito à forma na qual ele é empregado pelo Estado. Podemos ver com clareza a tributação excessiva sobre o consumo, que acarreta no pagamento dos tributos chamados indiretos ou regressivos, ou seja, a parcela da população que é mais atingida com esses tributos são os consumidores finais. O imposto progressivo é defendido em vários países do mundo, mas tomaremos como exemplo os Estados Unidos da América, por lá o imposto progressivo é fortemente utilizado, e é feito diretamente sobre a renda ou riqueza, por exemplo, o 'Federal Income Tax' que é equivalente ao nosso Imposto de Renda, pode ter alíquotas de quase 40% sobre a renda tributável onde no Brasil a alíquota máxima é de 27,5%, essa diferença faz toda a diferença no bolso dos contribuintes e dá uma real aparência de progressividade. Vale ressaltar que os EUA possuem outros impostos que não foram comparados neste estudo. No Brasil o imposto progressivo pode ser visto mais nitidamente em alguns casos como, por exemplo: Imposto de Renda, Imposto predial e territorial urbano e territorial rural. Porém esses impostos representam cerca de 6% do PIB Nacional. Também é muito discutido o fator do efeito cascata dos impostos quem penalizam o consumidor final, tendo em vista que o esforço financeiro para aquisição de um bem ou serviço de R\$1.000,00 é relativamente alto para a população de classe C ou D, ao passo que a sociedade de classe A desembolsa essa quantia com menos esforço.

**(Resultados)** Podemos inferir que os resultados obtidos com a pesquisa são de extrema relevância para o ambiente acadêmico tanto quanto para a população em geral, que pode a partir deste trabalho aprofundar-se no assunto e entender como funciona o Sistema Tributário Brasileiro para compreender a sua posição de contribuinte.

**(Conclusão)** Por tanto podemos concluir, que, a maneira como se trata a tributação, além de dizer bastante sobre a nação, faz também com que entendamos os problemas que o mal uso dessas legislações podem acarretar, definindo se um país é desenvolvido ou não e mostra que onerar demasiadamente o cidadão de menor condição social dificulta o combate a desigualdade, no que tange o poder de compra, prejudicando assim a capacidade de desenvolvimento do país.

**Palavras-Chave:** Sistema Tributário, Impostos, Progressividade Tributária

**ANALISE DA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

**Autor(es):**

*Paulo Victor Souza de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Silas Jonatan Menezes do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Lucas Henrique Guerra Barbosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Débora Lígia de Araújo Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Arthur Magno Silva Dumaresq: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo realizado tem o objetivo de identificar as mudanças ocorridas para prestadores de serviços em Natal/RN conforme a reforma trabalhista lei nº 13.467/17. Abordando principalmente informações de sua forma de contratação, as principais modificações para as empresas, a abordagem das empresas perante essas mudanças, a exclusão das horas in itinere, a contribuição com o sindicato de trabalhadores de suas categorias, entre outras atualizações feitas na lei, sendo assim, o presente estudo é de fundamental importância para entender o nível de conhecimento dos empregados perante seu contato de trabalho firmado na empresa e a compreensão dos mesmos diante as modificações realizada na lei.

**(Metodologia)** A presente pesquisa de campo teve o intuito de saber a percepção dos trabalhadores de prestação de serviço sobre a reforma trabalhista vigente, saber se ocorreram mudanças dentro do seu local de trabalho, alterações contratuais e salariais, o entendimento dos trabalhadores sobre sua forma de contratação, e a opinião dos mesmos sobre a necessidade de uma ampla discussão para um melhor entendimento entre todos para um melhor entendimento da reforma trabalhista. A pesquisa realizada teve uma amostra de 490 pessoas, realizado através de questionários online e presencial no dia 9 de maio de 2018 das 15h00min às 18h30min no Midway Mall em Natal/RN, local em que possui uma grande concentração de pessoas. O principal ponto de pesquisa foi em frente ao citado local, pois, pessoas que saem do serviço para pegar ônibus. O questionário possuindo 17 questões qualitativas e quantitativas com questões pessoais como, por exemplo, sexo e idade, e questões voltadas ao ponto principal do trabalho.

**(Resultados)** Primordialmente, o trabalho apresentado busca um tipo de atividade, nesse caso está focado nas empresas prestadoras de serviços, com 60,3% que corresponde a 489 pessoas entrevistadas. O primeiro objetivo dessa pesquisa é identificar o tipo de contratação. Dos 40%, que corresponde a 194 das pessoas entrevistadas, disseram ter contrato de trabalho por tempo indeterminado. 4%, que corresponde a 21 pessoas, afirmaram ter contrato de trabalho intermitente. E ainda 5% que corresponde a 24 entrevistados, não sabem seu tipo de contratação.

**(Conclusão)** Diante do exposto nesta pesquisa, diante do que foi apresentado e os resultados obtidos, que vinte e uma pessoas possuem seu contrato de trabalho com a nova forma de contratação, por tempo intermitente, que é uma prestação de serviço de forma eventual. Ainda vinte e quatro pessoas não sabem qual sua forma de contratação, o que nos leva ao segundo dado em que duzentos e noventa e três pessoas acham muito necessário um melhor entendimento sobre a reforma, visto que a jornada de trabalho, as férias e contribuição sindical foram alterados. Ainda sobre entendimento, o número de pessoas que não sabiam o que é horas in itinere (apesar de ter sido revogado) é alto para nossa amostra, apesar de algumas não terem recebido os mesmos. Constatamos também que apenas cento e cinquenta e oito pessoas afirmaram que a própria empresa comunicou sobre as mudanças que a CLT trouxe. Nesse caso, se não fossem outros meios de informações, o empregado não saberia que há uma liberdade maior do que a que se tinha antes da reforma, como por exemplo as férias que com a mudança o empregado pode tira-las em até três vezes.

**Palavras-Chave:** reforma trabalhista. Horas in itinere. Contrato de trabalho.



## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

### **Autor(es):**

*Amanda Lays Oliveira de Macêdo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise das demonstrações contábeis, também é conhecida por análise das demonstrações financeira. Ela pode ser entendida como um grupo de normas técnicas que nos possibilitam ver a situação econômico-financeira das empresas em um determinado momento. Diante do cenário atual, e um ambiente altamente competitivo, as companhias vem realizando seu trabalho influenciado pelo avanço das tecnologias, sendo que a informação é uma variável de extrema importância para a tomada de decisão em processos internos e externos. Este trabalho abordará os indicadores de Liquidez, Atividade, Lucratividade e Rentabilidade.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é caráter descritivo, utilizando como base de dados as Demonstrações Financeiras publicadas pela empresa AleSat Combustíveis S/A do ano de 2017. São os dos grupos de Estrutura de Capital, Liquidez e os de Rentabilidade ou Resultados. Os dados coletados foram através da análise das Demonstrações que foram Publicadas em Janeiro desde ano de 2018, referente ao exercício anterior, e os números são expressos em milhares de reais. Os índices que foram selecionados pra serem desenvolvidos neste trabalho foram os de Margem de EBITDA (%), Liquidez Geral e Corrente, ROE, Capital de Terceiros, EVA, GAF, WACC. E como uma forma de conhecimento e de também deixar o trabalho mais valioso, vamos apresentar de forma resumida sobre Imposto de Renda Deferido, Contribuição Social Deferida e Reversão de IR/CS Deferido ágio. Quando resolvemos trabalhar a margem de EBITDA da empresa, é por ela ser um indicador de lucratividade operacional de uma empresa, é basicamente uma métrica de rentabilidade operacional que as empresas apresentam em forma de porcentagem da receita líquida de suas vendas. Quando concluímos a formula com os valores que estão presentes nas demonstrações financeiras de 2017 que foram publicadas, conseguimos ver o percentual do capital de terceiros no patrimônio líquido da empresa. Uma empresa se financia predominantemente através de seu patrimônio líquido em vez de empréstimos de terceiros, ou seja, endividamento, vão apresentar um menor risco de insolvência e a tendência é apresentar ROE elevado, por que o custo do capital próprio é muito menor do que o custo de empréstimos que podem consumir o lucro.

**(Resultados)** Chegamos ao ponto crucial deste artigo. Aqui nós vamos analisar cada índice e como os seus valores podem influenciar na situação financeira da empresa, como chegamos neste índice, e a importância de cada um deles. Abaixo temos um Quadro onde constam todos os resultados que foram trabalhados para o desenvolvimento deste trabalho. Porém, será trabalhado um a um com a intenção de aprofundar sobre o resultado.

**(Conclusão)** Diante dos fatos que foram tratados neste trabalho, podemos concluir que é de grande importância trabalhar e analisar cada um dos índices que foram citados em nosso referencial teórico. São indicadores financeiros que auxiliam e muitas vezes são os responsáveis pela tomada de decisão. As informações que foram utilizadas, foram extraídas da base de dados da própria empresa, com a intenção de se trabalhar com todos os números em milhares de reais. Na base de dados, é possível fazer a análise de todos os anos da empresa, bem como fazer uma série de previsões para anos futuros. Através destas informações, foi possível ter uma visão ampla e real sobre a situação financeira da empresa, bem como a econômica. As informações que foram geradas são precisas que aliadas a um bom planejamento estratégico conseguem prever e possivelmente evitar problemas futuros. E dessa forma vai contribuir para alcançar resultados positivos, e melhorar a sua rentabilidade, mas principalmente aumentar o seu lucro.

**Palavras-Chave:** roi; análises; índices; demonstrações;

## ANÁLISE DE ALÍQUOTA RELACIONADA AO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

### **Autor(es):**

*Roberta Saldanha Gurgel: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Ana Carolina dos Santos Carneiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jose Edson Cavalcante da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Matheus Gabriel de Macedo Cunha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Vitória Mayara de Souza Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste ambiente de globalização, um planejamento tributário é de bastante importância para que as empresas possam aderir esse conjunto afim de diminuir o pagamento de tributos e atender às demandas do sistema econômico com relação às novas perspectivas do mercado de bens e serviços. O diferencial de Alíquotas é a tributação onde o contribuinte do ICMS apura e recolhe a favor do seu Estado o ICMS que corresponde a diferença entre a alíquota interestadual e a interna, nas aquisições de serviços e/ou produtos que se destinem ao uso e consumo ou integração do Ativo Permanente, que não venham a sofrer uma saída posterior. A alíquota do ICMS é calculado nas operações de vendas interestaduais a consumidor final, sendo assim, para que fosse possível analisar o impacto do diferencial de alíquota no preço pago pelo consumidor final.

**(Metodologia)** Para a realização do estudo foi realizado uma análise sobre as alíquotas do ICMS, entre os estados do País, foi verificado o fato gerado do ICMS que constatou-se que ocorre a partir do momento da saída das operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação. A regra da compensação do ICMS, interpretada à luz do princípio da não cumulatividade, ambos extraídos do artigo 155, parágrafo 2º, inciso I da Constituição de 1988, impõe que o tributo devido na operação posterior seja compensado pelo cobrado na operação anterior até o limite em que o tributo deixe de ser cumulativo.

**(Resultados)** Ao analisarmos os dados obtidos, conseguimos verificar que ocorre uma diferença grande de alíquotas entre estados, com isso advém de todos os contribuintes serem obrigados a recolherem o ICMS respectivo à diferença existente entre a alíquota interna, aquela praticada no Estado destinatário e a alíquota interestadual nas seguintes operações e prestações.

**(Conclusão)** O presente estudo buscou evidenciar as alíquotas instituídas ao ICMS nos estados brasileiros, com isso realizar uma análise para verificar a diferença de entre eles. Essa diferenciação de alíquotas na aplicação prejudica muito os contribuintes, pois alguns casos, aparenta que cada estado é um país diferente. Através disso é necessário um acompanhamento tributário constante, pois, assim poderá fazer com o que o contribuinte possa fazer adequar. Com isso, sempre que a operação posterior de circulação de mercadorias for tributada em montante inferior à operação anterior, a compensação se fará até o limite desse montante, não havendo restrição ao direito ao crédito registrado na aquisição, pois pode-se dizer que este já nasce proporcional, nos termos da regra constitucional, ao montante devido na operação tributada.

**Palavras-Chave:** Tributário, ICMS, Alíquota

**ANÁLISE DE CUSTO - VOLUME - LUCRO: ESTUDO DE CASO NA "CANTINHO DO FRANGO"**

**Autor(es):**

*Jhonattan Soares da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Silas Jonatan Menezes do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Arthur Magno Silva Dumaresq: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A necessidade de informações gerenciais durante a Revolução Industrial de 1820, proporcionou o surgimento da Contabilidade de Custos, pois a produção deixou de ser meramente artesanal e passou a desenvolver-se de forma mais rápida e intensa. Existem ferramentas que podem tornar um processo produtivo mais eficiente e eficaz, de forma genérica a ferramenta principal é o método de custeio variável, onde apenas os custos variáveis são considerados como parte do processo produtivo em determinado período, já as ferramentas específicas chamam-se: Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio, Margem de Segurança e a função de custos, essas ferramentas possibilitam perceber os fatores que podem ou não estar trazendo desequilíbrio financeiro dentro de uma organização. O objetivo da pesquisa é realizar uma análise do custo/volume/lucro dos itens de um estabelecimento que comercializa frangos assados com intuito de evidenciar informações de custos para a tomada de decisões.

**(Metodologia)** Os dados coletados advêm de um negócio informal conhecido como "Cantinho do Frango" localizado na Avenida Antônio Basílio N°2570, Natal/RN. Em 1998 Graça Maia estava desempregada e ao mesmo tempo pensava em abrir o seu próprio negócio, e aí surgiu a ideia de apostar em um comércio de frango assado. O "Cantinho do Frango" é um sucesso há 20 anos. O faturamento não foi revelado, mas sabe-se que a organização trabalha com metas por período e o lucro auferido pelo comércio é dividido meio a meio trimestralmente. A pesquisa se enquadra como um estudo de caso, onde seu universo são todos os custos e despesas de um determinado negócio, sua tipologia é caracterizada como descritiva, sendo feita uma abordagem qualitativa pois nenhum método estatístico foi utilizado como base para análise dos dados.

**(Resultados)** No estudo de caso realizado, a margem de contribuição encontrada representa 50,87% da receita de vendas, ou seja, o valor a que se refere será utilizado para cobrir os gastos fixos da empresa (CUSTOS FIXOS E DESPESAS FIXAS). O ponto de equilíbrio contábil foi de 97 unidades ou R\$1.940,00, sendo assim, a empresa terá que vender 97 unidades de sua mercadoria para a partir desse número de vendas vir a auferir lucro. A margem de segurança foi mais do que o dobro do ponto de equilíbrio encontrado, sendo de 403 unidades ou R\$8.060,00. O grau de alavancagem é uma ferramenta gerencial que permite saber a variação do lucro em relação às vendas, onde a margem de contribuição é dividida pelo lucro operacional, quanto maior o grau de alavancagem menor o impacto do aumento das vendas sobre o lucro operacional. O grau de alavancagem encontrado foi de 1.11% isso quer dizer que o risco de prejuízo e de retorno são baixos.

**(Conclusão)** Diante do exposto após aplicar as ferramentas de análise de custo - volume - lucro notou-se que a empresa possui um bom rendimento mensal sobre as mercadorias vendidas, visto que após todos os custos e despesas serem cobertos ainda auferem-se R\$4.598,73 de lucro. A empresa também possui uma margem de segurança bem superior ao seu ponto de equilíbrio, chegando a ultrapassar os 100% do limite achado no ponto de equilíbrio, o que garante um retorno mais do que esperado diante de todos os seus gastos.

**Palavras-Chave:** Margem de Contribuição. Margem de Segurança. Ponto de Equilíbrio. Função de Custos.

## ANALISE DE CUSTO DA VENDA INFORMAL DE COCADAS CASEIRAS

### **Autor(es):**

*Valério Felipe Silva de França: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Everson dos Santos Gomes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Israel Fernandes de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A contabilidade de custo tem grande importância nas análises das situações das empresas, pois é por meio dessa ferramenta que os dados são coletados, organizados, interpretados e analisados pelo contador com propósito de fornecer informações das situações do momento para seus usuários, para que os mesmos tomem as decisões de forma mais adequada. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise do custo/volume/lucro da venda e produção informal de cocadas. Para realizar esse levantamento foi necessário encontrar e definir alguns fatores presente na produção, tais como: a margem de contribuição (indicador que mostra o quanto sobra da receita com as vendas de produtos ou serviços para pagar os custos fixos do negócio e gerar lucro); O ponto de equilíbrio contábil (ponto em que o resultado da empresa é zero); E margem de segurança (indicador que mostra a quantidade em unidades ou valor em reais em que o negócio se encontra do ponto de equilíbrio)

**(Metodologia)** Quanto aos objetivos, essa é uma pesquisa descritiva, tendo em vista que descreve características de um objeto. Quanto aos procedimentos, caracteriza como estudo de caso. Quanto à abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa. As cocadas são produzidas artesanalmente e vendidas de modo informal, nos bairros da zona oeste de natal. A matéria prima é comprada diariamente, e são produzidas aproximadamente 40 cocadas por dia. As cocadas são vendidas no valor unitário de 2,00\$, e seu custo de produção diário chega a ser aproximadamente de 0,60 centavos

**(Resultados)** A margem de contribuição é 1287,66 reais, esse valor representa 73% do total das vendas no período, ela indica o quanto sobra das venda para que o proprietário do negócio possa pagar suas despesas fixas e gerar lucro. O ponto de equilíbrio contábil é obtido a parti da divisão do custo fixo pela margem de contribuição unitária, na venda de cocada foram 41,09 unidades, ou seja, é o ponto no qual a receita total é igual aos custos totais. Sendo assim, é preciso vender no mínimo 42 cocadas durante o mês para que a venda comer-se a gerar lucro. A margem de segurança é o indicador que permite verificar a quantidade em unidades vendidas ou valor em dinheiro em que o negócio está acima do ponto crítico. Na venda de cocadas foi obtido um valor de reais de margem de segurança 1718,91 reais, ou seja, é a quantidade de dinheiro no qual a venda de cocadas está acima do ponto de equilíbrio contábil. O gral de alavancagem é 1,04 obtido dividindo margem de contribuição total pelo lucro, esse indica a capacidade que a empresa possui, de acordo com a sua estrutura de custos fixos, para programar um aumento nas vendas e gerar um incremento ainda maior nos resultados, ou, para diminuir as vendas e produzir uma redução maior nos resultados. Comportamento de custos;  $Y=a+b*x$   $475,20 =60+0,54*880$

**(Conclusão)** Com os dados coletados e analisados, foi possível observar o comportamento dos custos de um negocio que é totalmente informal e caseiro. Também observamos que a venda das cocadas é altamente lucrativas, pois o seus materiais de produção é de baixo custo, e a venda é produtiva.

**Palavras-Chave:** custos, cocada.

## ANÁLISE DE CUSTOS SOBRE MATERIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

### **Autor(es):**

*Lucas JosÃ© Avelino Ratkievicius: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Francisco Vicente da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Victtor Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise de custos é fundamental para fornecer as informações necessárias a respeito da rentabilidade da empresa e do desempenho das atividades desenvolvidas dentro dela. O presente estudo de caso tem como objetivo proceder à análise de custos na produção e venda de materiais pré-moldados, a obtenção dos custos fixos e variáveis, bem como despesas gerais relacionados à produção e venda dos materiais pré-moldados em geral que são utilizados em sua maioria na construção de imóveis, visando o que é necessário para produzir e quais seus impactos no valor final do produto. Caracterizando o rumo dos negócios e trazendo conceitos como margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e função de custos de acordo com informações repassadas pelo empresário responsável pela companhia.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é um estudo de caso de objetivo descritivo, como fonte das informações utilizaremos dados extraídos presencialmente de visitas ao estabelecimento estudado, realizando entrevista e questionário com responsáveis e colaboradores da área na empresa, obtendo um resultado qualitativo referentes a todo o processo de produção, analisando custos fixos e variáveis envolvidos no processo fabril e qual a demanda necessária para se chegar ao ponto de equilíbrio e demais níveis de mensuração permitidos por uma eficiente análise de custos. Este artigo tem como base a empresa Comercial Avelino, revendedora de produtos para construção em geral e fabricante de materiais pré-moldados para a venda no atacado e varejo localizados no município de Riachuelo/RN.

**(Resultados)** A seguir é mostrado os dados referentes a produção mensal máxima que são 2000 unidades por trabalhador do bloco de concreto 10cm x 33cm, produto este utilizado na construção de baldrame. A empresa tem gastos fixos para a produção de todos os produtos por ela fabricado de R\$ 2.000,00 com aluguel, R\$ 80,00 com água, R\$ 50,00 com energia e R\$ 1.908,00 com despesas com pessoal do administrativo e vendas. Os gastos variáveis alocados para produção mensal máxima é de R\$ 449,80 de cimento, R\$ 187,20 de areia e R\$ 1.040,00 de mão de obra direta Tendo como base os dados apresentados acima, transformando os custos variáveis para unitários, o resultado será: Cimento R\$ 0,22/un Areia R\$ 0,09/un Mão de obra R\$ 0,53/un totalizando R\$ 0,84 de custos variáveis por unidade produzida. Utilizando como base os dados dos gastos gerais, fazendo o rateio proporcional ao faturamento do produto em relação a receita total da empresa, que corresponde à 20%. Aluguel R\$ 400,00 Energia R\$ 10,00 Água R\$ 16,00 Despesas com pessoal de vendas 190,80 Despesas com pessoal do administrativo 190,80 o total dos gastos fixos é R\$ 807,60 Utilizando o método de custeio variável, todos os dados foram representados de forma sintética pela DRE a seguir, considerando que toda a produção foi vendida conforme preço de venda informado pelo empresário responsável. DRE RECEITA R\$ 3.600,00 (-) CPV - R\$ 1.680,00 (=) LUCRO BRUTO R\$ 1.920,00 (-) DESPESAS VARIÁVEIS R\$ 0,00 (=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO R\$ 1.920,00 (-) CUSTOS FIXOS R\$ 426,00 (-) DESPESAS FIXAS R\$ 381,60 (=) LUCRO OPERACIONAL R\$ 1112,40 Ponto de equilíbrio nesse setor de produção corresponde em valores à R\$ 2.487,60, obtendo como números mínimos de venda a quantia de 1.382 unidades. Margem de Segurança alcançada pela produção deste único produto da referida empresa é de 618 unidades, equivalente à R\$ 1.112,40.

**(Conclusão)** Neste trabalho conclui-se que o estudo desse tipo de material da respectiva empresa, o produto tem um potencial de lucro de 30,9% tendo como base o valor de mercado desta mercadoria, sua perda é 0, sua grande circulação faz valer a pena a sua difícil produção pois é um produto que requer mão de obra pesada e necessita de ser realizada em área descoberta para a secagem ser correta.

**Palavras-Chave:** análise custos variavel construção civil

**ANÁLISE FINANCEIRA DOS CLUBES DE FUTEBOL CLUBE DE REGATAS FLAMENGO E PALMEIRAS FUTEBOL CLUBE NOS ANOS DE 2016 E 2017.**

**Autor(es):**

*Lucas Cabral de Paiva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema deste trabalho tem como base analisar financeiramente os clubes de futebol clube de regatas Flamengo e Palmeiras Futebol Clube. Diante do exposto pretende-se responder ao seguinte questionamento: quais as estratégias adotadas para a melhoria do desempenho financeiro pelos clubes de futebol palmeiras e flamengo em relação à bilheteria, venda de jogador, transmissão de TV, patrocínio e premiações nos anos de 2016 e 2017? Utilizou-se dados contábeis, como DRE e Balanço, mostra os resultados obtidos durante esse período e os métodos utilizados para obter tais resultados. As estratégias utilizadas por cada clube para obter resultados positivos em um cenário que os resultados dos clubes positivos são sempre tão ruins.

**(Metodologia)** Pesquisa estratégias adotadas para a melhoria do desempenho financeiro pelos clubes de futebol por meio da metodologia de pesquisas exploratórias e não probabilística, demonstrações contábeis obrigatórias, demonstrações e relatórios contábeis complementares, itens obrigatórios de divulgação nas notas explicativas e as Demonstrações do Resultado do Exercício.

**(Resultados)** Após análises nas diversas formas contábeis, chegamos a informação de que o Palmeiras foi o clube que mais arrecadou nos anos de 2016 e 2017. Os dois clubes obtiveram bons retornos financeiros com vendas de jogadores para o exterior, no caso do Flamengo foi com a venda de Vinicius Junior, jovem revelação do Rubro negro, foi vendido por um valor de Negociado por 45 milhões de euros - aproximadamente R\$ 164 milhões de reais (segunda maior venda da história do futebol Brasileiro), já o Palmeiras obteve lucro com a venda do Gabriel Jesus no valor de 32,75 milhões de euros – aproximadamente 121,10 milhões de reais. O Palmeiras obteve em 2016 faturamento de 478,8 milhões de reais e em 2017 faturamento de 504 milhões, se comparado ao Flamengo que obteve em 2016 510 milhões em faturamento e no ano de 2017 faturamento de 649 milhões, acabou sendo o Palmeiras pois apesar do faturamento do Flamengo ser maior se retirarmos as dívidas o Palmeiras ultrapassa o Clube de Regatas do Flamengo.

**(Conclusão)** Pode-se concluir que as formas de arrecadação que mais trouxeram lucro para esses dois clubes foram os direitos de TV, os patrocínios, renda de bilheteria, programa sócio torcedor e venda de jogadores, e que com algumas medidas diferenciadas do Palmeiras acabou se tornando o clube de futebol que mais faturou nos anos de 2016 e 2017. Esta pesquisa é de interesse a todos os gestores de clubes de futebol no Brasil e no mundo, principalmente aqueles que estão com dificuldade nas suas arrecadações e com seu desempenho financeiro.

**Palavras-Chave:** Análise financeira dos clubes de futebol; Formas de Gestão; Contabilidade Esportiva.

## ARBITRAGEM – ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

### **Autor(es):**

*Ricardo Antônio da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Ramon Ribeiro Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Eugênio Tomaz de Oliveira Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Icaro Henrique Gois de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Eduardo Paulo de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em 1996, por meio da Lei 9.307, a Arbitragem foi instituída no Brasil com o objetivo de dirimir litígios referentes aos direitos patronais, podendo, a critério de ambas as partes, ser de direito ou de igualdade. A Arbitragem só pode ocorrer quando houver litígios de direitos patronais, ou seja, se durante a realização da perícia tiver indecisão em relação à natureza do bem, cabe ao juiz decidir sobre a lide. O objetivo deste trabalho é esclarecer sobre o trabalho de arbitragem contábil, demonstrando as principais características e vantagens, e evidenciando as principais características no exercício da função de um árbitro.

**(Metodologia)** O presente trabalho enquadra-se como pesquisa descritiva, pois visa evidenciar as principais características no exercício da função de perito contador e do árbitro. A metodologia será bibliográfica, pois trata-se de um trabalho fundamentado em pesquisas na literatura e artigos disponibilizados na internet.

**(Resultados)** A Arbitragem é, normalmente, utilizada na solução de controvérsias comerciais ou contratuais entre pessoas jurídicas. O juízo arbitral se consolida proporcionando ao contador um novo campo de atuação que se manifesta por meio de duas formas: quando o contador desempenha a função de árbitro ou quando é necessária a execução da perícia arbitral. Assim, a arbitragem é um método extrajudicial de solução de conflitos em que a especialização dos árbitros e a vontade das partes são fatores relevantes que solidificam este método, tendo como características principais a rapidez, a confiabilidade e o sigilo.

**(Conclusão)** A Arbitragem é um meio privado de solução de conflitos (que envolvam direitos patrimoniais disponíveis), igualmente voluntário, porém, as partes indicam um ou mais árbitros e a decisão proferida, denominada de sentença arbitral, tem força de sentença judicial e pode, como tal, ser executada. Ou seja, o Árbitro, ao decidir a questão, é equiparado a um juiz e sua decisão vincula as partes que se submeteram à Arbitragem. O ideal é que o profissional contador que queira atuar na área de Arbitragem se qualifique e estude o assunto por meio da realização de cursos e seminários. Desta forma, se aproximará de entidades arbitrais idôneas e poderá participar da lista de árbitros sugeridos ou recomendados por essas instituições.

**Palavras-Chave:** Arbitragem, Perícia, Contador.

## COMPORTAMENTO DO INVESTIDOR A LUZ DAS FINANÇAS MODERNAS E COMPORTAMENTAIS

### **Autor(es):**

*Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No mundo financeiro estamos constantemente em contato com atribuições no momento de uma decisão que envolva risco. Essas indefinições se tornam uma justificativa para evitar aplicações em renda variável e a diversificação do portfólio. O comportamento dos agentes financeiros e a sua compreensão vem sendo caso de estudo dos economistas, definir uma linha coerente no padrão de tomada de decisões nos investimentos, o que historicamente nos remete a moderna teoria das Finanças que modela o comportamento dos investidores e traça um padrão baseado na racionalidade classificando ao investidor como “homo economicus”. Dessa forma este trabalho abrange aspectos fundamentais e conceitos da área das finanças, teoria moderna ou neoclássica assim como também da atual finança comportamental, relacionando os assuntos e traçando uma possível tendência de influência nas decisões de investidores em operações de alto risco consideradas de grande retorno, como também a relação do comportamento racional X comportamental.

**(Metodologia)** O método de pesquisa utilizado é o qualitativo. De acordo com Neves (1996, p. 1 apud MORETTI, 2018), a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos. Ela serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos. Pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais, por exemplo. Também realizamos pesquisa bibliográfica, em sites especializados e em artigos e trabalhos acadêmicos.

**(Resultados)** Toda tomada de decisão é influenciada por aspectos relacionados ao comportamento humano e tais decisões tende a determinar o direcionamento dos resultados e da permanência do investidor no mercado financeiro. A perda de oportunidade de elevados retornos e fechamento de posições sem sucesso relevante influencia todas as decisões futuras. Assim os investidores tendem a seguir expectativas relacionadas aos seus sentimentos ignorando as tendências e cálculos mercadológicos sendo influenciados especialmente pela ganância.

**(Conclusão)** É visível a influência dos aspectos comportamentais nas decisões de forma inexplicável, isso contraria a lógica nos planos do trading. Deve ser levado em consideração a personalidade do investidor pois será um fator determinante para se direcionar um paralelo entre sua racionalidade e irracionalidade. Finalmente, conclui-se que os traders devem interiorizar alguns princípios relativos ao funcionamento e às reações dos mercados, compreender o papel das emoções e possuir aptidão para descortinar o momento da reversão das tendências. Para o autor Matos (2008, p. 170), a “alma do negócio” consiste na reação instantânea, mas sistemática, às circunstâncias presentes no mercado. Apenas se deve investir no que se conhece e naquilo que se compreende.

**Palavras-Chave:** Comportamentais. Irracional. Investimentos. Vieses.



## DIREITO TRIBUTÁRIO PARA EMPREENDEDORES

### **Autor(es):**

*Gleydson Dantas de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Analice Oliveira da Cruz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Giuliano Moreira de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Marcela Miranda de França: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O planejamento tributário, antes visto como um instituto complexo e encarado com receio pelos empresários brasileiros, tem atraído cada vez mais o interesse das empresas, em razão da elevada carga tributária que assola a produção e o consumo de bens e serviços em nosso país. O planejamento tributário se apresenta, portanto, como o meio viável e lícito (legal) para permitir a redução da carga tributária das empresas, garantindo, assim, uma maior competitividade e, por via de consequência, a sua sobrevivência. O planejamento tributário é tão importante para a empresa como o processo de capacitação de seus empregados, o planejamento logístico, o desenvolvimento de novos produtos e serviços, modernização tecnológica e etc.

**(Metodologia)** O material documentado, bem como, os respectivos resultados foi organizado em um relatório de pesquisa em consultas a materiais bibliográficos e digitais, a fim de alcançar o objetivo proposto buscamos conceituar o tema abordado, e também podemos extrair informações dos diversos meios de telecomunicação, que destaca a grande grise que enfrentamos, e que para escapar dela os empreendedores vem buscando explorar e conhecer mais o direito tributário, e com isso estar em harmonia com suas obrigações. Tido com isso a base da pesquisa aqui presente, onde mostra a importância do conhecimento tributário para âmbito empresarial, vale destacar que no Brasil temos uma carga tributária elevadíssimo e por isso deve-se conhecê-la para melhor empreender.

**(Resultados)** A gestão fiscal é a área responsável pela administração e controle tributário de uma empresa, que busca executar um acompanhamento com suas atividades a fim de fazer uma adequação e aperfeiçoar o planejamento tributário. Mas isso também busca relacionar outras áreas além do setor responsável pelos tributos, visto que, outras áreas também possuem ligações que influenciam nas questões fiscais da empresa. É o contador quem vai auxiliar o empreendedor trazendo informações de alto nível de importância que possam deixar claro o melhor caminho para a empresa seguir, buscando a melhora de resultados com estratégias de redução de tributo e maximizando o lucro, como por exemplo, sabendo qual pode ser o melhor regime adotado pela sua empresa ou se o recolhimento dos tributos está sendo feito de forma que não tragam prejuízos. A gestão fiscal, quando realizada de forma inadequada, é um dos grandes motivos que podem levar uma empresa à falência. Além disso, qualquer descuido ou desatenção pode fazer com que as regras sejam quebradas e/ou o negócio precise arcar com um volume de impostos muito superior do que necessário. Por mais que alguns gestores acreditem que pequenos benefícios fiscais não alteram consideravelmente seus resultados, é preciso ter em mente que são essas modificações que trazem o equilíbrio e ainda garantem o crescimento do negócio em menor tempo.

**(Conclusão)** Esse trabalho propôs realizar uma discussão teórica a respeito do direito tributário no âmbito empresarial. Abordamos assuntos e conceituamos o direito tributário para empresas dando ênfase aos meios contábeis e fiscais para reduzir o valor pago a títulos de tributos sobre as operações de cada produto. Desta forma, chegamos a conclusão que o planejamento tributário para empresas é uma ferramenta de fundamental importância para realizar as projeções econômicas da organização.

**Palavras-Chave:** Empresas. Ferramentas de gestão. Planejamento tributário.

## DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO SOBRE UMA PERSPECTIVA TRIBUTÁRIA

### **Autor(es):**

*Roberta Saldanha Gurgel: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Gabriely Cabral Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jose Edson Cavalcante da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Matheus Gabriel de Macedo Cunha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: Neste estudo propomos abordar a política de distribuição dos lucros obtidos pelas organizações tributados pelo regime do Lucro Real aos seus sócios, dando enfoque de planejamento tributário. Atualmente o lucro obtido pelas entidades podem ser distribuídos aos sócios por duas maneiras, sendo elas o pagamento de dividendos, regulamentado pela Lei nº 6.404/76 (Lei das S/As) ou por meio da (JSCP) Juros Sobre o Capital Próprio Lei nº 9.249/95. O planejamento tributário visa criar uma melhor relação entre essas ferramentas objetivando a redução da carga tributária que incide sobre os lucros da entidade.

**(Metodologia)** DESENVOLVIMENTO: A política adotada para distribuição dos lucros pode alterar de forma significativa o resultado da empresa, em tempos de crise o planejamento tributário se torna peça chave para definir os resultados do exercício. Em regra os dividendos obrigatórios devem ser na casa de 25% do lucro líquido ajustado do período, salvo quando estiver definido outro valor no estatuto. Neste caso o dividendo é pago após todas as deduções, inclusive impostos que são: IRPJ 15% sobre o lucro líquido e CSLL 9% sobre o líquido, acrescidos de 10% do excedente de lucro que ultrapassar 20.000/Mês. Já a JSCP é considerada como despesa financeira, logo ela é baixada antes da base de cálculo dos impostos que incidem sobre o lucro, fazendo com que a organização diminua a carga tributária paga ao Governo. Diferentemente dos dividendos que são isentos de IRRF por terem sido pagos pela entidade, o JSCP tem o desconto obrigatório de IRRF na alíquota de 15%. Vale ressaltar que desde quando passou a valer no ano de 1996 a JSCP tem um limite indexado a TJLP fazendo com que quantidade paga aos acionistas seja limitada, o que impede de ser a única forma de remunerar os sócios.

**(Resultados)** RESULTADOS: Ao realizarmos o estudo no qual tem como objetivo central da pesquisa evidenciar a melhor alternativa para redução da carga tributária, podemos constatar que após realizar uma análise, verifica-se que há maior economia tributária para as empresas, ao optarem por remunerar os sócios ou acionistas pessoas físicas através dos JSCP ao invés da distribuição de dividendos, mesmo que elas estejam ou não sujeitas ao adicional do IR.

**(Conclusão)** Conclusão: Diante do estudo podemos observar que não existe uma forma boa e outra ruim entre JSCP e dividendos, tudo depende da perspectiva que está sendo analisada, pela visão da empresa é mais vantajoso o JSCP que utiliza a taxa da TJLP, mas na perspectiva do acionista ele é tributado pelo JSCP em 15% no seu IRRF. Os dividendos pela visão da empresa são menos vantajosos porque neste caso, a empresa que será tributada em cima do IRPJ e CSLL. Assim, o acionista não é tributado como no JSCP.

**Palavras-Chave:** JSCP x Dividendos, Capital próprio, Acionistas, Perspectiva Tributária.

## ESTUDO DE CASO : RELAÇÃO ENTRE ÍNDICES E IMPOSTOS

### **Autor(es):**

*Mariany Hellen da Silva Cavalcante: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Natalia Campos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Huguison Rafael de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Sanderson Elpidio Soares e Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na contemporaneidade sabe-se que o ramo de negócios e ações está bastante em alta, com tanta concorrência em cima disso é bem difícil se manter com um lucro estável e sem muitas oscilações de números. Para ajudar esses empresários, acionistas e também atrair mais investidores, temos o que chamamos de indicadores financeiros, que servem para demonstrar o quão saudável está sendo um determinado empreendimento, temos também os índices de liquidez que é a capacidade que uma empresa tem em pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades temos também índice de mercado que são referenciais que indicam se o mercado está em alta ou em baixa, mediante o comportamento e evolução de um determinado conjunto de ativos, índice de rentabilidade famoso "pay back" que é o prazo de retorno da empresa, e entre vários outros.

**(Metodologia)** Pesquisa descritiva, bibliográfica qualitativa e através de estudo de caso das relações de índices e impostos. A coleta de dados se deu a partir de observações analisadas em diversas plataformas de estudos práticos (sala de aula) e teóricos.

**(Resultados)** O Brasil está entre os países que mais cobram tributos e impostos de seus moradores, empresários e população como um todo. Em contrapartida, temos os índices de endividamento que visam auferir a composição das fontes de recursos que tem total ligação com os impostos, pois eles são a imposição de um encargo financeiro que é pago para a finalidade de garantir a funcionalidade de serviços públicos. É relevante evidenciar essa ligação entre índices financeiros e impostos, pois os resultados principalmente dos índices de endividamento e rentabilidade também são influenciados pelos impostos, pois de acordo com o que se paga de cada valor de cada imposto que é cobrado por algum determinado fato gerador o endividamento da empresa pode sim aumentar sua rentabilidade baixar, o ideal é que se tenha sempre uma contabilidade fidedigna com todos os pagamentos desses impostos em dia, seja federal, municipal ou estadual e que o empreendedor e sujeito passivo tenha um planejamento estratégico para sempre conciliar o seu feedback de investimentos e do dinheiro que entra no seu caixa com os pagamentos de todos os impostos que para ele serão obrigatórios o pagamento.

**(Conclusão)** Por tanto, para um futuro próspero e seguro, todas as empresas devem alocar corretamente custos e averiguar com atenção os impostos por ela pagos, com a junção disto, a empresa atrairá mais investidores e não terá nenhuma situação impeditiva relacionada ao município, estado ou nem muito menos ao Distrito Federal.

**Palavras-Chave:** Impostos e índices.

## ESTUDO DE CASO DA REVEST COUROS NATAL

### **Autor(es):**

*João Maria Alves Freire: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jaderson Elson Ferreira Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Tiago Ronaldo de Lima Torres: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente a análise de custos se torna indispensável para empresas que desejam possuir grandes margens de lucro em seus processos produtivos, motivando a utilização dos recursos de padronização de dados seguidos da comparação de valores previamente estabelecidos gerando informações relevantes nos períodos de curto e longo prazo, otimizando a administração dos preços pela introdução ou corte de custos da produção, objetivando melhoria dos processos e eliminando desperdícios.

**(Metodologia)** Esse artigo trata da análise e registro de fatos e fenômenos, objetivando proporcionar uma visão geral. A aplicação do “estudo de caso têm como vantagens o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos” (RAUEN, 1999, p. 31). A empresa REVEST COUROS NATAL LTDA, foi criada em 2016, localizada na cidade do Natal/RN, iniciando sua atuação principalmente na área de vendas e montagem de kits de bancadas em couro automotivo. Voltada para o ramo automobilístico. Foi feita uma entrevista pessoal com o Jânio (Empreendedor Individual), o qual forneceu todas as informações dos custos das vendas e montagem da bancada em couro.

**(Resultados)** O ponto de equilíbrio dessa empresa, onde os gastos e as receitas se equivalem, é o valor de venda unitário do produto menos o valor unitário de compra. Observou-se que para a empresa não ter prejuízo e não obter lucro é necessário vender 12 kits ou R\$ 18.000,00 reais. A margem de segurança é o valor excedente acima do ponto de equilíbrio, onde é o volume de unidades vendidas menos o volume no ponto equilíbrio: Sendo assim quanto maior for a Margem de Segurança, maior a capacidade de geração de lucros e também, maior a segurança de que a empresa não terá prejuízos. Nesse caso as vendas poderão ser reduzidas em até 10 kits, que a empresa não entrará na área de prejuízo.

**(Conclusão)** Como já era esperado, em consonância com a atividade desenvolvida pela empresa o maior custo concentra-se no Kit de Banco em Couro, como constatação agosto/2018 a empresa obteve lucro de R\$ 7.494,00 reais, tendo uma margem de segurança de R\$ 15.000,00 reais para não ter prejuízo. Com o conhecimento do ponto de equilíbrio a empresa já analisar que 12 unidades a serem vendidas é a quantidade mínima para obter um resultado satisfatório. Por fim, a pesquisa demonstra a utilização da apuração da margem de contribuição em conjunto com o ponto de equilíbrio na geração de informações contribuindo para a visualização das atividades na busca de melhor resultado financeiro.

**Palavras-Chave:** Estudo de caso, Kit de bancos em couro.

## ESTUDO SOBRE ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)

### **Autor(es):**

*Ricardo Antônio da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Ramon Ribeiro Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Eugênio Tomaz de Oliveira Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Icaro Henrique Gois de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Eduardo Paulo de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) foi criado como objetivo de substituir a Taxa Rodoviária Única (TRU) que foi instituído em 1969, e extinto em 1986, com o seu sucessor sendo fixado nos 26 e Distrito Federal. O TRU era vinculado a gastos com o sistema de transporte. Sendo um imposto, não haveria a necessidade de vinculação de gastos. O IPVA teve seu surgimento em São Paulo através do projeto de lei 804/85, com sua criação vieram críticas, pois acreditavam que haveria um aumento do valor a ser pago pelos contribuintes. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores é um tributo que possui finalidade predominantemente fiscal, de competência dos Estados e do Distrito Federal, conforme previsão constitucional terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal e poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo. O seu fato gerador é a propriedade de veículo automotor, sendo à base de cálculo o valor venal do veículo, dependendo do seu ano de fabricação, marca e modelo. Somente incide sobre veículos automotores terrestres. O contribuinte é o proprietário do veículo e o lançamento é de ofício.

**(Metodologia)** O seguinte trabalho baseia-se no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e foi feito um estudo utilizando tópicos como fato gerador, função, contribuinte, sujeito ativo, base de cálculo e alíquotas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como fontes de consultas principais os livros e artigos que tratam do tema abordado.

**(Resultados)** Atualmente, é bastante comum haver questionamentos em relação a real destinação de tributos como o IPVA quando nos deparamos com rodovias cada vez mais esburacadas e vias em péssimas condições de conservação. O IPVA é um imposto arrecadado pelo Estado cujo valor vai direto para o Tesouro, o montante de dinheiro que o governo estadual tem para custear despesas e investir em obras e serviços. O IPVA difere do seu antecessor, o TRU, no quesito de não ser um tributo vinculado, ou seja, quando não se tem um fim específico para tal arrecadação, pago pelo contribuinte e utilizado de forma geral.

**(Conclusão)** Sabe-se que a cobrança do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) não tem uma contrapartida, ou seja, o único objetivo deste imposto é a arrecadação de recursos. Ele é cobrado anualmente, não tem relação alguma com a situação de estradas ou de ruas e seu uso é apenas fiscal, portanto, ao enquadrar-se no fato gerador se contrai a obrigatoriedade de recolhê-lo.

**Palavras-Chave:** Atividade financeira, IPVA, Arrecadação tributária.

## FINANÇAS PESSOAIS: DESENVOLVENDO UM PLANO ORÇAMENTÁRIO À LUZ DA TEORIA CONTÁBIL

### **Autor(es):**

*Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde a idade antiga, as famílias, mesmo que rústicamente, controlam seus bens de alguma maneira, exercendo formas de gestão patrimonial, que é a contabilidade. Nunes (2006, p. 59) relata que “Segundo os historiadores, a Contabilidade, nos seus primórdios, apoiou-se fortemente no controle das finanças pessoais”. O presente estudo apresenta os benefícios e as influências do planejamento financeiro familiar e conceitos para uma melhor organização financeira, através de modelos que orienta e estimula o controle financeiro das famílias. A importância deste estudo ajudará a população do Brasil nas dificuldades de alcançar uma estabilidade devido a situação atual que o país vem passando. Desemprego aumentando, inflação ascendendo e o salário estagnado. Diante do exposto tem-se a seguinte problemática: Quais ferramentas orçamentárias ótimas para criação de um modelo à luz da teoria contábil no controle de finanças pessoais?

**(Metodologia)** O presente trabalho teve como objetivo verificar como se encontra o perfil orçamentário das famílias brasileiras e como a contabilidade pode contribuir no seu equilíbrio. Para isso teve como tipologia de pesquisa quanto aos objetivos a pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória por se tratar de um tema pouco explorado no meio acadêmico. Descritiva, pois descreve métodos contábeis que são sugeridos às famílias para ordem e controle de seus patrimônios. Quanto aos procedimentos, ou seja, a forma como foi conduzido o estudo para obtenção dos dados, a pesquisa foi do tipo bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois foram utilizados materiais já publicados para obtenção dos dados da pesquisa e documental, pois foram utilizados documentos oficiais de entidades especializadas em coleta e tratamento de dados estatísticos. Quanto a forma de abordagem do problema utilizou-se da pesquisa qualitativa, pois descreve a complexidade do descontrole do orçamento doméstico e demonstra de que forma a Contabilidade pode contribuir no processo de controle econômico-financeiro do patrimônio familiar.

**(Resultados)** O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso ficou estável entre os meses de junho e julho de 2018, diminuindo em relação a junho do ano anterior. Para estes consumidores, consumir é mais uma atividade em meio a tantas outras no cotidiano. Eles não entendem o consumo como forma de expressão da personalidade, nem tampouco enxergam alegria extrema no ato de comprar. Se por um lado não são consumistas, como os imprudentes, também não se mostram tão focados no futuro, nem mesmo demonstram disciplina ou desejo suficientes para fazer seu dinheiro render mais, como os racionais. O SPC Brasil revela que os economistas consultados pelo órgão afirmam que em muitos casos, a situação de inadimplência poderia ter sido evitada com a adoção de hábitos simples de planejamento financeiro. E que comportamentos impulsivos de compra e hábitos de risco foram detectados em todos os extratos sociais.

**(Conclusão)** Pode-se destacar a estrutura de dois principais relatórios contábeis, que podem ajudar de forma mais adequada os nossos usuários, para que eles tenham como mensurar e controlar o seu patrimônio, são eles: balanço patrimonial, e demonstração dos fluxos de caixa/Planejamento e Controle Orçamentário. O Balanço Patrimonial é um relatório contábil gerado após o registro de todas as movimentações financeiras de uma empresa em determinado período. Esses registros dos fatos contábeis são aqueles que constam no livro diário da empresa. Essa demonstração informa toda a situação patrimonial, ou seja, os bens, direitos e obrigações de uma empresa. Com a demonstração dos fluxos de caixa, é possível fazer uma análise do desempenho financeiro da empresa, através da verificação do que está entrando e saindo do caixa e se está sobrando ou faltando dinheiro, enxergando, portanto, a sua disponibilidade de caixa.

**Palavras-Chave:** Contabilidade. Educação financeira. Comportamento de Consumo. Finanças pessoais.

**FINANÇAS PESSOAIS: PLANEJAMENTO E CONTROLE NO ORÇAMENTO DE ESTUDANTES E GRADUADOS EM CONTABILIDADE**

**Autor(es):**

*Dara Mirian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde a implantação do Plano Real no Brasil, iniciou-se um processo de estabilização econômica, possibilitando assim um maior consumismo nos brasileiros. Apesar de ter facilitado também a hipótese de estimativa quanto ao valor do dinheiro no futuro à falta do hábito de planejar as finanças pessoais, trouxe endividamento a população brasileira. Nesse contexto objetiva-se analisar a percepção de estudantes e graduados da área contábil sobre a importância do planejamento e controle no orçamento ao ponto de verificar se há enfraquecimento do estereótipo dado ao profissional contábil seja ele e formado ou não.

**(Metodologia)** Para tanto observa-se uma pesquisa descritiva quanto aos fins e bibliográfica quanto aos meios, a respeito da abordagem caracteriza-se como qualitativa, onde visa apresentar uma análise financeira pessoal dos estudantes e graduados da área contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, sendo 67 estudantes e 6 graduados, perfazendo um total de 73 entrevistados. Os resultados foram obtidos através de um questionário baseando em alguns aspectos como: perfil da população entrevistada, conhecimentos em finanças e aplicabilidade na vida pessoal, orçamento financeiro, importância da educação financeira, gestão dos gastos e endividamento; aplicado em junho de 2018.

**(Resultados)** Ao analisar o perfil dos entrevistados, os resultados encontrados demonstram que academicamente 67 são estudantes que variam do 1º ou 4º ano do curso de ciências contábeis e 6 são graduados que variam entre formados ou pós-graduados, mestre ou doutor. Dentre os estudantes 60% são do sexo masculino, 57% possuem de 21 a 30 anos de idade e 80% são solteiros. Com relação aos graduados, 60% também são do sexo masculino, 50 % possuem 21 a 30 anos e 60% são solteiros. Na análise ao conhecimento em finanças, a respeito da importância a educação financeira no ensino fundamental e médio, quase 100% dos entrevistados afirma ser importante e indispensável. Quando se trata do orçamento financeiro em si, mais de 60% dos entrevistados afirmam que é indispensável ter um detalhamento exato das entradas e saídas de caixa, 46 dos entrevistados, somando estudantes e graduados, afirmam que todas as receitas e despesas são itens básicos para uma planilha de orçamento familiar. No entanto, quando se trata do orçamento financeiro pessoal dos entrevistados, obtém-se uma situação controversa, pois eles conhecem sobre planejamento e controle, mas na prática a maioria não executa, pois dentre os 73 entrevistados apenas 21 fazem o orçamento e possuem bons resultados, sendo 18 estudantes e 3 graduados. Outra variável importante observada dos entrevistados foi à aposentadoria de cada um deles, apenas 25 dos entrevistados somando estudantes e graduados possuem plano previdenciário privado ou próprio, isso pode ser considerado grave para um total de 73 entrevistados onde quase 80% como já citado são jovens e solteiros e possuem de 21 a 30 anos de idade, período ideal para preparar o próprio "colchão financeiro".

**(Conclusão)** O presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes e graduados da área contábil sobre a importância do planejamento e controle no orçamento financeiro pessoal, baseando à luz da literatura. Nesse contexto, foram identificados fatores comportamentais que norteiam os entrevistados a respeito do planejamento e controle no orçamento pessoal, tais como: perfil correspondente ao gênero, idade e estado civil; conhecimento em finanças, aplicabilidade do orçamento, rendimento financeiro, comportamento de consumo e investimentos atuais e futuros. Diante do exposto, para uma melhor análise da percepção dos estudantes e graduados da área contábil sobre a importância do planejamento e controle no orçamento financeiro pessoal, o ideal seria o desenvolvimento de outros fatores não abordados nesta pesquisa.

**Palavras-Chave:** Finanças pessoais, Planejamento e controle, Orçamento financeiro.

## IMPACTO DE PERFORMANCE NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NA OPERAÇÃO CARNE FRACA

**Autor(es):**

*Iris Mayara Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos dias atuais, com o quadro econômico que o Brasil vem enfrentando, as tomadas de decisões são de suma importância para uma empresa e pode determinar seu sucesso e o seu fracasso. Escândalos como o da Carne Fraca, uma ação da Polícia Federal e do Ministério Público para identificar irregularidades nos frigoríficos, tiveram um forte impacto na economia do país. O presente trabalho é uma análise nas demonstrações financeiras das empresas JBS S.A e BRF S.A que objetiva demonstrar o impacto sofrido nas empresas devido operação carne fraca, uma operação do Ministério público juntamente com a Polícia Federal, onde mais de 30 empresas foram acusadas de adulterar a carnes que vendiam nos mercados interno e externo. Diante do exposto temos a seguinte problemática: Quais os impactos de performance nas empresas BRF e JBS, envolvidas na operação carne fraca? Verificando através das suas demonstrações contábeis que deverão informar com transparência os reais valores e comparando-os entre si. Identificando através dos seus fundamentos, os resultados e performance globais de estrutura de capitais, endividamento e liquidez, demonstrando estratégias de alavancagem e convexidade fiscal e confrontando resultados passados – série histórica utilizando três anos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que se classifica quanto à natureza dos dados como qualitativa, bibliográfica e descritiva, visto que visa descrever os impactos de performance encontrados nas demonstrações contábeis analisadas das empresas JBS e BRF com o objetivo de qualificar um problema e entender a sua dimensão. Quanto ao tratamento dos dados se dará a partir de uma criação de um banco de dados com sua operacionalidade montada por meio de planilhas (EXCEL).

**(Resultados)** Foi observado na análise de receita tanto da JBS, quanto a da BRF uma queda na receita de vendas de ambas na controladora quanto no consolidado, no mercado interno e externo (nacional e internacional) do ano de 2016 para o de 2017. Na BRF no mercado interno essa diminuição foi de 16,10% (controladora) e de 19,64% no externo, chegando a quase 20,00%.

**(Conclusão)** Notou-se que o impacto sofrido pela BRF foi maior e evidenciado pela própria empresa em suas notas explicativas, tendo uma maior significância para a mesma, onde é possível analisar uma queda nos índices de liquidez, ROE e ROA que já vinha decaindo de 2016 e sofreu um impacto maior ao chegar ao ano de 2017, ano em que a operação Carne Fraca teve início. Já no caso da JBS o mesmo fato é apenas citado em suas notas explicativas como um inquérito em andamento, o impacto não é tão evidenciado em suas demonstrações.

**Palavras-Chave:** Operação Carne Fraca. Impacto de performance. Demonstrações contábeis. JBS. BRF.



## INDÍCIOS E A PERÍCIA JUDICIAL

### **Autor(es):**

*Paulo Raniel Cardoso da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Gabriely Cabral Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A perícia contábil judicial apresenta, através de comprovações e demonstrações dos fatos, provas com objetivo de demonstrar ao Meritíssimo Juiz se as solicitações das partes do processo são, de fato, verdadeiras e se apresentam a expressão da verdade em respeito às leis vigentes e fatos ocorridos. Já indício é aquilo que indica o que, provavelmente, ocorreu ou existiu. Nesse aspecto, o perito contábil pode basear seu laudo com base em indícios?

**(Metodologia)** Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e documentais, afim de evidenciar as diversas formas de obter indícios, e analisar o impacto desses no laudo pericial resultando em uma base concreta para a tomada de decisão do Meritíssimo Juiz, sendo a parte bibliográfica pesquisada nos livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados contribuiu para a construção de um referencial teórico sobre perícia e indícios.

**(Resultados)** Como base nos princípios fundamentais de contabilidade e nas normas de perícia contábil, o perito tem a responsabilidade funcional de buscar verdades existentes aos fatos de natureza técnica contábil. Daí a expressão da prova pericial que originou do latim “proba”, que significa comprovar, evidenciar, demonstrar e verificar. Para que o indício tenha algum valor jurídico e seja base para também para um laudo pericial, há alguns pressupostos que devem ser considerados: 1) por primeiro deve estar provado; 2) depois, é preciso que tenha nexos causal com a circunstância que se quer provar por indução; e 3) por fim, é indispensável que seja harmônico com as demais provas produzidas. Assim como pode não merecer maior crédito uma confissão isolada diante das demais provas, igualmente indícios sem comprovação, isolados ou inconsequentes não servirão de base para um juízo de certeza penal.

**(Conclusão)** O Laudo Pericial Contábil é um documento elaborado por um ou mais peritos, onde se apresentam conclusões do exame pericial. É uma peça escrita, na qual o perito contador deve visualizar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e caracterizar seus aspectos e detalhes que envolvam a demanda. No laudo serão respondidos os quesitos propostos pelo juiz ou pelas partes interessadas, este, pode ser assinado conjuntamente pelos peritos que representam a parte interessada e o Juiz. As provas que fundamentam o laudo são documentais, materiais, testemunhais, confissões, outros laudos periciais relacionados ao mesmo processo e provas indiretas. Assim o perito baseia-se nas provas acolhidas e não oferece conclusões apenas com base em indícios.

**Palavras-Chave:** Perícia Judicial; Indícios; Laudo.

## IPVA- IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES

### **Autor(es):**

*Daniel Andr e da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informa o do UNI-RN*  
*Arthur Palla de Medeiros Cadete: Discente do curso de Educa o Física - Bacharelado do UNI-RN*  
*Magno Alexandre de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*George Henrique Rodrigues da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Thiago de Farias Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*  
*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*  
*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdu o)** O IPVA   um imposto estadual, porém não vinculado a uma atividade estatal. Entretanto, só os Estados e o Distrito Federal têm competência para instituir-lo de acordo com o art.  155, III da Constitui o Federal. O referido imposto incide sobre a propriedade de veículo automotor.   um imposto com a fun o exclusivamente fiscal. O imposto será cobrado todo início de ano, independente do veículo ser novo ou usado; com a ressalva de algumas exce o es prevista em lei. Pode ser qualquer pessoa física ou jurídica, desde que seja proprietária de veículo automotor, e que este veículo esteja devidamente registrado em nome próprio, perante o órgão de trânsito (DETRAN). Tendo como documento necessário e comprobatório o CRV (certificado de registro de veículo).

**(Metodologia)** Para atingir os objetivos destinados a demonstrar alguns aspectos sobre o imposto IPVA, onde foi abordado assuntos como: A competência legislativa, o poder estatal de tributa o, a história do IPVA, conceito, características e sua visão constitucional. Esse trabalho foi feito em torno de do art.  155, III da Constitui o Federal, e para se ter um conhecimento conciso no trabalho também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como fontes de consultas principais livros e artigos que tratam do tema abordado.

**(Resultados)** 1985, o IPVA foi implantado no Estado de São Paulo, posteriormente, também foi cobrado no Rio de Janeiro. Então somente em 1986, o imposto foi oficializado para todo o país, através da Constitui o Federal, emenda n  27. Com características compulsória, ou seja, obrigatória. O momento pelo o qual irá gerar o imposto, será da aquisi o do veículo em nome próprio. Se a aquisi o feita pelo o proprietário for de um carro zero Km, o IPVA vai ser gerado a partir da data da emissão da nota fiscal e o valor a ser pago será proporcional da data da emissão da nota até o último dia do ano vigente e posteriormente a partir do 1  dia de janeiro de cada ano. Para a aquisi o de um carro usado o fato gerador para IPVA se dará a partir do 1  dia de janeiro de cada ano em que o veículo foi adquirido. O pagamento poderá ser de uma só vez ou de forma parcelada. Essa renda arrecadada será destinada ao Tesouro e administrado pelo Estado de acordo com suas necessidades.

**(Conclusão)** Portanto, concluímos que a o IPVA   um imposto estadual, devendo ser instituido pelo Estado e Distrito Federal. Nota-se que em grande parte dos aspectos abordados são semelhantes aos dos demais impostos em espécies existentes no Brasil.

**Palavras-Chave:** IPVA; Imposto; Estado.

## O BALANCED SCORECARD NA GESTÃO ESTRATÉGICA DA EMPRESA GELADINHO SHAVUA TOV

**Autor(es):**

*Amanda Lays Oliveira de Macêdo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com o BSC, a estratégia de uma empresa é dinâmica, ou seja, é um processo contínuo que tem como origem a definição da missão e a criação de sua visão do futuro. Desta forma, podemos afirmar que, a visão vai indicar o destino da organização e a missão vai mostrar o ponto de partida. É necessária a compreensão de “visão, missão e estratégia” e é fundamental para o desenvolvimento dos projetos do BSC, uma vez que a metodologia revela uma grande interação com esses conceitos. Portanto, através do Balanced Scorecard será possível estabelecer um diagnóstico organizacional levando em conta características e situações internas e externas da empresa, usando como subsídio as informações contidas nos indicadores que foram estabelecidos juntamente com a gestão da empresa. Vale ressaltar que o BSC é um diferencial entre os modelos de gestão, pois é dentro dele que podemos ver todos os modelos de controle financeiros e não financeiros, que poderão proporcionar ao administrador uma visão ampla de desempenho organizacional. É uma grande ferramenta de apoio e monitoração da evolução estratégica da empresa.

**(Metodologia)** Este trabalho foi feito através de um estudo dentro de uma empresa do ramo de sorvetes e picolés na cidade de Natal/RN, Geladinho Shavua Tov. Para chegarmos ao objetivo central da pesquisa foi necessário fazer um planejamento e análise da situação atual da empresa. Além disso, foi feita uma pesquisa entre os próprios funcionários e clientes. Após a decisão da Gestão da empresa, os indicadores foram elaborados e monitorados em base de ações que já vinham acontecendo, tendo sido observado uma melhoria do desenvolvimento operacional da empresa.

**(Resultados)** Até o final do ano de 2017, a empresa não possuía indicadores baseados nas perspectivas do BSC. Porém, após a inserção desses indicadores, a empresa atualmente está podendo fazer a comparação de seu desenvolvimento em vários períodos. Foram criados um total de doze indicadores, sendo três para cada perspectiva (Financeira, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento). Em cada um deles foi possível visualizar as decisões tomadas para a criação deles, e também criar novas ações para o futuro.

**(Conclusão)** Para a construção de um Balanced Scorecard e o mesmo ser bem sucedido é necessário ter o consenso e o apoio da administração. Nesse aspecto, podemos afirmar que a o BSC da Geladinho Shavua Tov foi bem sucedido. O BSC equilibra as dimensões financeiras e não financeiras de uma empresa permitindo ao administrador monitorar a organização com o balanceamento da visão financeira, operacional e com a visão de longo prazo proporcionando aos gerentes um instrumento que necessitam para ter êxito competitivo futuro. Os encontros para decisão desses indicadores foram tão motivadoras que a gestão viu a necessidade de implementação de novas ações para mensuração de desempenho a empresa Geladinho Shavua Tov.

**Palavras-Chave:** balanced scorecard, gestão, estratégia, financeiro

**OBRIGAÇÕES FISCAIS DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS – ESTUDO DE CASO DO CENTRO ISRAELITA DO RIO GRANDE DO NORTE (CIRN)**

**Autor(es):**

*Jaderson Elson Ferreira Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*João Maria Alves Freire: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Amanda Lays Oliveira de Macêdo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No momento da constituição de uma entidade, há a definição se ela terá como finalidade lucro ou não. Isso encontra-se em seu Contrato ou Estatuto Social, onde é possível ver também as atividades que a Entidade irá desenvolver, bem como os seus objetivos. Quando uma entidade sem fins lucrativos é criada, vários procedimentos são realizados. Como será a sua constituição, a legalização, e é claro assumir os diversos compromissos sociais, mais principalmente fiscais. As entidades do terceiro setor, ou seja, entidades sem fins lucrativos, podem ser classificadas como imunes ou isentas de algumas. Imunidade pela Constituição Federal, e Isenta pela Lei Ordinária.

**(Metodologia)** Este estudo utilizou de material bibliográfico, e um estudo da situação fiscal do Centro Israelita do Rio Grande do Norte. A entidade foi fundada em 19 de agosto de 1929, em Natal/RN. É uma entidade civil sem fins econômicos, com sede própria na cidade citada, é regida por estatuto, sob a observância da legislação pertinente por tempo indeterminado, conforme o art. 01, capítulo 1 – Denominação, Fins, Foro e Duração. A entidade, tem como associação o caráter religioso e cultural a par de objetivar o desenvolvimento de outras atividades, como as de proporcionar aos seus associados meios de ampliar o conhecimento e o estudo da tradição e cultura judaica e demais valores da mesma. Além disso, foi usado como base a Legislação Fiscal aplicada as entidades sem fins lucrativos.

**(Resultados)** Durante a análise da entidade e de acordo com as obrigações que todas as entidades sem fins lucrativos precisam cumprir, encontramos uma série de erros, bem como pendências fiscais. Analisamos que a entidade não estava atualizada perante a Receita Federal, ou seja, o responsável perante a Receita não fazia parte do quadro atual. A entidade encontrava-se com débitos fiscais perante a união, devido à ausência do cumprimento de suas obrigações acessórias. E a principal obrigação é a entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais-DCTF, a mesma nunca havia sido realizada. Após o estudo, e diante a imensidão dos problemas encontrados, a entidade conseguiu a imunidade, do IPTU, que de acordo com a Constituição federal, art. 150, VI, item “b” afirma que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre templos de qualquer culto. Então, como a entidade não possuía inscrição municipal, ela não tinha adquirido este direito. Alteração do Quadro dos sócios para o representante atual, pois é este o responsável perante a receita. E no momento, a entidade está em busca de cumprir com as demais obrigações acessórias, porém encontra-se com o caixa baixo, e por isso não está conseguindo cumprir com essas obrigações.

**(Conclusão)** A Legislação é muito clara ao dizer que as entidades sem fins lucrativos possuem imunidade com relação à alguns impostos. O que não pode acontecer em uma entidade sem fins lucrativos, é o que ocorreu com a do caso da entidade que está servindo de objeto para este estudo. Por falta de informação, a entidade gerou uma pendência em valores elevados perante a receita federal, ou seja, débitos perante a Receita, e necessitando de uma melhor administração para que possa futuramente cumprir com as suas obrigações. Apesar as obrigações tributarias de entidades sem fins lucrativos são serem muitas, é necessário que sejam cumpridas, tempestivamente e corretamente. No processo de administração da entidade, é necessário que se utilizem informações contábeis e fiscais atualizadas, pois assim consegue-se manter regular o cumprimento das obrigações fiscais, e em alguns casos as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

**Palavras-Chave:** terceiro setor; entidades; direito tributario; obrigações fiscais;

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTEIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PREPARAÇÃO PROFISSIONAL PARA INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO NO ÂMBITO DE NATAL**

**Autor(es):**

*rafael frança da rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Amanda de Lima Damasceno: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Denys Rodolfo Alves da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Marília Monte de Hollanda Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No cenário atual de intensa globalização e internacionalização do comércio, serviços, da tecnologia e do ambiente econômico-financeiro, o papel do contador vem sendo cada vez mais reconhecido como primordial para o desenvolvimento das entidades no mundo inteiro. Além disso, a exigência de boa qualificação do profissional também tem sido cada vez mais colocada em questão pois o contador precisa ter ferramentas para fornecer informações cada vez mais precisas e relevantes e que ajudem os gestores a encarar o mercado que, com esse processo de globalização, tem se tornado mais competitivo a cada dia. Com isso, é essencial que se prepare, nas instituições de ensino superior, profissionais com boas condições para ingressar no mercado de trabalho e suprir as exigências e necessidades que são esperadas deles. Nesse contexto, o atual estudo busca respostas para a seguinte questão: Qual a percepção dos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis em Natal sobre a sua formação acadêmica e preparação para ingresso no mercado de trabalho? O objetivo do presente trabalho foi analisar a percepção que os alunos concluintes em Ciências Contábeis de instituições de ensino superior da cidade de Natal, localizada no estado do Rio Grande do Norte, possuem a respeito da formação acadêmica que recebem e da preparação profissional que dispõem para ingressar no mercado de trabalho.

**(Metodologia)** Como meio de alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho se utilizou de pesquisa descritiva e exploratória. Para isso, realizou-se questionário que foi aplicado para alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior de Natal. A pesquisa foi realizada em três instituições, sendo elas o Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Potiguar (UNP). No universo das 3 instituições de ensino superior analisadas tem-se um provável número de 104 alunos concluintes em Ciências Contábeis onde 47 alunos responderam ao questionário representando, assim, uma amostra de 45,2% da população total.

**(Resultados)** Como resultados, verificou-se que a grande maioria dos respondentes, 48,9% do total, exerceu atividade remunerada na área contábil durante a graduação indicando a existência de oportunidades de estágios e atividades remuneradas para os alunos ainda enquanto graduandos. Verificou-se, ainda, que a maioria dos respondentes, 38,3% do total, considerou como principal motivo para opção pelo curso de Ciências Contábeis a percepção de que seria uma formação com boas oportunidades de trabalho. Observou-se, também, que os respondentes consideraram a avaliação do mercado de trabalho na área contábil como boa ou regular, em sua grande maioria, somando-se um total de 78,7% das respostas. Quanto as oportunidades profissionais a soma de 78,7% dos alunos concluintes demonstrou considerar de média ou difícil dificuldade a obtenção de atividade profissional com remuneração satisfatória. Na questão que solicitava uma auto avaliação sobre a preparação que julgavam ter para ingresso no mercado de trabalho contábil, a grande maioria dos respondentes, 61,7% do total, considerou parcial a sua preparação indicando a necessidade de auxílio profissional. Perguntados sobre o que pretendem fazer após a formatura, a maioria dos concluintes, 53,2% do total, optou por fazer concurso público. Como sugestão para a melhoria do ensino das instituições, 57,4% dos alunos sugeriram a implantação de escritório modelo para aprendizagem da área contábil mostrando que os alunos sentem a necessidade de melhor formação prática.

**(Conclusão)** Após a análise de dados, pode-se concluir que no geral os formandos em ciências contábeis têm uma percepção otimista quanto ao mercado de trabalho, assim como em relação as suas qualificações. É importante frisar que a maioria tem pretensão de seguir carreira profissional na área.

**Palavras-Chave:** Contabilidade. Mercado de trabalho. Graduação. Formação Acadêmica.

## PERÍCIA CONTÁBIL NA APURAÇÃO DE FRAUDES E ERROS NAS ORGANIZAÇÕES

### **Autor(es):**

*Ana Patrícia Frances de Brito Ribeiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Analice Oliveira da Cruz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Yuri Zarif Teixeira de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Letícia Lorayne Santos Mendes : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Marcela Miranda de França: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A perícia contábil é o ramo da ciência contábil que verifica a atividade relacionada ao patrimônio (causa) e aplica o conhecimento com a finalidade de desvendar algo que não está aparente entre duas ou mais partes. Está ligada diretamente a justiça por se referir a conferência e reunião de materiais para servirem como provas, para esclarecer ou subsidiar uma decisão relacionada a um caso de litígio. Diante disto, se faz necessário conceituar as diferenças entre fraude/erro, bem como as técnicas periciais utilizadas para identificá-las.

**(Metodologia)** Quanto a metodologia, este estudo enquadra-se como pesquisa descritiva, com a intenção de evidenciar os erros e fraudes, bem como o comportamento das empresas diante das mesmas. Faz-se necessário também mostrar os investimentos para prevenção das fraudes e erros, bem como a importância da perícia como ferramenta para minimizar a incidência dos mesmos.

**(Resultados)** A atividade pericial é requisitada quando há um litígio entre as partes, de modo que proponha a esclarecer, da maneira mais enfática possível, as possíveis causas da fraude e/ou erro, bem como outras informações envolvidas. Diferente da auditoria, que busca de forma contínua eventuais distorções nas demonstrações das empresas, a Perícia já é solicitada quando há um litígio em discussão. Diante deste cenário, a perícia contábil surge como uma ferramenta vital para auxiliar as organizações no combate as fraudes. Conforme investigado, as maiores incidências de fraudes se encontram no setor financeiro das empresas, pois é o principal canal de circulação dos recursos. As técnicas periciais mais utilizadas envolvem o monitoramento do fluxo de caixa entre as datas determinadas, com o objetivo de localizar prováveis saídas não contabilizadas; mapeamento dos fornecedores, com o propósito de confrontar o fluxo de pagamentos com as mercadorias recebidas e os preços combinados; a adequação da companhia as normas contábeis vigentes, dentre outros. Essas técnicas são capazes de localizar fraudes como apropriações indébitas, manipulação de dados, sonegação, incoerência nos cálculos, dentre outros.

**(Conclusão)** Fraude é todo ato praticado com a intenção de causar dano a outra parte, diferente do erro, que é ocasional e não intencional. Ambos afetam diretamente as organizações em diversas esferas, causando impactos negativos cada vez maiores. As fraudes vão se atualizando cada vez mais, exigindo das áreas de perícia e auditoria, métodos mais eficazes de prevenção e atuação. No campo pericial, se faz necessário a utilização de técnicas de monitoramento, que possibilitem ao perito uma visualização mais clara dos eventos ocorridos, para que em seu lado, conste com precisão a causa e o fato que deram ocorrência ao litígio. As empresas vêm aumentando seu investimento em sistemas de controle mais sofisticados, bem como ferramentas de auxílio externo, como a auditoria, visando a prevenção antes da ocorrência do fato. A perícia é capaz de apurar com maior robustez os problemas relacionados, porém só é utilizada após a ocorrência do fato, tornando-a uma atividade de caráter predominantemente investigativo, em um cenário que requer ações de precaução.

**Palavras-Chave:** Técnicas periciais, Fraude/erros, Perícia contábil.

## PERÍCIA JUDICIAL VERSUS ARBITRAGEM

### **Autor(es):**

*Daniel André da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informa o do UNI-RN*  
*Arthur Palla de Medeiros Cadete: Discente do curso de Educa o Física - Bacharelado do UNI-RN*  
*Magno Alexandre de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*George Henrique Rodrigues da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Thiago de Farias Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdu o)** Nesse artigo iremos nos reservar a descrever sobre a perícia judicial e arbitragem. Abordaremos a atividade destinada a perícia contábil, como a emissão de um laudo sobre questões contábeis através de um conjunto de procedimentos técnicos como exame, indaga o, investiga o, vistoria, avalia o entre outros. Já na arbitragem, veremos que   utilizada para solucionar conflitos relativos a direitos patrimoniais que possam ser avaliados monetariamente e cujas partes tenham celebrado convenço de Arbitragem. Veremos assim, que ambas têm perfil extremamente resoluto, e são responsáveis por trazerem resolu o de problemáticas para as empresas e pessoas. Ainda apresentaremos a forma, local de atua o e as grandes diferenças técnicas, utilizadas pelos Peritos Contábeis e pelo profissional de arbitragem.

**(Metodologia)** O presente estudo tem uma abordagem teórica e baseia-se nas referências bibliográficas e documental. Na fundamenta o teórica busca-se desmistificar duas áreas de atua o dos contadores tendo como objetivo analisar o campo de atua o do perito e do  rbitro. Nessas questões, o foco não   somente saber que os contadores têm mais um plano de carreira, mas sim, conhecer como funcionam esses ramos.

**(Resultados)** O procedimento arbitral  , em geral, muito mais rápido do que um processo judicial. A lei determina que caso as partes ou a Câmara Arbitral não definam prazo específico, a sentença arbitral deve ser prolatada em no máximo seis meses, enquanto que na Justiça Estadual, apenas na primeira instância, um processo leva em m dia cinquenta e dois meses ter sua sentença, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quanto aos processos judiciais, a regra   da publicidade, já no procedimento arbitral a regra  , em geral, a confidencialidade, embora isto não seja uma obriga o legal. Temos ainda que os procedimentos arbitrais não são tão solenes e ou burocráticos como os processos judiciais, possuem uma estrutura mais dinâmica e informal onde as partes têm uma participa o mais efetiva para a soluço dos conflitos, sendo inclusive bastante comum a composi o (acordo) para a soluço negociada dos conflitos. Por fim no procedimento arbitral   possível que os árbitros sejam escolhidos pelas partes ou pela Câmara de acordo com as suas competências e com o litígio em questão, diferentemente dos Juízes no Poder Judiciário, cuja única qualifica o exigida   jurídica e precisam julgar causas dos mais variados assuntos. Mesmo com a existência de varas especializadas e o auxílio de provas periciais o fato   que quando o próprio julgador   um especialista no assunto, como na arbitragem, as decisões tendem a ser mais completas e de maior qualidade.

**(Conclusão)** Um dos grandes desafios do Estado atualmente tem sido o de garantir ao cidadão o efetivo acesso   justiça, de forma célere e com qualidade. Nesta perspectiva, foram realizadas várias altera es nas legisla es brasileiras que dão ênfase a outros meios adequados de soluço de litígios, em especial a media o, a concilia o e a arbitragem. A arbitragem, que tem por princípio a especialidade e tem por objeto os bens patrimoniais disponíveis, se apresenta como um nicho de mercado muito familiar para o profissional da Contabilidade. Uma vez que envolve o uso de muitos conceitos legais,   bom que este profissional adquira o conhecimento do Direito.

**Palavras-Chave:** Perícia Judicial, Arbitragem, Contador.

**PRESENÇA DO GÊNERO FEMININO ENTRE DISCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO UNI-RN NO PERÍODO DE 2014 A 2018**

**Autor(es):**

*Nelson Ricardo Gomes de Andrade Junior: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Maria Gabriella do Nascimento Reis: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Carlos André Pereira Coutinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo foi elaborado com a intenção de analisar a presença do gênero feminino entre os discentes do curso de graduação de Ciências Contábeis e Administração do UNI-RN. Desta forma, a questão que motiva este estudo é: a presença do gênero feminino entre os discentes dos cursos de graduação de Ciências Contábeis e Administração do UNI-RN, apresenta-se proporcional ao gênero masculino, no período de 2014 a 2018? Como maneira de responder o problema proposto, foi realizada uma pesquisa na qual obtivemos os resultados com ajuda da coordenação de ambos os cursos. Abordamos esse tema, pois trata-se de um problema ainda recorrente na sociedade, a intenção é a reflexão de maneira mais ampla sobre a presença dos gêneros nos cursos de graduação do UNI-RN aqui apresentados. Mesmo diante da existência de movimentos que incentivam à igualdade de gêneros quanto ao acesso à educação e às oportunidades de trabalho, a falta da presença feminina ainda pode persistir em diversos setores. Diante disso, este estudo objetiva verificar a presença do gênero feminino entre os discentes dos cursos de Graduação de Ciências Contábeis e Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte: UNI-RN, entre período de 2014 a 2018.

**(Metodologia)** A opção metodológica para a condução da pesquisa foi de natureza descritiva, realizada por meio de dados obtidos no UNI-RN. Através das coordenações dos cursos de graduação de Ciências Contábeis e Administração foram obtidas as informações necessárias de todos os discentes matriculados no período de 2014 a 2018. Diante das informações, foi realizada uma análise minuciosa dos dados, onde foi possível obter um resultado satisfatório. Nesses, identificou-se um total de 560 discentes matriculados no curso de Ciências Contábeis e 454 em Administração.

**(Resultados)** Os resultados da pesquisa demonstram que a presença gênero feminino no curso de graduação de Ciências Contábeis e Administração do UNI-RN, apesar da notória evolução em relação a outros tempos, ainda é considerada inferior se comparado ao número de homens.

**(Conclusão)** Conclui-se que a presença do gênero feminino entre os discentes dos cursos de graduação tem evoluído, é notório que são poucas as diferenças em ambos dos cursos, diferente de tempos mais antigos, onde a presença das mulheres eram descartadas nos setores em questão, agora possuem uma boa parcela nas áreas e a tendência é que com o passar dos anos aumente cada vez mais, entretanto, ainda há um bom caminho a ser percorrido para que haja a total igualdade de gênero nas áreas em estudo.

**Palavras-Chave:** Gênero feminino. Programas de Graduação. Ciências Contábeis. Administração.



**PROCEDER ANÁLISE DE CUSTOS DE UM NEGÓCIO AUTÔNOMO DE PRODUÇÃO E VENDA DE TRUFAS**

**Autor(es):**

*Paulo Victor Souza de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Lucas Henrique Guerra Barbosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Débora Lígia de Araújo Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para obter bons resultados em um determinado negócio é preciso fazer uma comparação entre resultados obtidos e custos e despesas adquiridos em um determinado período, ao final, sabe se a empresa obteve lucro ou prejuízo. A margem de contribuição representa o quanto o lucro da venda de cada produto contribuirá para a empresa cobrir todos os seus custos e despesas fixas. O ponto de equilíbrio é uma ferramenta de grande importância, pois é com ele que o empresário sabe qual o faturamento mínimo necessário para cobrir os custos (fixos e variáveis). Margem de segurança é todo faturamento que ultrapassar o faturamento do ponto de equilíbrio, gerando lucro ao seu negócio.

**(Metodologia)** O presente estudo de caso foi feito com produtora de trufas no qual exerce o seu negócio dentro da sua instituição de ensino somente. O estudo tem o objetivo de analisar os custos na produção e venda de trufas com até 8 variedades, pelo valor unitário de R\$ 2,50 cada (independente do seu sabor). Utilizando o método da pesquisa descritiva para poder descrever o seu negócio, assim como a técnica de coleta de dados para apurar os seus custos de produção e venda e assim apresentar um resultado por meio da análise de custos.

**(Resultados)** O negócio possui gastos fixos com gás, passagens de ônibus para comprar os ingredientes e as embalagens da trufa. A embalagem se torna um custo fixo pois pode correr o risco de alguma unidade danificar. Totalizando um gasto fixo de R\$ 63,00. Com uma produção em média de 540 trufas por mês, contando os recheios, leite condensado, barra de chocolate e creme de leite na elaboração da trufa, obtém um gasto variável unitário de R\$ 0,65. Tudo leva a uma receita de R\$ 1350,00, margem de contribuição de R\$ 999,00. Apresentando um ponto de equilíbrio de 39 unidade, correspondendo a R\$ 97,50 e margem de segurança de R\$ 1252,50.

**(Conclusão)** Com base nos dados acima, concluímos que para a empreendedora não ter prejuízos e poder arcar com seus gastos de elaboração e venda de sua mercadoria ela deve produzir e vender 39 trufas, e para a mesma possuir um lucro de R\$ 954,00 ela deve comercializar 550 trufas. Desta forma, a empresa em 20 dias obteve uma venda de 540 unidades, com o preço de venda de R\$ 2,50 do produto, criando assim uma receita de R\$ 1.350,00 e com os gastos para a elaboração e venda do produto possui um gasto fixo e variável de R\$ 414,00 desta forma atingindo um lucro de R\$ 936,00.

**Palavras-Chave:** Margem de Segurança. Ponto de equilíbrio. Margem de contribuição.

**PROCESSO DE ADMISSÃO NAS EMPRESAS PRIVADAS – DEPARTAMENTO DE PESSOAL**

**Autor(es):**

*Thais Chaves Torres: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Domingos Carvalho de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O presente trabalho exposto levanta a seguinte questão: Práticas de Admissões de Departamento De Pessoal nas empresas regido pela CLT ( Consolidação das Leis do Trabalho ) e Convenções Coletivas ( Acordos Empresa e Empregado) no Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** (DESENVOLVIMENTO) A admissão do empregado no processo de contratação em uma empresa inicia pela divulgação da vaga de emprego, que atualmente pode ser por vários métodos, como por exemplo: site da empresa, site de empregos, comunicado interno na empresa, redes sociais, empresas de RH, Anúncio em jornal de grande circulação entre outros. Já admissão de estagiário ocorre quando todo estudante de ensino superior ou ensino médio que exerce atribuições na empresa com intuito de praticar os conhecimentos teóricos que adquiriu na instituição de ensino, sendo um complemento educacional. O Estagiário é regido pela lei nº 6.494 de 07.12.77 no qual define as regras para a contratação de um estagiário. Já a admissão do aprendiz se concretiza quando o trabalhador maior de 14 anos e menor de 24 anos que tenha contrato de aprendizagem em curso profissionalizante e na empresa, com o objetivo de adquirir uma qualificação profissional. Segundo o decreto nº 5.598 de 01/12/2005. Atualmente as empresas regulamentadas com o Ministério do Trabalho para fornecer estudantes aprendiz no Rio Grande do Norte são: SENAC, CIEE e Casa do Trabalhador. Cada uma com seu método de trabalho. Empresas que possuem mais de 100 funcionários possuem uma obrigação de admitir portadores de deficiência física.

**(Resultados)** (RESULTADOS) O Resultado da admissão é o contrato de trabalho. No qual é assinado na admissão, esse contrato de trabalho pode ser por prazo determinado e prazo indeterminado. O Contrato de prazo determinado é o contrato com inicio e fim, porem, é de até 02 ( dois ) anos ou poderá ser determinado pelo tempo de duração do serviço. O contrato por prazo indeterminado é o contrato que tem inicio e não tem o fim definido, por trabalhar nas atividades normais da empresa, sem tempo de duração, a partir disso ocorrendo o contratado de experiência para avaliar a aptidão do empregado para determinada função. O prazo máximo para experiência é de 90 ( Noventa dias ) dias, só pode ser prorrogado por uma vez dentro desse prazo, caso contrário se torna contrato indeterminado, exemplos de prazo: 30( Trinta ), 45 ( Quarenta e cinco ) e 60 ( Sessenta dias ).

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Concluímos que na admissão em uma forma geral existem quatro tipos: empregado, estagiário, aprendiz e portador de deficiência física. Cada uma com sua lei trabalhista especifica para seu regimento e a partir disso há conclusão do contrato de trabalho que pode ser com prazo determinado ou indeterminado.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Admissão; Empregado; Estagiário; Aprendiz; Deficiente Físico; Contrato

## QUESITOS IMPERTINENTES NA PERÍCIA CONTÁBIL

### **Autor(es):**

*Taiza Duarte da Costa Batista Mendes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Ana Carolina dos Santos Carneiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Kaliene Pereira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Luzia Rafaela da Silva Cavalcanti: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Entende-se como quesitos como um questionário elaborado pelo magistrado e pelas partes (peritos assistentes ou seus advogados), antes do início das diligências, ou seja, antes do desenvolvimento da produção da prova pericial e entrega do laudo técnico. Há duas categorias de quesitos: os pertinentes e os impertinentes. Os primeiros esclarecem as questões técnicas contábeis envolvidas na lide. Já os impertinentes abordam, geralmente, detalhes não relacionados com o que se aborda no processo, ou então, são perguntas que buscam opinião fora da competência do perito, sendo abordado neste trabalho a forma como os peritos devem tratá-los e agir perante essa situação.

**(Metodologia)** No que se refere à tipologia de pesquisa adotada para este trabalho, a mesma é do tipo bibliográfico. No que tange a abordagem do problema, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa, tendo em vista que se descreve os quesitos na perícia contábil, bem como sua importância na solução da divergência.

**(Resultados)** O perito se defronta de modo rotineiro com quesitos claramente impertinentes que não foram indeferidos pelos juízes quando apresentados. Este tipo de situação, questionamentos descabidos, não necessita muita vivência ou experiência para o perito deixar de responder com convicção. O mesmo só responderá apenas aos quesitos referentes à matéria da perícia. Aqueles que não versarem sobre o tema, quando não impugnados pelo magistrado, deverão ser respondidos apenas como não pertinentes. É comum advogados fazerem quesitos sobre matéria de Direito, ao que, logicamente, o perito dirá que não são de sua área quesitos desta ordem. Para atingir o fim que se deseja, os quesitos formulados devem ser claros e objetivos, referir-se à matéria do fato e eficazes, ou seja, devem levar a uma verdade ou prova vigorosa. Porém, por falta de conhecimento técnico e até intencionalmente, tentando desviar o Perito da verdade, há também quesitos alheios ao objeto técnico da matéria em discussão e ao próprio mundo contábil. para fins judiciais, implica emissão de opinião técnica e impertinente tudo o que não se relacione à capacidade legal do profissional responsável de realizar a tarefa. Assim, o contador deve limitar-se a matéria "patrimonial", normas técnicas e informações relevantes.

**(Conclusão)** Para tratar esses quesitos impertinentes, o perito deve adotar um dos procedimentos: peticionar ao Juiz, solicitando que indefira os quesitos que julga impertinentes e, quando da resposta dos quesitos, na elaboração do laudo, indicar que o mesmo ficou prejudicado, considerando que ele é alheio a matéria ou foge de sua competência como profissional contábil.

**Palavras-Chave:** Perícia Contábil, Laudo, Quesitos Impertinentes.

## SETOR PÚBLICO À LUZ DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Autor(es):**

*Sônia Maria Cardoso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora a governança corporativa tenha sua aplicação desde o surgimento das organizações mercantilistas, a complexidade das relações envolvendo a propriedade e o controle no sistema econômico capitalista suscitou a necessidade de uma nova estrutura com regras para nortear a gestão no ambiente corporativo. Assim sendo, segundo Borges e Serrão (2005) em meados da década de 1980 o movimento pela governança corporativa ganhou força nos EUA, inicialmente chegando à Inglaterra e depois se estendendo pelo restante da Europa. Entretanto, somente após os escândalos contábeis ocorridos nos Estados Unidos, passou-se a dar mais ênfase à necessidade das organizações desenvolverem uma administração mais transparente com relação aos processos na tomada de decisão e dos atos praticados pelos seus administradores. Os efeitos das mudanças de paradigmas na gestão do setor privado obrigam que o setor público adote medidas para atender as novas demandas da sociedade, cujo controle deixa de ser somente basear-se nos processos, mas também nos resultados alcançados. Dentro desse contexto, conforme IBCG (2009) aponta quatro valores que dão sustentação à governança pública e privada: (i) Fairness: senso de justiça, equidade no tratamento dos acionistas. Respeito aos direitos dos minoritários, por participação equânime com a dos majoritários; (ii) Disclosure: transparência das informações, especialmente daquelas de alta relevância, que impactam os negócios e que envolvem riscos; (iii) Accountability: prestação responsável de contas, fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria, e; (iv) Compliance: conformidade no cumprimento de normas reguladoras, expressas nos estatutos sociais, nos regimentos internos e nas instituições legais do país. OBJETIVO Verificação do nível de transparência dos estados brasileiros e o Distrito Federal por meio os resultados das variáveis: Escala Brasil de Transparência (EBT) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) atribuído a cada ente federativo. Em seguida identificar qual correlação entre os dois nos números apresentados.

**(Metodologia)** É uma pesquisa descritiva de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa. Quanto ao delineamento, este estudo será desenvolvido segundo a metodologia de estudo de caso. Os dados serão coletados diretamente nos sites: CGU – Escala Brasil Transparente e no Atlas do Desenvolvimento Humano, elaborado pelo IPEA, PNUD e a Fundação João Pinheiro.

**(Resultados)** A primeira pesquisa apresenta um ranking onde estados do Ceará e São Paulo foram os mais transparentes do país, seguidos do Paraná, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fechando, Amapá e Rio Grande do Norte com nota zero. Na segunda edição, os estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerias, São Paulo e o Distrito Federal são os mais transparentes do país. Quando comparada à primeira pesquisa, Ceará, Pernambuco, Santa Catarina e Sergipe caíram de posição. Por outro lado, o Maranhão, que agora obteve nota 10, na edição anterior havia recebido nota 2,22. Destaque também para o Rio Grande Norte: o estado saiu de nota 0 para nota 8,19 na nova avaliação. No panorama geral, a terceira edição mostra onze estados que atende a todos os requisitos. Em situação desfavorável, o Rio de Janeiro que regrediu, e o Amapá que permanece com nota 0.

**(Conclusão)** Observou-se que as dimensões transparência apresenta bons resultados. Houve significativas melhoras no intervalo da aplicação das pesquisas realizadas, constatando-se que 25 dos 27 estados analisados, incluindo o Distrito Federal, obtiveram nota acima de 8. Ao passo que o Rio de Janeiro retrocedeu e o Amapá não apresentou evolução. Quando da comparação dos índices IDHM e EBT deduz-se que existe uma proporcionalidade nos níveis, em contrapartida verificamos também outsiders que não permite assegurar que há uma correlação de fato.

**Palavras-Chave:** Governança. Transparência. Índices de desenvolvimento humano.

## UMA ANÁLISE SOBRE O MERCADO DA MODA EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DE UMA EMPRESA

### **Autor(es):**

*Paulyana de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN  
Crislani Ferreira de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A moda, atualmente, vive seu esplendor sendo o símbolo máximo do desejo de consumo de novos produtos. A moda é pertencente à vida de toda a sociedade. Mesmo aqueles que dizem não se importar com o que vestem acabam, de alguma forma, sujeitos às variações dos modismos. Afinal de contas, moda não é apenas vestir, é um conjunto de informações que orientam costumes e comportamentos e variam no tempo e na sociedade. A moda tem o poder de movimentar a economia, para produzir uma coleção é preciso que haja estilista/designer principal, seus assistentes, os investidores, os costureiros, os fabricantes de tecidos, as modelos, os fotógrafos, os assessores de comunicação, os publicitários, a imprensa, os donos das lojas, boutiques e shopping centers, os vendedores e, finalmente, os consumidores. O objetivo geral deste artigo propõe analisar o mercado da moda, de acordo com o orçamento de uma empresa. Assim, podemos entender a moda como parte integrante do processo de produção e manutenção do sistema capitalista. Diante do exposto pretende-se responder ao seguinte questionamento: como a moda e suas variações no mercado consumidor podem contribuir no orçamento de uma empresa?

**(Metodologia)** A pesquisa possui natureza exploratória descritiva. Os procedimentos metodológicos foram realizados por meios de dados obtidos do ateliê L'amour. Com isso, foram selecionadas informações de todo orçamento da empresa, desde a montagem do ateliê até as vendas das peças produzidas. No total foram 39 peças produzidas e 8 vendidas.

**(Resultados)** Os resultados da pesquisa demonstram que a situação do ateliê L'amour obteve prejuízo, no qual a despesa foi maior do que a receita. Uma das análises feitas foi relacionada à Coleção Folia 2018, dando em 39 peças produzidas com valor total de R\$4.842,62, sendo vendidas apenas 8 peças, que resultou em uma receita de R\$876,16. Com o somatório das despesas de montagem mais a despesas da produção das peças, totalizou despesas no valor de R\$2.999,83. Averiguaram-se os valores dos materiais para a produção da coleção, para compreender tal desenvolvimento, apresentou-se uma tabela referente ao custo da produção do Body Bicolor que resultou em R\$83,67, mais taxa-cartão de 6% e lucro de 60%, deu-se em R\$ 141,86. Entretanto, ficou evidente o prejuízo do ateliê.

**(Conclusão)** A partir dos estudos realizados verificou-se que a moda não é apenas um objeto artístico, mas fruto da sociedade e da cultura, possui aspectos sociais, econômicos e artísticos, os quais estão entrelaçados dentro de um mesmo produto. Verificou-se, através da análise dos dados coletados a situação financeira do ateliê L'amour, da Coleção Folia 2018 que obteve prejuízo. O previsto seria uma receita de quase 5.000,00, mas deu-se apenas R\$876,16. Conclui-se, o presente artigo evidenciou que a moda contribui no orçamento das empresas por ser um produto de diferentes estilos e gostos, mas para obter lucro nesse campo é necessária busca pela diferenciação dos produtos como maneira de evitar os tipos padronizados. Contudo, essas empresas e seus gestores devem estar abertos a assimilar esses avanços que são fundamentais para a sobrevivência no atual mercado competitivo. Recomenda-se futuras pesquisas, para assim aprofundar o assunto e acompanhar orçamentos de empresas relacionadas à moda, diante do mercado consumidor e suas variações. Assim, ampliando as investigações com objetivos semelhantes, obtendo dados mais abrangentes.

**Palavras-Chave:** Moda, Mercado, Orçamento, Empresa.



## Graduação Direito





**MODA SUSTENTÁVEL: OS DESAFIOS DO FASHION LAW FRENTE À SUSTENTABILIDADE SOB UMA ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, AMBIENTAIS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Pinheiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Laura Lacerda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (RESUMO) À medida que o tempo passa, questões sustentáveis são levantadas, a fim de alertar sobre a excessiva produção em massa da indústria da moda, responsável por movimentar uma economia mundial. Desta forma, os impactos ambientais e sociais causados necessitam de um amparo jurídico segundo princípios constitucionais, direitos fundamentais e segundo a legislação ambiental, todos esses visando uma moda sustentável que conscientize o consumidor a ter hábitos sustentáveis na hora de comprar uma roupa ou algo do gênero, não visando apenas o lucro e nem a exploração do trabalhador. Assim, elucidar a questão da consciência ética com a moda, procurar modificar práticas tradicionais bem como promover uma reflexão acerca da responsabilidade social para com o meio ambiente visando uma produção sustentável para consumo responsável, são objetivos deste presente artigo. (OBJETIVOS) A presente pesquisa visa analisar e promover uma reflexão jurídica, baseada em princípios constitucionais como meio de resolução de conflitos e orientadores de um desenvolvimento sustentável, bem como a questão da sustentabilidade frente ao direito ambiental e social e seus aspectos, tudo isso resguardado por um ramo do direito que procura proteger as criações do universo da moda: o fashion law.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) trata-se de uma pesquisa explicativa feita através de uma análise da sustentabilidade aliado à moda, interpretando as consequências no mundo jurídico do fashion law, utilizando-se também, de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico, trazendo pesquisas e documentos que mostram a reflexão responsabilidade sustentável e social acerca da moda e produção em larga escala. Além disso, o cunho teórico da pesquisa busca trazer fundamentos jurídicos como fonte de informação e respaldo para toda questão ambiental/sustentável. Por fim, a presente pesquisa parte do método dedutivo, no qual parte de aspectos gerais do direito ambiental para o caso específico da moda sustentável.

**(Resultados)** (RESULTADO) A sustentabilidade como princípio constitucional ou fundamental e ambiental aplicáveis à moda deve ser considerada o equilíbrio entre produção sustentável em prol do meio ambiente e o papel dos indivíduos consumistas em favor de uma sociedade responsável e igualitária. É o que frisa o Art. 3º da Constituição Federal, que objetiva uma sociedade justa e igualitária visando o desenvolvimento econômico e erradicando a pobreza, bem como a sustentabilidade deve ser encarada como uma garantia fundamental a maneira que proteja os direitos assegurados na CF e os princípios ambientais encarados por protegerem de maneira efetiva e duradoura, os recursos naturais e dando luz a uma qualidade de vida através da preservação ambiental.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Na atual sociedade consumidora, a questão da moda sustentável enfrenta duros desafios quanto a conscientização social frente a preservação do meio ambiente, por consequência de uma realidade socioeconômica de produção em larga escala que visa tão somente o lucro através da exploração de mão-de-obra. Diante desta perspectiva, a presente pesquisa visa refletir sobre soluções que usam do respaldo constitucional e do direito da personalidade para construir uma indústria que use da tecnologia e criatividade em favor do meio ambiente e do social, profissionais capacitados a abraçar essa causa, bem como um estado fiscalizador que ande de mãos dadas com a sociedade de maneira consistente a promover uma moda inovadora que abraça a natureza segundo o direito das obrigações.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade; Moda sustentável; Princípios constitucionais; Direito Civil; Direito Ambiental.



**DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Genilson Agostinho da Silva Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Miguel de Carvalho Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir da observação do ordenamento jurídico brasileiro, especificamente do Direito Civil, entender como ocorre o fenômeno da desconsideração da personalidade jurídica e, a partir disso, entender como ocorre o seu inverso, ou seja, a desconsideração inversa (ou indireta) da personalidade jurídica, sendo ela, segundo Flávio Tartuce (2018), a busca pela responsabilização da sociedade no tocante às dívidas ou aos atos praticados pelos sócios ou administradores, utilizando-se para isto, a quebra da autonomia patrimonial. O presente trabalho tem como objetivo delinear a ocorrência do instituto da desconsideração inversa da personalidade jurídica, a partir de uma análise da desconsideração da personalidade jurídica, pois o inverso é um desmembramento do fenômeno da desconsideração, ampliando, assim as, discussões sobre o tema. Além disso, será feita uma análise histórica de tal instituto no direito brasileiro e como ele se manifesta. Dentro dessa perspectiva, serão analisados casos concretos julgados por tribunais, de maneira que exponha os efeitos da aplicação de tal instituto.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de natureza exploratória, que será desenvolvida por meio de investigação bibliográfica e análise da jurisprudência de tribunais. Será utilizado o método de abordagem indutivo, uma vez que se estudará casos específicos selecionados de tribunais superiores para se chegar à uma visão geral de tal instituto. Como métodos de procedimento, serão utilizados o histórico, por buscar o desenvolvimento do instituto no direito brasileiro, e o estudo de casos, tratando de decisões precedentes que já foram discutidas em tribunais.

**(Resultados)** É observado, contemporaneamente, a possibilidade da chamada desconsideração inversa da personalidade jurídica, sendo já aceita e aplicada pela jurisprudência brasileira. Trata-se da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, porém, de forma indireta. Nesta modalidade, em vez do sócio usar a pessoa jurídica com um escudo de proteção, passa a usá-la como meio de ocultação dos seus bens, a fim de não ser responsabilizado por ações em face do seu nome. A quebra do princípio da autonomia patrimonial não será mais de empresa para sócio, mas de sócio para empresa, configurando a inversão do supracitado instituto.

**(Conclusão)** O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, inversa ou não, trata-se do fenômeno em que, ocorrendo o abuso da personalidade jurídica (confusão patrimonial ou desvio de finalidade) junto com o prejuízo ao credor - teoria maior, adotada pelo art. 50 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) -, é desfeita a autonomia existente entre a pessoa jurídica e os seus respectivos sócios e administradores, permitindo que os bens destes respondam pelas dívidas daquela, ou em, sentindo inverso, que os bens daquela respondam pelas dívidas destes.

**Palavras-Chave:** Desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa.

**A SITUAÇÃO DO IDOSO NO BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DOS ASPETOS JURÍDICOS EM CASO DO ABANDONO AFETIVO**

**Autor(es):**

*Fernanda de Souza e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anna Beatrice Guedes Albuquerque: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Caroline Maria Vallim Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*julianny fabricia ferreira de souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Allana Laryssa Targino Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), ergueu-se com o intuito de amparar os idosos, principalmente em determinada fase da vida, em que não se tem mais a capacidade para cuidar de si próprio. Todavia não se trata apenas de uma questão financeira ou de bons cuidados, mas a falta de carinho para com essas pessoas de mais idade. Nesse contexto, juridicamente, configura-se o chamado abandono afetivo, o qual gera danos tanto no aspecto psicológico do idoso, quanto na sua saúde física, se tornando um fator agravante para as inúmeras doenças que atingem a “melhor idade”. Em face disso, muito se tem discutido a respeito das questões jurídicas geradas em decorrência do abandono afetivo do idoso.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca do “site”, do Estatuto do Idoso e do Superior Tribunal de Justiça, a fim de realizar a seleção de alguns julgados importantes que versem sobre a matéria. Será utilizado o método de abordagem dedutivo e interdisciplinar, já que se busca analisar as normas que disciplinam o tema, de modo que chegue a casos específicos visando perpassar pelas abordagens do direito constitucional, direito penal e o direito civil. Quanto ao método de procedimento, utiliza-se o método estatístico, na medida em que se procura analisar dados estatísticos a respeito do abandono do idoso no Brasil.

**(Resultados)** (RESULTADOS) No presente momento, a incidência de julgamentos envolvendo o tema é escassa, não obstante o abandono afetivo de idosos seja um fato presente na realidade brasileira e mundial há vários anos. De fato, são inúmeros casos e poucos deles recorrem à justiça, como consequência de serem idosos em situação de vulnerabilidade, por terem sido abandonados por todos, não havendo quem aja pelos mesmos, para que de alguma maneira o Estado possa intervir. Apesar da proteção ao idoso não estar disposta explicitamente na Constituição Federal, por óbvio a tutela constitucional está presente especificamente sob o aspecto da proteção à dignidade humana, conforme escrito no primeiro artigo da magna carta constitucional.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Em virtude da dimensão do problema gerado pela falta de preparo não só do Estado, mas também de familiares, o abandono afetivo do idoso é uma questão que está se agravando com muita rapidez, devido ao crescimento da taxa de longevidade do nosso país, gerando um déficit em diversas áreas de assistência ao idoso. Contudo, não há como o seio familiar não ter sua parcela de culpa no citado problema, pois, muitas vezes, mesmo tendo recursos financeiros, esses não são suficientes para proporcionar uma assistência integral ao idoso, já que o ser humano, principalmente aquele de mais idade, precisa de amparo, não só financeiro, mas, sobretudo, emocional, para que possa manter uma vida digna. Sendo assim, torna-se mister o apoio do Estado para que promova políticas públicas a criação de órgãos públicos de amparo ao idoso, se fazendo necessário uma maior fiscalização nesse sentido, tendo em vista que idosos em situação de abandono, geralmente não respondem mais por si, tornando-se extremamente vulneráveis a maus tratos e ao abandono.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Abandono afetivo. Estatuto do idoso. Direitos do idoso.

## **AUTOCOMPOSIÇÃO CARTORIAL: A OBRIGATORIEDADE EXTRAJUDICIAL**

### **Autor(es):**

*Marcelo Nobrega Athayde Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabemos que o Brasil está passando por um momento delicado no tocante a sobrecarga processual no Poder Judiciário. Mesmo com meios alternativos de resolução de conflitos inseridos no cenário brasileiro, altamente conturbado em meio a tantos processos em tramitação, encontramos uma problemática, essa voltada para a fragilidade obrigacional de tais medidas, uma vez que não se pode conceder caráter obrigatório ao cumprimento dos termos contratuais obrigacionais em âmbito extrajudicial. Ademais, deve-se ressaltar que foi introduzido, também, pelo CPC, a possibilidade de realização de atos extrajudiciais em cartórios, como: Inventário Extrajudicial, Usucapião Extrajudicial, Reconhecimento de Paternidade Socioafetiva, Mediação e Conciliação (Provimento 67/18 do CNJ – os quais pode-se tratar como Autocomposição Cartorial), entre outros. Todavia, se, em meio a conflitos de interesses, as partes chegarem a um consenso e, posteriormente, uma das partes não cumprir a obrigação pactuada, o conteúdo desse título extrajudicial elaborado deverá ser rediscutida em âmbito judicial. Então, quando não há o fiel cumprimento da obrigação extrajudicial, não existem meios, também extrajudiciais coercitivos e administrativos, para conceder obrigatoriedade ao cumprimento do dispositivo extrajudicial emanado? Ademais, O trabalho, aqui abordado, visa demonstrar uma possibilidade de desobstrução do judiciário em conformidade com os parâmetros estipulados pelo CPC/2015, Provimento 67/2018 e as leis especiais que regulamentam os meios alternativos de resolução de conflitos, garantindo o poder Obrigacional a entidade mista, como uma maneira de viabilizar o fiel cumprimento da obrigação, sem adentrar com uma ação de execução judicial para sua concretização.

**(Metodologia)** O presente trabalho visa à utilização da técnica de pesquisa por meio de material bibliográfico, uma vez que não há material concreto sobre o assunto, com intuito de elencar a finalidade central do tema, o caráter obrigacional extrajudicial. Dessa forma, busca se utilizar um método de abordagem descritivo e hipotético, além de utilização de hermenêutica extensiva constitucional, uma vez que tal procedimento inexistente, porquanto, em nosso ordenamento.

**(Resultados)** Percebeu-se, então, a partir de uma análise hermenêutica constitucional, a viabilização de tal conjectura como uma nova maneira de suprir a extrema judicialização, uma vez que pode-se haver delegação do poder obrigacional Estatal para entidade Mista, como os cartórios.

**(Conclusão)** Inicialmente, foi possível a constatação de uma lacuna no tocante a executabilidade de tais medidas em meio extrajudicial, sendo necessária a busca do poder judiciário para o ingresso de uma ação de execução para visar o cumprimento dos títulos extrajudiciais. Outrossim, buscou-se analisar a possibilidade de suprimento de tal lacuna por amparo constitucional, o qual se mostrou viável. Com os estudos acerca da possibilidade obrigacional de tais medidas extrajudiciais, por fim, foi possível constatar que o encaminhamento da pesquisa fomenta a capacidade existencial do meio obrigacional alternativo, sem comprometer o entendimento do caráter estatal obrigacional.

**Palavras-Chave:** Autocomposição Cartorial; Cartórios Extrajudiciais; Desobstrução do Poder Judiciário; Direito Notarial e Registral; Obrigatoriedade Extrajudicial.

**RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL FUNDAMENTAL: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**Autor(es):**

*Yasmin Carvalho de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lorena Sabino Dantas Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*eduarda lais freitas de miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*maria eduarda bezerra zambon: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Igor Barros Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ressocialização é o processo de retomada dos indivíduos aos poucos de sua vida pessoal após um período de afastamento de sua vida cotidiana (GRECO 2018). Na visão do sistema prisional brasileiro a ressocialização ocorre com o intuito de prevenir a prática de crimes posteriores e reprovar o indivíduo, ou seja, retribuir o mal (crime) por outro mal (pena). No entanto, o que era uma ferramenta para melhorar o indivíduo e inseri-lo na sociedade, se tornou como um meio aperfeiçoador de práticas criminosas, na qual os apenados revoltam-se com os tratamentos dos presídios, o que atinge diretamente o princípio constitucional a Dignidade da Pessoa Humana, como também a integridade física e moral dos mesmos. Dessa forma, os objetivos da presente pesquisa são elucidar aspectos controversos acerca da ressocialização dos presidiários e a volta do mesmo para o âmbito social, sobretudo em face dos preconceitos gerados pela coletividade, devido a ineficácia da aplicação da Lei de Execuções Penais (LEP) e da falência do sistema carcerário brasileiro.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e crítico, que será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca à Constituição e do Código Penal. Foi utilizado o método de abordagem: transdisciplinar, que busca analisar, de forma prática, as diversas vertentes que tratam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direitos Humanos e pelo Direito Penal. Além disso, utilizamos a relação entre a norma jurídica e a aplicação à realidade social, que muitas vezes se faz conflituosa. Ademais, foi utilizado o método de procedimento estatístico, no qual através de fontes secundárias - como o Infopen e o Conselho Nacional do Ministério Público - foram extraídos dados acerca do Sistema Carcerário brasileiro.

**(Resultados)** A respeito do tratamento dos presos, foi possível perceber que os apenados não recebem o devido tratamento, pois o Estado não proporciona condições mínimas, como: higienização, alimentação adequada, quantidade de celas condizentes com o número de apenados (De acordo com o Infopen, 78% dos estabelecimentos penais comportam mais presos do que o número de vagas disponíveis). Ainda referente ao mesmo bando de dados, percebe-se uma monstruosa população carcerária de 726.712 pessoas que representam uma absurda taxa de ocupação de 197,4 %, importante ressaltar que o déficit de vagas também é assustador: 358.663. Dessa forma, afeta diretamente o direito fundamental à dignidade da pessoa humana, visto que esse princípio garante a todos os indivíduos que seus direitos sejam respeitados pelo Estado para que o ser humano viva de maneira digna. No entanto, esse princípio não é respeitado acarretando em maiores problemas, como a revolta dos presos e até desencadeiam problemas de saúde, especialmente a mental. Além disso, na Constituição Federal em seu Art. 5º, XLIX trata do direito fundamental da integridade física e moral, no qual também é violado, pois há muita tortura por parte dos agentes penitenciários, o que atinge a integridade física do apenado. Portanto, a pena privativa de liberdade que deveria servir apenas restringir o direito de locomoção acaba afetando os direitos citados anteriormente.

**(Conclusão)** Com base no presente trabalho, é nítido que o objetivo principal da pena não é concretizado, pois a ressocialização dos apenados não acontece de fato, visto que, o Estado não cumpre com suas obrigações, que são dar condições mínimas ao sistema carcerário brasileiro. Pelo contrário, em relatório do Ipea constatou-se que a população carcerária cresceu 83 vezes em 70 anos, o que demonstra que alta criminalidade e reincidência. Portanto, ao invés de ressocializar, acaba dessocializando, o que dificulta o retorno do apenado ao convívio social, pois há muito preconceito por parte da sociedade.

**Palavras-Chave:** Ressocialização. Sistema carcerário brasileiro. Dignidade da pessoa humana.

**30 ANOS DA CF/88: DA PROMULGAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL AO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL, SOB A PERSPECTIVA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Glaydson Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luciana Karla de Lima França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo científico tem como objetivo fazer uma breve panorâmica histórica e jurídica do período ditatorial, até o período de redemocratização, que culminou com a promulgada da Constituição Federal, em 5 de Outubro de 1988. Dito isto, a Constituição Cidadã, visa o bem-estar social, através da seguridade social, que por sua vez, envolve a previdência social, objeto central da pesquisa. Neste sentido, respaldada no princípio a Dignidade da pessoa humana e a justiça social encontram-se ameaçados, pela lógica contrária, da expansão de políticas neoliberais, que subverte o Estado Social para o Estado de Coisas Inconstitucional, mercantilizando os direitos sociais e pondo em risco o inegociável Estado Democrático de Direito. Após esta breve explanação e passados os trinta anos de CF/88, faz-se necessário, indagar se tais promessas constitucionais foram cumpridas, diante de inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas e jurídicas?

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, bem como de utilização de ferramenta de busca do site do STF, a fim de realizar a seleção de alguns julgados pertinentes que relevantes sobre a matéria. Utilizou-se o método de abordagem dialógica e transdisciplinar, já que se buscou analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Previdenciários e a Sociologia jurídica.

**(Resultados)** Na jurisprudência pátria, o instituto de Estado de Coisas Inconstitucional, ainda encontra-se incipiente, visto que foi reconhecida pela primeira vez na corte constitucional colombiana em 1997, em um primeiro contexto que estava em jogo a aplicação de direitos previdenciários a professores colombianos (Sentencia de Unificación nº 559/1997). Nesse contexto, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal foi chamado a se manifestar pela primeira vez sobre o instituto do Estado de Coisas Inconstitucional na arguição por descumprimento de preceito fundamental nº 347/DF (Supremo Tribunal Federal, Pleno. ADPF nº 347 MC/DF. Rel.: Min. Marco Aurélio. DJ. 09/09/2015), envolvendo a questão penitenciária pátria. Afinal, o fato é que está em curso projeto de lei PEC 287/16, que subverte a lógica protecionista da previdência social, que feriu frontalmente a lógica do funcionamento da securitária no Brasil.

**(Conclusão)** Na atual práxis constitucional, a Constituição Federal, enfrenta sérios desafios, ante a dura realidade política e socioeconômica, de modo que se observa um pêndulo, ao longo desses trinta anos, marcada de avanços e retrocessos. Embora mais retrocesso social que avanços, uma vez que as ideias originárias do texto constitucional são deturpados, por meio de uma série de Emendas e Reformas. Assim, o presente artigo não pretende exaurir o tema, mas refletir, a fim de que se possa fazer um balanço sobre a efetividade dos direitos sociais. Dito isto, é fundamental apresentar as ideias de alguns doutrinadores e magistrados que se debruçam sobre a matéria no Brasil, tendo em vista a importância da defesa e manutenção dos direitos sociais.

**Palavras-Chave:** Constituição Federal de 1988. Estado Social. Estado de Coisas Inconstitucional.

## A AÇÃO POPULAR ENQUANTO MEIO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

### **Autor(es):**

*Victor Miguel Duarte Costa Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Phelipi Alexander Fernandes Lopes Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Yam Lira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Decorrente dos avanços da sociedade, muitas são as conquistas da cidadania. Dentro dessa realidade, pode-se afirmar que o positivismo da proteção ao meio ambiente encontra-se entre as conquistas, sendo cominada, através da Carta Magna em seu artigo 225, caput, CF, “que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Outrossim, vale ressaltar que a sociedade de forma geral desconhece a possibilidade de ela mesma exercer a proteção do meio ambiente, sendo necessária maior divulgação dessa possibilidade. O meio ambiente, bem comum de todos, sofreu várias degradações com a extensão da industrialização, e ainda, com o aumento do mercado consumerista, a procura cada vez maior na produção de bens e serviços sem a preocupação inerente ao desenvolvimento sustentável. Diante disso, é essencial relacionar o direito ambiental e o meio jurídico, destacando a ação popular ambiental como meio simplificado e efetivo para proteção ambiental, a ser invocada pelo cidadão.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa de natureza exploratória, com base na legislação brasileira, possuindo uma técnica de pesquisa bibliográfica, onde foi explorada a doutrina ambiental. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de disposições gerais acerca do tema, para se chegar à conclusão daquilo que se propõe, ou seja, analisando disposições tidas como verdadeiras e inquestionáveis, com objetivo de se alcançar resultados. Os métodos de procedimento foram o histórico, comparativo e descritivo.

**(Resultados)** O presente artigo tem como objetivo realçar o poder-dever do cidadão de invocar a prestação jurisdicional para a efetivação da proteção ambiental, através da ação popular. Destaca a ação popular ambiental de forma repressiva e preventiva do meio ambiente, sendo mais simplificada do que a propositura da ação popular comum, pois é necessário, apenas, a existência do dano ou tão somente a potencialidade do dano para que se busque uma tutela de proteção ao meio ambiente.

**(Conclusão)** O tema pesquisado é de extrema relevância para o nosso contexto social, tendo em vista a degradação do meio ambiente e as necessidades ilimitadas de desenvolvimento do ser humano. Assim, a ação popular aparece como mecanismo de defesa e busca pelo equilíbrio ambiental, fazendo com que os cidadãos sejam responsáveis pela fiscalização e proteção ambiental nesse processo, com o intuito de promover a evolução social e a garantia de um ecossistema equilibrado para as futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente; Ação Popular; Proteção Ambiental; Fiscalização Ambiental, Desenvolvimento Humano.

**A ANÁLISE CONCEITUAL E PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL CONTIDOS NO ART. 225 DA CRFB/88**

**Autor(es):**

*Marcela Galvão de Lima Martins Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Renan de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thybério Luís de Queiróz Santiago: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como nos é sabido, o Direito Ambiental é um ramo do direito que historicamente passou por importantes fases de desenvolvimento, tendo como principais as fases de exploração desregulada, fragmentária e holística. Na fase holística, iniciada a partir de 1981, vislumbra-se em nosso país o ápice do desenvolvimento do direito ambiental, a qual é principalmente representado pelo artigo 225, da CRFB/88, expondo em seus incisos diversos princípios do direito ambiental, tornando o Brasil um dos países com a legislação mais desenvolvida no campo ambientalista. Contudo, mesmo de observância obrigatória, enfrentamos um problema em nosso país quanto a aplicabilidade dos princípios ambientais, como por exemplo, o princípio do direito humano fundamental, da prevenção e precaução, do limite, da responsabilidade, do poluidor-pagador, do desenvolvimento sustentável. Destarte, a presente pesquisa dedica-se à tentativa de investigar a aplicabilidade e conceituação dos referidos princípios do direito ambiental em nosso país, visando destacar a importância do cumprimento destes para a conservação do nosso meio-ambiente.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método hipotético-dedutivo, que é aquele no qual inicia-se com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, que auxiliam o pesquisador em seu trabalho, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica e uma análise histórica a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios presentes na Constituição Federal de 1988, objeto da presente pesquisa.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se que os princípios do direito ambiental são plenamente constitucionais e sua aplicabilidade prática é extremamente necessária para a correta conservação do meio-ambiente, trazendo a possibilidade de melhorar o quadro atual, permitindo a participação popular, as sanções, limitações a utilização dos recursos naturais, sendo cristalino o entendimento que se tem da legislação ambiental brasileira ser uma das mais desenvolvidas do mundo. Além disso, é cristalino o entendimento de que é indispensável o conhecimento da correta conceituação dos referidos princípios presentes no art. 225, da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que a partir desse maior conhecimento, consegue-se demonstrar a importância da aplicabilidade destes em nossa sociedade atual, cumprindo os objetivos a que esses se destinam.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que o respeito aos princípios presentes no art. 225, da CRFB/88 é indispensável para a correta manutenção do meio ambiente brasileiro, sendo indispensável o correto conhecimento conceitual e prático destes, visando alcançar futuramente o equilíbrio ambiental em nosso país.

**Palavras-Chave:** Art. 225, CRFB/88; Direito Ambiental; Princípios do Direito Ambiental; Meio-ambiente.

**A ANALOGIA NO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA  
JUSRISPRUDÊNCIA DO STJ**

**Autor(es):**

*Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com advento da Lei. 13.105/2015, o Direito brasileiro deparou-se com a implementação do instituto dos Precedentes no ordenamento jurídico pátrio. Como consequência da vigência dessa tecnologia, a doutrina processual brasileira investigou as bases teóricas de tal instituto, elementos basilares para o seu entendimento genuíno e aplicação eficiente. Dos muitos elementos constituintes da Teoria dos Precedentes, o presente trabalho objetiva discorrer sobre o Distinguishing, pois entende-se que tal elemento, logo após o Stare decisis, dão a dinamicidade entrópica concernente ao instituto. Enquanto o Stare Decisis tem como animus a permanência, “Stare decisis et non quieta movere”, o Distinguishing tem em sua razão de ser a dessemelhança. Enquanto o primeiro vincula o entendimento da autoridade julgadora em uma decisão presente a uma decisão pretérita, trazendo “uniformidade, estabilidade, integridade e coerência”, como reza o art. 926 do Código de Processo Civil, o segundo, por decorrência lógica, prega que na ausência de semelhanças entre um precedente vinculante e um litígio presente, a autoridade julgadora, na aplicação do precedente, deve ater-se às distinções do caso em voga. Ipso facto, a perseverança de um implica diretamente na ausência do outro, não havendo a vinculação da Ratio decidendi decorrida. É possível observar que os elementos supracitados atuam sobre o espectro da semelhança e da diferença. Nos casos concretos, a autoridade julgadora observa os fatos de uma lide presente e correlaciona esses mesmos pontos com os que ensejaram a criação do Precedente. Logo, a autoridade julgadora compara essas estruturas em busca de convergências ou divergências, sendo essenciais na aplicação “do que já foi decidido”, ou na sua “distinção”. No que diz respeito a essa matéria, o campo que tem como objeto de estudo a semelhança e a diferença é a analogia. Portanto, o presente trabalho tem como intuito demonstrar, a partir de casos concretos, com ênfase nos julgados do STJ, que as autoridades julgadoras, no que tange a aplicação dos precedentes no Direito brasileiro, o fazem por analogia.

**(Metodologia)** Para se alcançar os objetivos da pesquisa, é mister a utilização do método hipotético-dedutivo, uma vez que as análises dos litígios e suas estruturas, bem como conceitos doutrinários, foram utilizadas para questionar e fundamentar as hipóteses formuladas. Além disso, foi utilizado, em concomitância, o método experimental para pôr as supracitadas questões à prova, através de revisão bibliográfica, obtendo a clareza necessária para aplicação do procedimento de pesquisa.

**(Resultados)** A análise da aplicação dos precedentes do STJ demonstra que é fator determinante a análise de estruturas, ipso est, a observância do que gera a aplicação do precedente no litígio. Os operadores do direito não se atêm somente à adequação precedente-caso concreto, mas também aos fatos que ensejaram aquele Direito. Entretanto, por se tratar de uma tecnologia nova ao Direito brasileiro, constatou-se que grande parte dessa análise de estruturas análogas é feita de forma inconsciente ou sob a égide de uma teoria da analogia arcaica, que mais limita a aplicação do precedente do que maximiza a sua eficácia ante os casos concretos.

**(Conclusão)** Considerando os resultados, podemos concluir que a análise de estruturas análogas ou disanálogas concernentes à aplicação dos precedentes no STJ é orientada por uma teoria da analogia ultrapassada, que mais limita a aplicação e análise de estruturas, do que maximiza a sua eficácia. Também pode-se concluir que é necessário dar novo significado à analogia no Direito brasileiro, haja vista que a importação dos Precedentes da Common law não foi acompanhada pela forma como os anglo-saxões entendem e aplicam os precedentes, feita à luz de uma teoria da analogia que maximiza a eficiência do instituto.

**Palavras-Chave:** Analogia; Precedentes; Processo Civil; Superior Tribunal de Justiça;



## A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NO AMPARO DE VIOLÊNCIAS LGBT NAS ESCOLAS

### **Autor(es):**

*karla: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Breno Souto Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Pereira Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*lara Mattos de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A LGBTfobia ocorre quando alguma pessoa sofre constrangimento, discriminação ou qualquer tipo de violência por LGBTs (em uso desde os anos 1990, o termo é uma adaptação de LGB, que era utilizado para substituir o termo gay para se referir à comunidade LGBT no fim da década de 1980). Isto se tem mostrado um assunto recorrente nos dias atuais, se revelando das mais diversas maneiras contra os jovens que possuem características fora dos padrões heteronormativos. A Constituição Federal de 1988 traz como fundamentos da República Federativa do Brasil e consequentemente, do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana. É o que dispõe o art. 1º, III da Constituição Federal: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana." A dignidade da pessoa humana é ligada aos direitos e deveres do cidadão. Envolve as condições que são necessárias para que uma pessoa tenha uma vida digna, com respeito aos seus direitos e deveres. Na hodiernidade brasileira, a escola é um espaço marcado pelas diversidades. Todavia, nas relações interpessoais circunscrevem-se às relações de poder de uma sociedade de desigualdades, refletindo assim as opressões também dentro do ambiente escolar. É possível constatar isso quando grande parte da população LGBTI+ - A sigla I designa as pessoas Intersex. Intersex é um termo que descreve pessoas nascidas com uma das mais de 30 variações na anatômica de sexo resultando em corpos nem puramente masculinos ou femininas (internas/ e ou externas), diz já ter sido agredida pela sua orientação sexual e identidade de gênero na escola. A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar foi realizada no Brasil pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e comprovou que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos identificados como LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foram agredidos verbalmente e fisicamente na escola por causa da sua orientação sexual.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, utilizando base de dados virtuais do SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO e PROQUEST, através das quais buscamos nos familiarizar com a temática abordada dos grupos minoritários LGBTQ+.

**(Resultados)** A violência contra as minorias LGBTs no âmbito escolar é um empecilho na formação de uma sociedade fraterna. Hostilizados de forma a serem considerados "menos capazes" que os demais colegas. Ademais, a falta de uma lei específica que criminalize a violência e o preconceito contribui ainda mais para as agressões.

**(Conclusão)** Nesta pesquisa, abordamos sobre a violência LGBT nas escolas e como atinge diretamente o jovem adolescente tanto no presente como no futuro, devido à exclusão social através do preconceito e a falta de legislação específica como contribuinte de tais consequências. Concluímos que transformar a escola em um ambiente acolhedor requer um planejamento que envolve diversas ações, mas é possível tomar pequenas ações para garantir o conforto e confiança desses jovens. Um exemplo seria oferecer espaços de escuta onde os mesmos se sintam seguros. E principalmente, a criação de uma legislação que favoreça e melhore cada vez mais o convívio de tal população não só na escola mas também na sociedade.

**Palavras-Chave:** LGBTs, violência, preconceito, dignidade humana.

**A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO HUMANIZADA DO DIREITO PENAL À LUZ DA CRIMINOLOGIA E DO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Aline Gurgel d'Ávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O sistema prisional brasileiro encontra-se em um momento delicado e decisivo, tendo em vista problemáticas como a super lotação, de onde a violência entre facções e a expressiva taxa de reincidência se tornam cada vez mais preocupantes. Essa união de fatores caracteriza uma falha inadmissível da finalidade das penas, uma vez que não cumprem com o seu objetivo reprovador e preventivo. Dessa forma, faz-se uma análise acerca da marginalidade, que além de enviar uma parcela específica da população para a zona do crime, também é responsável por mantê-la dentro dos presídios, a fim de estudar as limitações do direito penal em face dos círculos sociais que este não alcança – tal quais os próprios presídios – e a falta do sentimento de responsabilização dos governantes com estes ambientes, culminando na crise carcerária que se instala em nosso país.

**(Metodologia)** Classifica-se a presente pesquisa como explicativa, de cunho bibliográfico e qualitativo, uma vez existe uma análise interpretativa acerca dos fenômenos que cercam o Direito Penal, estudando o distanciamento entre o Código Penal vigente e a dignidade humana defesa pela sociedade e pela Constituição. As fontes de informações utilizadas são teóricas, se fazendo presente fontes bibliográficas ao redor do tema discutido. Por fim, será utilizado o método de abordagem transdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada, a efetivação do direito penal em face criminológica e constitucional.

**(Resultados)** Constata-se que existem áreas da sociedade que não são alcançadas pelo Direito Penal. Nessa linha de pensamento, observa-se por meio da análise do livro “Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal”, que além do sistema prisional se encaixar nesse rol de afastamento da devida proteção legal, o próprio cárcere reprime as possibilidades de ressocialização e separa o ser humano da condição de cidadão digno defendida pela Constituição Federal. Ainda com esses fatores em evidência, o resultado final é um sentimento de apatia e irresponsabilidade dentre a população e os seus representantes, de modo a reproduzir a inércia em efetivar medidas que impeçam números alarmantes – como 109 mortos em 10 meses entre 2017 e 2018, de acordo com o CNJ – continuem crescendo.

**(Conclusão)** Conclui-se que a crise vivida no sistema carcerário brasileiro é um reflexo da maneira irresponsável e impessoal com que o direito penal é aplicado. Nesse sentido, vê-se que o sistema que aprisiona é responsável também por homogeneizar as relações ali existentes, originando um processo “descaracterizante” em detrimento da dignidade da pessoa humana. Assim, além de se atestar a falência e ineficácia do aparelho prisional se conferem também os seus malefícios, tal qual a dificuldade existente em lidar com a população carcerária feminina – como o demonstrado no livro: “Presos que menstruam”. Por fim, busca-se a efetivação do Direito Penal sob o viés da criminologia, de forma a compreender as reais necessidades para a ressocialização do marginal sob a ótica da Constituição brasileira.

**Palavras-Chave:** Sistema prisional, crise, criminologia.

## A COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA AUTORIZAÇÃO DE PODAS DE ÁRVORE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Autor(es):**

*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tutelado pelo texto constitucional para proteger interesses difusos, o Direito Ambiental encontra no artigo 225 da Carta Política a sua base normativa. Sendo assim, busca-se compreender a distribuição de competências pelo texto constitucional com o intuito de identificar o ente competente para regulamentar a questão das podas de árvores, bem como qual é o tratamento normativo conferido a essa atividade no intuito de estabelecer o órgão responsável por sua autorização, uma vez que a Constituição não determina de quem será a responsabilidade para permitir esse tipo de intervenção ambiental. Por isso, a pesquisa apresenta como objetivo geral investigar as peculiaridades do procedimento para podas de árvores no Estado do Rio Grande do Norte em harmonia com a legislação aplicável e, em consequência, averiguar o direcionamento correto quanto a eventual pedido de autorização para essa atividade, respeitando as competências legislativas e administrativas dos órgãos responsáveis pela gestão de assuntos ambientais.

**(Metodologia)** A pesquisa é qualitativa com abordagem dedutiva quanto aos dados colhidos, com estudo de alguns casos concretos como forma de aprofundamento do problema estudado. De início se ventilou uma hipótese quanto a questão da competência, razão para qual se buscou os subsídios jurídicos necessários para a resposta da problemática, através de revisão legislativa, consulta jurisprudencial em matéria ambiental (STF) e análise da legislação local dos principais municípios do Rio Grande do Norte, quais sejam Natal, Mossoró, Parnamirim, Macaíba, Caicó e Assú.

**(Resultados)** Constatou-se, portanto, que, conforme artigo 30 da Constituição, compete aos Municípios legislar sobre matérias de interesse local, inclusive na área ambiental. Sendo assim, as intervenções de poda, corte ou extração de árvores em áreas que não sejam de proteção permanente submetem-se à competência legal e administrativa dos Municípios, desde que tenham impacto local, conforme Resolução nº 04/2011 do CONEMA/RN, a qual por permissão expressa do Código Florestal (artigo 3º, inciso, X, k), estabelece como critério de competência autorizativa para intervenção em área ambiental o impacto a ser causado. Caso a intervenção no meio ambiente venha a se enquadrar dentre as atividades listadas pela Resolução nº 04/2011 do CONEMA, será caracterizada como de baixo impacto, competindo, portanto, ao respectivo Município emitir uma autorização para atuação no local desejado.

**(Conclusão)** Conclui-se que compete aos Municípios brasileiros a produção legislativa, de maneira concorrente e suplementar, em matéria de meio ambiente correlatas a temas de interesse local. E sendo a poda de árvore uma atividade de interesse local, a teor da Resolução CONEMA nº 04/2011, cabe aos órgãos municipais competentes a previsão legal de autorização para sua realização. Verificou-se, outrossim, que alguns Municípios – entre os quais Natal, Parnamirim, Macaíba, Caicó e Assú – exigem legalmente a prévia autorização para realização de podas de árvores, sendo que Municípios outros, como Mossoró, não há previsão legal para tanto, contribuindo para a insegurança jurídica local.

**Palavras-Chave:** Meio ambiente. Competência. Poda de Árvore. Impacto Local.

**A CRIMINALIZAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO DE EXPRESSÃO REPRESENTADO NAS REDES SOCIAIS –  
MATERIALIZAÇÃO DO TOTALITARISMO.**

**Autor(es):**

*Gennyelle Beatriz Pereira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tem a pretensão em analisar de qual forma o Estado poderá intervir na realidade fática da nova conjuntura social que materializou-se nas redes sociais. Diante do atual cenário brasileiro, as redes têm se tornado uma das armas mais poderosas para se expor opiniões, onde a maioria têm se revelado abomináveis. Sob as principais teorias de Hannah Arendt, Steven Levitsky e Miguel Reale, a proposição é demonstrar a imediata necessidade da adequação do Direito aos novos fatos que têm colocado em risco preceitos fundamentais; ferindo conquistas constitucionais tais como direito de expressão, o respeito a condição humana e a conquista Democrática do Estado. Buscando suporte nas Garantias Fundamentais, o presente projeto tem como o intuito propor maior intervenção estatal nas relações cibernéticas, não só a fim de punir, mas em especial conscientizar, educar e publicizar.

**(Metodologia)** Trata-se de uma análise crítica fundamentada nas ações da atual vida moderna e da seguridade no contexto do neoconstitucionalismo, pós-positivismo, e diante do papel dos Estados soberanos na proteção da dignidade da pessoa humana. Para isto, analisamos textos de Hannah Arendt, Steven Levitsky e Miguel Reale, com utilização do método de abordagem transdisciplinar. Tendo em vista a questão da intolerância que envolve, não só Direitos Humanos, mas tangencia em outras áreas, repercutindo, notadamente sobre Ciência Política, Ética, Filosofia, Direito Constitucional e conseqüentemente o Direito Penal. Quanto ao método de procedimento, objetiva-se desenvolver o tema, sobretudo, a partir de levantamentos bibliográficos, baseando-se na doutrina nacional e estrangeira, incluindo a literatura clássica a respeito do tema.

**(Resultados)** O trabalho visa demonstrar a necessidade e amplitude de revisitação da temática dos discursos de ódio nas redes sociais. Isso porque, em que pese a evolução normativa ocasionada pelas duas grandes guerras, ainda é recorrente nas relações sociais atuais a desconsideração de direitos mínimos inerentes à condição humana. Assim, a defesa e proteção das pessoas é manifestação da solidariedade universal, fundamento do Estado Democrático de Direito.

**(Conclusão)** A investigação exposta teve como dever analisar um comportamento social que se contrapõe ao Estado Democrático de Direito e seus respectivos dispositivos. Assim, os direitos humanos e os direitos fundamentais se revelam em sua nítida essencialidade ao conter retrocessos sociais. Quando vê-se o desejo de parte da sociedade em negar direitos aos que com eles não concordam, em que pese os comandos constitucionais, que garantem proteção. A manifestação social, no novo modelo de sociedade, assenta ideias, interesses e ideologias dissociadas da Constituição e, conseqüentemente, enfraquece a percepção social sobre o valor do ser humano. Assim, o Estado deverá assumir seu relevante papel no sentido de promover publicidade educativa e de orientação social para contornar a difusão ideológica, nos meios de comunicação eletrônicos. Informações que venham a mitigar, restringir ou mesmo atacar a dignidade humana de qualquer de nós. Por fim, é necessário adequar o Código Penal brasileiro de 1946 à modernidade, aprimorando os Crimes Virtuais com penalidades mais severas. Retirando do seio social a certeza hodierna da impunidade. Uma vez que a internet é um espaço público e todos, instantaneamente, tomam ciência das arbitrariedades pessoais de cada um. Para que, por fim, o Estado não deixe morrer a sua conquista democrática e retroceda à tempos sombrios de banalização do mal.

**Palavras-Chave:** Discursos de ódio. Direitos fundamentais. Criminalização. Autoritarismo. Hannah Arendt. Steven Levitsky. Miguel Reale.

## **A DA LEI DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUA APLICAÇÃO AOS LOTEAMENTOS**

### **Autor(es):**

*Marcos Cunha Lima Rosado Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O direito é uma ciência social em constante construção, com um dos seus objetivos a definição de regras para o bom convívio da social, pois, a cada dia, novas relações surgem, novos conflitos e assim precisamos que existam novas normas a fim de solucionar essas desordens. Tomando essa mutabilidade social como base, podemos observar a evolução das relações ao se tratar dos loteamentos e divisão de terras. No início os loteamentos eram executados como uma mera divisão de terras, mais conhecido como loteamento tradicional em que todos os lotes se tornavam autônomos. Para ter acesso a alguns desses imóveis, eram criadas ruas que eram transferidas para o município. Em situações de má conservação das vias, praças e a insegurança do local, são criadas associações que fecham essas áreas, com autorização prévia da prefeitura, e fazem a manutenção e o controle de identificação das pessoas que por lá transitavam, surgindo o loteamento de acesso controlado. Outra espécie são os loteamentos condominiais, em que os lotes constituem unidades autônomas de um condomínio fechado. É a Lei nº 6.766/1979 a qual trata do parcelamento do solo urbano e como deve se proceder a negociação desses lotes. Numa perspectiva semelhante há a Lei nº 4.591/1964 que versa sobre a incorporação imobiliária. Ou seja, trata de alienar unidades autônomas de condomínios que serão construídos. Essa última situação possui alto grau de semelhança com a venda de lotes na planta dos loteamentos condominiais. Dessa forma, fica o questionamento da possibilidade de se utilizar essas duas leis quando se trata da venda de lotes na planta em loteamentos condominiais.

**(Metodologia)** (OBJETIVOS) Seguindo esse raciocínio, o objetivo geral para essa pesquisa é definir a possibilidade da aplicação da Lei nº 4.591/1964 de forma alternativa ou subsidiária a Lei nº 6.766/1979 nos casos de vendas de loteamentos na planta. E como objetivos específicos definir os limites de aplicação da Lei nº 4.591/1964 como também da Lei nº 6.766/1979. **(METODOLOGIA)** O método de abordagem que será utilizado é o método indutivo, já que a pesquisa visa estudar os princípios particulares de cada uma das leis já mencionadas e posteriormente obter uma conclusão geral. Quanto ao método de procedimento, será utilizado o método funcionalista por se buscar estudar as funções de cada umas dessas leis. E a técnica de pesquisa será utilizada a pesquisa bibliográfica.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Foi diagnosticada algumas teses que defendem a aplicação da Lei das Incorporações Imobiliárias de forma subsidiária a Lei de Loteamentos, essa aplicação visa a suprir as lacunas existentes na Lei nº 6.766/1979, visto que ambas tratam de um assunto muito similar, a venda de lotes ainda no projeto para construção.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) No atual estágio da pesquisa, concluiu-se ser compatível a aplicação da lei de Incorporações Imobiliárias de forma subsidiária aos loteamentos, de forma a poder ser utilizada regras como a instituição de um patrimônio de afetação, norma protetiva ao consumidor e prevista expressamente na lei de incorporação imobiliária.

**Palavras-Chave:** Loteamento. Incorporação imobiliária. Aplicação subsidiária.

**A DESIGUALDADE SOCIAL COMO FATOR CONDICIONANTE DO ENCARCERAMENTO DO INDIVÍDUO NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Vinicius Nogueira Adeodato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Joao Pedro Melo De Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O sistema carcerário brasileiro se mostra, historicamente, como um reflexo da desigualdade social existente no Brasil. Atualmente, mais da metade das pessoas que compõe a população carcerária são negras, fato esse decorrente da perseguição e da marginalização sofrida por esse grupo que, também, são maioria quando se fala dos mais pobres no Brasil. Um Estado desigual e omissivo fez com que a situação só piorasse para aqueles que, se já não bastasse viverem às margens da sociedade, não são tratados de forma isonômica. A ausência de políticas públicas eficazes, como educativas e culturais, faz com que cada vez mais a população carcerária cresça no país, uma vez que, os indivíduos buscam, muitas vezes, corresponder aos padrões de consumo impostos pela própria sociedade, mesmo que para isso tenham que corromper aquilo que é determinado pelo ordenamento jurídico. **(OBJETIVOS)** A presente busca compreender a desigualdade social como fator que reflete, de forma determinante, na realidade do sistema carcerário brasileiro. Parte-se da análise da formação do Estado, levando em consideração fatores históricos, sociais e culturais. Busca-se, ademais, perfazer o cruzamento entre análise teórica e estatística, acerca do tema em questão, para, assim, elucidar o recorte epistemológico do presente estudo.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Tendo em vista o assunto em questão, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que, por meio da análise da realidade do sistema carcerário, chegou-se a hipótese que se trata de um sistema desigual, onde o fenômeno da desigualdade social é um fator condicionante para a inserção dos indivíduos nesse sistema. Portanto, também foi utilizado o método dedutivo de abordagem do tema, uma vez que foi feita uma análise de pesquisas sobre o referido assunto para assim confirmar a hipótese levantada. Ainda, fez-se uso do método auxiliar histórico, uma vez que foi feito um levantamento da historicidade da desigualdade social no Brasil, para que com isso, fosse feita uma análise das estatísticas referentes à situação carcerária, portanto, também foi usado como método auxiliar o estatístico.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Os negros correspondem a maior parcela da população carcerária, junto aqueles que não possuem escolaridade completa e são de baixa renda. A história da formação do Estado brasileiro confirma que esses mesmos grupos foram, durante séculos, alvos de omissão por parte desse mesmo Estado. As consequências da desatenção do Estado para com aqueles menos favorecidos fizeram com que esses adentrassem com mais facilidade dentro do sistema prisional, uma vez que, um sistema judiciário e legislativo também desigual, faz com que uma série de beneficiários definidos ao longo da construção do Brasil, fossem tratados como exceção quando cometessem alguma transgressão ao ordenamento brasileiro.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Tendo em vista a análise do assunto em questão junto com os dados históricos e estatísticos, foi possível confirmar a hipótese de que o sistema carcerário brasileiro se coloca a favor das classes dominantes em detrimento das classes inferiores. Os mais diversos grupos que compõe os estratos mais inferiores da sociedade brasileira são aqueles que foram esquecidos ao longo da história. O estudo busca elucidar que, hipoteticamente, se o Estado brasileiro não agisse de forma tão omissiva junto à essas pessoas e possuísse políticas públicas sociais eficazes, a situação do sistema carcerário seria outra, onde o mais rico e o mais pobre sofreriam o poder coercitivo do Estado, uma vez que analisariam se realmente valeria o risco em transgredir um ordenamento justo, eficaz e condizente com a realidade do seu povo.

**Palavras-Chave:** Desigualdade social. Sistema Carcerário. Estado desigual.

**A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA FRENTE À OBRA O MERCADOR DE VENEZA: UMA ANÁLISE  
TRANSDISCIPLINAR DO DIREITO CIVIL, CONSTITUCIONAL E FILOSOFIA**

**Autor(es):**

*Alana Raissa Fernandes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho científico tem por objetivo analisar a obra “O Mercador de Veneza”, de William Shakespeare, frente à perspectiva do princípio da dignidade da pessoa humana e a sua fundamentação. Para tal, é imprescindível entender a essência deste princípio, que possui origem na epistemologia do filósofo Immanuel Kant, encontrada em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), no qual propõe compreender a humanidade como um fim em si mesma, e não como um meio. Pretende-se também a avaliação dos princípios jurídicos que abrangem a obra, com destaque para o princípio da dignidade da pessoa humana, assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, III, caracterizado como um dos princípios máximos do estado democrático de direito.

**(Metodologia)** O presente estudo possui aspecto teórico, configurando-se como pesquisa documental, de cunho exploratório. Desenvolveu-se através da busca sistemática de artigos em periódicos científicos, e, como técnica científica, a utilização dos códigos e leis do ordenamento jurídico atual, a fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca deste princípio jurídico. Acrescenta-se a isso a abordagem dialógica, na medida em que o estudo propõe a complementaridade entre o Direito Civil, Direito Constitucional, Filosofia e a Arte Literária.

**(Resultados)** Constata-se, até este ponto do estudo, a extrema relevância do princípio da dignidade da pessoa humana, valor moral e espiritual inerente ao indivíduo, intrínseco e dele indissociável, com fundamento na teoria ético-moral kantiana. Disso decorre a ausência de validade do pacto efetuado entre Antônio e Shylock, requisito do negócio jurídico civil (relações privadas), como também foi observada a violação de princípios garantidos na nossa Carta Magna, tais como o devido processo legal material, não apenas formal (due process of law), o direito à vida, e o direito a liberdade. Observou-se também a importância da literatura clássica para o desenvolvimento do conhecimento acadêmico, visando sempre analisar os fatos jurídicos de diversas formas, e olhares, não restringindo apenas ao ordenamento jurídico.

**(Conclusão)** Conclui-se que, dentro do contexto proposto e examinado, há significativa contribuição da literatura para a compreensão das relações da sociedade com o ordenamento jurídico brasileiro, diante do princípio da dignidade da pessoa humana, substrato direto para estabelecimento da justiça material nas relações privadas. Entendemos que o princípio trabalho é fundamento para compreensão da evolução das garantias e direitos sociais. Podemos concluir que a obra literária o Mercador de Veneza, do inglês William Shakespeare, caracteriza-se como um divisor de águas na compreensão da efetivação dos acordos entre as partes.

**Palavras-Chave:** William Shakespeare. O mercador de Veneza. Direito Civil. Direito Constitucional. Filosofia.

## A EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR FRENTE AO DANO AMBIENTAL

### **Autor(es):**

*Brenda Figueirêdo de Oliveira Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Natália Raiana da Costa Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Livia Vieira Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito Ambiental atua como postulante de todas as atividades referentes ao Meio Ambiente, com a finalidade de conservá-lo de uma maneira que possa prover a subsistência digna e sustentável à sociedade atual e futura. Assim, visando auxiliar os ramos do Direito na justa aplicação de suas premissas, o ordenamento jurídico brasileiro possui princípios que são orientações gerais a serem ponderadas pelo legislador ou intérprete no momento da interpretação da norma. Dessa forma, o trabalho em tela, irá discorrer especificamente sobre a eficácia da aplicabilidade do princípio do poluidor-pagador no dano ambiental, entretanto, é mister fazer uma pequena introdução ao conceito do referido princípio, o qual está relacionado à imposição de medidas necessárias para a prevenção de danos ambientais, ou caso o dano seja causado, exigir a compensação econômica do mesmo. Bem como destacar a referência legal deste e a sua dupla função, preventiva e sancionadora. A partir disso, passamos a analisar a atuação dos entes responsáveis, bem como, as medidas usadas, a exemplo da reparação natural, a compensação ecológica e a indenização pecuniária. Vale enfatizar que será abordado decisões que demonstram quanto à efetividade do princípio, e ainda, destacar a diferença quanto ao cumprimento de tais decisões judiciais.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o indutivo, que parte do específico para uma questão mais ampla, ou seja, geral. Outrossim, os métodos de procedimento são o histórico, tendo em vista que retrata a evolução do objeto pesquisado, e o método descritivo que tem por finalidade descrever as características e conceituação.

**(Resultados)** O referido princípio constitucional, reforçado pela Política Nacional do Meio Ambiente está relacionado a necessidade de reparação econômica de um dano ambiental causado, sendo emergente as medidas de precaução e punição. Ainda que a primeira referência ao Princípio tenha sido fundamentalmente econômica, com as mudanças da sociedade e do meio, o cunho ambiental passou a ganhar mais importância. Este princípio possui duas funções: preventiva, para evitar os danos, e a função sancionadora, que busca a reparação do dano já ocorrido. Diante disso, ressaltamos a efetividade da aplicação do princípio do poluidor-pagador, destacando atuação do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Estado como denunciante e fiscalizador, para controlar e aplicar penas. Bem como os meios e instrumentos utilizados para tanto, com foco em três deles, a reparação natural, a forma mais segura de lidar com a degradação; a Compensação ecológica, alternativa substitutiva à reparação natural, dada a complexidade dos danos ecológicos e devido a irreversibilidade parcial ou total do ambiente afetado e a indenização pecuniária, tradicionalmente aplicada em último caso.

**(Conclusão)** O Princípio do Poluidor-Pagador se encontra positivado em nosso ordenamento jurídico atualmente, o que garante eficácia em sua aplicação, tanto de seu caráter preventivo como de seu caráter sancionador. A lei garante instrumentos processuais para prevenir a ocorrência de danos ambientais, como também garantir sanções de cunho econômico para os agentes que deram causa a estes danos. Isto garante que estes gastos de recuperação do meio ambiente não fiquem a cargo da sociedade ou do Estado.

**Palavras-Chave:** Meio ambiente, Poluidor-Pagador, Reparação.



**A EPISTEMOLOGIA DIALÓGICA DA COMPLEXIDADE APLICÁVEL AO DIREITO COMO MÉTODO DE CONSTRUÇÃO PARA DECISÕES JUDICIAIS: REFLEXÕES ACERCA DAS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL NO SÉCULO XXI**

**Autor(es):**

*Weslyanne Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Percebe-se que a sociedade está em constante mudança, assim em períodos distintos direitos fundamentais foram consolidando-se em textos constitucionais visando proteger os cidadãos do poder estatal. O Poder Judiciário nesse contexto tem a função de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais, além de resolver conflitos entre cidadãos, entidades e até mesmo do próprio Estado. Assim, o juiz é a autoridade pública que exerce a função jurisdicional, é intrínseco a ele o poder-dever de dizer o direito no caso concreto. Com isso, concerne a ele as decisões judiciais, sobretudo a sentença. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva explicar a epistemologia da complexidade como alternativa para a construção das decisões judiciais, sobretudo a sentença. Visando alcançar os imperativos de justiça, ordem e paz como intrínsecos à função social do juiz no exercício da jurisdição.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório voltada para análise da epistemologia da complexidade aplicada ao direito, a qual é realizada através de pesquisa bibliográfica e documental. Utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, buscando demonstrar que a epistemologia da complexidade pode ser vista como adequada à problemática referente ao exercício da função social do juiz na atividade decisória. Como método de procedimento, utiliza-se o método histórico, comparando o sistema jurídico e a atividade jurisdicional contemporânea com suas origens históricas, bem como utilizando-se do método comparativo a fim de confrontar o exercício da jurisdição legalista e a proposta da complexidade.

**(Resultados)** O paradigma dialógico não “produz” nem “determina” a inteligibilidade, mas tem o potencial de incitar a estratégia/ inteligência do sujeito a considerar a complexidade da questão estudada. Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/ multiplicidade de toda entidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de a homogeneizar em indistinta totalidade. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda realidade estudada. (MORIN, 1998, p. 334). Considerando-se que a atuação do juiz no Brasil ainda é influenciada, de forma predominante, pelo ideário do Estado Liberal de Direito que atribuiu ao Estado um sistema jurídico legalista, constata-se que o método dialógico da complexidade pode contribuir significativamente, no sentido dar respostas adequadas aos imperativos de justiça social que permeiam a sociedade contemporânea. Em tempos atuais, o juiz poderá fundamentar a sentença através das fontes do direito, que estão no diálogo entre as normas jurídicas e metajurídicas brasileiras, princípios e tratados internacionais que o Brasil seja signatário. Contudo, a sociedade está em constante mudança, percebendo-se que nem todas as normas alcançaram as transformações da sociedade.

**(Conclusão)** Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de utilizar como base para elaboração das decisões judiciais, um novo método capaz de abranger as desafiadoras demandas da sociedade em constante transformação, além de alcançar os objetivos da atividade jurisdicional, cumprindo, efetivamente, sua função social. Tendo como fundamento caráter complexo da função jurisdicional, revela-se o método dialógico da complexidade como instrumento epistemológico adequado para construção da sentença. O modelo contemporâneo da atividade decisória do juiz exige uma postura dialógica que constrói sua decisão (sua verdadeira missão) com base num mosaico amplo de conhecimentos que são verificados ao nível contextual, isto é, ajustados aos princípios e valores culturais da comunidade, considerando-se, sobretudo, que o modelo positivista pugnado pela modernidade liberal é insatisfatório para solucionar as complexas demandas sociais postas ao exercício da atividade jurisdicional contemporânea.

**Palavras-Chave:** Epistemologia da Complexidade. Função Social. Sentença. Atividade Jurisdicional.

## A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NA PUBLICIDADE BRASILEIRA.

**Autor(es):**

*Camillo Emanuel de Albuquerque Alves Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Úrsula Thais de Paula Medeiros : Docente do UNI-RN*

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A propaganda é um antro de arquétipos que alimentaram e orientaram durante gerações o estilo e vida dos brasileiros como também o estilo ideal de vida e e família. Por ter uma influência direta na vida e sociedade dos brasileiros, foi criado o CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária no final a década e 70.O Conselho de Ética está dividido em oito Câmaras, sediadas em São Paulo, Rio, Brasília, Porto Alegre e Recife e é formado por 180 conselheiros. Ela nasceu com o intuito de organiza e sintetizar em um Código, com função de zelar pela liberdade de expressão comercial e defender os interesses das partes no mercado publicitário, inclusive os do consumidor.

**(Metodologia)** Utilizando o método de exploração e pesquisa, irei investigar o histórico das propagandas a década de 70 aos dias atuais, fazendo relatórios e comparações evolutivas. As propagandas em questão irá tratar de situações que incluam o conceito de vida moderna, família tradicional brasileira e estilo e vida. Esses serão os instrumentos para avaliar como a propaganda evoluiu em quase 50 anos de história e se de fato ela influencia a sociedade ou a sociedade influencia as campanhas publicitárias.

**(Resultados)** Vemos que o conceito de "Família Margarina" mudou e como o CONAR reagiu a diversas formas e conceitos de família atualizados pelo Código Civil. A ética prevê que toda a publicidade deve ser honesta, respeitar as leis do país, responsabilidade social evitando acentuar diferenciações sociais. Podemos perceber essa evolução em duas propagandas e marcas que evoluíram seu modo de pensar publicitariamente como a Dove e da Natura ao utilizar modelos "reais", sem ser modelos com o corpo magro, considerados perfeitos e sim o corpo da mulher do dia a dia, a mulher verdadeira. Na propaganda Toda Relação é um Presente da Natura vemos vários tipos de casais, heterossexuais, homossexuais, uma mulher mais velha com um homem mais novo, casais brancos com filhos adotados negros, país que também são mães.

**(Conclusão)** Firmo que a propaganda influência bastante a vida dos brasileiros, que existe um órgão que regulamenta o que pode e o que não pode ser exibido. Concluo que na verdade a propaganda é uma mão dupla na sociedade brasileira, ensina e aprende. Educa e mostra que é normal ser normal, e não enlatados como eram as propagandas inicialmente analisadas. Então podemos afirmar que a sociedade influencia na propaganda visto que há mais empatia com uma marca que se parece com você diminuindo sua pressão psicológica em seguir determinado padrão imposto.

**Palavras-Chave:** Publicidade e Propaganda, sociedade, família, regulamentação, evolução.

## **A EVOLUÇÃO SOCIAL DA PROSTITUIÇÃO FRENTE À ERA DIGITAL.**

**Autor(es):**

*Natália Brandão Leite: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A prostituição é uma das mais antigas profissões universais, que sempre sofreu mudanças, acompanhando a evolução cultural das sociedades considerando seus aspectos de tempo e espaço. Atualmente, com a evolução da era digital no século XXI, as profissionais do sexo adentraram-se no meio virtual a fim de desenvolver um trabalho independente e mais seguro, visto que, os sites de prostituição possibilita-as criar contas que não as expõe aos perigos das ruas, mas ainda sim, ofertam seus serviços, de forma que as livra da necessidade de serem vítimas da prática dos crimes de manter casa de prostituição e do rufianismo conforme os termos dos artigos 229 e 230 do Código Penal Brasileiro. Destarte, é válido salientar também que desde o primeiro contato cliente-profissional, o método virtual possibilita a ambos precaução jurídica, pois, terão suas conversas gravadas podendo utilizá-las a qualquer momento, no caso de ameaças ou desrespeito - ônus recorrente à quem escolhe seguir essa profissão. Paralelamente, não só as prostitutas mudaram de acordo com a sociedade, mas também é notória a percepção da evolução social diante de tal assunto, para embasar tal argumento, podemos citar o outdoor do site de prostituição Coelhinhos do Brasil, evidenciado na BR-101 na cidade Natal-RN. Ante o exposto, pode-se dizer assim, que tal fato demonstra como a sociedade potiguar sente-se diante da exposição dessa profissão, tendo em vista a não constatação de manifestação contrária ao cartaz expositório.

**(Metodologia)** A presente pesquisa será dividida em duas fases, na primeira, será feita uma pesquisa bibliográfica diversa, variando entre livros e artigos científicos, pesquisas decorrentes da Internet e entendimentos judiciais penais, digitais, trabalhistas e de direito do consumidor, que estejam de alguma forma ligados ao caso abordado na presente pesquisa. Além disso, serão utilizados os artigos 228, 229 e 230 do CPC, que dizem respeito aos crimes relacionados à prostituição. Já na segunda fase, intenciona-se a produção de uma pesquisa de campo, para auferir como a sociedade natalense lida com o assunto, como também a busca pela opinião dos próprios profissionais do sexo, buscando entender os impactos que essa evolução digital trouxe à referida profissão.

**(Resultados)** O presente projeto de pesquisa se encontra em fase inicial, portanto, ainda não tem resultados alcançados. Entretanto, o presente projeto visa, evidenciar como a era digital do século XXI trouxe grandes evoluções à prática da prostituição, como profissão independente e segura.

**(Conclusão)** Pode se observar que as consequências provenientes da virtualização da prostituição, é para todos, os envolvidos com este ofício, mais benéfica, visto que, passa a agir em conformidade com as leis penais brasileiras e torna a relação cliente-profissional notadamente mais segura. Outrossim, destaca-se o sentimento social que, acreditamos - será desvendado e trabalhado de forma mais profunda no decorrer do trabalho - deixou de ser de negação, para uma indiferença, que está longe do ideal de aceitação, entretanto é um importante passo para que os profissionais do sexo livres-se dos abusos e preconceitos que as ruas lhes oferecem.

**Palavras-Chave:** Prostituição; Evolução Social; Era Digital; Direito Penal; Sociologia; Direito Digital.

**A FASE POSTULATÓRIA NO PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA PETIÇÃO INICIAL PARA O SUCESSO DAS PRETENSÕES AUTORAIS.**

**Autor(es):**

*Jeffte Mateus Lira Silva de Oliveira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo civil é dividido em quatro fases primordiais para que o processo alcance seu objetivo: a Postulatória, na qual a parte autora fórmula suas pretensões e o réu apresenta sua defesa; a ordinária, no qual o juiz saneia o processo; a instrutória, que consiste na produção de provas para o convencimento do juiz; e a decisória no qual o mérito da lide será apreciado e sentenciado. Enfatizando, a fase Postulatória dá início ao processo, através da Petição Inicial, pois nela estarão apresentadas as partes, o pedido e a causa de pedir. Destarte, será a fase Postulatória que dará os primeiros esboços ao processo, e contribuirá para a efetivação e procedência dos direitos ali patronados.(OBJETIVOS) A referida pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância da fase Postulatória para a procedência dos pedidos autorais e ao bom desenvolvimento do processo, ressaltando o papel fundamental do Advogado como Instrumentalizador dos direitos preteridos.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da realização de entrevistas, a fim de demonstrar a importância do tema delineado neste projeto para o sucesso das pretensões da parte autora. Será utilizado o método de abordagem Indutivo, já que buscará analisar, partindo de um caso particular para uma questão mais ampla. Como método de procedimento, utilizaremos o Estudo de Casos, para uma melhor compreensão dos efeitos concretos da importância da petição inicial para o sucesso das pretensões autorais

**(Resultados)** A referida pesquisa constatou o quão importante é a petição inicial para o autor, pois ela pode apresentar um desvio de finalidade caso os requisitos presentes no artigo 319 e 320 do CPC não sejam rigorosamente cumpridos. Ademais, ainda foi evidenciado que as condições da ação podem representar um obstáculo para a exordial se o advogado não ater-se às suas definições ao caso concreto. Outro fator que pode ser prejudicial às pretensões autorais, é o indeferimento da inicial ainda em fase preliminar, nas hipóteses de Inépcia, parte manifestadamente ilegítima, quando o autor carece de interesse processual, quando o advogado não cumprir as determinações do ART. 106 e o autor não emendar a inicial, vide ART. 330 do CPC.

**(Conclusão)** Portanto, o ato processual que dá início ao processo chama-se Petição Inicial. Ela será de fundamental valor ao processo, pois servirá de arcabouço da lide, tornando-se o primeiro contato do juiz com o conflito. Daí nasce a necessidade de o Advogado reconhecer o seu valor para a demanda, porque será ele o materializador do direito lesado que necessita ser reparado. Ora, uma petição Inicial bem escrita, fundamentada, com uma síntese fática coerente e convincente, apresentando todos os requisitos inerentes a sua finalidade e respeitando as condições da ação será de suma importância para o sucesso das pretensões autorais e uma justa efetivação dos direitos preteridos.

**Palavras-Chave:** Direito Processual Civil. Fase Postulatória. Petição Inicial. Vícios. Requisitos. Importância.

**A FÚRIA PUNITIVA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E O PROBLEMA DA NÃO  
RESSOCIALIZAÇÃO: DESVALORIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA**

**Autor(es):**

*RANUSKA LIVIAN ARAUJO DE QUEIROZ: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Veras de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A precariedade vivida dentro dos presídios brasileiros está cada vez mais sendo discutida, tendo em vista que a falta de dignidade contra os carcerários fere diretamente a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e os direitos humanos. Dessa forma, vê-se o quão degradante e desumano é o tratamento dentro dessas instituições, que vem a ocorrer devido à falta do poder estatal, desvio de verbas públicas, diferenças sociais, entre outros. O princípio da dignidade humana diz respeito ao direito inerente ao homem, de conviver de forma igualitária e com as mínimas condições. Ao ferir o que traz o ordenamento jurídico, o condenado vivencia uma realidade precária no sistema prisional brasileiro contemporâneo, tendo, portanto, um resultado contrário daquilo que propõe a lei, voltando para a sociedade de maneira mais agressiva e revoltoso. Nesse sentido, de forma crítica, o trabalho abordará a desumanização no que tange ao processo de ressocialização dentro do presídio, demonstrando uma realidade inaceitável com os encarcerados. O presente trabalho tem o intuito de debater e assim tornar mais visível à ineficácia do Estado na ressocialização dentro do sistema penitenciário brasileiro, fatores que envolvem as problemáticas sociais, perpetuando diante das desigualdades enfrentadas na vida das pessoas na atual sociedade contemporânea, como por exemplo, a falta de amparo nos âmbitos da educação, segurança pública, infraestrutura as quais levam os indivíduos a se submeter a condições que ferem a dignidade humana, e que entram em controvérsia com os direitos fundamentais. A pesquisa visa demonstrar, diante do exposto, a relação da problemática com a falta de compromisso dos governantes, e o abandono diante da população quanto às questões sociais, além disso, tornar nítido o atual índice de mortes devido à violência dentro do presídio.

**(Metodologia)** O trabalho aborda a questão da desvalorização do princípio da dignidade humana no sistema prisional brasileiro na sociedade contemporânea brasileira, assim faz-se necessária a busca de estratégias e exploração à luz do método dedutivo e concretizador diante da problemática, e a pesquisa aplicada será realizada por meio da abordagem qualitativa para reduzir esses efeitos da exclusão social e possibilitar a informatização diante da temática exposta, pelo método de procedimento estatístico que fundamenta na comprovação de dados para possibilitar a obtenção de respostas.

**(Resultados)** A pesquisa tem como principais resultados o estudo da desvalorização da dignidade humana diante da previsão constitucional, tendo em vista que a realidade brasileira, de acordo com o Projeto “Sistema Prisional em Números” realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, dia 18 de junho de 2018, apresenta 1.456 estabelecimentos prisionais em todo o país, e em 81 houve registros de maus tratos contra os apenados. No Nordeste cerca de 58,75% não oferecem assistência médica, e 44,64% dos presídios nacionais não dão suporte educacional, o que deveria ser cumprido pelo Estado. Assim, relacionando a desumanização aos fatores da desigualdade social, ligado diretamente pela ineficácia política, e as disparidades socioeconômicas, busca-se solucionar por meio de método inovador de ressocialização, a APAC.

**(Conclusão)** No cenário atual, diante do que evidencia a fúria punitiva, pode-se observar momentos pelos quais o indivíduo é submetido a uma realidade ultrajante dentro da prisão, que deve ser combatida através de uma manutenção da segurança pública, bem como na defesa social e sem negligência das autoridades constituídas, trazendo maior efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, inscrito na Constituição Federal, garantindo a ressocialização do apenado. Portanto, observando a forma desrespeitosa com que os apenados são tratados, a responsabilidade dos governantes, e do Estado brasileiro, que tem como função fundamental garantir a dignidade dos seus cidadãos, acaba que por sua omissão quanto a esta função, anuindo o fenômeno da fúria punitiva.

**Palavras-Chave:** Dignidade da pessoa humana. Constituição. Direitos Fundamentais. Sistema Prisional. Contemporâneo.

**A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO COMO FERRAMENTA DE COMPLIANCE E ANÁLISE DO ART 620 DA CLT**

**Autor(es):**

*Mateus Emmanuel Queiroz Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No século passado, o advento da Constituição da República Federativa Brasileira (CRFB) de 1988 trouxe a redemocratização ao país após um período conturbado marcado pelo regime ditatorial. Com ela, a progressão de atividades econômicas no Brasil está correlacionada com a busca da justiça social junto a dignidade da pessoa humana, fator este pelo qual o compliance se mostra como uma alternativa de ligar o devido cumprimento do direito junto a questões éticas e sociais, cumprindo essa dupla função, além de proporcionar uma maior valorização das marcas que adotarem essa estratégia. Diante disso, e da necessidade de um direito preventivo do trabalho mais forte se apresenta a seguinte problemática: O compliance trabalhista pode funcionar como elemento de sustentabilidade da relação empregatícia?

**(Metodologia)** O estudo a ser feito tomará como base o método lógico-dedutivo, visando chegar num desfecho para a problemática exposta. Com fins de atingir esse objetivo, serão utilizados métodos como a pesquisa bibliográfica, análise dos dispositivos legais vigentes, assim como assídua leitura de jurisprudência atualizada.

**(Resultados)** Zelar por um melhor ambiente de trabalho é elemento fundamental no dia-a-dia empresarial. Programas de compliance estão sendo implementados para atingir esse objetivo, haja vista a imprescindibilidade de fortalecer mecanismos de prevenção e gestão de problemas internos. Com o devido planejamento, não só o bem-estar da instituição irá melhorar, visto que o aumento nos lucros será uma consequência, pois quanto mais um empregado está confortável em relação aos seus direitos, mais ele será produtivo. Outrossim, o compliance trabalhista é um mecanismo eficiente de gerenciamento de riscos e gestão que promove reformulações nos setores e departamentos de uma organização possibilitando melhores tomadas de decisões que reduzam passivos trabalhistas, culminando em um desenvolvimento empresarial mais sustentável. Consequente, é imprescindível a abordagem desse assunto para analisar formas de como as empresas podem construir uma melhor relação empregatícia para se proteger de potenciais passivos trabalhistas no futuro. Ademais, será mostrado como a negociação coletiva poderá ser uma forte aliada nesse quesito, associada ao mecanismo de compliance e como eles podem ser implementados juntos.

**(Conclusão)** É indubitável a necessidade de minimização dos riscos de uma empresa, logo, é notório a necessidade de um maior controle interno, principalmente quanto a gestão de pessoas, com finalidade de uma organização com mais saúde financeira. O bom relacionamento entre empregador e empregado é fundamental para o sucesso empresarial, e, quanto mais transparente e ético este for, em especial no âmbito trabalhista, no que tange a adequação as normas vigentes, maiores serão as chances de prosperidade da organização.

**Palavras-Chave:** Direito do Trabalho; Compliance; Direito Preventivo do Trabalho; Relações Empregatícias

**A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO DO CONCEITO DE DOMICÍLIO AO AMBIENTE DE TRABALHO: INSTRUMENTO DE GARANTIA DO ACESSO AO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE**

**Autor(es):**

*Rafael Gustavo Freire Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo pretende examinar a questão da multiplicidade do conceito de domicílios e sua extensão ao meio ambiente de trabalho, como forma de garantia ao direito constitucional a saúde. Embora o sistema único de saúde seja descrito na Constituição Federal de 1988, como universal, integralizado e equânime, existem diversas questões que surgem como estorvos a esses princípios, como por exemplo, dos residentes de uma determinada cidade, que por razões empregatícias tendem a se deslocarem a outras e não podem usufruir dos serviços públicos direcionadas as demandas da área da saúde na cidade onde laboram. Essa ruptura de direito está geralmente relacionada a questões dos fundos financeiros que são destinados à saúde, e que se destringem entre as responsabilidades federal, distrital, estaduais e municipais. Desse modo, cada área é responsável por prover saúde a sua respectiva população, que habita em seu território competente, não levando em consideração a situação dos trabalhadores que promovem a economia, se deslocam diariamente a cidade, e que podem dispor da possibilidade de terem seus direitos reservados, a partir do momento em que tiverem seus domicílios profissionais reconhecidos.

**(Metodologia)** O presente artigo tem como objetivo principal apresentar a importância da extensão do conceito de domicílio ao ambiente laboral, e a forma pela qual essa ampliação poderá auxiliar ao princípio da equidade de acesso à saúde na região metropolitana de Natal/RN e apresentar formas pelas quais a extensão do conceito de domicílio ao ambiente de trabalho possa proteger a garantia do direito constitucional a saúde nesta região. O artigo tem como metodologia, o método de procedimento histórico e estatístico, como método de abordagem o hipotético dedutivo, baseando como ferramentas essenciais a análise doutrinária em bibliografias específicas, livros, leis, normas e pesquisa de campo, quantitativa e qualitativa.

**(Resultados)** O indivíduo que reside em uma cidade, e que tem de se deslocar diariamente para outro município para realizar suas atividades profissionais, incorre no fenômeno denominado de migração pendular. Entretanto, o cidadão que é domiciliado em uma determinada área de abrangência de uma unidade de saúde, não pode ser atendido de forma eficaz em uma unidade de saúde de outra área de abrangência, devido a burocratização gerada pelos órgãos Estatais em requerer um cadastro domiciliar, na qual o cidadão deve comprovar seu domicílio dentro da área territorial de cada unidade. Tal situação pode gerar danos irreparáveis a saúde do cidadão, pois durante o período do dia ele se encontra em outra cidade exercendo suas atividades laborais, portanto em outro território, retornando a cidade em que reside somente no período noturno, período em que os atendimentos já têm sido encerrados, portanto impossibilitando-o que possa ter acesso a esses serviços.

**(Conclusão)** Os danos à saúde do trabalhador podem ser evitados tendo em conta a extensão do conceito de domicílio ao ambiente de trabalho, haja vista que se trata de domicílio profissional, e que esse conceito está previsto no código civil brasileiro. Tal possibilidade é de suma importância pois pode resguardar ao cidadão a oportunidade de ser atendido em ambas regiões, tanto a que reside e tem seu domicílio natural, quanto a que exerce suas atividades concernentes à sua profissão. Depreende-se, portanto, que a importância da extensão do conceito de domicílio ao ambiente de trabalho, se dá como instrumento de garantia ao direito constitucional a Saúde, e a sua atual disposição, descaracteriza o Sistema Único de Saúde de sua real função social, que é oferecer de forma facilitada ao cidadão, o acesso a saúde.

**Palavras-Chave:** Direito à saúde. Domicílio profissional. Equidade.

## A IMPORTÂNCIA DO APOIO JURÍDICO EMPRESARIAL PARA O SUCESSO DAS STARTUPS

**Autor(es):**

*Paula Roca Piazza : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil atualmente, impulsionado pelas intensas transformações econômicas globais, vive o surgimento de uma fase empreendedora como nunca antes vista. Diante desta nova perspectiva e o novo surgimento do conceito de empresa, surge, no Brasil, o fenômeno das startups. Valendo ressaltar que o Brasil possui uma das maiores taxas de empreendedores em estágio inicial (TEA) do mundo. O número de empreendedores no Brasil cresceu 44% nos últimos 10 anos<sup>1</sup>. Neste sentido, o presente trabalho nos traz uma ideia não só evolucionária, mas também revolucionária, uma vez que tais empreendimentos mencionados impactam comunidades nas quais estão inseridos, com o comprometimento de muda-pás para melhor. No caso das startups, um questionamento pertinente é: existem parâmetros legais para que seu crescimento seja regulado? É neste ponto que adentramos na importância da atuação de um profissional jurídico, com intuito de ir além dos parâmetros legais, almejando reduzir os custos e riscos para o empresário, tendo um olhar, assim, preventivo e não paleativo. Para demonstrar tal objetivo, a presente monografia investigará, através de estudos e pesquisas, como essas startups estão posicionadas no mercado perante ao acompanhamento jurídico, permitindo, assim, a depender do resultado, desenvolver uma política de incentivo social e jurídico, com o intuito de que estas assumam responsabilidade perante o mercado e proporcionem um aumento percentual no desenvolvimento do país.

**(Metodologia)** Em razão de ser um tema relativamente recente no Brasil e, assim, com baixo percentual de estudos realizados acerca da área, utilizaremos da literatura, predominantemente, estrangeira, não só pela baixa quantidade de estudos no Brasil, mas principalmente pela qualidade para uma melhor - em termos de qualidade e eficácia - orientação jurídica para os profissionais inseridos nesta área. Sendo assim, serão utilizados como exemplos Júdice e Nybo, autores da obra Direito das Startups, criada em 10 de fevereiro de 2016, Dan & Saul, Eric Ries, dentre outros que servirão como alicerce para estudos direto na fonte.

**(Resultados)** O presente trabalho buscou desenvolver não só os jovens empreendedores, bem como o Brasil, uma vez que dois a cada cinco adultos brasileiros são empreendedores – refletindo, assim, ainda mais a necessidade de um acompanhamento jurídico para a devida formação profissional destes e inserção no mercado. Sendo assim, objetiva-se demonstrar, de forma clara e factível, a importância do direito para o desenvolvimento saudável de uma empresa, de forma que este torna-se imprescindível para o sucesso desta. Desta forma, trata-se não só de garantir um investimento com passivos financeiros solidificados, bem como de orientar determinado empreendimento para que este saiba se posicionar de forma responsável.

**(Conclusão)** A essência desta monografia é de estabelecer um parâmetro legal para que os empreendimentos estejam inseridos em um desenvolvimento seguro e promissor. Quanto à metodologia adotada, utilizamos textos críticos-teóricos tanto estrangeiros como nacionais, através da leitura crítico-comparativa e de recorte como intuito de dar potencialidade ao direito e oferecer expectativa de amparo jurídico contra riscos, de forma a preveni-los. Além disto o presente trabalho registrará uma pesquisa investigativa teórico- reflexiva sobre o ordenamento jurídico com base nos 30 anos da Constituição do Brasil, contribuindo assim para garantir, de forma legal, os direitos que permeiam as relações sociais, diminuindo assim o número de startups inseridas na sociedade com ausência de regulamentação legal.

**Palavras-Chave:** Startups; Direito; Responsabilidade Social Empresarial; Constituição Federal;



## A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS

### **Autor(es):**

*Wanessa Germano Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marília Bulhões Alexandre: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anna Luísa Ubarana Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Virna Costa Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Allyne de Miranda Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*  
*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos últimos anos, observam-se cada vez mais, notícias de empresas que tiveram sua imagem danificada pela falta de preocupação com o meio ambiente. Em consequência do significativo processo de poluição em nosso planeta, essa conduta está em ascensão e vem, a cada dia, sendo combatida. Porém, quando entramos no tocante a Gestão Ambiental, os empresários são colocados diante de três grandes forças que interagem entre si: Governo, sociedade e mercado. Elas são as maiores influenciadoras para o ato da atenção com o meio ambiente. Desse modo, é possível observar uma mudança no comportamento da própria legislação, onde vemos com muito mais frequência a aprovação de leis ambientais na sociedade, sendo possível ver que o tema entrou totalmente na agenda política nacional. Essa pressão tem feito com que resoluções ambientais bem como acordos, não sejam esquecidos pelos nossos governantes. Em virtude dessa mudança de tutela jurídica própria surge a problemática: Qual será o principal foco de gestão ambiental empresarial efetiva? Em síntese, o presente trabalho analisa a vertente em que deve ser levada para a gestão ambiental para a empresa se efetivar de fato na sociedade com equilíbrio.

**(Metodologia)** Assim, o método de abordagem que melhor se ajusta é o Dialético, pois a questão envolve diversos fatores, que não só jurídicos, sendo necessária a observação do atual cenário social, político e econômico para se chegar a uma nova compreensão acerca do tema. Com relação aos métodos de procedimento, tem-se o Histórico, visto que se pretende apresentar um apanhado acerca da preocupação com o meio ambiente e este fenômeno se popularizou; O Comparativo, à medida em que será feita uma contraposição entre a legislação vigente e sua eficácia em relação ao caso concreto; E o Método Estatístico, para apurar o papel da Gestão Empresarial ambiental neste cenário e sua possibilidade de configuração como instrumento facilitador de divulgação e exposição de conteúdos e afins. As técnicas de pesquisa poderão ser verificadas através de legislações e bibliografia, a partir de material já publicado como livros, artigos e internet.

**(Resultados)** A fim de compreender como esses elementos da podem estar relacionados com a Gestão Ambiental ressaltam-se que para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental poderá ser feita por qualquer empresa, seja indústria ou prestação de serviço. Inicialmente é feito o mapeamento de todas as atividades realizadas pela empresa para identificar quais são os aspectos e os impactos gerados em cada uma delas que afetam o meio ambiente. Depois de identificados, são estabelecidos controles e propostas de soluções tecnológicas como forma de minimizar esses impactos ou monitorá-los, com base nas exigências legais de cada ramo de atividade. O estabelecimento destas propostas irá compor a Política Ambiental da empresa, cuja importância da disseminação e divulgação aos clientes internos e externos é altíssima, pois ela norteará os passos seguintes da implantação deste processo. Importante ressaltar que a gestão ambiental é uma área notória do sistema de gestão que surgiu há pouco tempo, mas tem atingido proporções respeitáveis no mundo. Esta área tem sua base nas crescentes preocupações mundiais quanto ao resultado das ações humanas no meio ambiente, criando métodos e desenvolvendo ferramentas eficazes para gerenciar uma empresa de forma ambiental e socialmente correta.

**(Conclusão)** Diante do exposto, pode-se observar que, para compreender a Gestão Ambiental como instrumento suficiente ou não para empresas se manterem no mercado econômico, faz-se necessária a análise específica do caso concreto, devendo-se considerar a abrangência do dano que foi causado ao planeta, observando em todo tempo a abrangência desse dano ambiental. Destarte, conforme apontado nos casos citados, entende-se como relativa a eficácia desse instituto no que tange à solução dos danos causados ao meio ambiente.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente; Gestão Empresarial; Empresa; Dano Ambiental.

## **A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA PERANTE O DIREITO PENAL BRASILEIRO**

### **Autor(es):**

*RaÃssa Vescia Cerqueira Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa terá como seu objeto principal de estudo o psicopata frente ao Código de Direito Penal Brasileiro vigente. O tema é recorrente nos dias atuais, em face ao aumento progressivo de crimes cometidos por agentes portadores desse transtorno de personalidade, no qual estão infiltrados em todos os meios sociais e profissionais, e na maioria das vezes são passados despercebidos, até mesmo nos processos penais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo. No tocante ao método hipotético-dedutivo, onde serão formuladas hipóteses de penas divergentes das atuais perante a crimes cometidos por psicopatas. No qual, foi analisado a inimputabilidade penal diante da insuficiência de uma legislação específica, além da incapacidade do sistema prisional brasileiro de lidar com os agentes e comparação com a legislação e procedimentos realizados em países distintos.

**(Resultados)** Para Ana Beatriz Barbosa Silva, psiquiatra e escritora do livro "Mentes Perigosas: O psicopata mora ao lado, a cada vinte e cinco pessoas, uma é perversa, desprovida de culpa, e capaz de passar por cima de qualquer ser humano para satisfazer seus próprios interesses. " Os psicopatas correspondem 4% da população, e ainda não foi descoberto nenhum método que possa gerar sua cura. Os determinados agentes apresentam facilidade em manobrar seu comportamento a fim de conseguir liberdade por meio da progressão de regime e são impossibilitados de serem ressocializados. Tornam-se claramente imputáveis, pelo fato de não serem reconhecidos legalmente. Apesar da comprovação de que possuem total consciência da antijuricidade e da ilicitude dos fatos e conhecimento das normas que transgridem.

**(Conclusão)** A psicopatia, por não se tratar de tema específico do âmbito jurídico, foi de certa forma esquecida por depender do auxílio das áreas de psicologia e psiquiatria. Sendo assim, possuindo uma pena imprópria e inespecífica, causando temor e desamparo à sociedade brasileira, devido ao fato do agente possuir como principal característica a incapacidade de compreender a punição, no qual se é comprovado pela taxa de reincidência criminosa após inseridos novamente em sociedade, além do sentimento de insegurança jurídica causado. Mesmo que tendamos à compreensão de que ao psicopata seja necessária a aplicação de uma medida protetiva, com a devida internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, não é o que ocorre na prática, e não podemos fugir desta realidade. A maioria dos agentes do Direito, tanto quanto a própria população, entendem que psicopatas devem ser privados de sua liberdade, em presídios normalmente de segurança máxima, em razão de seu alto grau de periculosidade, ou seja, se julgando necessário a adoção de políticas criminais mais incisivas. Concluimos então, que o modo como a punição é levada é carente de eficácia real, tendo vista a deficiente estrutura física e pessoal para lidar com os criminosos psicopatas no processo penal e cárcere brasileiro.

**Palavras-Chave:** Psicopata. Direito Penal Brasileiro. Imputabilidade.

## A INCIDÊNCIA DO IPTU SOBRE A PROPRIEDADE URBANA QUANDO DA OCORRÊNCIA DE INVASÃO

**Autor(es):**

*Eduarda Lima Saldanha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como ponto fulcral, o estudo do sujeito passivo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU quando da ocorrência de invasão, tomando por base a discussão jurisprudencial e doutrinária sobre a matéria. A questão é controversa uma vez que a incidência do IPTU não se consubstancia num ato ou negócio, e sim em uma situação jurídica, sendo a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel, conforme o artigo 34 do Código Tributário Nacional (CTN). Relativo ao proprietário, temos que o seu conceito não está expresso na legislação tributária, recorrendo-se, necessariamente, ao artigo 1.228 do Código Civil, segundo o qual é proprietário ou possui direito de propriedade é quem tem a faculdade de usar, gozar, dispor da coisa e o poder de reavê-la. Entretanto, a controvérsia cinge-se na constatação do sujeito passivo na hipótese em que a propriedade foi invadida por terceiros. Diante dessa situação, o presente trabalho objetiva analisar os principais aspectos envolvidos na conceituação de propriedade e posse, adentrando posteriormente na questão do esbulho possessório e invasão de propriedade, e o confronto dessas situações com a determinação do sujeito passivo do IPTU, para assim, determinar quem é o contribuinte nesta situação.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método dialético, partindo-se do confronto entre princípios e regras, em busca de uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão do Direito. A técnica aplicada será a documentação indireta, com ênfase na revisão bibliográfica e no estudo de casos pertinente ao tema.

**(Resultados)** Como mencionado o proprietário é aquele que tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la. De modo que desde que cumprida a sua função social, o proprietário tem direito pleno sobre o imóvel. Todavia, quando o proprietário tem o seu imóvel invadido, é evidente que ele não pode tirar o devido proveito do seu bem, de forma que a sua propriedade deixa de ser plena, e assim, não há configuração de animus domini em razão da violação ao seu direito, sendo este posto à condição de proprietário por mera formalidade. Assim, naturalmente, os terceiros invasores do imóvel passam a ser aqueles que, a princípio, dispõem de animus domini. Não obstante, em tal caso, o proprietário do imóvel invadido não mais se enquadraria na condição de contribuinte, por não possuir todos os elementos da propriedade. O mesmo pensamento é externado pelo STJ em caso similar, quando no Resp 1.144.982-PR, a Fazenda Nacional reivindicava a cobrança do ITR sobre o proprietário de uma propriedade rural invadida, vindo a ser esbulhada. Em sua decisão, o STJ entendeu ser indevida a cobrança do ITR sobre o proprietário, uma vez que a propriedade não estava mais sendo exercida de forma plena, não havendo que se falar em subsunção do fato praticado pelo proprietário à norma tipificadora do ITR. Isto posto, o mesmo pensamento deve ser externado quanto ao IPTU nos casos similares.

**(Conclusão)** Neste contexto, não é razoável que a Fazenda Pública queira exigir o pagamento de IPTU de um proprietário de imóvel invadido, uma vez que aquele não se utiliza do imóvel de nenhuma maneira, e nem pode obter qualquer vantagem econômica sobre. De modo que ofenderia o princípio básico da razoabilidade a cobrança de IPTU sobre aquele que não possui todos os elementos da propriedade, enquanto que os invasores permaneceriam inatingíveis, se utilizando sem nenhum encargo. Assim, conclui-se que uma vez verificada a perda da propriedade em razão da invasão, fica inviabilizado o Fisco Municipal de exercer o lançamento tributário ou qualquer forma de cobrança contra o proprietário constante no cadastro imobiliário.

**Palavras-Chave:** Sujeito Passivo. IPTU. Invasão.

## A INCONGRUÊNCIA ENTRE A LEI 12.010/2009 E A DURAÇÃO DO PROCESSO DE ADOÇÃO

### **Autor(es):**

*Sophya Regina Alves de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jozelma Soares da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Flávia Fernanda de Melo Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo de adoção no Brasil vem mudando ao longo do tempo, com base nessa mudança, a Lei 12.010/2009, que alterou o ECA, estabeleceu novos critérios para adoção e para a permanência de crianças e adolescentes em abrigos de proteção. A lei foi criada com o intuito de acelerar o processo e evitar a espera demorada para conseguir a adoção efetiva por pais que desejam ter filhos. Com esse objetivo, a nova lei estabeleceu um prazo máximo de permanência dos menores nos abrigos de proteção, estipulando o máximo de dois anos, salvo alguma recomendação expressa da Justiça, contudo, incide o fato de não possuir local para onde essas crianças deverão ir após esses dois anos no acolhimento institucional. Além disso, a nova lei instituiu prazos específicos para que se configure cada etapa da adoção, acelerando esse processo, no entanto, a realidade da adoção é completamente diferente do que se institui na lei, já que pode durar bem mais do que o estabelecido, pois o perfil apresentado pelo adotante para a criança, em sua maioria, é muito diferente do disponível no cadastro. Sobre isso dispõe Walter Gomes, chefe da área de adoção da 1ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios: “Encontrar uma menina, recém-nascida, clara e com saúde perfeita pode levar uns cinco anos ou mais”, principalmente por não ser esse o perfil presente nos abrigos brasileiros. O objetivo desse trabalho é demonstrar a incoerência do prazo estabelecido por lei para a permanência de crianças e adolescentes no acolhimento institucional, popularmente chamado de abrigo, e a realidade atual sobre os aspectos da adoção no Brasil. Analisando especificamente o processo jurídico da adoção e buscando encontrar propostas para diminuir o impacto social das crianças retiradas dos abrigos sem ter onde se estabelecer.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho descritivo, documental, bibliográfico e de abordagem qualitativa, visto que averiguaremos artigos, pesquisas, livros e outros tipos didáticos. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, responsável pela generalização isto é, parte-se de uma questão particular para uma questão ampla, geral e que considera a busca pela realidade atual.

**(Resultados)** Diante da pesquisa adotada, ainda sem resultados abrangentes, foi encontrado o descompasso na realidade atual, com crianças de 11 a 17 anos correspondendo a 52% dos menores que esperam a adoção, com a procura por essas idades em 2%, demonstrando a falta de correspondência entre a realidade dos abrigos e a procura social para a adoção, segundo o Conselho de Constituição e Justiça. A pesquisa continuará respaldada na busca de encontrar melhores soluções de adequar essa lei a realidade atual, sem danificar ou precisar despejar crianças dos abrigos existentes.

**(Conclusão)** Em virtude dos fatos elencados, é necessária a explanação das barreiras sociais acerca do padrão existente para adotar uma criança. Além disso, observando a incongruência da lei com a realidade da adoção, precisa-se buscar maneiras para sanar o abandono de menores e o despejo dos mesmos do abrigo, sendo importante a promoção de uma adoção voltada ao afeto e não a padrões sociais e por fim, encontrar meios de adequação e melhora da vida das crianças e adolescentes nessa situação.

**Palavras-Chave:** Processo de adoção, realidade social e acolhimento institucional.

**A INCONSTITUCIONALIDADE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”: VIOLAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS SOB A ÓTICA DE HANNA ARENDT E PAULO FREIRE**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Glaydson Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luciana Karla de Lima França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A recente decisão do Supremo Tribunal Federal pôs fim ao polêmico projeto de lei conhecido popularmente como Lei da Mordada, que, revestido por ideologias totalitárias, desconstrói o atual Estado Democrático de Direito. Tal projeto apontando para uma educação alienante e “bancária”, como assevera Paulo Freire. Os projetos de lei que tramitavam no Senado Federal e na Câmara dos deputados visavam um ensino restrito em uma única visão de mundo que afrontava não só a CF/88 como também a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Destarte, o presente artigo visa uma reflexão crítica-reflexiva para que em “nome da lei” não cometamos as atrocidades humanitárias do passado como bem aponta Hannah Arendt.

**(Metodologia)** A presente pesquisa foi realizada através do método hipotético-dedutivo, que é aquele iniciado com a descoberta de um problema e sua proposição clara e precisa, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, que auxiliam o pesquisador em seu trabalho e uma análise histórico a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionado os preceitos abarcados pelos princípios do Direito Constitucional, pelos projetos de leis no caso concreto e a Declaração Universal do Direitos Humanos, além das obras de Hannah Arendt e Paulo Freire.

**(Resultados)** Analisando o atual cenário político e jurídico no qual o Brasil se encontra inserido, pode-se perceber que os projetos de lei que tratam sobre “Escola Sem Partido”, de forma explícita e implícita, ferem as idéias da Constituição Federal de 1988, sendo assim, e sem dúvida estariam eivados de inconstitucionalidade. No que se refere, a Declaração Universal de Direitos Humanos, em vários aspectos, tais projetos rompem com as idéias democráticas, quanto a uma série de Direitos Individuais, entre eles: liberdade de expressão, liberdade de pensamento, liberdade de opinião, dentre outros, comprometendo não só o ensino significativo, mas também o exercício da própria docência.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que o Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, se aprovado fosse, estaria cometendo uma série de equívocos, uma vez que colidiria frontalmente não só com a atual Constituição Federal, como também com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O pensamento da “Escola sem Partido” se concentra numa visão restrita de mundo e ao invés de ser um projeto social inclusivo propondo, sobretudo, a exclusão das minorias, tendendo ao extremismo, a intolerância, ao ódio, ao totalitarismo, que são idéias totalmente contrárias ao pensamento democrático. Ademais a violação da liberdade pensamento, de expressão e de consciência comprometem a existência do Estado Democrático de Direito e por conseqüência o exercício da cidadania. Constata-se também que o exercício profissional da docência se tornaria inviável, uma vez que as punições previstas suprimiriam o livre debate e as discussões, bem como o florescimento de novas idéias nas salas de aula, algo que deixaria o ensino ainda mais precário no Brasil.

**Palavras-Chave:** Escola Sem Partido. Inconstitucional. Educação.

**A INDÚSTRIA DA DELAÇÃO/COLABORAÇÃO PREMIADA E AS DISTORÇÕES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA EM ANOS QUE ANTECEDEM PERÍODO ELEITORAL**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Glaydson Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luciana Karla de Lima França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A constituição Federal de 1988 assegura que o processo penal deve ser interpretado com base na visão garantista, uma vez que os abusos da época inquisitorial poderiam deturpar o devido processo legal e prejudicar a presunção de inocência, incorrendo em equívocos e injustiças. No entanto, a tendência atual é a da utilização do instituto jurídico da Delação/Colaboração Premiada de forma distorcida, principalmente quando o propósito é angariar recursos financeiros e aliados políticos, tornando-se uma indústria, deixando de lado o verdadeiro propósito deste instituto que era o de impossibilitar indivíduos de se candidatarem à cargos do poder executivo, uma vez que esses estariam em condição de inelegibilidade. O propósito deste artigo é ensejar inquietações sobre a utilização desse instituto jurídico penal para impossibilitar inexigibilidade em tempos que antecedem as eleições, propiciando discussões que possam colaborar para o florescimento de ideias que visem melhorias políticas e por conseguinte, sociais.

**(Metodologia)** A pesquisa é realizada através do método hipotético- dedutivo, que é aquele que inicia-se com a descoberta de um problema e seu apontamento claro e preciso, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, que auxiliam o pesquisador em seu trabalho, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica e uma análise histórica, a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios norteadores do Direito Constitucional, Código Penal e o Instituto da Delação/Colaboração Premiada, objeto da presente pesquisa.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se que o Instituto Jurídico penal da Delação/Colaboração Premiada tornou-se no Brasil, uma verdadeira indústria com fins de angariar dinheiro, uma vez que os critérios estabelecidos legalmente, incentivam as práticas de condutas distorcidas para aqueles que visam unicamente interesses eleitorais e políticos. Além disso, o devido processo legal sofre uma intensa mitigação e a presunção de inocência fica seriamente comprometida frente a uma sequência de delações irresponsáveis que visam tão somente os ganhos particulares.

**(Conclusão)** Analisando-se o atual cenário político e jurídico permeado de instabilidade econômica, falta de ética e comprometimento com a verdade em que se encontra o Brasil, pode-se perceber que o instituto de Delação/Colaboração Premiada não cumpre com seu propósito original, diante de interesses políticos e eleitorais, tem servido para angariar dinheiro, transformando-se em uma indústria. Constatou-se, por outro lado, que as consequências são ainda mais danosas para o processo penal, comprometendo o devido processo legal e a presunção da inocência, visto que os preceitos iniciais do referido instituto vêm sendo deturpado e usado de forma imprudente por seus beneficiários.

**Palavras-Chave:** Delação/Colaboração Premiada. Eleições. Inexigibilidade.

## A INEFICÁCIA DA PENALIDADE PARA COM AQUELES QUE COMETEM MAUS TRATOS A ANIMAIS

### **Autor(es):**

*Fabiana Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luanna Chaves Campos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Douglas Mark de Oliveira Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andreza Dantas de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os animais não possuem meios de se defender, não sendo, assim, capazes de procurar os seus direitos. Desta forma, o ataque a qualquer animal vem a ser um ato de covardia. Os maus tratos em animais residem nas agressões gratuitas e atos de violência desnecessários que procuram machucar, mutilar, matar, torturar e impor sofrimento aos animais. No Brasil, os maus tratos em animais é crime, e consequentemente essa ação deve vir a ser denunciada e o agente ativo ser devidamente punido, todavia, tal punição não vem a ser efetivada na maioria dos casos. A pesquisa apresentada tem como objetivo geral esclarecer, por meio do ordenamento jurídico, que essa prática não pode mais ser admitida na sociedade em que vivemos, devendo, senão banir, diminuir consideravelmente tais crimes praticados covardemente contra os animais, os quais não podem se proteger e nem mesmo se defender de tamanhos abusos. A fim de alcançar o objetivo geral proposto pretende-se buscar a compreensão do conteúdo bem como analisar casos concretos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa com cunho explicativo, utilizando-se dos métodos de procedimentos de coleta: bibliográfico e documental, tendo em vista que a leitura e pesquisa dos códigos normativos e estatutos foram essenciais para análise e compreensão do que foi abordado na pesquisa presente. Ademais, como método de procedimento, utilizou-se o Estudo de Casos concretos específicos, que versaram sobre o tema objeto da pesquisa, elegendo-se os mais relevantes em termos de repercussão nacional.

**(Resultados)** No Brasil, os animais, tanto os silvestres como os domésticos, são resguardados pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/98), em especial no seu Art. 32 que prevê uma pena de detenção, de três meses a um ano, e multa para aqueles que praticam maus-tratos, tais como ferir, mutilar ou expor o animal vivo a uma experiência dolorosa e cruel, mesmo que para cunho científico. Além disso, estes seres também estão protegidos pela Constituição Federal tanto em seu Art. 23, que define ser de competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a preservação da fauna e da flora, como no Art. 225, vedando o tratamento cruel aos animais e práticas que possam vir a causar-lhes a extinção. Ao tratar de casos concretos, tem-se o exemplo de um homem, no estado de São Paulo, que em 2016 agrediu o próprio cachorro, fazendo com que ele perdesse a visão de um dos olhos. O agressor foi condenado a cumprir onze meses de prisão em regime semiaberto.

**(Conclusão)** Constata-se que mesmo o Brasil gozando de normas a respeito do tema, os abusos praticados contra os animais estão longe de terminar, visto que as sanções aplicadas não contem eficácia suficiente para refrear essa crueldade, ao passo que, empregadas as punições, seu nível de severidade é inferior comparado a gravidade do ato. Observa-se então que a falta de penalidade severa, para com aqueles que cometem maus tratos a animais, é um assunto extremamente delicado, uma vez que trata da saúde e da integridade física de um ser vivo, não podendo haver desdém a vida. É precioso haver uma maior fiscalização de forma cooperativa entre ONGs e órgãos públicos, tornando assim mais efetivo a prevenção de possíveis maus-tratos.

**Palavras-Chave:** Maus tratos; Animais; Punições.

**A INEFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS COMO ORGANISMOS GARANTIDORES DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO NA SÍRIA À LUZ DO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 16.**

**Autor(es):**

*vitor emmanuel viana antunes dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo de afirmação dos direitos humanos em âmbito internacional perpassa por diversos fatores, dentre eles destacam-se os temporais, históricos, evolutivos e institucionais. Nesse sentido, os direitos humanos estruturam-se, ao longo do tempo, por meio de uma construção humana e, por ser humana, remontam a um constante caminho de construção e reconstrução (ARENDR,1951). Nesse sentido, sabendo que as instituições – e nessa pesquisa utilizaremos o Estado Sírio como instituição principal – são resultados de entendimentos sociais, cabe inferir que essas, antes de tudo, devem ser promotoras das vontades dos indivíduos. E não, um usurpador dela. Dessa forma, se considerarmos instituição como um sistema justo e regido por seres humanos tão iguais quanto qualquer outro, temos que desconsiderar, sobretudo, a influência de considerações pessoais, financeiras ou de qualquer outra natureza, uma vez que a função do Estado é proteger e assegurar a vida, a propriedade e o arbítrio de cada um (RAWLS, 1971). Ademais, esta pesquisa almeja identificar os deveres e responsabilidades do Estado Sírio, como instituição que é, numa perspectiva abrangente, concernente à proteção aos direitos humanos dos povos e, sobretudo, analisar e apontar as consequências dessa ineficiência sob uma ótica do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável nº16. E de forma específica, analisar o conceito de instituição, expor violações aos direitos humanos no território sírio em face a ineficácia estatal e comparar a realidade com o que foi pretendido no Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável nº16 e na Declaração de Direitos Humanos de Viena.

**(Metodologia)** Um dos métodos utilizados foi o dedutivo, haja vista que partimos de premissas gerais referentes aos conceitos e responsabilidades das instituições, dos direitos humanos universais e, portanto, concluiremos que o Estado Sírio foi negligente e desrespeitou normas internacionais. Além disso, utilizamos o método dialógico, em virtude de termos não só uma análise jurídica, mas, sobretudo, uma análise das relações internacionais, da ciência política e da filosofia corroborando com a ideia geral. Já o método de procedimento empregado foi o Estudo de Caso, pois realizamos uma análise da situação específica de violação aos direitos humanos na Síria.

**(Resultados)** No cenário internacional, tem-se condenado a posição tomada pelos representantes do Estado da Síria, tendo despertado, inclusive, a necessidade de um apoio externo para a retomada do controle na região, uma vez que ainda há registros de bombardeios e utilização de armas químicas contra a própria população. Além disso, diante da barbárie, escolas são destruídas, impedindo crianças de estudar e galgar o seu futuro, mulheres e crianças são violentadas, não havendo o mínimo de escrúpulos por parte de representantes do Estado, além de que famílias são destruídas ou obrigadas a se refugiar em outros países sem quaisquer perspectivas.

**(Conclusão)** Portanto, numa análise particular, constata-se a ineficácia do Estado Sírio como uma instituição social de direitos e deveres, cujas consequências ferem os princípios basilares dos direitos humanos, direito internacional e, especialmente, a dignidade da pessoa humana. A ganância pelo poder, mesmo diante da ilegitimidade, abriu espaço para o totalitarismo e a barbárie. Ademais, observa-se que a República Árabe da Síria, embora seja país membro da Organização das Nações Unidas, ainda desconsidera os preceitos fixados por essa instituição. Como por exemplo, o subtópico 16.2, do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável nº16: “Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças” e a Declaração de Direitos Humanos de Viena em seu parágrafo 5: “Todos os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve considerar os Direitos Humanos, globalmente, de forma justa e equitativa, no mesmo pé e com igual ênfase”.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Estado Sírio. Instituição Ineficaz.



## A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO CRUEL E MASCULINO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Thaisa Alessandra Fernandes do Rosario: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O sistema jurídico e punitivo brasileiro, por ora falido, tem sido marcado por lacunas gritantes no que toca às particularidades da população feminina imersa nesse contexto, composto majoritariamente por homens e apenas adaptado para mulheres. Diante disso, para além de ser um espaço marcado pela subtração da liberdade e negação de direitos fundamentais, o sistema penitenciário ignora as necessidades diferenciadas das mulheres em relação aos homens, ao passo que nega as individualidades das detentas e reforça um contexto ainda maior de violência aos direitos humanos, e portanto, condena as mulheres a uma dupla ou até tripla opressão. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a situação da mulher encarcerada, a partir da reflexão crítica acerca das consequências da interseccionalidade de opressões estigmatizadas a essas detentas, as quais possuem suas dignidades humanas arrancadas pelo carácter sexista do sistema prisional.

**(Metodologia)** A pesquisa produzida tem como metodologia escolhida para tal reflexão o método hipotético-dedutivo, uma vez que se baseia em depoimentos e relatos reais da dinâmica da vida das mulheres dentro das cadeias femininas. Para tanto, o estudo se desenvolve com base em documentários, como também a partir da utilização de um estudo bibliográfico, por meio de artigos e produções literárias. Frutos de pesquisas desenvolvidas dentro das penitenciárias, para efetivação da construção crítica e verdadeira acerca da vivência das detentas no cenário punitivo brasileiro.

**(Resultados)** Ao analisar o sistema penitenciário do país, na perspectiva da Lei de execuções penais, é indiscutível a existência de direitos e a oferta de dignidade humana dentro das penitenciárias. Entretanto, a partir da observação de relatos e estudos do dia-a-dia do sistema carcerário nacional, é notória a lamentável estigmatização da mulher em um ambiente feito por homens e para homens. Em primeiro plano, precisa-se ressaltar que as mulheres, ao cometerem delitos, eram postas em cadeias mistas, junto aos homens, expostas a inúmeros tipos de abusos e o primeiro presídio destinado apenas para mulheres foi inaugurado no Brasil há apenas 81 anos. Em segundo plano, se faz importante mencionar que as condições particulares de necessidades básicas femininas como papel higiênico e absorventes são negadas às mulheres, bem como atendimento médico específico, para exames como papanicolau ou pré-natal. Ainda nesse sentido, a situação se agrava para presas gestantes, as quais deveriam passar por todos os exames, partos dignos, bem como direito de conviver com seus filhos pelo menos durante o período de amamentação. Para tanto, as detentas podem receber a concessão da prisão domiciliar, a qual dificilmente será palpável, restando o ambiente da cadeia para os primeiros dias de seus filhos e no Brasil, uma baixíssima porcentagem de presídios femininos são capazes de oferecer uma infra-estrutura mínima para viabilizar esse processo.

**(Conclusão)** Por fim, é possível concluir a secundarização da mulher no processo jurídico-punitivo do país. Condenadas a restrição de liberdade, as apenadas são obrigadas a conviver com uma dupla penalização, haja vista o despreparo do sistema para assistir de maneira humanamente digna as mulheres nele inseridas. Considerando que o encarceramento feminino no Brasil cresceu três vezes mais do que o masculino nos últimos anos e que o Brasil ocupa a 4º posição de acordo com dados da INFOPEN, é inadmissível que as detentas sigam no esquecimento do sistema judiciário e presidiário do país, urgindo a necessidade da promoção de políticas públicas voltadas para devolução dos direitos humanos dos presos que menstruam no Brasil.

**Palavras-Chave:** Mulher. Encarceramento. Direitos Humanos. Sistema prisional.

**A LEGALIZAÇÃO DOS E-SPORTS E O CRESCIMENTO DOS MESMOS: UMA ANÁLISE DO RETROCESSO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO ESPORTE ELETRÔNICO**

**Autor(es):**

*Pedro Henrique Targino Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nicolas de Souza Falconi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Guilherme Moro dos Santos Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Os esportes eletrônicos vêm se erguendo cada vez mais com o decorrer do tempo, se mostrando como um dos meios de investimento que mais crescem nos últimos anos, apresentando lucros milionários tanto com os valores voltados diretamente aos jogos, como com os objetos (canecas, camisas, etc). Entretanto, o Brasil se mostra muito atrás com relação ao reconhecimento do E-Sports em escala global, onde os próprios jogadores profissionais não podem gozar juridicamente de benefícios trabalhistas. Ademais, pela ausência de qualquer proteção estatal e jurídica de suas atividades, há limitações ao potencial de empreendimentos voltados para o desenvolvimento do setor no Brasil. (OBJETIVOS) A presente pesquisa visa apresentar aspectos referentes aos benefícios da legalização dos esportes eletrônicos no Brasil, voltando-se, sobretudo, para análise dos avanços que o setor alcançaria com a consolidação dos direitos trabalhistas aos profissionais da área.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório sobre o tema em questão, realizado através da abordagem dos aspectos econômicos do E-Sports, utilizando-se como fonte de busca os principais sites relacionados ao esporte. Utiliza-se o método de abordagem Indutivo, já que se busca analisar os dados concretos referentes ao tema abordado, para, a partir desses dados, analisar as perspectivas de avanços econômicos e jurídicos para o setor no Brasil. Como método de procedimento, utiliza-se o estudo de casos, referente a precedentes de outros países e do nosso próprio país além do estatístico, afim de justificar os avanços citados ao decorrer do trabalho.

**(Resultados)** (RESULTADOS) No atual contexto social em que vivemos, a legalização dos E-Sports seria um grande avanço perante o desafio que vivem socialmente os profissionais da área, não só no setor trabalhista, mas também a nível social e jurídico. Dado tal passo, a efetividade da garantia a dignidade dos jogadores e responsáveis pela manutenção e crescimento do setor viria a ser mais facilmente garantida por parte do Estado.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Dessa forma, pela legalização dos esportes eletrônicos, têm-se estabelecido que o legislador deve criar leis observando o seu caráter evolutivo, visando o progresso social, não devendo elaborar leis retrocedendo aos direitos conquistados e concretizados. Assim, defende-se a criação de um sistema de leis que protejam as atividades dos e-sports, não apenas no aspecto trabalhista, quanto no âmbito econômico, no sentido de promover o desenvolvimento de tal segmento no campo do empreendedorismo, visando proporcionar geração de emprego e renda, nesse setor tão promissor, que é o setor do entretenimento, o qual é um dos segmentos que mais cresce no mundo contemporâneo.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: E-sports. Legalização. Proteção Jurídica. Empreendedorismo.

## A LEI MARIA DA PENHA EM FACE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS

**Autor(es):**

*Laila Nathália Reinaldo de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo visa conhecer a problemática acerca da possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica nas relações homossexuais, uma vez que a lei apresenta-se como asseguradora de uma proteção dentro do âmbito familiar e, com o avanço da sociedade, o conceito de família se estendeu daquele princípio que era formado apenas por um homem e uma mulher, formando grande vácuo legislativo se a lei se encaixaria com este novo conceito. A pesquisa terá como objetivo investigar se nesses casos poderá ser aplicada a Lei para resguardar direitos que deveriam ser iguais, sendo assim, necessário, como base do estudo, conceituar e identificar o que viria a ser a violência doméstica e suas características, verificar quais fatores que influenciam nesse tipo de violência, podendo então, exemplificar com casos concretos as relações abusivas dentro de um relacionamento LGBT. Além disso, fazer uma retrospectiva dos avanços sociais e a conceituação de família para poder demonstrar como as relações homoafetivas poderiam se adequar a Lei Maria da Penha.

**(Metodologia)** Utilizará como método de abordagem o dedutivo, vez que sairá de uma perspectiva geral que será a lei que protege as mulheres de violência doméstica e seus fatores para uma visão mais específica desse tipo de violência em relacionamento entre pessoas do mesmo sexo para o possível enquadramento na lei já prevista. Como método de procedimento, estão presentes o método histórico, em virtude do trabalho suscitar os avanços sociais e de família fazendo o paralelo do antes e depois, e, também, o método de pesquisa de campo, com a motivação de querer demonstrar os casos concretos acerca do tema, usufruindo de uma técnica qualitativa da pesquisa.

**(Resultados)** Após a efetivação do estudo, realizar-se-á uma análise dos casos coletados, assim, possibilitando a aproximação concreta acerca da violência doméstica no âmbito familiar homoafetivo e o seu efeito na sociedade atual, com perspectiva de resguardar uma maior segurança jurídica a comunidade LGBT.

**(Conclusão)** A pesquisa problematiza uma lei vigente asseguradora de direitos acerca de determinadas pessoas e a possibilidade de sua extensão para, também, os indivíduos discriminados, o estudo traz como finalidade a realização de reflexões a respeito da violência doméstica estar presente em qualquer tipo de relação, seja ela heterossexual ou homossexual. Havendo, sim, uma necessidade de aumentar a segurança nesses casos, em decorrência do grande número de crimes cometidos com a comunidade homoafetiva e o não amparo adequado do Estado, utilizando-se de métodos para averiguação desses casos e possível existência solução. Por fim, trazendo sua contribuição acerca do aprofundamento do tema.

**Palavras-Chave:** Lei Maria da Penha, Violência, Relações homoafetivas, Família

**A MEDIAÇÃO COMO MEIO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: INSTRUMENTO DE VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE.**

**Autor(es):**

*Nathália Galvão de Oliveira Azevedo Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo em análise visa refletir acerca do direito social à saúde enquanto garantia constitucional inerente ao indivíduo, compreendendo-o como um dos direitos fundamentais necessário à concretização do princípio da dignidade humana na sociedade. Destaca-se a obrigação constitucional do Estado em garantir o acesso do cidadão à saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS). Ressalta-se o contexto atual de fragilização da Política de Saúde no Brasil e a inviabilização do acesso ao direito, culminando com a judicialização do direito para promoção do seu acesso. Busca-se refletir acerca da eficácia e efetividade das demandas judiciais vinculadas ao direito à saúde, perfazendo uma análise à luz do Novo CPC. Desse modo, evidencia-se a necessidade pela busca de novas estratégias destinadas à resolução dos conflitos sociais diversa da tradicional que consiste em levá-los à apreciação do Poder Judiciário. Nesse contexto, como alternativa ao significativo número de ações judiciais vinculadas ao direito à saúde, compreende-se a importância de estratégias que estimulem a mediação desses conflitos pelos próprios agentes interessados e a viabilização do direito sem necessidade da atuação do Poder Judiciário. É diante dessa análise que trazemos os resultados do Programa SUS Mediado, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN) como alternativa prática e exitosa à judicialização dos conflitos de saúde.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa baseia-se, primordialmente, na análise bibliográfica do conteúdo a ser abordado bem como na análise documental dos resultados referentes à taxa de resolução dos conflitos de saúde através da prática da mediação desenvolvida pelo SUS Mediado no âmbito da DPE/RN.

**(Resultados)** Diante da precarização da Política de Saúde e da dificuldade de acesso ao direito, observa-se o crescente fenômeno da judicialização dos conflitos de saúde como forma de viabilizá-lo. No entanto, com o advento do Novo CPC, questiona-se a efetividade de práticas que estimulam a resolução do conflito apenas pelo Poder Judiciário, dando lugar ao estímulo de alternativas pautadas na resolução de conflitos pelos próprios envolvidos, ou seja, na mediação de conflitos. Nesse contexto, observa-se o êxito do programa SUS Mediado como alternativa ao elevado número de demandas judiciais que são submetidas ao Poder Judiciário para resolução dos conflitos de saúde e viabilização do direito constitucionalmente assegurado.

**(Conclusão)** Compreende-se o direito à saúde como mínimo existencial necessário à manutenção de uma vida digna para qualquer ser humano, sedo assim, é salutar que o Estado o garanta de forma plena através do SUS. Considerando a ineficiência do Estado nessa garantia, é preciso buscar estratégias que visem garantir o acesso ao direito sem necessariamente acionar o Poder Judiciário para tal, uma vez que, à luz do Novo CPC, o Poder Judiciário só deve ser acionado para resolução dos conflitos sociais quando frustradas todas as tentativas possíveis de resolução do conflito pelos próprios atores envolvidos. Sendo assim, é necessário estimular e publicizar práticas exitosas de resolução de conflitos de saúde através da mediação, como é o caso do SUS Mediado.

**Palavras-Chave:** Saúde. Judicialização. Mediação. SUS Mediado.

## A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DO PROCESSO DE DESJUDICIALIZAÇÃO

**Autor(es):**

*Luís Felipe Costa Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de uma globalização desenfreada, onde a vida em sociedade tem se tornado muito mais conturbada, pode-se notar que o poder judiciário já não consegue mais suprir a grande demanda de casos que chegam até ele, causando uma sobrecarga judicial. Com isso, como diminuir o número de processos em circulação, os quais tanto afligem nosso sistema? Os métodos de resolução de conflitos, alternativa introduzida pelo CPC e por leis especiais, visam meios alternativos para desafogar o Poder Judiciário. Poderíamos utilizar a mesma ideia, no tocante aos direitos de Família com o instituto da mediação. Pois nesse método alternativo de resolução de conflitos, diferentemente da resolução litigiosa em âmbito judicial não há a visão de um vencedor e de um perdedor, a mediação tem como proposta o diálogo e o reestabelecimento da comunicação entre as partes pela figura do mediador. Por esse motivo que a mediação familiar tem como prioridade resguardar a parte emocional dos litigantes adentrando-se nos problemas familiares buscando soluções para reorganizar a finalidade familiar. (OBJETIVOS): A presente pesquisa busca analisar como a mediação pode ser utilizada como uma ferramenta de solução alternativa de conflitos dando ênfase no direito familiar, estimulando o diálogo e a comunicação entre a família. O trabalho procura também expor o instituto da mediação na visão do novo código de processo civil. Podendo esse método ser um meio de acesso à justiça, uma vez que o poder judiciário esta sobrecarregado, propondo uma medida mais eficiente e que demande menos tempo para ser solucionada, colaborando assim, para o processo de desjudicialização.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que busca analisar documentos científicos, como artigos, analise jurisprudencial e também doutrinaria além de expor ideias sobre como a mediação familiar pode servir de instrumento para o processo de desjudicialização, como método de abordagem será utilizado o método hipotético-dedutivo, pois o que será disposto é como a mediação familiar pode servir de instrumento para desafogar o poder judiciário.

**(Resultados)** O que se pode observar nessa pesquisa é no Brasil ainda há uma cultura em que o estado é o grande responsável por solucionar todos os problemas, ou seja, somente cabe a ele o dever de julgar a lide. Assim a mediação familiar é vista como um instituto que tem a função de aproximar a justiça de seus requerentes, pois dessa forma iria garantir uma maior celeridade na resolução dos processos referentes aos casos no âmbito familiar, garantindo ao poder judiciário uma menor quantidade de ações.

**(Conclusão)** É possível concluir nessa pesquisa que o poder judiciário já não consegue mais dar conta da grande quantidade de casos levados a ele para julgamento. É por esse motivo que os métodos alternativos de resolução de conflitos com o foco na mediação familiar têm como objetivo desafogar o poder judiciário e reestabelecer a comunicação entre os entes da família por meio do dialogo, pois somente na mediação de família é que se consegue um aprofundamento maior, visto que cada caso é analisado minuciosamente solucionando, portanto, a essência do conflito e garantindo uma maior segurança as partes litigantes.

**Palavras-Chave:** Mediação Familiar. Acesso à justiça. Desjudicialização

## A MEI COMO FATOR DE REDUÇÃO DA INFORMALIDADE E SEUS REFLEXOS PREVIDENCIÁRIOS

### **Autor(es):**

*Aline Luamar Araújo Fraga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Stefanny Waninny de Souza Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bruno da Cunha Duarte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Amanda Eliene Carvalho Paraguai de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei Complementar nº 123/06 dispõe que o instituto do MEI é uma política pública que tem como escopo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária. Assim, Microempreendedor Individual é todo e qualquer indivíduo que se formaliza - por meio de um processo simples e gratuito - como pequeno empresário para trabalhar por conta própria, exercendo profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. E para isso, algumas exigências são fundamentais, sendo elas: não participar de outra empresa (seja como sócio ou titular), contratar no máximo um empregado para auxiliá-lo (desde que este receba o salário mínimo ou o piso da categoria) e ter o faturamento máximo anual de até R\$ 81.000,00. Ademais, por pertencer à categoria de contribuinte individual do INSS, poderá pagar a contribuição com base em uma alíquota reduzida a 5% e contar com todos os benefícios previdenciários (com exceção da aposentadoria por tempo de contribuição).

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, onde se buscou analisar e caracterizar a implementação do Plano do Microempreendedor Individual (MEI), os objetivos e sua eficácia na redução do trabalho informal. Por esta razão, utilizaremos o método de procedimento dialético, em que através do confronto entre a Lei de Nº 123/06 e o contexto atual, espera-se refletir o impacto que tal política pública ocasionou no cenário jurídico, social e econômico. Por fim, busca-se o desenvolvimento da pesquisa utilizando como técnica, a análise documental de diplomas jurídicos e bibliografia exaustiva do tema.

**(Resultados)** A implementação do MEI auxiliou na redução do mercado informal brasileiro e, conseqüentemente, estimulou o crescimento econômico do País. As facilidades encontradas por quem adota esse modelo empresarial são inúmeras, como impostos mais reduzidos e a possibilidade de contratação de mais um funcionário, com os encargos tributários mais baixos. Ainda, o microempreendedor e seus dependentes, estarão acobertados pelo sistema previdenciário, como nas situações de aposentadoria por idade e invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, salário por morte e auxílio-reclusão, desde que respeitados os prazos mínimos de contribuição. Ademais, o microempreendedor será registrado no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), facilitando a abertura de contas bancárias, empréstimos, emissão de notas fiscais e o acesso a linhas de créditos, o que facilita na hora de montar seu próprio negócio, contratar ajudantes ou, até mesmo fidelizar clientes. Por fim, o MEI também tem a possibilidade de participar das licitações públicas, não precisando de escrituração contábil, como também do levantamento anual do patrimônio e os resultados econômicos da empresa.

**(Conclusão)** Dado o exposto, somos levados a concluir que a implementação do MEI contribuiu de forma significativa para a diminuição do mercado informal brasileiro, pois incentiva a formalização e reduz as desvantagens de um trabalhador informal, pois assegura, dessa forma, a previdência do trabalhador que se registra como microempreendedor individual, garantindo a ele a aposentadoria, desde que respeite os prazos mínimos de contribuição exigíveis.

**Palavras-Chave:** Previdência. MEI. Informalidade.

**A MULHER E O CÁRCERE: UMA CRÍTICA AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.**

**Autor(es):**

*Nathalya Diniza Fernandes da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marianna de Oliveira Amorim Souza : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Aioninny Amanda Camilo Lustro: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos últimos anos o sistema prisional brasileiro vem sendo alvo de forte destaque midiático, devido à grave crise enfrentada no sistema carcerário que assombra o cenário de todo o país. No tocante ao descumprimento das condições legais pelas unidades existentes que revelam o desrespeito com os direitos humanos, às mulheres é destinado o que sobra do sistema prisional masculino: presídios que não servem mais para abrigar os homens infratores são destinados às mulheres, os recursos destinados para o sistema prisional são carreados, prioritariamente, para os presídios masculinos e, além disso, os presos masculinos contam sempre com o apoio externo, ao tempo que as mulheres presas são abandonadas pelos seus familiares, companheiros e maridos. Restando-lhes, apenas, a solidão e a preocupação com os filhos que, como sempre, ficam sob sua responsabilidade. O presente Projeto de Análise Científica tem como objetivo geral abordar a carência na estrutura dos presídios femininos e como as mulheres sofrem com a falta de assistência dentro e fora das cadeias. Para consolidar o objetivo geral acima descrito, foram elencados os seguintes objetivos específicos: revelar o sofrimento das mulheres com a negligência do Estado; conectar a falha do Estado com a situação vivida dentro dos presídios femininos; apresentar a falta de recursos para a saúde das mulheres e descrever como o Código Penal e a Constituição Federal operam na questão.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu através de consultas a sites e jornais eletrônicos, também artigos científicos e jurídicos, como por exemplo, a Lei de Execução Penal existente no ordenamento jurídico pátrio, portanto, constitui-se em uma pesquisa bibliográfica e hermenêutico-concretizador, pois trata de analisar a eficácia do sistema prisional em relação as mulheres encarceradas no Brasil, além de utilizar de um manancial de autores, retratando fatos e fenômenos sem manipulá-los. Por fim, o método auxiliar utilizado foi o estatístico, pois existe a análise de dados estatístico para fortificar a base da pesquisa.

**(Resultados)** Após a realização da pesquisa científica, observou-se através de dados do Infopen(2014), e demais documentários, autores e análises que a população carcerária feminina no Brasil aumentou 567%. Como também, analisou-se a falha da Lei de Execução Penal 7210/84 nos seus artigos 10, 11 e 12 determina a assistência ao preso como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, além de que essa assistência deve abordar os aspectos material, jurídico, educacional, social e religiosa. A Lei de Execução Penal, por sua vez, inclui fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas, assistências essas ausentes.

**(Conclusão)** A pesquisa sobre as mulheres e o cárcere possibilitou uma análise acerca da crise enfrentada nos presídios femininos. Além disso, também permitiu um olhar mais crítico por meio de análises desenvolvidas durante o estudo acerca da falta de efetividade da justiça brasileira, no tocante, aos direitos fundamentais e sociais de caráter obrigatório para uma vida digna resguardados pela Constituição Federal. Observando-se a inefetividade das políticas de fiscalização, pois o caos dentro dos presídios femininos é alarmante e o que se precisa são de políticas públicas destinadas de fato a mudar esse quadro.

**Palavras-Chave:** Prisão feminina. Sistema prisional brasileiro. Superencarceramento feminino.

## A NATUREZA JURÍDICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO EM FACE À DIGNIDADE HUMANA.

### **Autor(es):**

*Vinícius Matheus Alves da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Vitor de Araújo Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho dispõe de objeto de estudo uma análise preliminar da situação em que se encontram as penitenciárias brasileiras, dessa maneira, destina-se validar como as penas privativas de liberdade causam danos ao apenado, pois, são enfrentados problemas como a superlotação, falta de higiene, ausência básica de saúde, logo, estes estão contribuindo para a falha no objetivo de reeducar e deixando propenso à prática de novos delitos, contribuindo assim para a sua deterioração. Destarte, o fato de que a sociedade, a qual pensa que o preso deve perder não somente a sua liberdade, mas, sobretudo, a sua dignidade humana, está última um princípio fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Nesse cenário, busca-se refletir acerca das condições em que os apenados se encontram nas penitenciárias brasileiras, dessa forma, o objetivo deste artigo é o de identificar a situação atual do sistema prisional brasileiro e através do Direito Comparado reconhecer os seus principais problemas, ou seja, compará-lo superficialmente a outros sistemas prisionais utilizados ao redor do mundo e apresentar algumas soluções alternativas para reduzir a reincidência de crimes e aumentar a ressocialização do delinquente.

**(Metodologia)** Devido ao caráter amplo da temática abordada, o método de abordagem utilizado foi o de pesquisa transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema o qual perpassa pelo Direito Penal, Direito Constitucional e pela Sociologia Jurídica, visando o enfrentamento do impacto social da problemática. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórica de cunho explorativo e documental, realizado através de pesquisa bibliográfica. Como método de procedimento, utilizou-se o comparativo, referente ao confronto entre sistemas e modelos de sistemas penitenciários distintos.

**(Resultados)** No artigo 5º da Constituição Federal em seus incisos III e XLIX, garantem a dignidade humana que está presente no artigo 1º da Constituição Federal em seu inciso III, conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem que protegem os direitos humanos, entretanto, com a atual situação dos presídios brasileiros, esses direitos não são respeitados, mas, sim violados e fatores como a superlotação, a falta de respeito com os presos, colaboram para a violação dessas garantias, portanto, os presos devem ser respeitados em qualquer tipo de pena. Atualmente, o apenado não consegue se reintegrar ao convívio social, pois, se utiliza predominantemente das penas privativas de liberdade, que nem sempre melhora o apenado, isto se não prejudicar de forma irreversível o psicológico do preso que é submetido a tratamento desumano e inadequado para a sua ressocialização.

**(Conclusão)** Por meio de estudos realizados, foi visto que o princípio da dignidade humana é um alicerce do Estado Democrático de Direito, todavia, ainda há a violação no âmbito do sistema prisional brasileiro, desse modo, é célebre que as penitenciárias brasileiras possuem condições subumanas e os direitos dos apenados são constantemente violados. Portanto, é necessário se ter um maior controle no sistema penitenciário brasileiro para que os apenados tenham direito as necessidades básicas, caso contrário à permanência do apenado na cadeia acaba surtindo um efeito oposto ao desejado, pois, se torna um tempo de “especialização do crime”, onde o sujeito acaba compartilhando seus conhecimentos criminais com os demais. Dessa maneira, a crise no sistema carcerário contribui diretamente para o aumento da criminalidade, pois, para que o apenado seja ressocializado é necessário que ele exerça atividades que ocupem o seu tempo enquanto recluso e permita exercer uma atividade profissional quando estiver em liberdade. Assim, é pertinente se fazer uma reavaliação para que ocorra uma mudança no atual sistema penitenciário brasileiro a fim de que se preocupem mais com a efetivação da dignidade humana.

**Palavras-Chave:** Ressocialização; Deterioração; Dignidade; Reintegração; Direitos Humanos.



**A ORDEM PÚBLICA NA INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E O COMBATE AO ESTADO PARALELO:  
REFLEXÕES SOBRE O RISCO DE INEFETIVIDADE DA MEDIDA EM FACE DA INOBSERVÂNCIA À PROTEÇÃO DA  
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO MÍNIMO EXISTENCIAL**

**Autor(es):**

*Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No início de 2018, aplicou-se o dispositivo constitucional da intervenção federal, para por termo a grave comprometimento da ordem pública. Dessa maneira, o decreto presidencial nº 9288 restringiu tal medida apenas ao sistema de segurança pública do Rio de Janeiro, tencionando atingir o objetivo pretendido. Entretanto, esse mecanismo pareceu entrar em choque com os métodos mais avançados de pacificação, aplicados em contextos semelhantes ao do Rio, os quais focam na dignidade da pessoa humana. Assim, diante desse cenário, e em função da ordem pública ser associada, várias vezes, com segurança pública na realidade brasileira, uma série de questionamentos surge, sobre a chance de sucesso do limitado ato administrativo, no enfrentamento dos crimes perpetrados pelo Estado paralelo, o qual se sedimenta no vácuo do poder institucional, personificando-se nas facções criminosas e nas milícias, no dia a dia fluminense. A presente pesquisa visa, pois, investigar a capacidade da intervenção federal de concretizar a ordem pública, a partir desta noção atrelada estritamente à segurança, e frente ao modo como atua o Estado paralelo, uma vez que o processo de pacificação priorizaria a aplicação de contingentes policiais e militares, não dispondo da dignidade da pessoa humana, como elemento central da abordagem.

**(Metodologia)** A pesquisa possui forte viés exploratório, onde aplicou-se o método hermenêutico-concretizador, relacionando: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e intervenção federal. Nesse contexto, também se utilizou o método dialético para contrastar as visões de ordem pública, bem como a indução, no exame dos procedimentos de segurança empregados no Rio de Janeiro e em outros países no combate ao Estado paralelo. Corroborando com essas medidas, uma análise histórica da evolução das favelas e do poder paralelo foi concebida, tal qual a integração com estatística dos crimes violentos durante a intervenção.

**(Resultados)** Com base nos dados reunidos, constatou-se que o conceito de ordem pública carece de definição legislativa no Brasil, existindo várias formas de vê-lo, inclusive circunscrito ao aspecto da segurança pública. Esse entendimento foi o utilizado na intervenção federal, cerceando o seu potencial de assertividade, perceptível com o aumento de 7,9% da letalidade violenta, no contraste entre junho de 2017 e 2018, segundo o Instituto de Segurança Pública, e quando se compara as medidas já adotadas no referido ente federativo e o que há de mais moderno em pacificação. Dessa forma, e, a partir da necessidade de uma orientação de acordo com o ordenamento jurídico nacional e do problema causado pelo Estado paralelo, desenhou-se um entendimento de ordem pública alicerçado pela dignidade da pessoa humana, mais amplo do que a versão usada no citado decreto, capacitando a recepção das técnicas de pacificação mais prósperas e que surtem melhor efeito na relatada questão.

**(Conclusão)** O estudo realizado verificou que na ausência de definição clara de ordem pública, a dignidade da pessoa humana deveria ser utilizada, como instrumento interpretativo do texto constitucional, no contexto de enfrentamento do Estado paralelo, de forma a evitar ineficácia normativa, revelando que essa ordem deve transcender a segurança pública em sentido estrito, para englobar a concretização dos direitos fundamentais. Esse efeito, então, seria capaz de opor-se com substância ao que dá sustentação ao Estado não oficial. Portanto, a finalidade da intervenção seria mais ampla, entretanto, não menos compatível com a providência tomada, já que continuaria harmonizando-se com outros princípios constitucionais no caso concreto. Para que esse elemento de estabilização constitucional tenha resultados positivos de curta, média e longa duração, contra facções e milícias, faz-se indispensável, que a esfera dos direitos individuais e sociais seja tratada e alcançada, mediante ações positivas do Estado Democrático de Direito, garantindo o mínimo existencial e, por consequência, a dignidade da pessoa humana dos habitantes das favelas.

**Palavras-Chave:** Ordem pública. Intervenção federal. Dignidade da pessoa humana. Mínimo existencial.

## A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE X DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

### **Autor(es):**

*Kleiton Geverson de Oliveira Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Paulo Roberto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando nos referimos a pena Privativa de Liberdade nos preocupamos de cara somente com a punição, para quê o delinquente compense pelo que fez, porém com a situação ou condição que este indivíduo ficou ou ficará, não se pode esquecer de citar por vontade própria, as vezes, por conta dele, sendo de sua inteira responsabilidade e vontade ou por condições alheia. A partir de um pressuposto, ou até mesmo de um senso comum: "bandido bom é bandido morto ou bandido bom é bandido preso", é muito comum pessoa serem julgada sem prova concretas, só pelo simples fato de denúncia, podendo ser inocente ou o laranja do crime(usado como cobaia). Existe muitos casos que são pré julgados pela sociedade, sendo a mídia a maior influenciadora neste caso, antes mesmo daqueles que deveriam ser os únicos a julgarem como inocente ou culpado, cabe ao Poder Judiciário julgar, na pessoa do juiz. Muitas das vezes o delinquente é preso e o judiciário na maioria do caso ainda não têm nem dado a sentença, ou seja, vai para o xadrez sem ser julgado. Ao serem julgados, têm algumas situações que não conseguem esse mérito, pois o individuo morre bem antes, em algumas: vistoria, repressão do sistema prisional, rebeliões ou transferência. Essa é a situação insatisfatória do nosso Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, pois estão ambos com sua proteção isolada, pois não existe mais nenhuma garantia de uma liberdade efetiva de liberdade e nem muito menos esperança ou capacidade do apenado voltar a sua realidade "curado" socializadamente, não será capaz de se retirar desse marasmo criminal que tanto assola o nosso Brasil, que tanto atinge as nossas crianças e adolescente. O presente trabalho apresentará a condição prisional no Brasil, quanto à pena privativa de liberdade com caráter somente punitivo. Os pré-julgamentos pelo senso comum, pela simples denúncia, tendo a mídia como maior influenciadora nesse caso, enquadrando-se na teoria da etiquetamento ou labeling approach, sendo o ato de julgar prerrogativa singular do Estado. Até para o julgamento estatal que pode demorar anos de repressão do sistema prisional, rebeliões, entre outros. Sem garantias ou esperanças do apenado voltar recuperado para a sociedade e sem respeito à dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** Temos como objetivo geral correlacionar a pena privativa de liberdade no Brasil e o princípio da dignidade da pessoa humana. Já como objetivos específicos, aferir o peso do etiquetamento nas vidas dos sujeitos que tentam se ressocializar e como mudanças específicas como a promoção do trabalho e da educação podem diminuir os danos a vida dos ex-detentos. Utilizaremos, além da pesquisa bibliográfica, visitas in loco (delegacias, detenções), entrevista com detentos e ex-detentos, visualização de documentários e realidades distintas (prisões em outros lugares do mundo).

**(Resultados)** Cabe ao Estado a proteção e ressocialização dos detentos, o caminho é muito longo, os investimentos são altíssimos e, não há como fugir, medidas preventivas, não só quanto ao crime, ato praticado, mas na promoção da educação na perspectiva de um futuro podem, em décadas, fazer a diferença.

**(Conclusão)** O trabalho destacou a dura realidade prisional brasileira, que chega a potencializar a inclinação e aptidão criminosa, o caráter tão somente punitivo dos centros prisionais, a rotulação que recebem aqueles que cumpriram pena e a completa ineficiência estatal. Relacionou-se toda essa perspectiva sob o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, além do trabalho hercúleo para a mudança desse cenário, mediante a ressocialização pelo trabalho e educação. Destacando a responsabilidade direta do Estado, da sociedade e , sem esquecer, de cada indivíduo e sua própria responsabilidade.

**Palavras-Chave:** PENA, DIGNIDADE, LIBERDADE, ETIQUETAMENTO, RESSOCIALIZAÇÃO.

## **A PERSONALIDADE JURÍDICA E O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO.**

### **Autor(es):**

*Aline Gurgel d'Ávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*vitor emmanuel viana antunes dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos últimos anos o Brasil tem enfrentado uma instabilidade econômica que levantou diversas discussões relevantes, como a reforma trabalhista e a terceirização. Nesse sentido, está previsto no Código Civil Brasileiro a possibilidade de uma entidade formada por indivíduos e reconhecida pelo estado possuir direitos e deveres – forma-se, assim, uma pessoa jurídica. Todavia, o epicentro problemático da discussão surge a partir do momento em que grandes e médias empresas, mascaradas pelas novas tendências trabalhistas liberais, contratam pessoas civis como se fossem pessoas jurídicas, caracterizando o fenômeno da pejotização. Assim, esse fenômeno se alastra pelo país de modo a precarizar as relações de trabalho, fazendo-se necessário o presente estudo com o objetivo de analisar as consequências dessa espécie de fraude dentre a relação trabalhista.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa indutiva, a qual tratará de um tema específico e relevante dentro do Direito Civil e irá se alastrar para as consequências a nível nacional. O método de abordagem utilizado será o dialógico, de maneira a utilizar diferentes vertentes de estudo para a análise da proposição, como a frente trabalhista, tributária e constitucional. Do mesmo modo, pode-se classificar o estudo como explicativo e qualitativo, uma vez se fará uma análise interpretativa acerca dos fenômenos que cercam a proposição.

**(Resultados)** Contata-se uma relação íntima entre a privação dos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores brasileiros e o fenômeno da Pejotização. Essa problemática ocorre devido ao interesse dos empresários, não só do Brasil, mas a nível internacional, em diminuir seus custos com a retirada das garantias fundamentais que são oferecidas ao empregado a partir do momento em que se efetiva a relação trabalhista. Hodiernamente, o que se vê no Brasil é uma busca por meios como este, ilegítimos e abusivos, que engrandecem o poderio de grandes indústrias em face da fragilização do hipossuficiente da relação. Se aproximando, até mesmo, de trabalho em condições análogas à escravidão. Dessa maneira, a pejotização é ainda mais facilitada a partir do momento em que se mitiga os direitos trabalhistas e se permite de forma irrestrita a terceirização, de modo a mascarar trabalhadores com supostas empresas terceirizadas, como já ocorrido em grandes fábricas têxteis.

**(Conclusão)** Observa-se a crise econômica apresentada como um reflexo da exacerbada busca por lucros, bem como pela diminuição dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. Dessa maneira, tem-se como problema o interesse privado de poucos sendo superior ao interesse coletivo de muitos. Assim torna-se mister que os cidadãos, como um todo, analisem com perfeccionismo as correntes e ideais defendidas, para que estas não sejam aplicadas de modo irrestrito e anti-ético. Isto é, só será possível superar fenômenos como o da Pejotização a partir do momento em que o conhecimento Político seja suficientemente democrático para que os valores individuais não sobressaiam a coletividade.

**Palavras-Chave:** Pejotização. Personalidade Jurídica. Precarização.

## A PONDERAÇÃO DE VALORES FACE OS CONFLITOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

### **Autor(es):**

*Rinaldo Henrique Bezerra Guimarães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*ÁLVARO FERNANDES BEZERRA ALVES: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO). Os direitos fundamentais estão expressamente positivados no artigo 5º da Constituição Federal, visando assegurar, principalmente, os valores que dizem respeito à dignidade da pessoa humana. Entretanto, apesar do caráter assecuratório dos tais direitos, é relevante mencionar que mediante a infinidade de fatos e atos jurídicos em nosso ordenamento, bem como a pluralidade de normas, é justificável, em alguns momentos, o embate aparente existente entre essas diretrizes regulamentadoras, trazendo à tona um confronto entre os princípios constitucionais, como por exemplo, o direito a imagem e a liberdade de imprensa. Neste sentido, faz-se necessário discutir a problemática visando alcançar meios alternativos que solucionem o problema, tal qual a ponderação de valores.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de um projeto teórico, com aval do método indutivo, visto que, tomando como base os mais diversos casos de confronto de direitos da personalidade, visa-se chegar, em tese, a um consenso sobre a temática. Além disso, tem um viés exploratório, documental e bibliográfico, onde foi utilizada a doutrina, que visa investigar, como já exposto, a bibliografia acerca do tema, bem como a posição de grandes juristas, a fim de realizar julgados importantes sobre tal matéria. Serão pesquisadas as maiores referências do país na área constitucional, como forma de compreender a aplicação da técnica e assim analisar os efeitos jurídicos e sociais concretos advindos dessa.

**(Resultados)** (RESULTADOS) O estudo proposto tem como foco principal analisar e refletir acerca dos conflitos dos direitos da personalidade, sobretudo, o modo de resolução, fundamentado nas técnicas constitucionais e métodos hermenêuticos. Ainda assim, busca-se relatar e avaliar o posicionamento da doutrina e os precedentes jurisprudenciais dos tribunais superiores quanto à sua resolução, julgando se tal método de resolução é o mais favorável para a sustentação do estado democrático de direito. Como afirma o ministro do STF, Gilmar Mendes: "No processo de ponderação de valores desenvolvido para solucionar conflitos de direitos individuais, não se deve atribuir primazia absoluta a um ou outro princípio ou direito. ". A partir disso, busca-se trazer como resultado a pacificação de diversos conflitos, não de forma uniforme e engessada, tendo em vista que tal embate não admite tal propositura, mas sim, de maneira a analisar o caso concreto de acordo com suas peculiaridades.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) A colisão de princípios constitucionais ou de direitos fundamentais não se resolve mediante o emprego dos critérios tradicionais de solução de conflitos de normas, como o hierárquico, o temporal e o da especialização. Em tais hipóteses, o intérprete deverá usar a técnica da ponderação de valores, devendo fazer concessões recíprocas entre as pretensões em disputa, preservando o máximo possível do conteúdo de cada uma. O intérprete deve detectar no sistema normas relevante, em seguida examinar os fatos e as circunstâncias concretas e sua interação com os elementos normativos, e por fim, apurar os pesos que devem ser atribuídos aos elementos em disputa. Em situações extremas, precisará escolher qual direito irá prevalecer e qual será circunstancialmente sacrificado, devendo fundamentar racionalmente a adequação constitucional de sua decisão.

**Palavras-Chave:** PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. PONDERAÇÃO DE VALORES.

**A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DIANTE DO COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**Autor(es):**

*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O novo CPC promoveu uma mudança processual de relevo na fase inicial do procedimento comum (artigo 334), pois na vigência do CPC/73 (artigo 285), por meio do artigo 285, prevalecia a ritualística de que o magistrado após analisar o preenchimento dos requisitos da petição inicial e, portanto, não sendo causa de indeferimento, ordenava a citação do réu para apresentar contestação, diferentemente do que ocorre com o CPC/2015, em que após a referida análise preliminar, designa audiência de conciliação ou mediação e cita o réu para comparecimento a essa audiência inicial. Assim, a citação passa ser realizada com intuito de convocar o demandado para comparecimento a audiência de conciliação e mediação, em harmonia ao sistema multiportas estimulado pelo novo código de ritos (art. 3º, §§ 2º e 3º), consistindo, dessa maneira, em um requisito de validade do processo, e não de existência. Contudo, o artigo 239, §1º, do CPC, reconhece a possibilidade do comparecimento espontâneo do réu como forma de suprir a falta ou a nulidade da citação, fluindo, a partir desse comparecimento, o prazo para apresentação de contestação. Nessa perspectiva, o trabalho pretende investigar se para os casos de comparecimento espontâneo do réu o novo CPC cometeu, ou não, uma incoerência sistêmica ao não prever expressamente a possibilidade da audiência de conciliação e mediação.

**(Metodologia)** No tocante a metodologia, foi utilizado o método hipotético-dedutivo como forma de se identificar o problema e buscar subsídios jurídicos necessários à sua solução. Assim, a pesquisa buscou os subsídios jurídicos necessários para a resposta da problemática através de revisão legislativa e bibliográfica do Direito Processual Civil, bem como entendimentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça na matéria em tela, levando em consideração a importância do tema e sua exígua discussão doutrinária.

**(Resultados)** Neste diapasão, constatou-se que o novo CPC entabulou o entendimento de que ao comparecer espontaneamente ao processo, o réu terá prazo para contestar, e não para manifestar interesse na audiência de conciliação ou mediação como preceitua o artigo 334, §5º. Seguindo a lógica do comando normativo, o réu apresenta sua contestação e, conforme artigo 337, I, antes de discutir o mérito alega, em preliminar, a inexistência ou nulidade de citação, a qual será analisada pelo magistrado e, de acordo com o §2º do artigo 239, se rejeitada, o réu será considerado revel. Se o entendimento for pela procedência da inexistência ou nulidade, o código não explica se o processo segue seu curso instrutório ou se será promovida a audiência inaugural.

**(Conclusão)** Levando em consideração as ponderações apontadas, conclui-se que o novo CPC cometeu um equívoco legislativo diante de alguns pontos peculiares do instituto do comparecimento espontâneo do réu ao processo. O magistrado, diante da regularidade da petição inicial, já designa audiência de conciliação e mediação, aguardando apenas a regular citação para marcar a data de sua realização. Portanto, como o comparecimento espontâneo é um instituto concebido para suprir a inexistência ou invalidade da citação, entende-se que o mais prudente seria conceder ao réu um prazo para manifestação acerca do problema com sua citação e seu interesse na audiência de conciliação. Se negada a justificativa, aplicaria a já concebida revelia para esse caso. Se acolhida, segue o estabelecido no CPC quanto ao termo inicial para apresentação de contestação, evitando, assim, que uma importante etapa do processo seja ignorada.

**Palavras-Chave:** CPC. Citação. Comparecimento espontâneo.

## A POSSIBILIDADE DO DIREITO À CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA PARA A AERONAUTA GESTANTE

### **Autor(es):**

*Wanessa Germano Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marília Bulhões Alexandre: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anna Luísa Ubarana Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Virna Costa Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Allyne de Miranda Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Analisa-se sobre a possibilidade da profissional aeronauta em obter direito ao benefício previdenciário de auxílio-doença por possuir o pressuposto da incapacidade para exercer sua atividade laboral no período da gestação. Avalia os aspectos requisitórios para a concessão deste auxílio, equiparando a situação da profissional aeronauta à incapacidade exigida para introduzi-la ao direito outrora vigente e acordado entre a Autarquia Previdenciária e a Aeronáutica. Este trabalho contempla a situação de insegurança no direito da aeronauta grávida, no que diz respeito ao período em que se encontram afastadas de suas profissões devido ao estado gravídico, que impede a prática laboral a bordo.

**(Metodologia)** Para que se tenha a compreensão do que abrange este trabalho, foi adotado uma abordagem qualitativa devido a apresentação dos resultados através de percepções e análises, descrevendo a complexidade da gravidez para a profissão de aeronauta e a interação de variáveis. Como propósito final, o método de pesquisa utilizado foi o descritivo buscando principalmente analisar e descrever a relação entre a incapacidade citada para direito ao benefício em questão e a incapacidade ocorrida à aeronauta gestante. Isso através da utilização de técnicas de pesquisa como a coleta de informações bibliográficas e documentais realizadas em livros, artigos de leis, regulamentações, decisões processuais e sites.

**(Resultados)** Não é a situação de gestação que altera a condição previdenciária da mulher, vez que ela continua obtendo todos os seus direitos inerentes, conquanto, essa circunstância tão especial da vida da mulher promove uma proteção previdenciária particular. O benefício mais aplicável é o auxílio-doença, pois o risco à saúde da gestante e do feto podem motivar incapacidade laboral temporária, propiciando a concessão desse benefício durante o momento da gestação. Ademais, o médico avaliador na perícia da Autarquia não possui o conhecimento sobre as implicações que a gestante aeronauta sofre em seu período gestacional. Perdem, assim, o seu Certificado Médico, sem alternativa de emprego e estabilidade financeira durante a fase da gestação.

**(Conclusão)** É certo o abalo psicológico sofrido por essa categoria, o que também acarreta o mau desenvolvimento do nascituro, visto que durante a gestação, os hormônios do estresse materno são absorvidos pelo feto, que sofre um desequilíbrio hormonal e a diminuição do intervalo das fases do sono, por este motivo o estresse da mãe durante a gravidez pode prejudicar o sono da criança, além de aumentar os riscos de depressão. Com o direito de auxílio-doença temporário concedido à essas profissionais, cessará a insegurança jurídica que acomete as gestantes nesta mesma situação, ao deparar-se com o direito que possuem, mas que, no entanto, não podem certificar-se de que irão auferi-lo devido ao impasse tanto em vias administrativas como nas vias judiciais que em um momento tão importante na vida de uma mulher que sonha e idealiza com a formação e evolução de sua família, contando com o apoio do Estado para que viva com a mínima dignidade humana, sua e de seus familiares.

**Palavras-Chave:** Possibilidade; Auxílio-doença; Aeronauta; Período gestacional.

## A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO DIREITO À ALIMENTOS EM DIVÓRCIO HOMOAFETIVO

### **Autor(es):**

*Breno Antônio Correia Queiroga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Renata Freitas Silveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcelo Nobrega Athayde Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na medida em que a sociedade vai avançando, necessário se faz que o Direito acompanhe tais mudanças, a fim de que não se torne obsoleto. Para tal, é possível que, a partir do Poder Legislativo, sejam criadas novas leis, com o intuito de buscar uma regulamentação dos proclames da sociedade, ou então pelo Poder Judiciário que, interpretando a legislação, consegue adequar-la ao momento vivenciado pela sociedade. Como exemplo, temos a possibilidade de casamento homoafetivo, o qual, apesar de não haver lei que expressamente o disponha, foi permitido através da interpretação extensiva do STF que, ao julgar um caso concreto, entendeu que não poderia haver restrição quanto ao casamento homoafetivo, adequando, assim, a lei para a realidade da sociedade. Porém, justamente por não haver regulamentação legal, resta dúvida quanto à possibilidade de produção de todos os efeitos, principalmente no caso do divórcio que, a partir dele, pode gerar obrigações alimentícias entre os ex-cônjuges.

**(Metodologia)** O presente trabalho busca se utilizar da análise de julgados do STF e STJ quanto ao casamento homoafetivo, matéria que foi, por diversas vezes, discutida pelos Tribunais, além da análise de outros artigos que versem a respeito de tema semelhante ao presente, constituindo, assim, o método científico hermenêutico e analógico-indutivo. Com isso, o principal objetivo do presente trabalho seria aplicar, através da analogia, o direito de alimentos em divórcios homoafetivos. Para isso, necessário se faz compreender como se dá as obrigações alimentícias dos casamentos heteroafetivos, ou seja, aqueles previstos, originalmente, pelo CC, para, a partir disso, abstrair desse conceito a possibilidade de utilização dos mesmos conceitos para casos de divórcio homoafetivos.

**(Resultados)** Com a pesquisa, foi possível se constatar que, hodiernamente, a jurisprudência pátria tende a entender que devem-se gerar os mesmos direitos e deveres contraídos dos casamentos heteroafetivos, incluindo-se nos casos de divórcio, sendo possível, portanto, a concessão de alimentos entre os ex-cônjuges no caso de divórcio de casamento homoafetivo, respeitando-se o binômio possibilidade e necessidade, assim como é feito nos casamentos heteroafetivos.

**(Conclusão)** Conclui-se, que, por meio das interpretações constitucionais e sobre o ordenamento infraconstitucional, principalmente, no tocante ao direito civil, que, de acordo com o art. 3º, IV da CF, todos devem ser tratados de formas iguais, consoante pensamento do ministro Luis Felipe Salomão: “absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos, nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de orientação sexual.” Logo, todos os direitos e deveres constituídos pelo casamento heterossexual devem ser estendidos ao casamento homoafetivo, nisso sendo incluído, também, as obrigações geradas no caso de dissolução do casamento, ou seja, o divórcio.

**Palavras-Chave:** Constitucional. Direito Civil. Alimentos. Homoafetividade. Divórcio.

## A PRESERVAÇÃO A INTEGRIDADE DA PESSOA FÍSICA NO SÉCULO XXI

### **Autor(es):**

*Naara Carla Pessoa Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Laura Vasconcelos Simonetti: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No seguinte trabalho será abordado as preservações de integridade da pessoa física. Será nítido a percepção que há várias formas de preservação a integridade do indivíduo. A distinção da integridade moral e a pessoal, sendo a moral relacionada com o que afeta o indivíduo, como sua própria integridade, assim mudando seu estado emocional. Enquanto a Integridade pessoal possui um conceito geral, envolve o Direito que é imposto na legislação de diversos países. A preservação da integridade do colaborador durante seu exercício de trabalho, por exemplo, é uma preocupação atual e muito precisa das empresas atuais contratantes. Assim, ao longo da evolução dos anos, cada vez mais, a preocupação com o bem estar e com a integridade física dos colaboradores passou a ser um elemento de destaque na gestão de um negócio. Desenvolveu-se um entendimento de que as pessoas envolvidas no trabalho são o bem mais valioso para uma atividade bem feita que proporciona tornar uma organização competitiva e bem sucedida comercial e socialmente. (DINIZ, 2005).

**(Metodologia)** Para elaborar o trabalho, utiliza-se o Método Indutivo, onde, inicialmente, foram analisados os melhores meios para se pesquisar e apresentar as informações levantadas. Em seguida, partiu-se para uma análise teórica do material disponível para consulta relacionado ao assunto trabalhado, verificando dessa maneira, os aspectos mais relevantes e os mais recentes diretamente ligados ao tema, Todos os dados e informações foram levantados mediante pesquisas de referências bibliográficas de textos e artigos na internet, bem como o livro " o DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA, PSÍQUICA E MORAL E A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE". Que será utilizado como principal instrumento de pesquisa. Tal metodologia foi utilizada, pois ela permitiu que se entrasse em contato com o que há de mais atual em termos de publicações referentes ao tema.

**(Resultados)** Obtemos a certeza, que mesmo com o avanço da legislação e direitos cíveis de cada indivíduo a preservação da integridade continua sendo interferida, e presente no cotidiano atual. É necessário ressaltar mais o tema, para que os cidadãos tenham conhecimento dos seus direitos quanto sua integridade, algo inviolável. Seja no âmbito social, no trabalho, ambiente familiar, ou qualquer que seja o ambiente, a integridade é um direito de todo e qualquer cidadão, e a mesma deverá ser preservada com o auxílio estatal. O Estado possui papel principal para tal preservação, pois é através dele que medidas preventivas e detentivas serão utilizadas para deter toda e qualquer violação pessoal a integridade no século XXI.

**(Conclusão)** A preservação das pessoas, é um ato inviolável. Assegurado pela constituição de 1988 a garantir-lhe propriedade também em relação à exploração de sua própria imagem e voz, fator muito importante em face da proliferação dos meios de comunicação de massa, como por exemplo, circulações de fotos, conversas, que aflijam a integridade física ou moral do indivíduo. Tal violação, gera ao indivíduo, poder entrar com uma ação propondo indenização por danos morais.

**Palavras-Chave:** Integridade. Preservação. Moral.



## A PRIVACIDADE E SUA VIOLAÇÃO: ASPECTOS JURÍDICO SOCIAIS

### **Autor(es):**

*Guilherme Bulhoes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcos Daniel dos Santos Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Renan Whebber de Albuquerque rego : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Convive-se diariamente com graves ameaças ao direito da personalidade, sendo mister ressaltar que ele é um dos mais importantes do direito inerente a pessoa humana. Nesse sentido, abordar-se-á o direito à privacidade, sua violação e seus reflexos na sociedade, que encontra-se inserido nos direitos da personalidade, mais especificamente dentro do direito à integridade moral. Esses direitos buscam proteger os atributos da personalidade, garantindo-os através da sua ideia de inviolabilidade. No âmbito internacional a Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua consequência, nem a ataques à sua honra e reputação, afirmando que toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. No Brasil a vida é direito constitucionalmente assegurado (BRASIL, 1988), tendo como invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Tais garantias são genéricas, mas são também fundamentais ao ser humano e sem elas a pessoa humana não pode atingir sua plenitude, por vezes, sequer pode sobreviver (TARTUCE, 2013). Ademais, a presente pesquisa vem expor aos leitores a relevância do direito à privacidade na vida de um indivíduo que convive na sociedade moderna e tecnológica, a qual apresenta a grande exposição da vida pessoal própria e de terceiros.

**(Metodologia)** Os métodos utilizados em nossa pesquisa foi o dedutivo e o dialógico. O método dedutivo é observado no momento em que discorremos sobre o direito à privacidade, a partir dos direitos da personalidade. Identificamos o método dialógico através da interdisciplinaridade entre o Direito Civil, com os direitos da personalidade, o Direito Constitucional, através de exposição do seu artigo 5º, inciso X, que resguarda a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e a imagem das pessoas, como também com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que também resguarda a vida privada.

**(Resultados)** Diante da investigação transdisciplinar, foi possível perceber o grande desrespeito à essa garantia constitucional, com inúmeros casos concretos de violação desse direito, o que pode culminar em detenção, reclusão ou multa ao indivíduo que infringir essa legislação. Ademais, um caso de grande repercussão social foi com a atriz Carolina Dieckmann, que teve fotos íntimas publicadas na Internet sem autorização, impactando toda a população, inclusive o Poder Legislativo. É válido ressaltar, que hoje, existe lei específica para esse crime cibernético que fere a vida privada, que é a Lei nº 12.737/12, que levou o nome da atriz, Carolina Dieckmann. A Carta Magna brasileira também trata sobre a temática, em seu art. 5º, inciso X, o que protege a honra, imagem e a privacidade, expondo o interesse do Estado de Direito Brasileiro tutelar a intimidade do indivíduo.

**(Conclusão)** Diante do que foi exposto, pôde-se concluir que o direito à imagem tem um papel de propor uma maior garantia à privacidade pessoal, tendo em vista que o cotidiano é movido pela mediatização e, justamente por esse fato, hoje vivemos com o forte crescimento de ações que ameaçam a proteção da imagem, assim como o direito da personalidade de forma geral. Isso acontece pelo fato de que a utilização da mesma, de maneira desenfreada, começou com aumento do uso das redes sociais, e com isso acaba que se torna exacerbadamente pública a ação, na sua maioria. Apesar do crescimento da exposição durante o tempo, devido ao processo de informatização/tecnológico, existem limites assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, se faz necessário abordar essa temática tão atual, tendo em vista que existe uma ameaça a esse direito, assim como é significativo que exista o estudo, para que mediante as medidas encontradas, se sane esse problema.

**Palavras-Chave:** Direito da Personalidade. Privacidade. Imagem. Honra.

**A PROBLEMÁTICA DA GUARDA COMPARTILHADA E A CONVIVÊNCIA COMPARTILHADA: UMA ANÁLISE DO DIREITO DE FAMÍLIA**

**Autor(es):**

*Jonas Augusto Ribeiro Helinski: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Arthur Nobre Emidio de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Sampaio Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Busca-se abordar a solução do litígio causado em detrimento da guarda compartilhada de filhos em consonância com a convivência compartilhada, situação corriqueira nos dias atuais juntamente com o aumento generalizado da dissolução conjugal no Brasil, repercutindo uma excessiva tarefa do âmbito jurisdicional para buscar uma melhor resolução do conflito. Em virtude do crescimento de casos a respeito da guarda compartilhada, ressalta-se a importância da presente pesquisa, a qual, na luz do Código Civil e da Constituição Federal, volta-se para análise dos instrumentos jurídicos de melhor deliberação nas divergências dos responsáveis pelo filho, analisando-se em conjunto as necessidades de melhor harmonia entre as partes com o seu filho, de forma que estimule a convivência equilibrada de pais e filho, elevando-se a qualidade de relacionamento. (OBJETIVO) A presente pesquisa tem como objetivo geral, perfazer uma abordagem a respeito da entidade familiar na guarda compartilhada. Como objetivos específicos, busca analisar o impacto da nova legislação sobre o compartilhamento equânime entre pais separados na nossa sociedade moderna, bem como sua gradativa evolução do passado para os dias atuais. Ademais, procura-se refletir sobre a problemática em decidir o que possa ser melhor para a criança, na responsabilidade da vida, buscando-se o que pode ser melhor ou pior para o seu bom desenvolvimento e qualidade de vivência, dessa forma procurando novos meios de flexibilização para facilitar a problemática, prezando pelo bom vínculo parental.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa documental, de cunho teórico e exploratório, na qual buscamos perfazer um estudo acerca da lei nº 13.058, de 22 de março de 2014, que regulamenta e modifica os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 presente no Código Civil de 2002, disciplinando a respeito da guarda compartilhada dos filhos, prezando pela convivência das partes. É plausível acrescentar o artigo 227 da Constituição Federal em que preza a divisão dos deveres e obrigações da família, da sociedade e do estado com a criança e o adolescente. Considerando os objetivos da pesquisa, utilizou-se do método de abordagem dedutivo, partindo-se da análise da nova ordem de responsabilização no vínculo parental.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constatou-se uma grande evolução jurídica nas relações familiares a respeito da melhor solução na preocupação daqueles que ainda dependem inteiramente de seus genitores, visando a melhor prevenção na proliferação de maiores litígios em relação ao mesmo tema. No Brasil, sob a égide da Constituição Federal e com a construção da nova lei que modifica da melhor maneira possível a tratativa do poder familiar, buscando harmonizar as partes para com as suas obrigações criadas durante o período em que foram cônjuges, prezando pela melhor alternativa possível. No entanto, ainda busca-se a maior necessidade de agregar a convivência compartilhada junto com a guarda, corrompendo uma padronização judicial na decisão da lei.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observou-se que a dinâmica do vínculo parental tem mudado gradativamente a perspectiva de estudo do direito de família, no sentido de torna-lo alvo de uma análise civilista e constitucional, de forma a conectar a sociedade de diferentes culturas familiares, ensejando uma melhor jurisprudência para tais casos, sendo ela a Lei nº 13.058 criada em 2014 com a finalidade de reforçar as obrigações dos pais e, também, do estado em mediar os conflitos existentes na tratativa, visando tornar um modelo viável e igualitário, respeitando-se a estrutura familiar, mas acima de tudo, priorizando o bem-estar da criança e do adolescente.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Direito de Família. Lei nº 13.058/2014.

## A PROBLEMÁTICA DO ABORTO: SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Ana Clara Cãmara de Franãsa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Júlia Araújo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Cavalcanti Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa acadêmica tratará sobre a problemática do aborto e como este só não é proibido pelo código penal, nos casos de: estupro, risco de morte para a mãe ou se o feto apresentar anencefalia. Já o código civil garante no art. 2º os direitos do nascituro (desde a concepção), porém cerca de 503 mil mulheres entre 18 e 40 anos interromperam gestações apenas em 2015, segundo pesquisa feita pelo Instituto de bioética Anis. Então, faz-se necessário uma avaliação da necessidade dessas leis e os problemas que elas proporcionam, por terem sua eficácia limitada, para que dessa forma explique os anseios sociais. A presente pesquisa busca solucionar a questão das condições precárias, que muitas vezes chegam a ser desumanas, como clínicas clandestinas sem a higienização adequada, sem o equipamento adequado, os materiais em alguns casos são reaproveitados, faltam também medicações, acompanhamento psicológico. As mulheres que optam pela realização do aborto acabam se submetendo a situações como essas, e a fim de conseguir diminuir a taxa de mulheres que são hospitalizadas ou mortas como consequência dos abortos ilegais, bem como propor resolver a situação das crianças que são abandonadas pelas mães que não abortam, mas que também não querem assumir a responsabilidade que a criança traz, com o intuito de assegurar sobretudo, o direito infantil, devendo ser garantido os direitos básicos, como saúde e educação por exemplo, previsto no art. 6 da Constituição, além dos direitos do nascituro.

**(Metodologia)** Os procedimentos e técnicas utilizadas para a formatação da pesquisa científica acadêmica, de caráter explicativo busca analisar a hermenêutica do fenômeno do aborto para explicar seus fatos determinantes e dessa forma mostrar a importância da legalização no contexto atual brasileiro, fazendo uma pesquisa quantitativa com a utilização de fontes teóricas. O método de que utilizamos no procedimento é o indutivo o qual parte de vários conceitos que fazem parte da problemática para entender seu todo. , partindo do índice de mortes maternas apontado como consequência do aborto não legalizado, de acordo com o método auxiliar estatístico

**(Resultados)** Evidentemente é proibido o aborto no Brasil, no entanto, de acordo com ONU mais de 200.000 mulheres morrem como consequência do aborto em clínicas clandestinas. Das mulheres que optam por criar uma criança, muitas delas não têm condições para isso, e o Estado de direitos hoje em dia não dá educação, saúde e segurança de qualidade e já que não terão meios para fornecer tudo isso para uma criança temos como consequência o aumento da quantidade de pessoas marginalizadas. Diante disso, o abandono de crianças nas ruas ou em orfanatos é constante, comprovado de acordo com a plataforma G1, o qual afirma que o Brasil possui 47 mil crianças em abrigos, porém apenas 7300 podem ser adotadas, logo, muitas delas acabam não conseguindo um lar, e não tendo uma boa infância, crescendo sem uma perspectiva boa de como pode ser o futuro

**(Conclusão)** Por conseguinte, ainda é significativo enfatizar que a criminalização da problemática não a torna menos ofensiva, já que milhares de mulheres morrem ou sofrem complicações todos os anos pela prática clandestina. Portanto, propomos a prática do aborto como um direito de escolha de cada mulher ou do casal, dessa forma, é necessário que o Estado proporcione meios para que a extinção voluntária da gravidez ocorra por meio de um procedimento médico, através de instituições públicas.

**Palavras-Chave:** Aborto, código penal, código civil, mortalidade materna.

**A PROTEÇÃO DOS FILHOS DE PAIS SEPARADOS E A CONVIVÊNCIA FAMILIAR SEM A INTERFERÊNCIA DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

**Autor(es):**

*Rachel Timbó Medeiros da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Beatriz Fraga do Nascimento Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nathaly Pennelop Ferreira Soares de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No tocante as relações familiares, atualmente, podemos dizer que estas sofreram mudanças significativas. E, se o comportamento da sociedade reflete nas relações familiares, é importante que o Direito acompanhe essas modificações. Como temática atual, a Lei de Alienação Parental surgiu como peça fundamental para a preservação do Direito fundamental de convivência familiar de crianças e adolescentes, já previsto no art. 227 da Constituição Federal, desse modo a lei surgiu com a finalidade de proibir e punir a prática de alienação parental, ressaltando e elevando a importância de uma boa convivência dos filhos com ambos os pais separados, a fim de garantir o desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente inserido na situação elencada.

**(Metodologia)** O trabalho a ser desenvolvido consiste em uma pesquisa teórico-descritiva acerca dos principais delineamentos jurídicos que cominam na alienação parental e o princípio do melhor interesse da criança do adolescente. A consecução desse objetivo será alcançada mediante a realização de uma pesquisa bibliográfica, com a leitura de doutrina especializada, principalmente nos ramos do Direito de Família e Direito Constitucional que será estudada dialeticamente em conjunto com a normatização brasileira referente à matéria em questão, sobretudo na Lei 12.318/2010.

**(Resultados)** O direito a convivência familiar por tratar de direito fundamental da criança e do adolescente, este caracterizado por ser personalíssimo e inalienável não pode ser objeto de disposição por parte de seus pais, cabendo à autoridade pública competente impedir que por qualquer razão este direito seja ameaçado ou violado. Mesmo com a recente regulamentação sobre a temática da Síndrome da Alienação Parental com a Lei 12.318/10, as relações familiares remontam há muito mais tempo, juntamente com as dificuldades acerca da melhor conduta dos pais para com os seus descendentes. Identifica-se, sobretudo, que a existência dessa norma regulamentadora visa resguardar mais um direito fundamental da criança e do adolescente, bem como a convivência saudável com ambos os genitores a fim de preservar o vínculo parental.

**(Conclusão)** Observa-se que quando ocorre a dissolução do vínculo matrimonial ou de convivência nas relações e que nestas há presença de filhos, seja criança ou adolescente, irremediavelmente se instalará uma problemática no que se refere a criação dos filhos. Ante a análise das novas entidades familiares e a existência cada vez mais recorrente de filhos de pais separados, depreendeu-se que todos têm a obrigação de zelar pela proteção e pleno desenvolvimento dos seus filhos evitando, portanto, qualquer tipo de campanha em desfavor dos seus familiares, como se conceitua a Alienação Parental.

**Palavras-Chave:** Convivência familiar. Dissolução do vínculo conjugal. Alienação parental. Melhor interesse da criança.

## A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Hézra Alexia medeiros Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana Beatriz Dantas Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Laura Emília de Carvalho Marcelino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nathalia kellen lemos batista: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para melhor entendimento da problemática, faz-se necessário refletir sobre o conceito posto ao sistema carcerário. Entende-se que, estabelecimentos penais são todos aqueles utilizados pela justiça para alojar detentos, independentemente de ser provisório, condenado ou submetido a medida de segurança. Por fim, este conceito aplica-se também ao sistema feminino, na qual o Estado, em cada caso concreto, decide em qual estabelecimento a apenada deve cumprir a pena. Relacionando o tema ao entendimento sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), um processo de investigação comandado pelo poder legislativo instituído para atender as reclamações sociais, tem por objetivo averiguar denúncias de irregularidades no setor público. A CPI foi o que acarretou maior visibilidade acerca da realidade dos presídios brasileiros, gerando uma discussão que envolve problemáticas corriqueiras no cotidiano dos presidiários, destacando-se neste artigo problemas que envolvem a higiene pessoal, maternidade, abandono e direitos das mulheres em situação de cárcere. Sendo esse um assunto de extrema relevância social e jurídica, deve ser analisado de forma cautelosa, buscando focar na CPI, pois garante maior visibilidade à realidade que as carcerárias estão submetidas e dessa maneira tornar exposto a sociedade visando deixar o meio social ciente das gravidades que se sujeita uma vida em cárcere. O presente artigo visa analisar a realidade feminina nos presídios, bem como discorrer sobre a aplicabilidade de normas e averiguar o sistema carcerário, buscando soluções construtivas para aprimorar o sistema pátrio. Além de relatar sobre casos concretos que tem embasamento na CPI dando enfoque aos direitos fundamentais e sua real aplicabilidade.

**(Metodologia)** O trabalho acadêmico foi realizado com base em uma pesquisa teórica utilizando os métodos hipotético-dedutivo e histórico. A pesquisa feita abarca sobre a realidade feminina nos presídios brasileiros, suas relações degradantes e a falta de estrutura oferecida pelo Estado. No projeto foram utilizados métodos de análises e interpretações de textos normativos (CPI) do próprio ordenamento jurídico brasileiro, a utilização do livro "Presos que menstruam", abordando o tema elucidado e estudos de artigos científicos auxiliando no enriquecimento informativo acerca do assunto trabalhado.

**(Resultados)** Segundo dados atualizados até o ano de 2016 que, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) o número de mulheres encarceradas até junho de 2016 passou para 42,3 mil. Nesse contexto, o Brasil se encontra no 4º lugar no ranking de mulheres encarceradas, tendo um aumento de 10,7% ao mês. O crime cometido pela maioria delas é o tráfico de drogas com uma porcentagem de 62%, exercendo também atividades menores como apenas o transporte de drogas. Em dezembro de 2016 a realidade mudou e houve um aumento de 19,6%, passando de 37.380 mil para 44.721 mil mulheres no sistema carcerário. Relativo à distribuição percentual por gênero nas unidades brasileiras, em junho de 2014 as mulheres representavam cerca de 6,4% da população prisional brasileira.

**(Conclusão)** No atual sistema carcerário feminino, podemos notar que mulheres enfrentam péssimas condições para o cumprimento de pena, como também acaba sendo um dos maiores meios de preconceito e discriminação sofridos por esse grupo marginalizado da sociedade. Dessa forma, é necessário que a análise e atenção da população, assim como da atual bancada política, se volte para as melhorias das condições oferecidas para apenadas, como entrega de medicamentos e materiais de higiene, tratamento e auxílio oferecidos, inclusão das mesmas na sociedade (visto que a ressocialização é uma das finalidades penais brasileiras), como também tenha-se o respeito e a utilização de todos os direitos garantidos a mulher previsto pela Constituição Federal e em todos os outros sistemas legais do nosso ordenamento jurídico.

**Palavras-Chave:** Presídios. Mulheres. Direitos. CPI

**A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO DIREITO PENAL DO INIMIGO**

**Autor(es):**

*Poema Mascena de Azevedo Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Newton Souza Lima Segundo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em face do catastrófico cenário concernente a segurança pública brasileira, manifesta-se a conjuntura do sistema penitenciário brasileiro, que hoje conta com uma população carcerária de mais de 700 mil, recebendo o posto da terceira maior população carcerária do mundo, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). O problema advém não do número, mas das condições insalubres que se encontram os presídios brasileiros. Anomalias como a superlotação concebem espaço para averiguar que frente ao Código Penal, Lei de Execuções Penais e, principalmente, à Carta Magna, há discrepância do que garantido e assegurado por lei e a dura realidade, sendo reconhecido liminarmente como um Estado de Coisas Inconstitucional pelo guardião da constituição, o Supremo Tribunal Federal. Empiricamente, levanta-se a hipótese de que se aproxima mais à teoria do Direito Penal do Inimigo (TDPI), criada por Gunther Jakobs, que embora demonizada pelo garantismo adotado não taxativamente no Brasil, reflete a realidade dos apenados.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, elaborada através do levantamento de uma hipótese que será admitida como resposta provisória conforme a pesquisa é desenvolvida, sendo aprovada ou rechaçada no epílogo do ensaio. Assim, é empregado o método de abordagem hipotético-dedutivo. A averiguação da hipótese será efetuada por artifício da investigação de casos concretos, dados estatísticos e entrevista com autoridade delimitada ao estado do Rio Grande do Norte. Trata-se, portanto, do uso dos métodos auxiliares Estatístico e Estudo de Caso, confirmando o viés investigativo da pesquisa.

**(Resultados)** Constatamos a veracidade do abismo entre o que é assegurado na Constituição Federal e Código Penal com a dura realidade do sistema penitenciário brasileiro, bem como ratificamos a similitude do que afirma a TDPI com a atual conjuntura carcerária brasileira, aproximando-se muito mais com esse conceito, do que o garantismo penal, que embora não seja a teoria taxativamente adotada pelo legalismo brasileiro, o enquadramento do texto torna evidente a semelhança. É notória a violação do artigo 5º da Constituição Federal, mais precisamente o inciso XLIX, que garante a integridade física e moral do preso. Verificamos também as implicações que o falho sistema carcerário brasileiro acarreta na sociedade. O produto da investigação foi alcançado por análise de casos concretos, como divulgados pela pesquisa Defensoria Pública/RJ, que revela um número de 517 mortos, apenas no Estado do Rio de Janeiro, contados de 2015 até agosto de 2017, considerando apenas óbito por doenças, demonstrando o extremo descaso do Estado com relação aos apenados, promovendo um genuíno “Massacre Silencioso”.

**(Conclusão)** Comprovamos que o sistema penitenciário brasileiro, é, indubitavelmente falho, analisando o desacordo da subsunção da realidade a teoria, que se diz garantista, ressocializadora e preventiva, enquanto, na prática, observa-se a excepcional semelhança com a teoria de Gunther Jakobs, o DPI, em que há flexibilização dos direitos e garantias individuais, contraditoriamente ao que a Constituição Federal e o código penal asseguram aos cidadãos. Por fim, analisamos que é primordial uma reflexão a respeito das soluções para amenizar e, à longo prazo, sanar o cerne do problema. Apresentando como exemplo, a reforma do sistema penitenciário brasileiro no intuito de combater a superficialidade do distúrbio, relativo a superlotação que hoje atinge a maioria dos presídios brasileiros, a reincidência do crime, bem como os problemas enraizados na estrutura social.

**Palavras-Chave:** Direito Penal. Direito Penal do Inimigo. Sistema Penitenciário. Constituição Federal

**A REFORMA PREVIDENCIÁRIA: UM ESTUDO SOBRE O ESTABELECIMENTO DA IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA.**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda de Andrade Pereira da Costa Carmo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fernanda França Ferreira Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Carolina Gomes Germano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Rafaela Monteiro Leal: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo em tela procura discutir a proposta que tramita no Congresso Nacional, que prevê o estabelecimento de uma idade mínima para concessão do benefício da aposentadoria. A inversão da pirâmide demográfica, cumulada com o descontrole nas contas públicas e com a falência do modelo de financiamento da seguridade social fez surgir a necessidade de se reformar a previdência. Todavia, a proposta fez surgir inúmeras discussões doutrinárias quanto a efetividade das soluções apresentadas. No que tange ao tema em tela, a polêmica se assenta sobre qual a idade mínima que deveria ser atribuída e se essa seria válida para todas as regiões do país e profissões.

**(Metodologia)** Com o propósito de se alcançar os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o dedutivo. Como métodos de procedimento, valeu-se do descritivo e do comparativo. Por fim e não menos importante, utilizou-se como técnica de pesquisa a documental, recorrendo a livros, legislação e artigos científicos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

**(Resultados)** A aposentadoria pelo INSS no Brasil possui quatro modalidades: por idade, por contribuição, especial e por invalidez. Com a reforma, haverá a aposentadoria por idade mínima - isto é, aos 65 anos para homens e 62 para mulheres, com mínimo de 15 anos de contribuição. Todavia no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado em 2010 e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013, ficou estabelecido que na Região Sul, a expectativa de vida está em 77,8 anos que é considerada a maior do Brasil; no Nordeste, onde fica o Maranhão, é de 73 anos e está como a segunda mais baixa do país. Vale ressaltar que a região Nordeste fica atrás somente do Norte, onde o tempo médio de vida dos brasileiros é 72,2 anos. Rondônia, Roraima e Amazonas puxam o indicador para baixo, com esperanças de vida respectivamente de 71,3 anos, 71,5 anos e 71,9 anos. No Nordeste, apesar de o Maranhão ter a menor expectativa do Brasil, estados como Paraíba (73,2 anos), Bahia (73,5 anos) e Ceará e Pernambuco (73,9 anos) ajudam a melhorar o índice. Além disso, em 19 municípios do país a expectativa de vida é, em média, de 65 anos, e em outros 63 municípios, a média é de 66 anos. Sendo assim, caso a idade mínima de 65 anos passasse a valer hoje, a desigualdade em relação à expectativa de vida por município só iria aumentar. Pois alguns trabalhadores não iriam se aposentar antes de morrer e outros só poderiam usufruir cerca de um ano da sua aposentadoria.

**(Conclusão)** Diante do exposto, conclui-se que a reforma deve ocorrer para manter sustentável o sistema para as próximas gerações, devido ao aumento da população na terceira idade e à melhoria da qualidade de vida dos idosos. Porém o governo deve começar trazendo melhor gestão aos recursos do sistema previdenciário. E, assim, garantir que o trabalhador usufrua de sua aposentadoria com qualidade e não a obtenha apenas em seu final de vida. Pois, um bom exemplo disso é que caso a idade mínima de 65 anos passasse a valer hoje, em 19 municípios do país, cuja expectativa de vida é, em média, de 65 anos, os trabalhadores não iriam se aposentar antes de morrer. Em outros 63 municípios, cuja expectativa de vida é, em média, 66 anos, as pessoas usufruiriam da aposentadoria por apenas cerca de um ano. Sendo assim, se faz necessário que a proposta leve em consideração a idade mínima por região e profissão, já que o índice aponta diferenças significativas de expectativa de vida e dessa forma não irá prejudicar os municípios com menor índice.

**Palavras-Chave:** Reforma previdenciária, idade mínima, aposentadoria.

**A REFORMA TRABALHISTA E O DIREITO DA GESTANTE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ART. 394-A DA CLT.**

**Autor(es):**

*Dimitria Isabella Lira de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Renatta Gabriella Pereira de Melo Nóbrega: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luana Karla Agra Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabel Peixoto Fernandes Pimenta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raquel Soraya Silvio Ferreira Torres: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), passou por significativas mudanças em seu texto, devido à Lei 13.467 de 2017, a qual suscitou uma série de questionamentos legais, constitucionais e principiológicos. Nesse passo, é notável que uma das discussões recorrentes em relação à reforma trabalhista diz respeito à aplicação do princípio da proteção, sobretudo na redação do Artigo 394-A, o qual expõe que a gestante ou é proibida de trabalhar em ambiente insalubre para resguardar a integridade e a saúde tanto sua como da criança. Sendo, assim, a pesquisa será um deslinde a respeito da seguinte problemática: como a reforma trabalhista pode prejudicar a mulher em seu período gestacional? O presente trabalho tem por objetivo geral fazer uma análise crítica e comparativa a respeito da anterior e da atual redação sobre o direito da gestante em ambiente de trabalho insalubre. Como objetivos específicos, visa fazer uma breve análise acerca da conquista dos direitos trabalhistas e também do reconhecimento dos direitos das mulheres, assim como propõe abordar o aspecto protetivo especial tido pela trabalhadora em fase gestacional à luz do Princípio da Proteção e, por fim, propõe discutir o direito da gestante e do feto partindo do ponto em que a flexibilização feita pelo legislador trouxe consequências negativas, haja vista que mesmo com a suavização normativa em grau mínimo e médio, não assegura a proteção da mulher grávida e do feto.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo comparativo entre a CLT antes e depois da reforma da legislação trabalhista. Ademais fizemos uso dos seguintes métodos de procedimentos: instrumental-histórico, na medida em que abordamos a historicidade acerca da conquista dos direitos das mulheres quanto a sua inserção no mercado de trabalho; descritiva, tendo em vista a análise do próprio instituto da proteção do trabalho da mulher na CLT e na Constituição Federal; e também o analítico, ao passo que se busca verificar se a norma reformada ainda gera proteção à mulher trabalhadora bem como a possibilidade de um espaço adequado para que o feto possa se desenvolver, sem prejuízos a sua saúde, bem como de sua genitora. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, visto que se utilizou como base de pesquisa a doutrina, artigos científicos, jurisprudência do TST e análise legislativa.

**(Resultados)** Constata-se que a lei 13.467/17 trouxe mudanças negativas e significativas no que tange à proteção da gestante exposta à insalubridade no ambiente de trabalho. Demonstra-se, principalmente, a partir de casos concretos complexos, que a reforma trouxe um inegável retrocesso no que tange à dignidade humana dessas trabalhadoras ao transferir para essas o ônus de provar sua impossibilidade de continuar a exercer determinadas obrigações. Assim, o trabalho revela que a redação do atual dispositivo 394-A, peca pela generalidade, expondo assim a mãe e o bebê à riscos que podem existir em ambientes com baixa e média insalubridade.

**(Conclusão)** Conclui-se então, que a importância de preservar as condições da saúde da mulher está interligado com o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Princípio da Proteção. Assim, é evidente que a nova redação do artigo 394-A da CLT fere à proteção à maternidade, na medida em que determina o afastamento das empregadas grávidas somente quando há exposição a agentes insalubres em grau máximo. Isto posto, não desejamos com esse trabalho, pré-julgar a reforma, pelo contrário, pretendemos pontuar esses retrocessos da nova Lei nº 13.467/17 nos aspectos práticos dos quais a partir do momento que a mulher se encontra num estado sensível, não se pode precisar os riscos que causarão ao seu bem-estar e do feto.

**Palavras-Chave:** Gestação. Proteção. Reforma Trabalhista. Saúde. Princípios do Direito do Trabalho.



## **A REFORMA TRABALHISTA: OS SEUS IMPACTOS SOBRE OS ÍNDICES DE DESEMPREGO**

### **Autor(es):**

*Felipe Fasanaro Dantas Ubarana: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Reforma Trabalhista foi aprovada no ano de 2017, onde ficou instrumentalizada na Lei 13.467. Tinha como principais objetivos, a diminuição do desemprego e da crise econômica, este considerado o principal responsável pelo aumento no índice de desemprego, que começou a subir, no ano de 2015. A partir daí, viu-se a necessidade de estudar o desemprego juntamente a atual legislação trabalhista, trazendo como problemática a seguinte questão: Como se encontram os índices de desemprego após a Reforma Trabalhista. O objetivo tido como geral dessa pesquisa, é a análise dos índices de desemprego face a Reforma Trabalhista. No que diz respeito aos objetivos específicos, tenho como propósito, verificar os efeitos de tal Reforma para a objeção em questão, apresentar os índices atuais do desemprego e identificar as consequências econômicas para os desempregados.

**(Metodologia)** A presente pesquisa é de cunho exploratório. Levando em consideração, os objetivos da pesquisa, utilizaremos o método de abordagem, o indutivo, aplicando a Reforma Trabalhista, que consiste em algo geral, ao desemprego, algo específico. Seguindo dos métodos de procedimento, irei utilizar o estatístico, comparativo e histórico

**(Resultados)** Após uma pesquisa bastante ampla sobre o assunto, foi constatado que a Reforma Trabalhista não diminuiu os índices de desemprego, pelo contrário, eles aumentaram. Com a atual legislação trabalhista, o desemprego cresceu 11,2%, segundo o site UOL. Atualmente o número de desempregados no Brasil é de 27,7 pessoas, sendo retirado também do site UOL. Com relação aos efeitos econômicos de tal objeção para os desempregados, ficou verificado, que atinge desde as compras básicas para o sustento familiar, como comida, roupa, até os bens móveis e imóveis. Com isso, conclui-se que os efeitos do novo ordenamento foram mais negativos do que positivos, tendo em vista nos vários malefícios que já foram citados anteriormente e nos que posteriormente podem aparecer.

**(Conclusão)** De forma geral, a Reforma Trabalhista mostra o quanto foi ineficaz e prejudicial para a população, não atingindo os seus objetivos, pelo contrário, fazendo o contrário do que se espera de uma mudança legislativa, qual seja de melhorias para o cotidiano da população e do público que tal norma pretende atingir. Fica evidente tal contrariedade na execução dos seus objetivos quando, ao invés de diminuir o índice de desemprego, os índices de desemprego só fazem crescer, como já foi demonstrado, bem como não há um término no que diz respeito a crise econômica, fazendo com que a população continue a sofrer, tanto com a crise quanto com o desemprego.

**Palavras-Chave:** Trabalho Desemprego Crise Econômica

**A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E SEUS PRINCÍPIOS  
CONSTITUCIONAIS**

**Autor(es):**

*Renato Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Silvia Karoline de Sousa Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana Laurentino Medeiros da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Roberta de Medeiros Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Júlia Pinheiro Barreto de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho visa avaliar a relativização da coisa julgada em investigação de paternidade de acordo com os princípios constitucionais, com ênfase na decisão do STF. É indispensável ressaltar que esse tema possui reflexos legais na esfera Constitucional, Civil e Processual. A pesquisa foi feita com base na jurisprudência, em que o relator do processo, ministro Dias Toffoli, decidiu que a chamada coisa julgada, não pode prevalecer sobre o direito de uma pessoa de conhecer suas origens, com isso, trazendo debate acerca do tema e de suas consequências jurídicas.

**(Metodologia)** O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e transdisciplinar, explorando um rol abrangente de matérias do direito, tendo como principais o Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual Civil, em relação direta com os princípios constitucionais. Gabarita-se na análise de reabertura da ação de investigação de teste de DNA de paternidade, com base na decisão expressa pelo STF. Foi realizado estudo de caso relacionado com o tema, buscando assim, o melhor entendimento e respaldo a respeito do objeto pesquisado.

**(Resultados)** Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que, com a relativização da coisa julgada em investigação da paternidade, tornou-se possível, por meio de exame genético, o conhecimento da verdade real, delineando o estado de filiação ou parentesco de uma pessoa, sem margem de erro. Todavia, é válido lembrar que a decisão traz uma aparente colisão entre princípios jurídicos fundamentais, de natureza processual e constitucional. De um lado, o princípio da dignidade da pessoa humana, e de outro, o princípio da imutabilidade da coisa julgada material. A necessidade da prevalência da verdade real no reconhecimento das relações de parentesco, amparadas em ações de estado tem ensejado novas descobertas jurídicas. Dessa forma, com o avanço nos meios de prova, o acesso à informação sobre a paternidade deve ser protegida, uma vez que é direito do ser humano conhecer sua história e suas origens.

**(Conclusão)** O presente trabalho abordou a relativização da coisa julgada inserida na esfera da investigação de paternidade e seus princípios constitucionais, com base na decisão proferida pelo STF, a partir do uso de jurisprudência. Em uma breve abordagem no Direito Processual Civil, é possível a observação de diversas vertentes e pensamentos sobre o assunto, pois, em regra, após haver a coisa julgada não é possível rediscutir o assunto. Por outro lado, com uma sintética análise ao Direito Constitucional, todas as pessoas possuem, de forma intrínseca, o direito de conhecimento de suas origens, motivo de possível reanálise ao caso onde já fora proferida a coisa julgada. Por fim, o tema comporta uma ilimitada análise, onde os estudos podem ser detalhados e, em razão disso, desdobrados no âmbito jurídico.

**Palavras-Chave:** Direito, civil, constitucional, processual, paternidade, princípios

**A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE: ATIVISMO JUDICIAL OU INTERPRETAÇÃO?**

**Autor(es):**

*Renato Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Silvia karoline de Sousa Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana Laurentino Medeiros da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Roberta de Medeiros Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Júlia Pinheiro Barreto de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho visa avaliar a relativização da coisa julgada em investigação de paternidade, trazendo como debate principal o questionamento entre a utilização do ativismo judicial ou a mera interpretação. É indispensável ressaltar que esse tema possui reflexos legais na esfera Constitucional, Civil e Processual. A pesquisa foi feita com base no julgado, em que o relator do processo, ministro Dias Toffoli, decidiu que a chamada coisa julgada, não pode prevalecer sobre o direito de uma pessoa de conhecer suas origens, com isso, trazendo debate acerca do tema e de suas consequências jurídicas.

**(Metodologia)** O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e transdisciplinar, explorando um rol abrangente de matérias do direito, tendo como principais o Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual Civil, em relação direta com os princípios constitucionais. Gabarita-se na análise de reabertura da ação de investigação de teste de DNA de paternidade, com base na decisão expressa pelo STF. Foi realizado estudo de caso relacionado com o tema, através do método indutivo, buscando assim, o melhor entendimento e respaldo a respeito do objeto pesquisado.

**(Resultados)** Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a relativização da coisa julgada em investigação da paternidade, tornou-se possível por meio do ativismo judicial. No Brasil, o fenômeno do Ativismo Judicial é relativamente recente. Um juiz ativista atua na busca da proteção dos direitos fundamentais e da garantia da supremacia da Constituição, assumindo uma postura concretizadora diante da abstração de princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, com o avanço nos meios de prova, o acesso à informação sobre a paternidade deve ser protegida, uma vez que é direito do ser humano conhecer sua história e suas origens.

**(Conclusão)** O presente trabalho abordou a relativização da coisa julgada nas ações de investigação de paternidade inserida na esfera do ativismo judicial e da interpretação. Em uma breve abordagem no Direito Processual Civil, é possível a observação de diversas vertentes e pensamentos sobre o assunto, pois, em regra, após haver a coisa julgada não é possível rediscutir o assunto. Por outro lado, com uma sintética análise ao Direito Constitucional, todas as pessoas possuem, de forma intrínseca, o direito de conhecimento de suas origens, motivo de possível reanálise ao caso onde já fora proferida a coisa julgada. Por fim, o tema comporta uma ilimitada análise, onde os estudos podem ser detalhados e, em razão disso, desdobrados no âmbito jurídico.

**Palavras-Chave:** direito civil, direito constitucional, investigação de paternidade, coisa julgada, ativismo judicial

**A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL: ANÁLISE ACERCA DA EFICIÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DO POLUIDOR-PAGADOR E PROTETOR-RECEBEDOR PARA O ESTÍMULO DO CUMPRIMENTO DOS DEVERES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS.**

**Autor(es):**

*Marco Aurélio Pedrosa Maniçoba Júnior : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Higor dos Santos Jales: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*José Lira das Chagas Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Victor de Sousa Cardoso Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Victor Maciel Ramalho Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde o surgimento da humanidade, por um longo período, o meio ambiente era tratado como fonte inesgotável de recursos, o que ocasionou inúmeras consequências irreversíveis. As primeiras concepções de tutela do meio ambiente advieram com a degradação excessiva, que passou a ameaçar não apenas a qualidade de vida, mas a própria sobrevivência humana. Com a intenção de garantir a renovação dos recursos naturais em harmonia com o desenvolvimento da sociedade, surgiram os primeiros conceitos de sustentabilidade que se edifica sobre três pilares essenciais: social, ambiental e econômico. Para que a proteção do meio ambiente alcance proporção satisfatória, essencial não apenas a participação da população, mas principalmente das entidades empresariais que são responsáveis pela principal parcela de degradação ambiental. Objetiva-se com esta pesquisa observar as ações necessárias à concretização eficiente dos princípios e direitos ambientais pelas empresas, em especial, os princípios do poluidor-pagador e protetor-recebedor.

**(Metodologia)** Com o propósito de se alcançar os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o dedutivo, considerando que são necessárias ações concretas das empresas em busca da preservação do meio ambiente, e que os métodos sancionatórios atualmente utilizados para estimular o cumprimento das regras de direito ambiental podem ser pouco eficientes, o que gera a necessidade de reavaliar a forma de aplicação dos princípios do poluidor-pagador e protetor-recebedor. Por fim e não menos importante, utilizou-se como técnica de pesquisa a documental, recorrendo a livros, legislação, artigos científicos e jurisprudência para o desenvolvimento da presente pesquisa.

**(Resultados)** Com base nos estudos desenvolvidos foi possível verificar que, em decorrência do desenvolvimento da sociedade, estabeleceu-se a ideia de função social das empresas, derivada da função social da propriedade e da função social dos contratos. Assim, apesar de constituir atividade eminentemente lucrativa, devido à necessidade do cumprimento da função social, o empresário tem o poder-dever de harmonizar as atividades empresariais com os interesses sociais, dentre os quais proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Ocorre que a predominância do princípio do poluidor-pagador, mecanismo notadamente repressivo à transgressão das regras ambientais, revela-se pouco eficiente quando se trata de prevenção.

**(Conclusão)** A ausência de estímulos para a persecução da proteção ambiental, por meio da sensibilização ambiental, decorre da sobreposição do princípio do poluidor-pagador, comprometendo a eficácia do princípio do protetor-recebedor. É necessário adequar-se à realidade da sociedade, considerando o fato de que é muito mais atrativo às empresas atuar pela defesa do meio ambiente obtendo incentivos financeiros do que sanções punitivas. Apesar da iminente discussão sobre a possibilidade de haver o pagamento ou premiação pela conformação às normas ambientais e pelos serviços ambientais prestados, sendo um dos principais estímulos para a utilização racional e sustentável do meio ambiente, há ainda uma carência de legislação e mecanismos estáveis para a efetivação de atividades que favoreçam a utilização sustentável do meio ambiente como obstáculos que devem ser eliminados por meio da participação de todos os atores sociais, tanto públicos como privados, na construção de uma gestão ambiental local, nacional e global.

**Palavras-Chave:** Direito Empresarial. Direito Ambiental. Princípios Poluidor-pagador, Protetor-recebedor, Responsabilidade, sustentabilidade.

## A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NO CASO DE DANO AO MEIO AMBIENTE

### **Autor(es):**

*Maria Eduarda de Andrade Pereira da Costa Carmo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Carolina Gomes Germano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fernanda França Ferreira Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Rafaela Monteiro Leal: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho destina-se a analisar a responsabilidade dos sócios pelo cometimento de danos ao meio ambiente. Nesse prisma, é importante aclarar que, o constante crescimento das atividades industriais e a premente necessidade de compatibilização entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente como forma de trazer equilíbrio entre as gerações, fez emergir a necessidade de fiscalização do uso do meio ambiente por parte das empresas e por derradeiro trouxe uma eclosão de casos onde é constatada a existência de dano ambiental. Nesse quadro, muitas vezes os sócios dessas empresas se escondem através do véu da personalidade jurídica, para escapar das responsabilidades civis e criminais. Para tanto, surge na doutrina e na legislação, mecanismos para coibir e responsabilizar tais atores.

**(Metodologia)** No que pode-se expor inicialmente, ressalta-se que a presente pesquisa é qualitativa, com caráter descritivo-explicativo. Tendo em conta o objetivo da presente pesquisa, utilizou-se o método dedutivo, partindo-se de uma premissa maior para uma específica e com isso a confirmação. Além disso, se fará a análise da jurisprudência, da doutrina e dos diplomas legais pátrios que versam sobre a temática ora abordada.

**(Resultados)** A Lei nº 6.938/81, além de prever responsabilidade civil objetiva por danos causados ao meio ambiente, conceitua “poluidor” como sendo a pessoa física ou jurídica responsável “direta ou indiretamente” por atividade causadora de degradação ambiental. A responsabilidade civil alcança não só o efetivo causador do dano ambiental, mas também os seus sucessores ou prestadores de serviços que tenham trabalhado na área afetada pela degradação ambiental. Com base no artigo 4º da Lei de crimes ambientais nº 9605/1998, pode haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa, para que atinja o patrimônio de seus sócios, sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Dessa forma, apenas deve ser comprovado que a personalidade jurídica impede o cumprimento das obrigações, pois no Brasil adota-se a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica nos ramos do direito ambiental e do consumidor. Conforme jurisprudência e doutrina, busca-se aplicar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica sempre que a empresa não possuir ativos suficientes para suportar os custos decorrentes da reparação de danos ambientais, independentemente de quaisquer requisitos subjetivos. Nesse raciocínio, se os ativos de uma empresa forem insuficientes para pagar por seus danos ambientais, acionistas (indivíduo ou instituição) e outros membros do mesmo grupo econômico podem ter seus bens utilizados para satisfazer as dívidas remanescentes.

**(Conclusão)** Podemos concluir com esse estudo que o sócio da empresa é sempre protegido pela personalidade jurídica desta. Nesse sentido, caso essa empresa seja alvo de algum processo por crime ambiental, o patrimônio da própria empresa é que sofrerá qualquer responsabilização. Sendo, portanto, em último caso, onde esse patrimônio não conseguiu suprir os danos, realizada a desconsideração da personalidade jurídica e, conseqüentemente, a captação do patrimônio do sócio para que a penalidade seja realmente efetiva.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade, Sócios, Dano ambiental

## A RESPONSABILIDADE JURÍDICA EM CASOS DE ABANDONO AFETIVO DO GENITOR

### **Autor(es):**

*Yasmin Dias de Miranda Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marina Medeiros Damásio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Sena Padilha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal, em seu 227º artigo, diz que: “É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Mas como proceder quando a negligência e a omissão vem do próprio genitor que deveria garantir todos estes direitos? Uma problemática que trouxe a tona uma possível responsabilização na esfera jurídica para aqueles que abandonam afetivamente seus filhos. (OBJETIVO) Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de responsabilização jurídica por abandono afetivo através de uma correlação com a importância da presença do genitor na formação da personalidade e desenvolvimento de seus filhos.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo-se da reflexão jurídica mais ampla dos núcleos familiares ao longo da história, no tocante à afetividade de tais relações dentro de situações concretas de violação da dignidade da pessoa humana, no sentido de analisar a questão jurídica e social da problemática para fins de compreensão da proteção do mínimo existencial. Soma-se a isso o fato de que foi utilizado o método dialógico de abordagem, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito civil, constitucional, bem como uma análise ética a respeito da questão estudada. Como método de procedimento, foi aplicado o comparativo e estudo de caso, através de levantamentos e pesquisas bibliográficas, de doutrina e jurisprudência. Além do método histórico, que permite a melhor análise da evolução da questão e comparação com o modelo atual.

**(Resultados)** A presente pesquisa encontra-se ainda em fase de desenvolvimento. Entretanto, alguns resultados já podem ser observados: Já existem alguns julgados e jurisprudências em que foram, efetivamente, aplicadas medidas de responsabilização para aqueles genitores que praticaram o abandono afetivo. Além disso, é possível perceber que o princípio da responsabilidade social, previsto no Art, 3º, I, é um bem indisponível dentro do Direito de Família cujo a ausência tem repercussões psíquicas, diante das quais o ordenamento legal deve amparar.

**(Conclusão)** Conclui-se, assim, que o Direito de Família somente estará em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana se as relações familiares, como o vínculo entre pais e filhos, forem baseadas no cuidado e responsabilidade. É notório que afronta o princípio da dignidade da pessoa humana o pai que abandona seu filho, deixando, voluntariamente a convivência do núcleo familiar.

**Palavras-Chave:** Abandono. Afetividade. Pai. Responsabilidade. Família

**A REVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS ATRAVÉS DOS SMART CONTRACTS: DA POSSIBILIDADE AOS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS.**

**Autor(es):**

*Vanessa Carla Maciel Pinto Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É inevitável observar, preliminarmente, que a evolução das tecnologias de informação no cenário global tem trazido novas formas de pactuação contratual, total ou parcialmente desenvolvidas através da internet. Em 2017, com a grande popularização das chamadas criptomoedas, entre elas o Bitcoin, e a crescente utilização das vendas online, diversas empresas dos mais variados ramos passaram a investir diretamente nesses sistemas digitais, que representam uma nova forma de mercado cambial através de cadeias de linguagem de programação que garantem a eficácia e segurança das transações por ele realizados. Foi desta forma que as Blockchains, blocos interligados de programação que dispensam o uso de um intermediador no negócio (como marketplaces, cartórios ou até mesmo empresas bancárias), trouxe à tona o formato de Smart Contract a ser aqui analisado.

**(Metodologia)** O objetivo desta pesquisa é demonstrar as possibilidades e desdobramentos dessa nova forma de contrato, de modo a concretizar-se um negócio jurídico válido conforme o ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista ainda não existir normatização específica. Considera-se a necessidade de correlacionar o contrato, principal espécie de negócio jurídico em seu modelo “tradicional”, devidamente conceituado e regulado pelo Código Civil de 2002, com o Smart Contract, contrato atípico, advindo da inovação tecnológica e desenvolvido totalmente através desta. Trata-se de um objeto inteiramente novo, cujas peculiaridades ainda são pouco exploradas, tanto de forma prática quanto teórica, sobretudo no que diz respeito a litigiosidade nesta nova forma de contrato. É por isso que, tendo em vista a notória relevância intrínseca a referida temática, pretende-se trazer aqui, através do método de abordagem dialético, em consonância com procedimentos majoritariamente experimentais e comparativos diretamente desenvolvidos através da internet, uma desmistificação quanto a validação e utilização crescente desde tipo de tecnologia na facilitação de relações contratuais.

**(Resultados)** Resulta-se que, a interpretação extensiva da conceituação de contrato à luz do Código Civil e da doutrina clássica possibilita não somente o enquadramento legal do negócio, mas também um confronto probatório sucessivo quanto da sua natureza jurídica, formalidades, efeitos, restrições e jurisdição aplicável, que demonstram por fim que mesmo sendo contrato atípico, desde que dotado de boa-fé, consagra-se força executória entre as partes que o firmam, pacta sunt servanda.

**(Conclusão)** Com isso, observa-se que, embora sejam contratos representados por programas digitais pré-estabelecidos em total autonomia da vontade das partes, ou seja, numa compreensão simplista, como se as cláusulas contratuais virassem códigos em linguagem de programação, e por isso tornando-se também auto executáveis, numa breve análise, já se pode entender que é possível validá-los respeitando a legislação vigente de forma a observar as peculiaridades inerentes ao Smart Contract.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Smart Contracts. Blockchain. Contratos. Autonomia da vontade privada.

**A SÚMULA 443 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA ESTABILIDADE “SUI GENERIS” E OS SEUS EFEITOS ARBITRÁRIOS NA RESCISÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO**

**Autor(es):**

*Sarah Beatriz Melo do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Felipe César de Sousa Conrado Pontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Clarissa Pereira Matias da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo do presente artigo científico é trazer uma análise sobre o entendimento jurisprudencial consolidado, que reflete tendência de se presumir discriminatória a dispensa imotivada de trabalhadores portadores de doenças graves. No direito brasileiro, de modo geral, não há proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, por razões objetivas de caráter disciplinar, técnico, econômico ou financeiro, que tornam necessária a dispensa do trabalhador, assim a rescisão do contrato de trabalho pode ser feita pelo empregador sem qualquer justificativa, mediante o pagamento das verbas rescisórias correspondentes a essa modalidade de dispensa. O Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Resolução nº 185/2012, editou a Súmula 443, que dispõe presumir-se “discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego”. Desse modo, trata-se de uma espécie indefinida de estabilidade do contrato individual de trabalho do empregado portador de doença grave.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa baseada no método dedutivo, partindo da análise jurisprudencial, da Consolidação das Leis do Trabalho e do entendimento doutrinário acerca desta temática. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de pesquisa descritiva e bibliográfica.

**(Resultados)** A Portaria nº 1246/2010 do MTE, em seu art. 2º prevê que, nos exames médicos por ocasião da admissão, mudança de função, avaliação periódica, retorno, demissão ou outros ligados à relação de emprego, não será permitida a testagem do trabalhador quanto ao HIV. Por outro lado, quando o empregado é portador do vírus HIV de forma assintomática, esta condição não influencia na sua capacidade laborativa. Logo, se o empregador não pode tomar conhecimento da doença do empregado por meio de exame prévio e, nos casos em que a doença não pode ser exteriormente percebida, como haverá presunção de discriminação por parte daquele? Demonstrado que a rescisão contratual foi orientada por outra causa, com base em que norma jurídica se tomará a dispensa como presumidamente discriminatória e arbitrária? Por outro prisma, caso seja comprovada judicialmente que a discriminação foi o motivo ensejador da dispensa, existe então um grau de animosidade no ambiente de trabalho que justifica o dever do magistrado decidir pelo pagamento de indenização ao empregado, ao invés de reintegrá-lo.

**(Conclusão)** Observa-se que é imperioso o combate aos tratamentos discriminatórios despendidos em relação a portadores de doenças graves, o que pode ser feito aplicando-se todas as normas que vedam a discriminação. Porém, a recusa de examinar as opiniões com boa-fé objetiva das intenções originárias do empregador equivale à recusa de enxergar no adversário um rosto humano, à compulsão de trata-lo como obstáculo material a ser removido diante de um suposto preconceito no ato de demissão. Desta feita, resta clara a necessidade de maior regulamentação legislativa, uma vez que, não existe norma legal específica no que se refere a essa espécie “sui generis” de estabilidade do empregado portador de doença grave, bem como da própria leitura da súmula em análise, são naturalmente extraídas diversas problemáticas que merecem respostas objetivas por parte do legislador trabalhista, com o fim de assegurar mais paridade entre os sujeitos do contrato individual de trabalho, proporcionando medidas mais justas às partes.

**Palavras-Chave:** Súmula 443/TST. Estabilidade. Portador de doença grave. Presunção de discriminação. Contrato individual de trabalho.



## A TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

### **Autor(es):**

*Lara Theresa Medeiros Costa Nogueira Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O princípio da igualdade é tanto um norte interpretativo do ordenamento jurídico constitucional, quanto um direito fundamental, o qual permite à pessoa humana a sua plena realização e desenvolvimento. Para além disso, é um elemento basilar do Estado Democrático de Direito em que não só não devem haver privilégios e distinções formais entre os cidadãos, como também deve-se possibilitar a nivelação de oportunidades para todos. Sem igualdade, portanto, a Democracia se esvazia. Em outras palavras, apesar de sua extrema importância, pragmaticamente, este princípio encontra uma série de obstáculos para sua concretização, especialmente no que tange ao direito de minorias - mulheres, negros, LGBTs, e outros. Essa situação de flagrante desigualdade, por sua vez, pode ser agravada pela criação de leis que, apesar de aparentarem neutralidade, podem ter impactos negativos sobre certos setores sociais já rotineiramente afetados. Com o intuito de sanar essas falhas isonômicas do próprio sistema jurídico estudar-se-á a Teoria do Impacto Desproporcional, como um instrumento de alerta e correção na interpretação de leis as quais tenham efeitos discriminatórios negativos sobre determinados grupos. Poderia esta teoria contribuir para a efetivação do princípio da igualdade? O presente estudo objetiva analisar as condições de surgimento do princípio da igualdade, sua importância e dificuldades as quais impedem sua prática aplicação, para, só então verificar o modo como a Teoria do Impacto Desproporcional contribuirá para concretiza-lo. Para tal, visa-se expor o contexto histórico da temática, bem como sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, intenta-se discorrer sobre estatísticas que comprovem a não efetivação deste princípio, avaliando-se latentes desigualdades. Por fim, será avaliada a origem e pressupostos da Teoria do Impacto Desproporcional e se a Corte brasileira têm utilizado-a na sua jurisprudência.

**(Metodologia)** Será utilizado o método dialético construído a partir do confronto entre as ideias teóricas constitucionais e hermenêuticas e a influência material do ambiente social e histórico. Este método de abordagem será complementados pelos métodos histórico, a fim de perquirir as origens e desdobramentos do princípio da igualdade e também da Teoria do Impacto Desproporcional. No tocante às técnicas de pesquisa, far-se-á um mapeamento doutrinário constitucional sobre o tema, bem como um levantamento da jurisprudência do STF.

**(Resultados)** Apesar de incorporado ao constitucionalismo pátrio desde a Constituição Imperial de 1824 e evidentemente reforçado e ampliado pela Constituição cidadã de 1988, o princípio da igualdade, na prática tem sido mitigado, especialmente no que tange à neutralização de desigualdades e injustiças sofridas por minorias sociais - negros, LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), mulheres, deficientes e outros. Por outro lado, o processo da criação de leis também não está isento de violar este princípio, mesmo que de maneira camuflada ou não intencional. Nos julgamentos da ADPF 291, sobre a recepção do crime de pederastia pela CF/88, e da ADPF 1946/DF, acerca do salário-maternidade, foram constatados os impactos desproporcionais decorrentes dessas leis, graças à utilização da Teoria do Impacto Desproporcional.

**(Conclusão)** Os estudos sobre esta temática levam a crer que o Direito, isoladamente não consegue abranger toda a realidade social, sendo o ordenamento jurídico suscetível a falhas. Portanto, a hermenêutica constitucional que utilize a Teoria do Impacto Desproporcional, avaliando os efeitos sociais de uma norma, configura um instrumento de tutela e concretização do princípio da igualdade, essencial para a construção de uma sociedade justa, em que todos os cidadãos tenha um poder de influência real sobre os rumos das suas vidas, bem como da própria Democracia.

**Palavras-Chave:** Princípio da Igualdade. Direitos Fundamentais. Teoria do Impacto Desproporcional. Direito Constitucional.

## ABUSO DE PODER POLÍTICO E FISCALIZAÇÃO EFETIVO NO PLEITO ELEITORAL

### **Autor(es):**

*Renato Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Gabriel Abreu da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É lúcido avaliar que a campanha eleitoral possui elevada importância no cenário social, consubstanciando a democracia. Dessa forma, almeja-se cada vez mais torná-la eficaz, de acordo com princípio da legitimidade das eleições. Logo, é de relevante caráter moral e social, fiscalizar e assegurar aos cidadãos a veracidade do pleito.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa explicativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se da análise de situações concretas na qual houve abuso poder político, no sentido de perpetuar medidas alternativas eficazes. Ademais, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem o direito eleitoral e constitucional. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar comparado, na medida em que nos valem da análise de dados estatísticos referentes à eficiência do sistema eleitoral em outros países.

**(Resultados)** Constata-se que o atual cenário eleitoral é bastante preocupante, uma vez que reiteradas condutas ilícitas se perpetuam, como a compra de votos e arrecadação de recursos ilicitamente, contribuindo ainda mais para o aumento da corrupção em nosso país. De acordo com de Oslain Santana, diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, metade dos casos de corrupção tem relação com o financiamento de campanhas eleitorais. Ademais, em 2014, o TSE constatou, a partir de uma pesquisa que 28% da população já presenciou ou teve conhecimento de compra e venda de votos. Paralelo a isso, há evidências de transgressão aos princípios eleitorais e condutas arcaicas de cunho histórico ainda presentes em nosso cenário atual.

**(Conclusão)** Conclui-se que a crise do sistema eleitoral brasileiro é um fator extremamente periclitante, que afeta veementemente o desenvolvimento social do país. Além disso, pode se afirmar que essa pratica é recorrente em nosso país, fazendo com que os pleitos eleitorais sofram interferências graves. Infelizmente, o poder judiciário não tem estrutura e ferramentas para combater e punir todos que pratiquem o crime, devido ser um número absurdo de pessoas que se sujeita a essa conduta. Fazendo com que mesmo que os órgãos competentes busque e trabalhe para atingir a justiça, a sociedade ainda sinta uma omissão do Estado.

**Palavras-Chave:** Sistema Eleitoral. Crise. Corrupção.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 4275: UMA ANÁLISE SOBRE O RECONHECIMENTO DA ALTERAÇÃO DO PRENOME DOS TRANSGÊNEROS.**

**Autor(es):**

*Maxnara de Lima Soares Brito : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Larissa Guedes de Andrade Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Anderson de Souza Carvalho : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os transgêneros são pessoas que sofrem de algo chamado de transtorno de identidade sexual, ou seja, eles não se identificam com o seu sexo biológico. Uma maneira de exteriorizar se gênero, é por meio do seu nome civil. A alteração do nome civil, dada pela lei 6.015, conhecida pela lei que dispõe sobre os registros públicos, não admitia, até então, a mudança do prenome devido a sua identificação de gênero. No entanto, a ADI 4.275, modificou o artigo 58 da referida lei, autorizando a mudança de prenome dos transgêneros. Assim, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no início deste ano, que não mais é necessário a mudança de sexo para trocar seu nome civil, já que a identificação com o gênero é o suficiente

**(Metodologia)** Será utilizado o método de abordagem dialógico e interdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada, as diversas análises acerca dos motivos que levaram a ADI. Como método de procedimento, a pesquisa será realizada a partir de levantamento de dados. O objetivo geral do nosso trabalho, portanto, é de discutir e tornar público as mudanças ocasionadas pela ADI 4.275, e em específico, refletir sobre os impactos sociais e jurídicos do reconhecimento da alteração do nome dos transgêneros em seu registro civil.

**(Resultados)** Os resultados encontrados são claros e objetivos. De acordo com o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio na própria ADI 4.275, julgou procedente o pedido para assentar o artigo 58 da Lei nº 6.015/73 incluindo então a possibilidade de mudança de prenome e gênero no registro civil, mediante uma averbação no registro original, desde que os cidadãos não submetidos a cirurgia de transgenitalização obedeçam aos critérios pela lei estipulados, tais como idade mínima, bem como o diagnóstico médico de transexualismo. Sendo assim, tais alterações normativas foram mais do que necessária, visto que, a lei de registro público já não correspondia mais à realidade. Diante do exposto, é imprescindível ressaltar que o reconhecimento do direito a alteração do nome, em seu registro civil, pelos transgêneros, significou um avanço substancial no tocante à igualdade de direitos. Tendo em vista que os transgêneros não só merecem, mas possuem o direito de ter seu nome alterado, pois a decisão do Supremo Tribunal Federal não garantiu somente o direito ao nome, mas também direito à honra, à imagem, à vida privada e nos princípios constitucionais de liberdade e dignidade da pessoa humana.

**(Conclusão)** Concluímos que, é de suma importância relatar o resultado alcançado pela ADI 4275 a respeito da possível alteração do registro civil do transgêneros. Pois o direito humano (e constitucional) ao livre desenvolvimento da personalidade das pessoas transgênero não estava contemplado ao versar que a mudança de seu nome e sexo no registro civil à realização de cirurgia de transgenitalização. Após uma discussão sobre os efeitos jurídicos e sociais dessa mudança podemos constatar que a partir da vigência dessa norma, todos os transgêneros encontram-se inclusos e possuem direitos que tem respaldo constitucional, além de alcançar a parcela da sociedade que não possui conhecimento a respeito dos direitos adquiridos pelos transgêneros.

**Palavras-Chave:** Transgêneros; Direito ao nome e prenome; Jurisprudência; Dignidade Humana

## ALIENAÇÃO PARENTAL APÓS O ADVENTO DA LEI 12.318/2010: AVANÇO OU RETROCESSO?

### **Autor(es):**

*Dimitria Isabella Lira de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Renatta Gabriella Pereira de Melo Nóbrega: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Emily Martins Souza Fernandes Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raquel Soraya Silvio Ferreira Torres: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Cynthia Priscila Antero Lira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto de pesquisa tem como pretensão analisar a lei de alienação parental, lei n. 12318 que foi promulgada em 2010, mas no âmbito jurisprudencial e doutrinário já se entendia que a conduta alienadora poderia ocasionar sanções, como a destituição do poder familiar do alienador. Nesse contexto, serão analisados pontos positivos e negativos desta legislação, buscando resolver a seguinte problemática: Como é possível punir o praticante de alienação parental? Destarte, a análise será feita de maneira a respeitar o melhor interesse da criança. Nesse contexto, buscamos refletir sobre o impacto da lei 12.318/2010 no âmbito jurídico e familiar, identificar a aplicação do advento da lei, examinar o rol exemplificativo de que trata o art., 2º parágrafo único e incisos seguintes da referida lei, e analisar as consequências da implantação de falsas memórias e da aplicação da lei supracitada.

**(Metodologia)** Trata-se de uma análise crítica fundamentada nas ações da atual vida moderna e da sociedade no contexto do direito de família, na família contemporânea e diante do papel dos parentes na proteção da criança e do adolescente. Para isto, utilizaremos o método de abordagem indutivo, tendo em vista a descoberta de princípios gerais a partir de conhecimentos específicos. Quanto ao método de procedimento, objetiva-se desenvolver o tema, sobretudo, a partir de levantamentos bibliográficos, baseando-se na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na lei 12.318/2010 e 13.431/2017 que dispõe entre outros temas sobre a guarda compartilhada na jurisprudência e na doutrina

**(Resultados)** O trabalho visa demonstrar a necessidade e amplitude da proteção da criança e do adolescente, isto porque, em que pese a evolução normativa que resultou o advento da lei de alienação parental, lei 12.318/2010, ainda é recorrente nas relações familiares aos casos de alienação, isto posto, é necessário que se garanta direitos essenciais inerentes a condição humana, relativos garantia mínima de visitação e convívio com os genitores, podendo ser assistida ou não, salvaguardando os casos que haja risco iminente a integridade física ou psicológica da criança e do adolescente. O legislador buscou com o advento da lei conseguir reduzir os casos de alienação parental, o que de acordo com o doutrinador Paulo Lobo, foi benéfico, ele afirma que a guarda compartilhada ao promover a manutenção responsável e solidária dos direitos e deveres inerentes ao poder familiar, minimiza os feitos da separação dos pais. Cabe destacar, por oportuno, também a importância da Lei 13.431/2017 no sentido de penalizar o alienador, exigindo que este se afaste do lar ou ainda, possa ser preso preventivamente. E para o que descumprir medida protetiva, em caso de guarda compartilhada, responda criminalmente pelo ato.

**(Conclusão)** A investigação exposta teve como dever analisar um comportamento familiar que se contrapõe ao melhor interesse da criança e ao princípio do afeto, tipificado no âmbito do direito de família. Com efeito, o aumento do número de divórcios influencia diretamente na prática da alienação parental. Assim, o Estado teve que assumir um relevante papel ao elaborar a lei protetiva que promoveu maior garantia aos envolvidos nestes conflitos, esta lei foi um grande avanço e conseguiu reduzir os impactos causados aos parentes incluídos na relação, não permitindo que a dissolução de casamento ou união estável, afete o equilíbrio psicológico da criança e do adolescente. Assim, a intervenção estatal na criação das referidas legislações não só viabiliza a sanção por multa e destituição do poder familiar como também pode gerar suspensão da autoridade parental ou até, em caso mais graves, a prisão preventiva.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Criança. Adolescente. Lei 12.318/2010. Lei 13.431/2017

**ALIENAÇÃO PARENTAL: COMO PROCEDER FRENTE AS CONSTANTES MUDANÇAS SOCIAIS, SOB A LUZ DO  
ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO?**

**Autor(es):**

*Wilton Dantas Fernandes Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lianny Karoline Coringa da Costa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Eduardo Walderez Flor Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mateus Medeiros de Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Katarina Moura da Costa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*  
*Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem o intuito de analisar a prática da alienação parental e o seu contexto na legislação brasileira. Atualmente, com a evolução do conceito de família no tempo do papel da mulher na família e abordagens sobre o instituto da guarda compartilhada e a forma que os tribunais estão tratando o tema, é possível perceber a sua importância, uma vez que, é existente tutela constitucional, consubstanciada nos artigos 226 e 227 da Carta Magna de 1988, como também em na lei 13.318 de 2010, que trata especificamente da alienação parental.

**(Metodologia)** (OBJETIVOS) Com este presente trabalho temos o intuito de buscar as reais consequências geradas pela alienação, tanto para os filhos, quanto para os pais, através do contexto normativo e do contexto prático, pois a alienação influi a todos os familiares envolvidos, assim sendo uma das principais bases que versaremos é demonstrar o quanto prejudicial são para ambas as partes. Utilizaremos também recursos para verificar a real proporção da alienação parental nas famílias, verificando suas dimensões e até aonde a pessoas próximas são atingidas por ela, buscando assim soluções viáveis para a diminuição da mesma. (METODOLOGIA) A presente pesquisa terá como método de abordagem o método dialético, já que se pretende estudar o tema através de meios que os fatos sejam considerados dentro de um contexto social-econômico, observado os aspectos contraditórios entre a alienação parental e suas interações com os textos normativos da legislação brasileira. Como método de procedimento, utilizamos o método histórico, ao procurarmos perceber as raízes do problema apresentado em nosso país, bem como propomos a análise do tema sob a análise do método funcionalista, estudando a sociedade do ponto de vista da função de suas entidades, no presente caso, a família brasileira.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Buscamos através desta pesquisa resultados positivos em relação as proporções negativas geradas pela alienação parental como um todo, para assim atingirmos a melhor solução para ambas as partes, assim gerando através de um planejamento o combate em si antes mesmo de tomar grandes proporções, como também tentar uma melhora nos ordenamentos para gerar medidas protetivas para a não ocorrência da alienação, com a pesquisa temos como princípio, através dos resultados abranger mais a visualização do tema como um todo, atingindo suas melhores soluções.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Após uma profunda análise dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca da alienação parental e seus efeitos nos familiares e pessoas próximas, com fulcro no código civil de 2002 bem como amparo da nossa carta máxima, a pesquisa não apresenta ainda uma conclusão definitiva, pois a alienação parental, apesar de estar presente em nossa sociedade a anos, apenas recentemente entrou no cenário de debates nacional com maior intensidade. Dessa forma, a conclusão é ainda hipotética sobre as formas de abordar a alienação parental à luz do nosso ordenamento jurídico, bem como meios de impedir esse ilícito. Contudo, é importante salientar que, ao momento da apresentação da pesquisa, ela pode encontrar-se com uma conclusão definitiva.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Alienação Parental. Família. Artigo 226 da Constituição Federal. Código Civil. Criança. Adolescente. Pais.

**AMBIENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR – ANÁLISE DOS MÉTODOS SANCIONATÓRIOS E PERSPECTIVAS PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

**Autor(es):**

*Omar Tavares Guerreiro Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De uma forma ampla, o presente trabalho de iniciação científica aborda um tema bastante recorrente no Direito do Trabalho: acidentes decorrentes do labor. Trata-se de pesquisa, ainda em desenvolvimento, a ser apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso. E por se tratar de pesquisa ainda não finalizada, estão expostas no presente trabalho somente algumas particularidades de uma pesquisa a ser finalizada a posteriori. Como objetivo geral busca-se compreender a natureza do instituto jurídico da responsabilidade civil do empregador nas relações de trabalho, incluindo nessa compreensão as novas formas sancionatórias que têm como intuito a diminuição dos acidentes de trabalho. Entre os objetivos específicos estão: a) buscar os aspectos gerais da responsabilidade civil; b) conceituar ambiente de trabalho; c) analisar as formas de prevenção dos acidentes decorrentes da relação de trabalho; d) apontar algumas perspectivas no sentido das novas formas sancionatórias/educativas para que haja uma maior preocupação do empregador para com o seu empregado. A problemática que permeia este trabalho questiona: há novas formas sancionatórias/educativas capazes de evitar ou reduzir os acidentes de trabalho quando há responsabilidade do empregador? Na tentativa de apresentar resposta a essa problemática, alguns aspectos jurídicos perpassam a questão, quais sejam: a) os aspectos gerais da responsabilidade civil; b) responsabilidade contratual e extracontratual; c) responsabilidade objetiva e subjetiva; d) conceito de ambiente do trabalho; e) dever de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável; f) dever de assegurar o princípio da dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho; g) formas de prevenção dos acidentes decorrentes da relação de trabalho; h) uma análise da fiscalização nas empresas; e, por fim, i) buscar novas formas sancionatórias/educativas para que haja uma maior preocupação do empregador para com o seu empregado.

**(Metodologia)** Para a concretização da pesquisa aqui exposta, a metodologia que se considerou mais apropriada consiste no estudo do direito comparado, lançando-se mão da análise da doutrina e da jurisprudência de países diversos, sempre tendo como enfoque o ambiente laboral. Além disso, também busca-se analisar doutrina brasileira sobre responsabilidade civil, encontrando-se respaldo em Stolze, Gonçalves, Venozza, Cavalieri Filho, entre outros, especialmente na seara trabalhista. Lança-se mão do método dedutivo e do método descritivo. Por fim, pode-se afirmar que se trata de um estudo comparativo, relacionando-se as obras utilizadas com a realidade que se pretende analisar.

**(Resultados)** Considerando que se trata de trabalho de pesquisa em fase de construção, não se pôde trazer aqui resultados definitivos. No entanto, até o presente momento, há expectativa de se encontrar novas medidas que tenham a intenção de evitar os recorrentes acidentes de trabalho, os quais muitas vezes são de responsabilidade do empregador que não tomou as devidas medidas de precaução, ou até mesmo por uma falta de fiscalização do Ministério Público para alertar o empregador dos riscos que este possivelmente poderá causar ao obreiro.

**(Conclusão)** Conforme exposto no tópico referente aos resultados, tendo em vista que este artigo se encontra em fase de desenvolvimento, não se pode falar em uma conclusão pronta, isto é, ainda não existe uma resposta para a problemática que vem sendo apresentada: novas formas sancionatórias/educativas capazes de evitar ou reduzir os acidentes de trabalho quando há responsabilidade do empregador.

**Palavras-Chave:** Acidente de trabalho, responsabilidade civil, empregador.

**AMPLIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 45 DA LEI 8213/91: UMA ANÁLISE SOBRE A DECISÃO DO TEMA  
REPETITIVO Nº 982 NO STJ**

**Autor(es):**

*Fernando de Castro Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Matheus Cabral Gonçalves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, a Lei nº 8213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, no seu artigo 45, estabelece um adicional de 25% no caso de aposentado por invalidez que necessite de cuidador permanente, como por exemplo em casos de cegueira total, doença que exija permanência contínua no leito, incapacidade permanente para as atividades da vida diária etc. Tal adicional é devido, inclusive, para as aposentadorias já no limite do teto da previdência e, também, no décimo terceiro salário. Recentemente, em 22 de agosto de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de recurso repetitivo (Tema 982; RESPs n. 1.648.305/RS e 1.720.805/RJ), decidiu que todo aposentado inválido que comprovadamente necessitar de cuidados permanentes de terceiros faz jus, independente da modalidade de aposentadoria, ao acréscimo de 25% no valor mensal de seu benefício, interpretando a lei previdenciária de forma mais ampla. Dessarte, pretende-se analisar se a tese fixada pelo Tribunal, estendendo a interpretação do artigo 45 da Lei nº 8213/91 a todas as modalidades de aposentação, resguarda os princípios constitucionais da Dignidade de Pessoa Humana e Isonomia.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo que, a partir de uma hipótese formulada, deduz-se a solução para o problema, que ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa foi confirmada. Por fim, fizemos o uso do método comparativo, vez que foram realizadas análises do artigo 45 da Lei nº 8213/91 e Anexo I do Decreto nº 3.048/99 sob a ótica dos princípios constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e Isonomia.

**(Resultados)** Por muito tempo, os aposentados de diversas modalidades, que não a por invalidez, buscaram pela via administrativa e judicial o reconhecimento para si do direito ao auxílio de 25% sobre o benefício de aposentadoria percebida, estando previsto no artigo 45 da Lei nº 8213/91 (Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social), recebendo, invariavelmente, resposta negativa ao pleito sob o argumento de que a previsão legal restringia o auxílio exclusivamente aos aposentados pela modalidade invalidez. Agora, o STJ adotou interpretação extensiva ao dispositivo, de forma a abarcar, sem distinção, todas as modalidades de aposentação.

**(Conclusão)** Diante das considerações apresentadas, obtém-se a conclusão de que a decisão proferida do tema repetitivo nº 982 do STJ atua como precedente garantidor do adicional de 25% a todos as modalidades de aposentadoria, resguardando os princípios constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e da Isonomia.

**Palavras-Chave:** Dignidade da Pessoa Humana. Isonomia. STJ. Adicional. Aposentadoria. Previdência Social.

**ANÁLISE A RESPEITO DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL N° 0531/2018 (LEI DO BAIRRO SEGURO)**

**Autor(es):**

*Alana Raissa Fernandes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho visa mostrar o vício de inconstitucionalidade da Lei N° 0531/2018, aprovada no mês de março de 2018 no município de Natal/RN, por meio do diário oficial do município. Essa lei, que institui o Programa do Bairro Seguro, dispõe sobre a instalação de equipamentos de sinalização e bloqueio em vias públicas da cidade, oportunizando à prefeitura autorizar a emissão de alvará para a construção desses equipamentos em ruas dos bairros residenciais, caso 85% dos moradores locais autorizem. O objetivo dessa lei, segundo a proponente, vereadora Nina Simone, é combater a grande violência presente na cidade. Contudo encontramos um conflito de direitos entre o interesse público e privado, mediante o direito de ir vir e o direito à segurança. Logo, o presente trabalho objetiva-se apresentar os princípios controversos desta lei, que confronta direitos presentes na Constituição Federal de 1988, colocando a sua constitucionalidade em questão. Como também objetiva-se, apresentar os problemas hermenêuticos presentes na sua redação.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica, com a utilização do método hipotético dedutivo, iniciando-se com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, o qual permitirá, através de uma breve exposição bibliográfica da temática abordada, apontar os principais problemas dessa norma diante o ordenamento jurídico atual; A pesquisa tem caráter transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, a lei sobre os conceitos da Hermenêutica e Sociologia Jurídica, Direito Constitucional e Filosofia. E como método de procedimento, utilizou-se a análise de artigos científicos em periódicos, da Constituição Federal e da própria lei N° 0531/2018.

**(Resultados)** Com a análise da lei, e o auxílio dos métodos de interpretação hermenêuticos, pode-se constatar, em um primeiro momento, que o programa do bairro seguro apresenta diversos problemas, sejam de caráter prático, com a sua aplicação, sejam de caráter teórico, frente à leitura sistemática do ordenamento jurídico brasileiro. Observou-se ainda a violação dos direitos fundamentais à livre locomoção, dignidade da pessoa humana e direito à cidade, conforme interpretação de Henri Lefebvre como também a inobservância ao princípio da autonomia do indivíduo, proposto por Immanuel Kant (1724-1804).

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se, dentro do contexto apresentado, que a Lei N°0531/2018 é inconstitucional, visto que os dispositivos nela prescritos violam os princípios constitucionais da liberdade (em consonância com o direito de livre locomoção), entrando em desarmonia com a Carta Maior na medida em que prioriza, de forma clara, os interesses privados sobre os coletivos. Entende-se também que a lei do bairro seguro vai de encontro à construção de uma sociedade mais colaborativa e integrada, preceitos presentes na doutrina filosófica kantiana.

**Palavras-Chave:** Lei do Bairro Seguro. Inconstitucionalidade. Direito Constitucional. Hermenêutica. Livre locomoção.



## ANÁLISE DA PSICOGRAFIA COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Nathália Cristina da Costa Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabe-se que no Direito Penal brasileiro é de competência do júri popular julgar os autores de crimes dolosos praticados contra a vida, conforme estabelece o art. 5º, XXXVIII, “d” da Constituição Federal. O Tribunal do Júri é um órgão colegiado, sendo, portanto, composto por um juiz togado e vinte e cinco juízes leigos, dos quais apenas sete são sorteados para compor o Conselho de Sentença, que julgará o acusado pelo crime. Nestes julgamentos o que se busca, primordialmente, é a verdade dos fatos, sendo as provas o meio utilizado para isto. A demonstração das provas tem como objetivo o convencimento dos juízes (togado e leigos) acerca da existência ou não de um determinado fato/acometimento. A psicografia, capacidade atribuída à médiuns de escrever um texto sob influência de um espírito desencarnado, poderá ser um meio utilizado como prova e, conseqüentemente, conduzir os juízes à um esclarecimento de como deu-se alguns crimes por eles julgados.

**(Metodologia)** Na tentativa de verificar se é possível a aplicabilidade da psicografia como fonte de produção de provas no direito processual penal brasileiro, o presente estudo possui como objetivo analisar o tratamento dado à psicografia enquanto meio de prova no processo penal brasileiro, bem como analisar as provas legais existentes no direito penal brasileiro, além de conceituar a psicografia, verificar se há amparo jurídico para a utilização de cartas psicografadas no processo penal, assim como seria sua aplicação prática. Trata-se de uma pesquisa que busca verificar se há amparo jurídico e aplicação prática para a utilização de cartas psicografadas como prova, buscando o convencimento do júri ou magistrado. Utilizando-se do método dedutivo, uma vez que parte de uma premissa maior: as provas legais no direito penal, para uma proposição mais específica: a psicografia como prova. Dessa forma, o método de procedimento a ser utilizado deve ser o histórico, verificação e o estudo de casos concreto. Quanto às técnicas será analisado a doutrina (tanto espírita quanto a jurídica), jurisprudências, entrevistas, documentários, reportagens, artigos científicos, entre outros.

**(Resultados)** Apesar da pouca notoriedade, no Brasil, já houveram 4 casos em que cartas psicografadas foram utilizadas como prova no Tribunal do Júri. Em todos os casos, os réus estavam sendo acusados de homicídio culposo, nos quais os réus, por acidente, dispararam contra as vítimas. Estas, por sua vez, através de cartas psicografadas, alegaram a inocência dos acusados nos casos em questão e estes, posteriormente, foram absolvidos dos crimes. Apesar disso, vale reforçar que as cartas trazidas como prova, foram feitas por médiuns idôneos e autoridades no assunto, sendo estes Chico Xavier e Jorge José Santa Maria.

**(Conclusão)** O presente ainda está em fase de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Psicografia. Direito Processual Penal Brasileiro. Provas. Cartas Psicografadas.

**ANÁLISE DE COMO OS TRATADOS INTERNACIONAIS INFLUENCIAM A LEGISLAÇÃO, NO QUE CONCERNE A LIBERDADE REPRODUTIVA DA MULHER E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.**

**Autor(es):**

*Michelly Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ordenamento jurídico brasileiro abarca uma série de direitos fundamentais, estes elencados no art. 5º da Constituição, dentre todos os direitos assegurados temos o direito à vida. A lei maior em seu texto afirma que a vida é direito inviolável, mas não nos dá a definição de quando começa a vida em si, esta indefinição gera inúmeros conflitos. Ademais o Brasil é signatário do Pacto São José da Costa Rica que adota a concepção como origem da vida, dessa forma, dificultando uma mudança na legislação legal, uma vez que, os Tratados Internacionais têm força de lei e a legalização conflitaria juridicamente com as leis em vigência. Contudo a questão do aborto precisa ser discutida, uma vez que, é um problema social que aflige o país. Com isso objetiva-se analisar até que ponto os tratados internacionais ratificados pelo Brasil podem interferir na legislação pátria, e se isso não gera uma interferência negativa na soberania nacional.

**(Metodologia)** Para formulação da presente pesquisa foi utilizado o enfoque teórico, alicerçado por coleta de dados bibliográficos (doutrina) cujo tratamento será de cunho qualitativo, buscando a construção de um arcabouço teórico para fundamentar uma compreensão sobre como a legislação pode mudar para legalizar o aborto, mesmo o Brasil, sendo signatário de Pactos Internacionais que influenciam diretamente no ordenamento jurídico e são contrários a essa mudança legal. Dessa forma utilizou-se o método de abordagem dialético e o método de procedimento comparativo.

**(Resultados)** Constata-se que é inegável a importância dos Tratados Internacionais, que garantem a todo ser humano a garantia dos seus direitos, reafirmando a dignidade humana, contudo a realidade social está em constante transformação e o direito tem que, se coadunar com as mudanças da sociedade. A questão do aborto é um problema que a muito se é discutido, e continua com expressa vedação legal, além do fato, de que o Brasil é signatário de Tratados Internacionais que entendem a vida desde o momento da concepção, e tem força de lei no nosso ordenamento jurídico. Entretanto, é necessário observar que cada país detém sua soberania nacional e não pode ter sua autonomia legal afetada em virtude de tratados, ainda mais que, vários países já legalizaram o procedimento do aborto, respeitando assim princípios como liberdade e autonomia da mulher.

**(Conclusão)** Observou-se que durante muito tempo, sob a égide, predominantemente positivista do direito as decisões eram tomadas exclusivamente baseadas no que estava escrito em lei, é um fato que já tivemos algumas evoluções no tema, porém essa melhora ainda não contempla a realidade social vivida. Assim, hoje a interpretação contemporânea encontra-se numa lógica pós-positivista, com destaque para o uso dos princípios e das técnicas hermenêuticas, de forma que as interpretações constitucionais observem o caso concreto, com base em técnicas de ponderação, na qual se medirá qual princípio deve ser considerado para cada caso. Nesse contexto, surge a importância da análise do cumprimento dos Pactos ratificados pelo Brasil e sua natureza jurídica. Assim verificando como se dá essa interferência na legislação e se esta é positiva para a soberania, autonomia e democracia do país.

**Palavras-Chave:** Aborto; Tratados Internacionais; Soberania; Hermenêutica Jurídica.

**ANÁLISE DO EFEITO DA REMOÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO EM FONTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO ESTADUAIS DO RN: IMPLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS, SOCIAIS E ANÁLISE DO RISCO DE CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE NAS CONTAS PÚBLICAS**

**Autor(es):**

*Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 169, que a despesa com pessoal nos Estados não poderá ultrapassar as circunscrições prescritas em lei complementar. Tal incumbência coube a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual visa assegurar a responsabilidade na gestão fiscal, por meio de ação transparente e prevenindo riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante a obediência a limites e condições nos gastos com pessoal. Na avaliação desses pontos, impõe-se o uso da receita corrente líquida e do dispêndio com servidores, levando em consideração, nestes itens, o impacto do imposto de renda retido em fonte (IRRF). Entretanto, vários Estados brasileiros, incluindo o Rio Grande do Norte, tomando como base decisões dos respectivos tribunais de contas, removeram esse elemento do cálculo da restrição orçamentária. Essas medidas, porém, levantam questionamentos sobre a sua adequação à normas jurídicas vigentes e o seu direcionamento, de maneira que políticas públicas não sejam prejudicadas por elas. Assim, a presente pesquisa investigou a validade e os riscos à sociedade da remoção do IRRF da estimativa do limite para gasto com pessoal – servidores públicos do Executivo e Legislativo no Estado do Rio Grande do Norte – frente ao ordenamento jurídico em vigor.

**(Metodologia)** Esta pesquisa ocorreu confrontando-se a decisão do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE RN) com a LRF, no contexto da atual decisão do Supremo Tribunal Federal e do que recomenda a Secretaria do Tesouro Nacional. Corroborando com esse processo, estudou-se o efeito do IRRF sobre a despesa com pessoal do Executivo e Legislativo do Rio Grande do Norte, de forma estatística, e as decorrências sociais disto.

**(Resultados)** A partir dos elementos coletados, observou-se um desajuste entre a interpretação que se faz da Lei de Responsabilidade Fiscal e a visão do TCE RN, sobre a aplicação do IRRF na definição da despesa com pessoal. Desse modo, fez-se em âmbito estadual, uma decisão de tribunal substituir o que estabelece uma lei complementar. Esse efeito, por sua vez, gera estimativas, por vezes, sobredeterminadas e subdeterminadas, quando comparadas ao formato da lei federal, o que é indicativo de instabilidade nesse procedimento, uma vez que ele se torna função da razão da hipótese anual de imposto de renda retido em fonte, removido da receita corrente líquida, pelo mesmo imposto, removido em seu valor real mensal da despesa com pessoal.

**(Conclusão)** O desacordo entre a decisão da Corte potiguar e do referido dispositivo fixado pela Carta Maior, que é apoiado pela maior instância do Poder Judiciário do Brasil e pela mencionada secretaria, conduz a sua inconstitucionalidade. Além disso, essa eliminação contraria o princípio do orçamento bruto, de modo que a fiscalização da despesa com pessoal do Executivo e do Legislativo do Estado estaria dando-se em valor com dedução, mascarando os gastos reais. Do ponto de vista social, a instabilização do limite de despesa com pessoal pode resultar em punição indevida para o Estado – o que representa sério comprometimento na garantia da sua atuação positiva – ou, que o Estado não seja penalizado quando deveria, continuando o gasto indevido, o qual desincompatibiliza as contas públicas, produzindo o mesmo efeito negativo. Portanto, a retirada do IRRF deve ser desfeita, voltando-se a obedecer ao mecanismo explicitado na LRF, para atingir-se os padrões de legalidade, legitimidade e constitucionalidade orçamentária.

**Palavras-Chave:** Imposto de renda retido em fonte. Despesa com pessoal. Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **ANÁLISE DO FILME LEVIATÃ DE ANDREY ZVYAGINTSEV: ABUSO DE PODER ESTATAL E IMPERMANÊNCIA**

### **Autor(es):**

*Maria Luísa Freire de Morais Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** CineLegis é um projeto de pesquisa e extensão do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte aberto a alunos de outras Instituições de Ensino Superior. A análise de filmes é uma de suas atividades para estabelecer reflexão e diálogo transdisciplinar por meio da linguagem cinematográfica, do estudo do Direito e da prática jurídica. *Leviatã* (Rússia, 2014), do diretor Andrey Zvyagintsev, foi selecionado para uma das resenhas a serem publicadas no blog do CineLegis em 2018, com divulgação nas redes sociais. Este trabalho, portanto, busca apresentar uma síntese da análise do filme *Leviatã*, bem como estimular a comunidade universitária a assisti-lo e debatê-lo.

**(Metodologia)** Para proceder à análise, o filme foi assistido três vezes: em 2016, em exibição desvinculada dos círculos de Direito, quando já se vislumbrava o potencial de análise pelo prisma jurídico. Nas duas outras, em 2018, foram feitas as análises panorâmica e recortada (por capítulos), visto que o filme se desenvolve num curto período de tempo. Foi esquematizada a cronologia dos fatos e foram transcritas na íntegra as cenas juridicamente relevantes, em que tudo se passa “dentro da lei”, com base em artigos dos Códigos de Processo Civil e Penal. Além da investigação pessoal dos componentes jurídicos na história, este trabalho contou com a leitura de matérias, entrevistas e críticas jornalísticas. O filme faz referência ao livro *Leviatã*, de Thomas Hobbes, e ao Livro de Jó, da Bíblia, mas não foram incluídos na metodologia de análise.

**(Resultados)** A escolha de *Leviatã* se deu pela alta qualidade cinematográfica, narrativa dramática no contexto do Estado de Direito, repercussão na imprensa, prestígio mundial de crítica e público, método alternativo de distribuição e decorrências na legislação cultural da Rússia. Uma polêmica atual que o estudante e o profissional do Direito não podem se abster de conhecer e discutir, a fim de ampliar repertório cultural e senso crítico. Zvyagintsev é um expoente do “realismo social” e o cinema russo é um dos destaques do cinema autoral. O filme venceu o prêmio de “melhor roteiro” no Festival de Cannes e o de “melhor filme estrangeiro” no Globo de Ouro. Já o Golden Eagle da Rússia limitou-se a premiar o diretor e dois atores. A película agora está disponível nos aplicativos comerciais de exibição, mas foi por meio de cópias digitais “piratas” que o filme se distinguiu. Como sofreu boicote das salas de cinema da Rússia, o diretor incentivou que as pessoas assistissem ao filme ilegalmente por meio de downloads não pagos, alcançando amplos círculos de espectadores em todo mundo. *Leviatã* mostra ou faz menção a instituições relativas à proteção estatal e à Justiça, como Prefeitura, Ordem dos Advogados, Polícia, Delegacia, Penitenciária, Promotoria e Tribunal. A história se desenvolve a partir da desapropriação de um terreno de família, situado em área valorizada. Com base nas Decisões emanadas do Poder Judiciário, a vida do homem simples, o protagonista Kolya, toma um rumo de inquietante impermanência, um caldeirão de emoções que se inicia com Ato do Poder Municipal e só piora a cada cena, em que perder sua casa passa a ser o menor dos seus problemas. Destaca-se no filme o papel de Dmitri como amigo e advogado de Kolya.

**(Conclusão)** Ainda que inspirado na história de um norte-americano, em 2004, sua narrativa se dá na atualidade russa, em uma pequena cidade costeira, no mar de Barents, filmado em órgãos municipais reais, com 35% de seu orçamento financiado pelo Ministério da Cultura. O filme é considerado uma obra-prima, uma crítica mordaz ao abuso de poder estatal e possui uma mensagem universal em defesa da Democracia e do Estado de Direito, em qualquer país.

**Palavras-Chave:** burocracia. cinema. corrupção. democracia. estado de direito. rule of law.

## ANÁLISE DO FURTO DE APARELHOS CELULARES À LUZ DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

### **Autor(es):**

*Thalyson Gabriel da Silva Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luísa Cavalcanti Vidal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marina Andrade Rosado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A decisão sobre o Habeas Corpus concedido pela 2ª turma do Supremo Tribunal Federal, cujo relator foi Ricardo Lewandowski, provocou questionamentos, quando atribuiu como base de seu entendimento, o princípio da insignificância ao furto de um aparelho celular. Dessa forma, percebe-se que há a violação de um direito fundamental, o da propriedade, causando insegurança jurídica. Com o intuito de promover uma boa abordagem do assunto, é evidente a necessidade de desenvolver uma análise dos possíveis desdobramentos de toda problemática e dos efeitos acerca dessa decisão, estabelecida pela maior instância do poder judiciário.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi dialético, pois ao emanar da análise da situação concreta, observa-se que há uma luta dos contrários, isto é, uma contraposição das ideias. A partir da afirmação do caso inicialmente dado (tese), há uma oposição a tese (antítese), surgindo do conflito delas a conclusão (síntese). Como método de procedimento, o utilizado foi o comparativo, em razão da frequente confrontação das leis com a realidade, proporcionando uma pesquisa descritiva.

**(Resultados)** No dia 16/05/2017 2ª turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu o Habeas Corpus a Fernando Lucílio da Costa. O fato em questão ocorreu há mais de cinco anos no estado de Minas Gerais, quando o réu subtraiu um aparelho celular no valor de R\$ 90,00 (noventa reais). Ademais, a 5ª turma do STJ determinou a condenação de Fernando, pois além do objeto furtado custar mais 10% do salário mínimo da época, o réu era incidente. No entanto, a 2ª turma do STF teve como entendimento predominante a aplicação da atipicidade da conduta e a aplicação do princípio da insignificância, promovendo o trancamento da ação penal. Em meio a atual situação do Brasil, que apresenta a ineficiência da segurança pública e aumento da criminalidade como uma das principais dificuldades a ser enfrentadas, observa-se que esse Habeas Corpus não colabora para a superação de tais obstáculos. Citando caso análogo, a política de tolerância zero em Nova Iorque trouxe resultados significativos à sociedade, pois ao tratar de forma rigorosa, até mesmo, os pequenos delitos conseguiram reverter todo o cenário de violência vivido na região, a transformando em uma das cidades mais seguras do mundo.

**(Conclusão)** Com base na observação dos aspectos analisados, a concessão deste Habeas Corpus é tida como uma espécie de equívoco jurídico, por violar um Direito Fundamental, o da propriedade, mesmo tendo sido tomado como base por um princípio constitucional, que é o da insignificância, uma vez que Fato que desencadeia em problemáticas acerca do assunto, sendo como principal, a insegurança jurídica.

**Palavras-Chave:** Princípio da insignificância. Furto. Tolerância zero.

**ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA POR PARTE DAS TRANSNACIONAIS  
E SOBRE A DESIGUALDADE SISTÊMICA NA REGIÃO**

**Autor(es):**

*Eirilânia Marreiro Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*José Henrique Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A América Latina é a região que concentra a maior desigualdade social do mundo, segundo a administradora do Programa das Nações Unidas, Helen Clark. Para compreender a estrutura desse problema, é preciso refletir sobre o contato histórico que as elites econômicas dessa região, desde o colonialismo até à atual globalização, mantêm com os agentes estrangeiros, mas também avaliar o cenário de violência sistêmica presente nos Estados, visto que boa parte da população não tem acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento, alimentação, cultura etc. Analisando esse contexto, o presente trabalho explica o impacto da atuação das transnacionais nesse processo de desigualdade, e mostra que há dois lados na Divisão Internacional do Trabalho: em um estão os países desenvolvidos, de IDH (índice de desenvolvimento humano) muito elevado e historicamente especializados em ganhar; no outro estão as nações historicamente especializadas em perder, e para onde são transferidas as lucrativas práticas trabalhistas, ambientais e institucionais nefastas que fariam o IDH das nações ricas despencar. Com isso, argumenta-se que essas grandes corporações, em virtude do alto apoio internacional, poderio econômico, relação com os Estados e consequências imediatas, podem provocar graves violações aos direitos humanos. Os principais objetivos do trabalho buscam permear as vários fatores que compõem a estrutura do problema referente às violações de direitos humanos e crise de desigualdade. Primeiro, busca-se contextualizar explicando um breve histórico do território latino-americano, bem como sua situação geopolítica atual. Segundo, se esclarece alguns pontos sobre o processo de globalização e a influência das transnacionais nas economias das nações. Depois, expor os principais direitos transgredidos: direitos trabalhistas, ambientais, saúde pública, mitigação à cultura, dentre outros, demonstrando alguns casos específicos envolvendo, por exemplo, a Chevron, o desastre de Mariana e o caso Ralco. Por fim, pretende-se expor uma suposta arquitetura da impunidade, discorrendo sobre a responsabilidade jurídica das transnacionais.

**(Metodologia)** As principais fontes de pesquisa do presente trabalho são de caráter bibliográfico. O autor se utilizou de sua participação em uma atividade de extensão do modelo de Nações Unidas SOI (Simulação de Organizações Internacionais), da UFRN - Universidade Federal do RN -, onde simulou o CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) e debateu sobre o tema desse trabalho com base em alguns materiais bibliográficos. As informações foram extraídas do Guia de Estudos, artigo elaborado pelo evento, disponível na página [http://soi.org.br/?page\\_id=1054](http://soi.org.br/?page_id=1054). O artigo faz referências a obras como "As Veias Abertas da América Latina", de Eduardo Galeano, e outras obras acadêmicas. Também foi utilizado como material de consulta para a construção desse trabalho o artigo "Empresas Transnacionais, Violações de Direitos Humanos e Violência Estrutural na América Latina: Um enfoque criminológico", de María Laura Böhm.

**(Resultados)** Os resultados apresentados é a exposição de um panorama geral sobre problemas estruturais da América Latina, tendo como objeto de análise a atuação das transnacionais e as consequências para os direitos humanos. Foi possível chamar atenção para a necessidade de obter mais controle sobre a atuação dessas corporações.

**(Conclusão)** Com base em tudo que foi exposto pelo presente trabalho, é possível enxergar a necessidade de criar tratados e pactos internacionais de caráter vinculante (obrigatório) sobre a atuação das transnacionais, prevendo punições por parte de tribunais internacionais. Todas as tentativas de controle não foram bem sucedidas, e os pactos criados até então são de caráter político ou recomendativo, mas não obrigatório.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos, violações, Transnacionais, América Latina.

**ANIMAIS DOMÉSTICOS: ESTABELECENDO O EQUILÍBRIO ENTRE O EXERCÍCIO DO DIREITO INDIVIDUAL E A BUSCA PELA FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO DE VIZINHANÇA.**

**Autor(es):**

*Maria Clara Dantas Cavalcanti Ribeiro Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Marcos Cunha Lima Rosado Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O direito de vizinhança é o ramo do direito civil que tem como objeto os conflitos de interesses causados por eventuais interferências entre propriedades imóveis próximas. Isso significa que o ordenamento jurídico brasileiro também é cuidadoso em disciplinar o exercício individual do direito à propriedade quando este interfere na esfera coletiva. Verifica-se que o crescimento populacional urbano se desenvolve de forma paralela aos conflitos de vizinhança, vez que o número de unidades condominiais também aumenta. Um dos fenômenos mais evidentes em grandes cidades é o apego das pessoas com bichos de estimação - que, por muitas vezes, fazem com que seus donos se sintam mais acolhidos em apartamentos individuais e os mantém acompanhados durante boa parte do dia. Com isso, é comum a ocorrência de conflitos quando o número de animais em uma unidade condominial passa a interferir nos exercícios inerentes ao direito de propriedade de outros condôminos – que tem o seu sossego, saúde e segurança incomodados em razão do elevado número de bichos.

**(Metodologia)** (OBJETIVOS) A presente pesquisa pretende analisar o conflito que envolve o direito de vizinhança e o elevado número de animais em ambientes domésticos, delineando seus limites com base na saúde, na segurança e no sossego inerentes a cada unidade condominial, bem como reconhecendo e respeitando o direito individual da propriedade e de seu usufruto. Dessa forma, busca-se investigar se é lícita a limitação do número ou da vivência de animais em condomínios. (METODOLOGIA) Nesta pesquisa se utiliza o método indutivo, no qual pretende se pautar através de ampla análise jurisprudencial de conflitos entre os direitos de vizinhança que envolvam elevado número de animais em ambientes domésticos e o exercício constitucional do direito individual a propriedade.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Atualmente, é muito comum a inserção, nos regulamentos internos dos condomínios, de cláusula proibitiva de criação de animais nas unidades. No entanto, a jurisprudência é pacífica no sentido de incabível tal proibição, uma vez que, não havendo nenhum dispositivo legal que delimite a quantidade máxima de animais em ambientes domésticos, não cabe ao regulamento interno do condomínio coibir o exercício da propriedade. Desta forma, observa-se que o ordenamento jurídico não se preocupa em quantificar os animais, mas em qualificar os transtornos que estes possam causar aos vizinhos.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Mesmo que apenas um animal de pequeno porte seja suficiente para causar transtornos à vizinhança, entende-se que cabe ao Estado a tarefa de definir critérios de delimitação do número máximo de animais que se pode ter em um ambiente doméstico, a partir do metro quadrado. Ex.: 01 (um) animal a cada 20 (vinte) metros quadrados. Ora, a criação de animais faz parte do direito a propriedade, mas o exercício desde direito não pode ultrapassar os três pilares do direito de vizinhança: segurança, sossego e saúde. Dessa forma, o Estado deixaria de ocupar a posição de amparador de conflitos e passaria a evitá-los através de sua função normativa. Além disso, a delimitação proposta resolveria qualquer dúvida quanto ao objeto tratado pelo regimento interno dos condomínios, vez que não haveriam dúvidas quanto ao limite de animais.

**Palavras-Chave:** Direito de Vizinhança. Condomínio. Animais. Ambiente doméstico. Saúde. Segurança. Sossego. Razoabilidade. Normatização.

**APOSENTADORIA DO RURÍCOLA: IMPACTOS POSITIVOS NA VIDA PESSOAL E NA SOCIEDADE**

**Autor(es):**

*Paulo Henrique Lima e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Elizabete Mendonça de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Karla Vanessa do Nascimento Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Como objetivo geral, visou-se analisar os impactos da aposentadoria do rurícola. Em forma de objetivos específicos, procurou-se analisar qual a modalidade de benefício mais empregado, além de demonstrar a luz do estudo de caso, a importância dessa aposentadoria, bem como a necessidade de ampliação de seu alcance.

**(Proposta do roteiro)** No roteiro há a composição da elaboração do videoclipe com imagens que representam a realidade do rurícola, com frases que desmistificam a ideia de que essas aposentadorias que são concedidas são sem necessidade e que elas são fatores de grande impacto na previdência social, juntamente com um fundo musical de Dom e Ravel e a música intitulada Obrigado ao Homem do Campo.

**(Efeitos esperados)** Muito além de contribuição monetária, a aposentadoria do rurícola representa fortalecimento das relações familiares, com o idoso sendo visto como alguém que provê a subsistência de seu núcleo familiar, o que antes disso, era visto como mero dependente, afetando positivamente a economia local, encorajando a atividade rural, aumentando a renda e poder de compra, conseqüentemente, girando o comércio local. Sendo assim, espera-se fazer com que mais pessoas possam entender essa visão.



## AS BALIZAS IMPOSTAS AO JUDICIÁRIO POS REFORMA TRABALHISTA

### **Autor(es):**

*Francisco das Chagas Araujo Junior : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Sara Regina Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mayara de Souza Feliciano : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As relações de trabalho se modificam a cada dia que passa e não há como criar leis trabalhistas a cada forma de se pactuar uma nova relação de trabalho. Desta maneira a desregulamentação do direito passou a existir, mediante um ativismo judicial que passou a imperar. Desregulamentação esta que começou a desvirtuar um direito consolidados após muita luta histórica para se firmar direitos e garantias a ambas as partes envolvidas na relação de labor. Levando o conflito ao judiciário, tal âmbito passou a exceder sua esfera, interferindo na atuação do legislativo. O entendimento jurisprudencial, passou a se sobressair a própria norma. Com o advento da reforma trabalhista muitas leis foram redefinidas, e como consequência a mesma freou tal atuação desregulada do judiciário. Em análise ao que foi exposto se faz de extrema importância a compreensão do direcionamento da pesquisa, a qual visa expor a limitação da interpretação do judiciário a relações trabalhistas, pós reforma. Onde tal reformulação gerou um controle a atuação atípica do judiciário.

**(Metodologia)** Através de uma pesquisa qualitativa e comparativa se utilizando de matérias jornalísticas, pesquisas virtuais e bibliográficas relacionadas ao tema. E assim realizando um estudo minucioso e profundo, para explicar e descrever através de casos concretos as mudanças que vieram a ocorrer.

**(Resultados)** Após a reforma, decisões antes implementadas pelo poder judiciário em sua função atípica, principalmente através de súmulas, ganharam novas limitações impostas pelo poder legislativo embasadas pela CLT, garantindo a uniformidade nas decisões judiciais, já que limita grande parte das interpretações, antes necessárias devido ao caráter subjetivo de algumas normas, e como consequência segurança jurídica as partes envolvidas na relação de trabalho.

**(Conclusão)** A pesquisa constatou que a reforma trabalhista trouxe algumas mudanças em consonância com novas modalidades de trabalho e também novas maneiras de relação entre as partes, de forma mais persona e específicas, sendo regida pelo rol dos art. 611-a e 611-b da CLT. Além da aplicação de tal direito por parte do judiciário. Onde por não se ter normas totalmente adequadas e atualizadas com o cenário trabalhista, julgavam baseados em princípios, fundamentos ideológicos e políticos peculiares a cada magistrado. Gerando por consequência uma insegurança jurídica. Desta forma, pós reforma o cenário passou a mudar e a limitação a tal atuação passou a existir, trazendo aos envolvidos na relação de trabalho uma melhor segurança quantos aos seus direitos e quanto a aplicação do judiciário de forma mais justa e descrita em lei.

**Palavras-Chave:** Reforma Trabalhista, Atuação do Judiciário, Limites de Atuação, Ativismo Judicial, Segurança jurídica.

**AS EMPRESAS E A LEI Nº12.305/2010: O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA PELO CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS**

**Autor(es):**

*Jelisse Vieira Gomes Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei nº 12.305/2010, regulamenta a questão socioambiental em torno dos resíduos sólidos no Brasil, uma vez que define diretrizes, princípios, instrumentos e atribuições com o objetivo de estruturar um modelo de gestão e gerenciamento com base em soluções e ações compartilhadas entre o Estado, o Mercado e a Sociedade. Diante desse contexto, este trabalho possui como objetivo principal analisar o Princípio da Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos produtos, prevista na PNRS, e a atuação das empresas com fulcro na minimização dos impactos ambientais e sociais da problemática em torno dos resíduos sólidos.

**(Metodologia)** Esta pesquisa busca compreender, utilizando-se do método indutivo, como a responsabilidade socioambiental das empresas foi ampliada com o advento da PNRS. Para se concretizarem os objetivos da pesquisa, a abordagem predominante utilizada foi qualitativa, porque se busca entender as relações provenientes da gestão de resíduos sólidos em meio urbano e da atuação do ramo empresarial em prol da implementação e efetivação de uma política pública.

**(Resultados)** O fenômeno da globalização e da metropolização contribuiu para o aprofundamento da ideia de reestruturação dos papéis dos atores sociais, passando de uma visão tradicional, onde o Estado tinha a responsabilidade exclusiva de promover o bem-estar social, para uma gestão compartilhada entre os atores (BUSCH E RIBEIRO, 2009). A fim de corroborar com essa questão, a PNRS adota como princípio a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade, bem como a articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos (BRASIL, 2010) constitui objetivo da política nacional. Nesse sentido, é importante que as soluções para as problemáticas decorrentes dos resíduos sólidos sejam partilhadas, uma vez que, por definição legal, sociedade civil e empresas, sejam públicas ou privadas, as quais por meio de suas atividades gerem algum tipo de material, são consideradas como geradoras de resíduos sólidos. E, desse modo, as empresas passaram a exercer algumas atribuições antes exclusivas do Estado, possuindo uma responsabilidade solidária pela solução dos problemas sociais e ambientais provenientes da exploração de sua atividade econômica. O princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos constitui um dos pontos elementares da PNRS, sendo conceituado como o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados (BRASIL, 2010). Desse modo, embora o tratamento de resíduos no Brasil seja atribuição específica da administração municipal conforme disposição constitucional, a PNRS aborda a gestão de resíduos como campo holista, capaz de agregar diversos atores nesse processo, desde o poder público, a esfera privada, as cooperativas de catadores e o consumidor final dos produtos.

**(Conclusão)** As soluções para as problemáticas de cunho socioambiental demandam a pactuação entre diferentes atores políticos e sociais. Desse modo, o Estado, mercado e sociedade devem realizar um esforço conjunto para amenizar os impactos causados por uma gestão ineficaz, conforme o princípio da responsabilidade compartilhada. Aos geradores – setor empresarial e coletividade – e ao poder público cabe a responsabilidade pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nos termos da lei e em seu regulamento.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Socioambiental. Atividade Empresarial. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Princípio da Responsabilidade Compartilhada.

**AS ENERGIAS RENOVÁVEIS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A EFETIVAÇÃO DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Autor(es):**

*Fernando de Castro Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Matheus Cabral Gonçalves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 consagrou o dever do Estado e da sociedade, os quais deverão juntamente proporcionar um meio ambiente equilibrado, preservando-o para a presente e futuras gerações. Contudo, esta é, de acordo com a classificação de José Afonso da Silva, uma norma constitucional programática, a qual necessita se efetivar a partir de políticas públicas e de movimentos da sociedade. Diante disso, os entes federativos buscam novas fontes de energias que não agridam ao meio ambiente, causando grandes desmatamentos ou poluindo o meio ambiente. Um exemplo disso é o Estado do Rio Grande do Norte, um dos principais polos na produção de energias renováveis, em especial, das energias solares e eólicas, em razão de suas características geográficas. Da mesma forma, nos últimos tempos, a União vem buscando um maior investimento nas energias renováveis, no intuito de ampliar a sua produção por todo o País. Deve-se citar, ainda, o Projeto de Lei do Senado nº 433/2015, que deseja alterar a Lei 10.348/02, reservando uma quota de 15% de toda a energia consumida no País para as energias limpas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa estatística, bibliográfica e legal de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo que, a partir de uma hipótese formulada, deduz-se a solução para o problema, que ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa foi confirmada. Por fim, fizemos o uso do método comparativo, uma vez que foram realizadas análises do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil face a Lei nº 10.438/02 e o Projeto de Lei do Senado nº 433/2015, à luz do princípio do Meio Ambiente Equilibrado.

**(Resultados)** Desde a promulgação da Constituição de 1988, se percebe um aumento na busca de energias renováveis, como alternativas às energias que causam grande impacto ambiental. A aprovação Projeto de Lei do Senado nº 433/2015, somado aos investimentos estatais nesta área seriam, pois, um importante passo rumo a uma alteração nas fontes de energia do País, gerando boas consequências ao meio ambiente. Da mesma forma, as ações do Governo Federal e de Governos Estaduais devem continuar caminhando na mesma direção para que possamos ter uma maior efetivação do artigo 255 da Constituição Federal.

**(Conclusão)** Diante das considerações apresentadas, vê-se que o crescimento da produção de energias renováveis um fato no Brasil, e, com a adoção de medidas públicas favorecendo este mercado só favorecem à progressiva mudança do tipo de energia usado no Brasil.

**Palavras-Chave:** Artigo 225 da CRFB/88. Energias renováveis. Princípio do Meio Ambiente Equilibrado. Rio Grande do Norte. Projeto de Lei do Senado nº 433/2015.

## AS STARTUP'S E A BUSCA POR UM MODELO SOCIETÁRIO IDEAL

### **Autor(es):**

*Izabela Mikaela de Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana Elizabete de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Daniel Medeiros Porpino Dias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Daniela Ferreira de Queiroz Serejo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Startup é caracterizada por ser um modelo de empresa em fase de construção dos seus objetivos, estando vinculada à pesquisa, ideias inovadoras e condições de extrema incerteza sobre a sua concretização, voltando-se para o negócio repetível e escalável. Nesse contexto de desenvolvimento, será necessário, em determinado momento, a escolha do modelo societário que irá reger a empresa, surgindo a dúvida sobre qual seria o mais benéfico para esse tipo de empreendimento, uma vez que tal decisão impactará no modo de funcionamento da empresa, em seus investimentos, sócios e administração. Desse modo, a presente pesquisa buscará analisar comparativamente os pontos positivos e negativos dos dois modelos societários que são costumeiramente adotados pelas Startup's no Brasil, quais sejam, a Sociedade Limitada e a Sociedade Anônima, e o porquê de tais preferências, com o objetivo de investigar se existe um modelo ideal para estes empreendimentos emergentes.

**(Metodologia)** O objetivo geral da pesquisa é investigar se existe um modelo societário ideal que consiga abarcar os objetivos e modo de funcionamento inovadores das Startup's. Quanto aos objetivos específicos, pode-se citar o estudo aprofundado da Sociedade Limitada e da Sociedade Anônima, analisando suas características e quais seus prós e contras quando aplicadas às Startup's, verificando as consequências decorrentes de cada escolha e chegando-se a conclusão se alguma delas pode ser considerada como um modelo ideal que atende aos anseios dessa ideia moderna. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método de abordagem dialético, uma vez que será feita contraposição entre os pontos positivos e os entraves trazidos pelos tipos de sociedade supracitados quando de sua aplicabilidade nas Startup's. Os métodos de procedimento compreendem o histórico, o descritivo e o comparativo e, no que tange as técnicas de pesquisa, serão analisados documentos e bibliografias, com ênfase em legislações e doutrina referentes ao direito empresarial e civil.

**(Resultados)** A partir das pesquisas realizadas, observa-se que, por um lado, as Startup's gozam de certas características próprias das sociedades de pessoas, dentre elas o importante papel de seus criadores na atuação da sociedade, que as aproximam do modelo teórico de uma Sociedade Limitada, além de ser um sistema de menor custo e trâmites burocráticos para sua formação. Em contrapartida, estas empresas necessitam de aptidão para receber investimentos sem que estes ocasionem alterações, notadamente, no seu controle e, diante de tal necessidade, algumas Startup's acabam por adotar a Sociedade Anônima. Com isso, são comuns os casos em que este novo modelo de empresa adota inicialmente a forma de Sociedade Limitada e, posteriormente, em razão de outras adequações, tais como o ingresso de outros investidores, se transforma em uma Sociedade Anônima. No entanto, essa transformação esbarra em novos problemas, como dificuldades de natureza fiscal, que podem gerar, por exemplo, impedimento de adesão ao Simples Nacional, impossibilitando, via de regra, um maior lucro para a empresa. Desse modo, nota-se que a Startup não se adequa, ao menos de forma completa, às exigências e características das sociedades mencionadas, concretizando a dificuldade de estabelecer um modelo societário ideal.

**(Conclusão)** Por fim, conclui-se que as Startup's não se amoldam perfeitamente a nenhum dos tipos societários supracitados e, a bem dizer, a nenhum outro atualmente existente no direito empresarial e civil, além de que não existe uma fórmula pronta capaz de abarcar todos os tipos de Startup's, pois cada uma possui as suas peculiaridades. Assim, verificou-se que a legislação brasileira optou pela criação de normas específicas para esses empreendimentos que não conseguem estar imersos em nenhum dos modelos societários mais costumeiramente utilizados no país, bem como elaborou projetos legislativos, como o da Sociedade Anônima Simplificada, objetivando minimizar a problemática em questão.

**Palavras-Chave:** Direito Empresarial. Startup. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima.

**ASPECTOS JURÍDICOS – SOCIAIS DO FEMINICÍDIO : UMA ANÁLISE DE SUA PERSISTÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**Autor(es):**

*Mariana De Moura Porpino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Flávia Lira da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andrei Luiz Casado dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho refere -se ao desenvolvimento histórico de como as mulheres são vistas em relação aos seus direitos. Uma questão que é debatida desde as sociedades primitivas, onde pessoas do sexo feminino eram vistas de forma inferior à do masculino, seu papel era restrito ao ambiente familiar, como no Código Civil de 1916 que eram sustentados princípios conservadores mantendo o homem como chefe da sociedade conjugal limitando a capacidade da mulher à determinados atos como por exemplo a emancipação que seria concedida pelo pai, ou, havendo discordância entre os cônjuges prevaleceria a vontade paterna, a Lei 11.106/2005, que se restringia a dar proteção apenas à “mulher honesta”, que só teve o termo (honesto) retirado em 2009 proporcionando o machismo no ambiente jurídico – social. Todavia, com o passar do tempo, a mulher foi ganhando seu devido espaço, como ganhos de legislações próprias que as visa a sua proteção como é o caso da Lei Maria da Penha - Lei 11.340/06 que contem em seu interior medidas protetivas e a Lei 13.104/15 Lei do feminicídio, que será discorrido ao longo desse trabalho a sua aplicabilidade. A finalidade deste trabalho é fazer uma análise de como está sendo a aplicabilidade da Lei 13.104 Lei do feminicídio, após seus três anos de vigência.

**(Metodologia)** O método utilizado na realização da pesquisa é o método de abordagem, o dedutivo, partindo de uma generalização para uma parte específica, buscando o melhor meio de resolução dos problemas. Assim como, o método auxiliar histórico têm papel fundamental na explicação das raízes do dilema, promovendo dessa forma, uma contextualização da problemática abordada na pesquisa. Como também as técnicas de pesquisa que são as reportagens de cunho social relevantes, estatísticas, artigos científicos sobre a questão de gênero, todos auxiliando para uma melhor compreensão do tema.

**(Resultados)** Observar-se que mesmo com a elaboração de novas leis no ordenamento jurídico brasileiro, como a Lei Maria da Penha, tendo sua finalidade proteger as mulheres vítimas de violência no âmbito doméstico, entretanto a pena imposta ao agressor era curta e podendo ser reduzida no caso de bom comportamento, não surtindo o efeito desejando, pois os índices de reincidência não teve uma baixa considerável, assim foi elaborado uma legislação que punisse de forma mais gravosa, a Lei nº 13.104/15 Lei do feminicídio que é uma qualificadora do crime hediondo, o Código Penal brasileiro trata do crime de feminicídio, explicitamente classificado e tipificado.

**(Conclusão)** Por fim, foi idealizado que após discussões, debates e pesquisas sobre a questão da violência contra a mulher, vimos que é um problema que ainda persiste na sociedade visto que o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) divulgou o balanço do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, segundo deus dados de janeiro a julho de 2018 foram registrados 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídio e 118 tentativas de homicídio. Se compararmos com o último relatório da Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocuparia a 7ª posição entre as nações mais violentas para as mulheres de um total de 83 países, com a possibilidade desses números serem ainda maiores, pois à casos onde não há denúncia, casos que o feminicídio pode ser confundido erroneamente como homicídio, e ainda são encontrados diversos casos de negligencia no Poder Judiciário, onde há uma vitimização do agressor, com isso podemos perceber que o Brasil hoje tem legislações específicas e boas, no entretanto temos ainda sérios problema na sua aplicabilidade.

**Palavras-Chave:** Feminicídio; violência; machismo;

## ATIVISMO JUDICIAL E A DESARMONIA ENTRE OS PODERES PÚBLICOS

**Autor(es):**

*Lucas Vinicius de Oliveira França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É fato notório que a sociedade brasileira vem sofrendo com um déficit nos serviços públicos, tais como saúde, segurança, educação, lazer etc. A prova disso são as inúmeras entrevistas, reportagens e matérias que mostram o padecimento de pessoas em presídios e hospitais, bem como a carência no ensino público, juntamente com a falta de infraestrutura, sem contar a má remuneração dos funcionários. Isso se dá em virtude da ausência de execução de políticas públicas, como também da má administração, tendo como principal responsável o Poder Executivo. Em consequência disso, gera-se insatisfação para toda a população, a qual opta por ir ao Judiciário no intuito de solucionar a situação, gerando mais processos para a máquina estatal dar conta. É importante salientar que, ao decidir sobre esse tipo de questão, a atividade jurisdicional está interferindo na esfera do Executivo, levando a uma desarmonia entre as entidades do Estado.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho analítico, na qual fora utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que partimos da premissa de que o ativismo judicial gera desarmonia entre os poderes públicos, usando-se argumentos para analisar e tal preconceito, não no sentido pejorativo. Utilizou-se também o método dialético e comparativo, visto que analisamos diferentes posicionamentos a respeito da intervenção jurisdicional nas diferentes ramificações do poder público, e traçou-se comparações entre eles. Lançamos mão do método investigativo, com o escopo de conhecer mais aprofundado os limites impostos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**(Resultados)** Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há resultados, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento.

**(Conclusão)** Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento. Não há conclusão, uma vez que se trata de tema de trabalho de conclusão de curso ainda em desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Ativismo Judicial, Poderes Públicos, Desarmonia.

**ATIVISMO JUDICIAL NO DIREITO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA CRIAÇÃO DE ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS E SÚMULAS**

**Autor(es):**

*Heloisa Augusta Cardoso Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*VALERIA SILVEIRA DE PAIVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, o Poder Judiciário ultrapassa suas funções típicas de intérprete da legislação e promove a edição de fontes formais de caráter normativo, como súmulas vinculantes, orientações jurisprudenciais e jurisprudências, adentrando nas funções originalmente desempenhadas pelo Poder Legislativo e Executivo, delimitados pela teoria da separação dos três poderes proposta por Montesquieu e reafirmada em nossa constituição em seu §2º. Adentrando no meio trabalhista percebe-se a presença mais forte das orientações jurisprudenciais que são utilizadas costumeiramente em fundamentações de sentenças, acórdãos e outros atos normativos; dando aos operadores do direito o poder não só de interpretar mais também de formar entendimentos aplicando como se lei fosse. O presente artigo tem como propósito analisar o ativismo judicial, a influência da utilização e criação de orientações jurisprudenciais e súmulas no momento da aplicação do direito do trabalho, com suas consequências diante da teoria dos três poderes.

**(Metodologia)** A pesquisa é teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca do site do TST, a fim de realizar a seleção de alguns julgados importantes que versam sobre a matéria. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direitos Trabalhistas e pela Sociologia Jurídica.

**(Resultados)** Ficou constatado a existência do ativismo no direito do trabalho diante da grande incidência de súmulas e orientações jurisprudenciais usadas pelos aplicadores do direito no momento da fundamentação de suas decisões, formando precedentes, antecipando-se, muitas vezes, à formulação da própria lei. Exemplificando com o seguinte julgado "Tribunal Superior do Trabalho TST - RECURSO DE REVISTA: RR 12269820105090459. I - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO. RECURSO ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. NULIDADE DO ACÓRDÃO 2 - Esta Corte havia consolidado o entendimento de ser "extemporâneo o recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado", nos termos da Súmula nº 434, item I, no qual foi convertida a Orientação Jurisprudencial nº 357 da SBDI-1 do TST."

**(Conclusão)** Logo, restou claro diante das pesquisas realizadas, que os tribunais Regionais e Federal trabalhistas utilizam-se de súmulas e Orientações Jurisprudenciais para, diante de casos concretos e repetitivos, formar um entendimento de modo a garantir a celeridade processual, e por oportuno a segurança jurídica. Portanto, o entendimento é de que a referida prática caracteriza ativismo judicial, a partir do momento que o jurista extrapola os limites da interpretação (Função Típica) e começa a formalizar pensamentos que posteriormente serão utilizados na fundamentação de decisões, sentenças e atos normativos como fonte formal de direito; exercendo assim uma atividade atípica ao Poder Judiciário.

**Palavras-Chave:** Ativismo Judicial. Súmulas. Direito trabalhista.

**ATIVISMO JUDICIAL NO TST: A APLICABILIDADE DA HERMENÊUTICA JURÍDICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE SÚMULAS E O ARTIGO 8º §2º DA CLT**

**Autor(es):**

*João Victor Filgueira Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ativismo judicial, é uma forma com que o judiciário, principalmente os tribunais superiores, legisla para se conseguir a melhor resolução de problemáticas jurídicas. Um dos tribunais superiores que mais realizam o ativismo é o TST, cujo por meio de suas súmulas, eles buscam resolver lacunas deixadas pela CLT. Omissões essas que se não forem preenchidas as relações trabalhistas poderiam ser bem mais frágeis. No entanto com a reforma trabalhista, esse ativismo foi duramente afetado, pois ocorreu uma limitação dos poderes sumulares do TST, ficando este muito preso a norma escrita, que muitas vezes não discute todas as realidades necessárias.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-descritivo. Considerando os objetivos expostos na pesquisa, utilizou-se do Método Dialético para se alcance dos resultados pretendidos, uma vez que, refere-se a uma questão teórico-conceitual a qual comporta dúvidas e fomentação de debates jurídico-doutrinários, buscando compreender como à atuação da hermenêutica, âmbito do TST, auxiliará na resolução de conflitos entre a lei e o caso concreto. Com relação ao procedimento, se utilizou dos métodos auxiliares descritivo, pois busca-se compreender em que momento o silêncio legislativo, permite ao TST entrar em atuação. Por fim, as técnicas de pesquisa utilizadas foram, estudo doutrinário especializado, jurisprudências do TST e STF e o estudo legislativo da CLT.

**(Resultados)** O resultado obtido foi que, à aplicabilidade da hermenêutica jurídica em muito vem ajudar o TST em seu ativismo, uma vez que não vai de encontro com o artigo 8º §2º da CLT que diz “Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.” Uma problemática que se tinha, pois o TST teve que legislar foi com relação ao artigo 192 da CLT que diz “O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classificarem nos graus máximo, médio e mínimo.” Em seu texto se teve uma omissão com relação a base e cálculo dos percentuais e por meio da sumula 228 o TST disse que seria o salário base, pois de acordo com o súmula vinculante nº 4 do STF, salário mínimo não poderia ser utilizado como indexador de base de cálculo de vantagem, no entanto esse próprio tribunal suspendeu a eficácia da súmula 228 do TST e se esta utilizando como base de cálculo até hoje o salário mínimo. A hermenêutica teria por sua finalidade da outras portas por meio da analogia para resolução dessa problemática, e tal solução se encontra dentro da própria CLT no artigo 193 § 1º “O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.” Assim aplicando-se o salário do emprego como base de cálculo da insalubridade. Com isso ocorreria o respeito a súmula vinculante nº4 e ao artigo 8º§2º da CLT.

**(Conclusão)** Com toda a pesquisa conclui-se que é possível sim a atuação do ativismo judicial do TST, respeitando o artigo 8º§2ª da CLT, desde que se utilize a hermenêutica jurídica de forma efetiva, buscando-se na analogia os métodos necessários para se solucionar as problemáticas não abarcada ou parcialmente abarcadas pela CLT.

**Palavras-Chave:** Hermenêutica; TST; Súmulas.



**ATIVISMO JUDICIAL: A FUNÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Autor(es):**

*Ivan Barros dos Santos JÃºnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Posteriormente às guerras ocorridas no século XX e os regimes totalitários instaurados ao redor de todo o planeta, o mundo percebeu que é inexorável a presença de um Poder Judiciário forte e independente, que garanta os princípios preconizados pelo Estado Democrático de Direito, que proteja a nação das atrocidades que podem ser cometidas por atos de poder arbitrário e consiga assegurar a eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais, solidificando o respeito à igualdade de todos perante a Lei. Ocorre que esse papel fiscalizador e efetivador traz um certo protagonismo ao Poder Judiciário, responsável, em diversas vezes, por dar a última palavra acerca de questões morais e sociais extremamente relevantes para o país, participantes na esfera jurídica. E que assunto é capaz de esquivar-se do âmbito do Direito e, conseqüentemente, da apreciação do Poder Judiciário? Aqui é imprescindível ter um olhar cirúrgico que possibilite a visão dos limites de atuação dos poderes, de modo que o Judiciário exerça ativamente sua função, garantindo a tutela dos direitos fundamentais, sem que deixe de preservar sua posição contramajoritária no equilíbrio entre os Poderes. Almeja-se o esclarecimento do que se compreende por ativismo judicial, quais suas bases fundamentais históricas, a importância de seu exercício em um Estado que falha por extrema carência de prestação dos direitos constitucionais e refletir sobre as implicações do protagonismo judiciário, observando paralelamente as críticas feitas à quebra do equilíbrio entre os três poderes estatais com a “politização” da Justiça no Brasil, ou a chamada “juristocracia”.

**(Metodologia)** O trabalho é de aspecto descritivo, com abordagem dialética e principalmente comparativa, aliada a exemplificações de casos e decisões jurídicas, sem abrir mão de importante grau de contextualização histórica. É proposto o confronto entre a ideia de um Judiciário mais exegeta e formalizado – no que tange à aplicação da lei – e de um Judiciário protagonista, que cria a norma para o caso concreto, adequando corretamente à realidade o enunciado abstrato do ordenamento jurídico.

**(Resultados)** Cada Poder tem sua atribuição. Ao Executivo, cabe a observância da Lei; ao Judiciário, sua aplicação e interpretação; somente ao Legislativo, sua criação. É de competência exclusiva do legislador a produção legiferante. A atividade exercida pelo papel ativo do juiz tem se mostrado, malgrado as críticas frequentes, eficaz para a concretização da tutela jurisdicional tão esperada pelos submetidos à Constituição Brasileira. Falho que é o sistema de prestação estatal, a Justiça se propõe a fazer valer a Carta Magna, aplicando os princípios constitucionais primariamente, não em segundo plano. Não há espera por eventual lacuna legislativa para que entrem em pauta os princípios da Constituição. Entretanto, nem todas as conseqüências são positivas e o fato de o juiz acabar, por vezes, “legislando”, leva a certa confusão entre as competências atribuídas aos Poderes do Estado.

**(Conclusão)** Faz-se imprescindível que o Poder Judiciário atue de forma autônoma e independente. Por um lado, politizar o Judiciário significa manipulá-lo; suas decisões são de caráter jurídico e trazem força normativa ao texto da Lex Mater. De outra forma, engessar sua atuação implica em tolher a força de fiscalização estatal e de efetivação dos direitos mais importantes para os cidadãos necessitados. Perspicácia e tino contribuem para encontrar o meio-termo justo entre ambos os posicionamentos.

**Palavras-Chave:** Judicialização. Ativismo Judicial. Neoprocessualismo. Direitos Fundamentais. Poder Contramajoritário.

## ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA UTILIDADE DO FENÔMENO

### **Autor(es):**

*Vitor Caldas Afonso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Durante o século XIX e grande parte do século XX, a racionalidade jurídica ficou limitada ao raciocínio subsuntivo: a tarefa do intérprete, ou melhor, do juiz, era restrita a encontrar a norma do caso concreto e a ele aplicar, contudo, com a evolução do direito e a sociedade é inegável que vivemos numa realidade de tamanha complexidade, uma realidade que demanda soluções rápidas, que se adaptem às constantes mudanças que surgem dia após dia, estas que a lei por si só não é capaz de satisfazer. É nesse contexto que o ativismo judicial ganha força, esse fenômeno tem sua origem nos Estados Unidos no século XIX, contudo, foi só no ano de 1947 que o termo judicial activism entrou no léxico jurídico e popular, e foi no contexto pós segunda guerra que o ativismo ganhou força, conferindo a essa ferramenta jurídica um importante papel no combate às desigualdades sociais, este tipo de ativismo é nomeado doutrinariamente como “ativismo positivo”, também conhecido como o fenômeno da judicialização, e, como é conhecido no exterior: “Constitutional Review”. O presente estudo objetiva esclarecer o fenômeno “Ativismo judicial” em todos os seus aspectos, fazendo-se uma análise dos pontos controversos que circundam essa ferramenta jurídica, a fim de delimitar efetivamente como em todas as suas faces o fenômeno funciona e opinar, à luz da Constituição de 88 e com o uso de doutrina e literatura, quando a ferramenta deve ou não ser utilizada, assim como propor ferramentas alternativas que possam substituir o uso do ativismo, e finalmente, por em evidência a crise política que assombra nosso país, com a intenção de buscar uma solução para tal.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e explicativo, que será realizada através de pesquisa bibliográfica e documental com o uso de revistas e discursos relevantes a matéria. Utilizou-se o método de abordagem dialético, analisando pontos conflitantes do tema, a fim de chegar a um ponto comum. Como método de procedimento, foi feito o uso do método comparativo, buscando compreender a nossa realidade estudando o fenômeno no exterior.

**(Resultados)** Primeiramente pode-se inferir que o ativismo judicial foi ineditamente legitimado pela Constituição de 88, se trata de um tratamento para uma doença que a cada dia aparecem sintomas diferentes, e, os velhos reaparecem, é um esforço contínuo do poder executivo de mostrar o estado presente quando os outros poderes não o fizeram, é a representação do dever do governo de responder aos anseios de seus cidadãos, este seria o ativismo judicial utilizado beneficentemente, o uso nocivo do mesmo pode ser resumido pelo envolvimento do mesmo com motivações políticas este que deve ser combatido.

**(Conclusão)** É possível concluir que devemos continuar com o uso do ativismo judicial positivo: ações afirmativas em geral, pois, o executivo deve se mostrar presente quando o restante do maquinário jurídico se omite, e, em segundo lugar, devido a inegável crise de representatividade política, devemos utilizar das outras ferramentas que a democracia mista nos oferece: o plebiscito e o referendo, em casos que tratem de matérias: políticas, não emergenciais e, ou, polêmicas. É pacífico o entendimento que vivemos uma crise no tocante a representatividade política, e, por esse motivo a liberdade legislativa do STF deve ser substituída de forma gradual por uma cultura que torne comum e diário a participação direta e efetiva da população nas tomadas das decisões de seu país, por uso das ferramentas constitucionalizadas, essa cultura que torne banal os debates que ocorrem somente em ano de eleições, que a mídia e o governo trabalhem juntos para compartilhar informações legítimas e úteis a respeito dos temas em debate no momento.

**Palavras-Chave:** Ativismo judicial. Democracia direta. Crise de representatividade política.

## BUSCA PELA IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMENS E MULHERES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

**Autor(es):**

*Fabiana Brilhante Portela Sbrussi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa apresentada insere-se em um importante campo do conhecimento para a área do Direito: a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres nas relações de trabalho, em especial nas grandes empresas. O Brasil, por ser um país de colonização europeia, onde as sociedades patriarcais sempre mantiveram as mulheres em um nível mais baixo e desigual, quando comparadas aos homens. Todavia a Constituição Federal de 1988 assegura a todos, independente de qualquer característica a completa igualdade, não devendo haver qualquer distinção de tratamento, garantindo uma convivência igualitária. Como objetivo geral temos: Identificar de que forma o direito do trabalho pode garantir a igualdade entre gêneros nas relações de trabalho. E de forma mais pontuada, os objetivos específicos: Analisar as principais leis trabalhistas elaboradas para a melhoria das condições de trabalho das mulheres desde o século XVIII. Questionar as relações existentes entre os gêneros na relação trabalho x remuneração. Destacar os principais pontos de progresso em relação aos direitos femininos.

**(Metodologia)** A Pesquisa teórica será utilizada a fim de coletar as principais informações sobre o direito do trabalho, as leis trabalhistas, dados relativos a remuneração homens x mulheres e instituições e empresas que avançaram em relação a esta questão a partir da segunda metade do século XX. O Método dialético será utilizado para buscar captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe. A dialética tem como essência primordial a investigação da realidade, pois são essas a forças propulsoras do desenvolvimento da natureza. Na perspectiva dialética materialista histórica, a pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar suas diversas formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Já o Procedimento histórico buscará aliar-se a Dialética como linha condutora deste estudo e estabelecer relações com princípios, ideias, categorias e relações sociais.

**(Resultados)** A luta feminina sempre existiu e desde a revolução industrial vem tomando proporções cada vez maiores. É perceptível que a cada dia mais mulheres vêm conquistando muitos direitos e espaço em todas as frentes de trabalho, mostrando sua igual capacidade quando comparada a de seus colegas.

**(Conclusão)** Mesmo com tantos avanços e tantas mudanças que ocorreram no mundo, ainda existe, de maneira marcante, a desigualdade entre gêneros, em especial no tocante a remuneração nas empresas privadas, que chega a ser até 53% menor para as mulheres contratadas para os mesmos cargos (com nomenclaturas levemente diferentes) que seus parceiros, deixando evidente a falta de igualdade apenas pela diferença entre sexos.

**Palavras-Chave:** Direito da mulher. Direitos iguais. Relações de trabalho.

**CAPACIDADE DO DEFICIENTE: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS JURÍDICAS SOBRE A ÓTICA DO DIREITO CIVIL E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**Autor(es):**

*Rafael de Freitas Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lucas Feitosa Oliveira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A inclusão social da pessoa com deficiência é uma das grandes barreiras enfrentadas pelas sociedades contemporâneas. Nessa perspectiva, a legislação brasileira trabalhou em formas para o respeito ao portador de deficiência bem como instigou a criação de meios de acessibilidade eficientes. Nesse enfoque, houve a criação da Lei 13.146/15 que reiterou os direitos e garantias resguardados a pessoa com deficiência. Seguindo essa linha de raciocínio, a importância da formulação do estatuto se traduz como uma maneira de respeitar princípio constitucional da dignidade humana uma vez que a pessoa com deficiência deve ter resguardados o direito de igualdade de oportunidades. Em contrapartida, o que é visto no meio social não traduz o que a norma pretende, haja vista que o Estado não oferece meios e condições necessárias para o desenvolvimento da pessoa com deficiência assim como o poder judiciário não efetiva a concretização dos já mencionados institutos.

**(Metodologia)** Para tal análise far-se-á, indispensável, uma metodologia comparativa dos Códigos Civis (vigente e anteriores) e suas definições no que tange a capacidade de Direito da pessoa física, assim como descrição detalhada da Lei 13.146/15 – Estatuto do deficiente, a exploração do impacto social dessa Lei, uma explicação focada na razão que explica a necessidade dela em nosso Estado democrático de Direito e as barreiras encontradas pelos deficientes no âmbito jurídico. Para efetivo sucesso da pesquisa, uma etnografia de campo seria mais do que necessária, afinal, o contato social com o deficiente é ponto chave de nosso objeto de estudo, além de possibilitar um evento transcultural mutualista, que beneficiaria todas as partes.

**(Resultados)** um dos resultados preliminares obtidos está centrado na noção de capacidade avançada trazida pelo atual Código Civil, quando comparado aos anteriores, no que tange a pessoa com deficiência, pois, instaurou direitos fundamentais, não somente para absolutamente capazes, mas também aos relativamente capazes. É notória a preocupação do legislador em elaborar uma legislação que garantisse a inclusão social do portador de deficiência, seja no campo social, profissional e acadêmico. Notamos a necessidade crescente da inclusão social nas sociedades modernas e seu impacto democrático, no que permite àqueles, antigamente segregados, uma oportunidade de mostrarem sua competência mediante tantos desafios contemporâneos.

**(Conclusão)** destarte, podemos concluir que os deficientes possuem uma legislação atualizada, bem estruturada, com poder normativo e contextualizada para atender todos os campos necessários no que diz respeito ao convívio social do deficiente. Entretanto, apesar de sua normatividade, notamos a fraqueza efetiva da Lei, que mesmo presente, não encontra eficácia social estável e não é cumprida corretamente.

**Palavras-Chave:** Capacidade, deficiente, legislação e Direito Civil.

## CLONAGEM HUMANA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

### **Autor(es):**

*Yasmin Carvalho de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lorena Sabino Dantas Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*eduarda lais freitas de miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Clonagem é um mecanismo comum de propagação da espécie em plantas, bactérias, animais ou até mesmo humanos. De acordo com Helena (2012), o clone é definido como uma população de moléculas, células ou organismos que se originaram de uma única célula e que são idênticas à célula original e entre si, isto é, o DNA do indivíduo já existente. Em humanos, clones naturais são os gêmeos idênticos que se originam da divisão de um único óvulo fertilizado. Dentro desse contexto, a clonagem humana é um procedimento da medicina, que ocasiona o desenvolvimento de um novo ser humano com as mesmas características físicas do indivíduo já existente de quem fora retirada a célula somática (ZATZ, 2004). A clonagem deve ser analisada em observância ao biodireito, segundo o advogado Enéas Castilho, o biodireito é um termo que pode ser entendido, também, no sentido de abranger todo o conjunto de regras jurídicas já positivadas e voltadas a impor -ou proibir- uma conduta médico-científica e que sujeitem seus infratores às sanções por elas previstas. Contudo, há vários questionamentos relacionados a clonagem, pois segundo Messias (2011), se o ser clonado não tiver direito de dispor de sua própria vida, estar-se-á diante da negação à própria humanidade. Desse modo, os objetivos do presente trabalho são analisar as implicações da clonagem humana na ética e moral do ser humano, como também, no que diz respeito ao biodireito, a abordagem jurídica deve ser feita a partir dos princípios constitucionais. Mais especificamente, a Constituição Federal brasileira de 1988 que assegura, em vários artigos, a proteção do ser humano, estabelecendo a proteção à vida (artigo 5º), à saúde (artigo 6º), à igualdade (artigo 5º), à liberdade e à segurança.

**(Metodologia)** O método utilizado foi o lógico-dedutivo, ou seja, por meio da lógica chega-se a uma conclusão diante dos fatos. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros, estabelecendo relação com uma segunda proposição para que a partir do raciocínio lógico, chega-se à verdade daquilo que foi proposto mediante pesquisas na constituição, em alguns artigos científicos e jurisprudências.

**(Resultados)** Observou-se na questão investigativa proposta que a prática da clonagem humana é vedada pelo ordenamento jurídico constitucional, visto que, atinge diretamente o direito à vida, como também integridade física dos indivíduos, pois ela tem como consequência a origem de um ser exatamente idêntico a outro, que não terá direito a uma identidade, já que possui a mesma daquele que foi clonado, acarretando sérios prejuízos de ordem psicológica, social, jurídica, familiar e até patrimonial. Além disso, a liberdade também seria violada, porque o clone, concebido como ser dependente geneticamente de outro, não gozaria de autonomia suficiente para se impor como pessoa livre e soberana de seus atos e ações. Outro aspecto analisado na pesquisa foi a moral e a ética dos indivíduos que seriam atingidos pela clonagem, pois cada um possui seus preceitos morais e éticos.

**(Conclusão)** Diante do exposto, a presente pesquisa conseguiu alcançar os seus objetivos em favor dos direitos garantidos aos cidadãos conforme a constituição de 1988, principalmente o direito à vida, caracterizado por ser um direito básico em que todos os indivíduos devem dispor, visto que, é um pré-requisito para que todos os outros direitos sejam executados. Dessa forma, a clonagem humana viola o art. 5º da Constituição Brasileira, por isso não deve ser praticada ou permitida no Brasil, além de atingir a moral e a ética do ser humano que também são requisitos que devem ser respeitados.

**Palavras-Chave:** Clonagem humana. Constituição Brasileira. Biodireito. Moral. Ética.

**COBRANÇA DE ICMS SOB A TUST E A TUSD: UMA ANÁLISE SOBRE AS DECISÕES CONTRADITÓRIAS DOS TRIBUNAIS**

**Autor(es):**

*ERMETON DUARTE DO NASCIMENTO : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Evandro Lacerda Zaranza Filho: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil, a partir do momento que a energia elétrica foi considerada como mercadoria, passou a ser sujeita a incidência de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). E os tribunais reconheciam que não deveria ter incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Distribuição (TUSD) da energia elétrica. Entretanto, em março de 2017, o STJ mudou o seu entendimento a esse respeito. Porém, essa decisão parece não ser uníssona entre os tribunais, porque decisões contraditórias já foram tomadas tanto pelo TJ-RN como pelo STF, e foram motivo da suspensão de decisões dessa matéria em todo o país. O presente estudo objetiva discutir as decisões contraditórias prolatadas pelos tribunais brasileiros (TJ-RN, STJ e STF) a cerca da cobrança do ICMS sobre a TUST e a TUSD no uso da energia elétrica, nos últimos três anos (2016 a 2018).

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica exploratória e documental, focada em análise bibliográfica e de julgados pesquisados nos sites do STF, STJ e TJ-RN, no período de 01 de janeiro de 2016 a 16 de setembro de 2018, a fim de selecionar aqueles que abordem a temática. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e foram analisadas as vertentes jurisprudenciais que versavam sobre o tema. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, referente à decisões judiciais (acórdãos) dos tribunais, cujas fundamentações decisórias se baseavam na permissão ou na vedação da cobrança do ICMS sob a TUST e a TUSD no uso de energia elétrica, e suas justificações foram confrontadas e comparadas entre si.

**(Resultados)** O ICMS surgiu no Brasil na Constituição de 1946, e a partir do momento que a energia elétrica foi considerada uma mercadoria, a cobrança desse tributo passou a incidir sob o seu uso. Porém, os tribunais reconheceram que este imposto não deveria ser cobrado sobre a TUST e nem a TUSD, já que o fato gerador desse tributo seria a efetiva entrega da energia elétrica ao consumidor, que se configuraria com a "entrada" da energia no seu estabelecimento. Ou seja, a cobrança do ICMS se daria a partir da passagem da energia elétrica pelo medidor na residência do consumidor, e configuraria a entrega e o uso efetivo da energia, o que não justificaria a cobrança do imposto sobre a TUST e a TUSD, já que estas seriam anteriores a entrega da energia. Entretanto, em março de 2017, o STJ passou a entender que a geração, a transmissão e a distribuição da energia elétrica, formam o conjunto dos elementos essenciais que compõem o aspecto material do fato gerador do ICMS, já que a energia elétrica não chegaria à casa do consumidor se não houvesse a sua transmissão e distribuição, e por isso deveriam integrar o preço total da operação mercantil. E nesse contexto, os tribunais ainda não chegaram a um consenso decisório. E o STJ emitiu neste ano, uma decisão suspensiva para sentenças a respeito da matéria em todo o Brasil.

**(Conclusão)** As decisões dos tribunais sobre a cobrança do ICMS na TUST e TUSD ainda são controversas. Algumas decisões contraditórias foram tomadas, e o posicionamento do STJ, com a suspensão de decisões sobre a matéria em todo o país, deixa clara a necessidade de uma maior discussão sobre a temática. Assim, enquanto que, para alguns, a cobrança do ICMS sobre a transmissão e distribuição da energia elétrica parece indissociável, para outros sua exigência parece ferir o Princípio constitucional da reserva legal (Art. 150, I da C.F.), já que a cobrança desse imposto sobre essas tarifas, seria "fazer incidir o tributo sobre fato gerador não previsto pela legislação regente".

**Palavras-Chave:** Direito Tributário. ICMS. TUST. TUSD. Energia elétrica.

**COMO DETERMINADAS EXPRESSÕES CULTURAIS PODEM SE CONSTITUIR COMO EFICIENTES E 'INVISÍVEIS'  
TRANSMISSORES DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL.**

**Autor(es):**

*Raíssa Garcia Costa Fontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Vivemos em uma sociedade marcada por diversos problemas sociais, que em sua maioria são camuflados por grande parte da população. O Brasil é um país cultural e estruturalmente homofóbico, é preocupante o número de vítimas diárias que sofrem violência pelo simples fato da sua opção sexual. Porém, é fundamental frisarmos que muitas vezes práticas homofóbicas são exercidas de maneira tão natural que algumas pessoas que nem se quer percebem tais ações, como por exemplo através de expressões culturais usadas cotidianamente, que em sua maioria carregam significados direta ou indiretamente preconceituosos, no qual acabam inconscientemente contribuindo para a permanência desse grave problema social. Assim, o reconhecimento de algumas ações preconceituosas exercidas diariamente é o primeiro passo para começar o processo de desconstrução da homofobia plantada em cada um.

**(Metodologia)** A metodologia da pesquisa se dividiu em três momentos distintos. Uma leitura de bibliografia relevante para a sustentação teórica acerca da problemática foi realizada, abordando as seguintes discussões: relações de gênero, homossexualidade, poder, representações sociais, preconceito e heteronormatividade. Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa empírica, na qual entrevistamos dez pessoas, dentre elas cinco pessoas que se consideram de orientação homossexual e cinco que se consideram de orientação heterossexual. Assim, tentamos esclarecer quais sentimentos impelem certos indivíduos a usarem expressões preconceituosas contra os homossexuais bem como as sensações sentidas por eles ao presenciarem o exercício de tais expressões. Num terceiro momento, fizemos uma discussão entre os pressupostos teóricos que dão embasamento analítico ao trabalho e os dados empíricos resultantes da pesquisa de campo, buscando uma compreensão crítica acerca da temática investigada.

**(Resultados)** Buscamos primeiramente desenvolver uma base teórica acerca da problemática em estudo, como meio de sustentação analítica às entrevistas realizadas. Acreditamos que seja primordial compreender a força do discurso e das representações sociais, para conseguirmos analisar de forma crítica as falas que ouvimos no cotidiano, pois mesmo parecendo inofensivos, os discursos possuem um grande poder. Em seguida, demos espaço para que as vozes dos entrevistados fizessem ecoar suas percepções e representações acerca dos diversos discursos que expressam sentimentos de preconceito e homofobia. Notou-se que as pessoas que consideram a discriminação reprovável, são as mesmas que alegaram utilizar frases e expressões homofóbicas no seu cotidiano, seja por ser algo tão enraizado que acabam involuntariamente falando, ou por não acharem que de fato determinada frase produzisse algum tipo de ofensa a alguém. Assim, é perceptível uma naturalização da homofobia, já que os entrevistados nem sequer percebem ou param para refletir se o seu vocabulário atinge, direta ou indiretamente, os homossexuais. Por outro lado, são inúmeros os malefícios causados pelos discursos homofóbicos na vida dos homossexuais entrevistados. A maioria afirmou conviver com discursos homofóbicos no seu dia a dia, principalmente no ambiente familiar e nos lugares vistos como “próprios” aos heterossexuais, o que acaba tornando a convivência em casa conturbada e distanciando ainda mais esse grupo em relação aos héteros. Por fim, concluímos que para alcançar de fato uma igualdade social para todos os cidadãos e cidadãs, é cada dia mais urgente e necessária a discussão sobre um assunto tão encoberto ou despercebido por grande parte da população.

**(Conclusão)** Após um ano de pesquisa, podemos então constatar que na maioria das vezes, as pessoas não fazem idéia do poder que o seu discurso possui. Frases e expressões populares são faladas, sem que a sociedade perceba a sua força ou os seus significados, e isso acaba acarretando na permanência e transmissão de discriminação social. A homofobia existe, e está presente em pequenas frases ditas no nosso dia a dia, fato naturalizado no decorrer dos anos da nossa história, sendo consequência de uma cultura machista desde sua colonização.

**Palavras-Chave:** Expressões Culturais. Discurso. Homofobia. Discriminação Social.

## CONCORRÊNCIA APARENTE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: CASO TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

### **Autor(es):**

*Gabriel Neves Moreira Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Júlia de Sá Bezerra Tinóco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Thiago Praxedes de Vasconcelos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Os direitos fundamentais configuram-se como um conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos que garantem uma convivência pacífica e igualitária. Nesse contexto, a presente pesquisa versa sobre a problemática concernente ao limite estabelecido no exercício desses direitos, quando, entre eles, revela-se uma circunstância concorrencial. Tal concorrência caracteriza-se por um conflito aparente entre duas modalidades de direito, a exemplo do que ocorre entre o direito à vida e o direito de liberdade religiosa, configurado no caso das “Testemunhas de Jeová”, os quais recusam-se à transfusão de sangue, tratamento médico que embora pretenda a preservação da vida, retira a dignidade proveniente da crença religiosa.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e descritivo, na qual utilizou-se o método de abordagem dedutivo. Assim, foram observadas as particularidades do tema em foco para se chegar ao tema específico, qual seja a colisão dos direitos fundamentais. Como método de procedimento, utilizou-se estudo de caso, a partir da análise de julgados que versam sobre os direitos das “Testemunhas de Jeová”.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Em se tratando do choque entre direitos fundamentais de vida e liberdade religiosa no caso das Testemunhas de Jeová, vão existir diversas decisões e compreensões de acordo com os diferentes casos concretos a serem julgados, utilizando-se, assim, de uma solução casuística, prevalecendo o direito que revelar-se preponderante para o caso. Nesse sentido, as concepções decisivas sobre o determinado assunto têm como base geral duas formas de entendimento: a primeira seria a Doutrina Majoritária, a qual entende que deve prevalecer, via de regra, a liberdade religiosa, considerando a pessoa humana não somente na sua concepção física/corporal, mas levando em consideração o respeito à sua dignidade e ideologias formadoras do seu caráter individual. Como base de sustentação para essa tese doutrinária, não haverá constatação do crime para o médico que respeita o paciente e recusa a realização da transfusão de sangue, não ferindo o princípio da omissão de cuidados, argumento apoiado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso ao tratar o respeito a manifestação de vontade do paciente por força dos princípios constitucionais, excluindo a conduta do médico de qualquer culpabilidade. Já a segunda trata-se da Jurisprudência Majoritária, a qual expõe que os médicos que praticarem a transfusão de sangue nos pacientes, independentemente do seu consentimento, quando houver iminente perigo à vida deste paciente, não estarão praticando nenhum delito, tendo como suporte dessa asserção o artigo 31 do Código de Ética Médica. Desse modo, o caráter decisório dessa concorrência de direitos é relativo, sendo imprescindível a análise dos casos concretos para a atribuição de um resultado final.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante da problemática envolvendo a hemotransfusão de um testemunho de Jeová, salienta-se que a recusa ao referido tratamento recebe amparo em diversos dispositivos constitucionais, como a liberdade de crença, o direito à vida privada e ainda no princípio da legalidade, sendo que não há mandamento legal que imponha a uma pessoa a obrigatoriedade da realização da transfusão. A pessoa estando consciente e em pleno gozo de suas faculdades mentais, pode decidir pelo tratamento hematológico ou não, devendo prevalecer o direito à liberdade de crença. Contudo, a pessoa incapaz ou que esteja inconsciente não pode decidir e muito menos deliberar a outras pessoas a decisão sobre sua vida, prevalecendo o direito fundamental à vida.

**Palavras-Chave:** Palavras chave: conflito, direito, religião, vida.



**CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: BREVE ANÁLISE SOBRE A NOVA MODALIDADE CONTRATUAL EMPREGATÍCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.**

**Autor(es):**

*Yasmim Lindeza Rebouças Siqueira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Reforma Trabalhista de 2017 trouxe consigo diversas inovações, dentre elas o chamado contrato de trabalho intermitente, sendo este uma nova modalidade contratual nas relações empregatícias. Disso, surge uma série de debates, no âmbito do Direito do Trabalho acerca da flexibilização dos direitos do trabalhador, fazendo pensar, assim em até que ponto a segurança jurídica do empregado se fragiliza, dessa maneira até mesmo a constitucionalidade desse novo contrato de trabalho foi posta em xeque. A presente pesquisa, assim, questiona o papel do trabalho intermitente, em um contexto aonde o Brasil vive um cenário de desemprego alarmante, num contrato que adota, por si só, a flexibilização do trabalho. (OBJETIVOS): Esta pesquisa visa entender, analisar e refletir sobre as novas questões e debates acerca desse novo contrato o qual foi recentemente inserido no ordenamento jurídico brasileiro. Dentro dessa perspectiva cabe conceituar o trabalho intermitente, fazendo uso do Direito Comparado, pois tal figura contratual foi trazida do direito português. Este trabalho irá analisar o contrato de trabalho intermitente como medida flexibilizadora trazida pela lei 13.467/2017, a fim de examinar aonde os direitos trabalhistas foram solidificados ou precarizados. Além disso visa relacionar conceitos e princípios constitucionais a fim de discutir a constitucionalidade do referido contrato de trabalho.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que possui abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que o presente estudo se dará de forma a analisar a flexibilização dos direitos do trabalhador acerca do contrato de trabalho intermitente, correlacionando tal fato com a probabilidade de solidificação de direitos. Será utilizado o método comparativo, uma vez que será examinada a legislação portuguesa e como esta foi modificada para a implementação na Reforma Trabalhista brasileira. Fazendo, também, uma abordagem interdisciplinar com o Direito Constitucional, analisando a constitucionalidade ou não do contrato de trabalho intermitente

**(Resultados)** É possível constatar que a Reforma Trabalhista de 2017 trouxe diversas discussões acerca da precarização de direitos do trabalhador, entretanto, principalmente no meio científico, é preciso que haja debates mais estáveis sobre este tema o qual é tão caro para os estudiosos do Direito do Trabalho. Tal assunto ainda está amadurecendo no ambiente acadêmico o que faz com que a análise deste novo contrato precise se dar de forma ainda mais crítica, uma vez que se trata de direitos trabalhistas.

**(Conclusão)** Percebe-se, estudando o referido contrato de trabalho, que as discussões acerca dessa nova modalidade contratual, como dito anteriormente, são múltiplas, com diversas opiniões sobre, mesmo este sendo um tema novo na seara jurídica. Nota-se, igualmente, que as aludidas discussões estão em diversos âmbitos de um mesmo instituto jurídico, podendo alcançar esferas como a segurança jurídica do trabalhador e a sua constitucionalidade, como até mesmo em aspectos mais sensíveis, que podem ser vistos nas entrelinhas da legislação, como, por exemplo, a tentativa da Reforma Trabalhista de se adequar ao cenário trabalhista internacional, a saber as questões contratualistas no Direito do Trabalho.

**Palavras-Chave:** Contrato de Trabalho Intermitente. Reforma Trabalhista. Flexibilização. Segurança Jurídica.

## CRIMES CIBERNÉTICOS

### **Autor(es):**

*Matheus Felipe Miguel Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito está diretamente ligado a evolução da sociedade e, conforme ela vai se desenvolvendo todo o ordenamento jurídico deve também passar pelo processo mutatório para se adequar aos seus anseios. Com o advento da internet e a facilidade de utilizar essa rede em quase todos os lugares, passamos a identificar a prática de crimes já tipificados no nosso Código Penal também no meio virtual. Além disso, outras modalidades de crimes foram surgindo especialmente nesse meio e, apesar do constante avanço tecnológico e da realidade de delitos cibernéticos em nosso país, ainda encontramos dificuldade para identificação dos autores e punição dos mesmos. Para completar esse cenário, enfrentamos uma situação ainda mais inquietante no Brasil, devido à ausência do legislador quando se fala de privacidade na Internet e aos inúmeros sites que não se comprometem com a adoção efetiva de regras de privacidade. O interesse por esse tema surgiu pelo fato de ser algo atual e de grande relevância no cotidiano da sociedade, já que muitos questionam sobre a forma em que o Estado deve resguardar o direito das pessoas vítimas de crimes neste ambiente e afirmam que o nosso país tem deixado a desejar, no que pese o aspecto jurídico, de modo específico quanto à regulamentação destes crimes.

**(Metodologia)** Será empregado no artigo os métodos de pesquisa dedutivo, partindo de uma análise de informações e dados, conceitos, verificando o assunto tanto no âmbito da lei como da doutrina e o comparativo, visto será analisado as diferenças entre a legislação nacional e internacional. Utilizarei ainda materiais bibliográficos bem como referencias jurisprudências.

**(Resultados)** O projeto busca verificar as formas em que estes crimes são praticados e analisar a atuação do Estado e a eficácia das leis presentes em nosso ordenamento jurídico frente as vítimas dos crimes que passaram a ser perpetuados no ambiente virtual. Para isso, iremos analisar a evolução do nosso ordenamento jurídico com relação aos crimes virtuais, as leis que foram criadas recentemente e demonstrar a aplicação de penas relacionadas a crimes virtuais com a análise jurisprudencial, pesquisando como crimes estão sendo tratados no poder judiciário do Brasil e compará-los aos outros países.

**(Conclusão)** Por fim, após uma análise preliminar acerca deste tema, tendo em vista que a pesquisa está em desenvolvimento, podemos concluir que, a ausência de punibilidade pelo Estado quantos aos crimes cibernéticos ainda é uma realidade em nosso país, o que leva a criminalidade muito à frente da nossa legislação.

**Palavras-Chave:** crimes ciberneticos, marco civil, ciber, internet;

**CRISE MIGRATÓRIA: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUA APLICAÇÃO NO CASO DOS VENEZUELANOS NO PAÍS.**

**Autor(es):**

*Renata Gabriela da Costa Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa propõe uma análise da Lei 13.445/2017, a Lei de Migração e como ela tem sido aplicada para solucionar a crise migratória envolvendo os Venezuelanos no Brasil. Pretende-se analisar o caso recente da crise migratória observada no estado de Roraima que tem recebido cerca de 500 Venezuelanos por dia, por causa da crise econômica enfrentada no país vizinho. O Governo de Roraima enviou um ofício ao Governo Federal pedindo, entre outros pontos, o valor de R\$184 milhões por gastos com os imigrantes Venezuelanos. O pedido foi negado e o que se questiona agora é se e como recursos federais devem ser empregados para solucionar crises migratórias no nosso país. O objetivo é analisar se a legislação brasileira institui mecanismos de envio de ajuda financeira aos Estados para o apoio de imigrantes no Brasil. Também busca-se entender quais as medidas foram tomadas até agora para solucionar esse problema da crise migratória dos Venezuelanos e se estas medidas estavam estabelecidas pela Constituição. Além de compreender se e como Governo Federal está preparado para lidar com crises migratórias.

**(Metodologia)** A pesquisa orbita em torno do método analítico, a partir de informações colhidas na Constituição Federal, jurisprudência sobre a situação dos imigrantes e também nos diversos meios de comunicação e informação que tratam sobre imigrantes venezuelanos no país. Para isso, busca-se fazer uso do método de abordagem do Estudo de Caso em que usaremos a situação específica vivenciada na atualidade pelo Brasil com relação aos Venezuelanos para entender questões que envolvem as áreas de Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Internacional.

**(Resultados)** A pesquisa em curso mostra que há previsão legal, em leis atualizadas, que fazem referência aos direitos dos imigrantes no país. O Brasil tem implantado um trabalho de “interiorização”, com apoio da Agência ONU para Refugiados (ACNUR), da Agência da ONU para as Migrações (OIM), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foram enviados 60 venezuelanos para o abrigo Aldeias Infantis SOS, em Caicó, no Rio Grande do Norte.

**(Conclusão)** Conclui-se que a legislação a respeito dos direitos relacionados à migração no Brasil evoluiu bastante, principalmente com o advento da Lei 13.455 de 2017 – Nova Lei de Migração. Há um empenho do Governo Federal para tentar solucionar o problema, prova disto é o trabalho de interiorização. Porém ainda há muitos esforços a serem feitos, pois críticos vêem a necessidade de inserir os imigrantes em um contexto que confira direitos e garantias fundamentais, consagrados na Constituição de 1988 e na nova Lei de Migração.

**Palavras-Chave:** Imigrantes, Constituição, Venezuelanos, Governo Federal.

## DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA: UMA ANÁLISE DA HONRA SUBJETIVA

### **Autor(es):**

*Miguel Matias Montenegro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*ANDREIA LUCIANA DA SILVA: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Caroline Gomes Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Camila Pereira da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Alice Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O dano moral consiste na ofensa aos bens de ordem extrapatrimonial de uma pessoa, em regra, pessoa natural, quando há violação a sua liberdade, honra, imagem e outros direitos de personalidade. Observa-se, porém, no evoluir das relações sociais e do direito, através de doutrina e jurisprudência, que o dano moral é cabível a pessoas jurídicas no que diz respeito a sua honra objetiva, também podendo ser vítima do mesmo. O ordenamento permite o reconhecimento de dano moral em decorrência de uma ofensa que venha a prejudicar a imagem de uma pessoa jurídica, tal como uma empresa, perante a sociedade. Trata-se de uma visão extensiva do direito. Dessa forma, tem como objetivo demonstrar a importância de uma análise extensiva do princípio do dano moral, segundo disposto no artigo 52º do Código Civil e o cabimento de tal princípio a pessoa jurídica, uma vez que não possui sentimentos tais como angústia, tristeza. Trata-se de um trabalho onde se faz necessário explanar primeiramente, os conceitos de honra subjetiva, característica de pessoas físicas, honra objetiva, característica de pessoas naturais e jurídicas, o conceito e uso do dano moral enquanto reparação e a relação que foi feita entre as duas pessoas para que fosse admitido seu uso em ações de reparação por dano moral à pessoa jurídica, vide a súmula 37 do STJ.

**(Metodologia)** A pesquisa a ser realizada pode ser classificada como objetiva, de maneira exploratória, descritiva e explicativa. Quanto à metodologia, tem característica dedutiva, ou seja, parte leis gerais, com fulcro no artigo 88º do Código Civil e Constituição Federal, para a compreensão específica do dano moral à pessoa jurídica, além de comparativa, visando entender a realidade através de precedentes a respeito do conteúdo. Enquanto procedimento, o trabalho se realiza pela elaboração de uma abordagem extensiva e exequível, valorizando os conceitos e principais ideias sobre a temática, a partir de recursos didáticos.

**(Resultados)** Tendo em vista a pesquisa realizada, percebe-se que, enquanto detentora de honra objetiva, qualquer pessoa corre o risco de vê-la eivada, seja ela uma pessoa natural (que além de honra objetiva desfruta da propriedade de honra subjetiva) seja pessoa jurídica. Nesse contexto, não se faz necessário muito esforço para compreender que a honra objetiva supracitada, mesmo que pertencente a pessoa jurídica, seja alvo de mácula.

**(Conclusão)** Percebeu-se, diante a dita pesquisa, que o que era tido como um direito restrito a pessoas naturais, ao ser analisado, interpretado de uma forma extensiva, tornou-se, sob os olhos da lei, algo aplicável ao ente que, embora compartilhe algumas características com a pessoa natural, é completamente diferente.

**Palavras-Chave:** dano moral; pessoa jurídica; honra objetiva; honra subjetiva

**DANO TEMPORAL: DA USURPAÇÃO DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR À RESPONSABILIDADE CIVIL POR DESVIO PRODUTIVO**

**Autor(es):**

*Luana Karla Agra Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN  
Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o advento da modernidade, novas formas de relações sociais para o homem foram construídas e, com isso, começou-se a se reestruturar os modos de produção e consumo. Diante desse cenário, a massificação do consumo trouxe determinadas práticas comerciais abusivas que constituem verdadeira violação aos direitos do consumidor. Nesse passo, é notável que um dos desafios primordiais, que permeiam a ceara do Direito do Consumidor, está relacionado ao tempo expendido pelo hipossuficiente da relação na solução de problemas, ocasionadas pela má prestação de serviços. Sendo assim, a pesquisa será um deslinde a respeito da seguinte problemática: quais as consequências enfrentadas quando a solução de simples demandas de consumo extrapola os limites da razoabilidade? Tem-se como objetivo geral identificar a possibilidade jurídica de enquadramento da perda do tempo útil do consumidos enquanto dano indenizável, bem como identificar a natureza jurídica do denominado “dano temporal”. Para isso, pretende-se demonstrar, a partir do estudo histórico do Direito do Consumidor, as noções essenciais em relação à proteção jurídica do consumidor, abordando, para isso, a responsabilidade civil aplicada em matéria consumerista. Não obstante, pretende-se discutir a respeito da teoria da perda do tempo útil – desenvolvida por Marcos Dessaune – e a sua aplicação no instituto da responsabilidade.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica na qual se aplica o método dedutivo, na medida em que se realiza uma pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial sobre o tema. Ademais farei uso dos seguintes métodos de procedimentos: instrumental-histórico, na medida em que abordarei a historicidade acerca da evolução da tutela consumerista; descritiva, tendo em vista a análise do próprio instituto da Responsabilidade Civil e dos pressupostos para a sua caracterização; e também o analítico, ao passo que se busca verificar a possibilidade de responsabilização civil do fornecedor pela perda do tempo útil do consumidor, bem como seu tratamento jurisprudencial.

**(Resultados)** O trabalho está sendo objeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, por isso, não possui resultados concretos. Porém, por entender a importância do tema, pretende-se, de modo geral, alcançar o resultado no qual revele que há uma relação de causalidade existente entre a prática abusiva do fornecedor e o evento danoso dela resultante, qual seja: o desvio produtivo do consumidor, o qual se vê prejudicado ao despender tempo vital e se desviar de suas atividades existenciais.

**(Conclusão)** Como exposto anteriormente, essa pesquisa é objeto de TCC e, por isso, não possui, por ora, uma conclusão concreta, pois o trabalho não foi finalizado. No entanto, como conclusão parcial do trabalho, é evidente que o “tempo” é um bem jurídico fundamental para a vida de todo indivíduo, merecendo, assim, sua proteção devida. Deste modo, na análise dos princípios que garantem o direito do consumidor foi demonstrado como o tempo é merecedor de tutela. Neste passo, o reconhecimento de dano resultante da ilegítima usurpação desse tempo proporcionará uma mudança na estrutura de mercado e melhor efetivação dos princípios fundamentais do sistema consumerista, pois a tutela do “dano temporal” enquanto gerador do dever de indenizar objetiva a cessação do desrespeito ao consumidor e de seu desperdício injusto e ilegítimo de seu tempo.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Civil. Dano temporal. Consumidor. Desvio produtivo do consumidor. Princípios do Direito do Consumidor.

**DEFESA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS.**

**Autor(es):**

*Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Entendendo que o processo de execução fiscal encontra no título executivo extrajudicial, chamado de Certidão de Dívida Ativa (CDA), seu fundamento de execução, é importante explicitar, sob a ótica dos princípios constitucionais e processuais, como a ampla defesa e contraditório se manifestam como defensores da dignidade da pessoa humana. É evidente que, por ser um processo executivo e, portanto, inquisitorial, a ação de execução fiscal busca, sobretudo, a celeridade e eficiência em seu curso. No entanto, não se pode executar o título executivo sem o devido processo legal, negando, ao executado, seu direito de defesa. Dessa forma, a Lei de execuções fiscais (Lei nº 6.830/80) prevê a oposição dos embargos à execução, requerendo, como requisito de admissibilidade, a garantia do juízo nos termos do artigo 16 da referida lei, isto é, prévia constrição patrimonial, seja de forma voluntária do executado, seja pela penhora suficiente para quitar a dívida. Em outras palavras, a defesa positivada do executado na lei específica está atrelada ao seu patrimônio. Existe, contudo, uma possibilidade de defesa que pode ser alegada de forma independente da questão patrimonial e apresentada nos próprios autos da execução que é a exceção de pré-executividade. Apesar de omissa menção na lei que rege a execução fiscal, essa defesa é consagrada pela jurisprudência e timidamente positivada pelo legislador no novo código de processo civil. Apesar de não permitir dilação probatória, a exceção poderá suscitar matéria de ordem pública e aferir vícios no título executivo. Tratando-se de uma pesquisa empírica, objetiva-se analisar como os princípios constitucionais se manifestam na execução fiscal, verificando a jurisprudência e doutrina, principalmente no que tange à ampla defesa, contraditório e dignidade da pessoa humana. Com isso, obter-se-á, fundamentadamente, a eficiência (ou não) dos mecanismos de defesa no âmbito da execução fiscal.

**(Metodologia)** Para se alcançar os objetivos da pesquisa, mister se fez a utilização do método hipotético-dedutivos, uma vez que as análises dos julgados, bem como conceitos doutrinários, foram utilizadas para questionar e fundamentar as hipóteses de violação aos direitos fundamentais. Além disso, foi utilizado, em concomitância, o método experimental para pôr as supracitadas questões à prova, através de revisão bibliográfica, obtendo uma maior clareza na aplicação do procedimento de pesquisa.

**(Resultados)** Constatou-se, através de análise de julgados, a comprovação da hipótese da desarmonia entre o processo de execução fiscal e os princípios constitucionais, mormente no tocante à ampla defesa, posto que a defesa que de fato garante o contraditório com produção de provas e suspensão do processo, requer constrição patrimonial. Outrossim, a omissão do legislador em positivar, de forma direta, o instituto da exceção de pré-executividade prejudica sobremaneira o seu pacífico entendimento e aplicação, reduzindo sua abrangência e eficiência da defesa de modo geral.

**(Conclusão)** Considerando os resultados obtidos, não se pode classificar como “ampla” a defesa que somente é admitida se o executado possuir bens suficientes para garantir uma execução que, até o momento, não foi finalizada. Apesar de inquisitivo, o procedimento de execução fiscal não pode se escusar de garantir o devido processo legal ao executado, mesmo diante da razoabilidade e celeridade que a execução exige.

**Palavras-Chave:** Execução fiscal; Ampla defesa; Dignidade da pessoa humana.

## DEFESAS HETEROTÓPICAS E O EFEITO SUSPENSIVO NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

### **Autor(es):**

*Reynaldo Odilo Martins Soares Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Caroline Gomes Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabel Peixoto Fernandes Pimenta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): Tratar de defesas heterotópicas, defesas atípicas, em fase de cumprimento de sentença é discutir, primeiramente, da admissibilidade dessa espécie dentro do espectro do Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, uma vez que sua existência extraprocessual acarreta em circunstâncias diferentes dos meios naturais, que é capaz de discutir o crédito em execução. Portanto, por não se sujeitar aos regramentos das formas ordinárias de recursos ou ações, vale, ainda, dirimir sobre possibilidade do efeito suspensivo ao processo originário, sobre qual recai o mérito da defesa heterotópica. Buscando, assim, a efetividade da tutela jurisdicional do executado em face do risco de direito gerado no dano de sua esfera patrimonial, mas também procurando buscar as consequências como ação autônoma e prejudicial ao cumprimento de processo original, sempre se atentando à execução como um todo, refletindo sobre os impactos de que podem resultar a sua aplicação. **(OBJETIVOS)**: Demonstrar a importância de uma análise da admissibilidade da defesa heterotópica, em destaque aos demais meios de impugnação em fase de cumprimento de sentença, as defesas típicas, bem como as possibilidades, requisitos legais, entendimentos jurisprudenciais e diretrizes doutrinárias para atribuir o efeito suspensivo à análise casuística dos processos em que se tenha a incidência das Defesas Heterotópicas.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA): A pesquisa a ser realizada pode ser classificada como objetiva, de maneira exploratória, descritiva e explicativa, tendo como fonte: bibliografias, jurisprudências e doutrina jurídica processualista. Quanto à metodologia, possui característica dedutiva, ou seja, parte de leis gerais para a compreensão específica do tema, visando entender a realidade através de jurisprudências a respeito do conteúdo. Enquanto procedimento usado, o trabalho se realiza pela elaboração de uma abordagem extensiva e exequível, valorizando os conceitos e principais ideias sobre a temática, a partir de recursos didáticos.

**(Resultados)** (RESULTADOS): Tendo em vista a pesquisa realizada, percebe-se que, as defesas heterotópicas são razoáveis aos princípios processuais e que o efeito suspensivo lhe será intrínseco, ou cabível, quando presentes requisitos legais para sua aplicação. Assim, tal solução amplia a possibilidade ao rol de tipos de defesa do executado, sendo acolhido, mesmo que de forma paralela, ao Princípio da Ampla Defesa e Contraditório.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): As defesas heterotópicas, neste trabalho, serão analisadas sob o prisma de sua admissibilidade, trazendo consigo as suas particularidades casuísticas ao processo de cumprimento de sentença, quanto ao seu efeito suspensivo e os seus acarretamentos modificativos e dilatórios que podem gerar na execução do crédito. Oportunizando, a inferência na qualidade de impugnar o débito por via eleita distinta contribuir para a abrangência das possibilidades de defesa.

**Palavras-Chave:** Defesas Heterotópicas, Processo Civil, Cumprimento de Sentença, Tutela Jurisdicional Executiva, Efeito Suspensivo, Impugnação, Defesas Típicas, Defesas Atípicas.

**DELITOS ESPECIAIS BRASILEIROS, O CRIME DE RIXA: ANÁLISE DA TEORIA MONISTA E O CONCURSO DE PESSOAS.**

**Autor(es):**

*Pedro Victor Figueredo Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*João Alberto Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nas últimas décadas, constata-se o aumento da produção legislativa na matéria do direito penal, por conseguinte, há o surgimento de novos casos concretos, onde o código penal tem que se adaptar para melhor resolver a problemática, como no caso dos crimes especiais. O código penal nesses casos deixa de ser um mecanismo de ultima ratio e torna-se um instrumento de configuração social. Deste modo, o trabalho delimita-se ao estudo do artigo 137 do código penal, especificado como o crime de rixa, e a análise à atribuição de responsabilidade jurídico-penal aos agentes, que em concurso, praticaram este delito.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica, e científica, através de artigos, livros e periódicos publicados acerca do tema. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscará a análise de forma dialogada da teoria monista do concurso de pessoas em face aos casos concretos de crimes de rixas, os quais versarão sobre o tema.

**(Resultados)** As infrações penais são resultadas pela ação de uma pessoa, porém, podem ser resultadas por duas ou mais pessoas, seja por acordo entre estas, ou por vontade do outro em aderir à prática da ação, logo, quando ocorre estas condutas, todos aqueles que cooperaram ou contribuíram com o crime deverão ser penalizados, de acordo com a sua culpabilidade, desta forma, o concurso de pessoas acontece quando há a ciente e voluntária participação de duas ou mais pessoas na infração penal. Neste sentido, a ciência criminal vem evoluindo ao longo do tempo, e para isto, mediante diversos delitos cometidos por torcedores de clubes de futebol no Brasil, houve a necessidade de ser criada uma lei para especializar estes crimes, a Lei Nº 12.299 de 27 de julho de 2010, que prevê a prevenção e repressão aos delitos cometidos em eventos esportivos. Em suma, apesar de medidas repressivas a rixa ainda sim é um método utilizado pelas torcidas organizadas de futebol, pois é um delito que ao ser cometido, garante impunidade aos agentes e partícipes em grande maioria dos casos, visto o árduo trabalho de elucidar os fatos ocorridos para a conclusão do inquérito policial, gerando grande dificuldade em efetuar uma punição adequada a cada um.

**(Conclusão)** Podemos destacar que a sociedade se fragiliza e se desprotege com todo este cenário caótico, onde diversas vezes os delinquentes que cometem o crime de rixa deixam de ser acusados dos atos que cometeram por dificuldade de investigação policial, seja nas cidades, ou como citado, em grande parte, nos estádios de futebol. Assim, é notório a presença de um desequilíbrio no direito penal brasileiro no que tange a questão das rixas e a aplicação efetiva do concurso de pessoas, visto a grande necessidade de prevenir a violência e ampliar os instrumentos policiais de investigação, gerando mais segurança à sociedade e mitigando esta distorção social emergente.

**Palavras-Chave:** Rixa. Torcida Organizada. Concurso de Pessoas. Impunidade. Polícia.



**DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA SOLUÇÃO FRENTE AO CENÁRIO DE MANIPULAÇÃO NO USO DA INDIVIDUALIDADE DA PESSOA JURÍDICA**

**Autor(es):**

*Dezuila Santos de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO Na contemporaneidade o Estado brasileiro vem sendo bombardeado por uma séria crise de corrupção. O que ocorre em si, é que toda a sociedade está desacreditada a ponto de não restar fé que a transparência possa prevalecer. Neste contexto, o trabalho terá como análise um dos frutos de corrupção no cenário brasileiro: a manipulação no uso da individualidade da pessoa jurídica, tendo em vista que hodiernamente estão sendo a mira de muitas pessoas naturais que em troca do benefício de sua própria torpeza, utilizam a personalidade jurídica, como um véu para cobrir atos fraudulentos. Vale ressaltar que isso acontece pelo fato do ordenamento pátrio adotar a teoria da ficção; argumentando que a pessoa jurídica é uma pessoa dotada de personalidade própria que responde por todos os atos da vida civil, em nome próprio, logo a pessoa natural que a criou é diferente da pessoa jurídica criada. OBJETIVOS A elucidada pesquisa visa a análise da utilização da desconsideração da personalidade jurídica para desvio de finalidade e enriquecimento próprio; daqueles que burlam a função da personalidade jurídica, usando-a como um véu imunizador, frente à prática de atos ilícitos. Com isso, para embasar a pesquisa cabe a compreensão de como na contemporaneidade a desconsideração da personalidade jurídica está sendo operada nos tribunais, na própria letra da lei e em casos concretos de empresas que agiram de má-fé.

**(Metodologia)** Para atender aos fins propostos na pesquisa o método utilizado foi o hipotético-dedutivo, tendo em vista que a pesquisa foi almejada para compreender a aplicabilidade da teoria da personalidade jurídica em casos reais. Assim, lançou-se então previamente uma hipótese de que a mencionada teoria fosse uma solução para o problema de fraudes em pessoas jurídicas, dessa forma, será buscado indagar cientificamente a respeito da tese preliminarmente existente. Para auxiliar a pesquisa será utilizado um estudo de casos julgados no STJ.

**(Resultados)** A teoria da desconsideração da personalidade jurídica trouxe, de fato, uma importante contribuição para o uso da justiça em se tratando dos frequentes casos de fraudes que insistiam em perpetrar sobre nossa nação. O posicionamento do ordenamento pátrio no que refere ao art. 50 do Código Civil, delineando os casos em que deve ser usado a mencionada teoria; quando constatados abuso de poder, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, foi de suma importância para assegurar que a personalidade jurídica seja utilizada de forma coerência e livre de embaraços. Dessa forma, conclui-se que a adoção da teoria elucidada somado ao posicionamento jurisprudencial brasileiro são uma solução frente aos casos de uso indevido da personalidade jurídica.

**(Conclusão)** Perante reiterados casos de fraude no uso da individualidade da pessoa jurídica o ordenamento jurídico por tempo ficou omissivo, no entanto, já se posicionou diante desse contexto desfavorável. Hodiernamente ainda há casos de fraudes contra credores, desvio de função, abuso por parte dos sócios, entretanto leis, como o artigo 50 do Código Civil e julgados do STJ vieram para regulamentar esse ato ilícito por meio da desconsideração da personalidade jurídica em casos em se prova abuso de poder, fraude contra credores, dentre outros, que no íntimo usa de má-fé a personalidade jurídica.

**Palavras-Chave:** desconsideração da personalidade jurídica. civil. desvio de finalidade.

## DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: EFEITOS CIVIS E CONSTITUCIONAIS

### **Autor(es):**

*Gabriela Cândida Tenório: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Silvana Ellen Souza de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A evolução do Estado brasileiro caminha, a cada período observado, para uma maior participação popular e busca por uma maior liberdade, mais igualdade, entre tantos outros fatores. Quanto a um deles, a política, na sua formação, o direito a voto nem existia e, apesar de ainda aquém do desejado, por incluir somente uma parcela da população brasileira, este se fez a partir da Constituição de 1891, a primeira Carta Magna republicana do país. Pode-se destacar uma sociedade demasiadamente patriarcal como motivo para a mulher ficar à margem dela e com baixa presença nas instituições sociais. A participação feminina na política do Brasil é ainda mais recente, somente em 1927, em Mossoró-RN, que Celina Guimarães conseguiu seu registro para votar, e em 1934 que mulheres passaram a votar sem limitações, uma nova conquista para a luta sufragista. Com as melhores intenções esse trabalho pretende proporcionar a discussão acadêmica jurídica acerca da falta de representatividade política feminina no contexto brasileiro atual, principalmente das casas legislativas, o senado e a câmara dos deputados. Tornando-o mais específico, com o objetivo mostrar como a lei reflete diretamente a sociedade e vice-versa, além de, trazer à tona o que o aspecto que o Direito Constitucional e Direito Civil aponta sobre a igualdade entre gênero e como é retratado disso na política.

**(Metodologia)** O presente trabalho irá utilizar o método dialógico, pois buscará a base da pesquisa e a fundamentará e abordará o tema de forma a interligar o Direito Constitucional e o Direito Civil, mas como também análise comparativa de ordenamentos jurídicos, para uma melhor compreensão histórica e jurídica dos avanços ocorridos na sociedade e dos possíveis novos que pudessem abarcar e um alicerce na investigação de fontes bibliográficas especializadas no papel feminino na sociedade e seus reflexos na política.

**(Resultados)** Constatou-se que a representatividade feminina nas casas legislativas é mínima, segundo dados do IBGE de 2017, das 594 cadeiras ocupadas nas casas legislativas, 67 delas são ocupadas por mulheres, uma proporção de somente 11,3%. Nesse contexto, como as leis ao mesmo tempo que se adequam aos anseios de cada época, cumprem um papel fundamental de conscientizar a sociedade e causar alterações no “status quo”. Então, incentivar a participação de mulheres em cargos públicos de todos os tipos seria uma forma mais efetiva de levar as questões de gênero, no sentido de reduzi-las, para as políticas públicas. Assim, as mulheres poderiam por meio de sua participação construir uma sociedade mais igualitária e democrática, se adequando à realidade atual de pluralidade.

**(Conclusão)** Portanto, como foram observados, apesar de avanços louváveis, ainda há atrasos no Brasil quanto a participação feminina na política, o que tem trazido prejuízos a essa grande parcela da população brasileira, como a preponderância ainda grande do machismo na cultura do país. Isso reflete diretamente nos altos índices do feminismo, segundo documento elaborado pela ONU Mulheres Brasil, por órgãos do governo brasileiro e pelo Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas. Nesse sentido, cabe salientar a fragilidade que é a efetivação de direitos relacionados às mulheres, pois já na própria Constituição Federal a igualdade entre os gêneros é tida como direito fundamental. Além disso, há também o artigo primeiro da mesma carta, o qual traz como alguns dos fundamentos da democracia brasileira a cidadania e o pluralismo político.

**Palavras-Chave:** Política. Gênero. Direito Civil. Direito Constitucional.

## DÍALOGOS ENTRE O DIREITO PENAL E A PSICOLOGIA

### **Autor(es):**

*Felipe Thaynã Mesquita de Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sérgio Jonas da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Davi Rabelo de Macêdo Tavares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente projeto propõe analisar a mente do psicopata, visando compreender como age, bem como conhecer o seu perfil psicológico, com o intuito de oferecer elementos para sua identificação no convívio social, objetivando prevenir a sociedade dos perigos que indivíduos que apresentam tal psicopatia podem oferecer. Nesse aspecto, o recorte temático da presente pesquisa recai sobre a questão do serial killer, buscando conhecer suas características psíquicas, bem como analisar os impactos de sua atuação no âmbito do direito penal, de forma dialogada com psicologia jurídica, a qual oferece subsídios teóricos para a identificação desse perfil de psicopatia e seu adequado tratamento no âmbito jurídico. A presente pesquisa visa compreender a psique do psicopata e demonstrar suas particularidades, para que seja possível identificá-lo na sociedade, bem como analisar de que forma o direito penal brasileiro trata juridicamente essa questão, considerando que os serial killers são indivíduos altamente inteligentes, pois desenvolvem de forma acelerada a parte racional do sistema nervoso central e não fortalecem a parte sensitiva do cérebro, por não terem sensibilidade e emoção.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa exploratória, na qual aplica-se o método de abordagem indutivo, partindo-se de casos particulares, os quais foram classificados em diferentes tipos de psicopatas, levando-se em consideração os graus de intensidade da psicopatia, que intervém de diversas maneiras, negativamente, na vida das pessoas. Dessa forma, também utiliza-se o método de abordagem transdisciplinar e dialógico, na medida em que busca-se analisar a temática proposta sob o enfoque do direito penal e da psicologia jurídica, contrastando-se, ademais, as variadas instalações de reclusão dos psicopatas. Como método de procedimento, adotou-se o estudo de casos.

**(Resultados)** No Brasil, o tratamento de indivíduos psicóticos não tem sido abordado de forma adequada, e isso é um grave problema, que deve ser imediatamente discutido pela comunidade jurídica, pois esses indivíduos são altamente perigosos para o convívio com as demais pessoas e estão sendo alojados em penitenciárias comuns, pondo risco ao bem estar dos demais presos. O artigo 26 do Código Penal Brasileiro, por entender que o psicopata não tem a capacidade de compreender que cometeu um crime, isenta o mesmo da pena e dirige a ele outras formas de responsabilização. Assim, o psicopata pode ser encaminhado para o manicômio, nos casos mais graves, onde é afastado do convívio em sociedade. Já o sanatório, abriga deficientes psíquicos que retornam ao lar após o tratamento. E por fim, o hospício, onde o doente mental tem todo o tratamento necessário para retornar a vida social. Lamentavelmente, no Brasil, essas medidas não funcionam de forma adequada e o psicopata acaba sendo colocado com prisioneiros comuns sem o tratamento propício e assim prejudicando a ressocialização deles.

**(Conclusão)** Nesse contexto, constata-se a imperiosa necessidade de proporcionar conhecimento especializado na área de psicologia jurídica, para os profissionais do direito, que atuam na esfera penal e penitenciária, para que possam proceder adequadamente diante de casos em que psicopatas cometem crimes. Atualmente, a ciência dispõe de instrumentos e técnicas para diagnosticar e tratar o serial killer, tanto no aspecto clínico, quanto no âmbito penal. Entretanto, fazendo-se um estudo comparado com outros países, observa-se que desde o inquérito policial, passando pelo processo de condenação, aplicação e execução da pena, o direito brasileiro não possui os instrumentos e métodos adequados para o tratamento jurídico desse tipo de indivíduo, considerando-se que para lidar com o perfil do psicopata que comete crimes, é necessário que a psicologia jurídica e o direito penal atuem de forma transdisciplinar em relação de complementaridade.

**Palavras-Chave:** Psicologia Jurídica. Direito Penal. Psicopata. Serial Killer.

## DIREITO À ÁGUA E A JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO DA CHAPADA DO APODI

### **Autor(es):**

*Evaltércio da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael Dantas Pereira de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tarzia Maria de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O atual contexto de mudanças climáticas impõem severos desafios para a ordem planetária e para as necessárias reflexões no campo do direito ambiental, em um entrelaçamento das crises do desenvolvimento, da modernidade e das sociedades. A escassez hídrica consiste em uma das faces deste cenário do clima mundial, ao tempo em que evidencia pontos centrais da política de desenvolvimento em curso no Brasil. O Rio Grande do Norte, inserido neste contexto, vivencia um perverso quadro de crise hídrica marcado pela injusta distribuição e destinação intensiva de água para grandes empreendimentos. O projeto da Chapada do Apodi consiste num caso emblemático de empreendimento hidroatensivo e poluente, que conta com aparato de subsídios e infraestrutura estatal para garantia de sua viabilidade. Tais subsídios ferem a efetividade do direito à água e os ditames da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesta pesquisa, investigamos como os mecanismos de injustiça hídrica ameaçam o direito fundamental à água e agravam a seletividade de acesso ao bem, tomando como referência o estudo de caso do projeto da Chapada do Apodi, localizado na região Oeste do estado.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização deste estudo foi o bibliográfico de caráter qualitativo, o qual foi desenvolvido através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** Quando se fala dessa justa distribuição de água e de outros bens sociais e ambientais, deve-se incluir entre estes a água, bem de domínio público (art. 1º, inciso I, da Lei 9433/1997) e essencial à sadia qualidade de vida, preconizada pelo art. 225 de nossa Constituição Federal. Sua má distribuição, a negação ou entrave ao acesso a esse bem comum — e direito fundamental de natureza socioambiental — e o favorecimento de grupos econômicos em detrimento das populações humanas se configura, à evidência, em manifestações de injustiça hídrica. O conceito de injustiça hídrica já vem sendo utilizado por jusambientalistas, como o professor Paulo Affonso Leme Machado, que, ao criticar a autorização que define o uso da água retirada das nascentes das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo, disse que o município de Piracicaba “sofre injustiça hídrica”. Martinez Alier, por outro lado, trabalha esse conceito – justiça ambiental – como uma das correntes do movimento ecológico, sinônimo de ecologismo dos pobres, ou ecologismo popular. Para o referido autor, a ética deste movimento vai ser oriunda de uma demanda por justiça social. No caso do projeto da Chapada do Apodi, território anteriormente desapropriado para fins de reforma agrária e posteriormente destinado a cinco empresas do agronegócio para produção intensiva de fruticultura para exportação, é latente a injustiça hídrica quando se constata o seu uso intensivo por parte destas empresas em detrimento do acesso da população à água.

**(Conclusão)** Existe uma íntima relação entre a crise hídrica no Estado do Rio Grande do Norte e a escassez de água para abastecimento humano em diversos municípios do Estado, que tende a se agravar pela condução da política econômica no Estado. O marco normativo brasileiro e potiguar permite compreender a água como direito humano e bem comum. O alto consumo de água pelo projeto da Chapada do Apodi concretiza um caso de injustiça hídrica e viola a prioridade de abastecimento humano estabelecida na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. A concessão de benefícios tarifários, componente do contexto neodesenvolvimentista, afronta a natureza jurídica do instrumento da cobrança pelo uso da água e o texto legal da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos que afirma o uso racional da água e a prioridade de abastecimento humano.

**Palavras-Chave:** Direito à água. Justiça ambiental. Projeto Chapada do Apodi

## DIREITO A INTEGRIDADE PSÍQUICA: UMA ANÁLISE ÉTICA

### **Autor(es):**

*felipe augusto de oliveira franco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Romildo Marques Cruz Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa cuida do direito à integridade psíquica, que segundo Pontes de Miranda é a integridade “no dever de todos de não causar danos à psique de outrem, e do Estado, ou dos parentes, de velar pelos insanos da mente “ e de sua tutela, preventiva e reparatória. De início, demonstra-se a existência de um direito à integridade psíquica como direito privado da personalidade, segundo interpretação do artigo 12 do Código Civil, desenvolvida consoante diversos dispositivos legais, constitucionais, entre eles os que se referem ao princípio da dignidade humana e direito à saúde, e infraconstitucionais, e, também, pelas características da natureza humana, advindas da filosofia e psicologia.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como, análise e interpretação de textos legal, sites, e outras fontes bibliográficas, todos com o objetivo de proporcionar um maior aprofundamento do assunto. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes sociais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo direito civil, direito constitucional, e pela sociologia Jurídica.

**(Resultados)** constatamos que em decorrência de estar positivado ganhou nortes consideráveis, o direito à integridade da pessoa humana é absoluto, não se podendo atentar contra a incolumidade do indivíduo e sua saúde. Tanto que somente em caso em que se configure o estado de necessidade os médicos, contra a vontade do paciente, podem submetê-lo a exames, intervenções cirúrgicas e tratamentos. Porém na prática está longe do ideal, fruto de atos egoístas e desrespeitosos que são provenientes da crise ética que passamos. desta forma, é necessário fazer uma análise aprofundada à luz do respeito à psique humana, a fim de que seja criada uma provocação reflexiva sobre até que ponto a sociedade é conivente com as constantes atitudes desonestas relacionadas a pessoas com fraquezas psíquicas, questionando também os códigos de ética que seguimos e o custo disso para a sociedade.

**(Conclusão)** O direito à integridade psíquica, naturalmente, não encontra resguardo apenas na legislação cível como direito da personalidade, possuindo proteção assegurada pela Lei Maior como direito fundamental e recrudescida pela legislação penal como aspecto de vida digno de amparo mais severo. Indubitável é, portanto, que se trata de um bem jurídico de suma importância, e em decorrência de estar positivado ganhou nortes consideráveis, porém na prática está longe do ideal, fruto de atos egoístas e desrespeitosos que são provenientes da crise ética que passamos.

**Palavras-Chave:** integridade psíquica, Código Civil, psique do indivíduo, direito da personalidade.

## DIREITO AO ESQUECIMENTO: A BUSCA DA SUA EFETIVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO

### **Autor(es):**

*Mariana Morais Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito ao esquecimento é a escolha do indivíduo para não divulgar ou excluir algumas informações pretéritas (MARTINEZ, 2014), se manifestando não só como um direito personalíssimo, sobretudo à imagem, à honra e à propriedade, mas também associado diretamente ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, porquanto é intrínseco ao indivíduo gozar de uma condição decente de tratamento. Tal temática se propaga em grandes proporções no cenário jurídico atual, em razão dos grandes avanços tecnológicos existentes, os quais consolidaram o mundo virtual, disseminando e perpetuando, assim, informes na ferramenta de pesquisa eletrônica. Isso fez com que direito fundamentais do indivíduo fossem violados por eternização daquilo que foi exposto ao público quando não o devia ter sido feito, causando embaraço. Noutro giro, a análise do referido direito ainda é uma realidade nova no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo o confronto de dois direitos tutelados pela Constituição Federal de 1988: o da personalidade em contrapartida ao da liberdade de expressão e de imprensa. Logo, fica evidente a necessidade da utilização dos métodos hermenêuticos para ponderar qual deve prevalecer em cada especificidade dos casos específicos. O presente estudo possui como objetivo geral averiguar e avaliar a utilização do direito ao esquecimento no sistema jurídico conforme os critérios dos direitos personalíssimos, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, objetiva, especificamente, explicar o conceito do direito ao esquecimento, salientando aspectos bem como tendências do direito de ser esquecido, expor exemplos concretos em que houve a necessidade de aplicação do referido direito, dissertar sobre o embate entre dois direitos tutelados pela Constituição: o da personalidade e o da liberdade de expressão e, por fim, analisar a visão tanto dos enunciados quanto dos tribunais, com intuito de atingir a efetivação do direito de ser esquecido no ordenamento jurídico brasileiro.

**(Metodologia)** Fez-se necessário o estudo a respeito do direito constitucional, especificamente o fundamento da dignidade da pessoa humana, bem como do direito civil, sobretudo os direitos da personalidade. Portanto, utilizou-se o método de abordagem dialógica transdisciplinar. Também foi aplicado o método dedutivo, porquanto examinará uma explicação geral acerca da temática, passando para uma vertente de casos efetivos.

**(Resultados)** Como resultado parcial da análise acadêmica, constata-se que, aos poucos, os desfavorecidos, os quais possuíam o resgate da sua imagem vinculada a uma determinada notícia, foram ganhando algumas das batalhas travadas, garantindo a dissociação da imagem em casos específicos. Dentre essas conquistas, vale ressaltar o enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, os julgados presentes no STJ e o RE 1.010.606, a utilização da ponderação para solucionar a colisão de direitos fundamentais, bem como o caso, já julgado procedente de indenização, conhecido como chacina da Candelária (RJ), tratando de uma reportagem emitida pela Rede Globo com um dos coautores, o qual já havia sido absolvido bem como não demonstrou interesse na entrevista, do ataque policial, envolvendo mais de cinquenta pessoas nas proximidades da igreja da Candelária.

**(Conclusão)** É premente concluir que ainda há muito do que se avançar no tocante do direito ao esquecimento. Por conseguinte, analisa-se a necessidade de uma legislação específica a respeito da temática, apesar de já se utilizar o método hermenêutico de ponderação para resolver princípios constitucionais conflitantes, a fim de ofertar segurança jurídica e delimitar o alcance do direito supracitado, solucionando a antinomia existente, no sentido de ser instrumento de proteção da dignidade da pessoa humana tal como dos direitos personalíssimos.

**Palavras-Chave:** Direito ao esquecimento. Direito da personalidade. Dignidade da pessoa humana. Direito Civil. Direito Constitucional.

**DIREITO AO ESQUECIMENTO: ASPECTOS RELACIONADOS ENTRE OS DADOS VIRTUAIS E A DIGNIDADE HUMANA**

**Autor(es):**

*Lucca Torquato Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O trabalho discute sobre a atual sociedade da informação e telecomunicação, e, mais especificamente, no ambiente da Internet, para desenvolver sob o direito do esquecimento que pode ser entendido como a “possibilidade de alijar-se do conhecimento de terceiros uma específica informação que, muito embora verdadeira e que, preteritamente, fosse considerada relevante, não mais ostenta interesse público em razão do anacronismo” (MALDONADO, 2017). Essa expressão é a que garante, às pessoas naturais que a exigem, que as informações que foram publicadas sobre isso na Internet são removidas sob certas condições e pelos mesmos meios pelos quais era incorporados, protegendo assim os seus direitos à privacidade, honra e dignidade, em um equilíbrio saudável com o direito à informação e liberdade de direitos, todos os quais são cobertos por mais direitos pessoais. Perante uma colisão entre direitos cabe aos órgãos jurisdicionais, principalmente os Tribunais Superiores, assegurarem a sua concordância prática, permitindo-se a restrição de um ou mais direitos para a preservação de outro(s). A atualidade deste tópico leva também a refletir sobre o papel que desempenham bibliotecas, em face do surgimento desse direito, como defensores da persistência da memória, sempre enquadrando sua atividade dentro de um entre a proteção dos dados pessoais e a liberdade de expressão e informação, mantendo resolutamente os pilares da memória histórica e identidade coletiva da sociedade como um todo. **(OBJETIVOS)** A presente pesquisa visa expor aspectos acerca do direito do esquecimento, bem como discorrer sobre seus primórdios, definição e aplicação, além de investigar alguns casos em que já vem sendo discutido sua relação com o direito a preservação da memória.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca nos sites dos Tribunais Superiores, a fim de possibilitar a apuração de certos julgados importantes que dizem respeito ao assunto. Utilizou-se o método de abordagem dialógico, já que buscou-se analisar, de forma dialogada o tema. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, referente à precedentes judiciais cuja decisão tenha sido fundamentada pelo direito do esquecimento e pela persistência da memória.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Consoante os julgados sobre o tema no Tribunais Superiores, é possível afirmar que se estabeleceu jurisprudência no tocante ao conflito entre o esquecimento e a persistência, a qual provedores de pesquisa não respondem ao conteúdo de seus resultados de pesquisa gerenciados pelo usuário em sua plataforma e não podem pré-controlar esses resultados, pois exibem apenas o conteúdo da rede relacionado às condições definidas pelo usuário e são inseridos no site, além da pessoa que é ferida deve entrar em contato com a pessoa diretamente responsável pelos danos que ela causa, a pessoa que postou o conteúdo ilegal em seu site e não o provedor de pesquisa que indexa as informações gratuitas disponíveis na rede para modificação.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Os avanços ocorridos no tratamento do tema revelam que os motores de busca da internet não devem ser imunes a qualquer controle. Não se trata de reescrever a história. Busca-se apenas evitar que tais ferramentas tecnológicas sejam utilizadas como instrumento para violação do direito à privacidade dos indivíduos.

**Palavras-Chave:** Direito ao esquecimento. Internet. Dignidade humana.

**DIREITO DA MULHER: ANÁLISE ACERCA DA INSALUBRIDADE NO TRABALHO DA GESTANTE SOB A ÓTICA DA LEI  
13.467/17.**

**Autor(es):**

*Stella Maris Lima da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como análise o debate quanto as mudanças pertinentes no ordenamento jurídico, no que tange o direito trabalhista da mulher gestante em ambiente insalubre frente a nova Lei 13.467/17 e o que ficou constituído após a passagem da Medida Provisória 808/17. Nessa perspectiva, há a necessidade de se refletir sobre as mudanças quanto a seguridade da mulher em seu ambiente de trabalho e a escolha em funções informadas como insalubres, posteriormente protegidas no momento em que há a contemplação do período de gestação da funcionária e o que isso reflete no ordenamento jurídico. Levando em consideração a necessidade de discussão quanto a esse tema, é de suma importância o impacto elencado em uma escolha da mulher em continuar trabalhando em ambientes não mais propícios e a visão dos tribunais frente a uma questão tão delicada, onde até que ponto a intervenção estatal influência nas relações transindividuais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, na qual é aplicado o método de abordagem de forma indutiva de forma comparativa, tendo em vista que a problemática exposta visa responder uma questão teórico-conceitual com repercussão nas áreas de conhecimento, notadamente o Direito Constitucional e o Direito do Trabalho. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, utiliza-se o comparativo no que concerne as diferenças ou semelhanças que possam ser constatadas em resposta a problemática abordada. A presente pesquisa é classificada com a coleta de dados e o entendimento da doutrina, jurisprudência, de leis e julgados, em que haverá o empreendimento do trabalho de forma conjunta com os elementos elencados, reforçando as condições atuais do assunto em atenção. A presente pesquisa é classificada como tipo de conhecimento científico, em que há a observação, a investigação de fato e fenômenos, buscando os efeitos que as leis geradas demonstram.

**(Resultados)** Diante do que a Constituição Federal demonstra sobre a proteção da mulher no mercado de trabalho e no quanto a Consolidação das Leis do Trabalho reforça sobre o afastamento da continuidade empregatícia da gestante em quaisquer atividades, uniformizando, juntamente, com o próprio conteúdo acima elencado pela Carta Magna. Em que pese tais influências, a Medida Provisória nº 808/17 teve como fundamento a proteção ainda mais elevada quanto a esse tipo de exposição insalubre, fazendo com que ocorra insegurança na escolha da mulher, havendo conflito entre permanecer em um local que seu médico lhe atribua como não agressivo a sua gestação ou se ausentar e acabar por não ter a continuidade empregatícia e benefícios em se trabalhar extra. Porém, é de suma importância as consequências após a Medida Provisória 808/17, retornando o exposto nos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, ocorrendo a possibilidade de livre escolha da mulher gestante quanto a continuar trabalhando ou não, transmitindo a delicadeza em se intervir na autonomia empregatícia.

**(Conclusão)** Ante o desenvolvimento que o trabalho expõe, é de suma consideração que após a recaída da Medida Provisória 808/17, haja a reflexão quanto ao posicionamento da relação contratual de emprego, em que pese a escolha pessoal da mulher frente ao livre planejamento familiar e, principalmente trabalhista, bem como quanto a contemplação atual de relação empregatícia. Há de se refletir, também, no impacto que isso traz a sociedade, visto que muitas mulheres trabalhadoras apresentam uma hipossuficiência de rendimento, sendo mais sujeitas em ter medo de perder benefícios caso se ausentem de seus cargos durante uma gestação, trazendo a utilidade do atestado médico como sinônimo de continuidade de trabalho.

**Palavras-Chave:** Insalubridade. Direito da Mulher. Gestação. Relação de Emprego.



## DIREITO DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL SEM MUDANÇA DE SEXO

### **Autor(es):**

*Patrícia Ramos de Carvalho Simas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Roberta Celly Brito de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As constantes mudanças sociais trazem uma necessidade de evolução do direito, no sentido de regular a vida em sociedade. Na América do Sul, a primeira discussão surgida a respeito do tema foi no Uruguai, que desde 2009 já possui lei de identidade de gênero, seguida da Argentina que através da lei 26.743/2012 declara a diversidade sexual e de gênero como direito individual, possibilitando a mudança do nome e de gênero nos documentos de identificação. Por ser a pessoa o principal alvo de proteção do Estado, é preciso garantir os direitos de livre desenvolvimento da personalidade, igualdade e liberdade, associados à não discriminação, previstos em nossa constituição. Segundo Maria Helena Diniz, a transexualidade é a condição sexual da pessoa que não aceita a sua identidade genética, identificando-se psicologicamente com o gênero oposto. Em seu livro *O Estado Atual do Biodireito*, ela descreve: "trata-se de uma anomalia surgida no desenvolvimento da estrutura nervosa central, por ocasião de seu estado embrionário, que, contudo, não altera suas atividades intelectuais e profissionais, visto que em testes aplicados apurou-se que possui, em regra, um quociente intelectual (QI) entre 106 e 118, isto é, um pouco superior à média". Garantir às pessoas transgênero a sua dignidade, passa pela possibilidade de alteração do nome civil sem a obrigação de submissão à cirurgia de transgenitalização. A partir da ADI 4275, julgada em 1º de março do corrente ano, foi reconhecido o direito da pessoa que assim o desejar, de substituição do seu prenome e sexo no registro civil, independente da cirurgia e sem necessidade de autorização judicial. Com esse resultado, após a data que o STF definirá para os cartórios começarem a fazer a mudança do nome, a pessoa interessada, poderá fazer sua solicitação. Sem dúvida, é um grande avanço no direito brasileiro que traz uma visão inclusiva; e precisa ser viabilizada com a disseminação da informação para diminuir o constrangimento cotidiano de pessoas que precisam ter sua honra e imagem respeitadas. "não se respeita a honra de alguém, se não se respeita a imagem que se tem." Ministra Carmem Lúcia. (Objetivos) Discutir acerca da mudança de nome, sem cirurgia de mudança de sexo, na evolução do direito brasileiro.

**(Metodologia)** Considerando-se os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, visando mostrar uma melhor compreensão da legislação existente no Brasil, a posição de doutrinadores, o Direito Comparado mostrando a legislação diversa da brasileira e a visão da população envolvida, através de diálogos e reportagens que mostrem a importância da população entender e acolher as mudanças necessárias que garantam a dignidade que as pessoas transexuais tem direito.

**(Resultados)** Mostrou-se a importância do direito inclusivo na vida das pessoas transexuais.

**(Conclusão)** Por ser um entendimento do STF recente, a informação ainda é pouco conhecida, carecendo de melhor disseminação a respeito dessa possibilidade.

**Palavras-Chave:** nome civil. mudança de sexo. transexualidade. dignidade humana. pessoas transgênero.

**DIREITO E CIDADANIA OBSCENA: UMA ANÁLISE A LUZ DOS INÚMEROS PROBLEMAS QUE ENFRENTAMOS NO BRASIL.**

**Autor(es):**

*felipe augusto de oliveira franco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Romildo Marques Cruz Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Ledinaldo silva de Oliveira sobrinho : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito e a cidadania têm suas definições muito bem delineadas, enquanto o direito pode ser entendido como o que segue a lei e os bons costumes, aquilo que é justo, correto e honesto. A cidadania pode ser definida como o conjunto de direitos e deveres individuais, garantido por instituições justas, que visam sempre o bem coletivo. O presente artigo tem por objetivo dissertar que na prática, as respectivas definições têm mostrado que nem sempre é assim, ou, pelo menos, não para todo mundo. Tanto o direito como a cidadania que são tão bem simetricamente definidos, tem os seus avessos, que não são éticos, decentes, mas sim vexatórios e obscenos. Hoje, observa-se muitas vezes que a cidadania que é atribuída pelo direito, se caracteriza mais como inclusão precária, dado os inúmeros problemas que enfrentamos no Brasil com saúde e educação, por exemplo. Independente do viés que quisermos analisar, o fato é que o Brasil sob qualquer ângulo que o considerarmos está contaminado por uma espantosa falta de ética. Os vários escândalos que se deram a conhecer, revelam uma falta de consciência ética alarmante, não é exagero assegurar, que o corpo social brasileiro está tão corrompido que onde quer que aconteça um pequeno arranhão já mostra sua supuração.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica bem como, análise e interpretação de textos legal, sites, e outras fontes bibliográficas, todos com o objetivo de proporcionar um maior aprofundamento do assunto. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes sociais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direitos Humanos e pela Sociologia Jurídica. Como método de procedimento, utilizaremos um caso que aconteceu no estado do Rio Grande do Norte, onde O presidente da Assembleia Legislativa virou réu por corrupção passiva no Supremo Tribunal federal (STF).

**(Resultados)** O presente trabalho pretende, dessa forma, fazer uma análise do direito e da cidadania à luz dos inúmeros problemas que enfrentamos no Brasil, a fim de que seja criada uma provocação reflexiva sobre até que ponto a sociedade é conivente com essas atitudes desonestas, questionando também os códigos de ética que seguimos e o custo disso para a sociedade.

**(Conclusão)** No estudo do caso concreto fica ainda mais nítido que a corrupção está em todos os lugares, e que existem muitos outros caso que não sejam os de grande repercussão fazendo que qualquer caso que citemos seja apenas mais um, reflexo de que a nossa sociedade ainda não enxerga a cidadania e a política da forma que deveria, quase sempre somos egoístas e desprezamos a coletividade prezando o interesse próprio, fazendo com que a insegurança jurídica caminha lado a lado com a nossa falta de exercício da cidadania.

**Palavras-Chave:** problemas que enfrentamos no brasil, códigos de ética, coletividade, direitos sociais.

**DIREITO E DESENVOLVIMENTO: OS CONTRATOS DE TI E A INSERÇÃO DA CLÁUSULA ARBITRAL COMO INSTRUMENTO ADEQUADO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.**

**Autor(es):**

*Paulo Ricardo de Lima Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em face aos avanços tecnológicos e as inovações mercadológicas que inserem o fenômeno jurídico em um novo prisma de conhecimento, as espécies de contratos atípicos, em especial os de tecnologia da informação, possuem devida importância aos negócios da era digital. Sabe-se que nas relações contratuais eventuais conflitos surgem advindos de divergências entre as partes que o compõem. Nesse tocante, considera-se fundamental, quiçá vital, a sinergia entre o departamento de TI e o jurídico das corporações, buscando assim, prevenir o surgimento de problemas futuros. Em sua definição clássica, o contrato é definido como um acordo de vontade entre duas ou mais pessoas com a finalidade de adquirir, modificar ou extinguir direito. Entretanto, para o Direito Digital, os contratos possuem peculiaridades que necessitam de uma análise mais aprofundada de suas cláusulas, sendo mister destacar as de resolução de conflitos, garantindo aos contraentes meios mais seguros, eficientes e céleres na solvência de suas lides, em regra, de alta complexidade. (OBJETIVOS): Busca com a análise em comento, definir e identificar a real importância da inserção da cláusula compromissória aos contratos de TI e a resolução de eventuais conflitos através da arbitragem apresentando aos leitores um conteúdo pouco debatido, porém com grande influência no panorama jurídico atual.

**(Metodologia)** Diante as premissas contidas nos objetivos do estudo, pretende-se através do método descritivo, expor as características gerais do instituto da arbitragem, bem como os dos contratos de TI, tendo como referencial doutrina especializada existente.

**(Resultados)** Destarte, verificou-se com o estudo, que a inserção da cláusula compromissória aos contratos de TI é de suma relevância, pois a naturalização da via arbitral em matérias complexas, garantem maior segurança às partes contraentes em um negócio jurídico atípico. A arbitragem como método adequado de solução de litígios garante à possibilidade de os agentes participantes de controvérsias envolvendo direito patrimonial disponível, dirimirem suas contendas de maneira mais eficiente, econômica e célere. Evidencia-se, também, que o instituto supramencionado encontra respaldo constitucional desde a declaração de sua constitucionalidade no ano de 2001, corroborado com o fomento efetivo do novo código de processo civil para com os meios alternativos de solução de litígios.

**(Conclusão)** Conclui-se que, apesar da pertinência que o estudo em tela propõe ao cenário jurídico atual, necessita de maior amplitude doutrinária, especialmente no que tange aos contratos de TI. Em contrapartida, sobre o instituto da arbitragem, o ordenamento jurídico pátrio possui vantajoso conteúdo acadêmico o que tornou possível suprir lacunas ao estudo ora mencionado. Com isso, tornando cristalino a relevância da inclusão da cláusula arbitral nos contratos de TI, sendo esse um instrumento de segurança jurídica àqueles que buscam resultados mais eficientes.

**Palavras-Chave:** Resolução de Conflitos. Cláusula Compromissória. Contratos de TI. Arbitragem. Direito Digital.

**DIREITO PENAL E A PSICOPATIA: QUAL A RESPOSTA PENAL MAIS ADEQUADA?**

**Autor(es):**

*Laís de La Zerda Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Anny Caroline de Souza Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tendo em vista que o tema vem ganhando notoriedade hodiernamente, perante a crescente onda de crimes cometidos por agentes portadores desse transtorno de personalidade. Se torna imprescindível analisar qual a posição do Código Penal e os posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários no tocante a capacidade de culpabilidade do agente infrator psicopata e da consequência jurídico-penal a ele aplicada. Ademais, dado que em nosso ordenamento jurídico não há legislação pertinente ao tema, abre-se lacunas para o fenômeno do ativismo judicial, impelindo o judiciário a versar sobre o assunto. O trabalho tem como problemática principal objetivo como o nosso sistema normativo penal trata a capacidade de culpabilidade do agente portador de tal transtorno.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no trabalho é de cunho qualitativa, haja vista que os dados do trabalho não podem ser mensurados numericamente, utiliza-se uma abordagem hermenêutica. Trata-se de uma pesquisa científica descritiva, considerando que não há o envolvimento das pesquisadoras no assunto analisado, baseada em investigação bibliográfica, onde foi utilizados dados da Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal, Jurisprudência, Artigos Científicos, periódicos e livros sobre o tema.

**(Resultados)** Constata-se que em decorrência da inexistência de legislação específica há muitos posicionamentos controversos nas possíveis respostas, ocorrendo discrepância nas decisões sobre o assunto. Podemos falar que existem três correntes importantes: a primeira segue o posicionamento da Ciência Médica, e não considera a psicopatia como doença mental, importando em imputabilidade; a segunda considera como perturbação da saúde mental, resultando em semi-imputabilidade; e a última defende que para o Direito o conceito de doença mental deve ser amplo, sendo assim, a psicopatia resultaria em causa de inimputabilidade. Percebe-se então que essa omissão do poder legislativo gera um certo grau de insegurança jurídica, visto que não há um posicionamento firmado com relação a uma política criminal voltada para o indivíduo psicopata.

**(Conclusão)** Diante do que foi exposto neste trabalho, fica evidente que a omissão do legislador no tocante a tal tema vem gerando diversas consequências sociais, pois o o atual tratamento não consegue suprir a necessidade de uma resposta penal satisfatória. E isso fica mais claro quando constata-se que há um elevado índice de reincidência dos agentes psicopatas (SILVA, 2010), o que indica que as respostas punitivas atuais são ineficazes e há a necessidade de um tratamento individualizados a esses indivíduos. É perceptível a necessidade de que o Estado se volte para tal tema que até hoje mantém-se à margem de interpretações difusas. Fica demonstrado a necessidade da edição de uma legislação específica para o tema proposto, garantindo, assim, a segurança jurídica.

**Palavras-Chave:** Psicopatia, Responsabilidade Penal, Omissão Legislativa

## DIREITOS LGBTQ+: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ATUAL

### **Autor(es):**

*ANA CAROLINE JACOME DO MONTE: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafaela Guerra Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO)A comunidade LGBTQ+(Lésbicas,gays,bi,trans e posteriormente foi adicionado queer), vem batalhando por uma maior representatividade, igualdade, respeito e reconhecimento, assim como mudar certos estigmas e preconceitos que afetam e marginalizam essas pessoas.. Entretanto, é mister salientar que a realidade está mudando para melhor, conseguimos enxergar uma maior representatividade na política, diminuição de tabus e preconceitos e uma maior igualdade de direitos. O tema para ser melhor compreendido deve ser analisado por diferentes óticas, como a histórica, sociológica,do direito. O presente trabalho analisa, principalmente sob a ótica a ciência normativa, tendo como o seu centro de discussão o ramo do direito civil e do direito constitucional, realizando análises do ordenamento jurídico e de discussões no STF( Supremo tribunal federal.Essa pesquisa objetiva introduzir o assunto por meio de uma análise histórica das lutas e conquistas de direitos da população LGBTQ+ e como o direito, com um foco no direito civil atuou proporcionando melhorias para igualdade jurídica . Além disso, busca esclarecer conceitos ainda pouco conhecidos pela maior parte da sociedade brasileira, apresenta conquistas do movimento LGBTQ+, as principais decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, os argumentos usados pelos ministros ao justificar seus votos e mostrar a realidade de como o sistema jurídico os protege.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata -se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisas bibliográficas e análise estatísticas. O método de abordagem é principalmente transdisciplinar da complexidade ou dialógico, pois analisamos as dificuldades e conquistas da população LGBTQ+ por meio da história, da sociologia, do direito constitucional, e do direito civil. Por fim, como método de procedimento usaremos o historico e estatístico para compreender melhor as conquistas e principais problemas, em termos numéricos, atualmente enfrentados.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Após a realização dessa importante pesquisa, obtivemos diversos resultados.Percebemos que historicamente aconteceram inúmeros avanços na busca por igualdade de direitos. Essas evoluções podem ser encontrados em análises do STF, jurisprudenciais e na análise da vida cotidiana da comunidade LGBTQ+. Adquirimos informações a respeito da demora em conquistar certos direitos em comparação a outras nações, entramos em um discussão com foco no direito civil, tratando da mudança de nome, direito família e direito da personalidade e por fim entendemos por meio de uma análise que o preconceito vai contra a norma suprema, a constituição federal do Brasil.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO)- Para finalizar, com a execução desse artigo, conseguimos atingir objetivo principal de mostrar a realidade cível da comunidade LGBTQ+ e diversos objetivos secundários que compõem uma grande e importante ajuda para um maior entendimento sobre essa temática. Concluímos então que diversas mudanças positivas aconteceram, proporcionando significativa melhoria na qualidade de vida das pessoas da comunidade LGBT ao incluir-las na sociedade e garantindo direitos básicos, acompanhando e promovendo avanços na visão geral da sociedade. apesar disso, estamos longe de chegar a igualdade social e de direitos.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVE: direitos civis; LGBTQ+; direitos humanos;preconceitos;conquistas

**DISNEY LOOK: UMA ANÁLISE DA DISCRIMINAÇÃO ESTÉTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LUZ DO  
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Maria Beatriz Torquato Rego: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A discriminação estética nas relações de trabalho é um tema polêmico e que fomenta bastante discussão nos diversos ordenamentos jurídicos. O debate da questão não se restringe ao direito do trabalho, engloba também princípios constitucionais como o da igualdade, o da dignidade da pessoa humana e o da não discriminação. Na presente pesquisa o foco é a relação entre o estabelecido no guia de aparência dos trabalhadores da Disney, intitulado de “Disney Look”, e a incidência ou não da discriminação estética nas relações de trabalho, usando como fulcro o ordenamento jurídico brasileiro. Nesta seara, faz-se mister debater a linha tênue entre a autonomia privada, a liberdade contratual da empresa e a discriminação, bem como as consequências jurídicas dessa prática.

**(Metodologia)** Trata-se de um exercício teórico, visto que não parte de um fato concreto, tendo em vista que o o Disney Look não existe no Brasil. Desse modo, essa pesquisa visa prever teoricamente como seria o acontecimento desse fenômeno social pelo viés do ordenamento jurídico brasileiro. Por ser um exercício de projeção, o método utilizado é o hipotético. Para esse intento, as técnicas de pesquisas deram-se através de uma análise do próprio manual, de artigos científicos e da legislação.

**(Resultados)** Mesmo sabendo que o Disney Look está no âmbito da legislação estadunidense, o presente trabalho decidiu fazer uma comparação e analisá-lo à luz do ordenamento brasileiro. O guia de “aparência” da Disney demonstra o quanto esse tema é importante para empresa, ao estabelecer uma série de exigências como: cobrir tatuagens para torná-las não visíveis; cabelo de cor que seja ou pareça ser natural; proibição de piercings; bem como de acessórios que chamem atenção, sendo permitidos apenas os discretos. Nesse sentido, cabe destacar que a aparência se torna uma forma de exclusão de quem não se encaixa nesses padrões, surgindo assim a discriminação e confrontando princípios constitucionais como o da igualdade (art. 5º, caput, da CF/88); o da dignidade da pessoa humana e obviamente o da não-discriminação, que está correlacionado ao previsto nos incisos do art. 7º da CF/88. Sobre a discriminação, o artigo 1º, da Convenção n. 111 da Organização Internacional do Trabalho estabelece que: “Toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”. Assim sendo, cabe destacar ainda que na esfera da liberdade contratual, empregador encontra limitação, visto que “o poder diretivo do empregador encontra limites nos direitos e garantias fundamentais os quais encobrem os direitos da personalidade do trabalhador (...)” (ALKIMIN; NASCIMENTO, 2009). Quanto as consequências jurídicas de tal prática, o resultado é o dever de reparação do dano através de indenização.

**(Conclusão)** Primariamente, como já supramencionado, é imperioso ressaltar que o Disney Look está no âmbito da legislação estadunidense, mas nesta pesquisa foi analisado à luz do ordenamento brasileiro. Por fim, conclui-se que há incidência da discriminação estética nas relações de trabalho no estabelecido no “Disney Look”, tendo em vista que vai de encontro ao previsto na CF/88, ao contrariar os direitos e garantias fundamentais do cidadão, destacando-se os direitos de personalidade e ao princípio dignidade da pessoa humana. Sendo assim, a liberdade contratual da empresa encontra limitação na Constituição. Além disso, cabe destacar ainda que é possível a reparação pelo dano moral sofrido, através de uma indenização de natureza civil. Portanto, faz-se necessária uma mudança no manual “Disney Look”, de tal forma que as condutas nele previstas deixem de ser uma obrigação e passem a ser apenas uma sugestão da empresa, podendo ser mantido apenas aquilo que não afronte a Constituição.

**Palavras-Chave:** Disney Look. Discriminação estética. Liberdade contratual.

## DISPENSA DISCRIMINATÓRIA SOB A ÓTICA DA SÚMULA Nº 443 DO TST

### **Autor(es):**

*Dary de Assis Dantas Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Emerson Ribeiro de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A realidade da discriminação já faz parte das nossas vidas a bastante tempo. Apesar de vigorosamente combatida, habitualmente esbarramos com acontecimentos onde fica evidenciado o preconceito, principalmente nos ambientes de trabalhos quando são pessoas acometidas de doenças graves. Diante disso o presente estudo tem como proposta expor as ações discriminatórias mais comuns nas convivências do emprego e que face ao seu caráter preconceituoso deve ser ajustado pelo ordenamento, principalmente nas situações que tenha empregado portador de doença grave, como por exemplo HIV. O direito do trabalho, tem procurado opor-se a esses atos discriminatórios que terminam por ofender alguns direitos fundamentais, sendo eles principalmente o da igualdade e dignidade da pessoa humana. A respeito desses fatos, buscando combater esses atos discriminatórios o TST na súmula 443, produziu uma novidade com relação a dispensa discriminatória do portador de doença considerada grave. Fica bastante evidenciado na referida súmula que o trabalhador dispensado sob a ótica dessa súmula terá o direito de ser reintegrado ao seu emprego, porém, há casos em que não há a possibilidade do trabalhador retornar pois, devido à gravidade da doença o mesmo não tem condições de realizar suas funções no emprego, diante disso a mencionada súmula não faz referência a opção ao recebimento de indenização pelo trabalhador. Diante desses fatos, o presente estudo busca explorar a aplicação da súmula no que tange a restrição no que diz respeito a reparação dos danos.

**(Metodologia)** O método usado no estudo foi o indutivo, pois é um método responsável pela generalização, isto é, parte de um caso particular para uma generalidade. Já os métodos de procedimentos utilizados foram os métodos exploratórios, pois visa explorar o assunto estudado em busca de novas decisões onde trabalhadores puderam escolher a opção da indenização do que a reintegração ao emprego, e o método descritivo pois há a pretensão de descrever a real vontade da referida súmula.

**(Resultados)** O objetivo do TST ao editar a súmula foi de proteger o lado mais frágil da relação de emprego entre particular e empregador, visando assim opor-se a dispensas realizadas sem justa causa e com características de dispensa discriminatória pelo simples fato do trabalhador possuir uma doença grave onde gere estigma ou preconceito. Apesar de que a súmula limite o empregador a única opção de ser reintegrado ao emprego, a mesma tem um caráter de proteção, pois, assim, gera uma estabilidade ao empregado, onde de acordo com a súmula, não poderá ser demitido, pois tal dispensa será presumida discriminatória. Sendo limitada a opção do funcionário demitido, sob presunção discriminatória, o empregado mesmo tendo sofrido estigma ou preconceito enquanto trabalhou só terá a opção de reintegrar ao antigo emprego. Sendo assim, seria cabível em determinados casos a opção de escolha referente a reintegração ou o recebimento de indenização por todos os danos sofridos pelo preconceito e pela humilhação, visto que, a reintegração desse empregado poderia ocasionar um maior constrangimento ao mesmo.

**(Conclusão)** Portanto, fica constatado que em certos casos pode não ser plenamente eficaz a aplicação da súmula 443 do TST, visto que a simples reintegração do empregado, muitas vezes por si só não é capaz de suprimir os danos causados pela dispensa. O texto da súmula tem como base interpretação e aplicação de preceitos constitucionais de defesa de um direito fundamental, entretanto, seria de maior eficiência a aplicação da súmula no sentido de supressão do dano, se em sua redação constasse a possibilidade de conversão da reintegração em indenização, tal qual ocorre em outras modalidades de dispensa.

**Palavras-Chave:** Súmula 443; Dispensa Discriminatória; Doenças graves; dignidade da pessoa humana.

**DIVULGAÇÃO DE FOTOS ÍNTIMAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS TOMADAS PARA SE COMBATER ESSA PRÁTICA NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Samuel Araújo Potengi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Pedro Pereira Ratis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lucca Torquato Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*felipe kauan alcoforado salgues guimaraes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O avanço da sociedade teve como um dos principais pilares a internet, meio virtual ao qual contribuiu demasiadamente para a configuração do corpo social presente no século XXI. Apesar das incontáveis facilidades que surgiram com a modernização tecnológica, surgiram também diversas problemáticas, dentre elas a divulgação de fotos íntimas sem consentimento; as práticas que visam essa divulgação se encontram bastante presente no âmbito nacional, principalmente entre os indivíduos mais jovens, e acabam por produzir consequências catastróficas e irreparáveis ao ser humano exposto. Diante dessa mazela, o Poder Judicial pátrio não poderia se omitir, e com o objetivo de decidir a respeito de tal atrocidade vem, paulatinamente, avançando no combate através das precedentes jurisprudências. Esta pesquisa tem, por objetivo principal, analisar as medidas tomadas para se combater a prática de divulgação de fotos íntimas no Brasil objetivando discorrer a respeito do tema. Analisar também o posicionamento de instâncias superiores, como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, através das fundamentações das decisões proferidas por estes órgãos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada a partir de pesquisa bibliográfica, bem como da utilização da ferramenta de busca nos sítios eletrônicos do STF e do STJ, com o intuito de apurar algumas decisões importantes que tratam a respeito do assunto. Foi utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, uma vez que foi analisado, de maneira dialogada, as diversas posições jurisprudenciais que o tema foi debatido, o qual perpassa pelo Direito Penal e Direito Civil. Como método de procedimento, empregou-se o estudo de casos, referente aos julgados dos Tribunais Superiores, referentes aos litígios que envolvem a divulgação de fotos íntimas sem autorização prévia.

**(Resultados)** Na jurisprudência brasileira, o deferimento desse pedido pode ser considerado raro e é possível afirmar que o compartilhamento de imagens de cunho íntimo vem ganhando notoriedade nos mais diversos Tribunais e em todas as instâncias, em virtude da atualidade da temática. Observa-se, contudo, que o entendimento sobre a matéria ainda não se encontra totalmente uniformizado no âmbito das instâncias superiores nacionais, como consequência de algumas leves divergências de entendimento, aplicáveis aos casos concretos, no tocante a alguns ministros.

**(Conclusão)** Na atual atividade jurisdicional brasileiro, a condenação dos indivíduos que vazam imagens íntimas já uma realidade nos principais órgãos judiciais brasileiros, constatando uma fundamentação pautada principalmente no dano de natureza moral, e dependendo das especificidades do caso concreto, do dano material de cunho pecuniário.

**Palavras-Chave:** : Divulgação de fotos íntimas. Combate a divulgação de fotos íntimas. Fundamentação das leis de combate a divulgação de fotos íntimas



## DOENÇAS OCUPACIONAIS: A INFECÇÃO QUE ATINGE O SETOR TRABALHISTA

### **Autor(es):**

*Paulo Henrique Lima e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Karla Vanessa do Nascimento Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Elizabete Mendonça de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando se trata de doenças ocupacionais, causam-se danos ao empregado, que devido a uma debilidade, seja ela permanente ou apenas provisória, não consegue ter seu ganho laboral igual ao que conseguira em momentos anteriores, bem como afeta a empresa, tendo em vista que há um empregado, por muitas vezes treinado para aquele desempenho da atividade laboral e que já não pode mais atuar de forma plena. Essas doenças se manifestam durante o período em que os acometidos se encontram no desenvolvimento de suas atividades laborais ou até mesmo quando estão fora delas, isso fica nítido quando aquele trabalhador passa a não ter mais vida, no momento em que ele vive para o trabalho e que com isso chega ao ponto de não conseguir nem pensar em outra coisa a não ser no trabalho, ainda do mesmo modo quando se trabalha em regime de metas, ao qual quando não são atingidas, influenciam de modo significativo na sua remuneração.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Utilizou-se do método indutivo onde, por meio de pesquisa em leis, periódicos, revistas e artigos da área do direito do trabalho, buscou-se trazer o mais apurado entendimento sobre essa infecção que atinge o setor trabalhista, ocasionando assim essas doenças ocupacionais. Sendo assim também se fez uso do método dialógico do tema, visto sua problematização embarcar questões transdisciplinares que envolvem a ciência médica e a psicologia. Como Objetivo Geral, a pesquisa visa analisar o fenômeno das doenças ocupacionais dentro da historicidade do direito do trabalho, inserindo-a no chamado Meio Ambiente de Trabalho. Como Objetivo Específico irá analisar o quão fundo essa não garantia de Meio Ambiente de Trabalho Seguro pode trazer de danos aos obreiros no tocante ao psicológico e ainda na esfera física, onde existe a incidência do surgimento de doenças graves como as cardiovasculares e as psicológicas.

**(Resultados)** Segundo a OIT cerca de 2,34 milhões de pessoas morrem todos os anos em decorrência de doenças e acidentes relacionados ao trabalho. Entre um dos fatores, estão os riscos psicossociais, tornando-se uma questão de elevada preocupação, em que há uma fábrica de estresse dentro de uma indústria de qualquer outra coisa, sendo provocado muitas vezes por assédio sexual, psicológico, intimidações, dentre outras causas. Devido ao estresse sofrido, aumenta-se o risco do surgimento de doenças cardiovasculares mais graves, ou mesmo, numa tentativa de livrar-se de tal problema, muitos trabalhadores recorrem ao uso do álcool ou de outras drogas, ainda segundo a OIT foram encontradas relações entre estresse e doenças músculo esquelética, cardíacas e do sistema digestivo, podendo chegar a um extremo de causar o suicídio das pessoas acometidas.

**(Conclusão)** Observa-se que a mudança de paradigmas de pensamento baseados no senso comum se faz muito mais alcançável quando se tem informações embasadas para contemplarmos, no caso em questão, não seria diferente, pois os estudos revelaram que há muito mais a ser levado em conta do que o senso comum sugere. Portanto, visando proteger o trabalhador, a CLT brasileira delega em seu artigo 190 ao Ministério do Trabalho e emprego a competência para a classificação de atividades insalubres e toda a sua regulamentação, tendo isto, foi criada a Norma Regulamentadora número 15, onde dispõe sobre a insalubridade, porém, quando se trata de doenças causadas por outras pessoas não se encontra nenhum respaldo na legislação celetista nem muito menos na norma regulamentadora, sendo assim, não há o que se falar em adicional por insalubridade nestes casos, fugindo totalmente a ideia de meio ambiente de trabalho seguro, haja vista não ser somente o meio físico causador de doenças.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente de Trabalho. Doença. Psicologia.

## **E-COMMERCE: EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL FRENTE AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS**

### **Autor(es):**

*Monalisa Lima Duarte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Beatriz Marques de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mylena Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Byanca Laura Franco da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em razão dos avanços tecnológicos e do acesso cada vez mais frequente da sociedade com a internet, houve a necessidade de criar instrumentos com o objetivo de facilitar o comércio e a constituição de novas empresas. Nos últimos anos, esse mercado foi crescendo em razão dos consumidores perceberem que a internet é um ambiente seguro para se realizar compras. Não só apenas novos empreendimentos surgiram em decorrência desse mecanismo, mas empresas que possuíam estabelecimentos físicos também começaram a desenvolver o seu comércio virtualmente. Entretanto, toda empresa necessita de um estabelecimento comercial e, nesse sentido, se observa algumas diferenças entre o estabelecimento físico e virtual.

**(Metodologia)** A metodologia empregada tem como método científico, o hipotético-dedutivo, pois parte de uma hipótese de que é possível a utilização das mesmas regras do estabelecimento empresarial físico para o virtual e dedutivo por está se tratando somente do estabelecimento virtual, o tipo de pesquisa qualitativa, uma vez que dar importância as observações extraídas através do estudo, com base na pesquisa documental, levando em conta a importância dos dados colhidos após leituras. O método de procedimento utilizado foi o explicativo, descrevendo os conceitos de e-commerce e de estabelecimento empresarial virtual. Por fim, os tipos de pesquisa, o documental e o bibliográfico, por meio dos quais se examinou livros, artigos, teses de mestrado, leis.

**(Resultados)** Obteve-se com o presente trabalho o entendimento de que as mesmas regras do estabelecimento empresarial, aplicadas ao espaço físico, também podem ser aplicadas ao virtual. Desse modo, o e-commerce faz parte do direito de empresa, haja vista que é uma atividade empresarial tendo como estabelecimento o virtual um site que se destina a vendas de produtos e serviços de uma única empresa, a qual há menção do país onde se encontra determinada empresa, local onde ocorre a prática comercial.

**(Conclusão)** Conclui-se que essa forma de comércio tem duas principais vantagens frente ao comércio físico: venda e atendimento ao cliente. O acesso por meio eletrônico torna mais cômodo a escolha dos produtos pelos clientes. Com isso, o cliente pode escolher seus produtos a qualquer momento. Entretanto, a principal desvantagem está na entrega dos produtos e aos riscos associados. Devido a barreira física, o cliente corre o risco de receber um produto diferente do que ele esperava, ou até mesmo não receber, o que não ocorre em estabelecimentos físicos. Apesar disso, essa desvantagem pode ser eliminada de acordo com a credibilidade da empresa perante o mercado. Portanto, essa forma de comércio acaba sendo mais vantajosa que o comércio físico devido a, principalmente, praticidade para escolher e realizar a compra.

**Palavras-Chave:** E-commerce; Estabelecimento empresarial virtual; Empresas

## EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### **Autor(es):**

MARCUS AUGUSTO FREIRE FERNANDES: *Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
FLAVIA MARIA DE MORAIS JALES: *Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

Sandresson de Menezes Lopes: *Docente do UNI-RN*  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: *Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública, que leva a violação de direitos humanos das mulheres. Este tipo de violência recebe influência cultural, social e histórica. A aprovação de leis especiais para o enfrentamento da violência baseada no gênero tem sido uma estratégia adotada pelos movimentos de mulheres em vários países para criar garantias formais de acesso à justiça e a direitos para mulheres em situação de violência. A Lei Maria da Penha representa a força do movimento feminista brasileiro em sua contínua busca de espaços de diálogo com os poderes da República em prol dos direitos das mulheres, sendo reconhecida como um marco para o processo histórico de construção e reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos no Brasil. Aclamada pela Organização das Nações Unidas como uma das leis mais avançadas no enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo essa legislação contempla medidas judiciais e extrajudiciais adotando uma concepção ampla de acesso à justiça e a direitos a partir da perspectiva de gênero. Por sua abrangência, o texto legislativo é também considerado um conjunto de políticas públicas para o enfrentamento da violência baseada no gênero. Mostrar o histórico da discriminação e violência sofrida pela mulher, buscando analisar a eficácia da lei Maria da Penha no combate a violência doméstica.

**(Metodologia)** A partir de uma análise dialética, verificou-se a norma positivada e pesquisou-se dados estatísticos em sites oficiais do Governo ou de instituições que atuem na temática da violência doméstica. Fez-se uma interpretação dos dados recolhidos entre 2007 e 2015.

**(Resultados)** O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em 2013, análise que revelou que o endurecimento das punições dirigidas àqueles que praticam violência contra a mulher, com o advento da Lei Maria da Penha, não teve impacto no número de assassinatos de mulheres decorrentes da violência de gênero no Brasil. Destaca-se que um dos objetivos dessa Lei foi facilitar a punição dos agressores. Contudo, conforme se extrai do estudo, a taxa média de mortalidade e agressão contra mulheres teve pouca variação durante o período de vigência da lei.

**(Conclusão)** verifica-se que a Lei Maria da Penha é um exemplo de avanço da nossa legislação e um instrumento de enorme importância que representa uma conquista. Entretanto, dados demonstram que a lei ainda não atingiu plenamente o resultado esperado. Observa-se entraves à sua aplicabilidade, bem como à fiscalização das medidas protetivas concedidas. Dessa forma, nota-se que os dispositivos da Lei, muitas vezes, encontram-se impossibilitados de serem atendidos em sua integralidade. Dentre os entraves à efetividade das medidas protetivas está a morosidade em sua concessão, que se dá pela ausência de auxílio à polícia e ao Judiciário, e a ausência de mecanismos necessários à concretização dessas medidas, ou seja, faltam instrumentos que possibilitem o acompanhamento efetivo do acusado, impedindo-o de aproximar-se de sua vítima, resultando, assim, no impedimento de novos delitos contra a ofendida. Conclui-se que a Lei 11.340/2006 é necessária, contudo a sua não aplicabilidade de maneira adequada acarreta em impunidade, gerando na sociedade a percepção de que a Lei é ineficaz. Daí a importância que os obstáculos à sua execução precisam ser superados.

**Palavras-Chave:** Violência doméstica. Eficácia da Lei Maria da Penha. Medidas protetivas.

**EFICÁCIA DO SISTEMA PRISIONAL DO RN E EFEITOS JURÍDICOS DA TERCEIRIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS DE NOSSO ESTADO**

**Autor(es):**

*Gilvan Oliveira Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto de pesquisa tem a pretensão de analisar o sistema prisional do Rio Grande do Norte, como também suas dificuldades e problemas, assim como sugerir alternativas que possam vir a ser adotadas pelo nosso estado, com o intuito de solucionar os problemas existentes no sistema carcerário, tendo como foco a terceirização como alternativa principal.

**(Metodologia)** Trata-se de uma análise fundamentada em documentos históricos a fim de contextualizar e entender o motivo do atual cenário do sistema carcerário do RN. Assim como, descrever e comparar dados estatísticos levantados em bancos de dados, Departamento Penitenciário, Ministério da Justiça, abordando a hipótese que o atual sistema prisional do RN é ineficaz. Dentro da realidade do sistema prisional do RN, descrever e analisar seu atual cenário, fazendo uma correlação entre a constituição brasileira, a LEP e o código penal, para que através dessa análise, verificar qual seria o efeito de uma eventual implementação da terceirização no sistema carcerário, de forma viável e legal, como também conceituar esse modelo e comparar sua eficácia com relação a outros modelos e outros estados que adotaram formas alternativas para o sistema carcerário.

**(Resultados)** O trabalho visa demonstrar a ineficiência do sistema carcerário do RN em virtude de uma série de dificuldades verificadas atualmente, como superlotação, 106% acima da capacidade, infraestrutura precária, rebeliões um grande exemplo é a última rebelião na penitenciária de Alcaçuz, crime organizado como as facções criminosas, ausência de assistência médica, um ambiente insalubre tanto para os funcionários quanto para os apenados. O Rio Grande do Norte caminha em contramão da previsão legal em relação a dignidade da pessoa humana e a LEP. A constituição prevê aos apenados a integridade física e moral, contudo está sendo negligenciado pelo sistema prisional do estado, o que reitera a ineficácia do modelo atual adotado pelo estado do RN.

**(Conclusão)** O estudo expõe o cenário do sistema carcerário do Rio Grande do Norte, esse sistema vivencia um momento delicado com grandes dificuldades estruturais. Se encontra em estado destoante da idealizada pela Constituição Brasileira e as leis do sistema prisional. Esses textos legais, quando não aplicáveis na prática, não passam de letras frias e desprovidas de eficácia. Contudo, é de intenção propor mudanças nos métodos adotados pelo estado, com a implementação da terceirização em setores necessários que pode contribuir com verdadeiro objetivo do sistema prisional, que não é apenas punir, mas principalmente reintroduzir essas pessoas a sociedade, através de profissionalização e educação.

**Palavras-Chave:** Dignidade da Pessoa Humana; Terceirização; Constituição Brasileira.

## EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: EFEITOS JURÍDICOS E DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS

### **Autor(es):**

*ERMETON DUARTE DO NASCIMENTO : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lara Theresa Medeiros Costa Nogueira Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na doutrina hodierna entende-se a função da distinção entre Direito Público e Direito Privado, puramente para fins metodológicos, didáticos e acadêmicos. Nesse sentido, em virtude da nova fase, sob a qual se elenca a Ciência Jurídica, denominada, por parte da doutrina, de pós-positivismo, entende-se ser o Direito um fenômeno incapaz de dividir-se, resguardando inquestionável unidade, apesar de ser manifestar de variadas formas. (LENZA, 2017). Assim sendo, o que manteria esta referida unidade seria a força normativa emanada da Constituição (HESSE, 1999), cristalizada pelos princípios da Lei Maior brasileira promulgada em 1988. Acontece que pelo caráter analítico da Constituição, a qual, nas palavras de Miguel Seabra, desconfiada do legislador, deveria sobre tudo legislar, denota-se um crescente movimento de "constitucionalização do direito", e, perante o qual também não se exclui o Direito Civil brasileiro. Diante desse contexto, surge a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, a qual aduz que os direitos fundamentais devem ter aplicação direta e imediata também nas relações privadas. O que, por sua vez, trata-se de uma nova concepção do direito privado, pois acreditava-se, até pouco tempo atrás, não ser possível, sob nenhuma circunstância, a ingerência estatal nesta seara, mesmo que para resguardar garantias fundamentais. Este trabalho se propõe a investigar a aplicação da eficácia horizontal dos direitos fundamentais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, bem como suas consequências na doutrina e desdobramentos no mundo prático. Além disso, especificamente, visa-se provocar a discussão na comunidade acadêmica sobre a influência dessa teoria na doutrina jurídica, perquirindo sua ligação com o constitucionalismo contemporâneo e a teoria geral do Direito Civil.

**(Metodologia)** No tocante ao método de abordagem, utilizou-se o método dialógico, baseado na religação de saberes bem como a complementariedade entre o Direito Civil e o Direito Constitucional. A pesquisa tem cunho teórico com viés documental, qualitativo e bibliográfico, baseando-se em livros, normas e decisões jurisprudenciais do STF, numa série de recursos extraordinários julgados no período de 1995 a 1999.

**(Resultados)** Em consonância com a investigação proposta, foram encontradas diversos precedentes da Suprema Corte corroborando para a eficácia horizontal dos direitos fundamentais mesmo nas relações privadas, ilustrando, por exemplo, o Recurso Extraordinário 160.222-8, bem como o Recurso Extraordinário 161.243-6 e o Recurso Extraordinário 158.215-4. Para além disso, verifica-se que no mundo prático, a formação de negócios jurídicos, passou a observar limites à autonomia da vontade das partes, notadamente limites estes assentados nas garantias fundamentais. Nas palavras do Ministro Luís Fux, relator do Recurso Extraordinário com Agravo 1.008.625/SP, "os direitos fundamentais assegurados pela Carta Política vinculam não apenas os poderes públicos, alcançando também as relações privadas."

**(Conclusão)** De fato, conclui-se que a Constituição Federal de 1988, foi um marco, na ruptura entre Direito Público e Privado, sendo que tanto na doutrina quanto na jurisprudência, vem crescendo cada vez mais, a constatação da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, os quais, sob a égide da dignidade da pessoa humana, podem e devem interferir nas relações dos indivíduos entre si.

**Palavras-Chave:** Eficácia Horizontal. Direitos Fundamentais. Jurisprudência. Direito Civil.

**EQUIDADE, JUSTIÇA E LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL.**

**Autor(es):**

*Maria Cecília Varela Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. E, providenciou uma aspiração coletiva para desenvolver relações amistosas entre as nações e trazer o melhor e mais elevado em nossa civilização para o bem-estar comum da população. A constituição Federal de 1988 traz em seu art. 5º a liberdade de consciência, de crença e de culto. Trata-se do Estado laico. Em meio a uma miscigenação de culturas no Brasil, composta por uma mistura de costumes, crenças e religiões, a intolerância religiosa produz uma série de impunidades, discriminações e perseguições praticadas dentro de um Estado Laico, o que não é permitido por lei.

**(Metodologia)** (Objetivo geral) Analisar a liberdade de consciência e de crença nas relações humanas no Brasil. (Objetivos Específicos) Demonstrar que a origem de direito à liberdade religiosa está atrelada ao constitucionalismo, uma vez que não existe direito, efetivamente tutelado, sem que o mesmo seja positivado. Propor o engajamento do Estado e sociedade em diálogos referentes às complexidades da liberdade religiosa para encontrar soluções sobre como estender melhor a equidade a todos. Analisar sobre o prisma da equidade a aprovação de leis que protejam as liberdades religiosas essenciais das pessoas, famílias, igrejas e outros grupos religiosos. O método de abordagem para o tema proposto escolhido é o Dialético, onde será examinado com rigor o tema, confrontando-o com a realidade e teorias na sociedade, e testando suas possíveis contradições no contexto da sociedade. No tocante aos métodos de procedimento, temos o Histórico, que será ponderado sob uma perspectiva histórica analisando sua evolução, e origem, bem como, o método Comparativo por meio do confronto das leis, declarações, constituições de todo mundo para entender a importância de a liberdade religiosa ser abordada na constituição brasileira e sua positivação do dispositivo. Na realização da pesquisa as técnicas que serão utilizadas compreendem: Constituições, leis, Declarações universais, doutrinas, direito comparado, e Tratados internacionais.

**(Resultados)** Praticamente todas as democracias ocidentais alegam acreditar no princípio da liberdade religiosa. O que tem ocorrido em nossa sociedade é uma violação clara de um direito fundamental, e infelizmente, os amparos concebidos à liberdade de religião e crença tendem a ser fracos e sofrem violações e ataques. Percebe-se a crescente intolerância da sociedade brasileira no que tange a liberdade a religião, crença e pensamento, o que emerge no dia a dia por meio da intolerância e discriminação, que nos faz perder a capacidade de respeitar as nossas convicções básicas, sem as quais todos os outros direitos humanos não teriam significado.

**(Conclusão)** Praticamente todas as democracias ocidentais alegam acreditar no princípio da liberdade religiosa. O que tem ocorrido em nossa sociedade é uma violação clara de um direito fundamental, e infelizmente, os amparos concebidos à liberdade de religião e crença tendem a ser fracos e sofrem violações e ataques. Percebe-se a crescente intolerância da sociedade brasileira no que tange a liberdade a religião, crença e pensamento, o que emerge no dia a dia por meio da intolerância e discriminação, que nos faz perder a capacidade de respeitar as nossas convicções básicas, sem as quais todos os outros direitos humanos não teriam significado.

**Palavras-Chave:** Constituição. Liberdade religiosa. Direito fundamental. Intolerância.

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A LUZ DA LEI 13.146/14**

**Autor(es):**

*Wanderson Fernandes da Costa Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thiago Moreira de carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nicholas Cardoso Lemos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De fato, uma temática bastante corriqueira no mundo jurídico a discussão sobre os avanços sofridos no estatuto do deficiente após a lei 13.146/15. Porém, no dia a dia da sociedade, tal assunto se encontra de uma maneira pouco explícita para conhecimento de todos, com dúvidas frequentes. Esse artigo tem o intuito de informar acerca do assunto supracitado, com a intenção de sanar todas as questões sobre o tema e também levantar algumas críticas sobre possíveis melhorias. Nas palavras do professor Pablo Stolze, em fragmento retirado do site Jus.com.br: “Em verdade, este importante Estatuto, pela amplitude do alcance de suas normas, traduz uma verdadeira conquista social.” (STOLZE, 2015)

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, realizada através do estudo da lei número 13.146/15 que nos relata sobre o estatuto do deficiente, os direitos e deveres das pessoas que dessa lei necessitam. Procuramos utilizar o método dedutivo, como também do método dialético, tendo em vista que tal temática percorre diversos campos do direito como: direito civil, direito constitucional, entre outros.

**(Resultados)** A priori, deve-se ter em mente o conceito de pessoa natural, que consiste em um ser humano dotado de direitos e deveres, e os conceitos base sobre a capacidade, sendo estes a de direito e a de fato. Capacidade de direito consiste no reconhecimento da personificação da pessoa, ou seja, é um direito reconhecido a todos os indivíduos, enquanto que a capacidade de fato, seria o exercício regular dos seus respectivos direitos. Em sua doutrina, a professora Maria Helena Diniz aduz que a capacidade jurídica da pessoa natural é limitada. De fato, existem critérios que definem como se pode dá o gozo dos direitos previamente determinado pelo código. No entanto, para se ater a todos os conceitos, e realmente entender os direitos das pessoas naturais, também é necessário o conhecimento sobre a incapacidade. O conceito de incapacidade, é o reconhecimento da inexistência, na pessoa, da possibilidade de exercício de suas funções pessoais de direito. A incapacidade pode ser absoluta, que engloba apenas os menores de dezesseis anos, e relativa, que engloba os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, toxicômanos, os que não conseguem exprimir suas vontades e os pródigos. No entanto, nem sempre foi assim. O código civil de 2002, seguindo a “linha de raciocínio” do código anterior, em um primeiro momento, atestou que, entre os absolutamente incapazes, se encontravam além dos menores de dezesseis anos, os que: por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade. Dessa maneira, com a implementação do estatuto da pessoa com deficiência, Lei de número 13.146/15, apenas os menos de dezesseis anos passaram a ser absolutamente incapazes.

**(Conclusão)** Tendo em vista as idéias e fatos acima explanados, podemos perceber que no Brasil atual, apesar do avanço tecnológico e social, ainda podemos perceber um grande preconceito e a discrepância entre a pessoa dita como “normal” e o deficiente que sofre bastante com a falta de oportunidades de uma maneira abrangente.

**Palavras-Chave:** Estatuto do deficiente. Incapacidade. Direitos.

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIAL NO TOCANTE A SUA EFETIVIDADE NO MUNICÍPIO DO NATAL**

**Autor(es):**

*Anna Luiza Silva de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Gabriela Gomes de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho consiste em investigar a aplicação Estatuto da Pessoa com Deficiência e a inclusão escolar no Município do Natal. Em primeiro plano, é coerente construir uma análise histórica acerca da pessoa com deficiência: na Grécia antiga, em consonância com a obra "A República" (PLATÃO, 2002) observa-se um verdadeiro genocídio desses sujeitos. A humanidade persistiu utilizando a lógica sistemática de discriminação negativa aos deficientes até meados do século XIX. Apenas no século XIX, frente ao crescimento das reflexões humanísticas, é que observou-se como necessária a assistência especializada. Nessa linha de raciocínio, observa-se a importância disso para que no século XXI, sobretudo no ordenamento jurídico brasileiro, contivesse princípios programáticos para a concretização da inclusão efetiva dessa parcela populacional na sociedade. Dito isso, é válido ressaltar que serão abordados aspectos no tocante às condições estruturais e pedagógicas das Escolas Municipais, bem como dos Centros Municipais Educacionais Infantis. Diante disso, pretende-se fazer uma análise da efetividade social das normas constitucionais de princípios programáticos. Objetivou-se em verificar se na práxis a inclusão dos cidadão com deficiência se faz genuinamente presente no seio da educação Municipal Natalense. Frente ao objetivo de fiscalizar a ocorrência das diretrizes do Estatuto da Pessoa com deficiência relativamente aos meios necessários para inclusão no ambiente escolar, este artigo analisará as Escolas e Centros Educacionais Municipais de Educação Infantil. Baseia-se em verificar se há a existência efetiva de acessibilidade física dos prédios; tecnologia assistiva; a disponibilidade de tradutores e intérpretes de Libras. Será investigado, ainda, se os professores têm instruções educacionais para lidar com alunos deficientes. Isso será feito por meio de análises sistemáticas dos dados contidos no Censo de Educação Básica de 2017, produzido pelo Ministério da Educação. Além disso, ocorrerá a avaliação do último Boletim Estatístico disponibilizado pelo Município de Natal, 2016, referente à educação básica.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, a fim de analisar a aplicação Estatuto da Pessoa com Deficiência e a inclusão escolar no Município do Natal. Utilizou-se o método de abordagem indutivo, já que buscou-se avaliar a questão a partir de situações específicas para então alcançar o panorama geral. Como método de procedimento, utilizou-se a ferramenta de dados estatísticos, além do método qualitativo.

**(Resultados)** Esta produção acadêmica encontrou os seguintes dados: Há 9260 alunos com necessidades especiais em Natal e apenas 685 alunos, nessas condições, frequentam instituições de ensino Municipais, de acordo com o Censo Escolar de 2010 e o Boletim Estatístico, divulgado pelo Município, respectivamente (PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, Secretaria Municipal de Educação, 2016). A partir disso, conclui-se que menos de 1% dos discentes frequentam a rede pública. Há apenas 41 instituições Municipais capacitadas em atendimento educacional especializado, em consonância com o Boletim. Ainda de acordo com este, não encontrou-se nenhuma documentação que fizesse referência à presença de tradutores e intérprete de Libras, bem como concluiu-se que há internet em cerca de 40% das instituições, o que dificulta a inclusão à tecnologia assistiva.

**(Conclusão)** Por fim, frente aos estudos apresentados, sob tal contexto, conclui-se a lacuna entre a lei e a realidade suportada pelos alunos com deficiência da rede pública Municipal de Natal, refletindo a insuficiência e a falta de concretização em abarcar as questões inclusivas que permeiam o texto legal, com a prática sendo evidenciada por diversos obstáculos, pela falta de acessibilidade em diversos setores escolares como um todo. Dessa forma, é impossível desagregar a noção de um Estatuto da Pessoa com Deficiência com o acesso pleno à uma educação digna de qualidade e de igualdade material na práxis.

**Palavras-Chave:** Direito Civil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Inclusão. Aluno com deficiência.



**FEMINICÍDIO - UMA ANÁLISE A REALIDADE DA SOCIEDADE**

**Autor(es):**

*Maryana Fonseca Damasio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Femicídio significa a perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino, classificado como um crime hediondo no Brasil de acordo com o Código Penal vigente no ordenamento jurídico; Dentre todos os inúmeros crimes que vitimam as mulheres, a manifestação mais extrema da violência tem sido o assassinato; Femicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, suas motivações mais usuais no Brasil são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres.

**(Metodologia)** O projeto tem como objetivo refletir sobre a realidade da sociedade diante do feminicídio que ao passar dos anos esse índice vem aumentando a cada dia na importante vida da mulher brasileira, o qual vem causando uma alta perda de controle no âmbito psicológico, social e diário no sexo feminino. Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental; Sendo assim, para execução de pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, consulta em sites, artigos, revistas e reportagem sobre código penal vislumbrando as leis do feminicídio presente.

**(Resultados)** Infelizmente, como já foi demonstrado e comprovado não será exclusivamente a tipificação que irá reduzir os números de casos no Brasil. É evidente a necessária uma mudança comportamental na sociedade brasileira. O homicídio em nenhum dos seus lados deveria ser aceito como natural pela sociedade, a vida humana a cada dia tem o seu valor reduzido, e espantosamente, deveria ser ao contrário, pois a existência humana possui grandeza relevante fundamental. Desta forma, a morte de mulheres não pode ser banalizada e vista somente números estatísticos, a vida humana é preciosa e possui igual valor entre qualquer ser da espécie humana, independente de sexo, raça ou religião. Porém, este não é o problema, o que não pode existir e nem prevalecer é nenhuma espécie de supervalorização da figura masculina em detrimento do sexo feminino. O tempo da pena aplicável ao feminicídio poderá ser aumentado se o crime for praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental. O crime receberá igual tratamento se for cometido na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima. É o que prevê um projeto aprovado neste mês pelo Plenário do Senado e que retornou à Câmara.

**(Conclusão)** Documentadamente, o papel social do homem foi moldado para ser dominador, opressor e o da mulher a ser dominada, submissa, nessa correlação desigual, surgiu uma coletividade que exalta a competição entre ambos. O patriarcado é um sistema autoritário também que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular essa subordinação.

**Palavras-Chave:** Femicídio. Direito da mulher. Realidade do Brasil.

**FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE ACERCA DA FORMA COMO OS ÓRGÃOS COMPETENTES ENVOLVIDOS ATUAM NA SOLUÇÃO DOS CASOS**

**Autor(es):**

*Júlia Brenda Diniz Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Valéria Carvalho de Macêdo Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Carla Tavares Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Os casos de feminicídio no Brasil ocorrem em níveis alarmantes, demonstrando que, mesmo com o passar do tempo, a cultura machista ainda está impregnada na sociedade. No entanto, no dia 9 de março de 2015 foi sancionada a Lei nº 13.104 (Lei do Feminicídio), para que as mulheres passassem a ter o seu direito à segurança resguardado pelo Estado, possibilitando que os agressores fossem devidamente julgados e condenados a penas mais severas, que variam de 12 a 30 anos de prisão. Além disso, a partir da vigência da referida lei, o feminicídio passou a ser crime inafiançável. (OBJETIVOS) A presente pesquisa visa analisar de que forma os casos de feminicídio são investigados e solucionados no Rio Grande do Norte. Dessa forma, busca-se analisar a aplicabilidade e a eficácia da Lei do Feminicídio e de que maneira os órgãos competentes atuam nessa área.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se uma pesquisa teórica e de campo, de cunho documental e exploratório, na qual é realizada pesquisa bibliográfica. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, uma vez que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes que versam sobre o tema, o qual percorre pelo direito constitucional, penal, civil e direitos humanos. Ademais, utiliza-se o método de abordagem indutivo, já que busca analisar os dados relevantes ao tema abordado, através de estudos de casos julgados no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

**(Resultados)** (RESULTADOS) No estudo de casos, pode-se afirmar também que a maioria dos crimes contra a vida da mulher são praticados pelos seus companheiros, ou seja, a grosso modo, podemos dizer que esses crimes são praticados por relações de proximidade, o que agrava a pena do agressor.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) No atual contexto vivenciado no Rio Grande do Norte, em especial, há uma demanda muito grande de casos para poucas comarcas, resultando assim, a inviabilidade e atraso nas soluções de muitos casos. Porém, uma maior quantidade de comarcas especializadas para ajudar no andamento e retirar a sobrecarga das já existentes seria ideal para um bom desenvolvimento dos processos de julgamento e condenação dos agressores. Entretanto, o despreparo de alguns profissionais da área, a falta de investimento do poder público em outros órgãos como as DEAM's, DHPP's, peritos e etc. também resultam numa sobrecarga e geram um impasse para que o trabalho da Justiça seja feito com excelência. Nesse contexto, observa-se a ineficácia das políticas públicas de segurança no que se refere à apuração e condenação dos casos de feminicídio no Rio Grande do Norte. Não basta, a mudança legislativa, se a mesma não for acompanhada de investimento efetivo em política de prevenção e repressão ao crime de feminicídio.

**Palavras-Chave:** Palavras-chaves: Direitos humanos. Feminicídio. Direito das mulheres.

## FEMINISMO JURÍDICO: UMA FORMULAÇÃO CRÍTICA À TEORIA DO DIREITO

### **Autor(es):**

*Anna Luiza Silva de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O feminismo fora reconhecido como um dos movimentos sociais mais contundentes e hegemônicos do século XX. Em decorrência disso, é nítida a influência que este tem exercido nas áreas científicas, acima de tudo nas Ciências Humanas. Entretanto, a aparição do feminismo na área jurídica ocorre de modo tímido e lento, visto que organiza um impulso perigoso à ordem dada como natural e esta ordem, no Direito, assim como em parte substancial das instituições, ainda é majoritariamente patriarcal, elitizada e há uma forte crença Durkheimiana na “neutralidade científica” do discurso jurídico. Esta pretensa neutralidade legitima a construção do Direito que, como produto da cultura, ainda é hegemonicamente androcêntrica e sexista. As análises feministas do discurso jurídico questionam os seus princípios básicos, bem como os pressupostos da teoria jurídica, a partir da qual refletem acerca das legislações e das instituições as quais constituem o sistema do direito e, além disso, apresentam formulações e teorias para solucionar os problemas do ordenamento vigente. O presente estudo objetiva trazer à tona a reflexão teórica acerca do feminismo jurídico e a formulação crítica à teoria do direito. Para tal, discorre-se a respeito da trajetória histórica do Movimento Feminista, bem como a sua relação direta com o Direito. Somado a isso, averiguam-se as percepções feministas relativamente ao direito e objetiva-se expandir a análise metodológica para analisar a relação de gênero imersa no exercício do fenômeno legal.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que realizada através de pesquisa bibliográfica. Utiliza-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que busca analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes do feminismo jurídico, bem como o dedutivo. A análise perpassa Sociologia Jurídica, Ciências Sociais, Direitos Humanos e Direito Constitucional. Como método de procedimento, utilizamos o Histórico, para uma melhor compreensão da trajetória do feminismo e seus impactos no discurso jurídico.

**(Resultados)** Constata-se, nessa pesquisa, que as primeiras feministas, as quais defendiam o “Feminismo Liberal”, nascido nos Estados Unidos, denunciaram a negação da igualdade formal, acreditando na tese de que o direito deveria tratar igualmente os gêneros na legislação e no modo de aplicá-las. Outro grupo de feministas, levando em consideração a “Igualdade de Oportunidades”, pontuou a falta de igualdade material existente entre homens e mulheres, portanto, afirmaram que, para a concretização da igualdade real, seria necessário o reconhecimento, por parte da legislação, e de sua aplicação, das diferenças fáticas existentes entre homens e mulheres. Somado a isso, constataram que o direito é sexista, masculino e tem gênero definido.

**(Conclusão)** Frente à consolidação democrática e a valorização da concretização efetiva da dignidade da pessoa humana, constata-se a relevância de trazer à tona para o debate acadêmico a formulação crítica referente à teoria do Direito sob a ótica feminista. Dessa forma, conclui-se que a ciência jurídica propagou e legitimou durante séculos a discriminação de gênero, ao não denunciar as inúmeras formas em que a construção das leis negavam direitos e lesionavam os interesses das mulheres. No entanto, para a designação de uma análise coerente no tocante à temática, faz-se necessário uma reflexão sobre a capacidade do direito de ser um instrumento de transformação social, ao reformular a lei e a sua aplicação. Dessa maneira, a ciência jurídica estaria levando, de maneira plausível, em consideração a situação de subordinação das mulheres e incorporando normas ratificadoras dessa inaceitável realidade.

**Palavras-Chave:** Feminismo. Direito das mulheres. Dignidade da pessoa humana.

## FGTS, DIREITO OU LESÃO DO TRABALHADOR?

### **Autor(es):**

*Sarah Marizete Sales Leite de Meneses: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), fora criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Consiste em um direito para trabalhadores celetistas, ou equiparados com carteira de trabalho assinada; fundado com intenção de tornar optativo ao trabalhador a escolha entre o Fundo de Garantia e o Regime da Estabilidade decenal. Segundo, a Caixa econômica federal, que é o agente operador do FGTS, “O FGTS foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. No início de cada mês, os empregadores depositam em contas abertas, na Caixa, em nome dos empregados o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. O FGTS é constituído pelo total desses depósitos mensais e os valores pertencem aos empregados que, em algumas situações, podem dispor do total depositado em seus nomes”.

**(Metodologia)** Então a presente formação faz uso do método logico-dedutivo, destrinchando dispositivos de lei, jurisprudência, doutrina e análise econômica aplicada para intuir sobre a questão trazida. O estudo organiza-se em: discorrer sobre aspectos teóricos dos direitos sociais trazidos no corpo da constituição federal; se aprofundar nas minúcias sobre o dispositivo estudado, o FGTS; por conseguinte, traçar o paralelo entre os direitos sociais e o instituto, à luz do Law and Economics, com finalidade de solucionar a problemática, que foi arguida na fase introdutória, em sede de ponderações finais.

**(Resultados)** O FGTS é tratado pela maior parte da jurisprudência e por parte da doutrina pátria como um direito do trabalhador, no entanto a sua natureza jurídica não é pacífica. Sabe-se que o FGTS é uma poupança compulsória que implica diretamente ao direito de propriedade do trabalhador, ainda que a propriedade dos recursos ali depositados seja do trabalhador, indubitavelmente há uma intervenção estatal no domínio econômico o qual pode vir a descaracterizar a ferramenta de poupança para fins privados ou seja um direito social pró trabalhador como pretendido e aproximando-o das qualificações de tributo, o questionamento que surge é que esse tributo se refere a qual benefício ou serviço primordial oferecido pelo estado, pois muito mais expressiva é a exposição da lesão patrimonial é eminente, assim com a lesão a proposta de Estado de bem-estar social que é uma das âncoras constitucionais para a criação do FGTS no Art. 7º CF, inciso II e III, que exprime no seu caput “...melhoria de sua condição social” quando na verdade a própria inflação devora o fundo de garantia dos trabalhadores por arbitrariedade do Estado Brasileiro.

**(Conclusão)** Existe um forte debate de doutrinadores do direito quanto a sua natureza jurídica, mas inexoravelmente é uma política vinculada ao estado de bem-estar social e é necessário observar criticamente o por que precisamos tal instrumento jurídico que atualmente demonstra o domínio econômico sobre recursos alheios à produção estatal, de forma que impede a livre disposição do trabalhador aos seus recursos sobre a justificativa de benefício. Já que existem outros meios que cumprem, com a essa garantia de valores, para uma possível vulnerabilidade do trabalhador e até de formas mais flexíveis visto que, existem nos poucos casos previstos em lei que permitem o saque e muito mais casos que podem levar um trabalhador e vulnerabilidade financeira.

**Palavras-Chave:** FGTS, Inflação, Taxa Referencial, Estado de bem-estar social, Análise Econômica do direito.

**FISCO E LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE NO CENÁRIO NACIONAL BRASILEIRO NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO E ECONÔMICO**

**Autor(es):**

*Matheus Farkat de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É fato notório que a população brasileira lida habitualmente com cargas tributárias astronômicas, carga esta que sufoca o cidadão brasileiro coercitivamente mediante a relação entre o estado e a população. Sabemos que tal estado coercitivo tem sua vanguarda na idade média, onde por sua vez o soberano das terras fazia incentivo como proteção e terras férteis para que atraíssem mão de obra rural, assim gerando riquezas para aqueles que se autodenominava estado soberano, porém a contrapartida se tornava algo extremamente defasado onde a população contribuía e não havia retorno, cenário esse altamente correlato com a que vivemos no presente momento.

**(Metodologia)** O presente artigo tem como propósito trabalhar a partir da seguinte perspectiva: “o estado brasileiro autodenominado “Fisco” de seus contribuintes é eficaz na contrapartida para com seus contribuintes? Ou a manutenção estatal é onerosa demais para que tal contrapartida seja eficaz?”, fazendo correlações ao direito financeiro e as normas tributárias, bem como o cenário econômico brasileiro. A pesquisa prática de natureza científica original, realizada através de estudos bibliográficos pertinentes ao assunto, bem como uma pesquisa de campo, para tentar construir um modelo da realidade.

**(Resultados)** O resultado das pesquisas bibliográficas tanto do direito tributário quanto do direito financeiro que partilham das mesmas premissas, apontam que o estado brasileiro endossado de sua soberania cria restrições ou "burocracias" com o escopo de criar novas formas tributárias, para exprimir mais valor econômica de sua população, para assim cobrir os rombos da administração pública. Esta pesquisa revelou que o estado brasileiro é extremamente "inchado", no sentido de haver muitos assuntos a serem tratados pela administração pública, logo, se necessita de mais fundos ou valores econômicos para a administração de tal estado "inchado".

**(Conclusão)** Neste diapasão conclui-se que a melhor forma de se diminuir a carga tributária e as barreiras criadas pelo estado para coletar tributo é incentivar a economia, abrir o mercado para novos investimentos estrangeiros, e não sobrecarregar a população brasileira com mais tributos ou o aumento de alíquotas dos tributos que já estão em vigor, o mercado deve ser aberto, o capital estrangeiro deve ser explorado, de modo que irá melhorar os serviços e produtos internos, melhorando a competição por determinado mercado, quando o estado é extremamente estatal, este estudo mostrou que todo e qualquer rombo que empresas estatais dão aos cofres públicos, que sofre é o brasileiro, que por sua vez deixou de lado seu livre arbítrio e se submeteu a vida em sociedade em troca de serviços básicos.

**Palavras-Chave:** Direito Tributário, Fisco, Economia

**FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O DIREITO A MORADIA SOB A ÓRBITA DA (IM) POSSIBILIDADE DE USUCAPÃO EM BENS PÚBLICOS**

**Autor(es):**

*Barbara Wanderley de Santana: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem como intuito discutir e analisar um assunto controverso da esfera de Direitos Reais: a possibilidade de usucapião em bens públicos, sob a perspectiva do princípio da função social da propriedade e do direito à moradia. É válido frisar que no tocante aos bens particulares, os mesmos podem ser adquiridos através da modalidade de usucapião, quando os indivíduos têm como objetivo principal a função da moradia. Já em relação aos bens públicos, a Constituição Federal de 1988 proíbe que esses bens sejam usucapidos. Ora, se de um lado a nossa Constituição, em seu artigo 5º, XXIII, diz que toda propriedade atenderá a sua função social, ou seja, toda propriedade deve ter uma finalidade, um uso; e em seu artigo 6º, defende que o direito a moradia é um direito social fundamental a todo ser humano, por qual motivo deve-se uma propriedade pública ficar parada, fechada, sem utilização alguma quando há milhares de pessoas nas ruas desabrigadas e desamparadas?

**(Metodologia)** Para a maior compreensão do tema, o método de abordagem utilizado na pesquisa será o dialético, visto que um determinado conteúdo do nosso ordenamento dito como verdadeiro será confrontado, sendo analisado sob uma ótica e uma perspectiva diferente da já existente. Além do mais, será utilizado, também, a metodologia de pesquisa teórica, com um método de abordagem qualitativa-descritiva. Foi necessário, ainda, estudar a Constituição de uma maneira flexibilizada, indo além do que está escrito de maneira seca, para, dessa maneira, compreender o porquê da necessidade da usucapião em bens públicos.

**(Resultados)** A falta de interpretação além das normas positivistas faz com que o magistrado profira decisões que venham a ferir um dos pilares do nosso Direito Democrático, que, nesse caso em específico, seria um dos direitos fundamentais a todo ser humano: o direito a moradia, nos termos do artigo 6º da nossa Constituição Federal.

**(Conclusão)** O presente trabalho se aproximou analiticamente da ideia de que o direito à moradia e a função social da propriedade pública não possuem cuidado sob ótica do Poder Judiciário, visto que há uma enorme quantidade de bens públicos sem utilização nenhuma e milhares de moradores de rua em todo país. Pode-se concluir que a Constituição ao firmar que a propriedade necessita de uma função social e ao defender o direito fundamental de moradia a todo ser humano, vai contra ela mesma quando proíbe que os bens públicos sejam usucapidos por pessoas que deles necessitam para viver.

**Palavras-Chave:** Bens Públicos; Usucapião; Direitos Reais; Propriedade; Constitucional; Moradia.

**GUARDA COMPARTILHADA: UMA PRÁTICA DO DIREITO DE FAMÍLIA AGORA ESTENDIDA AOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO.**

**Autor(es):**

*Igor Augusto Justino Fonseca e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Gabriel Moura Silveira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Matheus Henrique Bezerril Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Tony Paiva Capistrano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Arthur Márcio Vieira Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Destaca a importância da regulamentação da guarda compartilhada de animais, tanto para, nós, sujeitos de direito, como para os animais, lhes dando maior espaço, reconhecendo novos direitos passando a tratá-los como seres sencientes (capazes de sentir emoções), e não como semoventes (coisa que se move por força própria). Diante da lacuna na lei sobre o assunto, a jurisprudência vem realizando decisões sobre a guarda compartilhada de animais buscando dar respostas às necessidades da sociedade atual. Numerosas famílias vêm optando por criar animais à ter filhos, considerando-os como integrantes do núcleo familiar, tais acontecimentos alteram o paradigma, como consequência, o direito é forçado a dar soluções para pacificar litígios cada vez mais frequentes e crescentes no judiciário pátrio. O entendimento do que é família, mudou, trazendo para a contemporaneidade, os animais como membros familiares, provenientes de afeto, ressalte-se que a CF/88 se pauta por princípios subjetivos pelos quais tal sentimento é o responsável pelos vínculos, laços familiares construídos durante a vida, animais x seres humanos, cada vez mais frequentes. Exigindo do direito que acompanhe as mudanças sociais. O direito de família baseia-se em princípios, em garantias fundamentais, por que não estender aos animais? Embora não sejam considerados humanos, mas o seu valor afetivo atualmente se sobrepõem ao valor de pecúnia nas famílias brasileiras. O presente estudo objetiva elucidar aspectos controversos acerca de direito civil, o direito penal e o direito ambiental, como estes protegem e consideram os animais, a conceituação, a classificação, e como a matéria vem sendo discutida e pacificada em jurisprudências atuais.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que tem como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca do site da justiça de algumas varas de família, TJs e STJ, a fim de selecionar julgados importantes que versem sobre o assunto. Como método de procedimento usa-se o tipológico, analisando fenômenos sociais complexos em face de ser uma novidade no ordenamento, ou seja, com forte tendência para jurisprudência. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Civil (Família), Direito Ambiental dos Animais e pela Sociologia Jurídica.

**(Resultados)** Na atual práxis do direito de civil e de família, a guarda compartilhada de animais, que também atrai outros direitos como o direito de visita e alimentos relacionado aos animais, enfrenta obstáculos expressivos, diante da falta de legislação capaz de solucionar litígios de maneira una, gerando certa insegurança jurídica, para os sujeitos que pleiteiam tais direitos, conseqüentemente cresce as demandas no judiciário para esse fim.

**(Conclusão)** Observa-se concretamente novos conceitos de famílias enquadrando os animais como membro destas e assim a extensão da forma como o direito civil trata das responsabilidades, deveres e direitos dos pais para com os seus filhos, respaldado também pela CF/88 quanto aos modelos familiares atuais. O presente trabalho não pretende esgotar o tema e nem fazer menção sobre a forma de como criar a norma regulamentadora para a guarda compartilhada de animais, mas a apresentação de jurisprudências que versam sobre a matéria no Brasil na atualidade dada às transformações sociais na relação com os animais de estimação. Enquanto isto, o judiciário tem que aos poucos, com muito estudo sobre o assunto, dar respostas à sociedade com o devido cuidado afim de não abrir precedentes que depois não lhe possibilite decidir futuros litígios com coerência e isonomia. Ou seja, fazer do ativismo judicial algo benéfico diante do silêncio da lei, embora que, certamente momentâneo.

**Palavras-Chave:** Animais sencientes. Guarda compartilhada de animais. Família contemporânea. STJ.

## HOMÔNIMOS OU FALSIDADE IDEOLÓGICAS X DIREITO DE PERSONALIDADE

### **Autor(es):**

*Kleiton Geverson de Oliveira Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Paulo Roberto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em primeiro plano diante dos conceitos referente ao tema, se faz necessário deixar bem claro que este trabalho foi desenvolvido a partir de uma situação real, ocorrida e vivenciada ainda na atualidade. Pois o caso ocorreu em uma Instituição de Longa Permanência Geriátrica, se trata de um Estudo de Caso que está em fase judicial e ainda não fora solucionado. Daremos a devida importância para problemática em questão, de que alguém perdeu seus qualificadores e não é mais, para o direito, uma pessoa. Diante do caso que ainda está em mérito investigativo temos muito a dizer desde a dignidade da pessoa humana, que fora muito afetado e seus direitos fundamentais, que ambos estão expresso no texto da lei, na Constituição Federal de 1988. E dos direitos da personalidade, que dentro do contexto, de vida em sociedade surge a necessidade de regulamentações, no que se refere á direitos e deveres, sendo que nesta linha de evolução tem-se os direitos da personalidade, os quais engloba o direito à palavra e à imagem(art. 20 do Código Civil). Sendo os direitos da personalidade "ão aqueles cujo objeto é o modo de ser físico ou moral das pessoas, aqueles direitos que as capacitam e protegem sua essência, sua persona, as mais importantes virtude do ser."(CECCONELLO, 2003,31).

**(Metodologia)** Nossa metodologia será pelo método dialético tendo como instrumento o estudo de caso, pesquisa bibliográfica para aprofundamento do tema, visitas técnicas ao ITEP, Polícia Federal, SESAP (Secretaria de Estado da Saúde Pública) e acompanhamento nos tramites legais na restauração da documentação e dos direitos do indivíduo.

**(Resultados)** Nosso trabalho tem como objetivo principal averiguar o desenvolvimento de caso envolvendo homônimos e falsidade ideológica com relação aos direitos de personalidade. Dentro dos objetivos específicos, acompanhar o impacto do fato jurídico na pessoa do caso concreto e ponderar quanto aos direitos da personalidade a serem restaurados. A partir disso averiguar as devidas condições que ferem o bem jurídico da personalidade, em questão o nome, imagem, honra e vida, como sendo um dos princípios fundamentais que estão elencados na Carta Magna, ideológica que escalonou a problemática, o cancelamento de toda a documentação da vítima e todo o tramite envolvendo não só a restauração dos documentos, mas dos seus direitos de personalidade e da dignidade da pessoa humana. É cabível nesta seara salientar o disposto no art. 5ª da Carta Magna Brasileira, em seu inciso II que afirma: "...Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei...". Logo, principalmente o nome goza da proteção da lei(art. 16,17 e 18 do Código Civil; 185 do Código Penal) não pode ser empregado por terceiros em publicações ou representações que o exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória. Como o direito da personalidade, o nome não pode ser renunciado, não pode ser transferido a outrem, é inalienável, não pode ser valorado economicamente e é imprescritível. Trata-se de um direito subjetivo extrapatrimonial, de objeto imaterial.

**(Conclusão)** Durante o presente trabalho que acompanhou o caso em questão, nos possibilitou chegarmos a uma conclusão jurídica, a partir dos devidos direitos da personalidade que podem ser conceituados como sendo aqueles direitos inerentes à pessoa e à sua dignidade. Surgem cinco ícones principais: vida/integridade física, honra, imagem, nome e intimidade. Essas cinco expressões-chave demonstram muito bem a concepção desses direitos. O art. 12 do novo Código Civil traz o princípio da prevenção e da reparação integral nos casos de lesão a direitos da personalidade. Continua a merecer aplicação a súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça, pela qual é possível cumulação de pedido de reparação material e moral, numa mesma ação.

**Palavras-Chave:** Homônimos. Ideológica. Personalidade. Dignidade. Direitos.



**HORA IN ITINERE: QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA NOVA ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO E ÉTICO**

**Autor(es):**

*Wilton Dantas Fernandes Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lianny Karoline Coringa da Costa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Eduardo Walderez Flor Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mateus Medeiros de Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Katarina Moura da Costa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esta pesquisa tem o objetivo de analisar quais as consequências da nova alteração da reforma trabalhista, dada pela lei Nº 13.467 de julho de 2017, no tocante a hora in itinere. Atualmente, com a nova redação do artigo 58º, §2º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o empregado não tem mais o retorno financeiro dado pelo lapso de tempo do deslocamento entre sua residência e ou do local no qual não tem o serviço de transporte público, ao local que estará à disposição do empregador, independente do fornecimento de transporte privado pelo contratante. Nesse contexto surge algo de encontro com a súmula 90 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e, o art. 7º da Constituição Federal de 1988, mostrando uma relevância jurídica, e, também social no que tange as relações econômicas que surgirão dos novos contratos não assegurados pela hora in itinere. Nessa ideia, busca-se compreender se essa nova relação trabalhista ou se esse novo direito está adequado a realidade social de forma a dar garantias mínimas ao empregado, ou seja, se essa nova norma foi flexibilizada ou desregulamentada; analisar se a nova redação do art. 58, §2º fere ou não a previsão constitucional, precisamente o artigo 7º da Constituição Federal de 1988; analisar a possibilidade de revogação da Súmula 90 do TST ou a criação de uma nova Súmula que vise assegurar o trabalhador, uma vez que os novos contratos não são obrigados a ter horas in itinere; comparar dos pontos de vista econômico e ético, as consequências para o empregador e empregado.

**(Metodologia)** Essa pesquisa fará utilização do método dedutivo, partindo das teorias do direito do trabalho e constitucional, e do ativismo judicial do TST, que, visa adequar o direito a realidade social atual, e também do método histórico, onde será investigada a origem do fenômeno, e o transdisciplinar ao analisar, para além do enfoque jurídico do tema, seus aspectos sociais, morais e éticos. Como método de procedimento, utilizou-se, o comparativo e o histórico, visando proporcionar maior familiaridade com o problema ou não da não mais utilização das horas in itinere, envolvendo levantamento bibliográfico, análise de casos que estimulem a compreensão e entendimentos de pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

**(Resultados)** Busca verificar se houve prejuízo para o trabalhador e se houve benefício para o empregador por não ter mais que pagar a hora in itinere. Então, essa pesquisa busca saber, do ponto de vista jurídico, ético e moral se esse dispositivo nas relações de trabalho foi flexibilizado ou desregulamentado.

**(Conclusão)** Após se constatar os entendimentos, as circunstâncias de como são as relações de trabalho das pessoas que em seus contratos já têm a hora in itinere como direito adquirido, e as novas relações que surgiram a partir da vigência da reforma da CLT, a pesquisa não apresenta ainda uma conclusão definitiva, pois a mudança nas relações ainda é recente. Dessa forma a conclusão ainda é hipotética em relação ao futuro, e quanto tempo de vigência atual da norma, não se observa um grande impacto. Contudo, é importante salientar que ao momento da apresentação da pesquisa ela pode encontrar-se com uma conclusão definitiva, mas atualmente toma a visão de ser uma norma desregulamentadora para os trabalhadores e flexibilizadora para os empregadores.

**Palavras-Chave:** Hora in itinere. Flexibilização x Desregulamentação. Artigo 7 da Constituição Federal. Jornada de Trabalho. Súmula 90 do Tribunal Superior do Trabalho.

**HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO: A DIVISÃO DO TEMPO DE TELEVISÃO EM DISCORDÂNCIA COM O DIREITO FUNDAMENTAL DE IGUALDADE NA CORRIDA PRESIDENCIAL NAS ELEIÇÕES 2018.**

**Autor(es):**

*Marco Aurélio Pedrosa Maniçoba Júnior : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Higor dos Santos Jales: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*José Lira das Chagas Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Victor de Sousa Cardoso Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Victor Maciel Ramalho Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Brasileira de 1988 (CRFB/88) consagrou como fundamentais diversos direitos, dentre os quais a igualdade. Conforme depreende-se da leitura do caput do art. 5º a igualdade é marca registrada da nossa sociedade. No processo eleitoral, atendendo a determinação da Constituição, a igualdade é algo de suma importância, não distante disso que a Justiça Eleitoral busca garantir a maior isonomia possível entre os eleitores e os candidatos, para que ao final das eleições tenhamos um resultado justo e legal. Todavia, mesmo diante desta preocupação de garantir a isonomia durante o pleito, o princípio da igualdade não se demonstra respeitado, quando o assunto é tempo de rádio e televisão na propaganda eleitoral gratuita. Nesta perspectiva, mesmo considerando a crescente importância das redes sociais no pleito eleitoral, em detrimento ao rádio e a televisão, não é possível ignorar a desigual divisão do tempo de cada candidato. Desta forma, a presente pesquisa visa analisar criticamente os critérios de divisão do tempo na propaganda eleitoral gratuita, focando os candidatos a presidência da república, trazidos pela Lei nº 9.504/97.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é qualitativa, que tem um caráter descritivo-explicativo. Não obstante, se fez necessária a busca por novos conhecimentos na doutrina. A partir disso e considerando a finalidade da presente pesquisa, utilizou-se do método dialético para o desenvolvimento da pesquisa, partindo da análise de diplomas legais e dos pensamentos doutrinários sobre o tema.

**(Resultados)** O art. 47, §2º, da Lei nº 9.504/97 não garantiu igualdade plena entre os candidatos. Isso porque, determinou que 90% do tempo da propaganda eleitoral gratuita destinada aos programas dos candidatos a presidência da república, fosse dividido considerando o critério da quantidade de representantes que o partido ou coligação, neste último caso, considerando apenas os 6 maiores partidos integrantes da coligação, tem na Câmara dos Deputados e, os 10% restantes fossem divididos igualmente. Esta divisão resulta em uma discrepância patente, pois o candidato cuja a coligação tenha uma grande quantidade de partidos ou partidos com grande representatividade na Câmara, detém um tempo de propaganda muito superior aos demais candidatos, como é o caso desta eleição, na qual somente um dos candidatos tem mais da metade do tempo total destinado a propaganda eleitoral aos concorrentes a presidência da república, de acordo com os critérios definidos em lei. E mais, faz com que, muitas vezes, os candidatos busquem alianças políticas pautadas neste interesse, e não com finalidade ideológica. Neste cenário, vê-se uma completa mitigação das igualdade pregada pela CRFB/88 e reproduzida pelas normas eleitorais, de modo a prejudicar o jogo democrático, pois não permite que todos os candidatos concorram em igualdade de condições, inclusive para o mais alto cargo do nosso país. Por sorte, graças a era da modernidade, a televisão e o rádio ganharam um papel quase que secundário nas campanhas eleitorais, sendo substituídos pelas mídias sociais, espaços nos quais a liberdade e a igualdade são respeitadas.

**(Conclusão)** Observa-se que o princípio da igualdade almejado pela legislação eleitoral é completamente ignorado, no que concerne à divisão de tempo no rádio e televisão entre os candidatos, nos horários eleitorais gratuitos. De modo que, os presidenciáveis de partidos com menor representatividade não têm o mesmo tratamento ao expor suas ideias nestes meios de comunicação, dado o tempo ínfimo, e em certos casos inexistente. Demonstrando esta situação, uma notória violação ao princípio supramencionado, o que deveria ser modificado, permitindo a todos os candidatos a isonomia e igualdade necessária e, possibilitar ao eleitor um melhor análise das propostas de cada candidato. Ademais, devido as mídias sociais esta desigualdade tem se minimizado, pois os candidatos têm no mundo virtual um espaço livre e igualitário para apresentar seus projetos e propostas.

**Palavras-Chave:** Direito Eleitoral. Eleições 2018. Princípio da Igualdade. Tempo de Rádio e Televisão.

**IMPACTO SOCIAL DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: TRIBUTAÇÃO DO CAPITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL**

**Autor(es):**

*João Vitor Pessoa de Magalhães Pacheco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ramon Isaac Saldanha de Azevedo e Silva, 7º Período - Vespertino, Estácio. João Vitor Pessoa de Magalhães Pacheco, 10º Período – Noturno Turma B - Uni-RN Orientadora: Profa. Dra. Lenice S. Moreira de Moura (INTRODUÇÃO) A presente pesquisa versa sobre a incidência tributária prevista no artigo nº. 153 da Constituição Federal, a qual dispõe sobre os tributos de competência exclusiva da união, especificamente, o inciso VII, que dispõe sobre o imposto sobre grandes fortunas. Nesse contexto, propõe-se a trazer ao debate a implementação do IGF em face da importância do mesmo, tanto no aspecto social, quanto no aspecto tributário constitucional, levando-se em conta os princípios da proporcionalidade e da capacidade contributiva. (OBJETIVO) Busca-se analisar a taxa de grandes fortunas em face da redistribuição de renda mesmo que de forma restrita ou em proporção mínima, bem como debater a respeito da necessidade da regulamentação do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IFG), com o objetivo de arrecadar a representatividade em parcela de PIB equivalente a 0,15% para servir de custeio para promoção de políticas públicas destinadas à concretização de direitos sociais fundamentais.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa documental e estatística, na qual busca-se analisar a tributação sobre as grandes fortunas como meio de custear efetivamente os direitos sociais, considerando o fundamento ético constitucional da tributação, segundo valores centrados na concretização da dignidade humana, e na realização de direitos fundamentais.

**(Resultados)** (RESULTADO) Observou-se que, desde a vigência da CF/88, ocorreram inúmeras tentativas de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas. Nesse contexto, o primeiro projeto de lei que tratou do tema foi o PLP 162/1989, de autoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso. Depois deste, outros projetos foram propostos, tais como: PLS 128/2008, PLP 277/2008 e PLP26/2011. Na realidade, os referidos projetos não tiveram seguimento sob o fundamento de que o IGF seria um estímulo à fuga de capitais e que com a implementação do IGF haveria um desestímulo ao empreendedorismo e à poupança. No entanto, estudos científicos realizados sobre o tema sustentam que IGF se configuraria em uma forma de efetivar a justiça social, ou uma forma de se propor um equilíbrio nas distorções da renda. Tributações semelhantes ao IGF foram implementadas no direito comparado, tais como na França, com a adoção do Impôt sur les Grandes Fortunes, instituído em 1981. Tal imposto foi instituído com base em teorias que propõem uma redistribuição de renda modernizada, realizada através de uma progressividade fiscal, como muito bem aponta o economista Thomas Piketty.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Constata-se que o debate sobre a regulamentação do IGF encontra-se permeado de grande obscuridade político-econômica, permitindo que os interesses de uma minoria prevaleçam em detrimento da maioria. Observa-se, ademais, que há 30 anos, vivenciamos uma espécie de omissão legislativa, que não se propõe a dialogar de forma clara e aberta, permitindo que tal assunto seja alvo de tabu, revestindo polos de discursos apaixonados, fazendo com que, muitas vezes, a discussão volte à Guerra Fria no cunho ideológico, separando-se da racionalidade. Defende-se que o IGF venha a tornar-se o centro dos debates sobre tributação no Brasil, propondo-se, pois, uma reforma geral na forma de pensar o tributo, levando em conta fatores como desigualdade social e redistribuição de riqueza. É de se considerar, nesta discussão, a maior incidência de tributos sobre o consumo no Brasil, o que sobrecarrega a classe trabalhadora e alivia a carga tributária sobre os verdadeiros detentores do capital, gerando uma equação tributária injusta, onde o princípio da capacidade contributiva é aplicado às avessas.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Tributação do Capital. Justiça Social. Imposto Sobre Grandes Fortunas

**INSTIGAÇÃO AO SUICÍDIO: UMA ANÁLISE À LUZ DO ART. 122 DO CÓDIGO PENAL, COM ENFOQUE NA INFLUÊNCIA DA ESFERA DIGITAL E A PRÁTICA DO BULLYING ENTRE OS JOVENS.**

**Autor(es):**

*Ana Flávia Cacho Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Larissa Ulyssandra Pinheiro da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gabriel Franco Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tereza Carolina Araujo de Moraes Fontoura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Leonardo Fraifer palhano dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O suicídio é um ato em que o indivíduo atenta e tira sua própria vida. Acontece desde séculos passados até os presentes dias. No entanto, o índice dessa prática, atualmente, cresce cada vez mais, tornando um problema de demasiada preocupação. Portanto, a questão que está em foco é a instigação ao suicídio, ação pela qual encontra-se tipificada no código penal, sendo considerada, deste modo, crime, visto que atenta contra um dos mais preciosos bens jurídicos de terceiros, a vida. Nesse seguimento, acabam vitimando pessoas que se encontram em um estado mais vulnerável, com problemas psicológicos, por exemplo. O presente estudo visa propor a reflexão acerca de uma problemática cada vez mais real e presente no cotidiano, principalmente de crianças e jovens, que vem gerando consequências não só para quem pratica e quem sofre, mas também à sociedade, uma vez que existe a reprovabilidade social acerca das práticas do bullying e dos jogos disseminados pelas redes sociais, os quais instigam crianças e jovens a cometer suicídio.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e explicativo, visto que será elucidado por meio de jurisprudências e pesquisas bibliográficas, bem como o estudo de jogos e desafios que preocupam a sociedade atual. Utilizou-se o método dialógico, posto que esse dispositivo consiste numa interdisciplinaridade, melhor dizendo, o fenômeno analisado perpassa pelo direito penal, civil e até mesmo pela sociologia jurídica. Como método de procedimento, utilizou-se o estatístico, visto que a pesquisa será quantitativa, com bases estatísticas para o alcance mais concreto do resultado.

**(Resultados)** De acordo com o direito pátrio o crime de instigação ao suicídio vem ganhando grande espaço social, uma vez que além de tutelar sobre o bem jurídico vida, traz à tona a reflexão acerca do cometimento, pelo agente, do dolo eventual. Paralelo a isso, constatou-se o protagonismo do bullying como principal gerador de casos suicidas, principalmente no âmbito escolar, o aumento exorbitante dessas ocorrências nos últimos anos, bem como a presença das doenças psicológicas dominando a nossa conjuntura social dentro da medicina, agindo como um agravante dentro da situação debatida.

**(Conclusão)** No que concerne ao contexto social atual, notamos que a evolução do mundo digital não proporciona apenas mudanças positivas, mas com a facilidade de comunicação vieram também as formas de violência virtual. A medida em que a juventude está mais conectada, os índices de suicídio entre os jovens e crianças crescem cada vez mais, muitas das vezes vítimas do bullying, cyberbullying ou até mesmo dos jogos desafiadores que promovem o cessar da vida. O nosso código penal, mais precisamente no art. 122, prevê o crime de induzimento ao suicídio, portanto, para combatê-lo faz-se necessário a realização de campanhas de conscientização, como também de políticas públicas para tratamento de pessoas que estejam passando por problemas psicológicos, como a depressão, pois além de estarem mais vulneráveis, se configura como questão de saúde pública.

**Palavras-Chave:** Suicídio, instigação, crime, problemas psicológicos, redes sociais.

## INVALIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DO PREJUÍZO

### **Autor(es):**

*Anna Luyza Silva Soares Wanderley: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Júlia Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Agnes Severiano de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Fausto Calixto de Lima : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o Novo código de Processo Civil de 2015, pilares como a celeridade e a eficiência foram evidenciados. Para tanto, alguns princípios ganharam força dentro do processo civil. Dentre eles, há um brocardo que se destacou, "pas de nullité sans grief" que significa "Não há nulidade sem prejuízo". Esta diretriz tem grande aplicação na prática e vem gerando alguns pensamentos controversos devido a subjetividade e amplitude da palavra "prejuízo". Desta forma, o presente artigo busca analisar o alcance do prejuízo dentro do sistema de invalidades processuais, sob a ótica garantista e ativista, bem como sob a luz dos princípios processuais.

**(Metodologia)** Os procedimentos metodológicos utilizados no artigo foram, especialmente, a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de uma visão positivista de pesquisa, tendo como estratégia a análise de posicionamentos jurídicos e seus fenômenos, sem esquecer da enorme importância da doutrina, para que obtivéssemos êxito no estudo. Combinado a isso, fizemos uso da revisão integrativa e narrativa visando a obtenção de resultados na pesquisa, através dos estudos das obras "Os Pensadores", de Jeremy Bentham; "Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento", de Fredie Didier JR.; "Teoria da Norma Jurídica", de Norberto Bobbio; "Introdução ao Direito: lições de propedêutica jurídica, de Antonio Bento Betioli"; bem como artigos científicos diversos, tais quais "Ativismo e garantismo no processo civil", de Glauco Gumerato Ramos.

**(Resultados)** Os resultados, que foram obtidos a partir da análise da teoria dos três planos do fenômeno jurídico (existência, validade e eficácia) levando em consideração o plano da existência como pressuposto, apontaram que um dos grandes desafios do direito, como justiça e sua aplicabilidade, tem o prejuízo como um fator determinante para invalidar ou não o ato processual. Conseqüentemente, por ser um conceito abstrato e passível de discussão, gera-se uma certa insegurança jurídica. Insegurança esta que pode ser combatida com a utilização mais incisiva de princípios. Sendo assim, o uso de princípios constitucionais e processuais guiam o entendimento das discussões e apontamentos da concepção do prejuízo processual na ótica Garantista e Ativista.

**(Conclusão)** Dado o exposto na pesquisa, conclui-se que o principal limitador para análise das circunstâncias processuais acaba sendo a própria insatisfação da duração processual, ficando claro ao analisar os Princípios da Instrumentalidade das formas e do Máximo Aproveitamento da Demanda, que cabe ao juiz sensibilizar-se e corrigir a maior quantidade de erros possíveis na demanda. Não obstante, observa-se que a corrente ativista prepondera no que toca o tema, ressaltando a necessidade do juiz assegurar e atentar cautelosamente ao não invalidar um ato processual, pois, poderá ocasionar uma injustiça para as partes.

**Palavras-Chave:** Direito processual. Prejuízo. Invalidade processual. Garantismo judicial. Ativismo judicial.

**LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CASA GRANDE DO ENGENHO VERDE NASCE**

**Autor(es):**

*Maria Lopes Ricardo Simões: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a queda da Bastilha e o fim da monarquia francesa, os bens da Coroa e as propriedades do clero e da Igreja passaram para o Estado. Estes fatos, atrelados à então recente concepção de Estado Nacional, constituíram, portanto, os bens nacionais e a noção de patrimônio da Nação. Os cidadãos, com a Revolução, tornaram-se livres e iguais perante a Lei e, nascidos no mesmo país, são irmãos e herdeiros do mesmo pai, sua pátria. A partir disso, os monumentos históricos passaram a ser a materialização da identidade nacional e, através deles, o povo se reconheceria como francês. Em um momento distinto, tal necessidade de consciência patriótica surgiu no Brasil. No inicial instante, tal fato se deu por meio da inaugural corrente artística romântica, na primeira metade do século XIX, em busca da valorização daquilo considerado "nosso", em desligamento dos valores oriundos da colonização. As tentativas consecutivas de diferentes grupos para a conservação de Ouro Preto, incluindo movimentos de artistas modernistas, culminaram em 1933, com uma medida oficial de reconhecimento de seu patrimônio enquanto cultura e a indispensabilidade de sua proteção. Seguindo este caminho, em 1938 foi fundado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, a partir do qual passou-se a estender essas ações a outros bens nacionais e, eventualmente, estaduais, por meio de respectivas entidades. Este trabalho tem por objetivo principal defrontar-se com o problema da negligência ante a fiscalização e conservação do Patrimônio Histórico Estadual, visando possível atribuição de responsabilidade a entidade pública competente. Dentre os específicos, pode-se mencionar a análise do processo de tombamento da casa grande do engenho Verde Nasce, além do exame da legislação acerca do patrimônio histórico com ênfase no âmbito estadual e a definição de tutelas jurídicas e sua eficácia diante do problema apresentado.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, conduzindo-se a partir da análise da legislação do estado do Rio Grande do Norte e aplicando-a ao objeto de estudo especificado. Levando em consideração a pesquisa desenvolvida o método de procedimento foi o estruturalista, partindo da avaliação concreta (letra da lei) para o exame do abstrato (estudo de caso), retomando para uma possível e eventual conclusão concreta. As técnicas de pesquisa foram, em sua maioria, legislação, bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Com base no caráter intermediário deste projeto, deve-se afirmar que não é possível apresentar resultados definitivos ou conclusivos. Pode-se assumir, porém, como resposta preliminar o estudo de sanções mais efetivas, além de uma melhor fiscalização dos bens comuns a todos. Estudar-se-á também a possibilidade de se exigir uma funcionalidade para o bem, efetivando que este resista as diversas dificuldades enfrentadas por esses espaços.

**(Conclusão)** Espera-se, ao alcançar o fim deste trabalho, obter sucesso nos objetivos propostos, trazendo à tona a pertinência desta questão e colocando em pauta no âmbito acadêmico a discussão sobre bens históricos e culturais do povo, não apenas ceará-mirinense, mas do norte-rio-grandense.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Histórico; Verde Nasce; identidade; Rio Grande do Norte; conservação.

**LEI COMPLEMENTAR 157/2016 A MUDANÇA DO LOCAL DE RECOLHIMENTO DO ISS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO SURTIU O RESULTADO DESEJADO?**

**Autor(es):**

*Michael Domenico Evaristo de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), ou como popularmente é conhecido o ISS, foi regulamentado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) em seu art. 156, III, onde instituiu a competência à fiscalização e cobrança do referido imposto aos Municípios. Desde de sua formalização vários os movimentos municipalistas questionavam o local da arrecadação, pois o entendimento seria no sentido de direcionar o recolhimento do ISS aos municípios onde estavam localizados os estabelecimentos prestadores, ou seja, onde estavam concentradas as sedes das empresas que exploravam tais atividades. Diante deste entendimento tais movimentos questionavam a concentração de arrecadação nas grandes cidades prejudicando desta forma todos os outros municípios. Diante das exigências por uma distribuição de arrecadação mais equilibrada no ano de 2016 foi promulgada Lei Complementar nº 157 de 29 de dezembro de 2016 que veio trazendo algumas alterações a Lei Complementar nº 116/2003 que previa regras gerais correspondentes ao ISS trazendo consigo uma lista de serviços e atividades, está lei regulamentava como deveria ser realizada a cobrança e o recolhimento do referido imposto. A LC nº 157/16 veio alterando os locais de cobrança, ou seja, mudou o local que caberia a responsabilidade pela fiscalização e cobrança do referido imposto, antes sendo cobrado na sede do prestador serviço e agora sendo cobrado no local onde serviço realmente é realizado. Diversos serviços foram incluídos neste novo modelo de cobrança, como por exemplo os serviços de streamings e serviços de cartão de débito e crédito. Nosso análise busca avaliar a aplicabilidade da alteração legislativa na cobrança do ISS sobre as prestadoras administradoras de cartão de crédito e débito. Diante da alteração ocorreu uma mudança no local da respectiva fiscalização e cobrança, anteriormente ISS deveria ser cobrado e recolhido no domicílio do prestador do serviço, ou seja, todo imposto correspondente ao uso dos cartões de crédito e débito independentemente do local onde fora utilizado seria recolhido pelo município onde estava localizada a sede administrativa da empresa prestadora dos serviços de cartão de crédito e débito. Após o surgimento da LC nº 157/16 esta realidade foi alterada, transferindo responsabilidade de fiscalização e cobrança do serviço citado, no local onde o serviço foi prestado, ou seja, no domicílio do tomador do serviço, no local onde efetivamente o cartão era usado. Só esta simples alteração já gera um impacto considerável se levarmos em consideração que cada município terá que criar leis para regulamentar a cobrança em cada município e disponibilizar servidores para a fiscalização, antes sendo necessária tal adequação apenas em municípios maiores e mais estruturados onde geralmente estavam localizadas as sedes das empresas administradoras de cartão de crédito e débito. Trazendo para a realidade do nosso estado o Rio Grande do Norte, onde temos 167 (cento e sessenta e sete) municípios. Vamos nos deparar com diversos questionamentos a respeito da aplicabilidade desta lei. O impulso inicial da referida lei consistia em fortalecer a arrecadação dos municípios menores buscando através das alterações uma descentralização e conseqüentemente o aumento de receita em todos os municípios menores. O intuito inicial objetivava fracionar de forma mais equilibrada e justa a arrecadação do ISS, desta forma desconcentrando a arrecadação que antes era concentrada em um número menor de municípios. Através desta lei acreditava-se alcançar maior independência financeira potencializando a arrecadação dos municípios que antes não participavam deste fracionamento de receita.

**(Metodologia)** Natureza explicativa, empírica, bibliográfica e qualitativa

**(Resultados)** Os efeitos e reflexos da LC 157/2016 na arrecadação do ISS

**(Conclusão)** Qual resultado alcançado após da entrada em vigor da LC 156/2017?

**Palavras-Chave:** ISS. LC 157/2016. Aplicabilidade

## LEI DA FICHA LIMPA: CONSEQUÊNCIAS NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO-ELEITORAL

### **Autor(es):**

*Vitor Morgan de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Obede Israel Jacome de Mesquita Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriel Cavalcanti de Farias Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Letícia Moura de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A situação da política brasileira nunca foi das melhores no que tange a moralidade de seus membros, sempre vivenciando inúmeros casos de corrupção. Isso tudo aliado à oferta de serviços públicos de má qualidade fez com que um projeto de lei de iniciativa popular, encabeçado por entidades que fazem parte do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral reunisse cerca de 1,6 milhão de assinaturas, visando proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício de mandato, considerando a vida pregressa do candidato, tendo o mesmo que ser condenado por decisão de órgão colegiado para ter sua candidatura barrada. O referido projeto foi sancionado em 2010 e passou a ser aplicado nas eleições de 2012, respeitando assim o princípio da anualidade eleitoral. Partindo dessa premissa, o presente trabalho visa abordar de forma sucinta os reflexos gerados pela aplicação da Lei da Ficha Limpa. Assim, buscou-se analisar se essa lei está sendo aplicada ou não, e se essa aplicação está se dando de forma legítima ou não. Além de fazer um comparativo entre o antes e depois do âmbito eleitoral brasileiro após a vigência desta.

**(Metodologia)** A presente pesquisa se utiliza do método de abordagem dedutivo, já que busca o estudo da premissa maior, a Lei da Ficha Limpa, aplicada a casos concretos, quais sejam estes, a premissa menor. No tocante a métodos de procedimentos, utiliza-se o histórico-comparativo, visto que se procura fazer uma análise entre o antes e o depois do cenário eleitoral brasileiro, diante da aplicação da Lei da Ficha Limpa. Além disso, é possível definir o tipo de pesquisa como exploratória, dado que objetiva-se proporcionar uma maior familiaridade com o problema, através de pesquisas bibliográficas e estudo de casos. Por ultimo, é necessário frisar que a forma de abordagem ao problema será qualitativa.

**(Resultados)** Sobre a importância da lei e de suas exigências podemos observar que em 2012 barrou 868 candidatos e em 2014 esse número foi de 250, no ano de 2016 2.121 candidaturas foram negadas devido a esta lei, melhorando cada vez mais o cenário eleitoral (dados do TSE 2012, 2014 e 2016 respectivamente). Motivou a rejeição de 157 candidaturas nas eleições de 2018, segundo dados parciais (TSE-2018), esse número representa 6% das 2.599 candidaturas cassadas. Tendo em vista que as inelegibilidades importam impedimento temporário à capacidade eleitoral passiva, a problemática de políticos ímprobos irá persistir até que a população tome mais consciência da importância do seu voto.

**(Conclusão)** É nítido que a Lei da Ficha Limpa vem sendo debatida amplamente por sua importância para a democracia e por sua atuação na restrição de candidaturas, bem como a sua constitucionalidade. É uma lei muito nova que está começando a dar frutos agora, há quem acredite que ela é inconstitucional, pois fere o princípio da presunção de inocência artigo 5º, LVII e o da coisa julgada artigo 5º, XXXVI, ambos da CF/88. Porém há adeptos que afirmam que a lei é constitucional e garante um processo eleitoral mais transparente e permite que o eleitor vote tranquilamente, pautando sua escolha apenas nas propostas dos candidatos. Se observa que foi necessária a criação de uma lei para que os políticos atingissem esse patamar ético quando na realidade seria uma obrigação moral, o exemplo quanto a isso deve partir da população, uma vez que os políticos são o reflexo e também compostos da mesma. A partir do momento em que tivermos cidadãos honestos os políticos também serão.

**Palavras-Chave:** Lei da Ficha Limpa; corrupção; constitucionalidade; política.



**LEI MARIA DA PENHA E LEI DO FEMINICÍDIO: ANÁLISE SÓCIO JURÍDICA ACERCA DA EFETIVIDADE SOCIAL DE MEDIDAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**

**Autor(es):**

*Taynara da Silva Tavares : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daniel de Goes Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Monica Fernandes Alves de Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*João Vítor da Silva Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho faz uma análise da violência contra a mulher e dos amparos pela legislação brasileira, objetivando relatar que a lei Maria da Penha Lei nº 11.340/06 e a lei do feminicídio Lei nº 13.104/15 surgem como resultado de esforços coletivos das mulheres e poderes públicos no enfrentamento à violência doméstica, familiar e pelo alto índice de mortes de mulheres no Brasil, que ainda continua mesmo com as punibilidades existentes.

**(Metodologia)** Dessa forma tem-se por objetivo analisar e compreender que a lei Maria da Penha em que foi criada como mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e a lei do feminicídio onde trata diretamente de mulheres violentadas e que são levadas a morte, simplesmente pelo motivo de serem do sexo feminino, são textos distintos na legislação, mas podem ser considerados complementares, já que ambas correspondem a proteção da mulher. Tentaremos compreender aqui a dimensão dessas agressões e assassinatos se aplicabilidade da lei Maria da Penha e a tipificação do crime de feminicídio aumentaram ou diminuíram estatisticamente por meio da execução das penas e medidas existentes. A pesquisa tem método de abordagem dialógico e interdisciplinar, nesse sentido realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos campos do direito penal, processual penal e direito constitucional junto à análise das leis Lei nº 11.340/06 e Lei nº 13.104/15, ademais utilizou-se do método de procedimento comparativo para verificar dados estatísticos de índices de aumento e diminuição da violência contra a mulher.

**(Resultados)** A partir das leis analisadas e por pesquisas publicadas no que tange ao ano de 2017, o número de mulheres vítimas de homicídio cresceu consideravelmente, um total de 4.473 mortes, um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2016 registradas pela mesma fonte de pesquisa portal G1. Desde de 9 de março de 2015, a legislação prevê penalidades mais graves para homicídios que se encaixam na definição de feminicídio. E com base nos dados fica evidente que a cada duas horas, uma mulher é morta no país, com uma taxa de 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil mulheres, em um total de doze mortes por dia no Brasil, nos quais 4.473 dos homicídios dolosos de mulheres registrados 946 são qualificados como feminicídios, ou seja, casos de mulheres mortas em crimes de ódio motivados pela condição de gênero. O ato criminoso ainda é muito presente na vida de muitas mulheres, sendo que um dos fatores que contribui para a não diminuição é o medo que muitas possuem em denunciar o seu companheiro, isso não envolve só o fato de uma possível separação de seus companheiros, mas muitas acabam recebendo ameaças dos seus próprios cônjuges, filhos e familiares, sendo reprimidas pela cultura machista que ainda persiste em nosso país.

**(Conclusão)** De acordo com o exposto anteriormente, podemos perceber que a criação da Lei da Maria da Penha, bem como a tipificação do feminicídio no código penal, não diminuiu as taxas de violência e muito menos de homicídios que acometem muitas mulheres em nosso país. Porque o problema é cultural e social, o silêncio que cerca essas vítimas deverá ser rompido mudando a cultura de como os filhos estão sendo criados, com o objetivo de torná-los menos machistas e misóginos respeitando a condição da mulher no meio social.

**Palavras-Chave:** Feminicídio, Lei Maria da Penha, Homicídio, Violência.

## LIBERDADES INDIVIDUAIS E O PODER DO ESTADO: UMA ANÁLISE DO LINCHAMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

### **Autor(es):**

*Genilson Agostinho da Silva Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Miguel de Carvalho Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como observa MARTINS (2015), a prática do linchamento surge como uma verdadeira retaliação da população que se vê desamparada face à punição falha do Estado que é observada contemporaneamente na sociedade brasileira. Considerando isso, é cada vez mais comum o aparecimento da chamada “justiça com as próprias mãos”, que constitui autêntico retrocesso social por ferir princípios e garantias constitucionais conquistadas ao longo do tempo. Além disso, é mister avaliar a tutela da pessoa no ordenamento civil-constitucional brasileiro, uma vez que o exercício do linchamento se configura como afronta aos direitos fundamentais e os direitos da personalidade, os quais também estão incluídos dentro desse contexto. O presente trabalho tem como escopo analisar, através de uma perspectiva histórica, o surgimento da prática do linchamento, como foi seu desenvolvimento ao longo do tempo e, a partir de análise de casos concretos, observar como se manifestam acontecimentos dessa natureza dentro do seio social brasileiro.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, a fim de analisar a prática do linchamento na sociedade brasileira. Utiliza-se o método de abordagem dialógico, uma vez que busca a transdisciplinaridade entre áreas do conhecimento e do direito que se relacionam, como o Direito Constitucional e o Direito Civil. Ademais, como métodos de procedimento adota-se o histórico, o comparativo e o estudo de casos.

**(Resultados)** O linchamento e por consequência a efetivação da justiça com as próprias mãos são práticas cada vez mais corriqueiras, que, primordialmente, são explicadas pela inefetividade da punibilidade do Estado. Entretanto, a prática de tais atos gera consequências além da desordem social, pois culminam efeitos retrógrados a direitos fundamentais, por exemplo, o desrespeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e devido processo legal, além dos personalíssimos dos indivíduos que a presenciaram, configurando deveras desrespeito à ordem vigente. É importante destacar também que tal prática afeta o jus puniendi do Estado, ou seja, o direito de punir exclusivo dele. Portanto, é possível perceber que o linchamento tem se tornado comum e não gera mais estranheza na população de um modo geral.

**(Conclusão)** O ordenamento jurídico brasileiro é claro e expresso ante a possibilidade de autotutela, isto é, fazer justiça com as próprias mãos, sendo prerrogativa do Estado fazer valer o devido processo legal. Entretanto, o Estado tem falhado, fazendo com que a população insatisfeita vá pela contramão daquilo que é determinado. Isto acaba por gerar toda uma instabilidade social, verdadeira situação caótica, refletindo seus efeitos, sobretudo, em direitos fundamentais e personalíssimos. É necessário, diante do exposto, buscar meios que solucionem a prática do linchamento, responsabilizando Estado e justiceiros pelos atos equívocos e que garantem o desserviço do direito brasileiro como instrumento de pacificação social.

**Palavras-Chave:** Direitos fundamentais. Linchamento. Autotutela. Direitos da Personalidade. Garantias Fundamentais

**LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA GARANTIDA AO NASCITURO  
CONTRAPOSTA À LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Thayna Batista Azevedo de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Emyli Hapuque Miranda Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Thays Batista Azevedo de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução) De acordo com os direitos fundamentais garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, direitos como a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade são garantidos a todos os cidadãos, partindo do princípio da isonomia, de que todos são iguais perante a lei. Assim sendo, há quem defenda que o aborto deve ser legalizado no Brasil, afirmando que a proibição do aborto prevista no Código Penal invalida a liberdade sexual da mulher; contudo, o nascituro também possui os mesmos direitos fundamentais, destacando-se o direito à vida. Destarte, havendo a colisão de direitos e sabendo que o nascituro é a parte mais frágil da relação, faz-se necessário um estudo sobre quais são os seus direitos. (Objetivos) Este estudo tem o escopo de versar sobre os direitos do nascituro, evidenciando que não são menos importantes do que os da mulher e que também devem ser resguardados, visto que é um ser humano e possui direitos positivados no sistema constitucional brasileiro. Deste modo, busca-se mostrar como os direitos constitucionais que protegem o feto e a garantia da inviolabilidade do direito à vida são incompatíveis com a legalização do aborto no Estado Democrático de Direito.

**(Metodologia)** (Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, bibliográfica e qualitativa, visando esclarecer como a inviolabilidade do direito à vida é contrária à legalização do aborto no ordenamento jurídico brasileiro. Utiliza-se do método de abordagem dialógico ou transdisciplinar, promovendo o diálogo entre as ciências do Direito, como o Direito Constitucional, Penal e Civil, e as da saúde, como a biologia, embriologia e psicologia. Ademais, emprega-se o método procedimental Comparativo, percorrendo as diferentes áreas do conhecimento para esclarecer o tema.

**(Resultados)** (Resultados) Além da inviolabilidade do direito à vida garantida na Constituição Federal, no sistema constitucional brasileiro, há a tipificação do aborto no Código Penal como um crime contra a vida, salvo as exceções previstas; a Teoria dos "Limites dos Limites" dos direitos fundamentais propicia a ponderação da liberdade da mulher com a inviolabilidade do direito à vida garantida ao nascituro; o Código Civil reconhece os direitos do nascituro desde a concepção; o Estatuto da Criança e do Adolescente aduz que a criança tem direito a proteção à vida e à saúde, bem como ao nascimento; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos assegura que a vida não pode ser privada arbitrariamente. Nota-se, então, que o assunto não diz respeito apenas à liberdade de escolha da mulher, sendo o nascituro possuidor de direitos que não podem ser suprimidos em decorrência de este ainda não ter nascido.

**(Conclusão)** (Conclusão) Embora o nascituro seja ignorado como um indivíduo detentor de direitos por ainda não estar atuando diretamente na sociedade, deve ter seus direitos resguardados, principalmente o de viver, posto que deste emanam todos os outros. Infere-se, pois, que a interrupção voluntária da gravidez não pode ser vista como uma opção, porquanto produziria a ruína do Estado Democrático de Direito e dos seus direitos fundamentais consolidados como indispensáveis à pessoa humana, tendo em vista que a esta, em seu maior estado de vulnerabilidade, seria imputada uma pena de morte, sem qualquer direito à defesa.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Aborto. Inviolabilidade do direito à vida. Direitos fundamentais.

**MARKETING MULTINÍVEL E SISTEMA PONZI: UMA ANÁLISE DAS FRAUDES FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO.**

**Autor(es):**

*Caio Henrique Jacome Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo busca diferenciar dois modelos de negócio que se popularizaram, principalmente, durante a era digital, quais sejam, o marketing multinível e as pirâmides financeiras, analisando ambos negócios e mostrando diferenças entre ambos. Analisa-se também a consequência criminal das pirâmides financeiras, diferenciando o meio empregado pelos referidos sistemas.

**(Metodologia)** Utiliza-se o método de abordagem indutivo, pois, com as análises dos dados e dos casos concretos, seja possível chegar a uma conclusão plausível. Como técnica de pesquisa, estudo e leitura bibliográfica, pesquisas em jornais, revistas e artigos. Os métodos de procedimento foram o comparativo, analisando as diferenças técnicas entre o marketing multinível e as pirâmides financeiras e o histórico, observando casos práticos recentes em que diversas pessoas foram enganadas.

**(Resultados)** O marketing multinível ou de rede é um sistema de venda direta ao consumidor, de bens de consumo e serviços, sendo um modelo de negócios, através de pessoas físicas que distribuem os produtos e serviços. A remuneração dos seus revendedores vem daquilo que efetivamente vendem ou prestam serviço, bem como, também, são remunerados pela captação de novos vendedores, recebendo um percentual pela venda dos novos distribuidores. Essa forma de negocia é considerada lícita, já que boa parte do dinheiro arrecadado é proveniente das vendas de produtos e serviços e não depende de novos associados para a manutenção do sistema. Contudo, existe outro modelo de negócios, o chamado Sistema Ponzi, ou popularmente conhecido como Pirâmide Financeira, idealizado nos anos de 1920, pelo ítalo-americano Charles Ponzi, consistente em um esquema piramidal no qual a remuneração de seus participantes vem da quantidade de pessoas recrutadas para a rede e da venda de produtos a essas pessoas. Contudo, tais produtos, alguns casos, não existem e, quando existem, têm baixo índice de vendas, bem como seus preços são acima dos praticados pelo mercado. Além disso, os sistemas de pirâmide financeira são anunciados com alta rentabilidade em um curto prazo; todavia, não há nos seus anúncios clareza quanto ao motivo do alto lucro, como, também, não há transparência quanto aos riscos do investimento. Há também casos em que as empresas que utilizam o sistema ponzi não devolvem o dinheiro aplicado aos investidores, o que, em tese, configura o delito de apropriação indébita previsto no artigo 168 do Código Penal, já que a empresa deve apenas reinvestir aquilo que recebeu de seus associados, tendo mera posse do dinheiro. Para a Comissão de Valores Imobiliários, responsável pela fiscalização de empresas e entidades que captam recursos financeiros junto à população, o marketing multinível é um modelo de investimento que remunera seus participantes pelo trabalho de distribuir ou revender produtos e serviços, enquanto o sistema ponzi, por induzir o investidor em erro, ao anunciar elevados ganhos em pouco tempo, pode configurar o delito de estelionato, previsto no artigo 171 da codificação criminal, já que os sócios da empresa que utiliza a pirâmide financeira obtém, vantagem ilícita em prejuízo alheio, ao induzir e manter em erro, os seus associados.

**(Conclusão)** Diante do estudado, percebe-se que as pirâmides financeiras são uma fraude ao investidor, visto que sua forma de arrecadação e distribuição dos lucros parte de um delito de estelionato, já que os sócios do sistema de pirâmide induzem e mantêm em erro os investidores, causando um prejuízo financeiro, bem como de apropriação indébita, já que os recursos financeiros que deveriam ser replicados são utilizados para pagamentos de outros associados ao sistema fraudulento.

**Palavras-Chave:** Sistemas Ponzi. Fraude. Estelionato. Apropriação Indébita.

## MEI E A CAMUFLAGEM DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

### **Autor(es):**

*Josivania Pereira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Giovanni Micussi Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Luana Fernandes Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Aísa Ribeiro Harisson Vieira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo analisar a situação dos Microempreendedores Individuais e como muitas empresas buscam fraudar a legislação trabalhista, principalmente após a lei nº 13.467, mas conhecida como a reforma trabalhista que entrou em vigor no mês de novembro 2017. Tais empresas burlam a lei formando MEI de fachada apenas para evitar ter que pagar direitos trabalhistas. Com o objetivo de realizar um estudo aprofundado do tema foi realizado uma análise não apenas do que seria um Microempreendedor Individual, mas também o processo de formação destes e de que forma ocorre a fraude além das razões por trás do esquema. Destarte, foram demonstrados os benefícios da MEI para as empresas e pros próprios trabalhadores, com o objetivo de fazer um comparativo dos prós e contras.

**(Metodologia)** O método de abordagem empregado no projeto de pesquisa foi o método dialético. Os métodos de procedimento escolhidos para a realização deste trabalho científico foram o método histórico, visto que foram analisadas as origens do MEI, e o método comparativo, visto que é feito uma comparação juntamente com uma diferenciação dos pontos positivos e negativos em relação à transformação de pessoas físicas em MEIs. As técnicas de pesquisa empregadas foram em sua maioria a pesquisa bibliográfica com a análise de textos e artigos da internet sobre o tema juntamente com o estudo da Lei nº 13.467 e a Constituição Federal.

**(Resultados)** Diante do estudo realizado, conseguimos perceber que ocorre uma tentativa por parte de algumas empresas de fraudar a legislação trabalhista exigindo que pessoas físicas se tornem Microempreendedores Individuais apenas para evitar o pagamento de certos direitos trabalhistas. O empregado, com medo do desemprego, acaba por aceitar um trabalho com menos direitos do que ficar desempregado. Por se tornar um Microempreendedor Individual não terá carteira de trabalho assinada, consequentemente não terá acesso a férias, 13º salário, FGTS e proteção da previdência social.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que muitas pessoas se submetem a tais exigências devido às dificuldades de se conseguir um emprego na situação atual do Brasil, com altos níveis de desemprego, de forma que as pessoas preferem abrir mão de certos direitos seus para poder conseguir sobreviver. É necessária uma maior fiscalização por parte dos órgãos fiscalizadores como o Ministério Público do Trabalho para evitar tais fraudes, e, caso seja configurado a relação empregatícia garantir os direitos das pessoas. É possível desmascarar as fraudes praticadas, em especial utilizando o artigo 9º da CLT, de tal forma que se ficar demonstrado uma relação de emprego através da análise do caso concreto, não poderá o empresário se esquivar de pagar todos os direitos do trabalhador.

**Palavras-Chave:** Microempreendedor Individual; Trabalhador; Direitos trabalhistas; Fraude; Empresas;

**MOEDA VIRTUAL: UMA ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO E JURISDIÇÃO BRASILEIRA AO USO DO “BITCOIN” SOB O PRISMA DA SEGURANÇA JURÍDICA**

**Autor(es):**

*Sarah Beatriz Melo do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Felipe César de Sousa Conrado Pontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Clarissa Pereira Matias da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No curso histórico da humanidade, surgiram diversos recursos financeiros paralelos às moedas de circulação oficiais reconhecidas pelo Estado. Nessa perspectiva, com a evolução tecnológica, essas moedas extraoficiais evoluíram na mesma medida, tornando-se cada vez mais complexas, sofisticadas e dinâmicas, sendo especificamente o Bitcoin o ponto de partida desta pesquisa. Esse fenômeno revela crescente impacto na sociedade moderna, especialmente nas relações entre particulares, tendo em vista ser um instrumento virtual e desvinculado de órgãos centrais de regulação, permitindo maior liberdade financeira.

**(Metodologia)** O presente estudo tem o fito de identificar como o Estado brasileiro tem se posicionado frente à realidade do Bitcoin, de modo a salvaguardar os autores e as situações originárias de seu uso e implicações no mundo jurídico. Trata-se de uma pesquisa exploratória, partindo da análise fenomenológica da criptomoeda e sua implicação na realidade social e jurídica brasileira. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de pesquisa descritiva e bibliográfica.

**(Resultados)** Padrão monetário é o regime jurídico da moeda oficial do Estado, sendo este o detentor da competência exclusiva para o seu estabelecimento, consistindo no conjunto de princípios gerais de direitos e normas que compõe o referido regime. A existência do Bitcoin, por sua vez, não segue uma estrutura de criação acadêmica ou estatal, mas sim da sociedade em constante desenvolvimento em sua vida prática-financeira. Refere-se de uma tecnologia de registros de títulos de propriedade que conta com um livro-contábil praticamente imutável, o “Blockchain”. A característica marcante dessa moeda digital é o uso do ciberespaço, o que a torna ilimitada territorial e temporalmente, ou seja, seu alcance é global. Seu fundamento é a autonomia plena e independência de controle exercido por uma autoridade estatal ou órgão econômico, o que faz necessário um olhar crítico às inúmeras possibilidades de riscos decorrentes de sua prática, a saber: falhas de segurança; usos ilícitos; aplicações contratuais fraudulentas ou mesmo quebras contratuais; sonegação de patrimônio, dentre outros. De acordo com o Direito Comparado, vários países já possuem algum tipo de normatização sobre o tema, seja como notas informativas, instruções de uso, instrumentos regulatórios com ou sem discussão quanto ao caráter monetário do Bitcoin. O Brasil, no entanto, revela certa resistência em reconhecer essas moedas digitais, ou seja, são “inválidas juridicamente”, permanecendo lacuna absoluta quanto à sua regulação eficaz.

**(Conclusão)** Observa-se que a moeda é fruto de fatos sociais e não de direitos, pois estes são percebidos e positivados após a existência dos fatos oriundos das mudanças em sociedade. Logo, a moeda não é uma criação estatal, e sim produto das relações sociais, cabendo ao Estado sua regulamentação. Por outro lado, a ausência de reconhecimento do Bitcoin como moeda válida gera insegurança jurídica às relações entre seus usuários, considerando as possíveis repercussões cíveis, penais e tributárias decorrentes de seu emprego nos vínculos jurídicos. Desta feita, resta clara a necessidade legislativa sobre a presente matéria, uma vez que, a inexistência de normatização específica no que se refere a essa espécie de moeda, pode gerar inúmeros danos sociais aos sujeitos que não têm seus direitos de uso tutelados pelo Estado, carecendo de atenção estatal ao fenômeno estudado, a fim de promover segurança jurídica em conformidade à evolução social-tecnológica analisada.

**Palavras-Chave:** Moeda digital; Bitcoin; Estado; Regulamentação; Segurança Jurídica.

## MONOGAMIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA DO PRINCÍPIO FRENTE A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR MODERNA

### **Autor(es):**

*Isabel Peixoto Fernandes Pimenta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A família sempre foi vista como uma das preponderantes instituições sociais, uma vez que forma e orienta os valores e crenças de cada indivíduo. Durante muito tempo foi consolidada com base no patriarcalismo, presente numa sociedade conservadora e hierarquizada, a exemplo disso vemos o Código Civil de 1916, no qual a atuação da mulher era restrita a manutenção da família, e era o homem quem detinha o poder familiar. Todavia, nítidas são as mudanças que ocorreram até hoje com a instituição mencionada, bem como com a legislação atual, graças a movimentos sociais como o feminismo, por exemplo. A aceitação de novos tipos de família e de suas variadas composições leva a questionar um princípio tratado no ordenamento vigente, que restringe a pluralidade de relações matrimonializadas, qual seja o princípio da monogamia, princípio do qual se é utilizado por TJs para por exemplo negar reconhecimento uniões estáveis que já eram públicas e duradouras. Logo, O presente estudo objetiva definir se a monogamia é princípio constitucional ou influência do dever de fidelidade, instaurado pelo direito canônico. Para tal, discorre-se a respeito da trajetória histórica da instituição familiar como também a necessidade de o Direito tutelar devidamente tais formas, pois este deve acompanhar as novas demandas sociais

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscará analisar, de forma dialogada um princípio do Direito Civil. A análise perpassa Sociologia, Ciências Sociais, Direito Civil e Direito Constitucional. Como método de procedimento, utilizaremos o Histórico, para uma melhor compreensão de como as mudanças na composição das relações familiares impactam o discurso jurídico.

**(Resultados)** Constata-se, nessa pesquisa, que é necessária a revisão da posição principiológica na qual a monogamia se encontra, por todas as justificativas abordadas. Bem como, a desmistificação do dever de fidelidade dos cônjuges entre si e assim, a consolidação de iguais direitos para cada tipo de família que se consolide.

**(Conclusão)** Frente à consolidação de direitos básicos e a valorização destes para a concretização efetiva da dignidade da pessoa humana, constata-se a relevância de trazer à tona para o debate acadêmico a posição do Direito quanto ao Princípio da Monogamia, presente no ordenamento. Dessa forma, conclui-se que a ciência jurídica precisa estar a todo tempo acompanhando os anseios sociais por novos direitos e garantias, para que não haja privação, e tratamento desigual, respeitando o disposto no Art. 5º, CF/88. No entanto, para a designação de uma análise coerente no tocante à temática, faz-se justo fazer a seguinte ponderação: a monogamia não é mais cabível para reger as regras do direito de família ou as relações de cada um. Dessa maneira, a ciência jurídica estaria levando, de maneira plausível, em consideração a livre escolha de cada um, de como quiser formar a sua família.

**Palavras-Chave:** Direito Constitucional. Direito de Família. Princípio da Monogamia. Novas constelações familiares.

## O ADVENTO DO TELETRABALHO À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA

### **Autor(es):**

*Maria Luiza Vitoria dos Santos Siilva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Matheus Luís Henrique da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Maria da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Irliliane Karine Cruz de FranÁsa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Aborda-se neste trabalho a alteração disposta nos artigos 75-A e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) instrumentalizada pela Lei Nº 13.467 de julho de 2017, que passou abordar o que já acontecia na prática em diversas empresas e órgãos públicos, inclusive no Judiciário. Em virtude do desenvolvimento tecnológico e das novas formas de organização do trabalho, o home office, ou melhor, o fomentado Teletrabalho, ensejando em necessária regulamentação própria instaurada pela reforma, que trouxe maior segurança, uma vez que até pouco tempo não existia nenhuma segurança jurídica para o empreendedor que quisesse contratar desta forma, o que vinha prejudicando empregados e empregadores que pretendiam adotar esta forma de regime de trabalho. O presente artigo pretende abordar os benefícios da transformação estrutural na relação de emprego presente na Reforma Trabalhista, que modificou o entendimento do conceito de vínculo empregatício de Teletrabalho, ensejando uma nova modalidade que se distingue quanto à jornada de trabalho, que não descaracteriza a correlação de emprego como não impede o exercício do poder empregatício. Isto é, a possibilidade de modificação no contrato trabalhista de forma não lesiva ao “pacto sunt servanda” e “jus variande”. De maneira bilateral, sem causar prejuízos direta ou indiretamente aos empregados. Em que apresenta inovação acerca do trabalho à distância, em que excluiu o Teletrabalho do capítulo da duração do trabalho e de portaria anteriores, caracterizando como vínculo de emprego diante da flexibilização do conceito de subordinação presente nos requisitos essenciais da relação empregatícia.

**(Metodologia)** Usa-se uma abordagem transdisciplinar e uma análise dialética, através de uma evolução histórica nos ditames do direito trabalhista e constitucional. Analisando os novos mecanismos aduzidos com a reforma da consolidação das leis trabalhistas em conjunto com uma pesquisa qualitativa de dados demonstrando o crescimento linear do uso de meios telemáticos para configuração de trabalho, bem como o estudo comparado entre os artigos 75-A e seguintes, com a finalidade de compreender as mudanças decorrentes da regulamentação própria ao meio laboral telemático.

**(Resultados)** A pesquisa foi desenvolvida a partir da iniciativa de estudantes da instituição de ensino superior UNI-RN que constatou os efeitos das mudanças advindas da modernização e globalização do mundo pós-moderno, ensejando na ampliação do conceito de trabalho para atender as novas relações empregatícias com o uso exclusivo da informática, sem a inclusão de telefone ou outros meios de comunicação. Atualmente no cenário econômico brasileiro, se encontra em expansão o Teletrabalho, com cerca de 68% (sessenta e oito por cento) de empresas que adotam mecanismos telemáticos para relações de trabalho, conforme dados da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teletividade. Dessa forma, se fazendo necessário a adequação própria desse novo setor afim de se adequar as mudanças do mercado de trabalho.

**(Conclusão)** Em consequência da implementação da Lei Nº 13.467 de julho de 2017, constatou-se mudanças necessárias a CLT, como a regulamentação legislativa do famigerado Teletrabalho, que ganhou força a partir dos inúmeros benefícios obtidos com esse tipo relação, como o custo benefício entre as partes, bem como pela associação desse vinculo aos outros meios de trabalho. Contudo, se faz evidente que a flexibilização de conceitos empregatícios é necessária afim de construir relação de trabalho existente entre as partes afim de atender as mudanças das relações trabalhistas presentes na sociedade moderna.

**Palavras-Chave:** Direito do Trabalho. Teletrabalho. Subordinação. Poder Empregatício. Jornada de trabalho.



## O ASSÉDIO SEXUAL NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNERO

**Autor(es):**

*Tatiana Vieira de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa visa compreender como o assédio sexual e a interrupção do trabalho que frequentemente o acompanha podem afetar as carreiras das mulheres e surtir efeitos no princípio da isonomia salarial. Inicialmente, faz-se mister distinguir o assédio sexual do assédio moral, os quais podem vir a tomar forma dentro do meio ambiente de trabalho. Desse modo, conforme elucida Zanetti (2014), a diferença essencial entre essas duas modalidades reside na esfera de interesses tutelados, uma vez que o assédio sexual atenta contra a liberdade sexual do indivíduo, enquanto o assédio moral fere a dignidade psíquica do ser humano. Nessa perspectiva, é verificável que o assédio sexual é um problema institucional de grandes proporções, de modo que uma pesquisa realizada pelo Vagas.com e veiculada pelo site de notícias BBC Brasil, aponta que cerca de 9,7% dos trabalhadores brasileiros já sofreram alguma violência desse tipo, sendo 80% desses mulheres. As consequências desse fato na vida da mulher podem ser devastadoras, pois – além do desgaste emocional e/ou físico – elas são costumeiramente levadas a deixar os postos de trabalho nos quais foram violadas, mesmo que isso acarrete numa diminuição de salário, status e padrão de vida. No afã de materializar a problemática supracitada, objetiva-se, de modo geral, entender como o assédio sexual sofrido no meio ambiente de trabalho pode interferir na igualdade salarial e social entre homens e mulheres. Além disso, de maneira complementar e específica, procura-se conceituar assédio sexual no meio ambiente de trabalho, analisar suas consequências nas carreiras das mulheres e buscar possíveis soluções que venham a prevenir os casos de assédio.

**(Metodologia)** A metodologia empregada para a realização deste trabalho se deu a partir de pesquisas bibliográficas acerca do Direito do Trabalho, além de apreciações legislativas e de casos concretos, por meio do método de abordagem indutivo, utilizando-se principalmente dos métodos de procedimento comparativo, estatístico e tipológico.

**(Resultados)** Nesse sentido, tomando como base a pesquisa realizada por Amy Blackstone, Christopher Uggen e Heather McLaughlin nos Estados Unidos, verifica-se que aproximadamente 80% das mulheres que sofrem assédio sexual no trabalho deixam seus empregos em dois anos, 6,5 vezes mais do que aquelas que não passaram pela mesma situação. Além disso, mesmo quando elas ganham mais porque estão em segmentos mais lucrativos ou porque ocupam postos mais elevados, os empregos com altos salários também oferecem maiores riscos de assédio sexual, conforme aponta Joni Hersch, economista da Vanderbilt University. Desse modo, vê-se que o assédio pode gerar práticas discriminatórias, de perseguição ou de constrangimento para a vítima, uma vez que geralmente está em hierarquia inferior ao abusador ou é desacreditada quando resolve denunciar. Tal fato leva a uma quebra do princípio da isonomia, pois culmina na restrição da possibilidade de progressão profissional e salarial das mulheres, as quais se veem muitas vezes estagnadas ou impelidas a buscar um meio ambiente de trabalho mais comum na esfera dita feminina, por acreditarem haver menores chances de um novo abuso.

**(Conclusão)** Por fim, a partir das ideias e dados anteriormente relatados, é possível verificar que mesmo em face à existência de diversos regulamentos jurídicos (tais quais a convenção nº 100 da OIT e o artigo 7º, inciso XXX da CF/88) que preveem o princípio da isonomia salarial, o assédio sexual sofrido pelas mulheres, dentre outros motivos, enseja a disparidade laboral entre os gêneros, em termos de remuneração, segurança, estabilidade etc. Por esse motivo, é latente a necessidade de buscar mecanismos que venham a prevenir esse fato, atentando-se para viabilizar a denúncia, investigação, controle e punição das ocorrências, no intuito de buscar progressivamente a paridade de oportunidades e condições de trabalho, independentemente de gênero.

**Palavras-Chave:** assédio sexual; meio ambiente de trabalho; desigualdade salarial de gênero.

## O ATIVISMO JUDICIAL NA ESFERA DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS

### **Autor(es):**

*Rebecca Dias da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O filme “O show de Truman: o show da vida” apresenta-se em um momento da pré-passagem de um novo século. O final dos anos 90 e o início dos anos 2000 foram marcados pela inovação tecnológica introduzida aos poucos no cotidiano das pessoas. Dessa maneira, aquilo que era algo futurista, tornou-se realidade. É, portanto, a partir dessas mudanças que o conceito de realidade concreta e, conseqüentemente, a liberdade individual transforma-se em algo relativizado. Logo, a indústria cinematográfica retratou com maestria esse novo questionamento da sociedade no filme “O Show de Thurman: o show da vida”, representando a violação da liberdade individual e o controle exacerbado do Estado aos direitos da personalidade civil. Nesse aspecto, o objetivo deste trabalho está em analisar as características dos direitos da personalidade civil no que tange ao direito fundamental intimamente ligado, a liberdade individual, demonstrando a cultura social dependente do poder judiciário. Trata-se de concepção ilustrada através do cinema. Ao unir o direito e a indústria cinematográfica, cabe destacar a importância desse veículo de informação ao concretizar pensamentos acadêmicos que, por muitas vezes, encontram-se apenas no plano abstrato. Portanto, por meio da linguagem cinematográfica permite uma visão interdisciplinar do problema, enriquecendo a análise cultural, realística, histórica e científica.

**(Metodologia)** Decorre de uma pesquisa explicativa e documental, baseada na abordagem dialógica, na qual utiliza de um diálogo interdisciplinar entre o Direito Civil, o Direito Constitucional e a Filosofia, podendo ser estas de opiniões contrárias, mas que possuem complementariedade entre si. Portanto, não analisa o objeto estático, mas contextualiza o objeto de estudo na dinâmica cultural, social e política. Além disso, também será utilizado o levantamento bibliográfico que consiste em ratificar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar aquilo que está sendo investigado através de referências em artigos científicos, livros e a jurisprudência.

**(Resultados)** Verifica-se que o direito à liberdade faz parte do rol de direitos da personalidade natural, portanto, é fundamental, com proteção na esfera constitucional e infraconstitucional, sendo que sua violação resulta em sanções de acordo com o caso concreto. Dessa maneira, nos últimos anos, as decisões do judiciário mostram cada vez mais a interferência exacerbada na vida privada dos indivíduos. O impacto negativo é visto notoriamente em casos de grande repercussão na mídia, como o caso da Escola Base, de São Paulo, em que o casal de donos japoneses foi preso indevidamente por causa do clamor popular e da influência da imprensa em razão de uma suspeita de que estariam abusando sexualmente dos alunos.

**(Conclusão)** Por intermédio da revolução digital e o recorrente comportamento expositivo da sociedade, o debate sobre os limites da liberdade e do judiciário enquanto protetor e interpretador da lei. É válido ressaltar que o congestionamento de processos aliado à autocontenção judicial por motivos externos e internos, propõe a reflexão sobre o exercício de mecanismo que visam desvincular a necessidade de judicializar toda e qualquer demanda. De modo que a sociedade deve ser convocada para questionar a intervenção de um instrumento estatal na vida privada em sociedade e a busca o conhecimento pela verdade da realidade concreta, além do completo e funcional exercício da cidadania.

**Palavras-Chave:** Liberdades individuais. Direitos fundamentais. Cinema. Ativismo judicial.

## O COMPLIANCE COMO FERRAMENTA AO COMBATE À CORRUPÇÃO: A FISCALIZAÇÃO DA ÉTICA ADMINISTRATIVA

**Autor(es):**

*Lívia da Nóbrega Siqueira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A corrupção não é um fenômeno novo em nossa história, existente desde a antiguidade nas civilizações gregas e romanas, de tal maneira que à época fez-se necessário o Direito Grego e o Direito Romano legislar versando sobre atos de corrupção e organização da administração do Estado. Ao decorrer dos tempos, a corrupção tornou-se objeto de estudo por vários estudiosos, com o escopo de compreender as suas origens, bem como, uma forma de evitá-la. Assim, surgiram algumas espécies de subdivisões para a corrupção, como a corrupção negra, cinza e branca, as quais classificam o fenômeno de acordo com a aceitação moral da sociedade. Outrossim, existem outras que dividem em corrupção política e administrativa, como também a denominada grande corrupção e pequena corrupção. Observa-se que dessa forma, a corrupção tornou-se cada vez mais presente no nosso dia a dia, deixando algumas consequências para o Estado. Destarte, o presente trabalho tem por escopo o estudo da implantação do Compliance na Administração Pública como forma de combate à corrupção, efetivando e fiscalizando, por derradeiro, a ética administrativa.

**(Metodologia)** No trabalho será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, haja vista que a pesquisa parte da presunção que o Compliance pode ser uma ferramenta para o combate à corrupção na Administração Pública. O método de procedimento será o comparativo e a técnica de pesquisa será com base no próprio ordenamento jurídico, bem como leis e convenções, técnicas científicas, bibliografias, dados estatísticos e documentos eletrônicos.

**(Resultados)** Para uma compreensão maior, de acordo com dados da Transparência Internacional, o Brasil encontra-se em 97º lugar, entre 180 países, abaixo de países como a Índia e a Turquia. Noutro plano, o Compliance, surgiu mais precisamente no setor privado como forma de um controle para com os objetivos de empresas. O termo Compliance, que significa “agir de acordo com as regras”, trouxe uma percepção de regras além de um código de ética a ser cumprido, com uma fiscalização por parte de um grupo competente para tanto, objetivando o cumprimento de regras e metas, dificultando condutas desviantes. Assim, com a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, a qual trata da responsabilização objetiva da Administração Pública, nacional ou estrangeira em atos corruptivos, dispôs em seu artigo 7º, inciso VIII, que “a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica”. Nessa toada, a Lei traz em seu dispositivo a necessidade da inserção do Compliance para que haja um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, política e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

**(Conclusão)** Apesar de não obter uma conclusão precisa do trabalho, por se tratar de um Trabalho de Curso ainda em andamento nas pesquisas, é possível analisar que a Corrupção não é um fenômeno novo e que vem sendo bastante estudado atualmente. Com o aumento de casos envolvendo corrupção, observa-se que a problemática envolve diversos setores e agentes da Administração Pública. No entanto, ainda é pouco discutido quais seriam as principais formas de combate e prevenção. O Compliance se mostra como uma alternativa plausível para a fiscalização e uma reeducação estrutural dentro dos órgãos, visto se tratar de incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação de mecanismos para o cumprimento do código de ética e por demonstrar, desde a sua criação, uma efetivação nas empresas privadas.

**Palavras-Chave:** Corrupção; Administração Pública; Compliance.

## O COMPLIANCE EMPRESARIAL: MEDIDA DE REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO

### **Autor(es):**

*Omar Tavares Guerreiro Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriela Gomes Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sabrina Karenine de Souza Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo a Ethics & Compliance Initiative, o grau de percepção sobre corrupção e má-conduta no Brasil é o segundo maior da lista de 13 países que a instituição avalia anualmente. Isto significa que, no Brasil, cerca de 40% dos funcionários já perceberam episódios de corrupção e má-conduta nas empresas em que atuam (SELMI, 2016).

**(Metodologia)** Na presente pesquisa será aplicado o método de abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que se traz como hipótese que partindo de como o compliance está positivado, e poderá ser mecanismo de combate a corrupção. Em relação, aos métodos de procedimento primeiramente iremos utilizar o descritivo para conceituar o compliance a partir do contexto da sociedade globalizada. Como técnicas pesquisa será analisado pesquisa bibliográfica, análise de doutrina e pesquisas acadêmicas e análise de Legislação referentes ao tema.

**(Resultados)** O Compliance, aliado à evolução do controle e do monitoramento financeiro, constitui um dos principais elementos para aumento de revelações de casos de corrupção. Para isto, um programa completo deve ser composto por código de conduta, definição de papéis e responsabilidades, gerenciamento de situações problemáticas, inventário de leis e normas aplicáveis, monitoramento e testes de controles, treinamento, políticas e procedimentos, e relatórios para a alta administração. A corrupção precisa encontrar barreiras efetivas para que não possa prosperar. (GIEREMEK, 2015, p. 1). As singularidades de cada nação não permitem que simplesmente apliquemos nela um pacote de leis que deram certo em outro país. Para que o Compliance dê certo, devemos levar em consideração a cultura e os costumes de cada país e desenvolvermos um sistema que venha ao encontro delas e possa ser compreendido por todos seus habitantes (SCHAPIRO, 2010). Desta feita, para se aplicar qualquer reforma estrutural ou de incentivos, devemos considerar a história da empresa, desde a trajetória passada e até mesmo os objetivos futuros, além dos valores que se enfatizar, bem como seus padrões culturais. Partindo do pressuposto de que o setor empresarial é o principal encarregado de nutrir a corrupção (FERREIRA; MOROSINI, 2013), o compliance eficiente e eficaz se torna uma ferramenta fundamental para combatê-la. Um emblemático caso em que falhas de compliance levaram ao prejuízo corporativo é o da Petrobras, em que somente os custos com honorários jurídicos – para se defender perante a Comissão de Títulos e Câmbio dos Estados Unidos (U.S. Securities and Exchange Commission, em inglês) de processos movidos pelo Departamento de Justiça daquele país e por investidores – são estimados em 150 milhões de dólares (SPINETTO, 2015). Isto é, altos custos com a defesa técnica somam-se as acusações criminais e civis contra a empresa, que poderão custar bilhões de dólares em multas e acordos (SPINETTO, 2015). Isso é tudo o que uma empresa não quer. Iniciativas, como os cinco pilares do Programa de Integridade para Empresas Privadas divulgados pela CGU (2015), colaboram para decodificar o arcabouço legal (BRASIL, 2013a, b, 2015) em estratégias empresariais que tornem o combate à corrupção uma prática efetiva nas empresas.

**(Conclusão)** Propostas para a construção de um programa de compliance eficiente passam pelo engajamento da alta administração (GIEREMEK, 2015), bem como pela atenção aos processos operacionais nas empresas (ENDEAVOR BRASIL, 2015). Mas, antes de mais nada, é preciso considerar o contexto em que o programa de compliance será implementado (SCHAPIRO, 2010). Por isso, o artigo visou contribuir para o desenvolvimento do conhecimento em compliance empresarial e em Direito, ao mapear práticas que foram desenhadas para o contexto brasileiro e que podem ser aplicadas por nossas empresas.

**Palavras-Chave:** Direito Empresarial; compliance empresarial; corrupção; programa de integridade; Lei n. 12.846/2013; Lei n. 12.850/2013; norma anticorrupção; empresa.

## O CONCEITO JURÍDICO CIVIL DE PESSOA E O INÍCIO DA PERSONALIDADE-DIREITOS DO NASCITURO E ABORTO

### **Autor(es):**

*Vinícius Matheus Alves da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Abrantes de Albuquerque Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tem como intuito analisar a base epistemológica em relação a compreensão do direito à vida, no que se refere a abordagem da ótica do nascituro e suas implicações no âmbito social e jurídico. Elucida-se as decorrências da formação do embrião perante os juristas em geral, por conseguinte serão vistas as teorias acerca do surgimento da personalidade civil da pessoa natural, desse modo, será tratado o conflito entre a teoria concepcionista que resguarda como marco inicial da personificação do ser humano a concepção e essa teoria é defendida por juristas como Pontes de Miranda e Teixeira de Freitas, ademais, a teoria natalista tem como marco inicial da personificação do ser humano apenas o nascimento com vida. A tal temática é analisada em face do Direito Comparado no que tange aos aspectos jurídicos e as suas repercussões sociais. Nesse cenário, busca-se refletir sobre as condições do nascituro, além disto, também busca-se demonstrar o direito à vida que está intrinsecamente conectado ao mesmo. Outrossim, é almejado ratificar como o ordenamento jurídico brasileiro trata a problemática, dando um destaque maior para Constituição Federal e o Código Civil.

**(Metodologia)** Em virtude do caráter amplo da temática abordada, o método utilizado foi o de pesquisa transdisciplinar, transitando pela análise do tema em seu aspecto civil, constitucional, bem como em face da bioética e da sociologia, visando o enfrentamento do impacto social da problemática. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórica, de caráter exploratório, qualitativo e documental, na medida em que buscou-se analisar a legislação aplicável ao caso concreto, bem como a jurisprudência, em face de seus aspectos contestados.

**(Resultados)** O direito à vida precede a qualquer direito, pois, ele é inerente e anterior ao indivíduo, sendo uma forma de pré-requisito para qualquer exercício do homem, assim o conteúdo do caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, traz o direito à vida como algo primordial entre os direitos fundamentais, ainda, em relação ao aprofundamento da continuidade do tema escolhido, se tem o artigo 2º do Código Civil de 2002, no qual é verificado a problemática do conflito entre a teoria natalista e a concepcionista, além disso, se tem também a presença de leis complementares que são utilizadas nessa pesquisa. Desse modo, a teoria natalista expõe de forma sintética que será considerado pessoa, aquela que nasce com vida, ou seja, para o Código Civil, basta ter a presença de ar nos pulmões do indivíduo para que ele tenha vida. Já a teoria concepcionista, é inspirada no direito francês e impõe uma posição moderna, que assegura a personalidade jurídica no momento da concepção.

**(Conclusão)** Com o embasamento jurídico, contemplando o direito civil, a ética e o direito constitucional, sem descuidar o caráter sociológico, bem como observando a relevância da temática no meio da comunidade social, foi pretendido compreender a inserção dos direitos concepcionistas e trazer a consciência objetiva ao leitor, por meio desta pesquisa sócio-jurídica, para assim construir um pensamento crítico acerca da problemática. Destarte, é de tal importância destacar o papel do nascituro, pois, é de grande relevância definir o momento em que a vida se inicia, para assim entender que o embrião é um ser vivente a luz da ética e da biologia, portanto é portador de direitos. Vale ressaltar que existe uma lacuna quanto aos direitos do feto, logo, é de grande necessidade uma normatização acerca do tema, pois, ao se definir a tal tutela jurídica, garantirá de fato o direito à vida, sendo justificado com mais clareza assuntos como, por exemplo, a proibição do aborto e a doação temporária do útero.

**Palavras-Chave:** Nascituro. Teoria Conceptionista. Teoria Natalista. Direito Civil.

## O CONTRATO DE VESTING COMO FERRAMENTA DE FIDELIZAÇÃO DO COLABORADOR EM STARTUPS E FINTECHS

### **Autor(es):**

*Fernando de Castro Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Matheus Cabral Gonçalves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Uma startup é uma empresa emergente que tem como objetivo desenvolver um modelo de negócio escalável, repetível, em condições de extrema incerteza, ao redor de um produto, serviço, processo ou plataforma. O modelo de negócios é, dessa forma, a maneira pela qual a novel empresa gera valor. Já a fintech (do inglês: finance and technology) é o termo utilizado para as inovações e o uso de novas tecnologias por empresas do setor financeiro para a entrega de serviços financeiros, que muitas vezes são criadas sob a visão das já mencionadas startups. É nesse contexto que o contrato de vesting ganha relevância na sua utilização. Ele consiste em um instrumento contratual por meio do qual é oferecida futura aquisição de participação societária em uma empresa, usualmente de forma fracionada e progressiva, desde que atendidas as premissas estipuladas no contrato. Esse formato estimula o colaborador a trabalhar com foco no resultado e isso também vale para os sócios fundadores, garantindo, portanto, recompensas justas aos envolvidos no negócio, conforme o investimento de cada um no crescimento da empresa.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo que, a partir de uma hipótese formulada, deduz-se a solução para o problema, que ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa foi confirmada.

**(Resultados)** No Brasil, os tipos societários mais comuns são a sociedade limitada e a sociedade anônima. No caso das Sociedades Limitadas (LTDA), o capital social é dividido em quotas e o Código Civil, em seu artigo 1.055, §2º, veda a constituição do capital social que consista em prestação de serviços, ou seja, o contrato de vesting não é possível para startups constituídas sob a forma de sociedade limitada. Já para empresa constituída sob a forma de Sociedade Anônima é possível utilizar-se do vesting, já que não existe qualquer vedação legal para a contribuição em prestação de serviço.

**(Conclusão)** Diante dos resultados encontrados é notório que no momento de formalização da startup, muitos empreendedores acabam recorrendo a modelos sociais que não permitem o uso do contrato de vesting, perdendo os valiosos benefícios que o mesmo pode proporcionar, sendo importante a avaliação, estudo e planejamento da adoção, pelo empreendedor, desde o início da empresa, do modelo de sociedade anônima. O contrato de vesting, assim, oferece mais segurança às startups (já que aumenta a fidelidade dos colaboradores ao modelo de negócio - maior valor das startups). Isto posto, oferecer participação na empresa por meio do contrato de vesting pode ser a ferramenta que o fundador do empreendimento necessita para cativar a fidelidade do colaborador e, assim, garantir a permanência e o empenho no desenvolvimento econômico, social e profissional da empresa perante o mercado.

**Palavras-Chave:** Startups. Fintech. Vesting. Fidelização colaborador. Sociedade anônima.

**O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E O TRABALHO DA MULHER GESTANTE E LACTANTE EM AMBIENTE INSALUBRE**

**Autor(es):**

*Lia Pinheiro Camelo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A necessidade de proteger o trabalho da mulher, e a sua condição fisiológica e biológica própria, surgiu durante o desenvolvimento da sociedade, na tentativa de reconquistar o seus espaços, não por questões filosóficas, mas por necessidade, muitas mulheres, durante a Revolução Industrial, no século XIX, passaram a ocupar espaços nas fábricas e foi durante esse período que a maternidade passou a ser tema protegido, primeiramente, pelas Organizações Internacionais do Trabalho (OIT) em sua convenção n. 103, ratificado em 1965, e também pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) em seu art. 6º. Com o advento da reforma trabalhista no país, pela Lei n. 13.467/2017, houve muitas mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e uma das grandes mudanças foi a da norma que versa sobre o trabalho das mulheres gestantes e lactantes em ambientes insalubres, que é tratado pelo art. 394-A, e também sobre a possibilidade de se realizar acordos e convenções coletivas do trabalho sobre o enquadramento do grau de insalubridade, conforme o art. 611-A, XII. O que se verifica são duas normas que conflitam com as normas supralegais da OIT e é partindo desses conflitos que se busca questionar no presente trabalho se: o controle de convencionalidade dos art. 611-A, XII e 394-A da CLT pode servir como mecanismo de proteção à maternidade?

**(Metodologia)** (OBJETIVOS) Quando se trata sobre o condições de trabalho e gestação, está se discutindo, acima de tudo, sobre direitos inerentes aos seres humanos, é por esses fatores que o presente trabalho busca, como objetivo geral, verificar a existência de um controle de convencionalidade sobre os art. 611-A, XII e 394-A da CLT como forma de mecanismo de proteção à maternidade. A fim de responder a problemática, dois objetivos específicos serão norteadores para dá enfoque a pesquisa: classificar o trabalho em ambiente insalubre e seus reflexos no direito à saúde da gestante e da lactante, bem como compreender como o controle de convencionalidade pode servir de tutela à maternidade. (METODOLOGIA) Para a elaboração da presente pesquisa, adotou-se o método lógico-dedutivo, buscando apresentar premissas concretas para chegar à conclusão, que é a resposta da problemática. Para se obter os resultados se utilizou de levantamento bibliográfica e jurisprudencial, analisando também a legislação vigente no país, as normas de Ministério do Trabalho e Emprego que sejam necessárias, e principalmente as convenções e tratados da OIT. Sendo o artigo, então, dividido em três principais tópicos, que discutirá: primeiramente, a proteção jurídica ao trabalho da empregada gestante, logo em seguida será analisado o trabalho em ambiente insalubre com suas repercussões à saúde da gestante e lactante, e, por último, o controle de convencionalidade na Lei n. 13.467.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, de tal forma que os resultados ainda não alcançados.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) Refletindo a matéria de garantia constitucional de direito fundamental, e de direito internacional pelo órgão da OIT, além de ser amplamente defendido como matéria de direitos humanos, é que se busca uma forma de interpretar a norma atual à luz dessas disciplinas para compreender como sua aplicação viola diversos níveis de controles supralegais. Compreende-se a doutrina que se existe dois limites enfrentados por uma norma ordinária, o primeiro é a Constituição, no qual deve-se enfrentar o controle de constitucionalidade, e o segundo são as Convenções do direito internacional no qual o país é signatário, visto que são normas que refletem os direitos humanos, de forma que deve ter um controle de convencionalidade.

**Palavras-Chave:** DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE; TRABALHO DA MULHER GESTANTE.

## O CRIME CONTRA A VIDA E A ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

**Autor(es):**

*Luciano Cláudio Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem como objeto tratar da atividade de Polícia Judiciária Militar, a qual é exercida pelos militares e voltada à apuração de crimes militares cometidos por militares estaduais contra a vida, tanto dos Estados quanto da União, conforme expresso no Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, apuração que se dá por meio de atos investigativos peculiares à atividade de Polícia Judiciária desenvolvida pelas Polícias Cíveis e conduzidos por Delegados de carreira no caso de crimes diversos dos crimes militares. Ademais, necessário se faz a observação e estudo acerca dos aspectos da investigação dentro do Inquérito Policial Militar quando se trata de crimes militares contra a vida, procedimento que garante ao militar encarregado, as mesmas prerrogativas, atribuições e garantias que são igualmente importantes à autoridade de Polícia Civil.

**(Metodologia)** Utilizar-se-á na pesquisa o método dedutivo ao se trabalhar os aspectos jurídicos da atividade de Polícia Judiciária, bem como o comparativo ao se analisar as características de cada atividade dentro de suas estruturas organizacionais institucionais e de recursos humanos. Os tipos de técnicas de pesquisa a serem utilizadas serão: a pesquisa documental em fontes primárias, buscadas em arquivos públicos, a técnica estatística, a busca de dados em documentos oficiais escritos, além da bibliográfica em publicações e de observação direta extensiva com dados adquiridos por meio de questionário.

**(Resultados)** O presente estudo permite o auxílio ao entendimento de assunto relevante e discutido amplamente no meio policial militar de forma que se dirima quaisquer dúvidas acerca de tal atribuição de seus membros, alcançando-se, assim, a confirmação da atribuição para a atividade e a certeza da segurança jurídica dos atos da Polícia Judiciária Militar quando da investigação dos crimes militares contra a vida.

**(Conclusão)** O esclarecimento à luz do direito e da legislação vigente, dos aspectos da atividade de Polícia Judiciária frente a apuração de fatos delituosos em concorrência com a apuração de tais fatos que se apresentam como de natureza militar, realizada pela Polícia Judiciária Militar, permitem a resolução de questões, as quais trazem dúvidas ou questionamentos acerca da legalidade de tal apuração quando esta se tratar de crime contra a vida. A confirmação da legalidade da atividade de Polícia Judiciária Militar se dá por meio de legislação específica, ou seja, o Código de Processo Penal Militar, que apresenta diretrizes similares às do Código de Processo Penal, levando-se ainda em consideração o fato de que, há determinação constitucional no tocante à atividade de investigação de crimes realizada por parte da polícia, especificamente a Militar. Observa-se que o texto constitucional traz a expressão “exceto as militares”, fazendo com que se entenda que nestes crimes ou infrações, a atribuição para sua apuração recai sobre os militares, e consequentemente, às Polícias Militares no âmbito Estadual.

**Palavras-Chave:** Crimes – atribuição – Polícia Judiciária – legalidade - militar



**O DANO EXTRAPATRIMONIAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA.**

**Autor(es):**

*Ana Beatriz Bezerra Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Bernard Itoh de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O dano moral é aquele “prejuízo ou lesão de direitos cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro”(Stolze e Pamplona Filho, p.885, 2017). Como assinala Paulo Luiz Netto Lôbo, não há outras espécies de dano moral senão aquelas que atingem os direitos da personalidade. Nesse diapasão, como observa Orlando Gomes, as lesões aos direitos da personalidade possuem uma particularidade no direito: a jurisdição é impossibilitada de repará-las na integralidade, provendo a tutela específica do direito. Assim, busca-se uma indenização substitutiva, pecuniária. Ao adaptar a matéria cuja aplicabilidade, na prática forense, regia-se pela aplicação subsidiária do Código Civil, o legislador introduziu na CLT o art. 223-A, que determina obrigatoriamente a aplicação “*numerus clausus*” das normas trabalhistas ao dano moral na relação de trabalho, numa tentativa de forçar a jurisdição a subsumir todos os fatos sociais apenas àquele conjunto de artigos. A revolução introduzida pela lei 13.467/17 prevê que a liquidação dessa indenização dar-se-á com base no salário do operário, além de enumerar, com um intento aparentemente taxativo, os direitos da personalidade que ensejam reparação civil, inobstante a doutrina civilista ser pacífica no sentido que tal matéria é meramente exemplificativa. Trata-se então, nesta pesquisa, de análise sistemática da constitucionalidade do dispositivo e sua validade no campo da moral, mormente frente ao modelo de estado social positivado pela Constituição Federal e introduzido após clamores eminentemente populares.

**(Metodologia)** Esta pesquisa busca comparar a disciplina do dano extrapatrimonial sob a nova legislação trabalhista (lei 13.467/17) com as disposições constitucionais e civis concernentes aos direitos da personalidade. : Tal estudo dar-se-á pela observação e análise do artigo 5º em conjunto com o artigo 7º da Constituição Federal, bem como pelas impressões doutrinárias sobre a moderna legislação. Além disso, busca-se analisar, também, qual nível de proteção dada à relação de trabalho no Estado brasileiro frente às tendências globalizantes por meio da comparação normativa entre a CLT nova e antiga.

**(Resultados)** Evidenciou-se pela pesquisa a manifesta inconstitucionalidade do dispositivo, ante à incompatibilidade da norma tanto com o regramento constitucional quanto com o sistema protetivo justtrabalhista sistematicamente considerado.

**(Conclusão)** Pelo critério da especialidade, a norma trabalhista concernente ao dano moral há de ser aplicada na Justiça do Trabalho: deixa de subsistir a aplicação subsidiária do Código Civil nesta matéria. É necessário, todavia, avaliar as consequências práticas da aplicação da norma: desigualdade institucionalizada na prestação jurisdicional por razões de mera diferenciação salarial, como se o dano à personalidade fosse maior ou pior não em razões do prejuízo pessoal, como prevê o art. 944 do Código Civil, mas em razão do salário do obreiro. Como afirmou Kant, a individualidade do homem não admite mensuração pecuniária, pois o ser é único, incomparável, ao contrário do dinheiro. O que o Direito tenta fazer é buscar reparar patrimonialmente aquilo que não tem natureza patrimonial, evidenciando um caráter ético no moderno ordenamento civil. Nesse sentido, satisfazer a pretensão da esfera subjetiva lesada de um indivíduo diferenciando-o por critérios de salário equipara o homem à coisa, medindo sua lesão por caráter não pessoal, único e insubstituível, mas em função do valor patrimonial que possui frente ao Estado e ao empregador.

**Palavras-Chave:** Dano moral; direitos da personalidade; direito civil; direito do trabalho

## O DEVER DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO

**Autor(es):**

*Widdyane de Melo Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A responsabilidade dos pais perante os filhos não se pauta apenas no dever de prestar-lhes os alimentos essenciais a sua sobrevivência, consistindo ainda na obrigação de possibilitar o desenvolvimento dos filhos de forma digna, garantido a eles o direito de amar e ser amado. Juntamente com o amparo material, deve estar o amparo moral, a possibilidade de convivência familiar. Embora exista tal obrigação, deve-se ainda levar em consideração que não há como obrigar os pais a amarem seus filhos e vice-versa, contudo, o desafeto pode acarretar diversas consequências de ordem psicológica, social, econômica. Logo, nesse contexto, a presente pesquisa busca analisar o surgimento, no campo jurídico, da possibilidade de reparação pelos danos causados, através de indenização as vítimas do desafeto, proporcionando-lhes uma compensação, ao mesmo tempo em que cria para a sociedade uma função punitiva e educativa aqueles que privaram seus filhos de sua companhia e de seu afeto, avaliando até que ponto o dinheiro é capaz de amenizar a violação dos deveres morais à formação da personalidade de um filho rejeitado pelo pai. O objetivo geral da pesquisa é compreender o conceito de abandono afetivo, analisando o modo pelo qual ele se configura, os deveres dos pais decorrentes do poder familiar, a relevância dos sentimentos familiares para a formação e desenvolvimento da dignidade humana, assim como a possibilidade, sob diversos aspectos, da incidência do dano moral aos filhos rejeitados afetivamente durante o seu desenvolvimento educacional, por um dos seus pais. Analisaremos também os argumentos utilizados pelos juristas, que são favoráveis a responsabilização civil, frente à rejeição praticada, em confronto com aqueles que não admitem a responsabilização, e consequentemente o dano moral afetivo pela ótica do Superior Tribunal de Justiça.

**(Metodologia)** Será utilizado o método dedutivo na presente pesquisa, tendo em vista que partiremos de uma análise de informações, conceitos, princípios, para então se chegar a uma conclusão de como se configura o abandono afetivo, e em que situações ele deve ser reparado. Utilizaremos ainda materiais bibliográficos bem como referências jurisprudenciais.

**(Resultados)** Embora haja divergências doutrinárias e jurisprudenciais acerca do dever de indenização decorrente do abandono afetivo, se faz pertinente demonstrar que apesar da impossibilidade de obrigar um pai a amar o filho, este não deve ser privado da convivência paterno/materno, o que atentará a direito fundamental próprio do menor. Dessa forma, restará demonstrado até que ponto o descumprimento desse dever constitucional poderá ser interpretado como abandono afetivo.

**(Conclusão)** Por fim, após uma análise preliminar acerca do tema escolhido, haja vista ainda se encontrar em desenvolvimento, podemos concluir que, embora o judiciário não seja capaz de alterar a consciência paterno/materna daqueles que optaram por não proporcionar ao filho o direito a convivência familiar, o descumprimento desse dever torna possível a possibilidade de responsabilização civil, visando reparar os danos decorrentes do abandono e prevenindo os casos de negligência para com os filhos.

**Palavras-Chave:** abandono afetivo; indenização; direito fundamental;

## O DIREITO CIVIL BRASILEIRO FRENTE A REALIDADE DOS TRANSEXUAIS

### **Autor(es):**

*Ana Flávia Cacho Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Larissa Ulyssandra Pinheiro da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gabriel Franco Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tereza Carolina Araujo de Moraes Fontoura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Helena Bezerra Menezes Pires de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na história da humanidade diversas culturas utilizavam o nome de diferentes formas. Dentro desse contexto, os gregos atribuíam a palavra “nome” a uma única palavra, já os russos utilizavam a partícula “vitch” em nomes de homens e a expressão “vicz” para nomes de mulheres. No Brasil, o nome é constituído pelo prenome e pelo sobrenome, podendo por vezes haver também o agnome. O Direito Civil brasileiro estabelece que o nome civil encontra sua natureza dentre os direitos da personalidade, aliado aos elementos de capacidade e estado, se constituindo como elemento individualizador da pessoa natural, ou seja, um direito subjetivo individual. Ademais, possibilita a identificação e individualização da pessoa no grupo social. Desde agosto de 2008, com a publicação da Portaria nº 457, o Ministério da Saúde oferece cirurgia de mudança de sexo aos transexuais por meio do Sistema único de Saúde. Entretanto, a Advocacia-Geral da União confirma que é necessário o preenchimento de alguns requisitos para a realização desse procedimento cirúrgico. O transexual em questão deve ser maior de idade, possuir acompanhamento psicoterápico por pelo menos anos, adquirir laudo psicológico/psiquiátrico favorável e diagnóstico de transexualidade.

**(Metodologia)** Contudo, quando se iniciou a obrigatoriedade do nome civil no Brasil, a distinção dos sexos era realizada por meio da conformação da genitália. Entretanto, hodiernamente baseado na evolução científica e tecnológica da medicina, o sexo é definido de acordo com outros critérios, incluindo o psicológico. Fato que demonstra a necessidade de evolução da legislação brasileira a realidade dos transexuais. Já que o Estado permite a cirurgia de mudança de sexo, é sua obrigação garantir aos transexuais uma vida digna e sem preconceitos diante da sociedade. Nosso projeto tem por objetivo refletir sobre a relação entre o direito civil brasileiro e a realidade dos transexuais no que tange aos direitos já adquiridos por eles e os entraves que ainda enfrentam. Nesse sentido, tomamos como base o Recurso Extraordinário 670422 que discute a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de mudança de sexo. Sendo assim, para a execução da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, consultas em sites, periódicos, artigos e reportagens sobre o assunto e o RE 670422 em trâmite no STF.

**(Resultados)** Diante dessa análise, é imprescindível notar o discurso proferido pelo Relator do supracitado RE, Ministro Dias Toffoli, que diz: “Além do transexual não desejar ser reconhecido socialmente dessa forma, não existe, sob o ponto de vista científico, essa categoria de sexo. Necessita essa pessoa que sua autodeterminação de gênero que está no campo psicológico seja também reconhecida no âmbito social e jurídico”. Nesse contexto, diante de todas as dificuldades com que essa classe já enfrenta no dia a dia, que seja discriminações, exclusões e estigmatizações, ainda tem que batalhar contra obstáculos impostos pelo governo para que se consiga a tão sonhada alteração de gênero, o qual um desses empecilhos está no próprio ato de submeter-se a um procedimento cirúrgico de mudança de sexo.

**(Conclusão)** Portanto, o julgamento do referido Recurso Extraordinário é como um divisor de águas para todas as pessoas transexuais do país, visto que seria uma grande conquista não só para todas elas, caso seja dado provimento, mas também à segurança jurídica e ao direito brasileiro, por estarem corroborando com os princípios fundamentais que são assegurados na nossa constituição, como o da dignidade humana, bem como ao direito de liberdade de escolha de cada cidadão do Brasil.

**Palavras-Chave:** transexuais; princípios fundamentais; alteração de gênero; Entraves.

**O DIREITO DO CONTRIBUINTE À COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA EM CARÁTER LIMINAR: UMA NOVA INTERPRETAÇÃO ACERCA DO ARTIGO 170-A CTN, À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

**Autor(es):**

*Marlon Rafael Tavares de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo 170-A do Código de Tributação Nacional (CTN), dispõe que é vedada a compensação de tributo pelo sujeito passivo antes do trânsito em julgado. Todavia, o Novo Código de Processo Civil de 2015 trouxe como inovação os institutos dos precedentes vinculativos e reforçou a previsão constitucional do princípio da duração razoável do processo. Diante disso, dever-se-ia considerar a hipótese de compensação de tributo pelo sujeito passivo de forma liminar, contrariando uma interpretação literal do artigo 170-A do CTN? A presente pesquisa tem como objetivo geral elucidar a forma de se interpretar e aplicar o disposto no artigo 170-A do CTN ao caso concreto, fazendo um paralelo com as mudanças ocorridas com o advento do Novo CPC. Como objetivos específicos tem-se, primeiramente, buscar entender o teor do disposto no artigo 170-A do CTN. Em seguida, será feita uma análise de algumas mudanças trazidas pelo Novo Código de Processo Civil e que possam, de alguma forma, deva influenciar no entendimento e aplicabilidade do disposto no artigo mencionado do CTN, para, enfim, alcançar-se o objetivo geral da presente pesquisa, que é saber qual a interpretação e aplicação mais adequadas para o artigo 170 do CTN, à luz do Código de Processo Civil de 2015.

**(Metodologia)** Para tanto, será usado o método de abordagem dialético, confrontando a literalidade do artigo 170-A CTN, com o advento do NCPC, a fim de que se conclua sobre como a referida norma do CTN deve ser aplicada ao caso concreto. Como método de procedimento será utilizado o comparativo, buscando-se fazer uma comparação entre a interpretação dada e aplicabilidade da referida norma tributária no caso concreto e como deveria ser depois do CPC/2015, para saber qual a maneira mais adequada de se interpretar e aplicar o referido artigo do CTN ao caso concreto. Como técnica de pesquisa será feita uma análise de casos concretos, os quais foram aplicados o entendimento da referida norma objeto da presente pesquisa e como deveria ser, sob a influência do NCPC.

**(Resultados)** É sabido que a jurisprudência dominante do STJ aponta que o artigo 170-A CTN deve ser aplicado de forma a vedar a compensação de tributo que esteja sendo discutido em juízo em caráter liminar. Todavia, com o advento do Novo Código de Processo Civil, deve-se considerar o surgimento dos precedentes vinculativos, os quais, todos os juízes devem seguir. Por isso, se há algum precedente em determinada matéria tributária e com entendimento favorável ao contribuinte, qual seria a justificativa para se esperar o trânsito em julgado dessa demanda para que o polo passivo tenha o seu tributo compensado? Ademais, deve-se considerar o previsto no artigo 4º do CPC/2015, que reforça uma concepção já prevista na CFRB/88, qual seja, que uma demanda judicial deve ter uma duração adequada e não demasiadamente demorada, como pode ocorrer com a manutenção da jurisprudência dominante do STJ, que aplica o disposto no artigo 170-A CTN em sua literalidade, o que afronta diretamente um princípio da duração razoável do processo.

**(Conclusão)** Por fim, pode-se concluir que, com o advento do NCPC, surgiu o instituto dos precedentes obrigatórios, que vinculam os juízes de todas as instâncias. Com isso, quando se firma um precedente em tal assunto e se ajuíza uma nova demanda sobre esse assunto, o juiz de primeiro grau deverá aplicar o precedente já existente e de forma liminar e não mais esperar o trânsito em julgado dessa demanda, o que acarreta em um cumprimento de um instituto trazido pelo novo diploma processual e a efetivação do princípio da duração razoável do processo.

**Palavras-Chave:** Código de Processo Civil de 2015. Código Tributário Nacional. Artigo 170-A CTN.

## O DIREITO PENAL DO INIMIGO: UMA ALTERNATIVA A VIOLÊNCIA?

**Autor(es):**

*Matheus Henrique barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em 11 de setembro de 2001, o mundo paralisou diante do ataque aos Estados Unidos, após o ataque, o mundo começou a cogitar a aceitação de um conceito até então conhecido como cruel: O Direito Penal do Inimigo, do jurista alemão Gunther Jakobs, que propõe uma diferenciação dos indivíduos, sendo divididos em cidadãos e inimigos. A tese foi aderida em vários países, como Estados Unidos, México e Espanha, como resposta a violência, diante da violência no Brasil, será essa a solução para o Brasil?

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, que irá ter como fonte a doutrina da área penal, dentre estudiosos de outras áreas, como filosofia e sociologia, para o melhor entendimento acerca dos princípios do Direito Penal do Inimigo, assim como também, será utilizado as legislações que trazem consigo traços de aplicação. Será utilizado o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, tendo em vista os diversos diálogos acerca do tema, dialogando com a filosofia, filosofia do direito, direito constitucional e direito penal. Em relação aos métodos auxiliares, serão utilizados o histórico e o comparativo, esse primeiro mostrando os acontecimentos que levaram a cogitar aceitação da teoria, enquanto o segundo será feito entre as legislações dos países e os seus efeitos.

**(Resultados)** Ao redor do mundo, os países que aderiram, moldaram a tese para a sua realidade, como nos Estados Unidos, sendo amplamente utilizado em casos de terrorismo, tirando garantias processuais básicas, não aplicando a pena pelo ato praticado, e sim em razão da pessoa, punindo atos que sequer foram exteriorizados. Há também a visão prospectiva da punição na constituição do México, em casos de crime organizado, já na nossa pátria, doutrinadores apontam traços da teoria de Jakobs no nosso ordenamento, sendo utilizado no nosso código penal, como o Regime Disciplinar Diferenciado introduzido pela Lei n. 10.792, de 31 de Dezembro de 2003.

**(Conclusão)** Apesar de traços do regime nosso país, é perigoso uma adoção ampla, uma vez que irá contra diversos princípios da nossa constituição, como é o caso do devido processo legal, uma vez que os direitos processuais seriam para os cidadãos, não devendo os inimigos serem merecedores das garantias, dessa forma, podem ser passivos de ações arbitrárias, penas desproporcionais, afrontando um dos pilares de Beccaria. Frente ao cenário atual, apesar de o modelo ter a capacidade de repreender a violência e suavizar o estigma social do medo, é necessário ponderar se o abandono dos pilares do Estado de Direito é a saída, pois há similaridades da tese com o poder de coerção estatal durante o regime militar, podendo ser visto como um grande retrocesso da nossa civilização e fragilização do nosso Estado de Direito.

**Palavras-Chave:** Direito Penal do Inimigo. Resposta a violência. Garantias processuais.

**O DISCURSO DO ÓDIO MASCARADO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS**

**Autor(es):**

*Sergiane Queiroz de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Venicius Mateus Cabral Garcia : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na vivência democrática, a liberdade de expressão consiste na autonomia destinada aos indivíduos de expressarem os seus pensamentos, assomar a partir da sua liberação, inter-relações sociais. Contudo, o discurso do ódio surge da externalidade e discriminação, sendo infame à medida que desrespeita a igualdade e a dignidade humana na qualidade de direitos fundamentais. Desse modo, com o advento da internet, por conseguinte, das redes sociais, a globalização atinge a sociedade de tal modo que os vínculos palpáveis e virtuais se encontram fluídos. Os usuários de perfis no ciberespaço interagem expressando suas personalidades, compostas por juízos e preconceitos direcionados às minorias sociais. Outrossim, torna-se importante salientar a temática, no contexto de um mundo globalizado, visto a violação dos direitos humanos na comunidade virtual ser tão intimidadora quanto na sociedade real. A presente averiguação científica pretende elucidar a resposta conferida pelos Tribunais Regionais Federais, destinada aos casos concretos de discursos do ódio, bem como enfatizar as questões jurídicas e históricas adjuntas, além de discernir o comportamento da sociedade pós-moderna nas redes sociais ao transcender a liberdade de expressão.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, com utilização da ferramenta de busca nos sites dos Tribunais Regionais Federais e, em complementação, na plataforma virtual do Supremo Tribunal Federal, a fim de possibilitar a seleção de julgados relevantes sobre a temática do presente estudo, proferidos nos últimos cinco anos. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, averiguando os diálogos pelos quais se evidencia o elo entre o Direito Constitucional, Direito Penal e Direitos Humanos na normatividade pátria. Como métodos de procedimento, utilizaram-se o estudo de casos, referente aos precedentes judiciais cuja fundamentação tenha versado sobre o discurso do ódio, bem como o histórico, que suscita questões passadas buscando entendimento a despeito dos direitos e de qual maneira se situavam à época.

**(Resultados)** Na formação do entendimento, face aos pleitos onde foram discorridos aspectos do discurso do ódio e a possibilidade de seu cunho segregacionista, os TRFs tratam de conferir em seus juízos não compactuarem com teorias predecessoras de seres humanos superiormente categorizados em detrimento de outros: impondo reclusão a quem pratica; induz ou incita a discriminação ou preconceito. A liberdade de expressão não é em si um princípio absoluto, no entanto, necessitar-se-á de um valor axiológico, de um suficiente ônus argumentativo para que venha a ser suprimido perante outros direitos fundamentais coexistentes. À vista disso, quando constatada a tipicidade das ilicitudes, os TRFs se posicionam em favor da igualdade e dignidade humana, vindo notoriamente em consonância com o entendimento do leading case pautado pelo STF e com a atual legislação brasileira, a qual reitera argumentos de outras fontes jurídicas e doutrinárias, tratam de fundamentar que um direito fundamental não pode salvaguardar condutas ilícitas.

**(Conclusão)** Diante da mistificação social brasileira é adverso persistirem ataques sobre grupos sociais, baseados em preconceitos fomentados nos períodos históricos anteriores, dada as circunstâncias da práxis constitucional democrática e a isonomia preestabelecida. Então, urge-se, a guarda jurídica da igualdade e dignidade da pessoa humana quando discursos odiosos ameacem a forte proteção conferida por normas correspondentes a tais princípios. Em suma, a liberdade de expressão possui um status meta-jurídico devido ao caráter comunicativo e globalizado advindo da pós-modernidade, ademais, é evidenciada na necessidade da exposição por meio das redes sociais, todavia, na atuação dos tribunais supracitados, não existe direito absoluto, este limitado quando interfere e lesa outrem, sendo mister a reeducação social no intuito de prestar a importância do reconhecimento unificado de um contingente plural em tal grau como o brasileiro.

**Palavras-Chave:** Discurso do ódio. Redes sociais. Liberdade de expressão. Dignidade humana. Igualdade.

**O ESTADO E AUTOTUTELA PENAL: A RELAÇÃO ENTRE A (IN) SEGURANÇA PÚBLICA E OS LINCHAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN NOS ÚLTIMOS 5 ANOS.**

**Autor(es):**

*Nádia Evelline Souza de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aumento da violência faz crescer, de forma diretamente proporcional, a desconfiança da sociedade em instituições democráticas reguladoras da segurança pública. Assim, as instituições estatais ficam desacreditadas por não conseguir conter o avanço da criminalidade. A população amedrontada pela constante sensação de insegurança utiliza-se de forma inequívoca o instituto da legítima defesa, ultrapassando os limites impostos pela lei, chegando a utilizar da autotutela penal, que seria a repressão dos criminosos por meios próprios. Essa é uma prática antiga que deixou de ser eficaz no momento que surgiram os primeiros Estados estruturados. Assim a autotutela deixou de ser o principal meio de solução de conflitos, dando lugar à jurisdição, uma vez que o poder público pegou para si, exclusivamente, a função de manter a paz, resolvendo os conflitos sociais. A insatisfação da sociedade com o Estado, muitas vezes omissa, corrobora com o aumento dessas práticas de linchamentos, não obstante o direito penal assevera apenas três formas positivadas de excludentes de ilicitudes que seriam a legítima defesa, o estado de necessidade e o estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. O Direito Penal busca combater injustiças e, sobretudo, a violação dos direitos e garantias fundamentais no atual Estado Democrático de Direito. Entretanto, o que observamos é que os cidadãos usurpam essa competência do Estado e praticam linchamentos com a certeza da impunidade, visto que essa conduta não está tipificada em lei. Vale ressaltar, que a Constituição da República no seu artigo 5º, inciso XLVII veda alguns tipos de penas, entre elas a de morte e as penas cruéis. Ademais, no artigo em comento, no inciso LIII, dispõe que: “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”, além de que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Dessa forma, observa que alguns princípios constitucionais, como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, não são obedecidos indo de encontro com o Estado democrático de direito.

**(Metodologia)** Para a formulação da presente pesquisa foi utilizado o enfoque teórico, alicerçado por coleta de dados bibliográficos (doutrina e leis) cujo tratamento será de cunho qualitativo, buscando a construção de um arcabouço teórico para fundamentar a relação existente entre a crise de segurança no estado do Rio Grande do Norte, com enfoque para a Região Metropolitana, e o aumento dos casos de linchamentos. Dessa forma utilizou-se o método de abordagem dialético e o hipotético – dedutivo. Ademais, os métodos de procedimentos foram os: histórico, analítico e o estatístico.

**(Resultados)** as primeiras impressões tidas sobre o tema linchamentos é que o fato dele não ser tipificado como crime denota uma prática “aceitável” pela sociedade e não condenável pelo poder público. De acordo com os sociólogos que embasaram esta pesquisa os linchamentos são revestidos de insatisfação frente a criminalidade que ora se vivencia, ou seja, seria uma resposta da população às omissões do Estado.

**(Conclusão)** É sabido que o Rio Grande do Norte vivencia uma crise de proporções alarmantes na segurança pública, com consequências em diversas áreas sociais. Dessa forma, a população, sobretudo a mais carente, sentindo a ausência da atuação estatal, tenta preencher as lacunas deixadas, tomando a posição de julgador e executor das penas, não levando em consideração o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, mesmo que isso venha a contribuir com uma prática ilegal, dotada de irracionalidade. Mister ressaltar, que a problemática ora posta não se resume exclusivamente ao binômio ausência de segurança – linchamento, pois o estudo da violência é muito complexo devido à união ou ausência de diversos fatores, como educação, desigualdade social, desemprego.

**Palavras-Chave:** Linchamentos. Autotutela penal. Segurança pública.

**O EXCESSO DE CONTRIBUIÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS: UM DESAFIO PARA AS MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS.**

**Autor(es):**

*Nathalia Vanessa de Lima Caldas e Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Cristina Medeiros de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Rodrigo José Nunes Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em meio às inúmeras dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro, como o desemprego gerado pela crise econômica, ainda existem pessoas que buscam enfrentar esses desafios ao tentar abrir seu próprio negócio. Essa tentativa, porém, encontra diversas barreiras, sendo uma das mais relevantes a carga tributária brasileira, uma das maiores do mundo. De acordo com dados do IBGE, a carga tributária representou mais de 33,6% do PIB brasileiro no ano de 2018, o que quer dizer que tudo o que foi rendido no país voltou-se para as mãos do governo brasileiro. Essa carga exagerada acaba prejudicando e desestimulando o cidadão que busca o empreendedorismo como fuga da crise, principalmente aqueles que visam criar uma microempresa ou empresa de pequeno porte, considerando o limitado capital de que dispõem, fomentando assim a propagação do desemprego e desestímulo às pequenas empresas, e, respectivamente, à economia.

**(Metodologia)** Essa pesquisa acadêmica é qualitativa, de cunho exploratório. As principais ideias do projeto partiram da análise de fatos descritos em reportagens e artigos científicos que abordam sobre o sistema tributário nacional, além de obras que dispõem acerca da contribuição previdenciária e livros que disciplinam sobre o direito empresarial usados para a fundamentação do projeto. Nesta obra, foram utilizados dados para retratar a situação caótica vivenciada pela economia que atinge as micro e pequenas empresas brasileiras, procurando esclarecer as verdadeiras dificuldades trazidas em virtude da excessiva carga tributária. Levando em consideração os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem indutivo, partindo-se da análise de situações concretas, vivenciadas pelos pequenos empresários e em artigos sobre o tema.

**(Resultados)** Com base nas pesquisas, percebeu-se o grande déficit sofrido nas receitas das micro e pequenas empresas e a triste realidade do cotidiano dos pequenos empresários. Nota-se que essas empresas se caracterizam como pessoa jurídica e, por este motivo, além de arcar com todas as contribuições tributárias, ainda tornam-se responsável na arrecadação do valor correspondente a contribuição previdenciária de seus empregados através do pagamento da contribuição patronal na alíquota de 20% sobre a remuneração de seus funcionários. Não obstante, a contribuição patronal desresponsabiliza o empregado, que tem sua contribuição presumida em razão da competência do empregador pelo seu recolhimento.

**(Conclusão)** De acordo com o que foi apresentado, conclui-se que a dificuldade vivenciada pelos pequenos empresários em virtude da falta de incentivo do governo que poderia se prestar a estimular o mercado através de facilidades tributárias para os pequenos empresários e assim aquecer a economia e empregabilidade, é realidade no nosso país. Como já exposto, a própria legislação brasileira dispõe acerca de altíssimas alíquotas em cima do rendimento das micro e pequenas empresas que, obviamente, não podem ter seus lucros comparados às grandes empresas e multinacionais que cada vez mais beneficiam-se com as mesmas alíquotas que lhes são aplicadas de igual forma, no entanto, em cima de rendimentos e lucros muito mais elevados do que das pequenas empresas.

**Palavras-Chave:** Economia, Pequenas Empresas, Contribuições Tributárias, Contribuições Previdenciárias.



## O IMIGRANTE INDOCUMENTADO COMO TITULAR DE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

**Autor(es):**

*Byanca Laura Franco da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A migração internacional é um processo que sempre existiu no mundo, permeando a população, onde migram em razão de desastres, guerras, perseguições políticas, moradia, condições econômicas e trabalho. Portanto, a migração é mudar-se de um país ou estado para outro diferente do seu de origem, entrando nesse conceito a imigração sendo o processo de entrada em país ou estado diferente do seu de origem, tendo dois tipos de imigrantes: os documentados, que estão regulamentados pela lei e os indocumentados, que estão de forma irregular no país onde realizou o processo de migração. Tendo como alvo o imigrante indocumentado e sua proteção nos âmbitos internacional e nacional em relação aos seus direitos humanos, desse modo, sendo necessárias a demonstração e a análise dos instrumentos normativos internacionais, assim versando sobre direito internacional ao tratar do imigrante indocumentado, como sujeito de direito na ótica internacional, juntamente com o direito constitucional brasileiro, em razão de analisar a possibilidade de cabimento dos direitos fundamentais sociais aos trabalhadores imigrantes indocumentados.

**(Metodologia)** A metodologia empregada tem como método científico, o dedutivo, partindo de migração internacional para enfatizar somente o trabalhador imigrante indocumentado, o tipo de pesquisa qualitativa, dando importância aos significados e descrevendo a coleta de dados colhidos após leituras de doutrina e jurisprudência. O método de procedimento utilizado foi o explicativo, descrevendo os elementos jurídicos internacionais e nacionais que protegem os direitos dos imigrantes indocumentados, tendo eles uma proteção sólida em relação aos direitos a eles designados. Por fim, os tipos de pesquisa, o documental e o bibliográfico, por meio dos quais se examinou livros, artigos, teses de mestrado, leis, convenções, e as jurisprudências dos tribunais regionais do trabalho demonstrando que os direitos fundamentais sociais são realmente aplicados aos imigrantes indocumentados nas relações trabalhistas.

**(Resultados)** Obteve-se como resultado o conceito de migração internacional e a definição de imigrante indocumentado, como também os motivos que o fazem migrar para locais diferente do seu de origem. Que os instrumentos internacionais garantem e protegem os direitos dos imigrantes, dando uma gigantesca proteção aos imigrantes no âmbito internacional. Atenta-se que eles são possuidores dos direitos fundamentais expressos na CF/88, e também fazem jus aos direitos fundamentais sociais, uma vez que equiparam-se os estrangeiros aos brasileiros, em relação aos direitos fundamentais. E em conclusão, os tribunais trabalhistas aplicam aos trabalhadores imigrantes indocumentados os mesmos direitos sociais fundamentais que aplicam aos brasileiros.

**(Conclusão)** Averiguou-se a concepção do processo de migração internacional e os motivos que fazem as pessoas migrarem para outros locais, chegando-se a definição de migração internacional, e em decorrência o conceito de imigrante indocumentado. Constatou-se após a análise dos instrumentos normativos internacionais que eles estão protegidos no âmbito internacional, versando sobre uma monstruosa proteção contra a violação desses direitos, contra o seu descumprimento e abuso pelos Estados. Percebeu-se que os direitos fundamentais sociais trabalhistas podem ser aplicados aos imigrantes indocumentados, e que são possuidores de direitos humanos consagrados no meio internacional. E que os tribunais regionais trabalhistas possuem a mesma compreensão da Constituição Federal, assim aplicando os direitos fundamentais sociais ao trabalhador imigrante indocumentado.

**Palavras-Chave:** Imigrante Indocumentado. Direitos Fundamentais Sociais. Direitos Humanos do Trabalhador. Igualdade.

## O INÍCIO DA PESSOA NATURAL – DIREITOS DO NASCITURO E A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

### **Autor(es):**

*Nathalya Diniza Fernandes da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Marianna de Oliveira Amorim Souza : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*carla gislaynne silva do nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Aioninny Amanda Camilo Lustru: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código Civil de 2002 assegura os direitos do nascituro, em conformidade com a Lei de Biossegurança, artigo 4º da Lei Federal nº. 11.105, de 24 de março de 2005, todavia, constatamos também que a Jurisprudência do STF, ou a interpretação oficial da Constituição, é a favor da teoria natalista, de que só se é um indivíduo capaz de possuir direitos assegurados, quando a vida já é própria de uma concreta pessoa. É concebida também, a personalidade, ao indivíduo filosófico e social, mediante a sua capacidade de influenciar na vida em sociedade, sendo apto a desenvolver seus sentidos. Vale salientar, que muitas mulheres não possuem o conhecimento necessário acerca da sexualidade e prevenção, bem como a dificuldade de acesso aos métodos, evidenciando o déficit das políticas públicas. Estas mulheres, em grande maioria, encontram-se nas classes mais desfavorecidas, onde o Sistema Único de Saúde (SUS) não supre as necessidades básicas. O presente Projeto de Análise Científica tem como objetivo geral certificar a eficácia da legalização do aborto e a diminuição do direito do nascituro. Para consolidar o objetivo geral acima descrito, foram elencados os seguintes objetivos específicos: enfatizar a integridade física da mulher; analisar se os artigos e leis estão tendo eficácia; relacionar o direito do nascituro com o aborto; apresentar a aplicabilidade da lei; descrever a má assistência pública.

**(Metodologia)** O instrumento de pesquisa utilizado para desenvolver a pesquisa se deu através de consultas a sites e jornais eletrônicos, também artigos científicos e jurídicos, ademais, a legislação brasileira, como por exemplo, o artigo 2º do Código Civil de 2002, existente no ordenamento jurídico pátrio. Portanto, constitui-se numa pesquisa bibliográfica e descritiva. Como também, utilizamos o modelo dialético, pois se investiga a realidade pelo estudo da sua ação recíproca, como a sociedade está em constante evolução e mudanças, tudo é visto como algo que sempre surge, se desenvolve, desagrega e se transforma.

**(Resultados)** Após a realização da pesquisa científica, observou-se através de dados que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 8,7 milhões de brasileiras com idade entre 18 e 49 anos já fizeram ao menos um aborto na vida, destes, 1,1 milhão de abortos foram provocados. Associando os princípios do Código Civil com os do Código Penal, o CP prevê prisão de um a três anos para quem aborta de propósito, porém, conforme os dados acima, do IBGE, a lei sobre o aborto não têm sido eficazes.

**(Conclusão)** A pesquisa sobre o início do nascituro e legislação sobre aborto no Brasil, possibilitou uma análise mais profunda no âmbito do direito à vida, garantido ao nascituro, e a integridade física da mulher, inclusive com direito à “interrupção voluntária da gravidez”. Além disso, também permitiu um olhar mais crítico e construtivo por meio de análises desenvolvidas durante o estudo acerca da legalização do aborto. Como resultado final, conclui-se que atualmente, o papel do Ministério Público, no tocante a garantir educação, saúde etc., é falho. Corroborando assim, para a descriminalização e diminuindo o direito do nascituro.

**Palavras-Chave:** Direitos do nascituro. Integridade física da mulher. Legalização do Aborto.

## O PAPEL DO ADVOGADO FRENTE À NEGOCIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL

**Autor(es):**

*Marcus Felipe França Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Um dos grandes destaques do Novo Código de Processo Civil de 2015 encontra-se nos métodos adequados de solução de conflitos, que constituem técnicas autocompositivas para obter êxito e reduzir a morosidade na resolução das lides e o ativismo do Poder Judiciário. Assim, o presente trabalho propõe discorrer, em especial, a respeito da negociação como meio de efetivação do Princípio Constitucional do Acesso à Justiça, tendo em vista os reais obstáculos para a efetivação desse direito fundamental. O aludido método visa garantir um meio extrajudicial de solução de conflitos, diretamente pelas partes, objetivando minimizar a litigiosidade exacerbada que compromete a eficiência da prestação do direito, além de garantir ampla autonomia para as partes conflitantes. (OBJETIVOS) Tem-se como objetivo identificar o papel do advogado frente às técnicas de negociação para a elucidação dos conflitos antes mesmo de chegarem à apreciação pelo Poder Judiciário. Pretende-se analisar historicamente o Princípio do Acesso à Justiça e relacioná-lo com a aplicação da negociação, analisando quais serão os protagonistas e como será realizada. Propõe-se a demonstrar como o advogado deve se posicionar para a resolução de casos concretos complexos – como questões ambientais atinentes a municípios e conflitos que envolvam políticas públicas - expondo as vantagens da negociação para a resolução colaborativa quando comparadas com as decisões judiciais.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório. Considerando os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método dialógico de abordagem do tema, já que a problematização abrange questões transdisciplinares com repercussões sobre diversas áreas de conhecimento, notadamente Constitucional e Processo Civil. Ademais, fez-se uso dos seguintes métodos de procedimentos: instrumental-histórico por meio da análise histórica do princípio do acesso à justiça; histórico-comparativo, na medida em que se analisam casos concretos de maior relevância para o tema; bem como o estudo comparativo entre a efetividade da prestação ao direito pela esfera da negociação com as decisões judiciais. Por fim, quanto às técnicas de pesquisa utilizou-se o método bibliográfico, com consulta a doutrinas, livros, leis e artigos extraídos da internet para o desenvolvimento da pesquisa.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A presente pesquisa está sendo objeto de trabalho de conclusão de curso (TCC) e, por isso, ainda não possui resultados concretos. No entanto, por entender da importância do tema, pretende-se de modo geral, constatar uma mudança de paradigma com relação à forma de solucionar os conflitos, trazendo à tona um novo papel ao advogado, visto que, a realidade do sistema jurídico brasileiro que supervalorizara o Poder Judiciário está sendo mitigada com o estímulo dado aos métodos consensuais de resolução de conflitos, os quais se tornam alternativas para um maior protagonismo das partes, reduzindo o ativismo desse Poder. Demonstra-se, principalmente, a partir de casos concretos complexos, que não envolvem problemas apenas jurídicos, como também aspectos políticos, econômicos e sociais, os quais, muitas das vezes não são adequadamente resolvidos no formalismo tradicional que caracteriza o Poder Judiciário (aplicação do direito ao caso concreto), comportando resultados melhores quando submetidos à negociação extrajudicial. O trabalho revela que, de modo geral, a implementação dos métodos consensuais de solução de conflitos tem proporcionado, com êxito, a garantia de diversos princípios constitucionais, dentre eles o Princípio do Acesso à Justiça.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Como exposto anteriormente, a presente pesquisa está sendo objeto de TCC e, portanto, ainda não possui uma conclusão, pois o trabalho ainda não foi finalizado.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Advogado. Negociação. Princípio do Acesso à Justiça.

**O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE E SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: UMA TEMÁTICA CADA VEZ MAIS PRESENTE NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Wanderson Fernandes da Costa Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*SARAH MARLA DE CASTRO GURGEL: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Esther Praxedes Silva de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Emily de Oliveira Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As atividades delituosas promovidas pelas facções criminosas se tornaram cada vez mais recorrentes no cotidiano brasileiro. A ausência do poder público, muitas vezes promovida pela omissão, em diferentes aspectos, fizeram com que tais grupos ganhassem tanto enfoque na mídia e na cultura popular. Mas, o que fez com que diversas pessoas, especialmente jovens, adentrassem para essa vida de alta periculosidade? O Estado não somente foi ausente no combate e na repressão desses grupos, mas de fato, foi também omisso com as prestações básicas, não garantindo o necessário para que os menos desfavorecidos tivessem o mínimo de condições de vida. Partindo dessa premissa, abre-se margem para a justificação do princípio da coculpabilidade para essas pessoas, que sempre foram negligenciadas e subjugadas pelos governos que comandam o poder. o projeto em questão busca enfatizar, justificar, atentar e alertar acerca de um princípio pouco aceito pela doutrina e jurisprudência brasileira, mas que se faz muito presente no dia a dia, além de demonstrar uma perspectiva diferente sobre o que levou diversos jovens a adentrarem no mundo do crime.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de caráter documental e exploratório, realizada através de pesquisas em livros da área do direito penal e constitucional, também houve a busca de casos concretos que abordassem a temática da coculpabilidade com o intuito de enriquecer o conteúdo supracitado. Utilizou-se o método dialógico e transdisciplinar, tendo em vista que a análise se deu de forma dialogada e houve a integração de outros ramos do direito, como o direito constitucional e penal para tornar a explicitação do assunto de forma mais clara e ampla. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, referente a aplicação do princípio da coculpabilidade no cenário brasileiro atual.

**(Resultados)** Na jurisprudência atual, este princípio poderia ser considerado insuficiente, tendo em vista que ainda não é um forte argumento central dos casos do judiciário. Mas, entretanto, com o seu forte crescimento, a tendência é a sua fortificação e utilização, tendo em vista que ele é um reflexo da atual sociedade brasileira no tocante a violência, comportamento social e progresso da sociedade. Partindo-se dessa premissa, pode-se aferir que, de fato, e sem sombra de dúvidas, um dos grandes responsáveis pelo entrada e proliferação dessas pessoas no meio criminoso, é o próprio Estado.

**(Conclusão)** Por fim, pode-se concluir que o Estado possui sim uma grande influência nas escolhas realizadas pelos agentes, e mesmo não sendo aceito totalmente na nossa doutrina e jurisprudência, deve-se levar em conta tal princípio, no momento de aplicação de uma sanção punitiva e durante um eventual julgamento, por exemplo, visto que muitos desses jovens foram quase que coagidos a adentrar na vida delituosa.

**Palavras-Chave:** Princípio da coculpabilidade. Sociedade brasileira atual. Facções criminosas.

**O SIMPLES NACIONAL E A ONERAÇÃO DESTA TRIBUTAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE A LUZ DA MACROECONOMIA E DA JUSTA TRIBUTAÇÃO**

**Autor(es):**

*Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Daniel Lucas Leite de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988 representa um esforço do constituinte originário, para trazer o pós-positivismo à realidade brasileira. Na busca pela superação das contradições entre a razão objetiva e subjetiva, a Carta Maior traz os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como um de seus princípios, ao mesmo tempo que toma, como um dos objetivos da República, a construção de uma sociedade solidária. Nesse sentido, ao longo do tempo, vários impostos foram criados, na tentativa de assegurar a finalidade mencionada. Entretanto, esse mesmo movimento levanta questões sobre a assertividade da tributação nas micro e pequenas empresas (MPE), de maneira que contribuam sem serem prejudicadas e de como ele afeta a economia nacional. Em 2017, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) informou que 86% das MPE integravam a lei do Simples Nacional, a qual envolve a cobrança de: PIS, COFINS, CSLL, IRPJ, IPI, INSS, ICMS e ISSQN. Desse modo, investigou-se se a relação entre taxação, crescimento nacional – ao tratar-se de Produto Interno Bruto (PIB) – e corresponsabilidade social é equilibrada nessa norma jurídica, bem como as dificuldades decorrentes desse processo, para manutenção de uma empresa nas categorias mencionadas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório. Em vista disso, utilizou-se o método de abordagem dialógico, por causa da análise conjunta de conhecimentos de macroeconomia e do Simples Nacional. Corroborando nesse processo, a estatística foi aplicada para modelar os impactos do Simples Nacional nas MPE e, por meio da indução, permitir uma visão mais geral dos seus efeitos.

**(Resultados)** Com base nos elementos coletados, percebeu-se que o cálculo para obter o valor do imposto pago pelas empresas é realizado a partir da receita bruta dos últimos doze meses de cada uma delas, determinando-se a alíquota nominal – a qual incide sobre a cifra anterior – o que, por sua vez, gera a alíquota efetiva, aplicável sobre suas a receitas brutas mensais, produzindo o montante do encargo. Em paralelo, a macroeconomia apresenta o entendimento de que o crescimento do PIB é o passo primordial, para o desenvolvimento e prosperidade de uma nação. E, uma vez que essa quantia seja composta em 27%, pelo que o Estado coleta das MPE, torna-se evidente a relevância, que estas têm na realidade do Brasil.

**(Conclusão)** Com a modelagem, pôde-se verificar, que nos contextos de desenvolvimento, estabilidade e retração econômica, para uma mesma MPE, a arrecadação no Simples Nacional é praticamente a mesma, apresentando-se um pouco mais intensa, quando a economia é menos favorável. Assim, evidencia-se a falta de justiça fiscal, pois independente do quadro financeiro, o recolhimento não muda, numa tentativa de ajuste, para favorecê-las. Além disso, percebeu-se que o Estado arrecada em porcentagens crescentes, com o aumento da faixa de riqueza das empresas, ou seja, quanto mais a empresa rende, mas ela deve repassar, o que chega a quase 20% em alguns casos. Em situação, na qual esse resultante vigore, a macroeconomia aponta uma redução nas riquezas produzidas a nível nacional, já que a capacidade de competição faz-se bastante limitada, principalmente com o mercado internacional, onde a maioria dos outros países tributa de outra maneira. Esse fato, então, mostrou, que a lei tratada não permitiu o desenvolvimento econômico no Brasil, pois foi ela própria geradora de desequilíbrio ao ser inflexível e demandar valores, por vezes, abusivos. Assim, aponta-se a necessidade de revê-la, pensando-a, como solidária, também, com quem paga.

**Palavras-Chave:** Simples Nacional. Micro e pequenas empresas. Tributação. Macroeconomia.

**O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM VIRTUDE DA FALÊNCIA DO ESTADO: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE UM "ESTADO PARALELO".**

**Autor(es):**

*Arthur Henrique Teixeira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Pedro Henrique Cortez Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Francisco Lobato de Araújo Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Diante dos constantes questionamentos em virtude da insegurança pública, surge à necessidade de uma análise sobre as facções criminosas, sua criação, emergência e atuação. A priori, devemos entender o que são as facções criminosas. As facções criminosas são grupos de indivíduos que se organizam de forma paramilitar com hierarquia e disciplina para a prática de um crime. Esses grupos surgiram aproximadamente no século XX, geralmente relacionado ao tráfico de drogas, assaltos e sequestros. Com o aglomerado de pessoas migrando para as grandes cidades, o Estado deixou de suprir as necessidades básicas de efetividade dos direitos fundamentais, não garantindo o mínimo existencial, o que contribuiu de forma determinante para o aumento da criminalidade. (OBJETIVOS) A presente pesquisa apresenta como objetivo geral compreender o fenômeno referente ao surgimento de facções criminosas, bem como sua relação com a formação de um "Estado Paralelo". Como objetivos específicos, buscamos perfazer uma análise das causas desse fenômeno no Brasil, e de suas variantes interpretativas no contexto histórico em que estamos inseridos.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A presente pesquisa pode ser definida como qualitativa de cunho exploratório – já que tem como objetivo entender a natureza de um fenômeno e; e explicativa, pois busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. Assim, o método de abordagem utilizado é o transdisciplinar e dialógico, já que, para a obtenção de resultados almejados, é necessário um diálogo entre criminologia, direito constitucional e ciência política. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, o aplicado é o comparativo, pretendendo alcançar a compreensão da origem das facções criminosas.

**(Resultados)** (Resultado) O Estado brasileiro, há tempos na UTI, não encontra soluções políticas para a crise social que assola o país. As elites políticas, empresariais e econômicas, preocupam-se apenas com a própria sobrevivência, ignorando as mutações constantes da sociedade. Desconsiderando as verdadeiras causas dos problemas, trazem respostas baseadas nas consequências, ou seja, sem soluções. As facções são, então, um subproduto da falência do Estado. A falta de políticas públicas abrangentes a toda população, subjuga e rotula parte da sociedade, fazendo com que sejam marginalizados. É possível entender, então, o surgimento das facções criminosas como grupos que, por serem excluídos da sociedade buscam igualar-se propagando discursos e ações com objetivo de exercer poder sobre indivíduos excluídos pelo Estado, criando assim, um poder paralelo.

**(Conclusão)** (Conclusão) em virtude desses acontecimentos, atualmente as facções criminosas se estenderam além do âmbito do crime e do tráfico de drogas. As facções comandam as favelas, literalmente como uma forma de Estado, já que o próprio governo não consegue entrar lá, ou não tem interesse em se fazer presente em tais comunidades, fazendo com que elas cresçam e se tornem um Estado paralelo ao Estado federativo, tendo suas articulações de uma forma tentacular, ou seja, o tráfico está comandando e sendo o núcleo de todo o centro econômico e de segurança daquele determinado local, isso acaba fazendo com que as pessoas sejam fiéis ao tráfico, tendo vista que o Estado tem sido omissivo na concretização dos direitos fundamentais de tais comunidades e, conseqüentemente, quem se faz presente são os traficantes, gerando assim uma fidelidade entre os indivíduos que moram nesses locais com o tráfico.

**Palavras-Chave:** Facções criminosas. estado paralelo. crime organizado.

## O USO DAS REDES SOCIAIS E SEU CARÁTER DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE ENQUANTO PROVA

**Autor(es):**

*Marília Saint-Clair Teodósio de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa propõe-se a analisar a influência exercida pelas redes sociais com o avanço do Direito Digital, principalmente no sistema probatório, posto que já é habitual o uso deste meio de comprovação nas defesas de teses da atualidade. É sabido que o aspecto imediato das publicações feitas em sites da internet é de imensa valia para aquele que quer constituir matéria de prova contra outrem. No entanto, deve-se haver o questionamento quanto ao caráter constitucional do assunto em tela, pois há de se observar qual o limite do direito à prova, frente ao direito à privacidade. O objetivo primário da pesquisa é analisar a influência do Direito Digital, em especial, das redes sociais, no sistema probatório e sua conformidade com a Constituição Federal, mostrando a sua evolução e atuação no Direito Processual Brasileiro. Além disso, tem-se como propósito, a observância do direito à privacidade, daquele que publica em suas páginas de comunicação social, e do direito à prova, cujo autor de determinada demanda faz uso.

**(Metodologia)** Partindo-se da análise de decisões judiciais nos tribunais brasileiros, isto é, situações concretas de aplicação do Direito Digital e do uso das redes sociais em caráter de prova, no sentido de buscar uma reflexão jurídica mais ampla, para fins de compreensão da proteção à privacidade e à prova. Soma-se a isso o fato de que foi utilizado o método dialógico de abordagem, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito constitucional e processual civil, bem como uma análise ética a respeito da questão investigativa. Como método de procedimento, foi aplicado o estudo de caso, visando proporcionar maior densidade teórica à pesquisa, a qual envolve levantamento bibliográfico.

**(Resultados)** Através da análise dos dados da pesquisa, promover-se-á uma reflexão crítica em face do contraste entre os direitos, destinados a garantir o direito à privacidade, aos que fazem uso de suas redes sociais e a concessão do direito à prova, àqueles que sentem a necessidade de utilizar-se de meios digitais para ratificarem os fatos alegados. Como resultado de tal análise, resta evidente a crescente influência do Direito Digital na sociedade atual, cuja internet faz parte do cotidiano básico do cidadão.

**(Conclusão)** Conclui-se que as questões que envolvem o direito devem ser analisadas de maneira singular, de acordo com o caso concreto, com o intuito de proteger os princípios e garantias básicas da sociedade. Ao analisar o levante dessa temática, que diz respeito aos limites de cada prerrogativa, verifica-se que na medida em que o judiciário fiscaliza a prática de determinados atos, estes são menos contraditórios.

**Palavras-Chave:** Redes sociais. Direito à privacidade. Sistema probatório.

## O USO DO ARGUMENTO DO EXPERT: UM ESTUDO DE CASO

**Autor(es):**

*Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A fundamentação de decisões judiciais torna-se um objeto de estudo de grande importância, em razão da necessidade da limitação do poder estatal para coibir abusos em sua utilização, inclusive nas decisões proferidas pelo Poder Judiciário. Sendo assim, ao juiz é imposto o dever de fundamentar suas decisões, visando à proteção estabelecida pelo princípio da segurança jurídica. Nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. O mesmo entendimento é reforçado no art. 11 do Código de Processo Civil de 2015.

**(Metodologia)** A Lógica Jurídica fornece diversos tipos de argumentos que são utilizados, implícita ou explicitamente, nas decisões judiciais, principalmente nas do Supremo Tribunal Federal, que é o principal formador jurisprudencial no ordenamento jurídico brasileiro. Em razão disto, a base empírica do trabalho decorre da análise do Agravo Regimental Extraordinário com agravo 713.196 – Rio Grande do Sul (Ministro Relator Ricardo Lewandowski, Supremo Tribunal-STF, Segunda Turma, Dia do Julgamento: 10/06/2014), de acordo com os estudos de Walton (2014) quanto ao argumento da opinião do expert e ao argumento de autoridade.

**(Resultados)** Na análise do acórdão supracitado percebe-se que há um problema na distinção do uso de dois tipos de argumento, quais sejam o argumento de autoridade e o argumento de uso da opinião do expert, pois no relatório deste acórdão, o Ministro Relator cita a definição da aplicação analógica que o Ministro Moreira Alves proferiu no RE 89.243/SP, qual seja: “Ora, quando se aplica analogicamente uma lei a determinado fato, faz-se resultar dele (fato) – que não se encontra previsto nela [lei] contida – o mesmo efeito que a lei atribuiu ao fato que lhe é análogo e que, abstratamente, configura a hipótese nela escrita”. O argumento de autoridade é a utilização de fundamentos fornecidos por uma autoridade, em razão de sua função, enquanto que, o argumento da opinião do expert é a utilização de fundamentos fornecidos por especialista de determinada área, acerca de assuntos estritamente relacionados com esta área. Considerando que a citação supra refere-se à conceituação de ‘aplicação analógica’, conforme voto proferido pelo Ministro Moreira Alves (autoridade), percebe-se que foi utilizado o argumento de alguém cuja autoridade decorre do poder que detém e não de sua competência técnica sobre o assunto em tela, a argumentação por analogia, o que, conforme os padrões de avaliação do argumento de uso da opinião do expert, torna o argumento fraco.

**(Conclusão)** Portanto, percebe-se que o desconhecimento dos usos destes argumentos pode comprometer o dever imposto ao juiz de fundamentar, tendo em vista que, o uso do argumento de autoridade não oferece segurança na fundamentação de decisões judiciais, principalmente por considerar apenas o que a autoridade afirma, podendo estas serem de natureza política, além de incidir em entendimentos falaciosos e prejudiciais à efetivação do princípio da Segurança Jurídica neste tipo de argumentação.

**Palavras-Chave:** Argumento da Opinião do Expert. Argumento de Autoridade. Segurança Jurídica.



## O VALOR JURÍDICO DO AFETO: FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

**Autor(es):**

*Rayana Aider Felix Felipe: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa busca demonstrar a evolução das entidades familiares, formadas através de vínculos afetivos. É sabido que o afeto e o amor são, quem de fato, une as pessoas na partilha de anseios, expectativas, medos, aflições, angustias, esperanças e alegrias, criando uma barreira indissolúvel, o que caracteriza a existência ideal do conceito de família. No âmbito do Direito de Família, esse assunto se destaca para suprir a necessidade das lacunas existentes no ordenamento jurídico, de modo a alinhar os interesses sociais em constante transformação, afastando qualquer tipo de distinção e garantindo paridade entre filhos biológicos ou não advindos da relação conjugal. Ao abordar a filiação socioafetiva, a pesquisa possui como objetivo desenvolver uma análise sobre a função dos pais na construção psicológica e emocional dos seres humanos civilizados, e como isso se reflete no âmbito jurídico. Além disso, demonstraremos através de dados a crescente formação de famílias por meio do vínculo socioafetivo, observando o comportamento da população perante a necessidade social, analisando a evolução doutrinária que amplia o conceito de família, resultando o parentesco também por socioafetividade e averiguando a aplicabilidade da lei nos casos concretos, apresentando um entendimento quanto a sua validade a fim de entender se de fato interfere positivamente na sociedade e cria uma estabilidade maior no preenchimento de tal lacuna no seio jurídico.

**(Metodologia)** Utilizando-se do método dialético, este estudo de caso, parte da análise do meio social, levando-se em consideração aspectos condizentes a realidade a que estão submetidas as famílias criadas por meio de um vínculo afetivo, para se chegar a importância do assunto e sua relevância jurídica. Para tanto, foi analisado a evolução social do conceito de afeto no Direito de Família tendo como base o estudo doutrinário e análise da legislação que tratam do assunto com maior profundidade, legitimando todas as formas de família. A pesquisa bibliográfica também foi empregada com o objetivo de compreender os institutos da paternidade responsável, socioafetividade e "estado de posse do filho".

**(Resultados)** Restou analisado o relevante valor jurídico do afeto e sua importante repercussão nos julgados do Superior Tribunal de Justiça, sendo capaz de gerar relações de parentesco, bem como efeitos jurídicos relacionados a responsabilização civil.

**(Conclusão)** Concluiu-se a partir dos estudos realizados ser possível o reconhecimento da filiação socioafetividade, surgindo uma relação de parentesco como forma de reconhecer o afeto como um valor jurídico de todas as relações familiares. Contudo, enquanto não houver norma legislativa expressa, incube ao magistrado a identificação da existência da relação afetiva e sua consequente constatação e proteção jurídica realizando a ponderação no caso concreto.

**Palavras-Chave:** afeto; relação socioafetiva; responsabilidade civil;

**OMISSÃO ESTATAL FRENTE AS GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS:**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Cavalcanti Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luiza Melo Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos sociais são garantias previstas na declaração universal dos direitos humanos e na constituição federal - em seu artigo 6 - os quais são essenciais para garantir a dignidade da pessoa humana. Exemplificam-se: saúde, educação, moradia, segurança, previdência social e assistência aos desamparados. Nesse sentido, é dever do Estado assegurar todas essas garantias para que se tenha o mínimo de qualidade de vida. No entanto, evidencia-se uma omissão estatal acerca dos meios necessários para garantir esses direitos e ainda se observa um dilema entre o que está disposto expressamente na lei e o que realmente ocorre na prática. Tal conjuntura corrobora para que se tenha apenas uma cidadania aparente, ou seja, de papel, constituindo uma afronta aos direitos humanos. Portanto, surge uma problemática referente a efetivação desses direitos pelo poder judiciário. Por exemplo, será que o direito a saúde, assegurado na constituição e em diversos tratados, teria a coerção de fazer com que o poder judiciário obrigue o poder público a fornecer medicamentos a pacientes com baixo grau econômico, mesmo não existindo previsão legal ou orçamentaria? A pesquisa objetiva abordar acerca da controvérsia do que está disposto na constituição federal e o que realmente ocorre na prática no tocante aos direitos sociais, bem como obter uma análise acerca dessas garantias fundamentais, elucidando os problemas estatais, a fim de garantir a efetivação dos direitos sociais.

**(Metodologia)** Constitui-se um trabalho teórico de caráter exploratório e explicativo, bem como descritivo, relatando o fenômeno dos direitos sociais, buscando o conhecimento por meio de pesquisas documentais, dados estatísticos e correntes doutrinárias como método procedimental. Ademais, evidencia-se o método transdisciplinar, possibilitando uma interação entre áreas do direito constitucional, sociologia jurídica e ainda dos direitos humanos.

**(Resultados)** Discute-se acerca do antagonismo presente entre a prática e a teoria constitucional e os problemas enfrentados pelo estado para garantir e efetivar os meios de forma que estes direitos se concretizem. Ademais, o livro "A essência da constituição" escrito por Ferdinand Lassalle enxerga a constituição sob a ótica sociológica. Assim, em sua teoria, ele disserta a respeito da "constituição real" que seria concernente a vontade do povo e a realidade social presente em determinado país, portanto esta deve estar associada a constituição escrita para se adequar a sociedade e representar determinada nação. No entanto, Hesse contrapõe-se ao posicionamento de Lassalle e aduz que a constituição deve possuir uma força normativa capaz de modificar a realidade, não derivando apenas de uma adaptação a realidade, mas sim de uma vontade de constituição.

**(Conclusão)** Concernente ao exposto, é imprescindível uma mobilização comunitária em prol de um real cumprimento da constituição federal, para que não se tenha apenas uma cidadania aparente, obtendo um profundo progresso social, além do fortalecimento da democracia e cidadania. Nesse sentido, ainda é significativo enfatizar que a efetivação da constituição federal, é um meio indispensável para mitigar as disparidades sociais, permitindo a todos o usufruto igualitário de seus direitos. Ademais, destaca-se a importância da dimensão objetiva dos direitos sociais, em razão do Estado, a fim de conseguir prestá-los devidamente, é necessário se organizar com órgãos e agentes administrativos, planejando as políticas públicas, visando atender esses direitos sociais, com a sua devida efetividade. Some-se a essa conjuntura, propõe-se nesta pesquisa um cunho multi-institucional de tutela dos direitos sociais, com o intuito de alcançar o mínimo existencial para se obter a dignidade humana.

**Palavras-Chave:** Direitos sociais. Dignidade Humana. Omissão Estatal.

**OMISSÃO ESTATAL FRENTE AS GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS:**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Cavalcanti Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luiza Melo Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos sociais são garantias previstas na declaração universal dos direitos humanos e na constituição federal - em seu artigo 6 - os quais são essenciais para garantir a dignidade da pessoa humana. Exemplificam-se: saúde, educação, moradia, segurança, previdência social e assistência aos desamparados. Nesse sentido, é dever do Estado assegurar todas essas garantias para que se tenha o mínimo de qualidade de vida. No entanto, evidencia-se uma omissão estatal acerca dos meios necessários para garantir esses direitos e ainda se observa um dilema entre o que está disposto expressamente na lei e o que realmente ocorre na prática. Tal conjuntura corrobora para que se tenha apenas uma cidadania aparente, ou seja, de papel, constituindo uma afronta aos direitos humanos. Portanto, surge uma problemática referente a efetivação desses direitos pelo poder judiciário. Por exemplo, será que o direito a saúde, assegurado na constituição e em diversos tratados, teria a coerção de fazer com que o poder judiciário obrigue o poder público a fornecer medicamentos a pacientes com baixo grau econômico, mesmo não existindo previsão legal ou orçamentaria? A pesquisa objetiva abordar acerca da controvérsia do que está disposto na constituição federal e o que realmente ocorre na prática no tocante aos direitos sociais, bem como obter uma análise acerca dessas garantias fundamentais, elucidando os problemas estatais, a fim de garantir a efetivação dos direitos sociais.

**(Metodologia)** Constitui-se um trabalho teórico de caráter exploratório e explicativo, bem como descritivo, relatando o fenômeno dos direitos sociais, buscando o conhecimento por meio de pesquisas documentais, dados estatísticos e correntes doutrinárias como método procedimental. Ademais, evidencia-se o método transdisciplinar, possibilitando uma interação entre áreas do direito constitucional, sociologia jurídica e ainda dos direitos humanos.

**(Resultados)** Discute-se acerca do antagonismo presente entre a prática e a teoria constitucional e os problemas enfrentados pelo estado para garantir e efetivar os meios de forma que estes direitos se concretizem. Ademais, o livro "A essência da constituição" escrito por Ferdinand Lassalle enxerga a constituição sob a ótica sociológica. Assim, em sua teoria, ele disserta a respeito da "constituição real" que seria concernente a vontade do povo e a realidade social presente em determinado país, portanto esta deve estar associada a constituição escrita para se adequar a sociedade e representar determinada nação. No entanto, Hesse contrapõe-se ao posicionamento de Lassalle e aduz que a constituição deve possuir uma força normativa capaz de modificar a realidade, não derivando apenas de uma adaptação a realidade, mas sim de uma vontade de constituição.

**(Conclusão)** Concernente ao exposto, é imprescindível uma mobilização comunitária em prol de um real cumprimento da constituição federal, para que não se tenha apenas uma cidadania aparente, obtendo um profundo progresso social, além do fortalecimento da democracia e cidadania. Nesse sentido, ainda é significativo enfatizar que a efetivação da constituição federal, é um meio indispensável para mitigar as disparidades sociais, permitindo a todos o usufruto igualitário de seus direitos. Ademais, destaca-se a importância da dimensão objetiva dos direitos sociais, em razão do Estado, a fim de conseguir prestá-los devidamente, é necessário se organizar com órgãos e agentes administrativos, planejando as políticas públicas, visando atender esses direitos sociais, com a sua devida efetividade. Some-se a essa conjuntura, propõe-se nesta pesquisa um cunho multi- institucional de tutela dos direitos sociais, com o intuito de alcançar o mínimo existencial para se obter a dignidade humana.

**Palavras-Chave:** Direitos sociais. Dignidade Humana. Omissão Estatal.

**OMISSÃO ESTATAL FRENTE AS GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS:**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Cavalcanti Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luiza Melo Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos sociais são garantias previstas na declaração universal dos direitos humanos e na constituição federal - em seu artigo 6 - os quais são essenciais para garantir a dignidade da pessoa humana. Exemplificam-se: saúde, educação, moradia, segurança, previdência social e assistência aos desamparados. Nesse sentido, é dever do Estado assegurar todas essas garantias para que se tenha o mínimo de qualidade de vida. No entanto, evidencia-se uma omissão estatal acerca dos meios necessários para garantir esses direitos e ainda se observa um dilema entre o que está disposto expressamente na lei e o que realmente ocorre na prática. Tal conjuntura corrobora para que se tenha apenas uma cidadania aparente, ou seja, de papel, constituindo uma afronta aos direitos humanos. Portanto, surge uma problemática referente a efetivação desses direitos pelo poder judiciário. Por exemplo, será que o direito a saúde, assegurado na constituição e em diversos tratados, teria a coerção de fazer com que o poder judiciário obrigue o poder público a fornecer medicamentos a pacientes com baixo grau econômico, mesmo não existindo previsão legal ou orçamentaria? A pesquisa objetiva abordar acerca da controvérsia do que está disposto na constituição federal e o que realmente ocorre na prática no tocante aos direitos sociais, bem como obter uma análise acerca dessas garantias fundamentais, elucidando os problemas estatais, a fim de garantir a efetivação dos direitos sociais.

**(Metodologia)** Constitui-se um trabalho teórico de caráter exploratório e explicativo, bem como descritivo, relatando o fenômeno dos direitos sociais, buscando o conhecimento por meio de pesquisas documentais, dados estatísticos e correntes doutrinárias como método procedimental. Ademais, evidencia-se o método transdisciplinar, possibilitando uma interação entre áreas do direito constitucional, sociologia jurídica e ainda dos direitos humanos.

**(Resultados)** Discute-se acerca do antagonismo presente entre a prática e a teoria constitucional e os problemas enfrentados pelo estado para garantir e efetivar os meios de forma que estes direitos se concretizem. Ademais, o livro "A essência da constituição" escrito por Ferdinand Lassalle enxerga a constituição sob a ótica sociológica. Assim, em sua teoria, ele disserta a respeito da "constituição real" que seria concernente a vontade do povo e a realidade social presente em determinado país, portanto esta deve estar associada a constituição escrita para se adequar a sociedade e representar determinada nação. No entanto, Hesse contrapõe-se ao posicionamento de Lassalle e aduz que a constituição deve possuir uma força normativa capaz de modificar a realidade, não derivando apenas de uma adaptação a realidade, mas sim de uma vontade de constituição.

**(Conclusão)** Concernente ao exposto, é imprescindível uma mobilização comunitária em prol de um real cumprimento da constituição federal, para que não se tenha apenas uma cidadania aparente, obtendo um profundo progresso social, além do fortalecimento da democracia e cidadania. Nesse sentido, ainda é significativo enfatizar que a efetivação da constituição federal, é um meio indispensável para mitigar as disparidades sociais, permitindo a todos o usufruto igualitário de seus direitos. Ademais, destaca-se a importância da dimensão objetiva dos direitos sociais, em razão do Estado, a fim de conseguir prestá-los devidamente, é necessário se organizar com órgãos e agentes administrativos, planejando as políticas públicas, visando atender esses direitos sociais, com a sua devida efetividade. Some-se a essa conjuntura, propõe-se nesta pesquisa um cunho multi- institucional de tutela dos direitos sociais, com o intuito de alcançar o mínimo existencial para se obter a dignidade humana.

**Palavras-Chave:** Direitos sociais. Dignidade Humana. Omissão Estatal.

## OS DESAFIOS DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS

### **Autor(es):**

*Calinne Carla Aguiar Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Júlia Pereira Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Eduardo Andrade Galvincto Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa visa conhecer os desafios da adoção de crianças por casais homossexuais, sendo esta investigação de fundamental importância porque além da adoção e da homossexualidade ainda consistiram em dois assuntos tabus, apesar das lentas mudanças as quais vêm ocorrendo mundialmente, as pessoas situadas nesses grupos até hoje sofrem discriminação social por não se adequarem aos padrões sociais vigentes desde tempos remotos. Dessa maneira, através dessa pesquisa, analisamos o posicionamento das instituições cujo papel é reger a sociedade e acabam por exercer forte influência sobre as pessoas, sejam elas, o Estado, a sociedade e a igreja católica, a fim de localizar os obstáculos e facilitar a solução deste problema presente no nosso corpo social pelos órgãos responsáveis por isso. Consequentemente, este projeto tem o objetivo de analisar as dificuldades enfrentadas por casais homoafetivos para adoção de crianças sob o aspecto social e jurídico, no campo normativo e jurisprudencial, bem como questões de cunho religioso, mais precisamente a visão da igreja católica apostólica romana.

**(Metodologia)** Para o fim almejado, a pesquisa parte de um caso particular de adoção, o de Carlos Henrique Sousa da Cruz que, junto ao seu parceiro, foram o primeiro casal homossexual a obter da justiça o direito de adotar duas crianças pernambucanas, o que possibilitou a outros casais garantirem desse mesmo direito. Logo, utilizamos técnicas de pesquisas como a entrevista com Carlos Henrique, doutrina, fontes documentais, além do livro “Duas filhas, dois pais” e da jurisprudência, posto que a lei vem mudando sua concepção acerca do assunto e assegurando direitos a esse tipo de família moderna. Além disso, utilizamos também o artigo 1.726 do Código Civil, o 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o 227 § 6º da Constituição Federal. Continuando, empregamos a doutrina de Maria Berenice Dias sobre os conceitos dos diversos tipos de arranjos familiares e levamos em consideração o posicionamento do pontífice Francisco sobre a importância do respeito e adaptação a essa nova realidade.

**(Resultados)** Acerca dos resultados, podemos dizer que houve mudanças tanto no conceito de família e de adoção, quanto na legislação e na jurisprudência. Com relação ao de família, o estereótipo patriarcal heteronormativo passou a dividir espaço com os novos modelos familiares, pois estes passam por transformações, atualizando-se constantemente. Portanto, as famílias formadas por casais homoafetivos passaram a ter a oportunidade de adotar crianças conjuntamente e constituírem uma família de maneira legal. Por isso, o STF, visando atender a nova realidade social, atualizou sua jurisprudência para incluir esses casos, posicionando-se a favor do reconhecimento da união de casais homossexuais como entidade familiar. O problema ainda persistente é a enorme burocracia até que seja findado o processo de adoção, pois apesar do CNA (Cadastro Nacional de Adoção) dar um prazo de um ano, na realidade, devido à demora na escolha da criança, no parecer dado pelo Ministério Público e também na decisão dos Juízes da Vara da Infância, esse prazo é ultrapassado.

**(Conclusão)** Essas decisões do STF visam diminuir o preconceito aos homoafetivos e garanti-los direitos de adoção iguais aos dos casais heteroafetivos. Apesar desse avanço, continua bastante burocrático para casais do mesmo sexo adotarem crianças, pois ainda está enraizado na sociedade a discriminação de ambas as partes envolvidas. Na mesma linha de pensamento se encontra a igreja, pois apesar de ter se mostrado aberta a aceitar as diversas orientações sexuais e também os novos arranjos familiares, ainda há recriminação por parte dos seus seguidores. Dessa maneira, é perceptível a intenção de superar, por parte dos líderes institucionais, esta hostilidade existente, contudo, não houve uma efetiva educação e conscientização da sociedade para superar essa barreira.

**Palavras-Chave:** Homossexuais. Adoção. Desafio. Jurisprudência. Crianças.

**OS DIREITOS CIVIS DO NASCITURO: UMA ANÁLISE JURÍDICO DOGMÁTICA DO LIMITE E ALCANCE DE SEUS DIREITOS**

**Autor(es):**

*Jeffe Mateus Lira Silva de Oliveira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ivan Barros dos Santos JÃºnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vitor Caldas Afonso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O nascituro é detentor de direitos na ordem civil, conforme o Art. 2º do CC/02. A personalidade civil da pessoa começa a partir do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, o qual, destarte, pode ter seus direitos reivindicados, como em situações de pensão gravitícia. Existem pontos controversos no tocante ao que a doutrina entende sobre o nascituro, alguns entendem que nesta fase o feto ainda não pode ser considerado uma pessoa e outros acreditam que sim, alguns acreditam que o nascituro somente é detentor de expectativas de direitos, outros, defendem que o nascituro já é detentor de direitos. No presente trabalho, analisar-se-á o conceito biológico e jurídico de nascituro, como e quando surge sua personalidade jurídica, quais são os seus direitos civis, tudo isso procurando respaldo na doutrina e na ciência a fim de dialogar entre si e dentro dos mesmos com a ideia de chegar a consensos sob os temas em debate, e, apesar de tratar tão amplamente sobre o tema, será feito uma análise mais minuciosa a respeito da possibilidade do nascituro ajuizar ações por danos morais, este enfoque que tomará como base sua análise o processo: Wanessa Camargo e família contra Rafinha Bastos (Processo Nº 0201838-05.2011.8.26.0100). Com essa investigação procuramos entender melhor como o sistema jurídico trata os direitos do nascituro, fazendo uma contextualização histórica, procurando entender a origem de tal, e posteriormente fazer uma análise focando especificamente nos direitos a danos morais e de imagem do nascituro, quando ele surge, como os doutrinadores o compreendem, e mais importante, como é visto na prática, ou seja, além de estudarmos os doutrinadores também vamos estudar um caso concreto, este que tem utilidade fundamental de inspirar e guiar o andar desta pesquisa.

**(Metodologia)** Essa pesquisa é de cunho teórico e documental na qual se fará o uso do método dialógico a fim de a partir da análise dos diferentes pontos de vista sobre o tema estudado chegue-se a um consenso sobre essa matéria, visto que, tal assunto tem muitas controvérsias entre seus estudiosos. Será feito o estudo de casos, especificamente, o caso de Wanessa Camargo e sua filha contra Rafael Bastos (Processo Nº 0201838-05.2011.8.26.0100).

**(Resultados)** O estudo realizado traz à baila que o nascituro tem a possibilidade de reclamar, mediante representação, danos morais, por razão advinda de sua personalidade, que se inicia após sua concepção pelo caso em tela supracitado. Dessa forma, sua mãe é sua representante legal para buscar a reparação do direito lesionado.

**(Conclusão)** Após análise em primeira instância, abordando abstratamente o assunto, concluímos que o nascituro é passível de, por meio de seu representante legal, propor ação requerendo indenização por danos morais, e, em segunda instância partindo do caso concreto citado no presente trabalho chegamos ao consenso da legitimidade da ação proposta contra Rafinha Bastos.

**Palavras-Chave:** Nascituro. Direitos civis. Danos morais.

## OS DIVERSOS TIPOS DE FAMÍLIA NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Letícia Moura de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito de família vem se atualizando muito nos últimos tempos, os conceitos de família não são mais os mesmos, com essas mudanças o que era considerado família vem evoluindo e flexibilizando, antes só era considerada uma família, quando era matrimonial, ou seja, tinha que ter casamento civil validamente contraído, na atualidade existem vários outros tipos de família, como a família monoparental, que é estabelecida entre um dos genitores e sua prole; a família informal que decorre da constituição da união estável; a família homoafetiva, estabelecida na união entre pessoas do mesmo sexo, a família anaparental, que é quando pelo menos um dos cônjuges traz filhos de outros relacionamentos; as famílias paralelas que são as formadas entre concubinos e a família eudemonista (afetiva), que tem laços afetivos e busca a felicidade em conjunto. O objetivo deste trabalho é mostrar a evolução do direito de família quando se trata dos tipos de família, as novas formas de família, os preconceitos que essas novas famílias passam por não serem a "tradicional família matrimonial" constituída por um casal, sendo um homem e uma mulher casados civilmente.

**(Metodologia)** A presente pesquisa sobre Os Diversos Tipos de Família no Brasil irá utilizar o método indutivo na fase de investigação, já que será feita a observação dos casos, a descoberta em relação aos mesmos e a generalização entre eles. A pesquisa se fundamentará na busca em livros e artigos de autores renomados para maior conhecimento sobre o tema.

**(Resultados)** Os tipos de família cresceram bastante, visto que na nossa Constituição Federal e no nosso Código Civil vigente não existe um conceito delimitado, certo, do que é família para o Direito, o Estado tem que proteger qualquer tipo que seja, já que a família é essencial e sagrada. Entende-se que com o passar do tempo, tudo venha a evoluir, inclusive a sociedade e seus valores e conceitos mais antigos.

**(Conclusão)** A família é na verdade um grupo feito por pessoas que se sentem unidas por laços afetivos, sanguíneos ou não, os padrões estabelecidos antigamente sobre o conceito de família, até hoje são existentes, sendo difícil para algumas pessoas mais conservadoras aceitar as novas configurações familiares, com a liberdade religiosa e sexual cada vez mais fortes, percebe-se que houve a diminuição do preconceito em decorrência dessa liberdade, em nossa Constituição temos previsto que "todos são iguais perante a lei", ou seja, independente de cor, sexo, raça ou orientação sexual se cumpridos os requisitos necessários para se caracterizar uma união, não pode por preconceito, descaracterizá-la, tanto que desde 2011 é possível o casamento homoafetivo no âmbito civil por uma interpretação da justiça que aceitou essa união, vemos então que dentro do âmbito judiciário já diminuiu bastante o preconceito, na população ainda precisa haver mais avanços em relação a isso, deve haver a superação para que todos possam ter boa convivência e harmonia.

**Palavras-Chave:** Família, Direito de Família, preconceito, liberdade.

**OS IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO TRATAMENTO JURÍDICO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ**

**Autor(es):**

*Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na nova sistemática do CPC/2015, pode-se afirmar que o objetivo da exceção de pré-executividade é obstar o andamento de processo de execução em desconformidade com os parâmetros legais e constitucionais. No contexto do presente estudo, a exceção de pré-executividade pode ser entendida como “um instrumento processual de impugnação da execução no juízo de admissibilidade da ação executiva, por terceiro interessado ou por qualquer das partes, na qual se argui matérias processuais de ordem pública, bem como matérias pertinentes ao mérito desde que cabalmente passíveis de comprovação mediante prova pré-constituída, em qualquer grau de jurisdição, por simples petição, que suspende o processo até seu julgamento definitivo, visando desconstituir a ação executiva e obstar os atos de constrição do patrimônio do executado” (MOURA, 2018). A presente pesquisa visa analisar a possibilidade de defesa do contribuinte no âmbito da exceção de pré-executividade em matéria tributária. Para tanto, faz-se uma incursão sobre o referido instrumento de defesa do executado, no âmbito da execução fiscal, levando-se em consideração às alterações promovidas pelo Novo CPC, bem como os precedentes jurisprudenciais do STJ sobre a matéria.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa documental e analítica, em que se utiliza o método de abordagem transdisciplinar, envolvendo debates que atravessam o direito tributário, o processo civil, o processo tributário. Busca-se realizar um estudo doutrinário e jurisprudencial acerca da aplicação do Novo Código de Processo Civil no processo de execução fiscal, especificamente no que tange à exceção de pré-executividade como meio de defesa do contribuinte contra a voracidade fiscal.

**(Resultados)** Segundo a súmula 393 do STJ: “A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.” Diante da magnitude das alterações do processo civil brasileiro, promovidas pelo CPC de 2015, é de se causar estranheza a ausência de dispositivo que expressamente faça menção ao meio de defesa do executado tradicionalmente chamado de exceção de pré-executividade.

**(Conclusão)** Não obstante a ausência de expressa menção no NCPC a respeito da disciplina legal da exceção de pré-executividade, ressalte-se que os artigos 525, § 11º e o 803, parágrafo único, do NCPC, tratam da matéria de forma sistêmica, possibilitando que a impugnação do título executivo ilegítimo, desprovido de idoneidade e, portanto, inapto a gerar os efeitos executivos. Pode-se concluir de forma sintética que, a luz do NCPC, o procedimento da exceção de pré-executividade é instaurado, conforme art. 525, § 11º e art. 803, parágrafo único, mediante simples petição, cujo conteúdo funda-se na demonstração, através de prova pré-constituída, sem dilação probatória, de que o título executivo extrajudicial não corresponde a obrigação certa, líquida e exigível. Nesse contexto, segundo art. 803, parágrafo único, tal petição deve ser apresentada no prazo de 15 dias, da ciência do ato, ou seja, da citação na ação de execução. Quanto ao prazo, é de se observar, no entanto, que, em se tratando de causa de nulidade absoluta da CDA, a qual não é passível de convalidação, caso tal violação grave aos pressupostos ou condições da ação executiva não seja arguida no prazo previsto no art. 803, parágrafo único do NCPC, é de se concluir que a mesma possa ser alegada em qualquer grau de jurisdição, na medida em que não é suscetível de preclusão. Tal entendimento se depreende da interpretação do art. 278, parágrafo único do NCPC.

**Palavras-Chave:** Exceção de pré-executividade. Novo CPC. Execução Fiscal.



## OS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS COMO FATOR DE DESEQUILÍBRIO CONCORRENCIAL

**Autor(es):**

*Eduarda Lima Saldanha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Devido à alta carga tributária que rege o sistema fiscal brasileiro, não só as empresas, como também os indivíduos particulares acabam por ficarem em débito com o fisco, e isso termina por gerar um endividamento destes com o governo, além da situação de irregularidade fiscal. De tal forma, como maneira de normatizar a situação de parcela da sociedade, os governos federais vêm, introduzindo reiterados programas de regularização tributária, o qual consistem em programas de parcelamentos especiais destes débitos, ou seja, sua finalidade é justamente receber as dívidas provenientes de irregularidades, normatizando assim, a situação fiscal dos contribuintes. Pois bem, a grande maioria destes programas é conhecido como “REFIS”, existindo tanto no âmbito federal, como estadual e municipal. Ocorre que essa criação cíclica e continua destes programas, acaba por resultar em uma cultura de espera, por parte dos devedores, principalmente empresários. De tal forma que estes terminam por realizar seu planejamento financeiro prevendo a utilização dos programas de parcelamento, que muitas vezes nem sequer foram criados. Entretanto, tal fator enseja um grande risco à livre concorrência, isso porque para os grandes empresários, que se programam e possuem planejamento, tornar-se inadimplente termina sendo vantajoso, uma vez que maioria dos programas concedem descontos expressivos. Todavia, o pequeno empresário termina por se prejudicar com tal situação, conforme restará demonstrado.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa desenvolvida através do método dedutivo, partindo-se do confronto entre princípios e regras, em busca de uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão do Direito. A técnica aplicada será a documentação indireta, com ênfase na revisão bibliográfica e no estudo da legislação pertinente ao tema de modo a traçar o problema para melhor demonstrar as causas e efeitos gerados.

**(Resultados)** A Lei Complementar no 104, de 10 de janeiro de 2001 introduziu na legislação pátria os programas de parcelamento fiscal, desde então já foram criados quase 40 programas especiais, que trouxeram consigo grandes reduções nos valores dos débitos tributários. Todavia, com o aparecimento de tais programas de modo frequente, alguns contribuintes acabam, estrategicamente, por optar pela irregularidade fiscal. Porém, isso acaba por influenciar na livre concorrência, a qual está configurada no art. 170, IV, como um dos princípios da ordem econômica, sendo uma manifestação da liberdade de iniciativa que deve ser garantida, reprimindo-se o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Assim, questiona-se, portanto, como é possível existir livre concorrência quando o próprio governo estimula a irregularidade fiscal por meio da concessão de parcelamentos, beneficiando a grandes empresários, que por sua vez, possuem condições e suporte financeiro para estar em débito com o fisco e continuarem lucrando, de modo a deixar a margem os micros e pequenos empresários que exercem suas atividades corretamente, contribuindo regularmente com o fisco, e muitas vezes exercendo suas atividades no déficit devido a isto.

**(Conclusão)** De tal forma, percebe-se, a partir de uma breve análise que os pequenos empresários estão em uma concorrência desleal grandes, uma vez que estes estão sempre a frente, isso porque ao contar com o contínuo surgimento de programas de parcelamento, podem utilizar de seu ativo financeiro, o qual seria destinado ao pagamento de tributos, para aplicar em investimentos, os quais terminam por resultar em mais lucros. Assim, o governo acaba por incentivar a concorrência desleal, prejudicando e inviabilizando a atividade do pequeno empresário, o que é sem dúvidas um afronte ao princípio da livre concorrência.

**Palavras-Chave:** Livre Concorrência. Parcelamento Tributário. Empresas

**PECULIARIDADES ENTRE O ESTATUTO DO DEFICIENTE E A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DA INCLUSÃO NO CONTEXTO ATUAL**

**Autor(es):**

*Pedro Victor Figueredo Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*João Alberto Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Amanda Espírito Santo Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a heterogeneidade declarada em nossa sociedade, fica nítido os anseios advindos necessitam de atenção máxima, partindo do ponto posto pelo filósofo grego Aristóteles de que devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. Ou seja, devemos levar em conta as particularidades de cada indivíduo inseridos na sociedade para que esta inclusão social seja de fato efetivada. O Estatuto do Deficiente, vigorado em 7 de julho de 2015, tem como o objetivo a promoção de igualdade e liberdade aos cidadãos portadores de deficiência, gerando assim garantias de direitos fundamentais a este grupo minoritário, almejando prioritariamente a inclusão social destes à cidadania. Para o estatuto, uma pessoa pode ser considerada deficiente quando possui impedimentos a longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais somados a realidade social, podem obstruir a participação plena e efetiva do indivíduo à sociedade em condições iguais. No entanto para uma pessoa ser caracterizada e aceita como deficiente, deve passar por uma avaliação, porém, só haverá diagnóstico quando o deficiente for encontrado com impedimentos nas suas funções e estruturas do corpo, limitação no desempenho de atividades e restrição de participação. Pretende-se abordar no presente artigo as dificuldades existentes tanto na efetivação do direito essencial já positivado na constituição, a educação, bem como analisar as mudanças acarretadas na acessibilidade e inclusão neste cenário, assegurado pelo Estatuto do Deficiente em seus três anos de eficácia.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de análise com cunho exploratório-estatístico que, revelam ao final uma discrepância entre as normas que se encontram no ordenamento jurídico com intuito único e exclusivo de nortear esses casos particulares expostos, em face de seu real exercício posto em suposta prática na vida em sociedade. Utiliza-se o método indutivo de abordagem pois parte da legislação específica feita em prol desses particulares, analisando por fim uma visão geral do que foi realmente essencial para o aprimoramento do bem-estar social bem como a inserção no âmbito educacional.

**(Resultados)** O estatuto da pessoa com deficiência abrange desde a inclusão dos alunos deficientes, até a criação de projetos pedagógicos que institucionalizam o atendimento educacional especializado e agregado ao aprimoramento dos sistemas educacionais. Contudo, tomando como base dados fornecidos pelo MEC, no censo escolar da educação básica de 2017, pode-se constatar a realidade divergente da norma, pois o número de alunos portadores de deficiência matriculados em 2017 é discrepante em relação a 2013, passando de 48.589 alunos para 94.274, porém, apenas 40,1% desses alunos tem acesso ao atendimento educacional especializado ficando desse modo todo o restante, aproximadamente 56.565 alunos sem a equidade necessária para um aprendizado digno.

**(Conclusão)** É manifesto que no Brasil, em pleno século XXI, o portador de deficiência não possa usufruir de serviços básicos, principalmente quando trata-se de direitos essenciais, como a educação. Por conseguinte, a ilusória ideia de melhoria da acessibilidade educacional é desmascarada com a constatação de que apenas 30% das escolas possuem dependências adequadas a este tipo de público. Deste modo, por concludente, cumpre ressaltar que apesar do Estatuto do Deficiente trazer um ideal excepcional à população, a efetivação dos meios para o alcance deste é brando, dificultando a construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Palavras-Chave:** Estatuto do deficiente. Inclusão. Educação. Acessibilidade.

**POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: INCENTIVO FISCAL, FINANCEIRO E CREDITÍCIO NO REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Glaysdon Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luciana Karla de Lima França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*  
*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A constituição federal de 1988 coloca a proteção do ambiente como sendo fundamental a saúde. Um dos grande avanços nesse sentido foi a Política Nacional de Resíduos Sólidos -PNRS (Lei nº 12.305/2010) regulamentada através do Decreto Federal nº 7.404/2010. O Rio Grande do Norte foi eleito o Estado que mais avançou em termos de gestão de resíduos sólidos. Foi constatado pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente - MMA que a maioria dos municípios potiguares estão em conformidade com as exigências e diretrizes estabelecidas pela Política. Uma das formas oferecidas pela referida lei para viabilizar a sua aplicabilidade é a política de incentivo fiscal, financeiro e creditício dado a iniciativa privada para minorar impactos econômicos proveniente da implementação dos procedimento exigidos. Nesse contexto, objetiva-se com a presente pesquisa analisar a problemática que envolve o tratamento diferenciado dado aos resíduos sólidos a cerca da sua capacidade de proporcionar incentivos fiscais o que tem desestimulado diversos setores econômicos a aderirem aos incentivos ofertados pela PNRS.

**(Metodologia)** Para alcanças os objetivos deste estudo, realizamos uma pesquisa teórica de caráter exploratório, mediante análise de textos legais, jurisprudenciais e doutrinas específicas sobre o tema. Utilizaremos o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo da apreciação doutrinária com o objetivo de chegarmos a soluções concretas para o problema de pesquisa proposto. Para tanto, utilizamos preferencialmente as técnicas de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial evidenciando a isenção fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de resíduos sólidos para utilização na fabricação de seus produtos.

**(Resultados)** Constatamos que a definição dada pelo Decreto Federal aos resíduos sólidos é bastante ampla, contudo, estabelece de forma restritiva os resíduos sólidos passíveis do incentivo fiscal, assim como determina percentuais diferenciados a serem aplicados sobre o valor da aquisição a depender do tipo de resíduo adquirido. Neste contexto, diversos setores econômicos não aderem a Política Nacional de Resíduos Sólidos por estarem excluídas dos incentivos fiscais oferecidos pelo Poder Público em virtude do tratamento diferenciado dado aos referidos resíduos sólidos.

**(Conclusão)** É reconhecida a importância da Política Nacional de resíduos Sólidos para a proteção do meio ambiente. No entanto verifica-se embora a lei tenha dado uma definição ampla do que poderia ser considerado resíduos sólidos, compreendendo inúmeros materiais reutilizáveis no ciclo produtivo, o tratamento diferenciado dado entre os resíduos como forma de incentivar a reutilização de produtos que não possuem um alto nível de reciclagem, tem levado a uma adesão desproporcional entre os diversos resíduos sólidos, que, embora não tenham tanta evidência para o setor produtivo prejudicam sobremaneira a preservação do meio ambiente, o que acarreta grande prejuízo para a sociedade como um todo. O Poder Público, ao estabelecer medidas para o cumprimento das leis não tem promovido a utilização do instrumento ligado aos incentivos fiscais, não conferido, portanto, eficácia plena à Constituição Federal vigente, que garante à sociedade o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial à sadia qualidade de vida, e à Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010.

**Palavras-Chave:** Meio ambiente. Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Incentivo Fiscal.

**PORTE/POSSE DE ARMA DE FOGO. SERIA ESSA A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS DA SEGURANÇA? UMA ANÁLISE DIANTE A SOCIEDADE E PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

**Autor(es):**

*Jhessyka Ketylly Pereira Paulino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ana clara silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vivian Caroline da Costa Cordeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de todas as problemáticas enfrentadas pelo Brasil, a segurança é o um dos pontos que mais mostra manifestações da população e de parlamentares. A busca pela arma de fogo é uma total descrença na Segurança Pública onde as pessoas acabam acreditando que a arma de fogo dentro de casa ou junto ao corpo, no caso do porte, vai diminuir o risco ou a chance dessas pessoas serem vítimas da violência e da criminalidade. Dessa forma, pensando pelo lado racional e acompanhando inúmeras pesquisas, o armamento de civis, seja em forma de posse ou porte, tem muito mais chance de atingir um familiar ou até mesmo sofrendo a violência armada do agressor. Levando em consideração que na análise global por portes de armas de fogo, publicada no Journal Of The American Medical Association (JAMA), em 2016, o Brasil foi responsável por 25% de todos os óbitos de homicídio armado registrados no mundo.

**(Metodologia)** Além disso, trata-se de uma pesquisa teórico de cunho qualitativo e documental, realizada através de pesquisa social com compreensão da realidade afim de concretizar argumentos, fatos e relatos sobre essa matéria. Também foi utilizado a análise de jurisprudências no Direito Penal, Direito Civil, Direitos Humanos, Sociologia Jurídica e Estatuto do Desarmamento. Dessa forma, utilizou-se o estudo de casos concretos julgados nessa pesquisa.

**(Resultados)** Através de pesquisas científicas, podemos concluir que a aplicação de armamento na população não é a melhor opção para medidas de segurança. De acordo com os indicadores da época de 1980 à 2003 onde armas eram vendidas em shoppings e não era difícil ter acesso a elas, "fazer frente à bandidagem" não foram de paz absoluta, mas de crescente violência, segundo dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, as taxas de homicídios subiram em ritmo alarmante, com alta de aproximadamente 8% ao ano até que para conter o avanço das mortes, foi sancionado, em 2003, o Estatuto do Desarmamento que restringiu drasticamente a posse e o acesso a armas no país e salvou mais de 160.000 vidas, segundo estudos. Nos dias atuais, a taxa está em 29,9% o que pressupõe que o desarmamento não reduziu o total de homicídios, mas estancou o seu crescimento. Mesmo com tantos contras a esse "privilegio" de possuir uma arma, o tema continua sendo sensível, uma vez que grupos de deputados e senadores querem voltar aos velhos tempos.

**(Conclusão)** Analisando os fatos, é notório que o liberar de armas de fogo por civis não é a solução e irá apenas aumentar o histórico de mortes. Dessa forma, uma solução para a violência seria o governo agindo com leis e policiamento reforçado para impedir o tráfico de armas no país e também, incentivar a educação, com projetos escolares como palestras para demonstrar o perigo de armamentos de civis

**Palavras-Chave:** Desarmamento. Criminalidade. Homicídios. Armas.

**POTABILIDADE DOS LENÇÓIS FREÁTICOS NA CIDADE DO NATAL/RN: UMA ANÁLISE A LUZ DA LEI AMBIENTAL E SEUS EFEITOS.**

**Autor(es):**

*Marcelo da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988, tem como um dos Princípios Fundamentais a dignidade da pessoa humano, e para que isto ocorra e o ser humano tenha qualidade de vida contínua, além de tantos relacionados para que as pessoas tenha uma vida digna, se faz necessário que seja disponibilizado água com qualidade para o consumo humano, e que as mesmas sejam monitoradas constantemente, desde a sua captação no mananciais até sua comercialização, pois com o avanço das civilizações se faz necessário controles rigorosos para que evitem contaminações nos lençóis freáticos e assim proteger os mananciais, garantindo qualidade de vida sem riscos a saúde humana.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de abordagem hipotético-dedutivo, comparando os resultados existentes dos laudos analíticos fornecidos pelos laboratórios e quais parâmetros são utilizados dentro dos limites legais para saber se a água esta própria para consumo humano. Também no momento da fiscalização será comparado os procedimentos utilizados pelos profissionais, bem como os procedimentos para impedir possíveis contaminações.

**(Resultados)** Diante das pesquisas adotadas, está observado desde o início que há falhas nos processos de controle a luz do que determina a Lei Ambiental (CONAMA, SEMURB, IDEMA), a exemplo do contingente efetivo para fiscalizar os potenciais poluidores, bem como a aplicabilidade aos responsáveis por poluir os mananciais as punições aplicadas para cumprir o que determina a norma, seja ela severa para determinar reparação na área degradada ou mais branda, sendo em alguns casos a necessidade de assinar um termo de conduta junto ao Ministério Público. Mesmo diante dessa falha, na cidade do Natal/RN está sendo disponibilizado para população água potável dentro dos parâmetros legais, atendendo as exigências das normas ambientais.

**(Conclusão)** Em virtude da pesquisa ainda está em andamento, verificamos que nos resultados obtidos no campo, percebesse claramente que o contingente efetivo do órgão fiscalizador é muito pequeno, sendo necessário mais profissional no campo com equipamentos modernos no momento da investigação, pois a grande necessidade e a constante fiscalização são de suma importância para que a qualidade da água dos lençóis freáticos não seja prejudicada. Outro ponto percebido é que existe ainda um desconhecimento do que trata a lei sobre este assunto, onde muitas vezes os possíveis poluidores não são punidos. Aqui na cidade do Natal/Rn diferente de outras grandes cidades, a água para consumo humano vem do sub-solo, dos lençóis freáticos, onde na outras os mananciais estão a quilômetros de distancia da população, evitando contaminação com coliformes fecais, benzeno, entre outros.

**Palavras-Chave:** Qualidade de vida, Potabilidade, Lei Ambiental

**PRECLUSÃO: ANALISANDO SEUS TIPOS, CARACTERÍSTICAS E INCIDÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**Autor(es):**

*João Victor Bezerra da Nobrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Matheus Ribeiro Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Rodrigo Gussão Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa demonstrar o instituto da preclusão no Código de Processo Civil de 2015, abordando seu conceito, sua origem e função dentro do processo civil brasileiro, como também as suas características e discussões doutrinárias acerca desse elemento. Ademais, o trabalho busca trazer uma abordagem histórica do elemento preclusivo, conceituar a preclusão de forma técnica, e delimitar a atuação deste elemento processual no ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque no Código de Processo Civil de 2015, como também analisar os seus tipos e sua classificação clássica, de acordo com Giuseppe Chiovenda, que mesmo não sendo tão recente continua sendo utilizada atualmente. O trabalho aborda ainda, de uma forma geral, a justificativa da existência desse instituto, bem como a sua profundidade e o seu surgimento.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no presente trabalho foi a de revisão de bibliografia, com foco nos principais cientistas do processo civil brasileiro e internacional, além da análise desse instituto no ordenamento jurídico vigente, dentre os quais o Código de Processo Civil de 2015, o Código Civil de 2002, como também dos enunciados do fórum permanente de processualistas civis, da jurisprudência e de súmulas, e de forma subordinada, a Constituição Federal de 1988 e o Pacto de São José da Costa Rica.

**(Resultados)** Procuramos expor através deste trabalho que a preclusão é um instituto de grande importância do direito processualista civil. Além do mais, foi possível visualizar sua atuação na Constituição Federal de 1988 e sua relação com o princípio constitucional da razoável duração do processo, e ainda, a atuação do elemento preclusivo como um limitador dos eventuais abusos de poder das partes do processo, impedindo que questões já decididas sejam reexaminadas, garantindo dessa forma, a segurança jurídica. Dessa forma, se tornou mais evidente a relação da preclusão com a prestação da tutela jurisdicional, que é o fim a ser alcançado pelo processo.

**(Conclusão)** Ao fim do trabalho, podemos observar que a preclusão é um elemento processual de relevância bastante considerável no ordenamento jurídico brasileiro e internacional, sendo sua análise e entendimento por parte do jurista algo necessário. No tocante à preclusão devemos, independente de sua incidência, encará-la como um instrumento de proteção processual, evitando que haja no processo atos prejudiciais como a má-fé, o atraso e a manipulação do interesse das partes, agindo como garantidora da segurança jurídica. Além disso, vale destacar a preclusão consumativa, visto que este instrumento permite uma maior previsibilidade jurídica, elemento de grande importância para o direito como um todo.

**Palavras-Chave:** Preclusão. Preclusão temporal. Preclusão lógica. Preclusão Consumativa. Preclusão judicial.

**PRECONCEITO RACIAL E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Autor(es):**

*Rebeca de Aro Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Embora este assunto não seja novo, ele é atual, não só no Brasil, mas no mundo todo. É um problema não apenas social, mas institucional também, onde é perceptível a falta de oportunidades dos negros e comum os casos de violência, marginalização, entre outros para com essa população. Por isso, é importante trazer à tona e dar importância e visibilidade ao tema, para conscientizar e sensibilizar as pessoas. A discussão deste tema também é de relevância para o âmbito jurídico, pois embora haja legislação acerca do assunto, ela é diariamente desrespeitada, sendo necessário a realização de políticas públicas que tratem a respeito da discriminação e violência contra negros e o fortalecimento do ordenamento jurídico com o intuito de ter punições mais severas para a prática desses atos. Desta forma, busca-se analisar a eficiência da constituição federal no combate ao racismo no Brasil e se ela está sendo eficaz; analisar a origem histórica do problema e descrever os direitos e princípios os quais a Constituição Federal busca preservar. Além do mais, é proposto a identificação de aspectos que contribuem ou dificultam a eficácia legislativa quanto ao assunto.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A pesquisa terá uma abordagem quantitativa e de cunho exploratório, com aplicação de questionário que permitirá aos pesquisadores uma análise representativa das variáveis questionadas com a finalidade de responder à pergunta tema objeto deste estudo, e descritiva que, conforme Mascarenhas (2012, sn) “[...] este tipo de pesquisa além descrever as características da população, identifica se há relação entre as variáveis.”

**(Resultados)** (RESULTADOS): A constituição federal traz a luz a discussão acerca do princípio da igualdade que institui a igualdade de aptidões e de possibilidades dos cidadãos de gozar de tratamento isonômico pela lei visando proporcionar aos cidadãos brasileiros equidade no trato social. Piovesan (1988) esclarece que tal princípio tem duas estratégias: a repressivo-punitiva, objetivando punir quem o contraria e a estratégia promocional, que tem o intuito de promover a igualdade.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): Portanto, pode-se concluir que se faz necessário um debate crítico a respeito do assunto e que sempre seja embasado em preceitos éticos e princípios presentes não somente na nossa Constituição Federal, mas no nosso ordenamento jurídico como um todo. Em vista disso, pretende-se garantir que os direitos fundamentais sejam assegurados, levando em conta que a dignidade humana somente poderá ser alcançada de forma plena, quando forem efetivados os direitos individuais, a liberdade, a autonomia, a igualdade e a integridade da pessoa humana, tanto ela no seu aspecto físico quanto moral, caracterizando o bem-estar do indivíduo, valores estes que são considerados valores supremos.

**Palavras-Chave:** igualdade

## PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: ANÁLISE ACERCA DA PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

### **Autor(es):**

*Yuan Mathaus Souza de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Brenno Augusto Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Philliph Anderson de Oliveira Bispo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O princípio da presunção de inocência foi expressamente referido no artigo XI da Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovado pela Organização das Nações Unidas em 1948. Mediante o contexto histórico recente no qual nossa pátria estava inserida, notadamente a superação do regime militar, criou-se uma demasiada necessidade, durante a elaboração da Constituição Federal brasileira, denominada “Cidadã”, de assegurar liberdades e garantias individuais baseadas nos princípios determinados pela ONU. No presente momento, o princípio da presunção de inocência encontra-se previsto no art.5º, LVII da CF/88 destinando-se a manter o status de inocência do acusado até que ocorra o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, contudo, ao transpor esta garantia para o plano real pode-se averiguar que a manutenção do processo em andamento até o fim do trânsito em julgado requer uma condição financeira que não é acessível à maioria dos brasileiros, o que ocasiona desigualdade no sistema jurídico.

**(Metodologia)** Trata-se de uma investigação de cunho exploratório, realizada através de pesquisa bibliográfica, de natureza transdisciplinar, visando esclarecer questões de diversas áreas do conhecimento, em especial Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Internacional e Direito Civil. No tocante ao método aplicamos o método dialético, contrapondo os argumentos majoritários (doutrina) e minoritários (STF). Como forma de complemento utilizou-se o método histórico e comparativo para auxiliar a pesquisa.

**(Resultados)** O presente artigo visa realizar uma análise acerca do momento histórico em que surgiu o princípio da presunção de inocência, sua aplicabilidade no meio social bem como no que tange a sua eficácia no âmbito jurídico e social. Além disto, a verificação das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em permitir a prisão na segunda instância em contrapartida ao princípio da presunção de inocência, com base nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) N° 43 e 44. Mediante o exposto, a doutrina majoritária defende a tese de que a execução da pena de condenação em segunda instância fere o princípio da presunção de inocência, apesar disso, o entendimento adotado pela maioria do Supremo, entra em desacordo com a visão defendida pelos doutrinadores. O princípio de presunção, a exemplo de outros princípios não é absoluto. No ano de 2017, o STF julgou 123.008 processos. Sendo assim, faz-se necessário desenvolver ferramentas para que além de gerar economia processual, proporciona agilidade suficiente para ser capaz de lidar com a extensa demanda de processos que são de competência da Suprema Corte.

**(Conclusão)** O princípio da presunção de inocência bem como outros princípios jurídicos não é absoluto, pois é possível admitir flexibilização em sua aplicação. Visto que princípios constitucionais são conferidos apenas como norteadores da interpretação do texto constitucional. A utilização deste princípio em absoluto, possibilita que advogados se utilizem de mecanismos legais a fim de prorrogar o trânsito em julgado, culminando na prescrição devido à morosidade do judiciário que decorre da grande demanda de processos. Portanto gera impunidade devido à dificuldade em finalizar o processo.

**Palavras-Chave:** Prisão em segunda instância; Princípio da presunção de inocência; Direito Constitucional.



## PRÓDIGOS: UMA ANÁLISE DE SUA CAPACIDADE CIVIL

### **Autor(es):**

*Hézra Alexia medeiros Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana Beatriz Dantas Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Laura Emília de Carvalho Marcelino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir do momento que nascemos com vida, atribuímos capacidades e personalidades para todas as pessoas. A personalidade jurídica dividi-se entre capacidade de direito e de fato, sendo essa de exercer direitos, e aquela, a de possuir direitos desde o momento do nascimento com vida. Existem, portanto, determinadas pessoas que não possuem capacidade de fato, já que não preenchem os requisitos necessários para exercer seus direitos sozinho, precisando assim de assistência, quando comprovado por laudos médicos sendo representados por outros, a chamada "curatela". O curador, por sua vez ainda é limitado em relação a decisão de alguns casos (só podem decidir casos que envolva questões financeiras, tratando-se dos pródigos). A incapacidade pode ser absoluta (destinada apenas aos menores de 18 anos) ou relativa, que representa a categoria de pessoas necessitadas de auxílio para o exercício dos seus direitos. Dentro da categoria das relativas, encontramos os Pródigos. Consumidores compulsivos, que não conseguem controlar-se quando o âmbito em questão é o financeiro, pondo em risco o próprio patrimônio. Outrossim, surgem questionamentos se a interdição por prodigalidade não fere o princípio da liberdade, bem como quais os critérios utilizados pelos juizes para decidir sobre processos de interdição. Objetiva-se expor e esclarecer tais questionamentos tão recorrentes sobre esse tema amplamente difundido no Brasil, mas pouco discutido será objetivo do presente artigo. Como também visa abordar os limites da capacidade civil de um pródigo, visto que existem empecilhos para que esses exerçam plenamente todos os aros civis, será apresentado e analisado como o ordenamento jurídico classifica os Pródigos e como se dá seu campo de atuação.

**(Metodologia)** Para isso, foi utilizado os métodos de abordagem dialógico recorrendo a diversas fontes que inspirassem a elaboração do artigo, entre elas, textos de autores renomados e consagrados no Direito Civil; assim como também foi utilizado o método comparativo que utiliza de pesquisas e comparações entre artigos e textos retirados de sites na internet; posteriormente, foi relacionado todo conhecimento adquirido pelas fontes acima citadas com os assuntos e conhecimentos transmitidos em sala de aula; os assuntos, adquiridos entre os elaboradores do artigo, foram debatidos para que todos os envolvidos chegassem a um consenso de forma democrática e para a melhor harmonização do trabalho acadêmico.

**(Resultados)** A partir de pesquisas entendeu-se que os pródigos, relativamente capazes, são auxiliados diante de uma curatela. Para que aja a nomeação de uma curatela, percebe-se que há necessidade de um laudo médico como também da visão do juiz para que um bem seja responsabilizado por outrem. O ato de passar um patrimônio para outrem, com o intuito de prevenir perdas, é a última alternativa a ser realizada, podendo assim dizer que transferir para alguém a representação de algo torna o representado incapaz.

**(Conclusão)** Pródigos realmente se apresentam como pessoas incapacitadas de exercerem os seus direitos financeiros, dependendo de um curador para exercerem os mesmo. O ordenamento jurídico os regulam, segundo o artigo 1.782, do Código Civil, "a interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração" (como a serem considerados consumidores compulsivos e também aos modos de interdição). Vimos assim, que as interdições impostas aos Pródigos são relacionadas apenas a questão financeira, para os demais casos, eles ainda possuem a capacidade de fato para exercerem os seus direitos, não devendo a interdição ultrapassar a questão financeira. É de igual importância que o Estado procure uma maior conscientização e esclarecimento da população sobre a questão dos pródigos e como se ocorrer a curatela.

**Palavras-Chave:** Incapacidade. Pródigos; Direito Civil; Curador;

## PROPAGANDA ELEITORAL E A “FAKE NEWS”: UMA INVESTIGAÇÃO FRENTE AS DISCUSSÕES DO TSE

### **Autor(es):**

*Thomaz Lacerda Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Abrantes de Albuquerque Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A República Federativa do Brasil abarca o regime democrático em que todo poder emana do povo, que elege seus representantes pelo voto direto e secreto. Durante o processo eleitoral, os candidatos têm a oportunidade, prevista em lei, de apresentar suas propostas aos pretensos representados. Assim, a propaganda eleitoral é o instrumento legalmente estabelecido a fim de que os concorrentes do pleito possam ser conhecidos pela comunidade que irá as urnas, observando-se a igualdade de oportunidades entre os candidatos. Por seu turno, a propaganda eleitoral pode ser deturpada para emitir verdades ou prejudicar candidaturas. Nos tempos atuais o termo “Fake News” está em voga e no centro de debates contra as informações falsas que afetam negativamente a democracia. Essa pesquisa visa discorrer e apontar os malefícios trazidos por uma campanha manchada por informações equivocadas acerca dos candidatos que concorrem por um cargo como representantes do povo. Dessa forma, objetiva-se trazer dados referentes ao assunto, podendo esclarecer de uma forma transparente e precisa o que ocorre com a imprensa e redes sociais na época eleitoral.

**(Metodologia)** Caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de cunho descritivo e explicativo, realizada através de dados e índices, bem como o site oficial do TSE onde estão atualizações sobre medidas postas durante as eleições. Utilizou-se do método de abordagem dialógico e transdisciplinar, visando analisar as diversas vertentes presentes em nossa jurisprudência e artigos.

**(Resultados)** A temática tratada é centro de debates no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), visto que é um problema crescente em nossa sociedade, havendo cada vez mais uma facilidade de propagar notícias, sejam elas falsas ou verdadeiras. Dados confirmam a insatisfação com as “Fake News” e a expectativa de mudança dessa realidade por nossos legisladores. Mais de 10 projetos de lei sobre o tema tramitam na Câmara. O PL 8.592 de 2017, do deputado Jorge Corte Real (PTB-PE), inclui no Código Penal a prática de “divulgar ou compartilhar, por qualquer meio de comunicação social capaz de atingir um número indeterminado de pessoas, informação falsa ou prejudicialmente incompleta, sabendo ou devendo saber que o são”. O texto prevê penas menores, de um a dois anos de prisão. Vale salientar que, numa estimativa, as notícias falsas são compartilhadas 70% a mais que as notícias verdadeiras, mesmo estando expresso no Código Penal os casos de calúnia e difamação nas redes sociais (artigos 138 e 139 CP).

**(Conclusão)** As notícias falsas sempre estiveram presentes em tempos de eleição, contudo com o advento da internet a disseminação de histórias forjadas adquiriu uma dimensão maior, o que por muitas vezes não podemos controlar. Dessa forma, a preocupação em mudar o rumo desses acontecimentos levou o TSE a pensar em regras de comportamento online, para partidos e candidatos, evitando uma campanha desonesta. Portanto, a fiscalização se tornou algo de extrema importância para a fiscalização e o bom andamento das eleições, trazendo alívio aos eleitores que temem votarem erroneamente apenas por acreditarem em uma informação falsa.

**Palavras-Chave:** “Fake News”; eleição; fiscalização; campanha; informação.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL: ANÁLISE À LUZ DO CASO DA EMPRESA OI TELECOMUNICAÇÕES

### **Autor(es):**

*Paulo Henrique Lima e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Elizabete Mendonça de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Karla Vanessa do Nascimento Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Entende-se como recuperação judicial, um negócio jurídico supervisionado pelo magistrado, sendo de natureza privada, não havendo um litígio constituído, devendo obedecer aos critérios exigidos em lei. Alguns dos princípios que regem são: preservação da empresa, separação dos conceitos de empresa e empresário, recuperação da sociedade e dos empresários recuperáveis, proteção aos trabalhadores, celeridade e eficiência dos processos judiciais, segurança jurídica, participação ativa dos credores, dentre outros. Com a recuperação judicial, é separada a figura da empresa da do empresário, de modo que assim, há uma proteção mais ampla, tutelando interesses tanto da empresa, devedores, trabalhadores e da sociedade. Devendo-se verificar qual a melhor escolha a ser adotada no momento, se seria a falência (manutenção apenas do estabelecimento, transferindo-se para outro empresário), ou a recuperação (comprovada a sua capacidade de continuar a atividade, a atividade empresarial é mantida pela mesma entidade). E como exemplo, tem-se o caso do grupo Oi em 2016.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho explicativo. Utilizou-se do método dedutivo onde, através da doutrina e das leis empresariais, analisou-se o tema em comento, buscando a sua correlação à luz do caso Oi Telecomunicações, detalhando-o. Como objetivo geral, pretende-se avaliar as razões que culminaram na derrocada da atividade da empresa Oi. Como objetivo específico, ponderar qual o melhor caminho a ser adotado com vistas à recuperação judicial da empresa.

**(Resultados)** A empresa Oi pediu sua recuperação judicial em 20 de junho 2016, alegando que a crise financeira já vinha se agravando, desde a sua privatização, e por último, com a incorporação da dívida da Portugal Telecom. Tendo um número de mais de 30 mil credores que mediaram com o grupo Oi, sendo realizada uma assembleia geral de credores em 19/12/2017, para que se discutisse a respeito dos créditos e dívidas, bem como a viabilidade de sua recuperação, chamando a atenção o fato da ANATEL por seu procurador, ter dado parecer desfavorável, todavia, foi aprovado por maioria geral, o plano de recuperação judicial, sendo homologado através de sentença em 08/01/2018, pelo juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, titular da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

**(Conclusão)** Deste modo, observa-se as fases do processo de recuperação, no qual, há a fase postulatória, entrando com a petição inicial, demonstrando as razões que envolvem a crise, a fase deliberativa, onde verifica-se a participação ativa dos credores, um dos princípios da recuperação judicial, na elaboração do plano, haja vista o interesse difuso envolvido, observa-se ainda, o estado de insolvência no qual se encontrava a empresa, e por último, a fase de execução, quando com o aval pela assembleia de credores, homologado por sentença, dando início ao cumprimento das disposições do plano.

**Palavras-Chave:** Falência. Recuperação. Plano de Recuperação.

**REFORMA TRABALHISTA E SEGURANÇA JURÍDICA: FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS E PRECARIZAÇÃO DAS  
RELAÇÕES DE TRABALHO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.**

**Autor(es):**

*Beatriz Silveira Santiago: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Sulamita Figueiredo Bizerra da Silva Hipólito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este projeto de pesquisa propõe analisar a possível flexibilização de direitos oriundas da recente Reforma Trabalhista, assim como se esta gerou mais segurança jurídica. No que tange a flexibilidade, trata-se de viabilizar negociações entre empregado e empregador, de modo que seja benéfico para os dois e respeite os direitos mínimos estabelecidos; entretanto, ao mesmo tempo que se fala em flexibilização e em um estado menos intervencionista, também se fala em precarização das relações de trabalho, pois a reforma teria diminuído direitos sociais já adquiridos e garantidos pela Constituição Federal. Já a segurança jurídica refere-se a tentativa da Reforma Trabalhista de cessar o constante ativismo judicial dentro do Direito do Trabalho.

**(Metodologia)** Neste contexto, buscamos analisar se houve flexibilização ou precarização, bem como se proporcionou maior segurança jurídica, e os reflexos disto para os trabalhadores e para a sociedade, por conseguinte; para isso, utilizamos as fontes normativas do Direito do Trabalho e sua recente aplicação em casos concretos. Fizemos uma pesquisa teórica, com método de abordagem hipotético-dedutivo, pois tratam-se de hipóteses que poderão ser comprovadas ou não; e método de procedimento comparativo, tendo em vista que será necessário observar as mudanças ocorridas, de forma a comparar as normas anteriores e as alterações realizadas pela Reforma.

**(Resultados)** Ademais, a pesquisa ainda não foi finalizada e, assim sendo, não possui resultado definido. Entretanto, até o momento entendemos que um estado menos intervencionista no Direito do Trabalho, através de uma flexibilização responsável, protegendo garantias mínimas, desburocratiza a relação de emprego e aumenta sua oferta; ou seja, seria também um modo de fomentar a criação de empregos. Além disso, a Reforma Trabalhista possibilitou interromper o constante ativismo judicial da justiça trabalhista, pois proibiu que fossem ampliados ou diminuídos direitos através do sistema judiciário, o que em tese ocasionaria uma maior segurança jurídica; porém, no entendimento de que houve precarização por supressão de direitos, a retirada de direitos sociais previstos na Constituição Federal que, em tese, pode acabar gerando institutos desconsiderados pela via de controle de constitucionalidade, acabou gerando o efeito de insegurança jurídica para as partes envolvidas a respeito do que deve ser aplicado ou não.

**(Conclusão)** Dessa forma, concluímos que a Reforma Trabalhista deve ser analisada sobre diferentes perspectivas, por tratar de Direito que sofre constantes alterações, tendo em vista que as relações de emprego estão sempre mudando, e que é de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade, em todos os aspectos. Assim sendo, é necessário levar em consideração todas as hipóteses e investigá-las conforme sua aplicação nas atuais relações de emprego, ou seja, em casos concretos.

**Palavras-Chave:** Reforma Trabalhista; Flexibilização; Precarização; Segurança Jurídica.

**REINCIDÊNCIA EM FACE DA TEORIA “ETIQUETAMENTO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO DESVIO SECUNDÁRIO NO CONTEXTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RN**

**Autor(es):**

*Helena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo Becker (2010), um dos principais defensores da teoria do labeling approach, ou seja, teoria do etiquetamento social, grupos sociais de exclusão são os responsáveis pela criação do desvio, ao estabelecerem as medidas de controle social, as quais, pela aplicação de suas regras a determinadas pessoas, qualificam-nas como marginais. A principal tese dessa corrente considera que cada um de nós está sujeito a tornar-se aquilo o que os outros veem em nós. Portanto, o papel da prisão é de estrita função reprodutora, pois a pessoa rotulada termina por assumir o papel que lhe foi imposto, comportando-se como um delinquente. Nesse sentido, observa-se os processos da criminalização secundária, da reação do sujeito ao ser enquadrado em determinado delito, compreendendo-o como consequência de um rótulo social derivado desse etiquetamento. Buscou-se analisar a importância da ressocialização do indivíduo e da eficiência do sistema carcerário para evitar rotulações sociais que geram facilidades para a repetição de crimes, observando os aspectos que ocasionam o fenômeno do etiquetamento social e a reincidência criminal, de acordo com os modelos tradicionais e alternativos de cumprimento de pena vigentes no Brasil. Ademais, procurou-se perfazer um estudo a respeito da reincidência no que tange ao desvio secundário no RN, bem como analisar o projeto Novos Rumos do TJRN e os seus resultados, como opção de ressocialização.

**(Metodologia)** Tratou-se de uma pesquisa de cunho exploratório e documental sobre a análise do indivíduo na reincidência do crime, buscando os dados que nortearam os fatores causadores. Utilizou-se o método dialético de abordagem ao confrontar os dados teóricos e estatísticos acerca do tema. Como métodos de procedimentos, foram utilizados, o estatístico, o comparativo e o estudo de casos, ao aferir os dados dos relatórios do Ministério da Justiça Nacional e ao analisar os resultados do programa vigente no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

**(Resultados)** O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, que em junho de 2016, chegou a mais de 726 mil presos. Com déficit prisional que supera 206 mil vagas, torna-se flagrante a superlotação, agregada a condições de tortura, homicídios, violência sexual, celas insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida imprestável, falta de água potável, de acesso à assistência judiciária, à educação, à saúde e ao trabalho, bem como amplo domínio dos cárceres por organizações criminosas e insuficiência do controle quanto ao cumprimento das penas. Em síntese, ocorrem violações sistemáticas dos direitos humanos (ADPF N. 347).

**(Conclusão)** No RN, durante a última década, houve acentuado incremento dos índices de criminalidade, com elevação de 256,9%. Dentre os encarcerados no Estado, 59% têm entre 18 e 29 anos, 72% são negros e 86% dispõem apenas do ensino fundamental, conforme dados divulgados pelo INFOPEN (2016). A grande desigualdade social e a ineficiência dos métodos de controle social, contribuem para o aumento desses índices. Nesse contexto caótico, a reincidência no sistema prisional comum chega à 80%. Diante dessa realidade, a prisão torna-se promotora de desigualdade e rotulação, favorecendo o desvio secundário e o etiquetamento social. As más estruturas e a superlotação fazem com que os presos travem uma luta diária pela sobrevivência, e demonstram que o sistema carcerário brasileiro vive num estado de coisas inconstitucional. Nesse sentido, programas alternativos surgem como solução a ser multiplicada, onde enfatiza-se o cuidado ao condenado em não cometer novos crimes, com a participação responsável da sociedade organizada para promoção da ressocialização. A eficácia desses projetos como as APACs, é demonstrada em números, em que a reincidência dos indivíduos que cumprem integralmente suas penas é de aproximadamente 5%, diferentemente do sistema prisional comum, o que comprova a falência dos métodos tradicionais de encarceramento no Brasil.

**Palavras-Chave:** Etiquetamento social. Violação de direitos fundamentais. Reincidência criminal. Ressocialização de detentos.

**RESONSABILIDADE CIVIL DOS PROCEDIMENTOS MÉDICOS ESTÉTICOS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA FRENTE AOS AVANÇOS CONCEITUAIS DA MEDICINA**

**Autor(es):**

*MARCUS AUGUSTO FREIRE FERNANDES: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*FLAVIA MARIA DE MORAIS JALES: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente no Brasil, a responsabilidade civil dos atos médicos é vista como uma obrigação de meio, devendo o profissional médico empregar seus conhecimentos para atingir a melhoria do paciente. Neste contexto, seria o mesmo punido somente se ficasse evidenciada culpa por negligência, imprudência ou imperícia de sua parte. Entretanto, o ato médico estético (cirurgia plástica, cosmetologia) é visto de forma diferenciada, sendo a ele atribuída a obrigação de fim, não sendo necessária a comprovação de culpa, mas o simples nexos causal entre o ato e o resultado insatisfatório. Tal diferenciação de tratamento entre os atos médicos não está em consonância com um entendimento ampliado de saúde e que é empregado pelo SUS e pela OMS. Essa forma de tratamento distinto entre atos conceitualmente semelhantes, desrespeita o princípio da liberdade profissional e, em última análise, dificulta o acesso dos pacientes a esses procedimentos, mitigando princípios fundamentais destes, como o da busca da felicidade e dignidade da pessoa humana. Busca-se avaliar a legislação positivada sobre o tema e a jurisprudência dos tribunais superiores e relacioná-las com a visão mais moderna do processo saúde x doença, fazendo uma análise crítica sobre a posição do judiciário brasileiro acerca deste tema.

**(Metodologia)** A partir de uma abordagem transdisciplinar do tema, avaliam-se os pontos jurídico-legislativos e os analisam sob uma visão médico-científico. Foi usada também uma análise dialética, verificando os argumentos legais que sustentam a visão predominante no judiciário sobre o tema e fazendo o contraponto com a visão médica e analisando princípios fundamentais constitucionais que podem estar sendo desrespeitados por esse entendimento. Fez-se um levantamento jurisprudencial nos sites dos tribunais superiores do Brasil, nos últimos 10 anos, analisando julgados sobre o tema, além de pesquisa da legislação positivada sobre o tema, no Código Civil e na Constituição Federal. Foi realizada uma pesquisa de publicações científicas na área médico-jurídico, como base teórica.

**(Resultados)** A jurisprudência pátria dos tribunais superiores tem o entendimento, por ampla maioria, que a atividade médica estética deve ser vista como uma atividade com obrigação de resultado, sendo tratada de forma diversa dos demais atos médicos. Os julgados consideram em sua fundamentação uma visão que a estética está em outro plano em relação a saúde, não fazendo parte desta. Este entendimento, contraria o conceito mais moderno de saúde, aceito tanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto pelo Ministério da Saúde do Brasil, que veem a saúde não como a simples ausência de doença mas o bem estar pleno, tanto físico, como mental e social. Seria um estado de harmonia entre o indivíduo e a sua realidade.

**(Conclusão)** A visão majoritária do judiciário brasileiro que vê a atividade médica estética de forma distinta das demais atividades médicas, imputando a mesma obrigação de resultado, contraria os entendimentos mais modernos sobre o que é saúde, dificultando o acesso dos pacientes a tais procedimentos e desrespeitando princípios fundamentais como o da busca da felicidade e o princípio de dignidade da pessoa humana.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade civil. Procedimento estético. Conceito de saúde. Responsabilidade objetiva.

## RESPONSABILIDADE CIVIL EM RAZÃO DA DISCRIMINAÇÃO ESTÉTICA NA RELAÇÃO DE TRABALHO

**Autor(es):**

*Raphaela Magalhães da Silva Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A discriminação estética, no âmbito trabalhista, praticada pelo empregador, configura abuso do poder diretivo patronal e, por consequência afronta negativamente os princípios da Dignidade da Pessoa Humana, e da Igualdade e Não Discriminação, tanto no plano da legislação nacional, quanto no plano internacional. A respeito do assunto, no plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, reconhece os direitos humanos como indispensáveis à concretude e proteção da dignidade humana de cada indivíduo, de todos os povos e nações, sendo repudiada qualquer forma de discriminação, em prol de uma vida digna. Nesse contexto, em 1957, o Brasil ratificou a convenção n.º 100, como indispensável no enfrentamento da discriminação, com enfoque na igualdade de remuneração entre homens e mulheres, bem como a Convenção n.º 111 da OIT, em seu art. 1.º, elenca as hipóteses de discriminação envolvendo a problemática da discriminação em matéria de emprego e profissão, com fins de combater toda e qualquer forma de discriminação em prol do trabalhador, nas fases contratuais. Na mesma linha de raciocínio, a CRFB/88, em seu art. 5, caput, consagra o princípio da igualdade, como um dos mais importantes direitos fundamentais, este possui a nítida função de tutelar o tratamento igualitário de todos perante a lei, priorizando a isonomia formal. Todavia, surge a dúvida: Quais os parâmetros jurídicos que devem ser observados pelo poder patronal na admissão de empregado, para que não incorra em discriminação estética? Sendo assim, o objetivo geral do presente trabalho é conceituar e identificar as práticas de discriminação estética na relação laboral. Por conseguinte, tem-se como objetivo específico analisar os limites do poder diretivo do empregador contraposto com a proteção da dignidade humana do empregado.

**(Metodologia)** Pretende-se adotar como metodologia, o método lógico-dedutivo, buscando-se uma breve apreciação do ordenamento jurídico brasileiro. Para isso, utiliza-se de meios com a análise doutrinária, jurisprudência atualizada, súmulas, legislação vigente relacionada ao tema, entre outros que se fizerem necessários.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se que apesar de o princípio da livre iniciativa ser um dos fundamentos da CRFB/88, disposto no art. 1.º, IV, este direito não é absoluto, deve sofrer restrições em observância a função social do contrato (art. 421, CC/02), em conformidade com os princípios norteadores do direito do trabalho, em especial os direitos e garantias do empregado, haja vista o vasto campo de liberdade que o empregador detém ao contratar, causando por vezes, uma vasta gama de discriminação, por não atender a um padrão de beleza específico, entre outras formas.

**(Conclusão)** Como conclusão, compreende-se que o Direito do Trabalho deve buscar a aplicação material do princípio da isonomia e não discriminação, como pilar jurídico fundamental dos direitos humanos, ao enfrentamento da discriminação estética na relação laboral. Por fim, no que tange ao Código Civil Brasileiro de 2002, o artigo 422, prevê o princípio da boa-fé objetiva, permitindo a reparação civil por danos morais no âmbito da Justiça do Trabalho, tanto na fase preliminar, quanto na fase pós-contratual, independentemente da violação da obrigação principal do contrato de trabalho, por se tratar de violação do dever de agir com honradez dos sujeitos da relação.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Civil. Discriminação Estética. Princípio da Igualdade e Não Discriminação. Dignidade da Pessoa Humana. Limites do Poder Diretivo do Empregador.

**RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS CONSEQUENTES DO USO DE AGROTÓXICOS: UMA ANÁLISE  
À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Esther Louise Lucena soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Natália Brandão Leite: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O termo responsabilidade deriva de responsável, que se aplicado ao caso analisado, vai falar diretamente sobre o autor reparar, compensar ou pagar pelo o que fez. Nesse sentido, desde a antiguidade clássica é possível pontuarmos movimentos e pensadores que estavam atentos às questões ambientais do momento. A agricultura brasileira, hoje, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é uma das maiores consumidoras de agrotóxicos no mundo, de acordo com dados divulgados pela Anvisa. Esse produto químico muito utilizado no cultivo de alimentos, é altamente tóxico e prejudicial a saúde humana e ao equilíbrio do ecossistema. Dessa forma, surge a problemática que envolve os danos ambientais oriundos da poluição pelo uso desses pesticidas e a responsabilidade civil, que fora baseada no princípio ambiental do poluidor-pagador. A presente pesquisa visa elucidar os principais princípios ambiental violados a partir dessa prática, bem como discorrer sobre as normas jurídicas que envolvem essa problemática e sua relação com a responsabilidade civil.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, entre a doutrina e as normas jurídicas do direito brasileiro. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, os diversos desdobramentos dos danos ambientais no Direito Ambiental, Constitucional, Penal, Civil e Processual Civil, bem como a contribuição da Hermenêutica Jurídica na concretização da vontade teleológica da norma. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de casos, para a observação da aplicação da legislação regulamentadora na prática.

**(Resultados)** Constatou-se até esse ponto do estudo, que os danos ambientais oriundos do uso do agrotóxico violam o princípio ambiental do equilíbrio e o do desenvolvimento sustentável, este último assegurado no artigo 225, III, da constituição federal. Destarte, observa-se também, a importância da realização da interpretação sistemática e teleológica para melhor efetivação da responsabilidade social nos casos concretos. Entende-se por fim, que a responsabilidade civil é uma forma do direito humano, em sentido estrito, encontrou para cumprir o seu dever restaurador para com a natureza.

**(Conclusão)** Neste contexto pode-se concluir dentro do proposto e analisado, que é latente a violação dos principais princípios ambientais nas práticas agrícolas que utilizam agrotóxicos, no qual seu uso em larga escala acarreta prejuízos não só a saúde humana, mas também a da natureza. É importante ressaltar que a responsabilidade civil é instrumento objetivado em amenizar os efeitos dessa técnica e de proteger o meio ambiente das atividades humanas, viabilizando a sadia qualidade de vida presente e futura.

**Palavras-Chave:** Agrotóxicos. Responsabilidade Civil. Dano Ambiental. Direito Ambiental.



**SABER PARA LEMBRAR E LEMBRAR PARA NÃO REPETIR: O DIREITO À VERDADE E A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DO REGIME MILITAR BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Helensandra Lima da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em 31 de março de 1964, instaurava-se no Brasil a ditadura militar, governo caracterizado pela perseguição política, prisões, torturas e assassinatos daqueles que se opunham ao regime. No ano de 1979 foi editada a Lei de Anistia (Lei 6.683/79), que libertou presos políticos, permitiu a volta dos exilados ao país, além de anistiar os agentes estatais que praticaram crimes de tortura e assassinato no exercício de suas funções. O processo de redemocratização no Brasil foi consolidado com a Constituição de 1988, que institucionalizou “um Estado fundado na primazia dos direitos humanos fundamentais dos cidadãos, incluindo o direito à memória e à verdade”. O direito à verdade/informação encontra uma série de obstáculos para a sua plena efetivação. Uma dessas barreiras é o direito ao esquecimento, que ganhou força no Brasil, especialmente após a edição do Enunciado n. 531, aprovado na VI Jornada de Direito Civil, em 2013. Diante desse cenário, nos deparamos com a colisão de dois direitos fundamentais: o direito à verdade/informação e o direito ao esquecimento. O presente trabalho analisou o direito à verdade/informação e sua relação básica com princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, o republicanismo, a democracia e a publicidade, além das dificuldades que os titulares do referido direito encontram para exercê-lo. Após isso, deslindamos o direito ao esquecimento, através de um breve histórico de sua aplicação na legislação estrangeira e pátria, além das justificativas prolatadas para a sua prevalência. Por conseguinte, apreciamos a colisão de interesses dos titulares dos direitos fundamentais à verdade/informação e ao esquecimento, buscando alcançar a melhor maneira de lidar com a choque entre estes. Por fim, analisamos o relatório de conclusões e recomendações da Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011.

**(Metodologia)** Para alcançarmos tais objetivos, nos utilizamos do método dialético, caracterizado pelo confronto de ideias. Tal método compreende três etapas: a tese (ideia inicial, tida como verdadeira), a antítese e a síntese (resultado da ponderação entre tese e antítese). A nova tese se torna então o ponto de partida para outras pesquisas, favorecendo a existência de um ciclo dialético em busca do conhecimento.

**(Resultados)** Por meio da presente pesquisa, inferimos que o direito à verdade/informação se depara com uma série de óbices à sua perfeita aplicabilidade. Um desses obstáculos reside na Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79). A interpretação sobre o direito fundamental ao esquecimento não pode ser analisada de maneira restrita, fato que prejudicaria o conhecimento de eventos relacionado às lesões de direito humanos praticadas por agentes estatais do governo brasileiro, acarretando graves danos ao interesse público. A fim de lidar com o embate entre direito à verdade/informação e o direito ao esquecimento, a interpretação constitucional, exclusivamente, mostra-se como ferramenta ineficaz. Na prática, inferimos que a ponderação tem se mostrado bastante útil e amplamente utilizada no ordenamento jurídico brasileiro. Em nosso estudo, observamos que a prevalência hodierna do direito ao esquecimento sobre o direito à verdade inviabiliza a efetivação plena do segundo, em função do primeiro, mostrando-se um grave contraditório jurídico.

**(Conclusão)** Em 2011, por meio da Lei 12.528, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade, objetivando efetivar o direito à memória e à verdade e promover a reconciliação nacional. Por meio da presente pesquisa, podemos concluir que, mesmo diante de todos os esforços empreendidos pela Comissão Nacional da Verdade, ainda estamos distantes de fazer prevalecer o direito à verdade/informação no que se refere aos casos ocorridos no período ditatorial brasileiro, visto que quase não constatamos o desenvolvimento de políticas públicas promotoras dessa empreitada, além dos próprios diplomas normativos que terminam inviabilizando a prevalência do direito à verdade e à memória histórica.

**Palavras-Chave:** Direito à verdade, direito ao esquecimento, colisão de direitos fundamentais.

**SIMULAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A APROXIMAÇÃO DO ESTUDANTE AO DIREITO E À GEOPOLÍTICA – COMO A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FIGURA COMO MEIO DE APRENDIZADO**

**Autor(es):**

*Flora Viana da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Simulações de Organismos Internacionais (também conhecidas como Simulações MUN – Model United Nations) datam desde o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, e consistem em reuniões nas quais estudantes representam diplomatas, governantes, juízes, promotores, entre outros, debatendo assuntos pertinentes ao âmbito da geopolítica mundial, deixando de lado suas opiniões pessoais e assumindo a postura de buscar o melhor para sua representação. Ao longo do tempo, passam a se disseminar e chegam a outros países, para alunos universitários e secundaristas. A partir desta, o estudante acaba por desenvolver competências muitas vezes não antes possuídas ou aprofundadas, beneficiando sua oratória, seu conhecimento de mundo, seus estudos, suas habilidades de negociar e debater. Além de trabalhar com política, passa a trabalhar com o âmbito jurídico, refazendo julgamentos históricos ou criando outros nunca antes realizados, de forma a permitir o acesso ao direito internacional a estudantes das mais diversas áreas científicas, aproximando assim o que se vê em sala de aula, nos grandes meios de comunicação e mídias sociais, ao dia a dia.

**(Metodologia)** Este trabalho tem como objetivo geral ilustrar como a simulação e a tentativa de resolução de conflito dentro dela permitem que o direito e a geopolítica fiquem mais acessíveis ao estudante. Apresenta, ainda, os seguintes objetivos específicos: a) expor como se dão essas modalidades de simulação; b) explicitar de que forma promove essa aproximação; e c) explicar os efeitos para a vida pessoal e acadêmica do estudante e consequências para sua vida profissional. Para a análise da problemática sobre a forma pela qual as simulações implicam no aprendizado do estudante, foram utilizados artigos referentes às próprias simulações e a como o ensino e o aprendizado se modificam (Dittmer; Obendorf & Randerson). Os escritos levam a entender como e porque surgem no cenário mundial, de que forma promovem o desenvolvimento de certas habilidades, bem como a própria experiência em simulações, podendo-se afirmar que a presente pesquisa classifica-se como prática e teórica, descritiva, utilizando o método dialético de abordagem, e descritivo de procedimento. Vale ressaltar que, por este ser um trabalho de iniciação científica, não há aprofundamento na temática.

**(Resultados)** A partir da análise do tema em harmonia com os objetivos supracitados e na metodologia indicada, chegou-se ao entendimento de que a proximidade que traz ao delegado (participante da simulação) fica evidente a partir do momento no qual ele tem contato direto com os assuntos oficialmente debatidos; no caso das simulações jurídicas, consegue ver de perto os procedimentos que um tribunal engloba, seja em âmbito nacional ou internacional, aprendizado que só tem fora da sala de aula, onde o estudante figura como protagonista, não somente como ouvinte. É preciso que se tenha tido um estudo preparatório denso para que consiga simular e, a partir de discussões com os demais delegados, passa a ter contato com aquilo estudado pelo outro, aqui há uma troca de conhecimento constante e em conjunto.

**(Conclusão)** Diante do examinado e exposto de forma breve neste trabalho, conclui-se que a resolução de conflito, o diálogo e o contínuo estudo realizado pelos delegados atuam de forma direta em sua vida acadêmica (pois o faz viver o direito ou o próprio embate geopolítico, fomentando o estudo independente e debate espontâneo) e pessoal (a medida em que adquire habilidades novas, não somente interessantes, como também necessárias para o âmbito profissional atual, como falar bem em público, saber organizar seus argumentos, negociar e convencer, exercitar o raciocínio rápido, entre outros), uma vez que dá a quem participa uma oportunidade única de compreender como são tomadas as grandes decisões que pautam os rumos de milhares de vidas no mundo inteiro.

**Palavras-Chave:** Simulações MUN. Aprendizado pela resolução de conflito. Direito Internacional.

## **TAXA CONDOMINIAL PÓS CONTRATO DE GAVETA**

### **Autor(es):**

*Stephanie Rufino Alves Betesek: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) No domínio civilista há relações com natureza originariamente obrigacional as quais tem o condão de tornarem-se relações portadoras de eficácia Real. O contrato de gaveta nada mais é do que um contrato preliminar portador de manifestação expressa de vontade, pelo qual as partes, ou uma delas vinculam-se à obrigação de celebração de contrato definitivo adiante. Sobreleva-se que o contrato de gaveta é a promessa de compra e venda prevista no Código Civil Brasileiro. Este tipo contratual, realizado extrajudicialmente é hodiernamente motivo de milhares de ações no judiciário. E em relação à venda de um imóvel vinculado à obrigação de adimplir com taxas condominiais? Em caso de inadimplemento, o polo passivo da execução deverá constar o Proprietário registrado em cartório ou o o sujeito o qual é detentor da posse do imóvel mediante contrato de gaveta?

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Valendo-se de uma metodologia de cunho explicativo que consiste na conexão de ideias a fim de elucidar a compreensão das causas e efeitos. O procedimento fora realizado através da análise de entendimentos jurisprudenciais, consulta de ementas bem como aferição de dados vindouros de Tribunais Brasileiros – os quais já se posicionaram sobre esta temática-.

**(Resultados)** (RESULTADOS). É sabido que as taxas condominiais têm o condão título extrajudicial, garantindo os princípios básicos para tal como: certeza, liquidez e exigibilidade. Posto isso, para se realizar a execução deste título, não é necessário perpassar por todas as fases de um processo sincrético. Razão pela qual é atribuído mais celeridade para o processo executivo, já que os títulos extrajudiciais têm no âmbito jurídico a mesma força que os títulos executivos judiciais, independentemente de o título ter perpassado por atuação jurisdicional. Pode o exequente (condomínio) satisfazer a prestação viabilizando processo autônomo de execução. Ao surgir a pretensão de satisfação da prestação devida é necessário ao exequente o conhecimento de quem terá legitimidade para figurar o polo passivo a fim de viabilizar o processo autônomo de execução. A pressuposição normativa atinente a figuração do polo executado é a de que o sujeito o qual consta no Registro Imobiliário que deverá arcar com as prestações. Todavia, o vendedor ao pactuar o instrumento particular de compra e venda junto com o comprador, escusa-se quanto ao ônus de assumir o polo passivo da demanda executiva

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) Vale salientar, que à rigor, tudo dependerá da análise do caso concreto. Nesta senda, o que se pode aferir quanto aos resultados, é, segundos novos entendimentos jurisprudenciais quem deverá figurar no polo passivo da Execução, é o Sujeito que adquiriu o imóvel via contrato de gaveta, por este portar relação jurídica material com o imóvel inadimplente das taxas condominiais. Destaque-se a força jurídica que o contrato de gaveta porta, não se excluindo jamais, para fins de eficácia real em sua plena efetividade à importância do Registro junto ao cartório de imóveis competente. À rigor da legitimação passiva para cobrança executiva de taxa condominial coaduna entendimento do STJ: O que define a responsabilidade quanto ao pagamento das taxas condominiais não é o Registro do compromisso de compra e venda, mas a relação jurídica material com o imóvel, representada na imissão da posse pelo promissário comprador. Para desenlaçar problemáticas acerca da legitimidade passiva para casos de adquirentes portadores de relação jurídica material com imóvel, pode ser usada como adágio à decisões desta face o REsp 1.345.331.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Contrato; Condomínio; Execução.

**TÍTULO: A (IN) COMPATIBILIDADE DA APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 7.783/89 (LEI DE GREVES) AOS SERVIDORES PÚBLICOS.**

**Autor(es):**

*Denis Nunes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Helena Bezerra Menezes Pires de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mandado de injunção é um dos remédios constitucionais previstos no ordenamento, e tem sua função conformada nas leis de eficácia limitada. Dessa forma, sendo um instrumento de garantia a segurança jurídica, visto que o legislador ao receber a decisão partindo do judiciário deve promover a criação da norma infraconstitucional em déficit no ordenamento jurídico brasileiro. Foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mandado de Injunção nº 712-8 que a Lei nº 7.783/89 (Lei de Greve) seria aplicada de forma analógica aos servidores públicos civis, tendo em vista ser garantido constitucionalmente o direito a greve da respectiva classe no art. 37, VII, CRFB/88. Destarte, a presente pesquisa dedica-se à tentativa de investigar a efetividade da Lei nº 7.783/89 e também a necessidade de criação de lei própria, uma das possíveis decisões acerca do Mandado de Injunção, para regular a greve dos servidores públicos.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método hipotético-dedutivo, que promove investigar a falta de eficiência da lei de greve dos servidores privados aos públicos. Ademais, pretende ser utilizado o procedimento comparativo, ao analisar a Lei de Greves aplicada aos Servidores Públicos. O qual se inicia com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, além de buscar identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, que auxiliam o pesquisador em seu trabalho, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica e uma análise histórica e elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação atinente ao instituto analisado, objeto da presente pesquisa.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se a necessidade de impetração de novos mandados de injunção, remédio constitucionalmente garantido, visando ter como decisão a criação de uma lei específica que regule o direito de greve dos servidores públicos, haja vista que a aplicação analógica da Lei nº 7.783/89, decidida através do Mandado de Injunção nº 712-8, não ser suficiente, por entender existir diversos casos a qual a Lei de Greves é omissa, buscando através da criação de uma lei específica abarcar além das omissões já elencadas outras também existentes de menor relevância. Contudo, mesmo com a decisão do Mandado de Injunção percebe-se, pelas peculiaridades do regime público, que a Lei de Greve acaba por não abarcar algumas especificidades, fazendo com a aplicação analógica não seja tão efetiva, tendo como principais exemplos as questões dos dias parados quanto as suspensão do contrato de trabalho por greve, a iniciativa de dissídio coletivo pelo Ministério Público e a necessidade de estabelecimento de quantitativo mínimo de força de trabalho a ser mantido durante a realização da greve.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que houve um certo equívoco do Supremo Tribunal Federal em apenas decidir no Mandado de Injunção nº 712-8 pela aplicação analógica da Lei de Greves, devendo ser indispensável a criação de uma lei específica que regule o direito de greve aos servidores públicos, visando garantir de forma mais efetiva e específica ao regime público o direito constitucionalmente garantido no art. 37, VII, CRFB/88, ou seja, o direito de greve, haja vista a busca incessante do legislador pelo cumprimento de princípios como a Legalidade e Segurança Jurídica, norteadores do nosso ordenamento jurídico.

**Palavras-Chave:** Palavras Chave: Lei de Greve; Lei 7.783/89; Mandado de Injunção; Direito Constitucional;

**TRABALHO ESCRAVO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*VANESSA CRISTINA DIÓGENES ESTEVAM: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Brenda Abdon Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Frente ao trabalho escravo no Brasil, seja qual for sua ramificação, é válido analisar a íntima ligação com o vilipêndio da escravidão. A trajetória histórica desse país, imerso na triste realidade de exploração da mão de obra escrava, inicia-se ainda com os indígenas e se consolida com a exploração dos negros africanos e os seus descendentes. Conforme Garcia (2017) além dos fatores à título nacional, outro ponto relevante que promoveu a perpetuação da prática escravocrata, foi o advento da Revolução Industrial seguida da introdução do sistema capitalista, no qual o lucro tão almejado, gera, muitas vezes, um retrocesso histórico frente à direitos sociais conquistados mediante muita luta. Nessa perspectiva, pode-se inferir que mesmo após a abolição formal, em 1888, a escravidão continua a assolar a vida de centenas de cidadãos, ferindo gravemente o princípio da dignidade humana, tal permanência, somada as novas formas de comércio e mudanças nas relações sociais, propiciou também o surgimento de diferentes formas de trabalho escravo. Nesse cenário, a presente pesquisa visa destacar uma de suas formas reincidentes, o trabalho infantil, recorrente principalmente no centro e nos interiores do Rio Grande do Norte, que em sua maioria permanecem mascarados por aqueles que anseiam o lucro e utilizam as crianças como meio de obtenção. O objetivo desta pesquisa é promover uma análise das diferentes formas de manifestação do trabalho escravo infantil, seja na zona rural ou urbana. Nesse sentido, é imprescindível discorrer a respeito da origem histórica desse fenômeno, como também realizar o estudo diante das suas ramificações e conceituação à luz do ordenamento jurídico. Assim, propõe-se analisar, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, as violações sofridas por crianças no Rio Grande do Norte, questionando sua concretização no âmbito do trabalho infantil, com o propósito de buscar mecanismos alternativos àqueles que já foram instituídos pelas leis vigentes.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho empírico e documental, que será realizada por fontes bibliográficas, utilização de dados disponibilizados nos sites dos Tribunais do Trabalho e do Ministério Público, bem como as estatísticas do Censo 2010 do IBGE. Assim, objetiva-se realizar a seleção de alguns casos constatados na realidade rio-grandense, apoiada em uma abordagem metodológica dedutiva e qualitativa, que buscará analisar o fenômeno partindo das convenções internacionais e da legislação brasileira, para os casos específicos do RN, tornando possível a obtenção de dados concretos, com o intuito de atingir uma real eficácia social da legislação.

**(Resultados)** Nesse cenário, é possível identificar a reafirmação do advento da escravidão nos interiores, como também nos grandes centros, tendo por base a desigualdade social, relacionado diretamente com o sistema econômico vigente e as disparidades socioeconômicas. Diante disso, constata-se a ausência de fiscalização das práticas de escravização e exploração infantil, frente ao liame subjetivo da ineficiência política, e a conduta omissa das autoridades competentes.

**(Conclusão)** Essa ultrajante realidade, vivenciada pelo Rio Grande do Norte, traduz uma intolerável violação aos direitos humanos e a negação de princípios fundamentais de ordem constitucional. Vale ressaltar, que no ordenamento jurídico brasileiro existe uma ampla legislação referente à abolição do trabalho infantil. Porém, o grande obstáculo enfrentado nos dias atuais consiste na falta de fiscalização eficaz, como também na ausência, em grande parte, de uma mentalidade crítica da população frente a esse lamentável fenômeno, visto que essa forma de exploração se apresenta para a coletividade, muitas vezes, como uma prática comum, não recebendo atenção adequada. Dessa forma, só será possível a construção de uma sociedade onde as crianças possam usufruir do seu papel, quando se instituírem mecanismos práticos de enfrentamento ao trabalho infantil e prevalecerem os ideais implementados na Constituição, não havendo espaços para práticas indignificantes.

**Palavras-Chave:** Trabalho escravo infantil. Erradicação. Fiscalização. Rio Grande do Norte.

**TRÁFICO DE MULHERES PARA PROSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE FRENTE A DESVENERAÇÃO À LIBERDADE SEXUAL  
E DIGNIDADE HUMANA FEMININA**

**Autor(es):**

*Gabriel Marquart: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Paula de Melo Brandão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esse projeto busca analisar o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual. Temos como objetivo geral analisar o tráfico de mulheres para prostituição como mais uma maneira de enquadrar a mulher em posição de submissão, retirando a sua liberdade sexual, e colocando-a em uma nova forma de escravidão, e como objetivo específico averiguar como a jurisdição brasileira opera mediante a casos concretos de tráfico de mulheres para exploração sexual. O tráfico de mulheres consiste no recrutamento, o transporte, a transferência e alojamento, utilizando-se de ameaça, uso da força, formas de coação e abuso de autoridade sobre situações de vulnerabilidade para fins de exploração. De acordo com dados do relatório apresentado durante o 1º Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, que ocorreu no Rio de Janeiro, do total de 488 casos identificados pelo "Ligue 180" para exploração sexual, 317 eram mulheres e 5 homens. Diante disso, urge a necessidade de questionar quais os aspectos dessa vulnerabilidade que acarreta na transformação da mulher no principal alvo desta atividade.

**(Metodologia)** O presente projeto é definido como uma pesquisa acadêmica descritiva, de cunho bibliográfico e documental, pois descreve o fenômeno abordado utilizando como técnica a pesquisa em documentos positivados pela jurisdição brasileira. O método de abordagem utilizado foi o hipotético dedutivo e tem como método de procedimento o histórico, através da análise social da figura da mulher e o posicionamento do Código Penal e da Constituição Federal frente a essa problemática.

**(Resultados)** Esta pesquisa observou como resultado que o tráfico de mulheres é uma das modalidades do tráfico de pessoas mais praticadas no mundo. Ele tem como essência a escravidão sexual e a venda da mulher como objeto sexual, dado que, de acordo com a Organização das Nações Unidas, cerca de 2,5 milhões de pessoas são vendidas a cada ano e destas, 80% são mulheres e vítimas do tráfico sexual. De acordo com a Associação para a Prevenção e Reinserção da Mulher Prostituída (APRAMP) o Brasil é hoje o país com maior número de mulheres traficadas para fins sexuais da América do Sul, evidenciando assim a necessidade de uma maior atenção à situação das brasileiras inseridas neste mercado de exploração.

**(Conclusão)** O tráfico de mulheres é um fenômeno complexo que agrega diversos elementos que devem ser pensados e estudados de forma conjunta e integrada, visto que as principais vítimas deste crime são mulheres de classes populares, com baixa escolaridade, que habitam espaços urbanos periféricos, onde o Estado não atua de forma eficaz. Essa ineficácia porém não se estende às políticas públicas de prevenção ao tráfico de mulheres, uma vez que existe diversos programas que visam evitá-lo, como por exemplo a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Plano Nacional de Política Para as Mulheres, Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, Campanha de Prevenção ao Tráfico de mulheres, entre outros, assim como a legislação brasileira, que traz no Código Penal Brasileiro, pela Lei nº 11.106/05 e pela Lei nº 12.015/09 que criminaliza o tráfico internacional (artigo 231) e interno (artigo 231-A) de pessoas para fins de prostituição ou outra forma de exploração sexual e no artigo 5º, incisos II, III e XLI da Constituição Da República Federativa do Brasil, que tutelam a liberdade, a dignidade e garante a repressão à todo e qualquer tipo de violação desses Direitos e Garantias Fundamentais.

**Palavras-Chave:** Mulher. Prostituição. Tráfico Internacional de Pessoas. Exploração Sexual

## TRANSAÇÃO PENAL: ASPECTOS CONTROVERTIDOS E CONSEQÜÊNCIAS DE SEU DESCUMPRIMENTO

### **Autor(es):**

*Dary de Assis Dantas Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Emerson Ribeiro de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Raimundo Alves Maciel Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carlos Alberto Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objeto o estudo da transação penal, a qual, por sua natureza inovadora em nosso sistema processual penal, bem como devido a algumas omissões do texto legal que a previu, abriu margens para várias controvérsias quando da sua aplicação pelos operadores do Direito. Inicialmente, apresentaremos uma análise da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), a qual previu um procedimento diferenciado para o julgamento dos delitos de menor potencial ofensivo, desafogando a Justiça Criminal comum. Nesse sentido, a referida Lei introduziu em nosso ordenamento jurídico a possibilidade de aplicação de medidas alternativas como forma de solucionar os conflitos de pequena lesividade, afastando-se, com isso, a instauração ou prosseguimento de um processo-crime e seus diversos malefícios. Assim, foi substituído o modelo político-crime até então marcadamente repressivo, pelo modelo consensual. Dentre as medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95, será dado destaque a mais inovadora delas, qual seja, a Transação Penal, demonstrando a natureza jurídica da sentença que a homologa. A aplicação da transação penal, como se sabe, depende da anuência do autor do fato, ficando a seu critério sujeitar-se a uma ação penal, ou aceitar de logo a medida despenalizadora, para assim, cumpri-la e ver extinta sua punibilidade como consequência de seu adimplemento. Contudo, há a possibilidade do autor do fato, aceitar a medida despenalizadora e não cumpri-la, seja por impossibilidade (falta de recursos financeiros ou incompatibilidade de horário), ou simplesmente, por falta de vontade.

**(Metodologia)** Este trabalho foi feito através de pesquisa bibliográfica, dos mais renomados autores da área penal e processual penal.

**(Resultados)** Primeiramente apresentar a localização do instituto dentro do ordenamento jurídico, qual seja, a Lei nº 9.099/95, demonstrando a inovação procedimental para a apuração dos delitos de menor potencial ofensivo. Em seguida, analisar a Transação Penal, que se apresenta como uma proposta para desafogar a Justiça Criminal Comum.

**(Conclusão)** Por fim, debater acerca das consequências jurídicas que envolvem o descumprimento da avença, apresentando o nosso posicionamento, e sugerindo modificações legislativas com o intuito de encerrar qualquer discussão sobre o tema. Todavia, há ainda algumas imperfeições e obscuridades na Lei 9.099/95 que exigem da doutrina e da jurisprudência o empenho de esforços para fixar um entendimento pacífico. É o caso das consequências pelo descumprimento da transação penal homologada pelo juiz. Entendemos que a transação penal, sendo um acordo de vontades celebrado em momento anterior à instauração do processo, permite, em caso de eventual descumprimento de suas condições, que se retorne ao status quo, ou seja, que as partes retomem o curso do processo com o oferecimento de denúncia pelo Parquet. Dessa forma, na tentativa de minimizar as divergências, tanto doutrinárias quanto jurisprudenciais acerca do tema, se faz necessário uma modificação na Lei 9.099/95 para incluir em seu texto legal um parágrafo ao art. 76, permitindo, em caso de descumprimento injustificado das medidas aplicadas, o oferecimento de denúncia, por parte do Ministério Público. O fato é que, apesar das imprecisões da lei, se tem verificado na prática, durante esses doze anos de vigência, positivos resultados com a implantação da transação penal, tanto para o Judiciário, como para o vítima e para o autor da infração.

**Palavras-Chave:** Transação penal. Descumprimento. Conseqüências.

**TRANSFUSÃO DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: UMA ANÁLISE DAS BARREIRAS RELIGIOSAS FRENTE À  
ÓTICA E EFEITOS JURÍDICOS**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Coelho Ribeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Bárbara Toscano de Sousa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nesta pesquisa propõe-se analisar a problemática atrelada à transfusão de sangue em pessoas que possuem a religião Testemunha de Jeová declarada. Sendo esta uma religião que segue somente o que está na bíblia, contendo ensinamentos e conselhos para suas vidas, seguindo exclusivamente o Deus que é apresentado nesta. Com isso, justificam a negação da transfusão mediante fragmentos bíblicos, como por exemplo em Levítico 17:14: “Porquanto a vida de toda a carne é o seu sangue; por isso tenho dito aos filhos de Israel: Não comereis o sangue de nenhuma carne, porque a vida de toda a carne é o seu sangue; qualquer que o comer será extirpado.” Em suma, para os seguidores dessa doutrina, o sangue deve ser puro, assim como diz a passagem, não devendo ninguém misturar o seu sangue com o de outrem. O objetivo do trabalho é abordar a concorrência entre dois direitos assegurados na Constituição Federal brasileira, a liberdade religiosa frente ao direito à vida, verificando qual quesito deve preponderar neste caso concreto da transfusão de sangue, ao analisar até que ponto a liberdade religiosa se sobressai frente ao direito à vida, visto que, teoricamente, as normas constitucionais não possuem hierarquia entre si e devem ser respeitadas de forma igual. Ademais, esta problemática está atrelada aos direitos da personalidade, os quais são definidos como um direito irrenunciável e intransmissível de que todo indivíduo tem de controlar o uso de seu corpo, nome, imagem aparência ou quais outros aspectos constitutivos de sua identidade. Dessa forma, surge a contraposição entre os direitos que cada um possui de dispor de seu próprio corpo e o direito de viver assegurado na Lei Maior.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada se alicerça nos métodos dialógico e transdisciplinar, no qual busca uma interação entre jurisprudências, doutrina religiosa e pensamentos jurídicos, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direito Civil e Direitos Humanos.

**(Resultados)** Com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de forma especial, estabelece o dever de proteção à vida e à integridade do indivíduo de menor idade, sendo assim, as crianças, por não possuírem discernimento para escolher qual religião seguir, devem ser submetidas a este tratamento em caso de situação de iminente perigo. Além desse fator, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, todos aqueles que estiverem correndo risco de vida, em urgência e inconscientes, mesmo que sigam tal religião, deve o médico fazer o procedimento necessário. Por fim, como preleciona Flávio Tartuce, concordamos que nenhum direito deve ser ignorado, porém, em certas situações, alguns direitos devem ser relativizados. Dessa forma, no caso da concorrência de direitos da liberdade religiosa e o direito à vida, esta deverá prevalecer.

**(Conclusão)** Portanto, mediante o que foi exposto acima, ficou claro que a rejeição de tratamento com o uso de sangue e derivados por parte dos seguidores da testemunha de Jeová, seja qual for a sua circunstância, é ponto fundamental de seus preceitos religiosos. Desta forma, a ideia central do artigo é analisar as circunstâncias dessa problemática, respeitando o direito individual da liberdade religiosa e de culto, porém, ressaltando aquele que, no caso concreto, seja de maior valor, como o direito à vida. Ademais, deve haver a aplicação do princípio da proporcionalidade como critério de ponderação de direitos, não podendo o magistrado, ignorá-los, desse modo, atendendo aos valores intrínsecos na sociedade.

**Palavras-Chave:** testemunhas de jeová; transfusão de sangue; liberdade religiosa; Direito Civil; Direito Constitucional.



## TRANSPLANTE E DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS

### **Autor(es):**

*SARAH MARLA DE CASTRO GURGEL: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Esther Praxedes Silva de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lucas Melo Batista: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo a associação brasileira de transplantes de órgãos (ABTO) o primeiro transplante realizado no Brasil ocorreu em 19 de abril de 1964, transplante de pulmão. O procedimento dos transplantes pode ocorrer em vida, podem ser doados órgãos duplos ou aqueles que não afetem a saúde do doador. Já em relação a doação pós morte, a lei 9.434/1997 nos mostra que é permitida a doação de todo e qualquer órgão, porém é necessário que ocorra o consentimento da família. O processo de doação e transplantes de órgãos, apesar de ser realizado há muitos anos, continua causando muitas dúvidas e receios na população, por esse motivo, ainda não há uma quantidade significativa de doadores de órgãos que seja capaz de suprir a demanda. Segundo o mistério da saúde, atualmente existem aproximadamente 33.154 pessoas na lista de espera para receber um órgão, os mais requisitados são coração, pulmão, rim, pâncreas e córneas. A falta de informação, campanhas de conscientização e uma política eficiente sobre o assunto geram a baixa adesão às listas de doadores e acabam ocasionando a morte de várias pessoas que esperam por muito tempo a disponibilidade de um órgão.

**(Metodologia)** Para a realização do presente artigo foi realizada uma profunda pesquisa em livros, artigos científicos, matérias jornalísticas e análise de dados para que se tornasse possível compreender a dimensão da problemática da doação e transplantes no Brasil. O método de abordagem utilizado foi o indutivo, tendo em vista que partiu-se da regra geral para então analisar os casos específicos. Além disso, presente trabalho possui como objetivo geral permitir a melhor compreensão acerca do tema que permeia doação e transplante de órgãos no Brasil. Outrossim, buscou-se elucidar sobre a dificuldade do processo de transplantes no Brasil, e a grande necessidade de melhorar esse sistema com a finalidade de salvar milhares de vidas.

**(Resultados)** Com o estudo realizado através de pesquisas nos sites do ministério da saúde, da associação brasileira de transplantes e análise de dados relacionados a realização e listas de espera nos últimos 5 anos, foi possível perceber como o sistema da doação de transplantes no Brasil anda precário. E por se tratar da vida e bem estar das pessoas, esse assunto torna-se importantíssimo e merece mais atenção e cuidado do que atualmente recebe. Portanto, é preciso investir em mais políticas assistencialistas e campanhas que promovam o melhor funcionamento desse sistema.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que o transplante e a doação de órgãos se faz necessária em todos os sentidos, não se tratando como ponto único o de salvar uma vida, mas se revela de forma a sobrepor os sentidos e os princípios que favoreçam a dignidade humana, mostrando com a própria vida que a vida do próximo vale a pena e que o investimento que se faz nos torna mais humanos. Porém não podemos deixar de citar o longo caminho que deve ser seguido para que a população em geral compreenda a fundo a real importância deste feito, e isto só será possível se investimentos gradativos forem feitos, no sentido de campanhas de conscientização para com a sociedade e, pensando ainda dentro da esfera educativa, trazer debates para dentro das salas de aula de todo país, mostrando e ensinando desde cedo a importante relevância deste tema.

**Palavras-Chave:** Órgãos humanos. Doação e transplantes. Dignidade humana

**TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DO DIREITO TRIBUTÁRIO AMBIENTAL INTERNACIONAL FRENTE À SUSTENTABILIDADE**

**Autor(es):**

*Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Revolução Industrial foi o marco da exploração ambiental e desde então, existem dificuldades na implementação do binômio desenvolvimento e sustentabilidade. Dessa forma, no Brasil e no mundo, apesar da existência de diversas leis, tratados e acordos que versem sobre a política ambiental existiu a necessidade da criação de um Estado Socioambiental de Direito. Logo, a efetivação deste requer a aplicação da extrafiscalidade, através da implementação de uma reforma fiscal verde. Assim, o presente trabalho tem como objetivo a análise das normas tributárias indutoras no âmbito mundial e brasileiro através de um estudo do Direito Constitucional, Direito Ambiental e Direito Internacional com a ênfase na tributação ambiental.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e explicativo, visto que a tributação ambiental embora seja um assunto novo no Brasil, já possui vários adeptos ao redor do mundo e, por isso, merece ser estudada como meio de concretização de uma política ambiental efetiva. O método de abordagem elencado para tal pesquisa foi o método dedutivo, partindo-se da tributação ambiental no cenário mundial, para então analisarmos o cenário brasileiro. No tocante ao método de procedimento, utilizou-se o histórico e o comparativo. No método histórico procuramos abordar de onde surgiu o conceito de tributação ambiental e o pensamento de desenvolvimento sustentável. Já no aspecto comparativo, realizou-se uma comparação entre o Direito Tributário brasileiro com o de outros países.

**(Resultados)** No cenário mundial, após diversas conferências sobre o meio ambiente, constatamos a inserção de “normas verdes” na legislação tributária. Na Inglaterra, tomando como base o relatório da Agência Europeia do Ambiente, a Política Tributária voltou-se para acordos voluntários e empresas que se credenciaram na Voluntary Agreement, aceitando suas condições e escrevendo no Climate Change Levy (CCL), isto é, Taxa de Mudança Climática. Tal política encontra-se associada à redução da emissão de gases pelas empresas parceiras, que segundo os planos deste acordo, poderão exigir reduções de até 80%. Em contrapartida, no cenário brasileiro temos a previsão da implementação da variável sustentável desde a nossa Constituição Federal em seu artigo 170, inciso VI, no qual existe a previsão da valorização da ordem econômica, fundada no trabalho humano e na livre iniciativa, tendo como objetivo assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando alguns princípios e dentre eles o da defesa do meio ambiente, inclusive mediante o tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Neste mesmo dispositivo, o artigo 225 da nossa Carta Magna, existe a previsão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como sendo um bem comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Por fim, no cenário brasileiro, ainda existe a previsão de tributos ambientais como o IPTU Verde e o ICMS Ecológico.

**(Conclusão)** A necessidade da modificação de pensamento sobre o cenário ambiental é de notória importância. Entretanto, a implementação de uma Reforma Fiscal Verde enfrenta inúmeras dificuldades, tanto no cenário brasileiro como no cenário mundial, pois embora já existam leis corroborando com a ideia de implementação de um Sistema Tributário Indutor, ainda existe a necessidade de mudanças efetivas para a implementação do desenvolvimento sustentável, no qual temos a existência do progresso econômico sem que se esqueça as ideias da sustentabilidade. Contudo, isto só poderá ser efetivado de forma concreta através de um diálogo entre as normas tributárias ambientais existentes ao redor do mundo, para que estas tornem-se convergentes no sentido de induzir comportamento ambientalmente favoráveis, que promovam a proteção efetiva ao meio ambiente.

**Palavras-Chave:** Direito Tributário. Direito Ambiental. Reforma Fiscal Verde. Extrafiscalidade.

**TRIBUTAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA: RELAÇÕES ENTRE CIDADANIA, SOLIDARIEDADE, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IGUALDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

**Autor(es):**

*João Vitor Pessoa de Magalhães Pacheco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ramon Isaac Saldanha de Azevedo e Silva, 7º Período - Vespertino, Estácio. João Vitor Pessoa de Magalhães Pacheco, 10º Período – Noturno Turma B- Uni-RN. (INTRODUÇÃO) O presente estudo busca refletir sobre a relação entre tributação, dignidade humana, cidadania, capacidade contributiva e igualdade em matéria tributária. Um país com cidadania ampliada é aquele que, no dimensionamento e no planejamento de sua carga tributária, leva em consideração, efetivamente, a capacidade contributiva, o princípio da solidariedade social e da igualdade.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa documental e analítica, utilizando-se o método de abordagem comparado, já que o estudo teve como foco principal a análise comparativa da carga tributária brasileira, seu sistema regressivo de incidência e sua relação com o Índice de Retorno ao Bem Estar da Sociedade em relação a outros países membros da OCDE. Como método de procedimento, optou-se pela análise estatística dos dados sobre a tributação brasileira, conforme índices divulgados pela Receita Federal e por centros de pesquisa em matéria tributária, sobretudo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

**(Resultados)** (RESULTADO) Se comparado com os países da América Latina, cuja tributação, em média, é de 21% do PIB, o Brasil, mesmo com arrecadação altíssima (35% do PIB, em 2014 e 33,4%, em 2016), apresenta o pior IRBES – Índice de Retorno de Bem Estar Social registrado entre os países membros da OCDE. O Brasil registra um dos menores percentuais de tributação sobre o lucro e ganho de capital, o que reflete um sistema tributário que pouco considera os princípios da Solidariedade Social, capacidade contributiva e igualdade. Verifica-se que o lucro e ganhos de capital é tributado no Brasil no módico percentual de 5,81%, enquanto que os países que compõem a OCDE tributam, em média, 15%, ou seja, três vezes mais que no Brasil, aproximadamente

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Não obstante o Brasil ter a maior carga tributária da América Latina e Caribe, ostentando a 20ª maior carga tributária mundial, isso não garante a aplicação efetiva do princípio da solidariedade social no sentido de proporcionar, através da atividade tributante, a concretização da dignidade humana. A tributação sobre o lucro e a renda, é aquela que aplica, de forma efetiva, os princípios da capacidade contributiva e da solidariedade social, na medida em que, nessa forma de tributação, leva-se em consideração, de maneira proporcional, a capacidade econômica do cidadão contribuinte. Em outras palavras, no sistema de tributação sobre o lucro e renda, quanto maior o ganho, a vantagem, a margem de lucro, maior a contribuição do sujeito no financiamento das atividades do Estado. Por outro lado, quanto maior a condição de hipossuficiência do cidadão contribuinte, quanto menor a sua renda, menor é sua parcela de tributação. A incidência tributária excessiva sobre o consumo, como ocorre no Brasil, aponta para uma política fiscal que promove desigualdade social. Ocorre que os tributos embutidos no consumo de cada produto ensejam injustiça fiscal, já que são pagos igualmente por quem ganha R\$ 50 mil ou um salário mínimo. No caso Brasileiro, a participação dos impostos sobre consumo na arrecadação tributária, é de, aproximadamente, 70%. Nesse caso, a média mundial de tributação sobre o consumo é em torno de 35%, segundo a OCDE. Nos Estados Unidos e Japão, por exemplo, ela é abaixo de 20%, na hipótese de serem excluídas do cálculo as contribuições sociais.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Tributação. Carga Tributária. Capacidade Contributiva. Dignidade Humana.

**TRIBUTAÇÃO E EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA, DO IDH E DO IRBES BRASILEIRO COM O DE OUTROS PAÍSES MEMBROS DA OCDE**

**Autor(es):**

*Helena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Partimos do pressuposto de que pagar tributos é um ato de cidadania, no contexto do Estado Democrático de Direito, o qual visa prover recursos para efetivar as garantias sociais fundamentais, tutelados constitucionalmente. Considerando-se a importância da tributação para a efetivação dos direitos fundamentais sociais no Brasil e a escassez de estudos interdisciplinares sobre esse tema, bem como sobre a relação entre tributação e justiça social, torna-se relevante a presente pesquisa, visando aprofundar o debate sobre os impactos da tributação na promoção dos direitos fundamentais sociais. Ocorre que, o grande desafio na contemporaneidade, quando falamos de efetividade dos direitos humanos fundamentais no Brasil, é estabelecer políticas públicas, planejamento e execução orçamentária que garantam suas fontes de financiamento pela sociedade civil e pelo Estado. Busca-se perfazer uma análise comparativa da carga tributária brasileira, com a de outros países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), visando relacionar o montante pago pela sociedade e o retorno que o Estado oferece em políticas públicas, através do cruzamento entre os dados da carga tributária brasileira e o índice de desenvolvimento humano (IDH), o qual reflete o acesso efetivo aos direitos fundamentais à saúde, educação, segurança etc...

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa documental e analítica, de cunho exploratório, em que utiliza-se o método de abordagem comparado e dialógico, tendo como método de procedimento o estatístico, visando analisar a carga tributária brasileira no contexto mundial, através de um comparativo com os trinta países, membros da OCDE, que ostentam as maiores cargas tributárias no mundo. Os dados da pesquisa foram elencados de estudos divulgados no site oficial da Receita Federal do Brasil, do IBPT- Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário e da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

**(Resultados)** No ranking mundial, segundo dados da OCDE, o Brasil ocupa a 20ª posição entre os países que mais tributam no Mundo, estando a frente do Canadá (32%), da Austrália (30,8%) da Suíça (29%), do Japão (28%), dos Estados Unidos (26,5%) e da China (20%), quando o assunto é carga tributária. O referido estudo demonstra que o Brasil tem uma carga tributária comparável a dos países ricos da OCDE. Embora o Brasil se destaque entre as maiores cargas tributárias mundiais, é o País que proporciona pior retorno em serviços públicos à sociedade (IRBES, 2017). Esse índice é ostentado pelo sexto ano consecutivo, e revela que o Brasil é o país com pior retorno à população nas esferas federal, estadual e municipal, quando comparado aos 30 países que possuem as maiores cargas tributárias do mundo, em relação às áreas de saúde, educação e segurança. (IBPT, 2017). Ressalte-se, que a Austrália, a qual apresentou o melhor IRBES dentre os países pesquisados, tem uma carga tributária menor do que a brasileira. Enquanto a carga tributária alcançou 33,4% do PIB no Brasil, a carga tributária da Austrália chegou à 30,08%.

**(Conclusão)** Torna-se evidente, que a aplicação do montante arrecadado em tributos para o benefício da sociedade que financia o Estado, encontra-se em um patamar absolutamente inapropriado e injusto, mantendo o Brasil, por seis anos consecutivos, com o pior índice de retorno ao bem-estar social. Se a alta tributação no Brasil não resulta, efetivamente, em bem estar para a sociedade, na medida em que não reflete um índice de desenvolvimento humano compatível com o custo tributário, qual seria o fundamento ético-constitucional para sua manutenção? A tributação assume sua função constitucional quando financia efetivamente a concretização dos direitos fundamentais, sobretudo, o direito à saúde, à educação e à segurança. Em última análise, o fundamento ético-constitucional da tributação no Brasil, é o Princípio da Dignidade Humana, em sua dimensão social.

**Palavras-Chave:** Tributação. Efetividade dos direitos sociais. Carga Tributária. IDH. IRBES.

**TUTELA DE EVIDÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: HIPÓTESE DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO A LUZ DO CPC/2015**

**Autor(es):**

*Caio Flávio : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O crédito tributário é o objeto da obrigação tributária, pois representa o direito de crédito da Fazenda Pública. Possui exigibilidade na medida em que o fisco tem direito de exigir seu cumprimento. Porém, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário está prevista no art. 151 do Código Tributário Nacional - CTN, que apresenta a possibilidade de concessão da tutela de evidência, no inciso V quando cita “a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial”. A referida suspensão pode ser fundamentada em diálogo com o art. 311 do Código de Processo Civil – CPC de 2015 que trata da Tutela de Evidência, observando também o art. 294 quando define que “a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência”. Partindo dessa problemática e tendo como referência os estudos de Castro (2017), Coutinho (2017) entre outros, defendemos nesta pesquisa a suspensão da exigibilidade do crédito tributário por tutela de evidência

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa documental e analítica, em que se utiliza o método de abordagem transdisciplinar, envolvendo questões que atravessam o direito tributário e o processo civil. Desenvolveu-se um estudo bibliográfico, doutrinário e jurisprudencial, com interpretação da processualística civil vigente.

**(Resultados)** Apesar do Superior Tribunal de Justiça – STJ entender que o art. 151 do CTN tem uma lista taxativa das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que não apresenta de forma explícita a tutela de evidência, observa-se que o referido artigo não a proíbe. “[...] o entendimento de ser taxativa a lista constante no art.151 do CTN não é empecilho à concessão de tutelas de evidência.” (CASTRO, 2018, p. 19). Fazendo uma interpretação sistemática do referido artigo em harmonia com os artigos 294 e 311 do CPC, compreende-se a inovação que nos trouxe a processualista civil vigente, quando trata da concessão da tutela de evidência definindo-a como tipo de tutela antecipada. Essa medida corrobora com o inc. LXXVIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil – CR que prevê: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. O artigo 311 do CPC define a concessão da tutela de evidência independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, em situações como: quando a parte queira apenas protelar, pois se entende por longos os lapsos de tempo no judiciário; por abuso do direito de defesa; quando as alegações de fato puderem ser comprovadas documentalmente; entre outras. “A tutela provisória de evidência é aquela que visa à tutela da evidência como um fato jurídico processual” (COUTINHO, 2018, p. 147). A petição inicial deve ser bem fundamentada para que não haja dúvida na evidência dos fatos. Cabe, pois, a tutela de evidência em matéria tributária.

**(Conclusão)** Conclui-se que a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por tutela de evidência está alicerçada pelo art. 5º da CR e artigos 294 e 311 do CPC de 2015, que se relacionam sistematicamente e em perfeita harmonia com o Artigo 151 do CTN, mesmo não estando expressa em seu rol taxativo. Ficando superada qualquer dúvida em relação à concessão da tutela de evidência em matéria tributária, visando a suspensão da exigibilidade do crédito, ainda que, o STJ possua entendimento jurisprudencial diferente deste raciocínio

**Palavras-Chave:** Tutela de evidência. Crédito tributário. Suspensão de Exigibilidade

**UMA ANÁLISE A CERCA DA IMPUNIDADE QUANTO AOS CRIMES DE HOMICÍDIO NO RIO GRANDE DO NORTE E OS  
IMPACTOS GERADOS ÀS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS**

**Autor(es):**

*Erlânia Marreiro Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*José Henrique Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em nosso país, observamos a violência se alastrar de forma preocupante por diversas esferas da sociedade. Diversos são os fatores sociais que contribuem para este fenômeno de natureza tão preocupante, dentre eles, a falta de estrutura que forneça condições dignas de vida a todo cidadão, bem como a falência do sistema de segurança pública, na busca pela prevenção e punição dos crimes de homicídio, tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Norte. O somatório desses fatores envolvidos ao descaso dos poderes públicos transforma o país em um Estado marcado pela desordem e impunidade.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa exploratória no qual se utilizou o método hipotético-dedutivo, procurando-se esclarecer as questões ligadas à impunidade do sistema carcerário brasileiro, com análise acerca dos impactos gerados às famílias das vítimas, bem como a respeito da implantação de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios, que, em termos gerais, poderá ser concebido como forma de intervenção no domínio de segurança pública. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar estatístico, para elucidar os índices de violência no Brasil e no RN.

**(Resultados)** Em 2017, o Brasil registrou o seu maior nível histórico de homicídios, foram mais de 61 mil óbitos por razões violentas, segundo dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Esses dados representam 40% de aumento da violência em apenas 10 anos. Conforme dados apresentados pelo Instituto "Sou da Paz", por meio de um levantamento intitulado de "Onde Mora a Impunidade?", 80% dos crimes de homicídios não são solucionados pelos órgãos competentes. Nesse contexto, Brasil é o país com maior número de homicídios do mundo. Segundo estudo realizado pela Small Arms Survey, em outubro de 2016, foram registradas mais de 61,2 mil mortes violentas, o que equivale a mais de 12% do total de registros em todo o planeta. De acordo com a pesquisa, contabilizando todos os tipos de mortes, a Síria é o país com maior número de mortes por habitantes. Mas o Brasil ultrapassa a Síria quanto ao número de homicídios, já que a guerra na Síria deixou 60 mil mortes em 2016, enquanto no Brasil houve 61,2 mil mortes violentas no período.

**(Conclusão)** Observa-se que o homicídio apresenta-se como sendo a total negação dos direitos fundamentais que são reconhecidos e positivados constitucionalmente, trazendo assim, inúmeras e negativas repercussões à vida humana e social dos familiares vitimizados pela perda de um ente por morte violenta. Assim os homicídios não afligem apenas pelas vidas perdidas diariamente, mas também pelas grandes lacunas geradas a estas pessoas que são drasticamente lesionadas tanto pela perda, quanto pela omissão do Estado no atendimento dos familiares das vítimas, que, reiteradas vezes, sofrem retaliações por meio dos criminosos que intencionam apagar os possíveis vestígios deixados, além dos malefícios acarretados a saúde psíquica e física destes por meio de tal combinação trágica de acontecimentos. Contudo, se faz necessário, além da criação do Indicador Nacional de Investigação de Homicídios, uma maior intensificação das políticas públicas da ressocialização de criminosos, evitando a reincidência constante de atentados contra a vida humana, tendo em vista que os presídios brasileiros têm se tornado universidades do crime.

**Palavras-Chave:** Impunidade. Homicídios no RN. Aumento da criminalidade.

**UMA ANÁLISE ACERCA DA DESERDAÇÃO POR FALTA DE VÍNCULO E DE BOA-FÉ FAMILIAR.**

**Autor(es):**

*Fabíola da Costa Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Stella Maris Lima da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bruna Oliveira dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa se direciona à analisar a possibilidade de deserdar herdeiros necessários sendo detectada a ausência de vínculo afetivo e de boa-fé familiar, tendo em vista, que temos o princípio da afetividade como norteador de inúmeras decisões do Direito de Família bem como, o fato de que o sistema jurídico brasileiro é mutável, visando se adequar à evolução da sociedade como um todo. Dessa forma, compreende-se que o afeto é um requisito a ser analisado no que tange à privação do direito de herança. Nessa perspectiva, visamos refletir sobre a ausência de afetividade nas relações familiares em sua totalidade, assim como, explorar a forma testamentária da deserdação no âmbito processual civil relacionando tal instituto com uma visão moderna do Direito das Famílias. Ademais, se tratando da evolução da sociedade, cabe apreciar o desenvolvimento histórico a respeito desta temática, estabelecendo uma comparação com o panorama jurídico atual.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e de caráter qualitativo, na qual aplicamos o método de abordagem dialético, tendo em vista que a problemática busca refletir acerca da evolução da questão e as consequências no ordenamento, bem como, busca perfazer uma análise das concepções divergentes a respeito do tema. Como método auxiliar de procedimento, unimos o método comparativo ao histórico realizando comparações entre os dados do presente e do passado.

**(Resultados)** Em nosso ordenamento jurídico, a deserdação é contemplada nos artigos 1.961 a 1.965 da lei civil e apesar de ser assegurado o direito de herança, por meio da Constituição Federal e do Código Civil, isso não implica que herdeiros não possam ser deserdados por falta de afetividade e de boa-fé familiar, mesmo que tais hipóteses não estejam previstas de forma expressa e taxativa nos artigos 1.962 e 1.963 do CC. A propósito, percebe-se que uma das hipóteses legais, prevista no artigo 1963, IV, CC faz menção, mesmo que implicitamente à questão da ausência de afeto. Sob esse raciocínio, é cabível, portanto, dar a devida atenção a ausência de vínculo familiar afetivo, considerando-a como uma das hipóteses de deserdação.

**(Conclusão)** Relativamente a essa questão cuja temática é de suma importância para o Direito de Família e de Sucessões, concluímos que o rompimento definitivo da afetividade, por si só, autoriza a deserdação, por mera aplicação sistemática dos princípios, sem que haja sequer necessidade de se proceder a qualquer inclusão ou alteração do texto da lei. Posto que, o ordenamento é um conjunto formado por regras e também princípios e cabe ao juiz diante do caso concreto buscar uma solução equânime, recorrendo também a princípios pois o próprio sistema o legitima para tanto. Por conseguinte, sabe-se que a afetividade é princípio geral do Direito Civil, com evidente repercussão no campo sucessório e justamente, considerando que no atual período pós-positivista vem prevalecendo na doutrina o entendimento de que não bastam os laços sanguíneos para constituir uma família, pode-se afirmar que existe uma família onde houver afetividade como elo de união e realização pessoal entre os seus diversos integrantes.

**Palavras-Chave:** Deserdação. Herdeiro. Afetividade. Boa-fé.

**UMA ANÁLISE ÀS RESTRIÇÕES DO DIREITO AO USO DAS ÁREAS E BENS COMUNS NO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO AO CONDÔMINO INADIMPLENTE**

**Autor(es):**

*Stefanny Caroline Alves Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Bruna Beatriz Felipe da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Vitória Rízia Dias de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No direito civil, um tema que merece atenção é aquele referente às limitações impostas em áreas e bens comuns em razão de inadimplência dos condôminos, cuja pertinência reside no fato de que tais medidas se apresentam como restrição ao gozo do bem, garantido em sede legal. Segundo as lições de Limongi França, condomínio "é a espécie de propriedade em que dois ou mais sujeitos são titulares, em comum, de uma coisa indivisa (pro indiviso), atribuindo-se a cada condômino uma parte ou fração ideal da mesma coisa". Neste contexto, destaca-se a existência dos condomínios edilícios, os quais podem ser verticais (edifícios) ou horizontais (residenciais) e apresentam como uma de suas características distintivas a existência tanto de locais de propriedade individual, quanto de propriedade comum.

**(Metodologia)** Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, utilizamos, como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e jurisprudenciais, cujo intuito foi a prospecção das principais controvérsias acerca das restrições de utilização das áreas comuns dos condomínios aos condôminos inadimplentes. A partir disso, passou-se à análise de qual tese era juridicamente mais adequada.

**(Resultados)** Fruto desta pesquisa, restou constatado que a legislação pátria é lacunosa em relação à problemática. Neste sentido, o Código Civil e a Lei nº 4.591/64 preveem que ao condômino que não efetuar o pagamento da sua contribuição no prazo estipulado, será imposta multa e juros moratórios, silenciando, contudo, quanto ao fato de se restringir o direito de uso das áreas comuns. A maioria doutrinária considera justas tais limitações, desde que não sejam arbitrárias e sejam previstas em regimento interno do condomínio, havendo, porém uma resistente minoria que pontua ser suficiente a multa e os juros moratórios, haja vista que a Lei nº 4.591/64, em seu art. 19, prevê ao condômino o direito de 'usar as partes e coisas comuns', além de dever ser resguardado o direito de ir e vir de um indivíduo pela C. F., seria uma afrontosa ilegalidade, tendo em vista que todos participam do condomínio e possuem seus direitos. Em sede jurisprudencial, destaca-se a da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça REsp 1.564.030, na qual se utilizou o entendimento de que o Condomínio não pode impedir morador inadimplente de usar as áreas comuns de lazer.

**(Conclusão)** Diante do exposto, tendo em vista que o ato de impedir o condômino inadimplente de utilizar as áreas comuns do edifício restringe o uso e gozo inerentes à propriedade (Art. 1.228, CC) e que a Lei nº 4.591/64, em seu art. 19, prevê ao condômino a faculdade de usar as partes e coisas comuns, concluímos que a citada medida coercitiva deveria se encontrar regulamentada em lei. Como isto não ocorre, reputamos sua efetivação como ilegal.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Condomínio edilício; Condôminos inadimplentes; Limitações; Garantia legal.



## UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PEC 287 E AS MUDANÇAS DAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS

### **Autor(es):**

*Ana Vitória Anacleto Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Shirley da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito se critica, à respeito da PEC 287 que modica as regras da seguridade social, diversas pessoas se opõem e outras defendem tais mudanças, porém, poucos efetivamente conhecem as alterações normativas decorrentes da referida Proposta de Emenda Constitucional, e os efeitos e reflexos decorrentes da reforma previdenciária. Diante da oposição e da falta de conhecimento popular à respeito da reforma da previdência, mister se faz a indagação da problemática: "Quais os efeitos e reflexos decorrentes da PEC 287 na vida da população brasileira?". O presente trabalho de pesquisa acadêmico tem como objetivo geral analisar a PEC 287 e as mudanças das regras previdenciárias, e tem como objetivos específicos: Analisar a necessidade da Reforma Previdenciária e a existência de uma possível crise previdenciária ; Comparar a regras da previdência brasileira com as de outros países; E comparar as regras em vigor atualmente com as regras da reforma previdenciária.

**(Metodologia)** O trabalho analisado utilizou como método de abordagem o dedutivo, e os métodos de procedimento será o método comparativo e dedutivo, utilizando como técnica de pesquisa leis, livros, doutrinas e jurisprudências.

**(Resultados)** Além disso, a pesquisa acadêmica em questão possui embasamento teórico pautado nos princípios do direito previdenciário e constitucional; a Constituição Federal, PEC 287; Lei nº 8.213, além de outras legislações, doutrinas e jurisprudências. O Resultado previsto das análises e comparações realizadas é que: de fato alterações na regras previdenciárias, são necessárias, entretanto também apresenta críticas negativas à PEC 287.

**(Conclusão)** Tendo como base o respeito aos princípios constitucionais e previdenciários, é importante salientar que de fato existe uma crise na previdência, e que o Brasil é um dos únicos países do mundo que não tem idade mínima para aposentadoria, e que de fato mudanças nas regras previdenciárias devem ocorrer, porém existem alguns pontos da PEC 287 que devem ser refutados. Considerando, também, que a aposentadoria é algo visado pelos brasileiros complicar os meios de aquisição e fruição, pode ser algo que retire o interesse do trabalhador em querer contribuir por não considerar a aposentadoria algo que um dia será desfrutado, tendo em vista que passará a vida contribuindo para algo que possivelmente não irá fruir, destarte não terá interesse em pagar contribuições para a previdência social, gerando um déficit ainda maior na previdência social. Dessa forma, conclui-se que apesar de muito importante e essencial, a PEC 287 deve ser analisada com muita cautela, modificando o que for necessário para apartar o sistema previdenciário da crise, mas não removendo direitos constitucionais, nem retirando a expectativa do trabalhador da possibilidade de fruição da aposentadoria.

**Palavras-Chave:** Direito previdenciário, direito constitucional, PEC 287.

## UMA ANÁLISE DA ALIENAÇÃO PARENTAL E AS INFLUÊNCIAS NAS DECISÕES JUDICIAIS

### **Autor(es):**

*Isa Laura Faria da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Luísa de Azevedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Dantas Davim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*  
*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa visa primeiramente abordar a alienação parental, que em suma consiste em uma imagem distorcida ou introdução de falsas imagens que um parente, podendo ser um dos cônjuges, introduz em relação a um dos genitores. Por volta da década de 80 a alienação parental foi determinada como distúrbio infantil que acometeria, principalmente, menores de idade envolvidos em situações de disputa de guarda entre os pais. Definida pelo norte-americano Richard Gardner a alienação parental logo difundiu-se no Brasil assim como em outros países do mundo. No Brasil, a escassez de debates e estudos a respeito da alienação parental fica evidente, assim como a carência de indagações a respeito da síndrome acarretada por esse alheamento causado na criança e adolescente. O objetivo dessa pesquisa é delinear conhecimentos a respeito da alienação parental, começando pelo contexto histórico, que aborda seu surgimento e conseqüentemente o desenvolvimento da Síndrome da Alienação Parental (SAP) e finalizando no contexto fático atual, o qual irá demonstrar as conseqüências desse distúrbio nas relações familiares e no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Sendo assim, será feita uma análise acerca desse fenômeno e de sua possível afronta ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e ao Princípio do Melhor Interesse da Criança e Adolescente.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi o método dialético, no qual os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social e jurídico, com o intuito de conceituar o fenômeno da alienação parental, apresentar seu contexto histórico e fazer denotações acerca do tema. Através de um levantamento bibliográfico em artigos, sites e livros aborda-se questões de Direito Constitucional, com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Direito Civil, com o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.

**(Resultados)** A partir da construção deste trabalho, é possível observar que a alienação parental consiste na interferência psicológica gerada na criança ou adolescente por um de seus familiares contra um dos seus ascendentes. Com o intuito de resolver os presentes conflitos em relação a alienação parental, já existem no ordenamento jurídico brasileiro leis que tentam coibir e punir tal ato. São elas a Lei nº 13.508/2014, que trata da Guarda Compartilhada Obrigatória, e a Lei nº 13.431/2017, na qual aborda a Criminalização dos Atos de Alienação. Mesmo como essas leis e estando assegurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, se faz necessário que em situações onde estejam em discussão a proteção da criança e do adolescente, o juiz julgador da causa tenha suporte de uma equipe multidisciplinar para que o processo seja julgado de acordo com o melhor interesse da criança e do adolescente.

**(Conclusão)** Desta forma, conclui-se que a pesquisa apresentada teve como objetivo abordar um tema atual no mundo jurídico e de grande relevância social, uma vez que o fenômeno da alienação parental torna o Poder Judiciário um verdadeiro protagonista na resolução desses conflitos. Vale ressaltar também as distintas entre a conjugalidade e a parentalidade, pois isso é determinante para assegurar o melhor interesse e o bem-estar da criança e do adolescente. Com isso, é evidente a necessidade de uma discussão mais profunda sobre o tema afim de esclarecer tal instituto em análise.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Poder Judiciário. Melhor Interesse da Criança e do Adolescente. Dignidade da Pessoa Humana.

**UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL FACE AO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR.**

**Autor(es):**

*Rafael Lisbôa Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rebeca Iaquito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Oliveira da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gabriela Andrade Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa tem o intento primacial de analisar a intrínseca relação entre princípio do poluidor-pagador e da responsabilidade civil. Isto porque o referido princípio preconiza que todo agente causador de danos ao meio ambiente decorrente de sua atividade produtiva deva arcar com os custos indenizatórios e reparatórios, em observância máxima à proteção ambiental. Nesse ínterim, surge a responsabilidade civil no direito ambiental, preceituando que, no que diz respeito aos danos e à degradação ambiental, o agente poluidor possui responsabilidade civil de natureza objetiva, isto é, independentemente da verificação de culpa, em respeito aos princípios basilares e aos métodos de preservação do meio ambiente. Portanto, evidencia-se que faz-se imprescindível uma análise mais aprofundada acerca desta problemática, para que seja viabilizada a observação dos principais aspectos do princípio do poluidor-pagador frente à responsabilidade civil objetiva concernente ao direito ambiental. Em suma, o presente trabalho de pesquisa trará um arcabouço comprobatório a fim de analisar a relação desses dois institutos do direito ambiental.

**(Metodologia)** O presente trabalho parte do contexto geral acerca da hipótese levantada, logo o método de abordagem a ser usado será o método hipotético-dedutivo, pois tem como finalidade testar uma solução do problema exposto a partir de uma possível hipótese. Portanto, estamos partindo de um contexto geral (macro) para chegar na solução de uma problemática particular (micro). Essa análise será feita através de uma rebuscada leitura, e comparando as técnicas utilizadas nas situações hipotéticas.

**(Resultados)** Observar os principais aspectos sobre a responsabilidade civil objetiva frente ao princípio do poluidor-pagador e solidificar a possibilidade de regressão da atual situação do meio ambiente.

**(Conclusão)** É notório concluir que a aplicação conjunta desses institutos, representa uma grande evolução para o meio ambiente, visto que, fazendo uma leitura conjunta dos dois institutos teremos a obrigação imposta ao poluidor de arcar com os custos da atividade poluidora que em decorrência de sua atividade produtiva, cause danos ao meio ambiente e a terceiros, independentemente de existência de culpa. Infelizmente toda esta evolução pode ser atingida com a precipitada atitude de vetar o artigo que tratava da responsabilidade civil objetiva na nova lei ambiental. Tendo em vista que o princípio do poluidor-pagador, somente terá eficácia e solidez, mediante a adoção da responsabilidade civil objetiva pela legislação pátria. Portanto, diante do exposto, pode-se concluir que a análise do princípio do poluidor-pagador face à responsabilidade civil objetiva é de fundamental importância para o direito ambiental, posto que o agente, sem depender da verificação do elemento subjetivo (dolo e culpa), deverá arcar com os custos reparatórios e indenizatórios dos seus danos causados à natureza, em respeito à proteção ambiental.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade civil; Direito ambiental; Meio ambiente; Princípio do poluidor-pagador;

**UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA À LUZ DA LEI 12.850/13**

**Autor(es):**

*Fernanda Pereira Madruga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Karen Vasconcelos dos Santos Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A delação premiada é um tema de crescente notoriedade nos dias atuais e de relevante importância no combate ao crime organizado, mas que possui muitas opiniões divergentes quanto à sua eficácia. Diante disso, a delação premiada é um instituto que vem ganhando força no Brasil em razão de suas vantagens na elucidação de crimes e de sua aplicabilidade, uma vez que serve como instrumento do Estado na busca de uma persecução penal efetiva e no combate às organizações criminosas, em especial àquelas compostas por pessoas do alto escalão da sociedade. Com a Lei 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas), busca-se uma alternativa para minimizar o avanço dos crimes organizados e, ao mesmo tempo, auxiliar o Estado na obtenção da real verdade dos fatos. Assim, a delação premiada é, pois, um eficaz mecanismo investigatório de desarticulação de organizações criminosas de inegável relevância social e jurídica, devendo ser utilizada em prol da defesa da coletividade e do próprio Estado. **(OBJETIVOS)** A presente pesquisa objetiva fomentar a discussão acerca desse instituto, bem como analisar a aplicação da delação premiada como meio idôneo e eficaz no combate à criminalidade no país, notadamente aos crimes de ordem econômica. Pretende-se discorrer sobre a aplicação da delação premiada como instrumento indispensável no combate ao crime organizado, sendo elemento fundamental para a promoção de um Direito eficaz, em consonância com a proteção do bem jurídico social e concretização da justiça. Ainda, busca-se expor os posicionamentos doutrinários acerca do instituto premial, ressaltando sua eficácia e validade ao ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, propõe-se reforçar a imprescindibilidade de uma regulamentação própria do instituto, para que haja uma padronização em sua aplicação, delimitando os requisitos de admissibilidade a fim de evitar o desvirtuamento em sua aplicação.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório. Considerando os objetivos da pesquisa, pretende-se utilizar o método hipotético-dedutivo, uma vez que a pesquisa busca examinar e comparar as hipóteses quanto aos aspectos positivos do uso do instituto, através de premissas de desenvolvimento de um problema de pesquisa formulado, a fim de esclarecer sua conformidade com a legislação, bem como demonstrar a importância de sua aplicabilidade. Ademais, como método de procedimento, far-se-á uso do método histórico-comparativo, pois será abordado um estudo aprofundado sobre a delação premiada por meio de seus aspectos históricos, sua aplicação nos EUA e na Itália e comparações em meio à doutrina. Por fim, quanto às técnicas de pesquisa, pretende-se utilizar o método bibliográfico, com consulta a doutrinas, jurisprudências, leis e artigos extraídos da internet para o desenvolvimento da pesquisa.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A presente pesquisa está sendo objeto de trabalho de conclusão de curso (TCC) e, por isso, ainda não possui resultados concretos. No entanto, por entender da importância do tema, pretende-se, de modo geral, constatar um avanço no cenário jurídico brasileiro com a aplicação da delação premiada, visto que a investigação policial, por si só, não é suficiente para desvendar os crimes organizados. Não obstante o instituto já surtir relevantes efeitos no ordenamento, com resultados práticos importantes na elucidação dos crimes, ele ainda carece de legislação complementar específica a fim de que possa viabilizar sua efetiva aplicação sem que se faça o seu mau uso.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Como exposto anteriormente, a presente pesquisa está sendo objeto de TCC e, portanto, ainda não possui conclusões definitivas, pois o trabalho ainda não foi finalizado.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Delação Premiada. Organização Criminosa. Eficácia.

## UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO

### **Autor(es):**

*Leniara Ginani Costa Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Juliana camara dos santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde 2007, tramita no poder legislativo um Projeto de Lei que visa a caracterização do abandono afetivo como ilícito civil e penal, de forma que, com sua aprovação, essa conduta seria passível de indenização. Somente oito anos depois, em 2015, o projeto foi aprovado pelo Senado Federal e remetido para a Câmara dos Deputados, onde desde então se encontra na fase de análise pelas Comissões da Casa. É certo que a assistência mútua é um direito constitucionalmente garantido, bem como o melhor interesse da criança, o direito a convivência familiar e a prioridade absoluta da criança e adolescente, entretanto, até os dias atuais, não existe nenhuma lei vigente que regulamente tal situação. Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar se o instituto da responsabilidade civil se adequa no âmbito do Direito de Família no que diz respeito ao abandono afetivo, e, tendendo alcança-lo, foram definidos alguns objetivos específicos, como: compreender o instituto da responsabilidade civil; estudar as consequências do abandono afetivo na criança; e examinar a jurisprudência relacionada ao tema, uma vez que não há regulamentação legal sobre o assunto.

**(Metodologia)** Considerando os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método exploratório a partir de uma abordagem dedutiva, considerando que se parte de uma generalização, isto é, o instituto da responsabilidade civil, para questões mais particulares, como por exemplo, sua incidência no âmbito familiar e nas hipóteses de abandono afetivo. Quanto ao procedimento, utilizamos o método da pesquisa bibliográfica, na medida em que o presente trabalho foi elaborado a partir da leitura de diversos artigos científicos e da análise da lei e jurisprudência.

**(Resultados)** Durante a pesquisa, foi constatado que, pelo fato de não haver uma lei que regulamente tal situação, é duvidoso o cabimento da responsabilização dos pais que abandonem seus filhos na esfera afetiva e intelectual, mesmo que cumpridas suas obrigações materiais, uma vez que tal situação recai em lacuna legislativa, não tendo respaldo legal, mas sim em entendimentos jurisprudenciais - questão que ainda permanece obscura, haja vista que os Tribunais divergem quanto a possibilidade de indenização por abandono afetivo.

**(Conclusão)** Diante do exposto, conclui-se que todo o fundamento que se encontra quanto ao tema em questão é fruto do ativismo judicial, ou seja, fruto da jurisprudência de tribunais superiores que inovam o ordenamento jurídico de forma a suprimir uma lacuna legislativa que permanece até atualmente. Dessa forma, considerando o impacto psicológico causado na criança ou no adolescente decorrente do abandono afetivo por um de seus pais, a aprovação do Projeto de Lei que visa a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir a responsabilidade civil nesses casos é de imensa importância, sendo uma das maneiras de assegurar os direitos constitucionais inerentes as vítimas do abandono afetivo e garantir o cumprimento dos deveres, também constitucionais, dos pais – sejam eles por vínculo sanguíneo ou afetivo.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Civil por Abandono Afetivo. Direito de Família. Direito Constitucional. Ativismo Judicial.

**UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE O ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO DITATORIAL E A CONTEMPORÂNEA SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

**Autor(es):**

*Laís Gabrielle Pires Barros Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos humanos são aqueles que proporcionam ao Estado um instrumento para dar aos cidadãos dignidade da pessoa humana. É possível afirmar, também, que são direitos básicos ao indivíduo, que precedem todos os outros direitos positivados, assim, são direitos que estão diretamente vinculados a condição de humano. É a forma de reconhecer o homem através do direito. Esses direitos estão positivados através dos direitos fundamentais. Entretanto, ao analisar a história, é possível apontar crises nas quais esses direitos foram relativizados, o principal exemplo do Brasil foi a ditadura militar, na qual, de forma arbitrária e inconstitucional, instaurou-se um Estado de exceção.

**(Metodologia)** O presente trabalho estudo iniciou-se com um levantamento bibliográfico em busca de fontes diretas para serem usadas como referência e autores para ter-se a abordagem sob diversos aspectos. No tocante ao método de abordagem, o trabalho pode ser definido como hipotético-dedutivo – já que parte da premissa de que a instauração de um estado de exceção fere os direitos fundamentais de 1ª geração. Quanto ao método de procedimento, o utilizado é o comparativo, analítico e descritivo; e as técnicas de pesquisa são a doutrina e a legislação.

**(Resultados)** Momentos de crise necessitam de medidas extraordinárias, é inegável. Porém, a instauração de um Estado de exceção traz ao Governo poderes indiscriminados, por isso, em contrário ao que aconteceu entre o ano de 1964-1985, durante a ditadura militar, a Constituição Brasileira de 1988 alargou de forma significativa o rol de direitos e garantias fundamentais. Desde o seu preâmbulo age de forma a construir um Estado Democrático de Direito. Destacando a cidadania e a dignidade da pessoa humana como um de seus principais alicerces. Para proteger a população de uma nova medida arbitrária proveniente de um dos poderes da federação, a Constituição Federal trouxe em seu artigo 137 o instituto de estado de sítio, uma exceção a legalidade, porém, com mais requisitos e formalidades legais para sua instauração, afastando o caráter ditatorial da conduta.

**(Conclusão)** Sabemos da importância dos direitos fundamentais e da necessidade de protegê-los, tanto por tratarem de direitos civis e políticos quanto por exigirem diretamente uma abstenção do Estado. Manter a segurança pública e a paz social é não apenas dever exclusivo da força policial, é além de tudo, responsabilidade de todos os órgãos governamentais; porém a instauração de regimes excepcionais que suprimem direitos, mesmo que previstos constitucionalmente, além de abertamente violarem direitos inerentes à pessoa do ser humano, ampliam o poder repressivo do Estado.

**Palavras-Chave:** Estado de exceção/ direitos fundamentais/ ditadura militar

**UMA RETROSPECTIVA DO ATIVISMO JUDICIAL E SEUS EFEITOS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Isa Laura Faria da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Luísa de Azevedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Dantas Davim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*  
*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa visa primeiramente conceituar o Ativismo Judicial, que em suma consiste em uma participação mais ampla e intensa do Poder Judiciário, ou seja, uma postura mais ativa na resolução de conflitos que alcançam as esferas dos outros Poderes do Estado. Segundo a autora Clarissa Tassinari, apesar de ainda não possuir esse nome, o Ativismo Judicial surgiu em 1803, nos Estados Unidos da América, onde iniciou-se as primeiras reflexões sobre o tema, no caso sobre o empossamento de William Marbury como juiz de paz. No entanto, a primeira vez que se falou no termo foi em 1947, também nos Estados Unidos da América, pelo historiador e político Arthur Schlesinger Jr., em um artigo direcionado a comentar as linhas de atuação da Suprema Corte dos Estados Unidos na época do New Deal. Após isso, será abordado os tipos de ativismo reconhecidos pelo Doutrinador Luís Flávio Gomes: O Ativismo Inovador e O Ativismo Revelador. Em seguida será feita a distinção entre os termos Ativismo Judicial e Judicialização, que por vezes são confundidos no mundo jurídico. E por fim, será apresentado um caso de Ativismo Judicial ocorrido no Brasil, afim de expor como ocorre esse fenômeno e abrir uma reflexão crítica acerca das consequências que tal prática pode vir a gerar no país. O objetivo dessa pesquisa é traçar conhecimentos a respeito do Ativismo Judicial, começando pelo contexto histórico, que aborda seu surgimento e finalizando no contexto prático, o qual irá demonstrar as consequências desse fenômeno no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Sendo assim, será feita uma análise acerca desse fenômeno e de sua possível afronta ao Princípio da Separação dos Poderes.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi o método hipotético-dedutivo, o qual utilizou-se de pesquisas bibliográficas descritivas com o objetivo de conceituar o fenômeno Ativismo Judicial, apresentar seu contexto histórico e fazer pontuações acerca do tema. Através de um levantamento bibliográfico em artigos e sites aborda-se questões de Direito Constitucional, como o Princípio da Separação dos Poderes e a participação mais ampla e intensa do Poder Judiciário na resolução de casos que alcançam as esferas dos outros Poderes do Estado.

**(Resultados)** A partir da construção deste trabalho, é possível observar que o Ativismo Judicial consiste em uma postura mais ativa do Poder Judiciário na resolução de conflitos, chegando a alcançar as esferas dos outros poderes do Estado e romper com o modelo tradicional que vigorava há tempos. Sendo assim, é importante salientar que mesmo a Constituição Federal prevendo que o Poder Judiciário é seu interprete final, essa também prevê que os Poderes devem ser harmônicos e independentes entre si. Com isso, a flexibilização da Separação dos Poderes deve ser vista com cautela, pois sempre que um poder se sobrepõe sob os demais, se torna possível uma ruptura do Estado Democrático.

**(Conclusão)** Desta forma, conclui-se que a pesquisa apresentada teve como objetivo abordar um tema atual no mundo jurídico e de grande relevância, uma vez que o fenômeno Ativismo Judicial vem ganhando espaço no Sistema Jurídico Brasileiro, tornando o Poder Judiciário um verdadeiro protagonista na resolução de conflitos importantes. É importante ressaltar também a ideia de insegurança jurídica e no Estado Democrático que tal fenômeno pode vir a acarretar caso seja utilizado de forma imprudente. Com isso, é evidente a necessidade de uma discussão mais profunda sobre o tema por parte dos grandes juristas e estudiosos, afim de otimizar ou não a utilização desse mecanismo.

**Palavras-Chave:** Ativismo Judicial. Judicialização. Poder Judiciário. Separação dos Poderes.

## UNIVERSALISMO EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS: O LIMITE IDEOLÓGICO DE UMA NORMA GLOBAL

### **Autor(es):**

*Wendel Spargoli Bernardo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No período do pós Segunda Guerra Mundial, as nações, em uma espécie de moralismo internacional, desenvolveram uma ideia de direitos que deveriam possuir um caráter humanitário, possuindo, uma extensão global que se tornando algo intrínseco a toda a vida humana. Com isso, desenvolveram o que futuramente seriam chamados de Direitos Humanos. Tais direitos, no entanto, apesar de possuírem um caráter devidamente universal em sua ideologia, não conseguiram o atingir em extensão territorial e cultural, deixando diversos países, principalmente alguns localizados no hemisfério oriental, por exemplo, à margem de diversos ditames desta norma geral. Tal fato nos faz questionar quais seriam os limites dos Direitos Humanos e quais são as verdadeiras nações que eles representam. (OBJETIVOS): A presente pesquisa visa, de modo geral, criticar a ideia de universalização atribuída aos Direitos Humanos, analisando seu contexto histórico para investigar sua criação. A partir dessa análise, a pesquisa demonstrará a influência desses direitos em uma visão contemporânea do Direito Internacional. Por fim, a pesquisa visa criticar o caráter global aplicado aos Direitos Humanos, demonstrando seus limites ideológicos e comparando nações que possuem um posicionamento conflitante com tais ideologias, demonstrando, assim, que tais direitos universais, não necessariamente, são tão abrangentes como imagina-se.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que possui uma abordagem de cunho comparativo, visto que demonstrará o panorama geral envolvido nas questões de Direitos Humanos, contrastando com uma visão relativista do Direito aplicado a alguns países orientais, formando assim um diálogo cultural entre as ideias que conhecemos sobre os Direitos Humanos e como o universo árabe observam tais questões. Para isso, serão utilizados documentos e normas de cunho internacional, que servirão de comparação para demonstrar as semelhanças e diferenças da ideia central de Direitos Humanos, e por que admite um posicionamento universalizado.

**(Resultados)** Em um resultado preliminar que podemos inferir, há a extrema dificuldade de se criar normas que englobam todas as nações em volta do globo. Apesar de haver um contínuo caminho a ser percorrido pela pesquisa para a apresentação do Trabalho de Curso (TC), nota-se que a diversidade cultural é um dos principais fatores impeditivos de desenvolvimento de um aparato normativo único, visto que as diferenças apresentadas pelos povos tornam difícil a adequação de normas de caráter universal. Nesse diapasão, acaba que determinados segmentos ideológicos tomam conta do direito que deveria abranger a todos, fazendo com que determinados países que possuem direcionamentos contrários fiquem à margem de normas chamadas de universais.

**(Conclusão)** Pode-se observar na presente pesquisa que as nações estão em um estágio completamente diferente de imersão internacional, em comparação com períodos anteriores da história mundial. A evolução histórica trouxe uma maior proximidade entre os países, mas, como será demonstrado com o desenrolar da pesquisa do TC, tal proximidade ainda está longe de ser o ideal para que seja formado um ditame normativo universal, ou seja, uma legislação, capaz de abranger a todas as nações.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Universalização. Direito árabe. Relativização.



## USUCAPIÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

**Autor(es):**

*Ivonise Amorim Couto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria R. M. M. de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito de superfície é um instituto que tem origem no Direito Romano. É um direito de gozo ou fruição, presente no Código Civil de 2002 e conceituado como instituto real pelo qual o proprietário concede a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, gratuita ou onerosamente. O intuito do proprietário na concessão da superfície é dar uma função social ao imóvel, sem precisar arcar onerosamente. Como ponto deveras pertinente dentro do Direito Real, a propriedade admite as formas de aquisição originária e derivada. Essa distinção é extremamente interessante pois mostra que na configuração originária, o adquirente o faz sem que a propriedade herde características do dono anterior. É justamente o que acontece na usucapião. A usucapião é um dos meios mais famigerados e habituais na aquisição da propriedade de maneira originária, razão pela qual incontáveis discussões ocorrem tentando extinguir as demandas mais discutidas. Dessa forma, por ser a usucapião um meio de aquisição de propriedade ou de outro direito real, questiona-se a possibilidade de usucapião do direito de superfície. Assim, a presente pesquisa se torna imprescindível para a elucidação de mais uma divergência relacionada ao tema, objetivando a compreensão da possibilidade de transferência do direito real de superfície mediante usucapião.

**(Metodologia)** Para a elaboração da presente pesquisa, foram consultados doutrinadores renomados, buscando conceituar, contextualizar, caracterizar, relacionar e concluir a conexão entre os institutos abordados. O levantamento de dados foi efetuado a partir de revisão da literatura pertinente ao tema, optando-se pela utilização de método dedutivo como forma de abordagem. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, tendo como procedimento técnico bibliográfico. A análise, foi de cunho exploratório, procurando construir um alicerce teórico para embasar a relação existente entre o direito de superfície e o instituto da usucapião. O método de abordagem empregado foi o dialético.

**(Resultados)** No tema abordado, há divergência doutrinária com relação à possibilidade de aquisição por usucapião do direito de superfície. O posicionamento majoritário da doutrina é que, havendo vontade do usucapiente, é perfeitamente possível ocorrer usucapião no direito de superfície. A corrente favorável é seguida – dentre outros doutrinadores – por Flávio Tartuce e Rodrigo Reis Mazzei. Segundo Rodrigo, há duas situações cabíveis: a primeira diz respeito à existência prévia da superfície, a originar usucapião e, a segunda, tem relação com as hipóteses de não haver a concessão superficiária formalizada. Contrariamente ao que defendem os doutrinadores predominantes, alguns juristas afirmam – como Gustavo Tepedino e Maria Cecília Bodin de Moraes – não ser praticável a usucapião sobre plantação ou construção que esteja desassociada do domínio da propriedade. Eles argumentam não imaginar uma posse circunscrita à construção sem necessariamente considerá-la abrangente do solo sobre o qual está edificada. Dessarte, a maioria da doutrina infere ser admissível a transferência da propriedade por usucapião.

**(Conclusão)** Neste trabalho, foi abordado o direito real de superfície, no qual o proprietário confere a terceiros o seu direito de plantar ou construir em seu imóvel, afim de atender à função social. A usucapião, por sua vez, é a obtenção da propriedade ou de outro direito real pelo transcurso do tempo definido e obedecendo as condições estabelecidas na legislação. Tendo em vista o conceito de usucapião, devidamente explanado no trabalho, nota-se a possibilidade de aplicação dessa forma originária de obtenção da propriedade quando atendidos os requisitos necessários. Dessa maneira, conclui-se que a transmissão do direito de superfície através de usucapião é completamente plausível. A fim de sanar possível usucapião, sugere-se que legislador acrescente o instituto ao artigo 1.372 do Código Civil/02. E, para segurança do superficiário, este deve providenciar o registro da escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis.

**Palavras-Chave:** Usucapião; Direito se Superfície; Aquisição Originária.

**VIVER OU MORRER? EIS A QUESTÃO: EUTANÁSIA SOB A ÓPTICA DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Natalia Mauricio da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luana Nayara Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Dener Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho a seguir irá conceituar e apresentar dois dos muitos direitos garantidos pelo nosso ordenamento jurídico, o direito à vida e à liberdade. Será retratado no presente artigo a eutanásia e as questões sociais e jurídicas que a acompanham, a eutanásia é uma prática ilegal no Brasil, que consiste em apressar a morte de um doente incurável sem que o mesmo sinta dor ou sofrimento. A ação é praticada por um médico com o consentimento do doente, ou de sua família e, normalmente, só é aplicada em indivíduos que apresentem morte eminente e inevitável. Por ser um tema extremamente polêmico, existem muitos argumentos diante desta prática que ainda geram muitas controvérsias dentro da sociedade. A eutanásia limita o direito à vida que está inserida nos direitos da personalidade, aqueles definidos como irrenunciáveis e intransmissíveis. Direitos estes que estão intimamente ligados ao reconhecimento da dignidade humana, qualidade que é necessária para o desenvolvimento das potencialidades físicas, psíquicas e morais do ser humano.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de caráter descritivo e documental, que será realizada através de pesquisa bibliográfica, a fim de realizar a seleção de alguns posicionamentos importantes que versem sobre a matéria, na qual será elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, Internet e outros.

**(Resultados)** O presente trabalho elucida que a eutanásia é um assunto muito amplo, que gera inúmeras discussões, tanto religiosas quanto políticas, por tanto é muito difícil formar uma discussão que não envolva pontos morais. Deve-se avaliar caso a caso e não simplesmente criar uma verdade absoluta e aplicá-la sobre todos os enfermos, embora o nosso sistema jurídico não compartilhe desta percepção.

**(Conclusão)** Diante do conteúdo exposto, podemos afirmar, que a eutanásia não é resultado dos tempos modernos, esta por sua vez é tão passada quanto a vida em sociedade, esse tema é discutido e analisado no que tange aos aspectos; religiosos, sociais e culturais do nosso e dos outros países. O sistema jurídico brasileiro é norteado por princípios fundamentais que são as cláusulas pétreas da nossa constituição, que expressam os valores acolhidos pela sociedade. Para o direito brasileiro a eutanásia sempre foi considerada ilícita. É crime, pois esta se contrapõe aos valores fundamentais que estruturam o ordenamento jurídico do país, especialmente o direito à vida. Sendo assim, é defendido que esta não deve ser legalizada, pois entende-se que o direito à vida é superior aos outros princípios como o da liberdade, pois a vida sempre será o bem maior.

**Palavras-Chave:** Eutanásia. Liberdade. Legalização. Direito à Vida. Princípios Fundamentais.

**VOTO DO PRESO PROVISÓRIO: A INEFETIVIDADE DO DIREITO POLÍTICO SOB O VIÉS CONSTITUCIONAL E SOCIAL**

**Autor(es):**

*Maria Gabriela Gomes de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca compreender a inefetividade da garantia aos presos provisórios do direito ao voto, direito político fundamental. O desrespeito ao que consta na Lei Maior significa um risco à sociedade democrática - pois tais presos estão privados de sua liberdade, mas não proibidos de exercer sua cidadania. O artigo 1 da Constituição Federal, em seu caput, traz além de outros fundamentos, a cidadania e dignidade da pessoa humana em um Estado Democrático de Direito. Tais preceitos são como uma espécie de núcleo vital de princípios constitucionais, sendo assim, não podem ser feridos. Sendo o voto um exercício de cidadania, o indivíduo que não tem seus direitos políticos suspensos - não sendo o preso provisório inserido nas hipóteses de suspensão de voto do artigo 15 da Constituição Federal - não deveria ter seus direitos cerceados, devendo ser participante ativo da vida do Estado, por meio do voto. Ademais, a presente análise possui o propósito de comparar o texto legal com o que ocorre no meio social, enfatizando a análise da inefetividade da garantia ao voto dos presos preventivos e os estigmas sociais que os circundam. Especificamente, objetiva-se estudar os princípios constitucionais que permeiam o tema abordado, como também verificar dados e estatísticas que demonstram a disparidade entre garantias e realidade.

**(Metodologia)** A partir da compreensão da problemática, a linha metodológica tem um enfoque de cunho exploratório e documental, afim de analisar a efetividade entre os presos provisórios e o voto. Utilizou-se como método de abordagem o hermenêutico-concretizador, sendo fundamentado na verificação da Constituição Federal em seus artigos que evidenciam os princípios fundamentais e sobre as hipóteses de suspensão do direito ao voto, analisando se o que está sendo posto pela sociedade se insere efetivamente na concepção interpretativa da norma constitucional.

**(Resultados)** Baseando-se nos dados encontrados por esta produção acadêmica, evidencia-se que de acordo com os dados de 2017 do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número de presos no Brasil totaliza-se em 654.372 detentos, sendo, desse número, 34%, isto é, 221.054 de presos provisórios. Já nas eleições para presidenciais passada (2014), consoante com a Defensoria Pública Estadual de São Paulo - sendo esse estado concentrado por cerca de 33,1% de toda população prisional do país - dos 90 mil cidadãos provisoriamente presos no estado, mais de 70% dos presos cautelares queriam votar, mas, lamentavelmente, esse número não chegou nem a 5.000 pessoas. Logo, percebe-se o total descaso com os preceitos fundamentais, como também o descumprimento com aquilo que é garantido por meio do artigo 15, inciso III da Carta Magna, em que só é suspenso o direito político daqueles com sentença criminal transitada em julgado, sendo o preso provisório detentor do direito de votar.

**(Conclusão)** Diante dos dados e da base constitucional elencada, percebe-se a falha entre o que há na aplicação da Constituição Federal, com o que é elencado nos dados sobre a ineficiência desse direito político garantido legalmente para os presos preventivos. Assim, é notória a incapacidade correlata à vinculação dos estados, União, aliada à falta de políticas públicas nos estabelecimentos prisionais, juntamente também com a Justiça Eleitoral, pois não basta só um desses órgãos agirem, deve ser uma ação conduzida de forma coexistente, necessitando de políticas públicas efetivas, a partir da integração dessas esferas. Deste modo, faz-se necessário avaliar que quando se vive em uma República, pressupõe-se a participação de todos aqueles cidadãos, caso os requisitos estejam plenos para exercer tal direito. Assim, os encarcerados são cidadãos, com direitos políticos que devem ser respeitados e efetivados, vislumbrando o voto como um meio de mudança, sendo de extrema relevância social e jurídica.

**Palavras-Chave:** Direito ao voto. Presos provisórios. Direito Constitucional. Direitos políticos.



XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## Graduação Engenharia Civil





**ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA E AMBIENTAL PARA A UTILIZAÇÃO DE PNEUS INSERVÍVEIS NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE UMA RODOVIA FEDERAL E DE UMA AVENIDA DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Andréa de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a viabilidade econômica e ambiental para a utilização de pneus inservíveis na pavimentação asfáltica de uma rodovia e de uma avenida de Natal/RN. Pois, com o crescimento da frota de veículos no Brasil, ocorreu um grande aumento na produção de pneus que, conseqüentemente, gerou um maior número de inservíveis descartados incorretamente no meio ambiente, ocasionando assim um grande problema ambiental, pois eram descartados de forma inapropriada em rios, ruas, lixões, matas e se tornavam um grande problema para o meio ambiente e claro, para a sociedade. A prática do asfalto borracha torna mais cara a produção do asfalto, uma média de 15% a mais no custo da produção, porém, ao longo prazo os benefícios são inúmeros. O asfalto-borracha tem qualidade superior ao asfalto convencional, tem maior resistência que aumenta sua durabilidade e diminui o número de manutenções, sua alta viscosidade reduz a possibilidade de fissuras, evita riscos de aquaplanagens em dias de chuva, e a adesão ao agregado asfáltico é melhor. Lembrando ainda que essa prática também diminuirá o número de pneus descartados indevidamente em Natal, diminuindo os danos ao meio ambiente.

**(Metodologia)** Para a realização deste estudo foi necessário obter uma percepção sobre a situação atual da coleta de pneus inservíveis, do asfalto borracha e do asfalto convencional e por último – e não menos importante – a competitividade econômica, o desenvolvimento ambiental e o desenvolvimento rodoviário. Foi desenvolvido um estudo de caso composto por uma análise ambiental sobre a utilização dos pneus inservíveis em obras de pavimentação asfáltica, uma avaliação econômica de uma obra com asfalto borracha e a viabilidade econômica da transição de asfalto convencional para o asfalto borracha. O desenvolvimento da análise ambiental foi baseado em artigos sobre os impactos ambientais causados pela tecnologia do asfalto borracha.

**(Resultados)** Em inspeção a BR-304/RN foi escolhido o trecho da DIV CE/RN - 'ENTR BR-101(B) (COMPLEXO VIÁRIO DO 4º CENTENÁRIO - NATAL) TRECHO URBANO e a Av. Prudente de Moraes com o Trecho R. Mossoró – Av. Alexandrino de Alencar para os tipos de pavimento a serem analisados utilizando os dados do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) e do Projeto de Contrato de Restauração e Manutenção (CREMA) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e, ainda, de dados da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura (SEMOV) com os quais obteremos os custos necessários para a transição do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para o asfalto borracha.

**(Conclusão)** Conclui-se que, apesar da metodologia do asfalto convencional ser a mais utilizada no Brasil, a metodologia do asfalto borracha apresenta uma melhor capacidade de minimizar os custos economizando em manutenção e de diminuir os impactos ambientais.

**Palavras-Chave:** Asfalto Borracha. Pneus Inservíveis. Meio Ambiente. Economia;

## VIABILIDADE DO USO DE RCD NA PAVIMENTAÇÃO

### **Autor(es):**

*Mateus Isaias Dantas de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Karen Beatriz Mendonça Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A construção civil é uma das atividades mais antigas que se tem conhecimento e desde os primórdios da humanidade foi executada de forma artesanal, gerando como subproduto, grande quantidade de resíduos de diversas naturezas. É também responsável pelo consumo excessivo de recursos naturais provenientes de fontes não-renováveis. (R. C. C. Lintz, A. E. P. G. A. Jacintho, L. L. Pimentel, L. A. Gachet-Barbosa, Revista IBRACON de Estruturas e Materiais 5, 2 (2012) 18.), Dentre as possíveis alternativas de uso dos agregados reciclados de RCD na atualidade, encontra-se a sua utilização em pavimentação. O pavimento é uma estrutura de múltiplas camadas e espessuras finitas, construída sobre a superfície fina de terraplenagem, destinada técnica e economicamente a resistir aos esforços oriundos do tráfego de veículos e do clima classifica – se tradicionalmente em tipos básicos: rígidos e flexíveis. O trabalho mostra o aproveitamento do material reciclado para a pavimentação e apresenta vantagens como utilização de quantidade significativa do material reciclado, tanto na fração miúda, quanto na graúda, simplificado dos processos de execução do pavimento e de produção do agregado reciclado (BERNUCCI, 2012).

**(Metodologia)** A base de estudos e pesquisa deste trabalho foi baseada em análises oriundas de bibliografias nacionais e internacionais de diversos autores. O desenvolvimento desse artigo foi realizado visando a mostra dos diferenciais construtivos dos pavimentos utilizando o resíduo da construção civil, os dados para a realização dessa pesquisa foram oriundos principalmente do estudos e interpretação de trabalhos relacionados ao assunto, que foram convertidos em conhecimentos básicos para à escrita desse projeto.

**(Resultados)** Na pavimentação pode ser utilizado a reciclagem dos resíduos de construção de demolição na forma de agregado em troca do agregado graúdo no concreto asfáltico gerando uma vantagem econômica para as obras e minimizando também os impactos socioambientais que eles causam. Agregados reciclados de concreto e as misturas de agregados de concreto com a brita graduada simples (BGS) apresentam uma resiliência superior a própria brita graduada simples. Isto decorre do uso de agregados reciclados de concreto em base e sub-bases de pavimento. Utilizando um tipo flexível de RCD, as misturas precisam de um ligante de boa qualidade quando se trabalha com agregados reciclados, pois ele apresenta uma maior porosidade do que os convencionais. Isso se dá pela troca de agregados graúdos da mistura asfáltica pelos agregados reciclados.

**(Conclusão)** A quantidade de entulho gerado pela construção civil quando disposto de maneira irregular acaba provocando sérios problemas ambientais. Diversas instituições de pesquisa passaram a estudar laboratorialmente a reutilização do entulho desperdiçado, com o objetivo de desenvolver novos materiais para serem aplicados na própria indústria da construção. No presente trabalho, antes das análises laboratoriais, identificaram-se as zonas de geração do resíduo e, após a identificação das diversas áreas, pode-se observar que o RCD apesar de estar em zonas com características diferentes, apresentou a mesma caracterização visual, e os mesmos problemas ambientais ocasionados pelo bota-fora deste material, Por meio do estudo laboratorial com o agregado reciclado de Natal, verificou-se que este deve-se ser constituído de comentícios, cerâmicos vermelhos, pisos, material britado, além dos materiais indesejáveis em menor proporção, que, de acordo com a NBR 15115 tem os limites: se de grupos distintos, máximo de 3% em massa; se de mesmo grupo: máximo de 2% em massa.

**Palavras-Chave:** Viabilidade, agregados, resíduos, pavimento.

**ANÁLISE DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO APLICADAS NAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE NATAL**

**Autor(es):**

*Mariana Bezerra Josino: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A implementação de um bom Planejamento em conjunto com o uso de um sistema de gestão e controle, é um meio imprescindível para melhorar os procedimentos e incrementar a produtividade e qualidade da obra. A gestão adequada pode reduzir o desperdício de materiais e mão de obra na execução da obra, além de maximizar os ganhos financeiros que são cruciais em momentos de crises financeira. Em breves linhas, esta monografia tem por finalidade averiguar o tipo de planejamento e as ferramentas de Gestão e Controle que estão sendo aplicadas pelas construtoras locais, além de estudar os impactos destes instrumentos de gestão, como também as oportunidades e barreiras que estes proporcionam as construtoras. Nesse contexto, foram analisados todos os tipos de gestão utilizados, sendo considerado apenas duas, a gestão da qualidade e a do tempo, bem como as ferramentas de controle mais usuais – a ciclo Plan do check act, Ishikawa o software MS Project e o BIM –.

**(Metodologia)** Paralelo à construção do embasamento teórico, foi dado início a elaboração do Estudo de Caso que consistiu no exame analítico de três construtoras de médio porte localizadas na cidade de Natal/RN. A investigação foi baseada em entrevistas informais aplicadas aos gerentes da obra/empresa. Para tal procedimento, foram realizadas visitas técnicas a obras e a sede das empresas estudadas. Com os dados já levantados (referentes ao Planejamento, Gestão e as suas ferramentas de controle), foram executadas análises entre os resultados da pesquisa e o referencial teórico, como também uma comparação entre as respostas obtidas nas três construtoras estudadas.

**(Resultados)** As três construtoras analisadas no estudo de caso - apesar de suas individualidades e particularidades, apresentam o mesmo tipo de produto, uso e público alvo - demonstra pouca atenção no planejamento como também no gerenciamento do tempo e da qualidade. Em alguns momentos elas até apontam o valor do planejamento e mostram os recursos e metodologias adotados, mas que na prática não são suficientes para resolverem os problemas verificados na obra. De um modo geral, não ocorre à implantação das metodologias tradicionais no âmbito do Planejamento e Gestão de obras e tão pouco se faz o real uso de novas tecnologias, processos, técnicas ou políticas que abordam o controle do tempo e custo da obra.

**(Conclusão)** O planejamento através de ferramentas de prática, tais como as que foram abundantemente abordadas neste trabalho de conclusão de curso, apesar de ser crucial, era utilizada, como foi visto, por apenas uma construtora entrevistada nesta pesquisa, demonstrando assim um planejamento pouco eficiente vindo a ser surpreendente, visto que o planejamento é à base de toda construção. Quanto às ferramentas digitais a construtora "A" utiliza apenas o Excel® e as construtoras "B" e "C" utilizam, além deste, o software MS- Project®. Percebe-se, então que a utilização do Excel® está presente nas três construtoras, sendo isso um resquício do retrocesso, porque, como foi visto, o Excel® é um software obsoleto, que não dá exatidão em suas planilhas, tanto orçamentárias quanto de acompanhamento do tempo da obra, abrindo então um vasto espaço para as incertezas no planejamento. Sendo assim uma má notícia. Visto que existem ferramentas digitais como, por exemplo, o BIM que são mais sofisticadas e precisas. As justificativas utilizadas como a "falta de tempo" ou "pouco capital" para investir em capacitações dos funcionários demonstram a falta de empreendedorismo dos diretores técnicos com também a ausência do conhecimento e sensibilidade para novas tecnologias, processos, métodos e técnicas. Não é à toa que o mercado da construção civil é um dos que mais sofre em meio à crise econômica que se instalou no país.

**Palavras-Chave:** Gestão. Planejamento. Ferramentas de controle. Construção Civil.



**ANÁLISE DE ARGAMASSAS INDUSTRIALIZADAS E REJUNTES DO RIO GRANDE DO NORTE PARA APLICAÇÃO EM SISTEMAS DE REVESTIMENTOS DE FACHADAS E PISOS CERÂMICOS**

**Autor(es):**

*Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os revestimentos de argamassa em fachadas são majoritariamente usados nos edifícios residenciais de Natal (RN), sendo caracterizados tanto pelo uso intenso, quanto por desempenhar importantes funções estéticas e de proteção do edifício, além de representar importante parcela do custo direto de construção e de manutenção das fachadas. As patologias associadas a elas são uns dos problemas que os construtores mais temem, principalmente quando o revestimento cerâmico põe em risco a vida de pessoas. Ultimamente a ocorrência de descolamentos de placas cerâmicas em Natal (RN), tornou-se alvo de preocupações e discussões entre os engenheiros.

**(Metodologia)** O uso impróprio dos materiais, aliado à uma execução malfeita, e a falta de manutenção, tem criado despesas extras aos condomínios de edifícios com menos de cinco anos após a data de construção gerando um custo em reparos que poderiam ser inteiramente evitadas, especialmente nas fachadas dos edifícios. A tecnologia de sistemas de revestimentos promove uma contribuição para se atingir desempenho e durabilidade, uma vez que os métodos tradicionais de execução têm resultado em tantos desgastes, custos e problemas judiciais entre construtores e consumidores.

**(Resultados)** A recuperação das fachadas e a reforma de edifícios estão, cada vez mais, em evidência no mercado imobiliário, devido principalmente aos erros executivos cometidos nas construções e a falta de manutenção preventiva. Ao se realizar uma boa restauração de fachada, os revestimentos em cerâmica chegam a valorizar o imóvel em torno de 40%, além da durabilidade que pode chegar a 30 anos, em média, dependendo da manutenção periódica a ser realizada. Os principais problemas existentes na execução de pisos cerâmicos são causados pela deficiência de mão-de-obra, aplicação incorreta de materiais e falta de fiscalização dos serviços de assentamento dos pisos cerâmicos. Este trabalho tem como objetivo avaliar as principais argamassas industriais oferecidas pelo mercado do Rio Grande do Norte, medindo e comparando a tensão de aderência das placas cerâmicas aos substratos das argamassas ACI, ACII, ACIII e ACIII-E e piso-sobre-piso totalizando 201 corpos de prova com o ensaio de pull-off, o de índice de absorção de água das argamassas de rejunte tipo I e tipo II com 12 corpos de prova, e a verificação do cumprimento das normas brasileiras.

**(Conclusão)** Após a realização dos ensaios feitos no laboratório foi observado que houveram argamassas industriais colantes que não estavam de acordo com os valores mínimos exigidos pela ABNT, ao contrário das argamassas de rejunte de todos os fabricantes que respeitam os valores mínimos exigidos por norma. Nos condomínios residenciais que foram feitos os testes de aderência da pastilha cerâmica a argamassa, os resultados deram todos abaixo da norma técnica, justificando as quedas constantes das pastilhas cerâmicas.

**Palavras-Chave:** Plavras-Chave: Cerâmica. Aderência. Argamassa.

**ANÁLISE DE CUSTO DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÕES EM REVESTIMENTO CERÂMICO E REVESTIMENTO ARGAMASSADO NO BAIRRO DE PETRÓPOLIS EM NATAL - RN.**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda Fernandes de Farias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Mariana Silva Freitas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante da oferta de novos empreendimentos imobiliários no Brasil (especialmente entre os anos de 2011 e 2014) e das exigências do mercado consumidor por crescentes padrões de qualidade na construção civil, o investimento em gestão da qualidade deixou de ser um diferencial e passou a ser considerado como essencial para qualquer empresa. Este investimento em qualidade, que visa aumentar a competitividade da empresa, concentra esforços na melhoria dos processos de produção e no aumento da qualidade dos produtos ofertados, gerando o aumento da produtividade, a redução de custos e desperdícios, a abertura de novos mercados e a eficiência no controle de processos. Esta crescente preocupação do setor da construção civil em atender aos padrões de qualidade se reflete na norma de desempenho ABNT NBR 15575 – Edificações Habitacionais - Desempenho (2013) e nas certificações de qualidade como a ISO 9001 e o Sistema de Avaliação de Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil – SiAC/PBQP-H. Apesar do avanço tecnológico no campo dos materiais e das técnicas de construção, além da crescente preocupação com a qualidade de execução, verifica-se que os edifícios residenciais relativamente novos (com aproximadamente 5 anos após a entrega) já apresentam patologias de diferentes tipos em suas fachadas, não apresentando a qualidade inicialmente esperada e gerando custos adicionais aos condôminos.

**(Metodologia)** A metodologia usada para obtenção dos resultados deste trabalho é baseada na pesquisa das práticas existentes no mercado, dos materiais aplicados em fachadas, no registro fotográfico e observação das manifestações patológicas dos edifícios em estudo, nos estudos dos tipos de patologia e suas possíveis causas e no levantamento dos custos de manutenção e execução de fachadas em revestimento de placas cerâmicas e o revestimento argamassado.

**(Resultados)** Na análise de resultados, foi observado que o valor da execução do revestimento cerâmico apresenta um aumento de 157,13% do valor do revestimento argamassado. Já o valor de manutenção foi visto que o revestimento cerâmico representa 395,74% do valor do revestimento argamassado.

**(Conclusão)** Depois de um estudo sobre a execução dos revestimentos em fachada, seus métodos construtivos e suas aplicações, observou-se que as origens das patologias acontecem na sua maioria devido às falhas nesses processos executivos. Os serviços de execução da fachada devem ser feitos por equipes especializadas e treinadas para seu bom desempenho, pois a maioria das patologias ocorre durante a aplicação. Nesse contexto, no caso específico desta pesquisa, realizou-se um levantamento sobre as patologias do sistema de revestimento cerâmico e argamassado verificando-se que as patologias mais recorrentes foram: destacamento, eflorescência, manchas e bolor. Como observado na análise de resultados, o valor da execução do revestimento cerâmico apresenta um aumento de 157,13% do valor do revestimento argamassado. Já o valor de manutenção foi visto que o revestimento cerâmico representa 395,74% do valor do revestimento argamassado. O intuito de se fazer uma análise de custo foi exatamente dar uma noção de quão onerosa pode ser uma manutenção, principalmente se esta for recorrente na fachada das edificações. Estes custos de manutenção poderiam ser evitados se houvesse um melhor controle do processo executivo e da qualidade. Além disso, foi observado que o revestimento cerâmico é mais caro, devido o processo de execução e ao custo dos materiais utilizados, mas é bastante utilizado como forma de agregar valor estético e imobiliário aos edifícios.

**Palavras-Chave:** Revestimento cerâmico, revestimento argamassado, revestimento em fachada, análise de custo, patologias em revestimento.

## **ANÁLISE ESTRUTURAL DE PONTES TRELIÇADAS - PROTÓTIPO, PONTE DE MADEIRA.**

### **Autor(es):**

*Alisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Trelíça é uma estrutura composta por cinco ou mais unidades triangulares construídas com elementos retos que se cruzam, formada por vários triângulos conectados, tendo a finalidade de desenvolver resistência a cargas aplicadas e melhorar seu desempenho em grandes vãos possibilitando assim a construção de pontes. Devido a sua configuração, os membros da trelíça estão sujeitos a tração, compressão e pontos neutros que irão se comportar de acordo com o carregamento. As trelíças vêm sendo usadas extensivamente em pontes desde o século XIX, hoje o seu uso se estende a vários tipos de construções de tetos, torres, guindastes e diversas outras máquinas e estruturas.

**(Metodologia)** Será realizado uma análise estrutural minuciosa do comportamento dos elementos trelíçados da ponte de madeira vencedora do concurso de Pontes de Madeira do Congresso de Iniciação Científica (CONIC) do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), utilizando como apoio para verificação os softwares Two-dimensional Frame Analysis Tool (Ftool) e Structural Analysis Program (strap), que são programas de análise com 2 e 3 dimensões respectivamente. Para a análise, leva-se em conta a carga suportada de 121,7 kg aplicada (Carga que veio a ocorrer a sua ruptura) ao centro da estrutura, e as respectivas dimensões do modelo que são 9 cm de largura, 23 cm de altura e 104 cm de comprimento, tendo aproximadamente 900g do seu peso próprio.

**(Resultados)** Com a verificação do desempenho do protótipo em aplicação real e virtual, observou-se detalhes importantes para sua construção e comportamento como: tipo madeira, conexões, material para união das peças, dimensões das peças e da estrutura final e aplicação da carga. Com os princípios de análise estrutural, verificou-se a importância das peças neutras, onde essas mostraram-se reagindo aos esforços quando se aplicou a carga, que devido serem "neutras" eram mais frágeis e sujeitas a esforços diferentes (compressão ou tração), o que ocasionou o rompimento da estrutura por uma dessas.

**(Conclusão)** O estudo realizado possibilitou a identificação de erros simples, contudo, significativos na desenvoltura da ponte. A checagem, ajudou-nos a desvendar a importância dos membros neutros e a variação de seus comportamentos, que quando desconsiderados podem levar a estrutura ao colapso, como neste caso. Portanto, conclui-se que é necessário a análise prévia dos membros e das possíveis variáveis para o modelo, além disso, destaca-se a escolha de bons materiais que se adequem ao projeto, para que possa ser realizado um bom dimensionamento da estrutura, adequando cada membro conforme a solicitação dos esforços.

**Palavras-Chave:** TRELIÇAS, MEMBROS, DIMENSIONAMENTO, COMPORTAMENTO, ANÁLISE.

**BIOSSORÇÃO DE METAIS PESADOS EM ÁGUA DA LAGOA DO JIQUI POR CASCA DE CARANGUEJO UCIDES  
CORDATUS**

**Autor(es):**

*Natália Aragão Tavares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A população natalense conta com dois mananciais de superfície como reserva de água para seu abastecimento, que deve passar por uma série de tratamentos para que atenda os padrões CONAMA de distribuição, além do Aquífero Barreiras. No entanto, até 2012 esse padrão não era atendido pela bacia do rio Pitimbu, quanto a presença de alguns metais pesados, como alumínio, ferro e fósforo. Sabendo que, o excesso dessas substâncias inorgânicas causa sérios danos à saúde, como por exemplo Encefalopatia em pacientes de Dialise Renal, e que por sua vez, as Estações de Tratamento de Água não tem um processo específico destinado a adequar a concentração desses metais, foi que se realizou a pesquisa de tratamento da água coletada na lagoa do Jiqui, com a casca de caranguejo, abrindo a possibilidade de inserir um método eficaz, que atinge o padrão aceitável para que os cidadãos de Natal possa consumir sem que tenha risco de contaminação eficiente, que separa o material indesejado da água utilizando processo de baixo custo. Isso ocorre devido a matéria prima utilizado ser a casca de caranguejo, hoje descartada no meio ambiente como rejeito, principalmente no verão em todas as cidades litorâneas do Brasil, contribuindo para o acúmulo de lixo, que inclusive o país não está preparado para descartar de forma adequada no ambiente, tornado então a pesquisa socioeconomicamente e ambientalmente viável.

**(Metodologia)** Projeto de pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico, em livros artigos e periódicos, acerca da utilização de material orgânico (casca do crustáceo *Ucides Cordatus*) como bioadsorvente de metais pesados, utilizando de ensaios laboratoriais para o tratamento da matéria prima, e uma simplificação do processo de tratamento de água executado pelas estações de tratamento.

**(Resultados)** O estudo de caso, com processos simplificado do tratamento da água realizado com água da Lagoa do Jiqui, obteve um resultado satisfatório à primeira vista, uma vez que, por análise observacional, notou-se uma melhora em relação a turbidez do material coletado, a decantação do material inorgânico, e perda de intensidade da coloração que essas substâncias causam na água contaminada por metais pesados.

**(Conclusão)** Um projeto como esse espelha uma nova visão, em que os profissionais estão buscando cada vez mais, meios inovadores e econômicos de melhorar a qualidade de vida da população como um todo, buscar formas alternativas para solucionar as problemáticas que cada um como indivíduo que habita esse planeta, enfrenta no seu dia a dia, e muitas vezes nem tem conhecimento, apenas sofre das consequências, como a contaminação da água, a poluição gerada pelo descarte de forma inadequada das cascas dos caranguejos nas praias do Brasil, o mundo carece de mais ideias inovadoras e sustentáveis assim.

**Palavras-Chave:** Tratamento. Água. Metais pesados. Casca de caranguejo.

## CARATERIZAÇÃO DE PATOLOGIAS EM PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS

**Autor(es):**

*Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tendo presente o estado degradado de muitas infraestruturas rodoviárias nacionais, conjugado com a situação econômica atual, dificultando o surgimento de novos projetos no âmbito rodoviário. Então a manutenção e a reabilitação das vias existentes assumem um papel determinante. Os sistemas de gestão rodoviária e em particular os da gestão da conservação de pavimentos, apoiam-se no conhecimento da qualidade dos pavimentos em serviço, de modo a efetuar uma comparação entre os diferentes trechos da rede, candidatos às ações de conservação. A definição da qualidade dos pavimentos baseia-se em critérios objetivos quanto à análise da interação entre o estado do pavimento, a respetiva capacidade estrutural e o utente da estrada. O objetivo deste trabalho é essencialmente fazer uma correlação das degradações possíveis com a caracterização e análise de um trecho de pavimento (caso de estudo) e metodologias adotadas como soluções de reabilitação/conservação do pavimento.

**(Metodologia)** A reabilitação de pavimentos é de essencial importância na manutenção das infraestruturas rodoviárias existentes no país. No atual contexto macroeconômico o seu relevo é ainda mais acentuado, pelo que o estudo da gênese das patologias nestas infraestruturas e respetiva solução é devidamente contextualizado. O conhecimento dos processos responsáveis por estas degradações que resulta dos estudos desenvolvidos a nível mundial é fundamental para a obtenção da catalogação das mesmas. Na caracterização dos diferentes tipos de pavimento, de acordo com a sua estrutura: flexíveis, rígidos e semirrígidos, com vista à análise dos efeitos do tráfego, das condições atmosféricas, e outros fatores responsáveis pela degradação destas infraestruturas, existe a necessidade de reabilitação destas vias, proporcionando-lhes, um aumento da sua vida útil. Nessa pesquisa é feita uma abordagem das patologias que se encontram na diferente literatura associada. Isto, para depois se observar um caso concreto, como são as rodovias do Rio Grande do Norte. Sabendo qual o tipo de degradação presente, qual a caracterização realizada, metodologia adotada e quais os procedimentos seguidos para a sua beneficiação.

**(Resultados)** Com a pesquisa será possível identificar as causas das patologias encontradas comumente nas rodovias do estado, tanto as que ligam uma cidade à outra bem como as vias urbanas, que podem estar relacionadas à má execução, ao mau uso das vias a erros de projeto, entre outros agravantes, e assim será possível dar as soluções corretas para corrigir os problemas encontrados, desse modo prevenindo que venha a ocorrer novamente, prolongando a vida útil, melhorando a resistência das rodovias e causando menos transtornos à população usuária dessas vias.

**(Conclusão)** Essa pesquisa mostra que existe uma diversidade significativa de patologias nos pavimentos do estado do Rio Grande do Norte e que, cada qual tem uma definição que pode ser variável de cidade para cidade. Com essa pesquisa será possível definir os vários tipos de patologias encontradas com o objetivo de relacionar as causas que a originaram às soluções corretas, de modo a poder interpretar-se e compreender a evolução das mesmas. Poderemos assim, poderemos dividir determinados trechos de estrada em secções homogêneas para assim se poder analisar detalhadamente essas zonas e definir a reabilitação/beneficiação mais adequada.

**Palavras-Chave:** Pavimentos rodoviários Características estruturais e funcionais de pavimentos Reabilitação de pavimentos rodoviários Degradação de pavimentos rodoviários

## COMPARATIVO ENTRE O COMPORTAMENTO DE ESTRUTURAS DE AÇO E MADEIRAS EM SITUAÇÃO DE INCÊNDIO

### **Autor(es):**

*Felipe de Melo Maia Madruga: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*David Vasconcellos Simonetti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A exposição ao fogo, é uma situação altamente crítica para todos os tipos de estruturas de edificações. Em destaque nesse trabalho, estão os elementos de sustentação, madeira e aço, que apesar da pouca utilização no Brasil, apresentam características singulares e de importante observação, motivo pelo qual já ganhou bastante espaço em locais onde a construção civil é mais avançada como Estados Unidos e Europa. No cenário brasileiro, a utilização das madeiras é definida quanto a sua resistência e sua espécie (Coníferas e Dicotiledônias) pela NBR 7190:1997, já as peças metálicas estruturais são definidas pelas especificações da NBR 8800:2008. De acordo com as características e propriedades de cada tipo de material utilizado para execução, seus respectivos efeitos quando submetidos a esta situação de alta temperatura podem levar a diferentes comportamentos. Quando exposta ao fogo, a madeira – por se tratar de um material orgânico e inflamável – proporciona a rápida propagação das chamas pela superfície da mesma, provocando uma redução da seção transversal resistente do elemento estrutural. Contudo, ao contrario do que é normalmente esperado, a carbonização da camada exposta ao fogo proporciona um revestimento térmico que protege a parte interna do elemento estrutural, permitindo que a mesma resista por mais tempo ao incêndio antes de entrar em colapso. As peças estruturais em aço apresentam elevada resistência mecânica e não são inflamáveis, no entanto quando expostas ao fogo as mesmas sofrem grande alterações em suas propriedades físicas e mecânicas. Essa alteração é capaz de promover uma perda de estabilidade local e global do elemento inflamado, mediante seu derretimento, comprometendo a estrutura em seus estados limites últimos e de serviço.

**(Metodologia)** Caracteriza-se por uma pesquisa teórica bibliográfica, onde se busca mostrar diante das pesquisas realizadas o real comportamento destas estruturas quando submetidas a elevadas temperaturas. Durante o levantamento bibliográfico e a busca por artigos foram utilizados os seguintes bancos de dados: artigos e bibliografias (com publicações que tenham sido realizadas nos últimos 5 anos), matérias passadas em sala de aula e resultado de experimentos executados por pesquisadores da área.

**(Resultados)** Diante das pesquisas realizadas e conhecimentos desenvolvidos, verificou-se que a madeira por ser um material orgânico e apresentar carbonização das camadas mais externas do elemento estrutural, apresenta uma elevada condição de resistência ao fogo comparada a estrutura de aço que apresenta diante a exposição ao fogo uma perda expressiva de sua capacidade. Contudo, por apresentar uma resistência ao alto grau de temperatura, as estruturas de madeiras apresentam um comportamento melhor diante desta situação.

**(Conclusão)** Com base nos resultados e segundo as pesquisas, a madeira demonstra diante a ação do fogo uma resistência prolongada em comparação com a estrutura de aço que apresenta um colapso mais rápido. No entanto, todas as estruturas apresentam perdas de suas características e propriedades mecânicas quando submetidas a situações de incêndio, diferenciando somente o fator tempo de resistência quando submetida a determinada ação externa.

**Palavras-Chave:** Estrutura, Madeira, Metálica, Incêndio, Resistência, Colapso.

## CONCRETO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO

**Autor(es):**

*Taisa Maria Pimentel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O glass fiber reinforced concrete (concreto reforçado com fibra de vidro), conhecido também como GFRC, vem sendo cada vez mais utilizado e estudado na construção civil por apresentar boa resistência mecânica à tração e a impactos. Possui também larga aplicação em diferentes tipos de construções e diversos formatos de peças, podendo ainda ser colorido para a fabricação de peças específicas. Um dos fatores primordiais para as boas propriedades do compósito está, não somente na escolha adequada e melhor proporção dos materiais a serem utilizados, como também na forma de mistura dos elementos. Isso se dá devido à facilidade do rompimento do fio da fibra na mistura bruta, o que pode acarretar na diminuição sua resistência e da transmissão de cargas para a matriz cimentícia.

**(Metodologia)** O objetivo do presente trabalho é discorrer acerca da utilização da fibra de vidro no concreto, características, microestrutura e propriedades do material. Além de comparar suas propriedades mecânicas com o concreto usual, analisando a viabilidade, ou não, desta combinação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, focada em artigos publicados em revistas e jornais, além de pesquisas similares realizadas na área, e ensaios laboratoriais de flexão e compressão para a análise de dados comparativos.

**(Resultados)** A partir de estudos já realizados, nota-se que a fibra de vidro adicionado ao concreto modifica suas propriedades diretamente relacionadas ao módulo de elasticidade, visto que proporciona uma redução do mesmo. Dessa forma, aumenta-se significativamente a resistência de tração durante a flexão, que é um dos maiores motivadores da adição de fibras ao compósito, visto que o mesmo não possui boa resposta nesta área. Quanto à compressão axial, os resultados não apresentam acréscimos significativos. A utilização de fibras como reforço acarreta também em uma maior resistência a propagação de microfissuras internas devido aos fios de fibra que se entrelaçam, distribuindo os esforços de maneira mais eficiente. No entanto, nota-se uma redução da trabalhabilidade relacionada ao aumento da quantidade de fibras no concreto.

**(Conclusão)** Pode-se concluir que a fibra de vidro confere ganhos de propriedade e melhora a aplicabilidade do concreto em materiais onde necessita-se de melhor resistência à flexão. A utilização do GFRC proporciona ainda a fabricação de peças mais leves, pois as mesmas podem possuir espessura menor, visto que não necessitam de complemento com armaduras para a resistência à pequenas cargas. Como pode-se observar, esta área ainda possui muitas vertentes para estudo pelo fato de que nos compósitos quaisquer modificações seja na matéria-prima e/ou processo de fabricação acarretam em propriedades e resultados diferente.

**Palavras-Chave:** Fibra de Vidro. Concreto. GFRC. Propriedades.

## CONFEÇÃO DE CONCRETO PARA PAVIMENTOS PROTENDIDOS DE PORTOS E AEROPORTOS

**Autor(es):**

*Mateus Isaias Dantas de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os pavimentos de portos estão sujeitos a tipos de cargas que variam em geometria e magnitude, conforme a finalidade do terminal portuário. Os tipos de pavimentos tradicionalmente utilizados em portos são: concreto simples, concreto armado, blocos intertravados de concreto e pedra natural. Este trabalho tem como objetivo estudar o uso alternativo do concreto protendido para pavimentos portuários, demonstrando a sua viabilidade. O uso da protensão já é uma realidade para pisos industriais e de aeroportos, pois possibilita espessuras de concreto reduzidas, poucas juntas e redução no número de fissuras, o que prolonga a vida útil do pavimento. São estudadas variações de parâmetros como: espessura da laje de concreto, resistência característica do concreto à compressão ( $f_{ck}$ ), cargas de protensão e dos veículos e propriedades da sub-base. Também foram estudadas alternativas para sub-bases, pois a capacidade de carga do pavimento está diretamente ligada a elas.

**(Metodologia)** As ferramentas e os procedimentos metodológicos adotados para esse estudo serão a elaboração de traço, para pavimentos protendidos, ensaios laboratoriais (flexão) para comprovar a eficiência em relação a norma NBR 12142/2010, confecção de um protótipo do pavimento protendido, mostrando que a sua configuração e organização dá ao material uma altura da camada de concreto bem menor. Cálculo do sistema de pavimento protendido para aplicação no porto e aeroporto de Natal\RN e para os aeroportos de Parnamirim\RN e Ceára-Mirim\RN e análise comparativa de custo do sistema de pavimento protendido com o sistema de pavimento em concreto armado.

**(Resultados)** Como resultado deste trabalho concluiu-se que o uso da protensão em pavimentos portuários é viável e que o modelo de dimensionamento proposto, pois apresentam resultados próximos de outros autores. Contendo a redução de espessura do pavimento, redução do número de juntas, maior resistência à flexão, tração e compressão, redução do custo do m<sup>3</sup> do pavimento, pois a protensão diminuirá a camada de concreto e o aumento da durabilidade

**(Conclusão)** Através dos ensaios laboratoriais (flexão) para comprovar a eficiência em relação a norma NBR 12142/2010 foi comprovado que o traço para e eficiente com os resultados obtidos são superiores aos da norma em torno de O modelo de cálculo e suas planilhas foram verificados por meio do projeto de pavimento para aeroporto apresentado em VASCONCELOS (1979). A verificação demonstrou que o modelo é eficiente, pois apresenta resultados próximos nas diferentes etapas de cálculo. As diferenças ocorreram por VASCONCELOS (1979), ter usado o método de Pickett e Ray para determinar o momento devido aos veículos, enquanto, nessa dissertação utilizou-se o método de Westergaard por possibilitar a programação. No entanto, se forem utilizadas as cargas e momentos de VASCONCELOS (1979), o modelo de cálculo demonstra que existe segurança contra a fissuração.

**Palavras-Chave:** FCK (Resistência Característica do Concreto à Compressão),



## CONFEÇÃO DE CONCRETO SUSTENTÁVEL UTILIZANDO REJEITO PROVENIENTE DA EXTRAÇÃO DA SCHEELITA

### **Autor(es):**

*Lucas Gabriel Pinheiro da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O rejeito proveniente do mineral Scheelita é um problema pelo seu grande acúmulo em dunas na região de Currais Novos, pelo fato do rejeito representar quase 95% do que é produzido nas minas de Scheelita. Pensando nisso, foi proposta a confecção de um concreto que utilizasse esse rejeito de forma sustentável para a substituição do agregado miúdo no traço do concreto.

**(Metodologia)** A metodologia empregada passa por uma revisão bibliográfica de trabalhos que já utilizaram este rejeito como substituinte do agregado miúdo em outras finalidades, além da confecção de corpos de prova com o concreto com seu novo agregado, submetendo-o a ensaios de resistência à compressão e ao cálculo de absorção de água do mesmo e o seu comportamento de acordo com os dias que está submetido a cura. Os corpos de prova foram rompidos na idade de 28 dias de cura. Além disso, foram expostos a testes de absorção de água onde passaram, após pesagem, 28 dias submersos a água para saber se são satisfatórios os resultados quando comparados ao concreto que utiliza areia como agregado miúdo.

**(Resultados)** Dos 12 CPS, 5 ficaram com resistência à compressão inferior e 7 CPS ficaram com resistência à compressão superior. Além disso o desvio padrão foi feito pela fórmula da raiz quadrada, do somatório, do quadrado da diferença entre a média e o valor encontrado, em razão do número de valores, resultando em 0,93. O resultado foi satisfatório e os corpos de prova atingiram a resistência necessária como recomenda a norma. Onde 3 CPS ficaram com resistência à compressão inferior e 9 CPS ficaram com resistência a compressão superior.

**(Conclusão)** Tendo em vista que todos os ensaios realizados deram resultados positivos e estão assegurados por norma é possível que a utilização do rejeito proveniente da Scheelita no concreto é bastante proveitosa. Tendo em vista todos os ensaios realizados e os resultados apurados tanto com a resistência a compressão do material como a absorção, sabendo que os mesmos estão assegurados por norma é possível a utilização deste material como concreto estrutural para obras em meio rural e meio urbano, onde justamente se aplicam as classes de agressividade I e II. Além disto, os objetivos desse projeto se tornam possíveis, uma vez que este rejeito proveniente da Scheelita que não tem valor comercial ultimamente, passa a ser fonte de renda para trabalhadores da região. Pode-se também citar a viabilidade econômica que trará ao traço do concreto convencional, uma vez que passamos a utilizar um material sem custo inicial no lugar de um material em escassez e com um custo econômico. Uma vez que o custo do metro cúbico do concreto segundo o SINAPI é de 279,36 reais, sendo 63,00 reais correspondente ao metro cúbico da areia, tornando o metro cúbico do concreto sustentável utilizando o rejeito da Scheelita por um custo de 216,36 reais, uma economia de mais ou menos 22%. Um dos pontos mais importantes deste trabalho é a sustentabilidade do concreto, um tema que vem crescendo constantemente e que trará muitos benefícios para a região de Currais Novos no Rio Grande do Norte, uma vez que os problemas ambientais causados pelas dunas de armazenamento do rejeito proveniente da extração da Scheelita serão sanados.

**Palavras-Chave:** Rejeito. Scheelita. Sustentabilidade. Concreto.

## CONFECÇÃO DE CONCRETOS PARA TORRES EÓLICAS PRÉ-MOLDADAS PROTENDIDAS

**Autor(es):**

*Rodrigo Teixeira Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos primórdios a energia eólica era utilizada como um mecanismo de energia para transportar navios a vela por todo os oceanos, mas com o descobrir de novas tecnologias foram substituindo o vento por motores e assim a tecnologia passou um tempo esquecida, fazendo com que a água fosse o gerador de energia para os transportes, casas e eletrodomésticos. Porém com o passar do tempo voltaram a usar o vento, só que agora não apenas gerando energia para empurrar um barco, em meados do século XIX, mais especificamente em 1888, foi criado o primeiro aero gerador, que são os motores que farão com que o vento gire as hélices e transforme essa rotação de energia cinética para energia elétrica. Já foram testados vários tipos de torres, como a de madeira, a de aço, a de concreto pré-moldado e agora está surgindo um novo tipo, de concreto pré-moldado protendido. As torres de concreto pré-moldado protendido vêm com o intuito de evitar que elas sofram fraturas em suas bases, evitando deixar os blocos mais frágeis, e seja mais rentável tanto na visão financeira como na parte executiva. A protensão da uma resistência maior ao concreto antes mesmo de sua cura, pois o aço vai estar tracionada ao máximo e o concreto comprimido ao máximo, sendo o caso perfeito. O Brasil apesar de ter um grande potencial eólico, de acordo com uma pesquisa realizada em 2012, ele se encontra se em 10º (décimo) lugar, estando em primeiro a China e logo em seguida a Alemanha. Neste trabalho de conclusão de curso (TCC) irei mostrar que a utilização do concreto protendido trará torres mais resistentes, mais altas sem problemas estruturais, e com isso as torres gerarão mais energia elétrica, devido a alcançar uma altura mais alta, suas hélices serão maiores, conseqüentemente, necessitando uma energia maior para poder rotaciona-las. Pois quando mais alto maior será a corrente de vento, gerando uma rotação mais rápida nas hélices.

**(Metodologia)** Este trabalho constituirá uma revisão bibliográfica sobre a utilidade do concreto protendido em torres eólicas visando a análise de custo e benefícios realizando a elaboração e confecção de traços para corpos de prova, no laboratório de materiais de construções de engenharia civil no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), com o objetivo dos mesmos atingirem os valores de resistência à compressão especificados pela norma NBR 6118:2014. Elaborando os ensaios laboratoriais de compressão e absorção para comparar com sua eficiência. Também consistirá numa comparação de tipos de torres mostrando a diferença entre elas e comprovando a maior eficiência da constituída por concreto pré-moldado protendido, para as de concreto e de aço.

**(Resultados)** Os corpos de prova realizado no laboratório de resistência a compressão para agressividade I e agressividade III, que são respectivamente de 20MPa de 30 Mpa, deram resultados positivos acima do exigido pela norma.

**(Conclusão)** De acordo com meus resultados já realizados no laboratório, eles foram atingidos de acordo como a NBR 6118, ultrapassando o mínimo exigido pela norma, ou seja, adquirindo bons resultados.

**Palavras-Chave:** Torre eólica, concreto pré-moldado, concreto protendido.

## CONSTRUÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE DESSALINIZADOR SOLAR PARA ANÁLISE DE APLICAÇÃO E CONSUMO

### **Autor(es):**

*Samara Regina dantas dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Mariana Bezerra Josino: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Anne Carolinne Cavalcanti Pereira Pinto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Eudes Francescoli de Oliveira Barbalho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Steferson Almeida Aderaldo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o intuito de ajudar na busca por uma solução para a escassez de água doce, existe um mecanismo para a minimização dessa precariedade. O dessalinizador solar é uma opção simples e relativamente barata, quando comparada a outros tipos de modelos para a obtenção do mesmo resultado. De forma fácil e objetiva, a construção desse aparelho é uma maneira singela de obtenção de água doce para a acessibilidade de classes mais precisadas. Com a finalidade de sanar dificuldades de acesso à água por parte da população mais carente, observou-se que por meio da dessalinização da água do mar é possível alcançar esse objetivo.

**(Metodologia)** Para tanto, foi necessária a criação do protótipo de dessalinizador solar no intuito de analisar o processo de forma sucinta. A partir deste estudo foi possível identificar o que pode ser aproveitado para uma estrutura mais complexa e evidenciar o que é necessário para a execução de um macro processo em um bairro mais carente, por exemplo. O protótipo foi construído em alguns dias de forma simplificada e com materiais de fácil acesso. Tem funcionamento efetivo e é um caminho para minorar a necessidade de água doce. A partir do estudo dessa amostra viu-se a possibilidade de dimensionar quantitativa e financeiramente a construção de um dessalinizador que venha ser usado e bem aproveitado.

**(Resultados)** A destilação solar utiliza a energia solar diretamente, em um sistema extremamente simples: o processo natural de purificação de água, por meio de evaporação, condensação e precipitação, é reproduzido em pequena escala. Esse equipamento, chamado de dessalinizador solar, consiste basicamente em um tanque raso com um tampo de vidro transparente, formando um volume estanque. A radiação solar atravessa o vidro e aquece a água, aumentando sua taxa de evaporação. O vapor d'água sobe, condensa em contato com o vidro mais frio, e a água destilada escorre até ser capturada por uma canaleta, deixando para trás os sais, outros minerais e a maioria das impurezas, incluindo micro-organismos nocivos à saúde.

**(Conclusão)** Concluindo que por dia, em uma área de incidência solar de 900 cm<sup>2</sup> coleta-se aproximadamente 25 ml de cada 250 ml colocadas. Levando para um mês de coleta, seriam necessárias 7500 ml de água, para se retirar 750 ml de água. Dessa forma deve-se considerar que o dessalinizador tem uma proporção de 10% de coleta de água, ou seja, a cada litro de água infiltrada pode-se retirar 100 ml de água diariamente, podendo esse valor ser alterado de acordo com a área superficial de contato com o sol, pois se houver aumento de calor a água pode evaporar com maior facilidade e rapidez.

**Palavras-Chave:** Dessalinizador. Sol. Água potável.

**CONTAGEM DE VEÍCULOS EM INTERSEÇÕES PARA DEFINIÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS - UTILIZAÇÃO DE EDO**

**Autor(es):**

*Edson Augusto Lopes Teixeira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Yllana Maria Albuquerque Marques: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Yago Victor Sousa Gonzaga: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*João Victor Araujo Campos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Maria dos Milagres Samyla Julião Beserra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*  
*Sebastião Gomes de Andrade Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tráfego em vias urbanas nas cidades brasileiras está cada vez mais precário, podendo ser verificado constantes congestionamentos, baixas velocidades e, conseqüentemente, aumento dos tempos de deslocamento, implicando na necessidade de estruturação e modernização de vias e elementos de controle de fluxo cada vez mais aprimorado. Uma característica que reforça a necessidade dessa modernização é o fato de que a interação entre os elementos de um sistema de trânsito possuem uma dinâmica complexa e imprevisível, por depender basicamente do comportamento humano. Tais necessidades e características pertencentes ao fluxo de veículos justificam o contínuo aprendizado sobre o trânsito e os mecanismos de transporte existente neste contexto, além do desenvolvimento de novas soluções para a segurança de passageiros, pedestres e bens materiais. Um dispositivo de controle de tráfego bastante conhecido é o semáforo encontrado, geralmente, em cruzamento de vias com a finalidade de aumentar a segurança. Apesar de ser utilizado há bastante tempo, ainda não possui características para se adaptar visando a priorização do fluxo de pedestres ou de veículos. Um conhecimento importante para um funcionamento eficiente do semáforo é saber a quantidade de veículos que circulam nas vias em horários específicos, permitindo a implantação da sinalização adequada ou alteração da infraestrutura, garantido o conforto e segurança de quem usufrui. Analisar o volume de tráfego visando a obtenção de dados necessários para a elaboração de seu fluxograma, projetos de canalização, identificação dos movimentos permitidos, cálculos de capacidade e análise de acidentes; através de uma análise de uma equação diferencial ordinária (EDO).

**(Metodologia)** Através da elaboração de pesquisas bibliográficas, buscou-se o conhecimento necessário sobre o tema, sendo realizado, posteriormente, uma contagem manual dos veículos nos dois sentidos do cruzamento, em determinados horários do dia, utilizando o tempo de abertura e fechamento do semáforo, na interseção das avenidas Prudente de Moraes e Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia (Av. Integração); posteriormente irá ser calculado através de uma equação diferencial a quantidade de veículos em relação ao tempo.

**(Resultados)** Elaboração de propostas de melhorias para maior fluidez e segurança no tráfego de veículos e pessoas na interseção das Avenidas Prudente de Moraes e Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia (Av. Integração), como incentivo de utilização de avenidas alternativas em horários de maior fluxo de carros e/ou, até mesmo, uma mudança maior na infraestrutura do local com a possível construção de um viaduto. Esse projeto de viaduto seria uma medida mais radical e com uma viabilidade a ser estudada. Isso tudo, analisados a partir de uma EDO.

**(Conclusão)** De acordo com as informações coletadas é possível ter um banco de dados. Onde esse pode ser utilizado para melhorias de infraestrutura em um local de extrema importância da cidade. O cruzamento estudado vem sofrendo mudanças frequentes com o passar dos anos, entretanto, são alterações que surtem efeitos de pouca relevância e, devido a relevância desse ponto para o melhor tráfego da cidade, é necessário algo mais concreto e com grandes vantagens.

**Palavras-Chave:** Tráfego. Fluxo. Fluidez. Segurança. EDO.

**CORRELAÇÃO ENTRE OS VALORES DE DQO E DBO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE-RN.**

**Autor(es):**

*Pedro Henrique Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Úrsula Thais de Paula Medeiros : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tratamento de esgoto tem por objetivo reduzir seu conteúdo inorgânico, orgânico e microbiano, diminuindo os riscos que ele representa para o meio ambiente e a saúde pública. A Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) é um parâmetro que representa a quantidade de oxigênio necessária para estabilizar, através de processos bioquímicos, a matéria orgânica carbonácea presente nos esgotos. É uma indicação indireta do carbono orgânico biodegradável. Já a Demanda Química de Oxigênio (DQO) mede o consumo de oxigênio por oxidação química da matéria orgânica. A relação entre os valores de DQO e DBO varia de acordo com as características do esgoto e conclui sobre a biodegradabilidade dos esgotos. O objetivo deste trabalho foi estabelecer uma relação entre os valores de BDO e DQO para os esgotos domésticos brutos (afluentes) e para os esgotos tratados (efluentes) das Estações de Tratamento de Esgoto, das cidades de Caiçara do Rio do Vento, Pedro Velho, Pipa, Santana do Seridó e Santo Antônio, todas elas na região do semiárido do Rio Grande do Norte e observar o grau de biodegradabilidade assim como o tipo de tratamento adequado.

**(Metodologia)** Além da revisão bibliográfica, foi realizada uma análise dos laudos qualitativos para as Estações de Tratamento de Esgoto das cidades em estudo através de gráficos e planilhas no Microsoft Excel. Foram também utilizados modelos matemáticos para estabelecer o grau de relação entre os valores totais de DBO e DQO para as Estações de Tratamento de Esgotos em análise.

**(Resultados)** Observou-se valores na relação DQO/DBO5 que variaram na entrada dos sistemas de tratamento de esgoto de 1,26 a 2,14 e na saída destes mesmos sistemas de 2,19 a 4,10. Para a ETE do município de Caiçara dos Ventos, foi encontrado o valor médio DQO/DBO de entrada de 1,61, e 3,26 para a concentração média de saída. Para a ETE de Santana do Seridó foram encontrados na relação DQO/DBO para a concentração média de entrada foi de 2,14 e 4,10 para a concentração média de saída. A ETE do município de Pipa encontrou-se valores de 1,52 na entrada, e 2,19 para as concentrações de saída. Em Santo Antônio a ETE apresentou os valores para a relação DQO/DBO de 1,26 para a entrada e 2,81 para a saída. E por fim, o município de Pedro Velho os valores obtidos foram de 1,79 entrada e de 2,52 para saída da ETE.

**(Conclusão)** A relação entre os valores de DQO e DBO varia de acordo com as características do esgoto. Para águas residuais de origem doméstica, as relações entre DQO/DBO variam de 1,7 a 2,4. Em um tratamento biológico a tendência é essa relação aumentar, devido a redução da fração biodegradável.

**Palavras-Chave:** Tratamento de esgoto. Biodegradabilidade. Demanda bioquímica de oxigênio.

**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO RIO POTENGI/RN, COM ÊNFASE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS ORIUNDOS DE INTERVENÇÕES ANTRÓPICAS**

**Autor(es):**

*Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kaio de Carvalho Dias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Úrsula Thais de Paula Medeiros : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A bacia hidrográfica do rio Potengi, localizada a oeste da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte –Brasil, é considerada a terceira maior bacia hidrográfica do Estado, compreende uma área de 410.991 (ha), com capacidade de drenagem de aproximadamente 8,44% da superfície estadual, o que corresponde a 4.474km<sup>2</sup>, com uma extensão de 125 km (IDEMA, 2003). Nela encontra-se o rio Potengi, um dos mais importantes mananciais de água doce superficial para o abastecimento público da grande Natal, cuja trajetória é a partir da nascendo na Serra de Santana, região semiárida, passando pelo Planalto da Borborema e do agreste potiguar, até desembocar em forma de estuário no mar que tem como principal característica paisagística, fazendo de Natal uma das mais belas capitais do País.

**(Metodologia)** Nessa perspectiva, a presente pesquisa baseia-se à luz de uma abordagem teórica baseada nas literaturas, artigos e órgãos ambientais competentes, que contemplam o inter-relacionamento dos elementos naturais do meio ambiente e a dinâmica antrópica, resultando no impacto ambiental acentuado do rio Potengi, tornando assim, iminente o risco de interrupção no abastecimento público de água na região.

**(Resultados)** (Objeto de Estudo) O processo crescente de ocupação humana desordenada na área da bacia hidrográfica do rio Potengi (BHRP) e a conseqüente degradação ambiental, vem promovendo uma deterioração da qualidade de suas águas drenadas, comprometendo a qualidade de vida da população que usa o manancial para fins de abastecimento público, subsistência e paisagístico. Essa problemática tem sido fonte de pesquisa e investigação nos últimos anos, por parte de diversos segmentos sociais, econômicos e ambientais, uma vez conhecendo a importância desse manancial e suas interferências. (Objetivos) Diante dos problemas expostos, este estudo tem como objetivo principal diagnosticar qualitativamente a saúde ambiental do rio Potengi, antes, e depois de ações antrópicas decorrentes do uso e ocupação do solo inadequados, evidenciando o desrespeito ao zoneamento da Bacia Hidrográfica, a ausência de saneamento básico, como coleta de resíduos sólidos e esgotamento sanitário, e ainda a falta de consciência ambiental, potencializando os problemas de impacto ambiental.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que os fatos mostrados neste objeto de estudo, evidencia a degradação do rio Potengi, em termos numéricos, a preocupação em relação ao rio Potengi fica ainda maior, pois, em análise realizada este ano nas águas do rio Potengi pela ONG Navima, foi detectada uma quantidade de 20 mil coliformes fecais para 100 mililitros de amostra, valor muito superior ao limite máximo permitido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); a mesma análise foi realizada nas ostras, maior filtradora existente na água, e foram encontrados dois mil coliformes para a mesma quantidade de água coletada. Além disso, este estudo sobreleva a necessidade de uma revitalização junto a uma gestão participativa de governo, população e instituições.

**Palavras-Chave:** Bacia hidrográfica. Rio Potengi. Ações Antrópicas. Impacto ambiental.

## DURABILIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM RELAÇÃO A CORROSÃO E AO FOGO.

**Autor(es):**

*Karen Beatriz Mendonça Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao trabalhar com estruturas metálicas as construções são produzidas de forma mais ágil e rápida em relação aos outros tipos de construções. Porém em Natal, Rio Grande do Norte, ainda não se tem um grande número de obras que utilizam estruturas metálicas. Assim, algumas questões são levantadas. Porque que ainda é pouco visto construções com estruturas metálicas? Quais medidas seriam tomadas para que as construções utilizassem mais os metais? Dessa forma, os objetivos dessa pesquisa foram delineados no intuito de atender esses questionamentos. De acordo com o Centro de Estudos de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná "A corrosão é um tipo de deterioração que pode ser facilmente encontrada em obras metálicas. O aço oxida quando em contato com gases nocivos ou umidade, necessitando por isso de cuidados para prolongar sua durabilidade.", ou seja, as estruturas metálicas mesmo tendo o problema da corrosão há formas de protegê-las para poderem ser utilizadas.

**(Metodologia)** Análise geral da ação da corrosão e fogo em estruturas metálica (perfis) em laboratório. Também será feito visitas in-loco nos restaurantes Mangai e Nau para ver os tipos de proteções passivas utilizadas para proteção contra corrosão e fogo, análise de projeto das obras dos restaurantes Mangai e Nau, análise da execução das obras dos restaurantes Mangai e Nau, análise de materiais utilizados para proteger as estruturas metálicas contra corrosão e ao fogo e análise de uma edificação em natal executada sem manutenção das estruturas metálicas.

**(Resultados)** Para que as estruturas metálicas sejam trabalhadas com a maior durabilidade é necessário adicionar alguns materiais para protegê-las contra corrosão e ao fogo. Alguns desses materiais mais utilizados são tintas intumescentes e mantas de encapsulamento. Esses dois materiais são muito importante para a durabilidade das estruturas metálicas o que este de acordo com Roberto Inaba que diz que as tintas intumescentes são um tipo de revestimento que retarda o fogo, que quando submetido ao fogo forma uma camada parecida com uma esponja. Já essa manta há vários tipos como feito com fibras cerâmicas e lá de rocha que são utilizadas como tipo contorno ou como tipo revestimento caixão.

**(Conclusão)** Na região Nordeste, especificamente na cidade Natal há uma diminuição da utilização das estruturas de aço, sendo praticamente utilizadas em galpões metálicos, em virtude da falta de cultura da comunidade da construção civil e da ideia de custo maior de manutenção relativos a proteção contra corrosão e incêndio. Por este motivo foi pensado este artigo para desmistificar este pensamento apresentando as vantagens do sistema construtivo de estruturas de aço.

**Palavras-Chave:** Metálicas, corrosão, fogo, manta, tinta.

**EFICIENCIA HIDRICA, APÓS A AUTOMAÇÃO DA HORTA ORGÂNICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE - UNIRN**

**Autor(es):**

*Letícia Maciel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Ana Clara Azevedo de Andrade: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kaio de Carvalho Dias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Úrsula Thais de Paula Medeiros : Docente do UNI-RN*  
*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Sebastião Gomes de Andrade Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É inegável que nos últimos anos temos visto diversas situações em que a crise hídrica vem ganhando destaque no cenário mundial, gerando preocupações com a utilização da água. Por essa razão, pensou-se em um estudo onde pudesse verificar a eficiência hídrica da irrigação da horta orgânica do UNIRN. Quando se fala em eficiência hídrica, nos transportamos para o consumo consciente do nosso mais valioso recurso natural que segundo a Organização das Nações Unidas é um recurso limitado, por conta disso, é preciso criar mecanismos para diminuir o desperdício desse bem.

**(Metodologia)** O objeto de estudo ocorre em uma horta, de cultivo conhecido, em escala real, na área do UNIRN. Seu sistema de irrigação hidráulica adotado é o manual e observou-se, através de levantamento em campo, um grau de consumo da água elevado, uma vez tendo o conhecimento da necessidade mínima de volume de água que o tipo de cultivo exige para seu desenvolvimento. Com isso, percebeu-se a possibilidade de reduzir o consumo de água potável reaproveitando água de chuva e água do condensador de ar condicionados, através da instalação de um sistema automatizado. Conforme a análise do relatório da Organização das Nações Unidas - deste ano sobre o desenvolvimento da água onde os dados prever que até 2030 o planeta enfrentará um déficit de água de 40% se não houver melhorias drástica de estão desse recurso. Logo, o objetivo principal desse estudo é demonstrar a eficiência hídrica após a instalação de sistema de automação no Horto do UNIRN, que através de equação diferencial ordinária (EDO), determina-se o tipo de irrigação mais eficiente, evidenciando a redução de consumo de água potável, assim como a possibilidade de reaproveitamento de águas não potável (chuva e condensado de ar condicionado).

**(Resultados)** Esse estudo está em fazer inicial.

**(Conclusão)** O novo sistema de irrigação automatizado no horto do UNIRN que será adotado, resultará em menor consumo de água devido ao controle automatizado do tempo de irrigação, o qual será menor que o sistema de irrigação manual atual e suficiente para a necessidade do tipo de cultivo "in loco". Esse sistema de irrigação, além de iniciar e desligar em tempo programado, o sistema foi projetado para que possa atingir toda área do horto, evitando que seja irrigado em áreas desnecessárias e irrigando nas áreas que realmente necessite. Espera-se concluir nesse estudo que a aplicabilidade de automação no processo de irrigação da área em estudo atingirá a eficiência hídrica através da redução de consumo de água, além de enfatizar o conceito de sustentabilidade devido o reaproveitamento das águas não potáveis.

**Palavras-Chave:** Eficiência hídrica; Irrigação; Automação.



## ENERGIA FOTOVOLTAICA RESIDENCIAL: APLICABILIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

### **Autor(es):**

*Lucas Lopes de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Deyvid Wilson Silva Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Steferson Almeida Aderaldo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A necessidade por eletricidade aumenta gradativamente em decorrência do desenvolvimento humano e, cada vez mais, busca-se no mercado opções de energias sustentáveis. No que diz respeito às renováveis, a energia solar é a maior fonte atualmente disponível para o planeta. Além de ter baixo impacto ambiental no seu uso, também vem se tornando constante em instalações domiciliares e industriais como fonte alternativa de energia, além de reduzir gastos, promover conscientização e inclusão social em áreas que não é disponível levar energia por métodos tradicionais, o que tem permitido a expansão desse tipo de energia renovável são os avanços de tecnologia como: evolução dos tipos de materiais das placas, maior eficiência dos equipamentos e melhoria da capacidade das baterias. Tendo em vista o aumento no consumo de energia solar residencial, o presente estudo objetiva verificar a viabilidade do uso de novas tecnologias para instalações de sistemas fotovoltaicos. Para isso, será realizada uma comparação quantitativa dos custos de instalação e sua rentabilidade, mostrando o processo de captação e conversão, os materiais usados e seus dimensionamentos, com uso de novas tecnologias, além de novos materiais compósitos.

**(Metodologia)** Este é um estudo de cunho qualitativo e quantitativo, que se propõe a elucidar o tema a partir de livros didáticos, bem como de artigos publicados no SciELO - biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Além disso, foi realizada uma análise de dados comparativos em relação a custos do produto no mercado e novas tecnologias existente como: Novos equipamentos em armazenamento e conversão da energia captada; uso de novos materiais semicondutores, como a Perovskita, com rendimento superior aos convencionais. A demonstração será apresentada em maquete com uso de painel fotovoltaico e bateria para armazenamento e distribuição da energia de um sistema isolado.

**(Resultados)** A instalação de painéis fotovoltaicos vem se barateando com o passar do tempo e hoje, apesar do alto preço, é possível ter retorno do investimento em até 4 anos. A instalação custa em média R\$ 6.500,00/kWp. As novas tecnologias estão em fase inicial, mas se mostram substitutas promissoras dos equipamentos e materiais utilizados atualmente. Além das baterias inteligentes (por exemplo do sistema Powerwall, da empresa Tesla, que capta a energia diretamente dos painéis fotovoltaicos, estabiliza e converte a energia de corrente contínua para alternada, dispensando uso de inversores e controladores de carga, podendo ser ligada diretamente à rede interna do estabelecimento ou à concessionária fornecedora de eletricidade), já há disponível no mercado, em substituição aos painéis de silício convencionais, novos materiais compósitos como silício amorfo e semicondutores mais eficientes, que têm vantagens comparadas aos convencionais e baterias inteligentes. Um sistema com esses novos materiais pode atingir eficiência de maior e com custos menores. No caso do sistema Powerwall em comparação ao sistema tradicional no EUA este chega a U\$407,4/kWh e o sistema somente de baterias convencionais chegam U\$645,2/kWh, sem considerar os conversores. Apesar da evolução em eficiência e custo, estes sistemas ainda precisam vencer o desafio da baixa durabilidade para se tornar um produto alto poder comercial e ganhar mais espaço no mercado de energia.

**(Conclusão)** O presente artigo torna-se pertinente, pois com base nos dados coletados na pesquisa realizada, foi possível apontar que, no momento, o alto custo ainda é o maior desafio para os consumidores aderirem à tal tecnologia, apesar do preço baixar gradativamente com o passar dos anos e terem surgido diversas fontes de financiamento. Espera-se que em um futuro próximo haja valores mais acessíveis na instalação, ao passo que o avanço tecnológico traz materiais novos, mais eficientes e que podem se tornar mais baratos, indicando um potencial promissor para este mercado.

**Palavras-Chave:** Renováveis. Energia Fotovoltaica. Residencial. Novas Tecnologias.

**ENGENHARIA NA REDE: @MINUTOENGENHARIA\_**

**Autor(es):**

*Mariana Cabral da Costa Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde o início de sua história a humanidade utiliza-se de matérias com propriedades específicas para efetuarem suas construções. Entre as características mais procuradas podemos citar a resistência aos agentes externos, durabilidade, relacionada com a vida útil, e qualidade dos materiais. Dessa forma, o aço e a madeira são largamente utilizados na construção civil por ter, além de boa parte das propriedades exigidas, grande flexibilidade de uso. O aço tem seu uso relacionado às ideias de inovação por apresentarem modernidade arquitetônica. Porém não param por aí, esse material apresenta alta resistência, sendo muitas vezes empregados nas estruturas das edificações, versatilidade, quando necessita-se de adaptações, ampliações, reformas e mudança de ocupação, além de garantia de qualidade e compatibilidade com outros materiais de construção. A madeira não fica para trás, além de agregar beleza aos meios que está inserida, este material apresenta boa resistência estrutural, desempenho térmico e acústico, vantagens ambientais por ser natural e renovável, além de baratear a obra em 30% a 50% do valor total. Dessa forma, o aperfeiçoamento das técnicas com esse material vem se intensificando ao longo do tempo. Visto que esses dois materiais construtivos (o aço e a madeira) são abundantemente utilizados na construção civil, o seu estudo se faz necessário para um melhor entendimento das suas propriedades, dimensionamento estrutural e até mesmo seu comportamento diante de situações adversas que podem ocorrer durante a vida útil da edificação. Neste contexto, o Instagram, rede social mais utilizada atualmente e sucesso absoluto em várias partes do mundo, surge como uma alternativa para expandir e conectar os assuntos vistos em sala de aula com o público externo que tem curiosidade ou interesse nos assuntos abordados nas postagens.

**(Metodologia)** Para isso foram realizadas inúmeras pesquisas bibliográficas sobre os temas abordados nas postagens, além de uma filtragem dos assuntos visto em sala de aula nas disciplinas de Estruturas de madeira e Estruturas de aço no curso de Engenharia Civil, para seguirem nas publicações como forma de agregar ainda mais conhecimento a todos que tiverem acesso a plataforma (Instagram) do @minutoengenharia\_.

**(Resultados)** Com este trabalho foram obtidos conhecimentos mais aprofundados sobre os temas abordados e explicados nas postagem do instagram (@minutoengenharia\_), além de levar conhecimento a um número significativo de usuários desta rede social.

**(Conclusão)** Atualmente, o mundo virtual é uma ferramenta onde empresas e sociedade divulgam seus trabalhos. Graças a essa inovação o número de pessoas que receptam tais informações é consideravelmente grande e a velocidade de tal propagação é instantânea. Desse modo, o @minutoengenharia\_ se torna uma tecnologia viável para tirar dúvidas e lavar a todos os interessados informações cabíveis sobre os assuntos relevantes abordados em sala.

**Palavras-Chave:** Materiais Construtivos, Mundo Virtual, Estrutura de aço e madeira.

## ENSAIO DE ADERÊNCIA EM CERÂMICAS E PASTILHAS CERÂMICAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

### **Autor(es):**

*João Vitor de Souza Menezes Almeida: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Letícia Maciel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*  
*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em todos os ramos da engenharia, é de extrema importância o conhecimento do comportamento do material com que se trabalha, devido as suas microestruturas e propriedades, diante da necessidade de fiscalizar a qualidade do produto, encontra-se a relevância dos ensaios dos materiais, na qual é possível verificar os quais são adequados ao seu uso. Dentre eles, o ensaio de aderência dos revestimentos de argamassa. Procedimento uma síntese histórica com a utilização deste tipo de revestimento, ainda assim abordando os processos de fabricação e a certificação dos materiais.

**(Metodologia)** Um ensaio que permite averiguar o contato entre as camadas constituintes do revestimento, uma medida de qualidade, determinando a resistência à tração que o revestimento cerâmico pode suportar em paredes e tetos. Realizado de acordo com método prescrito na norma recém-atualizada NBR 13.528/2010 revestimentos de Paredes e Tetos de Argamassas Inorgânicas - Determinação da Resistência de Aderência à Tração, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Na qual, foi estabelecido critérios para o ensaio. A partir do tipo de argamassa, deverá levar em torno de 28 a 56 dias, e quando realizado no laboratório devem ser limpas todas as áreas onde irá aplicar o revestimento cerâmico, sem esquecer de nivelar com a área o equipamento de tração utilizado no ensaio. A avaliação deve ser feita de 1m<sup>2</sup>, sendo a cada 50m<sup>2</sup> para tetos e a cada 100m<sup>2</sup> para paredes, e sua pastilha metálica deve ter aproximadamente 5 cm de diâmetro com 1 cm de espessura.

**(Resultados)** Contudo, é possível perceber inúmeras patologias e o destacamento é o mais frequente, que se dá a partir de fissuras abaixo das placas de cerâmicas. Além disso, o uso desse revestimento cerâmico é muito comum em diversos lugares, principalmente em cidades litorâneas. Em grande relevância, destaca-se a aderência do material, podendo ser uma ligação física, obtida pelo engaste entre o substrato e o adesivo, quanto química, por meio de forças eletrostáticas de Van Der Walls. No entanto, ocorre um fenômeno que é caracterizado pela transferência de água que ocorre entre a argamassa e o substrato, possibilitando a entrada da pasta de cimento nos poros do substrato, e afirma-se que o intertravamento de cristais de etringita nos poros do substrato o principal responsável pela resistência de aderência, ou seja, substratos com alta porosidade forma regiões frágeis, e com menor resistência mecânica, e a partir disso podem apresentar o descolamento. Assim, ao optar por esse tipo de fachada é necessário prevê ações realizando avaliações das condições climáticas, escolher o material que adapta para o local. Na ausência desses cuidados, mesmo com a presença de juntas de movimento, a manifestação costuma acontecer.

**(Conclusão)** Em vista disso, deve ser considerado desde a concepção do empreendimento, nas fases de projeto, até em seu uso, com uma forma correta de manutenção. Orientando a busca do conhecimento sobre as características e resistência dos materiais a serem utilizados. Apesar disso, não deve-se analisar cegamente os valores, desejando apenas que atendam a NBR quanto aos limites mínimos. No entanto, esse teste é imprescindível, pois se forem identificados regiões com som cavo, o revestimento certamente está com falha e deve ser retirado, sendo necessário analisar as causas do descolamento. Portanto, evita-se que as edificações já ocupadas apresentem patologias severas, como o descolamento de revestimento de fachadas, ocasionando transtornos tanto para os moradores, quanto para as construtoras.

**Palavras-Chave:** revestimento cerâmico; microestruturas e propriedades; resistência dos materiais; patologias; descolamento de revestimento; fiscalizar a qualidade

## ENSAIO DE COMPRESSÃO DIAMETRAL (TRAÇÃO INDIRETA) EM ESTRUTURAS DE CONCRETO

### **Autor(es):**

*Vitor Lopes Hunka: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*José Soares de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** o concreto é o material mais utilizado na construção civil, é também o mais importante, por ser utilizado para fazer praticamente todos os tipos de estruturas. Ele é o material mais utilizado devido ao seu baixo custo de fabricação e sua boa resistência, com o passar dos tempos estudos são feitos no concreto para que possa aumentar cada vez mais sua resistência a compressão sem ter altos níveis de custos, onde até os dias atuais a resistência só pode ser aumentada se houver um grande custo. Com isso o concreto tem uma resistência mínima que deve ser respeitada de acordo com a norma (NBR 6118/2003), que rege que a resistência mínima seja de 20mpa ( Mega Pascal) a 50mpa ; sendo a intenção deste trabalho confirmar se o concreto está de acordo com a norma ou não, no qual O cálculo de uma estrutura de concreto é feito com base no projeto arquitetônico da obra e no valor de algumas variáveis, por exemplo, a resistência do concreto que será utilizado na estrutura.

**(Metodologia)** Para a realização do ensaio foi se utilizado a prensa de compressão, no qual é um aparelho manual ou mecânico composto essencialmente de duas peças das quais uma se move aproximando-se da outra para comprimir, apertar ou achatar qualquer objeto colocado entre; um corpo de prova (15x30) no qual ,a moldagem e manuseio de corpos-de-prova bem executados é condição básica para garantir a representatividade da amostra. A Norma Brasileira NBR-5738/03 (Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova de concreto) regulamenta os procedimentos de moldagem e cura de corpos-de-prova para ensaios de resistência à compressão de concreto ; e uma trena. Inicia-se o ensaio pegando o corpo de prova e medindo o seu diâmetro, logo em seguida coloca-se na prensa de compressão e aplica-se uma força constante até o rompimento do corpo de prova, ao final foi medido a força com qual o corpo se rompeu e por fim verificou-se o tipo de fratura que se deu pela força aplicada ao corpo de prova.

**(Resultados)** A resistência à tração do concreto depende do tipo de ensaio realizado. Isto ocorre porque as tensões de tração se distribuem de maneira diferente para cada um dos ensaios e a força com o qual o corpo de prova se rompeu foi de 84,28tf e a ruptura do mesmo exemplar foi do tipo cisalhada, no qual o cisalhamento ocorre sempre em planos inclinados em relação à direção da força cortante que o gera, por isso a linha de fratura atravessando na diagonal do CP. Um teste que resulte em um efeito assim sobre o corpo de prova pode ser considerado normal e aceitável.

**(Conclusão)** é de fundamental importância realizar os ensaios no concreto antes de utiliza-lo na construção, para não acontecer nenhum acidente por falta de resistência do concreto, mas na maioria das vezes não é feito este procedimento devido ao custo da prensa e também ao tempo que é requerido. Na maioria das vezes é dado a resistência do concreto pela empresa contratada a construção, e o resultado foi otimista em relação ao esperado pela norma.

**Palavras-Chave:** Compressão Diametral, Estruturas de Concreto

## ENSAIO DE COMPRESSÃO DIAMETRAL (TRAÇÃO INDIRETA) EM ESTRUTURAS DE CONCRETO

### **Autor(es):**

*Vitor Lopes Hunka: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*José Soares de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** o concreto é o material mais utilizado na construção civil, é também o mais importante, por ser utilizado para fazer praticamente todos os tipos de estruturas. Ele é o material mais utilizado devido ao seu baixo custo de fabricação e sua boa resistência, com o passar dos tempos estudos são feitos no concreto para que possa aumentar cada vez mais sua resistência a compressão sem ter altos níveis de custos, onde até os dias atuais a resistência só pode ser aumentada se houver um grande custo. Com isso o concreto tem uma resistência mínima que deve ser respeitada de acordo com a norma (NBR 6118/2003), que rege que a resistência mínima seja de 20mpa ( Mega Pascal) a 50mpa ; sendo a intenção deste trabalho confirmar se o concreto está de acordo com a norma ou não, no qual O cálculo de uma estrutura de concreto é feito com base no projeto arquitetônico da obra e no valor de algumas variáveis, por exemplo, a resistência do concreto que será utilizado na estrutura.

**(Metodologia)** Para a realização do ensaio foi se utilizado a prensa de compressão, no qual é um aparelho manual ou mecânico composto essencialmente de duas peças das quais uma se move aproximando-se da outra para comprimir, apertar ou achatar qualquer objeto colocado entre; um corpo de prova (15x30) no qual ,a moldagem e manuseio de corpos-de-prova bem executados é condição básica para garantir a representatividade da amostra. A Norma Brasileira NBR-5738/03 (Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova de concreto) regulamenta os procedimentos de moldagem e cura de corpos-de-prova para ensaios de resistência à compressão de concreto ; e uma trena. Inicia-se o ensaio pegando o corpo de prova e medindo o seu diâmetro, logo em seguida coloca-se na prensa de compressão e aplica-se uma força constante até o rompimento do corpo de prova, ao final foi medido a força com qual o corpo se rompeu e por fim verificou-se o tipo de fratura que se deu pela força aplicada ao corpo de prova.

**(Resultados)** A resistência à tração do concreto depende do tipo de ensaio realizado. Isto ocorre porque as tensões de tração se distribuem de maneira diferente para cada um dos ensaios e a força com o qual o corpo de prova se rompeu foi de 84,28tf e a ruptura do mesmo exemplar foi do tipo cisalhada, no qual o cisalhamento ocorre sempre em planos inclinados em relação à direção da força cortante que o gera, por isso a linha de fratura atravessando na diagonal do CP. Um teste que resulte em um efeito assim sobre o corpo de prova pode ser considerado normal e aceitável.

**(Conclusão)** é de fundamental importância realizar os ensaios no concreto antes de utiliza-lo na construção, para não acontecer nenhum acidente por falta de resistência do concreto, mas na maioria das vezes não é feito este procedimento devido ao custo da prensa e também ao tempo que é requerido. Na maioria das vezes é dado a resistência do concreto pela empresa contratada a construção, e o resultado foi otimista em relação ao esperado pela norma.

**Palavras-Chave:** Compressão Diametral, Estruturas de Concreto

**ENSAIO DE FLEXÃO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO**

**Autor(es):**

*Ana Clara Azevedo de Andrade: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Jeilson Oliveira de Brito Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*  
*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ensaio de resistência à flexão de uma viga de concreto consistiu na aplicação de uma carga em quatro pontos da peça para ser verificada a sua capacidade de esticar sem alterar significativamente a sua forma. Ademais, em campos de trabalho, tais como a construção e a engenharia, conhecer as forças de flexão e de tração de um material é importante a fim de certificar-se que ele é suficientemente forte para utilização em estruturas. Logo, são imprescindíveis os ensaios dos objetos a serem empregados para verificar as suas microestrutura e propriedade, assegurar a dosagem e controle do concreto. O objetivo do ensaio é analisar a resistência à flexão da viga e ver como poderia ser melhorada a sua funcionalidade a fim de retardar sua fadiga para que haja uma possível prevenção dos defeitos e amenizar as possibilidades de ocorrer uma catástrofe colocando em risco a vida de pessoas e de perdas econômicas.

**(Metodologia)** Para a realização do experimento, foi seguida a NBR 12142:2010 que é aplicada para a determinação da resistência à tração na flexão em corpos de prova prismáticos, no caso foi utilizado um bloco de concreto com dimensões 15 cm X 15 cm X 50 cm, feito de acordo com a NBR 5738: 2003 que é adotada para a moldagem e cura de corpos de prova de concreto. A norma para a determinação da resistência estabelece que o objeto antes de ser ensaiado precisa ficar por 48 horas em uma câmara úmida e, ainda, solicita que o mesmo seja centralizado e alinhado sobre os cutelos inferiores do dispositivo de carregamento.

**(Resultados)** Como resultado, o corpo de prova, por ser um material frágil, ou seja, com pouca movimentação das discordâncias e, geralmente, sem capacidade de absorver deformação plástica, sofreu uma fratura simples no terço médio se separando em duas partes devido à imposição de uma tensão de 4,54 MPa, acima do esperado que era de 2,5 MPa, ocasionando no aparecimento de trincas que interagiram com a microestrutura do material e se espalharam rapidamente por causa de sua pouca tenacidade até o seu tamanho crítico, gerando a fratura.

**(Conclusão)** Portanto, foi possível concluir que para melhorar a resistência à tração da viga de concreto, é adicionado aço, por ser mais resistente à tração devido a sua ductilidade, ou seja, a sua capacidade de absorver deformação por causa da fácil movimentação das discordâncias. Com isso, quando o material for levado a falha por fadiga, as trincas que aparecerão irão se propagar mais lentamente, o que gera um alerta ao usuário ou responsável pela construção da estrutura e possibilita que sejam tomadas medidas preventivas, a fim de evitar o seu rompimento.

**Palavras-Chave:** Viga. Flexão. Fadiga. Resistência.

## ENSAIO DE TORÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS

### **Autor(es):**

*algusto pinto fernandes de negreiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Bruno Augusto Gurjao de Gois: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esse ensaio é amplamente utilizado na indústria de componentes mecânicos, como: motores de arranque, turbinas aeronáuticas, parafusos e outros, principalmente devido à vantagem de fornecer dados quantitativos das características mecânicas dos materiais que compõem o componente, em particular as tensões de cisalhamento, módulo de elasticidade transversal, módulo de resiliência à torção e o módulo da tenacidade à torção.

**(Metodologia)** O ensaio de torção pode ser executado a partir de corpos de prova feitos do material do qual o componente será fabricado desde que suas dimensões sejam compatíveis com a máquina do ensaio. A máquina do ensaio possui uma cabeça giratória, responsável pela aplicação do momento de torção, na qual é fixada em uma das extremidades do corpo de prova. O momento é transmitido à outra extremidade do corpo de prova, que fica preso à mesa de engaste da máquina de ensaio. Ao longo do ensaio registra-se o momento de torção contra o ângulo de torção ou de giro relativo da extremidade onde a torção é aplicada. Com os resultados do momento de torção versus o ângulo de torção, se constrói a curva tensão de cisalhamento versus a deformação angular de cisalhamento.

**(Resultados)** A partir do momento de torsor e do ângulo de torção pode-se elaborar um gráfico semelhante ao obtido no ensaio de tração, que permite analisar as suas propriedades. O corpo de prova tem geralmente uma seção circular, uma vez que esta representa a geometria mais simples para o cálculo da tensão. Uma vez que na fase elástica, a tensão de cisalhamento varia linearmente, de um valor zero no centro da barra até um valor máximo na superfície, frequentemente usa uma barra circular, cuidando para que não tenha espessura muito fina. As falhas por torção são diferentes das falhas por tensão no sentido de que há pouca redução localizada de área ou alongamento. Os materiais dúcteis rompem por cisalhamento ao longo de um plano de máxima tensão de cisalhamento, geralmente um plano normal ao eixo longitudinal do corpo de prova, ou plano transversal. Já os frágeis falha por torção no eixo perpendicular à direção de máxima tensão de tração.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que o ensaio de torção serve para mensurar o quanto um corpo de prova resiste a aplicação de carga rotativa. E para escolher materiais que resistem bem à torção, com a maior quantidade de carga possível e com preços acessíveis, e para isso, é necessário conhecer as propriedades dos materiais. Isso é possibilitado pelo crescimento da indústria que permite o acesso a produtos com combinações e propriedades diferentes.

**Palavras-Chave:** Ensaio, torção, estruturas metálicas

**ENSAIOS DE COMPRESSÃO NA ESTRUTURA DE CONCRETO E NA ALVENARIA DE VEDAÇÃO E ANALIZE DE SUA MACROESTRUTURA.**

**Autor(es):**

*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*  
*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A resistência dos materiais é o ramo da engenharia que estuda as relações entre cargas externas aplicadas a um corpo deformável e a intensidade das forças internas que atuam dentro do corpo, rangendo também o cálculo das deformações do corpo e o estudo da sua estabilidade, quando submetido a solicitações externas. O objetivo desse trabalho é apresentar a resistência a compressão em estrutura de concreto e em alvenaria de vedação, bem como, analisar sua composição, microestrutura e propriedades mecânica. O concreto é um material de construção proveniente da mistura, em proporção adequada, de: aglomerantes, agregados e água. A sua finalidade é resistir esforços cortantes. Já a alvenaria de vedação são paredes que tem a função de dividir ambientes externos e internos de uma edificação. Suportam somente seu próprio peso. Os componentes de vedação podem ser blocos de concreto, blocos cerâmicos, painéis pré-moldados, entre outros, os blocos cerâmicos será o objeto desse estudo. Blocos cerâmicos são feitos basicamente com proporção adequada de argila e água.

**(Metodologia)** Para a realização desse trabalho, foi necessário usar as dependências do laboratório de materiais do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN para os ensaios de compressão na estrutura de concreto e na alvenaria de vedação. Quanto ao estudo das análises da composição, da microestrutura e de sua propriedade mecânica foi usado as dependências do laboratório de histologia microbiologia e parasitologia também do UNIRN. Foi seguido a norma NBR 5739 de 2007 da ABNT para realizar o ensaio a compressão em estrutura de concreto, e a norma NBR 15270 – 3 de 2005 também da ABNT, para realizar o ensaio a compressão em alvenaria de vedação. No ensaio de resistência a compressão em estrutura de concreto foi utilizado dois corpos de prova, um de 10cm x 20cm e o outro de 15cm x 30cm. No ensaio de resistência a compressão em alvenaria de vedação, foi utilizado um tijolo cerâmico com dimensões de 19cm x 09cm.

**(Resultados)** O corpo de prova de 10cm x 20cm teve uma resistência de 37.23 Mpa. O corpo de prova de 15cm x 30cm teve uma resistência de 42.01 Mpa. Já o tijolo cerâmico teve uma resistência de 0,31 Mpa.

**(Conclusão)** Sabendo que as estruturas de concreto são usadas para resistir esforços cortantes e as alvenarias de vedação tem a finalidade de apenas vedar o ambiente, justifica-se a norma tem valores tão distintas. A norma estabelece que estrutura de concreto, tem que ter uma resistência mínima de 20 Mpa e alvenaria de vedação, tem que ter no mínimo uma resistência de 3 Mpa. Portanto podemos concluir que os corpos de prova (teste de resistência em estrutura concreto), teve uma resistência muito acima do que especificado em norma, portanto foi aprovado conforme normativa da NBR. No entanto o teste realizado no tijolo cerâmico (teste em alvenaria de vedação), teve um valor de resistência muito baixo em relação ao especificado em norma. Portanto esse tijolo não foi aprovado em sua resistência.

**Palavras-Chave:** resistencia, estrutura de concreto, alvenaria de vedação



## ENSAIOS DE TRAÇÃO DIRETA EM CORPOS DE PROVA DE CONCRETO

### **Autor(es):**

*Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kaio de Carvalho Dias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*  
*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A resistência à tração é uma das mais importantes propriedades do concreto, mesmo que normalmente em projetos estruturais, as características de resistência às tensões de compressão sejam mais estudadas. Conhecê-la permite estimar a carga para a qual ocorre a fissuração e, desse modo, prever a durabilidade do concreto. Essa fratura consiste na separação do material em duas ou mais partes devido à aplicação de uma carga estática, classificada como frágil quando não ocorre deformação plástica antes da ruptura, requerendo menos energia que a fratura dúctil que consome energia para o movimento de discordâncias e imperfeições no material. Essa fragilidade da fissura tem sua origem na propagação de microfissuras, significando que geralmente a superfície de ruptura é perpendicular a direção de tensão aplicada. Assim, o tipo de ensaio influencia o desempenho do concreto, visto que os fatores que governam a ruptura do concreto em compressão são distintos dos que em tração ou em flexão.

**(Metodologia)** O objetivo geral da pesquisa visa relacionar os resultados obtidos através dos ensaios de Tração e suas ramificações, como observar as características físicas e particularidades do material, julgando-o adequado aos predicados exigidos pelos respectivos preceitos. Para isso foi necessário obter os seguintes objetivos específicos: Desenvolvimento experimental das técnicas em análise, utilizando a norma NBR 7222/94, da ABNT: a tração por compressão diametral, método indireto para obtenção da resistência à tração do concreto. Enquanto o método de ensaio para determinação da resistência à tração do concreto na flexão é recomendado pela NBR 12142/91 ou ASTM C-78/94. Além disso, um levantamento bibliográfico para conhecimento das propriedades mecânicas para classificar os corpos de prova como satisfatórios, sobretudo no que concerne a diferença de fraturas entre materiais dúcteis e frágeis (Concreto), foi realizado.

**(Resultados)** Ao submeter os corpos de prova de Concreto, aos ensaios de tração, desenvolvidos no laboratório de Materiais da UNI-RN, observou-se o comportamento da Fratura, auxiliados pelo gráfico da tensão versus deformação, possibilitando caracterizar o material como frágil, pois, as amostras se rompem com uma deformação tipicamente menor do que 5% e mostram maior resistência mecânica. Mediante os resultados verificados, em que se analisou através dos corpos de prova, uma Resistência a Tração na Flexão correspondente a 2,46 MPa ( $F_{ctf}$ ), sendo a resistência a Tração Direta com base na Flexão igual a 1,722 MPa ( $F_{ct}$ ); a Resistência a Tração por Compressão Diametral equivalente a 2,29 MPa ( $F_{ct,sp}$ ) e a resistência a Tração Direta, fundamentada nessa compressão, de valor 2,06MPa ( $F_{ct}$ ). Desse modo, os dados são compatíveis ao embasamento teórico literário, em que a resistência à tração do concreto obtida por: tração direta, tração por compressão diametral e tração na flexão fornecem distintos valores de resistência à tração para um mesmo material, e conforme Raphael (1984) a resistência à tração na flexão é, em geral, 35% maior que a resistência à tração por compressão diametral. Quanto à tração por compressão diametral constatou que ela é, geralmente, maior que a tração direta, cerca de 5 a 12%.

**(Conclusão)** Conclui-se que as propriedades do concreto endurecido têm grande importância para os projetos, uma vez que a resistência é informação importante para o material, sendo grande sua capacidade em resistir à compressão. Já a resistência à tração desse é bastante reduzida, enquadrada na ordem de 10 a 15% da resistência à compressão. Quanto a ruptura, o concreto se rompe fragilmente à compressão e à tração, sem praticamente nenhuma ductilidade. Portanto, nas aplicações práticas considera-se o material concreto como frágil. Da mesma forma, a energia necessária para fraturar o material à tração, conhecida como tenacidade, é muito baixa.

**Palavras-Chave:** Tração. Direta. Flexão. Diametral. Concreto.

**ESCOLHA DO TIPO DE FUNDAÇÃO PARA OBRA DE PEQUENO PORTE EM REGIÃO LITORÂNEA: UM ESTUDO DE CASO EM CHALÉ NA PRAIA DE JACUMÃ, BRASIL**

**Autor(es):**

*Manoela Monte Carrilho Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Hoppe Schröder : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na Engenharia Civil a fundação da edificação é considerada uma das partes mais importantes, pois, se o estudo dessas, juntamente com os cálculos estruturais e a análise do terreno não forem bem feitos e bem executados, pode acarretar em graves patologias na estrutura da edificação, como rachaduras, subsidência do terreno, e até mesmo colapso da edificação. Para o bom desempenho do objeto construtivo é necessário um grande leque de informações e, para isso, faz-se necessário estudo geotécnico que definirá o tipo e as características do solo para que as fundações transmitirão as cargas provenientes da estrutura, bem como reconhecimento das áreas vizinhas para não haver problema de bulbo de tensões e recalques. Com esses dados é possível iniciar o pré-dimensionamento estrutural a partir de fundações previamente escolhidas. Com isso, o referido trabalho visa escolher o melhor tipo de fundação de acordo com os parâmetros técnico-financeiro, para uma obra em zona litorânea.

**(Metodologia)** Este trabalho está respaldado em pesquisas bibliográficas e livros de engenharia civil voltados para a área de fundações, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e conteúdos previamente vistos durante os anos letivos do curso de graduação em Engenharia Civil. Tudo isso para a análise do estudo de caso que tem como objetivo escolher a melhor fundação a ser utilizada em uma edificação de pequeno porte, denominada ao longo do texto por chalé. O melhor tipo de fundação para o chalé é aquele que atende aos estados limites último e de serviço (ELU e ELS) e, além disso, apresenta o menor custo. Para isso foi feito o dimensionamento e o orçamento para os tipos de fundações escolhidas. Os tipos de fundações escolhidos para participar do estudo foram aqueles que tinham suas composições de preço disponíveis no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Desta forma os tipos de fundações são os que seguem: sapata, estaca tipo hélice contínua, estaca escavada sem fluído, estaca raiz e estaca pré-moldada de concreto. Como apenas se teve acesso às plantas e alçados de arquitetura da edificação, foi definida uma planta estrutural preliminar com a posição dos pilares, vigas e lajes. Foram atribuídas seções para os pilares da estrutura com base em cálculos simplificados de pré-dimensionamento. Com isso, foram executados os cálculos para cada uma das fundações de cada um dos pilares da edificação. Então, elaborou-se o orçamento de acordo com a tabela do SINAPI de abril de 2018 e comparou-se os resultados, encontrando assim a fundação ideal. Por fim, foi exposto todos os cálculos efetuados, de forma detalhada, apresentando então, uma fundamentação adequada para o fechamento do caso. Para complementar, foi desenvolvido uma planta técnica com detalhes da fundação escolhida para que a mesma possa ser executada.

**(Resultados)** De acordo com os parâmetros técnicos-financeiros, o melhor tipo de fundação foi através de sapata.

**(Conclusão)** O intuito deste estudo de caso foi encontrar a fundação ideal para uma obra de pequeno porte em zona litorânea no estado do Rio Grande do Norte, na praia de Jacumã. Então, foi realizada pela autora desta monografia através do AutoCAD, a planta baixa do chalé, locação dos pilares, planta de fôrma e locação das sapatas. Através do programa Excel e tabelas do SINAPI, foram realizados todos os cálculos necessários para encontrar o quantitativo de material e de custos para cada tipo de fundação proposta. Com isso, foi visto que o melhor tipo de fundação para o chalé seria através de sapata.

**Palavras-Chave:** Fundações - Estacas - Sapatas - Sinapi - Orçamento

**ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO À EROÇÃO COSTEIRA E ESTABILIZAÇÃO DA LINHA DE COSTA: CASO DA PRAIA DO MEIO, NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Lucas de Figueiredo Formiga Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O avanço do mar é um fenômeno que atualmente atinge grande parte do litoral brasileiro, tem provocado mudanças na paisagem. Desta forma faz-se necessárias medidas interventivas de proteção do litoral, a fim de minimizar os impactos ambientais e defender o patrimônio urbano. É cada vez mais comum que haja investimentos em estruturas rígidas de proteção costeira, conseqüentemente potencializando o processo de artificialidade da costa. No Brasil, a situação das praias em relação à erosão costeira não é diferente da maioria dos países, havendo inúmeras praias onde o processo é severo e requer medidas de contenção e/ou recuperação, especialmente sobre o litoral da região do Nordeste.

**(Metodologia)** Para a realização deste estudo, algumas estratégias de pesquisa foram adotadas visando identificar os diferentes tipos de estruturas de proteção costeira e a sua estabilidade física, tais como: Fase 1: Conceitual Teórico Inicialmente, foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o fenômeno da erosão costeira e os diferentes tipos de estruturas de proteção à linha costa, com aprofundamento na estrutura tipo enrocamento. Fase 2: Estudo de Caso Visando-se conhecer o comportamento morfodinâmico de cada trecho da praia aonde a obra de enrocamento foi executada, foi realizado uma análise dos principais aspectos meteoceanográficos, bem como, dos perfis de praia e da morfologia da linha de costa, por meio de uma comparação dos dados de campo existentes. Fase 3: Interpretação dos Dados de Campo A etapa final deste estudo, consiste na integralização das observações de campo com os dados existentes na literatura e as informações técnicas apresentadas no Projeto Executivo da Obra. Sendo estes fornecidos pelo engenheiro Henrique Pinto Silva, funcionário da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) do município de Natal/RN.

**(Resultados)** O objetivo desse trabalho e fazer uma análise detalhada da obra de proteção costeira tipo enrocamento localizada na Praia do Meio situada na cidade do Natal no estado do Rio Grande do Norte, tomando por base o projeto da estrutura. Tirando conclusões, levando em consideração fatores cênicos, sociais e ambientais e detalhar os fatores negativos e positivos da estrutura fazendo um levantamento de dados e discutindo sobre a influência da mesma na região onde está sendo construída. Para melhor entendimento foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre erosão costeira, os agentes dinâmicos causadores da erosão, o que causam o desequilíbrio ambiental na localidade de estudo, os tipos de estruturas de proteção da linha de costa, os fatores dinâmicos que afetam o equilíbrio sedimentar da localidade e uma análise estrutural mostrando se esse tipo de obra costeira foi a melhor opção para a área.

**(Conclusão)** A escolha do tipo de estrutura enrocamento para localidade foi levada em consideração o fator de ocupação e os agentes dinâmicos, já que essa construção pode afetar o meio natural e social da região. Os efeitos de uma estrutura semelhante localizada na praia de ponta negra que foram positivos, lembrando que essas obras foram medidas paliativas já que a energia das ondas estava sendo dissipadas nas estruturas urbanas causando a destruição em vários pontos da orla das praias supracitadas. Por esses motivos foi possível identificar o enrocamento aderente como sendo a solução mais adequada do ponto de vista técnico e ambiental para estabilizar a linha de costa, diminuir a energia incidente e, principalmente, combater o ataque frontal das ondas

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Erosão costeira. Avanço do mar. Proteção costeira. Enrocamento.

## ESTUDO DE MELHORIAS EM PROJETOS RODOVIÁRIOS DA GRANDE NATAL/RN.

### **Autor(es):**

*Bruno Fernandes da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cristiane Rodrigues da Silva Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Gabriel Henrique Da Costa Rodrigues: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Igor Vitorino da Luz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O deslocamento cotidiano de pessoas nas cidades coopera para o desenvolvimento econômico e social do país. Percorremos distâncias curtas, médias e longas nos mais variados meios de transporte. Os veículos presentes nas rodovias: caminhões, ônibus, carros de passeio, motos e bicicletas, precisam de infraestrutura adequada para tráfego com segurança e eficiência. Atualmente, o tráfego de veículos na região da Grande Natal necessita de diversas intervenções para redução de engarrafamentos e tempo de viagem. Entre estas ações de melhoria do tráfego da nossa Grande Natal temos o estudo preliminar de duas alternativas de traçado para o Contorno Rodoviário da BR 101/RN. Veículos destinados a outras cidades escoariam pelo contorno e reduziríamos o tráfego local, custos no transporte de carga e ainda serviria como via alternativa de tráfego a alguns usuários locais. Outra intervenção implantada foi a construção de faixas exclusivas para ônibus, um benefício elogiado pela população. São quase 50 km de faixa e existem estudos para construção delas em novos locais, como afirmou Elequicina Maria dos Santos, Secretária Municipal de Mobilidade Urbana, STTU, em entrevista a repórter Aura Mazda (Tribuna do Norte). Os binários das avenidas Miguel Castro e Amintas Barros, como também das avenidas Antônio Basílio e Nascimento de Castro foram utilizados por falta de espaço para construção de mais vias. Alterou-se a maneira de utilização da via existente, sendo necessários apenas ajustes geométricos como demarcações, canteiros e sinalizações verticais e horizontais. A opção de transformar ruas em mão única é uma tendência nos principais centros do país. Aqui queremos propor um binário onde parte da Avenida Felizardo Moura recebe o fluxo apenas no sentido centro-zona norte e o sentido de fluxo oposto ser trafegado pela Rua Boa Vista, seguindo na Rua São Bento, Rua Tomé de Souza e BR 101, trecho do viaduto da Urbana.

**(Metodologia)** Pesquisa em livros, tccs, artigos e periódicos.

**(Resultados)** Os binários são uma forma de organização racional do tráfego de veículos, tem baixo custo para implantação, excelente resposta na redução do tempo de viagem dos usuários e minimização da retenção dos veículos neste trecho. A estimativa preliminar do investimento é da ordem de R\$ 3,63 milhões, tendo como referência a construção do binário Pontal do Paraná, no litoral paranaense, estimado em R\$ 3,33 milhões/km no início deste ano.

**(Conclusão)** Para execução desta modificação de tráfego um investimento pequeno seria aplicado para a sinalização das vias, em relação ao custo dos processos de desapropriações que outros modelos de intervenção possam apresentar. Reduziria o tempo de viagem dos usuários e minimizava a retenção dos veículos neste trecho.

**Palavras-Chave:** Binário, Projeto, Rodovia

## GEOTECNOLOGIA APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL

### **Autor(es):**

*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Ana Clara Azevedo de Andrade: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As Geotecnologias podem ser compreendidas como um conjunto de tecnologias utilizadas para realizar a coleta, o processamento, análise e disponibilização de informações com referência geográfica de uma determinada localidade ou acidente geográfico. O termo é utilizado para designar todas as etapas que envolvem o uso e a análise espacial de dados geográficos, assim como o compartilhamento dessas informações. Essas tecnologias, que envolvem hardware, software e peopleware, podem auxiliar um engenheiro, por exemplo, na tomada de decisões mais assertivas. Dentre os recursos mais comuns, estão: Topografia e Geodésia, GNSS – Sistemas Globais de Navegação Satélites, GIS - Sistemas de Informação Geográfica, Sensoriamento Remoto por Satélites, fotogrametria e, atualmente os Drones. Em geral, devido a alta qualidade e a precisão das informações obtidas por meio desta ferramenta tecnológica, a cada dia que passa, o seu uso tem-se difundido cada vez mais entre os profissionais da engenharias. Permitindo assim, que tanto o mapeamento grandes áreas, como também a locação dos imóveis e o levantamento topográfico fossem mais ágeis e eficazes em todos os aspectos. Hoje, com facilidade da captura de imagens aéreas de alta resolução tem aumentado gradativamente a solicitação dessas novas tecnologia no ramo da engenharia civil. Associado a tais fatos, o uso de drones na construção civil, permitiu a criação de um novo mercado para os engenheiros, gerando facilidades para o aprimoramento de algumas atividades, as quais antes eram inviáveis, muitas vezes por questões financeiras ou pelo alto risco que o profissional era submetido. A Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para se referir aos sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e utilizadas com o propósito não recreativo padronizou o termo técnico, para os principais equipamentos em (RPAS) Remotely Piloted Aircraft System.

**(Metodologia)** Devido a essa situação, foi proposto um estudo onde se pudesse verificar a aplicabilidade dos RPAS na obtenção de imagens aéreas de qualidade visando a investigação geotécnica, o monitoramento de barragens, o levantamento topográfico, o mapeamento de grandes áreas, bem como, áreas de difícil acesso. Além de permitir a inspeção de patologias em pontes, fachadas, usinas hidrelétricas, acompanhamento em obras de cortinas de contenção ou, simplesmente, para a obtenção de imagens de empreendimentos durante as diferentes fases do projeto (pré-venda, venda e pós-venda), entre outras atividades que pode ser desempenhada com o uso de equipamentos inovadores. Objetivo desse estudo é demonstrar que esse equipamento tem a capacidade de auxiliar nas tomadas de decisões com maior segurança e agilidade.

**(Resultados)** Os resultados obtidos por meio dos equipamentos remotamente pilotados, podem ser constatados instantaneamente, ao transmitir em tempo real o monitoramento, o que anteriormente poderia ser impensável e, muitas vezes, poderia levaria horas ou dias até que o profissional pudesse ter conhecimento das dimensões do problema.

**(Conclusão)** Mediante tais fatos, é possível perceber que a utilização das geotecnologias na área da construção civil, propiciou diferentes, dentre eles a agilidade e confiabilidade dos resultados e a segurança para os profissionais em áreas de risco. Essa ferramenta, também tem agregado valores aos empreendimentos e a própria atividade do profissional habilitado à utilizá-la.

**Palavras-Chave:** Geotecnologia; Engenharia civil; Drone.

**INVESTIGAÇÃO DE SUBSOLO: SONDAÇÃO SPT**

**Autor(es):**

*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kaio de Carvalho Dias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O objetivo geral da pesquisa é enfatizar a relevância da execução de uma sondagem à percussão. Para alcançar esse objetivo necessitou-se da obtenção dos seguintes objetivos específicos: Realizar revisão bibliográfica dos tipos de sondagens existentes, dando um maior enfoque as sondagens à percussão, seus principais usos e métodos executivos; compreender os diversos fatores envolvidos no ensaio de SPT; além de avaliar os resultados finais e concluir sobre as características do solo estudado, fornecendo parâmetros confiáveis para os profissionais envolvidos.

**(Proposta do roteiro)** A abordagem transmitida no vídeo dar-se-á através de um diálogo - ligação telefônica - entre um Engenheiro Civil (João) e a proprietária de um imóvel (Maria) que observou em sua residência sérios problemas estruturais (patologias). Durante a conversa, os personagens debatem sobre as possíveis causas e consequências das patologias existentes, e de que maneira, poderiam identificar a fonte do problema. A solução apresentada pelo engenheiro foi a realização de um estudo geotécnico, que neste caso, envolveria uma sondagem do tipo SPT. Este é um dos métodos mais comuns para investigação geotécnica do subsolo para fins de projeto de fundações de estruturas. Infelizmente, uma significativa parcela dos profissionais da construção civil ignora as recomendações da ABNT e, não realizam os referidos ensaios. Que consistem em perfurações (sondagens) ao longo do terreno que será edificado, visando-se identificar as principais características e propriedades físicas do solo. Este procedimento deveria anteceder toda e qualquer etapa do projeto, podendo ainda ser necessária no transcorrer da obra ou posteriormente, a fim de conhecer o tipo de solo existente no terreno, a resistência, a espessura das camadas, a profundidade do nível d'água, a profundidade da rocha, etc.

**(Efeitos esperados)** Portanto, as sondagens auxiliam o Engenheiro ao calcular as fundações, respaldando-o e não pondo em risco a obra e investimento do cliente com suposições superficiais, evidenciando que não existe solo bom, existe solo prospectado e analisado, visto que Engenharia se faz com procedimentos, não com presunções. Assim, é imprescindível, além da sondagem, o conhecimento prévio da estrutura geológica da região que pretendesse edificar, pois a sondagem por si só não determina o estado total da estrutura rochosa que compõe o solo.

## IRRIGAÇÃO AUTOMÁTICA DO HORTO DO UNIRN

### **Autor(es):**

*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Pensando no meio ambiente e na sustentabilidade o Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN vem colaborando com desenvolvimento de projeto de extensão em seu complexo, sendo implantado um sistema que aproveita a água da chuva e a água produzida pelos ar – condicionados com a finalidade de fazer a irrigação dos jardins da instituição. Essa água é armazenada em cisternas de 5000 litros de polietileno que é bombeada por bomba elétrica. A irrigação é feita na forma tradicional, ou seja, precisa de um operador para realizar a tarefa. Sabemos que esse método nem sempre é eficaz, pois a irrigação é feita com mangueira e com isso a irrigação não é feita uniformemente, gerando grande desperdício da água e de energia elétrica, já que a água é bombeada por uma bomba elétrica. Pensando nesses desperdícios, o intuito desse projeto é implantar na instituição um sistema de irrigação automático na horta da instituição, onde o sistema irá dispensar o operador e irá realizar a irrigação na área da horta orgânica do bosque uniformemente, na medida correta em dias e horas pré-programados. Esse sistema irá reduzir custos e trazer benefícios, haja vista que a forma tradicional de aplicação de água horta, além de utilizar muita água, não apresenta uma boa uniformidade, podendo ter áreas bem molhadas, áreas extremamente molhadas e outras nem tanto, provocando desigualdade de umidade no solo que afetara diretamente no desenvolvimento e crescimento das plantas da horta, com surgimento de folhas amareladas, má desenvolvimento e entre outros problemas.

**(Metodologia)** O sistema de irrigação automático que foi implementado na instituição é composto por um sistema hidráulico e um sistema de controle. O sistema hidráulico é composto por bomba de água, canos, conjunto de conexão, e aspersores, já o sistema de controle é composto por elementos eletrônicos responsáveis para realizar o controle de todo o sistema. O sistema de controle funcionará da seguinte maneira: ele acionará a bomba de água no dia e hora pré-programado que mandará a água que está armazenada na cisterna para os aspersores efetuando a irrigação. No tempo determinado o sistema de controle desativará a bomba, desligando todo o sistema. Além de ativar e desativar o sistema de irrigação, o sistema de controle terá outra função muito importante, que é fazer o monitoramento do nível de água da cisterna, através de sensores. Quando a cisterna estiver com nível muito baixo de água, o sistema de controle não ativará a bomba elétrica, evitando danos a mesma.

**(Resultados)** Com a implantação do sistema foi alcançado os resultados esperados os quais podemos citar: acionamento pré-programado, tempo de irrigação eficiente para o tipo de cultivo e abrangência de toda área de cultivo de forma uniforme.

**(Conclusão)** Conclui-se que o projeto foi um sucesso. O objetivo foi alcançado conforme planejado em estudo feito através das pesquisas.

**Palavras-Chave:** Horta; Irrigação; Automação.

## MÉTODOS DE PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO EM ESTRUTURAS DE AÇO

### **Autor(es):**

*André Medeiros Guedes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Bruno Silva Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Shardson Alves Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir do século XVIII iniciou-se a utilização de estruturas metálicas na construção civil até os dias atuais, o aço tem possibilitado aos arquitetos, engenheiros e construtores, soluções arrojadas, eficientes e de alta qualidade. O aço sempre esteve associado à idéia de modernidade, inovação e vanguarda, traduzida em obras de grande expressão arquitetônica e que invariavelmente traziam o aço aparente. As vantagens na utilização de sistemas construtivos em aço vão muito além da linguagem estética de expressão marcante; redução do tempo de construção, diminuição do uso de materiais e mão de obra e aumento da produtividade, são fatores para o sucesso de qualquer empreendimento. A estrutura de aço em contato com o meio ambiente tende a se oxidar pela presença de O<sub>2</sub> e H<sub>2</sub>O, começando pela superfície do metal até a sua total deterioração. Algumas soluções reduzem ou eliminam a velocidade da corrosão, entre elas a utilização de aços resistentes à corrosão atmosférica, aplicação de zincagem e pintura.

**(Metodologia)** Mediante a isso, iniciou-se uma pesquisa sobre esses métodos utilizados para proteção a corrosão com o intuito de sabermos como eles funcionam. O processo de corrosão dos metais está diretamente relacionado com o potencial de oxidação de eletrodo, que remove os elétrons do ferro formando cátions Fe<sup>++</sup>, quanto mais positivo for o potencial de oxidação, mais reativo é o metal. Um dos métodos estudado foi o uso de zinco, que consiste em combiná-lo com o ferro, resultando no zinco como anodo e o ferro como cátodo, prevenindo assim a corrosão do ferro. Outra maneira de combater a corrosão é com a adição de cobre e cromo obtendo aços patináveis ou aclimáveis, ocasionando uma resistência à corrosão atmosférica até oito vezes maior que os aços-carbono comuns.

**(Resultados)** Através da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível concluir a eficácia dos métodos supracitados, além da necessidade de estar sempre estudando novos métodos viáveis para combater a corrosão. Notou-se que as estruturas metálicas que sofreram um tratamento de proteção, tiveram uma maior vida útil, isso implica diretamente em redução de custos com manutenção e recuperação.

**(Conclusão)** Percebeu-se a grande importância da proteção do aço contra a corrosão, pois no Brasil ele é largamente utilizado em construções civis, como galpões e estrutura de concreto protendido e armado. Desta forma, pode-se concluir que a proteção das estruturas metálicas como um todo, se mostra fundamental nos processos construtivos atuais, pois, ultimamente a corrida em busca de maiores reduções de custos construtivos é cada vez mais crescente.

**Palavras-Chave:** Aço;estrutura;corrosão;proteção



## NOVOS EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

### **Autor(es):**

*Bruno Silva Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Shardson Alves Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O modal rodoviário no Brasil é meio de transporte mais utilizado no país atualmente. Ele passou a ter investimentos e planos governamentais no final da década de 30. Planos como o de JK em 1956, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foram influenciadores para a criação do primeiro Plano Nacional Viário voltado para rodovias. Este e outros planos, como o, Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) - 1964/1966 entre outros foram influenciadores para a criação do primeiro Plano Nacional Viário voltado para rodovias. O sistema de pavimentação é formado por quatro camadas principais: revestimento de base asfáltica, base, sub-base e reforço do subleito. Dependendo da intensidade e do tipo de tráfego, do solo existente e da vida útil do projeto, o revestimento pode ser composto por uma camada de rolamento e camadas intermediárias ou de ligação. Mas nos casos mais comuns, utiliza-se uma única camada de mistura asfáltica como revestimento. Cada fase necessita de um ou mais equipamento específico para sua execução que serão escolhidos de acordo com o projeto.

**(Metodologia)** Visando a melhorados serviços públicos na área da pavimentação asfáltica, empresas responsáveis pela criação de equipamentos asfálticos, estão investindo cada vez mais em estudos e produção desses produtos inovadores, tendo como objetivo adquirir uma melhora na execução e qualidade dos serviços. O distribuidor de agregados é um novo equipamento para aprimorar o processo de pavimentação asfáltica, ele efetua a distribuição, de maneira uniforme, dos materiais utilizados na pavimentação. Ele conta com sistema de reversão com sentido frente, neutro ou ré, possibilitando ao veículo espalhar o agregado nos dois sentidos, aperfeiçoando ainda mais a obra, oferecendo maior qualidade, aprimoramento, e agilizando o serviço. Outro equipamento de última geração é a Acabadora Cifali, capaz de espalhar 200 toneladas/hora de asfalto, e um rolo de pneu. Esse equipamento irá duplicar a capacidade operacional de muitas empresas.

**(Resultados)** Através da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível concluir a grande necessidade de investimento em estudos e produção de equipamentos novos, tendo em vista a necessidade de maximizar a produção e diminuir o tempo ingerido nas obras. Notou-se também uma grande preocupação na qualidade do resultado que essas máquinas proporcionam, buscando sempre maximizá-la.

**(Conclusão)** No Brasil o sistema rodoviário é o meio de transporte mais usado, sendo para transporte de pessoas ou de cargas. É inegável a importância das rodovias para economia do nosso país. Conclui-se assim, a obrigatoriedade das empresas em investir nos estudos e produção de equipamentos novos, tendo em vista a necessidade de maximizar a produção e diminuir o tempo ingerido nas obras.

**Palavras-Chave:** Equipamentos; pavimentação; sistema rodoviário

**PATOLOGIAS DEVIDO A RECALQUES DIFERENCIAIS EM FUNDAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EDIFICAÇÃO EM NATAL**

**Autor(es):**

*Anne Carolinne Cavalcanti Pereira Pinto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Hoppe Schröder : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É cada vez mais importante a identificação, conhecimento e acompanhamentos dos problemas patológicos de uma fundação para o desempenho, durabilidade e segurança de um edifício. Nos casos que envolvem recalques diferenciais de fundação fica clara a falta de conhecimento dos projetos elaborados e/ou executados de forma inadequada, além da falta de investigações corretas do solo e outras razões. O presente trabalho visa mostrar a importância da identificação e conhecimento das causas de patologias em edificações tais como fissuras, trincas e rachaduras provocadas por recalque diferencial de fundação. E porque é uma patologia muito frequente na cidade de Natal.

**(Metodologia)** A presente pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica sobre as principais causas do aparecimento de recalques diferenciais nos solos e como eles induzem o aparecimento de patologias e danos, como o aparecimento de fissuras, trincas e desaprumos, em edificações. O trabalho apresenta também um estudo de caso, em que foi apresentado os principais danos ocorridos em uma edificação, com a ajuda de um laudo técnico o que tornou possível a correta identificação das causas inerentes da interação solo-estrutura.

**(Resultados)** Em virtude do caso estudado, foi possível perceber a deficiência nos estudos geotécnicos, e em ensaios de sondagem em construções de pequeno porte, que são de grande importância no levantamento de qualquer edificação. Esses fatores somados à negligência quanto ao problema, visto que, mesmo após a primeira cessão do solo, não houve interesse por parte de ninguém da instituição para determinar o que de fato gerou aquela primeira cessão, resultou no recalque. A solução de micro estaca de reforço foi a determinada para o caso em virtude do proposto pela instituição. Como a edificação era uma subestação de energia, era necessária uma rápida resolução do problema e, diante disso, a solução entrava nos quesitos propostos e garantiria uma maior vida útil para com a construção.

**(Conclusão)** Através de uma comparação da revisão bibliográfica realizada e do estudo de caso, puderam ser estabelecidas conclusões sobre os eventos ocorridos, suas causas e possibilidades de soluções. Depois da análise das bibliografias, das teses e do caso estudado, foi notório perceber que o problema do recalque, sendo esse, diferencial ou não, é uma patologia bastante encontrada na engenharia civil, principalmente em edificações de pequeno e médio porte. Por isso é importante um estudo sobre esse tema, para garantir que o número de casos com esse problema diminua e que a consciência dos engenheiros sobre a importância dos estudos de sondagem aumente.

**Palavras-Chave:** fundações; patologias em fundações; recalque diferencial.

## PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA: EÓLICA

### **Autor(es):**

*Felipe de Melo Maia Madruga: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*David Vasconcellos Simonetti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o desenvolvimento da humanidade, a demanda por energia elétrica torna-se cada vez maior. Para se suprir essa demanda, foram criadas várias alternativas de produção energética, usinas termoelétricas, por exemplo, as quais se utilizam de combustíveis fósseis como fonte primária. Esses combustíveis são recursos não-renováveis, e englobam materiais como o carvão e o petróleo, em seu processo de utilização e transformação que tem como consequência a liberação de diferentes tipos de gases poluentes, dentre eles, o gás carbônico predominantemente. Devido a grande quantidade de poluentes lançados na atmosfera, novas alternativas produção de energia tem se desenvolvido, métodos os quais utilizam uma fonte infinita e um recurso renovável Assim, a energia eólica é uma fonte de produção de energia renovável que vem se firmando a cada dia no Brasil. A partir da década de 90 do século passado, a utilização desta forma alternativa de geração de energia vem ganhando mais espaço em praticamente todas as unidades da federação. Dotado das informações citadas no presente trabalho, visa-se conceituar o funcionamento de uma turbina eólica e seus elementos, bem como sua forma de geração de energia.

**(Metodologia)** Caracteriza-se por ser uma pesquisa teórica bibliográfica, descritiva, qualitativa e a apresentação de um modelo para estudo pratico, assim, podendo ser avaliado e analisado todo o funcionamento e produção da turbina eólica. Inicialmente foi realizada uma pesquisa com base nas palavras-chave: Renovável, Eólica, Energia, Turbina. A partir dos artigos, bibliografias e exemplos de modelos práticos encontrados foi efetuada uma análise parcial que auxiliou sistematizar informações somente acerca da temática proposta. Durante o levantamento bibliográfico e a busca por artigos foram utilizados os seguintes bancos de dados: Proquest, Google Acadêmico, com publicações que tenham sido realizadas nos últimos 5 anos. Tem-se como objetivo, realizar uma análise sobre o funcionamento de uma turbina eólica. Em face disso, esta pesquisa visa simular o funcionamento de uma torre eólica, bem como, destacar o processo de transferência da energia produzida pela ação ocorrente entre o vento e as pás mecânicas dos aerogeradores.

**(Resultados)** Diante das informações obtidas e cálculos executados durante o estudo de caso, comprova-se que a metodologia que utiliza a força do vento incidente nas pás mecânicas é bem promissora, demonstrando um grande potencial para ser a fonte primária de energia.

**(Conclusão)** O método de produção energética renovável que mais cresce atualmente no Brasil e em grande parte do mundo é o eólico por causa da facilidade de armazenamento e com seu método produtivo não muito complicado e com baixo impacto ao Meio Ambiente. Assim, após um estudo de caso e pesquisas, os resultados obtidos no ensaio condisseram com o esperado pelas fontes bibliográficas e cálculos executados. Provando que atualmente a energia eólica é de fato uma fonte limpa extremamente beneficiadora para a melhoria do planeta e qualidade de vida dos seres que o habitam.

**Palavras-Chave:** Energia Renovável; Ensaio; Combustíveis Fósseis; Eólica;

**PROJETO DE INTERSEÇÃO: A SOLUÇÃO PARA A AV. PREFEITO OMAR O'GRADY E AV. INTEGRAÇÃO**

**Autor(es):**

*Oswaldo Vieira Luceno Júnior: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Natália Aragão Tavares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Silvio Bezerra Cortez Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Andréa de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto em questão foi desenvolvido com embasamento na teoria absorvida pelos integrantes do curso de engenharia civil, em sala de aula, do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Durante a disciplina de pavimentação e transportes, foram lecionados o estudo de tráfego, evolução dos transportes e o manual de interseções no qual possibilitaram caracterizar elementos urbanos do ponto de interseção em estudo. De tal forma, o projeto elaborado buscou características planialtimétricas que melhor se adaptassem às condições das ruas e edificações adjacentes, estabelecendo um novo plano funcional atendendo de maneira adequada tecnicamente visando melhorias para a população melhorando o tráfego de ponto analisado.

**(Metodologia)** A notoriedade deste trabalho está ligada a problemática do congestionamento que acontece diariamente no ponto de interseção das avenidas Prefeito Omar O'Grady (Prolongamento da Prudente), que pela classificação de vias é considerada uma Via arterial, com a Avenida Integração – Via Coletora as avenidas em estudo chamaram atenção devido o problema de congestionamento que ocorre com o aumento constante de fluxo de veículos e sua concentração nos sinais de trânsito, número de assaltos e acidentes que ocorrem com a atual rota das vias existentes no ponto de interseção em evidência. Tornou-se necessário o estudo do greide, terraplenagem, corte e aterro e tipo interseção viável para que pudéssemos optar e dimensionar uma solução que fosse adequada tecnicamente para a população e para a sua execução. Objetivou-se apresentar um problema em uma interseção em natal e apresentar a solução com uma alteração nesta interseção. Além disso, relatar as especificações da caracterização de interseções e classificação de interseções, de acordo com o manual do DNIT.

**(Resultados)** A Escolha foi realizada pelos principais motivos: Congestionamento localizado neste ponto, ocorrência de acidentes e incidência de assaltos. A solução obtida foi a mudança da interseção e retirada dos semáforos a implementação de um anel viário excluiria a existência do sinal de trânsito presente e exigiria um menor número de desapropriação. Atrélado a retirada dos Semáforos a construção de um viaduto ligando a Av. Prudente de Moraes com a Av. Prefeito Omar O'Grady (Prolongamento da Prudente), sob o viaduto será construída uma rotatória que ligará a Av. Da integração, o condutor poderá acessar a Prudente sem nenhum problema. O resultado disso será a liberação da prudente, diminuição do congestionamento, diminuição de assaltos, não haverá interferência no trânsito existente, viabilidade em relação a outras possíveis interseções.

**(Conclusão)** O tipo de interseção deve ser escolhido a partir de uma visão socioeconômica considerando: exigências técnicas de trânsito baseadas em velocidade de referência, volume e composição do tráfego, exigências do terreno e arredores, custos de instalação, operação e manutenção. A metodologia detalha e explica como analisar e escolher o tipo de interseção em função dos volumes de tráfego e de segurança do trânsito. Contudo, é necessário que a decisão final se faça com base em princípios socioeconômicos e na avaliação de todos os efeitos dos diferentes tipos de interseção. Por conseguinte, a elaboração do projeto de interseção em foco, ficou clara a necessidade de uma solução para os problemas existentes e, mais ainda, a necessidade da execução breve de uma solução.

**Palavras-Chave:** Ponto de Interseção. Solução. Via Urbana. Pavimentação. Transportes.

## PROTEÇÃO PASSIVA CONTRA INCÊNDIOS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.

### **Autor(es):**

*Mariana Cabral da Costa Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Gabriel Henrique Da Costa Rodrigues: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Apesar da probabilidade ser muito pequena, o colapso estrutural de edifícios de concreto armado em situação de incêndio não é incomum. Dessa forma essa consideração deve-se ser levada em conta e inserida aos projetos estruturais de todos os tipos de edificações, em especial de maior porte ou risco, considerando o fato de que os materiais estruturais perdem a resistência ao serem submetidos a um incêndio. A perda de bens materiais e de vidas humanas em situações de incêndio tem sido ao longo dos tempos uma preocupação crescente, promovendo assim o conceito de segurança contra incêndio e de diversos mecanismos associados à sua prevenção ou limitação dos danos causados. Desse modo, o conceito de proteção passiva contra incêndios se faz necessário para que as edificações apresentem condições de segurança contra altas temperaturas. A proteção passiva é definida como sendo o conjunto de medidas incorporado ao sistema construtivo do edifício, sendo funcionais durante a utilização do edifício e que reage passivamente em caso de incêndio, não estabelecendo condições para a propagação e crescimento do incêndio. A proteção passiva garante a resistência ao fogo, facilita a fuga dos usuários, a aproximação e o ingresso no edifício para o desenvolvimento das ações de combate. Exemplos de proteção passiva são a compartimentação horizontal ou vertical, as rotas de fuga e a resistência ao fogo das estruturas. Este trabalho tem como objetivo instruir e levar até o maior número de pessoas informações sobre o conceito e a importância de se ter condições passivas de segurança ao incêndio em edificações.

**(Metodologia)** Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e entrevistas com algumas construtoras Natalenses, além de estudo de custos para implantação de tais medidas.

**(Resultados)** Com este trabalho foram obtidos conhecimentos mais aprofundados sobre o tema e identificado alguns possíveis motivos pelos quais edificações não apresentam tais medida de controle ao incêndio, mesmo sendo objeto de segurança a toda população.

**(Conclusão)** Por muito tempo as medidas de segurança contra incêndios foram relegada a segundo plano em edificações. Isto mudou aos poucos após ocorrências de várias tragédias com grande comoção social, dando início a diversas mudanças nas leis e o surgimento de recomendações, regulamentações e normas visando proteger o patrimônio e, principalmente, a vida humana. A área de segurança em situação de incêndio já avançou bastante, porém ainda necessita de aprimoramento e desenvolvimento para um maior conhecimento de sua importância e implantação por parte da população de todas as regiões não só do Brasil, mas como do mundo.

**Palavras-Chave:** Incêndio, Segurança, Medida de Segurança.

**REDUÇÃO DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CONCRETO E PAVIMENTO INTERTRAVADO PERMEÁVEL**

**Autor(es):**

*Mácio Miranda de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Aldo da Fonseca Tinoco Filho : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A impermeabilização do solo decorrente da ocupação urbana altera o ciclo hidrológico resultando em aumento de enchentes e da degradação da qualidade das águas pluviais. Neste contexto, a pavimentação de ruas, calçadas, praças, entre outros, precisa ser bem planejada para que possa oferecer o escoamento adequado, evitando-se danos indesejáveis. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo principal comparar, o uso do pavimento intertravado de concreto com o pavimento intertravado permeável, observando-se qual deles oferece o menor escoamento superficial de águas pluviais.

**(Metodologia)** Como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho foi envolvida uma pesquisa comparativa, realizando-se um estudo de caso em um condomínio em Jacumã RN, comparando-se a redução do escoamento superficial de águas pluviais do pavimento intertravado de concreto (implantado no condomínio) com o pavimento intertravado permeável. Foi estabelecida a aplicação do método racional utiliza o C (Coeficiente de Escoamento Superficial), que varia em função da maior ou menor absorção do tipo de pavimento, na medida que os outros parâmetros: intensidade da chuva (mm/h) e área de contribuição (hectare) permanecem constante. Desta forma, foi apresentada a vantagem do uso do pavimento intertravado vazado, na medida em que o seu baixo valor do C acarreta uma significativa redução da vazão do escoamento superficial.

**(Resultados)** Foi usado o "C" (coeficiente de escoamento) de 0,85, representando que o pavimento é praticamente impermeável. Ao analisar a fórmula do Método Racional:  $Q = C \times I \times A / 360$  Q = em m<sup>3</sup>/s é o valor da vazão de pico; C = é o coeficiente de run-off ou de escoamento; I = é a intensidade de chuva em mm/h; A = representa a área da bacia de contribuição a ser drenada em hectares; "360" = fator de conversão de unidades; E considerando uma possível chuva com duração de 20 min e frequência de 2 anos (i=69,52 mm/h), em uma área de 24.196,63 m<sup>2</sup>(vias+calçadas), pôde-se calcular a vazão do condomínio:  $Q = 0,85 \times 69,52 \times 2,419 / 360$  Q = 0,397m<sup>3</sup>/s Usando a mesma formula, para um pavimento de CBUQ (Concreto betuminoso usinado a quente), que apresenta um escoamento superficial C=0,90, obtemos o seguinte valor de Vazão:  $Q = 0,90 \times 69,52 \times 2,419 / 360$  Q = 0,420 m<sup>3</sup>/s Agora, calculando a mesma equação e utilizando um pavimento permeável que permita que uma boa quantidade de água infiltre no solo, como, por exemplo, os pavimentos de bloco vazado de concreto, que apresenta um coeficiente de escoamento superficial C= 0,04, obtem-se a seguinte vazão:  $Q = 0,04 \times 69,54 \times 2,419 / 360$  Q = 0,018 m<sup>3</sup>/s De posse dos cálculos realizados, em linhas gerais constatou-se que a pavimentação intertravada com blocos de concreto vazados (que possuem o índice de escoamento superficial baixo, por permitir que a água infiltre no solo), pode ser considerada uma alternativa viável na redução do volume do escoamento superficial das águas de chuva e consequentemente da vazão de pico, causando uma redução da solicitação do sistema de drenagem e diminuindo os impactos sobre a quantidade e qualidade da água (poluição difusa), se constituindo em uma solução sustentável no manejo das águas pluviais.

**(Conclusão)** A proposta deste trabalho consistiu em comparar, através de um estudo de caso, o uso do pavimento intertravado de concreto com o pavimento intertravado permeável, observando-se qual deles oferece o menor escoamento superficial de águas pluviais. Após o resultado dos cálculos efetuados, conclui-se que o pavimento utilizado no condomínio estudado não demonstrou eficiência no quesito de infiltração/redução do escoamento superficial, pois sua vazão de pico foi praticamente a mesma no pavimento de CBUQ. Enquanto que se tivessem sido usados blocos vazados de concreto em praças, estacionamentos e vias de pedestre, poderia gerar uma redução na formula do método racional da vazão, e consequentemente uma redução no dimensionamento do sistema de drenagem.

**Palavras-Chave:** Escoamento Superficial. Pavimento Intertravado de Concreto. Pavimento Permeável. Método Racional. Vazão

## REFORÇO COM GEOTÊXTEIS EM TERRENOS E CONTENÇÕES

### **Autor(es):**

*Mateus Isaias Dantas de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Alisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Rodrigo Teixeira Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Entende-se por geotêxtil, de maneira geral, o produto resultante de tratamento físico e químico aplicados a materiais naturais ou sintéticos e que se assemelha no seu aspecto visual ou construtivo, aos produtos oriundos da indústria têxtil. Até o início da década de 60 a indústria têxtil mundial tinha como matéria prima básica de construção as fibras naturais tais como algodão, lã e seda. Nessa época começou-se a explorar de maneira significativa as fibras sintéticas como o nylon, poliéster, acrílico entre outras. Devido à grande variedade de características que o processo sintético admite, tais fibras vêm se impondo de maneira cada vez mais acentuada ao longo dos anos. Para se ter uma idéia, atualmente 73% da produção da indústria têxtil advém da utilização de fibras sintéticas. A execução de estruturas de solo reforçado com geossintéticos usualmente apresentam custo competitivo, facilidade executiva e uma conseqüente velocidade construtiva. Adicionado a isso, a versatilidade dessa técnica permite a sua aplicação em diferentes geometrias e sua associação a outras técnicas utilizadas nas construções de estruturas de contenção. Eles têm ampla aplicação em técnicas de solo reforçado, para a estabilização de corte em terrenos naturais ou de taludes de aterros. O desempenho destas obras depende da interação mobilizada entre as inclusões, geralmente planares e dispostas convenientemente no interior do maciço, e o seu solo constituinte. Em maciços de solo reforçado, a inclusão de geossintéticos como elemento de reforço do material de aterro propicia uma redistribuição global das tensões e deformações, permitindo a adoção de estruturas com faces verticais (muros) ou maciços mais íngremes (taludes), com menor volume de aterro compactado (Vertematti, 2004).

**(Metodologia)** Embasado em revisões bibliográficas e estudos laboratoriais.

**(Resultados)** Na bibliografia mundial encontra-se, em geral, como dados referentes ao aumento do fator de segurança da obra devido à presença do geotêxtil, valores entre 5 e 10%. Num interessante trabalho sobre este assunto, Volman et al (1977) levaram dois aterros à ruptura numa mesma camada de argila mole, sendo que um dos aterros continha uma manta de geotêxtil tecido instalada na base e o outro não. Os aterros foram construídos com a mesma velocidade (1 m/dia) e as mesmas características tendo o reforçado apresentado traços de ruptura quando por volta de 4.5m de altura e o sem reforço rompido literalmente com 3.5m de altura. Com isso, os autores concluem o trabalho afirmando que a utilização do geotêxtil como reforço permite que o aterro seja construído com taludes mais íngremes e a velocidade maiores. Broms (1977) conclui que a presença da manta geotêxtil faz com que o círculo com menor fator de segurança tenda a se deslocar na direção da região de instalação do geotêxtil. Dependendo da resistência à tração deste, o centro do círculo crítico pode até mesmo se localizar sobre a manta. Para se ter uma idéia mais consistente da influência da presença da manta no fator de segurança de um aterro sobre argila mole, processou-se o programa BISPO para análise de estabilidade de taludes. Esse programa foi resultado da tese de mestrado de Moraes Jr. (1974) tendo sido atualizado por Palmeira & Almeida (1980).

**(Conclusão)** O presente artigo visou avaliar o comportamento de terrenos e contenções de baixa altura reforçados com manta geotêxtil. Em regiões de baixa capacidade de suporte da fundação e alto custo do material de aterro, o emprego de reforço- na fundação pode levar à redução de volumes de aterro e minimização de custos. Torna-se, então, interessante a pesquisa de materiais sintéticos de baixo custo e fácil instalação que minimize a necessidade de especificações rigorosas para este tipo de obra.

**Palavras-Chave:** Geossintético, fibras sintéticas, custo e reforço.

## REFORÇO DE FUNDAÇÕES

### **Autor(es):**

*Samuel Ribamar de Lima Lopes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A fundação tem como principal característica suportar com segurança as cargas provenientes do edifício. Segundo Milititsky, Consoli e Schnaid (2005), o custo usual da fundação varia entre 3% a 6% do custo da obra, em casos específicos o custo pode chegar a 15%, dependendo, porém do tipo de estrutura a ser suportada e das condições diversas do solo. Mesmo com um baixo custo, obras de pequeno e médio porte se ausentam em fazer a investigação do subsolo, onde seu desempenho ao longo tempo pode ter alteração por múltiplos fatores: erros decorrentes do projeto, que envolvem o estudo do solo, passando pelo procedimento construtivo e por fim os efeitos de acontecimentos pós-implantação, incluindo sua possível deterioração. Devido estes erros, as patologias estão se manifestando cada vez mais nas fundações, com isso surge a importância da execução de um reforço na estrutura mal executada ou com mau desempenho devido a um aumento no carregamento. Segundo Pereira (2017), a escolha do tipo de reforço a ser adotado, vem em decorrência do diagnóstico alcançado, experiência e julgamento dos profissionais envolvidos no problema. A definição do tipo a ser aplicado deve ficar sujeita a condicionantes técnicos, econômicos, de exequibilidade e de segurança. Todos esses fatores preconizam a contratação de um projetista experiente. Na área das fundações, existe a contratação e execução do acompanhamento técnico de obra (ATO), que efetua os ajustes e correções da obra em tempo real. Pereira (2017), afirma que os principais tipos de reforços estruturais utilizados para fundações são: execução de encamisamento das fundações rasas com introdução de novas armaduras, execução de estacas através do jet-grouting, execução de estacas mega, raiz, laterais, pré-fabricadas, metálicas e de micro estacas, injeção de pasta de cimento ou produtos reativos como o polissulfato de sódio e o sulfeto de alumínio visando aumentar a capacidade de carga do solo. Tais tipos de serviços visam recuperar ou aumentar a segurança da fundação original, devido ao seu possível mau desempenho.

**(Metodologia)** Essa monografia tem o seu desenvolvimento baseado em trazer referências sobre a metodologia de revisão bibliográfica relacionando ao tema de reforços em fundações e trazer referências sobre um estudo de caso na cidade de Natal, onde foram averiguadas as patologias e a melhor técnica executiva de reforço das estruturas de fundações.

**(Resultados)** O reforço estrutural foi executado com sucesso, as estacas do tipo broca com trado manual supriram as exigências que foram solicitadas do ponto de vista técnico, foram executados os cálculos de capacidade de carga da estaca, considerando que o comprimento adotado em projeto, foi executado.

**(Conclusão)** A partir do apresentado no escopo do trabalho pode-se concluir que: Devido à falta da investigação do subsolo e de profissionais qualificados em projetos e execução de fundações as mesmas tendem a apresentar patologias ao decorrer do tempo. O número de patologias associadas às fundações no Brasil é de 6%, número bastante pequeno, porém em relação às outras patologias existentes na construção civil as consequências econômicas e de risco destes problemas são superiores frente a outras patologias. As estacas de trado manual podem ser utilizadas como reforço de fundações, desde que sejam dimensionadas corretamente como no caso prático apresentado. Podem-se visualizar em os outros casos, os tipos de reforços estruturais citados ao longo do trabalho dependendo das patologias e do tipo de sondagem a escolha do método mais indicado.

**Palavras-Chave:** Fundações. Patologia. Reforço.



## REFORÇO ESTRUTURAL ATRAVÉS DE PROTENSÃO EXTERNA

### **Autor(es):**

*Pedro Henrique Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Vinicius Fernandes de Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Carlos Gileno Amaral de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A recuperação de estruturas consiste em intervenções com a intenção de recuperar as propriedades originais para as quais a estrutura foi projetada. Já o reforço estrutural determina intervenções no aumento da capacidade da estrutura quando existe a necessidade de aumentar a sua capacidade para o atendimento a novas solicitações de uso, ou para corrigir possíveis falhas. (REIS, 1998). Uma das técnicas utilizadas para o reforço estrutural de elementos de concreto armado é a aplicação de protensão externa. O reforço com protensão externa consiste, fundamentalmente, em inserir esforços ativos de compressão por meio da incorporação de cordoalhas externas à estrutura, longitudinal ou transversalmente, por meio do uso de desviadores metálicos, com o objetivo de reestabelecer as condições originais ou reforçar a mesma para suportar cargas superiores às projetadas. O uso da protensão externa reduz as deformações sofridas pela estrutura e aumenta sua capacidade portante. De acordo com VITÓRIO e BARROS (2011), o reforço estrutural por proteção externa também pode ser aplicado às fundações, principalmente em situações em que novas estacas são cravadas, tornando necessário a criação de bloco de coroamento para solidarização destas novas estacas ao bloco existente, e assim garantir uma solidarização do sistema que seria difícil ser conseguida com os métodos tradicionais. Por estar localizado no exterior dos elementos estruturais, um sistema de proteção externa é vulnerável à ação do fogo e da corrosão eletroquímica. A protensão de um sistema de protensão externa normalmente é feita com o encapsulamento dos cabos com argamassa, revestimento com concreto convencional ou projetado, CAMARGOS (2013) Por fim, quatro tópicos bastante importantes devem ser considerados no caso da protensão externa: o deslizamento dos cabos sobre os desviadores; o problema da modelagem dos cabos; a perda de protensão na ancoragem de cabos curtos; a fadiga por fricção do cabo nos desviadores.

**(Metodologia)** Este artigo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas sobre o tema.

**(Resultados)** Existem diversas alternativas técnicas para reforçar uma estrutura e para cada caso deve ser avaliado a melhor alternativa para tal situação. A aplicação da protensão externa em estruturas aumenta sua capacidade portante e reduz as deformações, dentre seus pontos positivos, podemos dizer que o reforço estrutural através de protensão externa já está bastante avançado, com a possibilidade de inspeção visual, pouca ou nenhuma necessidade de demolições futuras e ausência de problemas com revestimentos de cabos. Porém, ainda há a necessidade de análise criteriosa nos materiais de execução da estrutura para evitar possíveis reforços futuros, e mão de obra altamente qualificada e especializada para a execução do método.

**(Conclusão)** O trabalho trouxe bastante conhecimento para a área em estudo.

**Palavras-Chave:** Reforço estrutural, recuperação de estruturas, protensão externa

## REFORÇO ESTRUTURAL COM COMPÓSITOS DE FIBRA DE CARBONO PROTENDIDO

### **Autor(es):**

*Maria Marina de Lemos Santos Cortez: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Luana Patrícia Felizardo Wanderley: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kamyla Carla Soares da Silveira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao longo da história o reforço de estrutura sempre esteve presente. Essa necessidade pode ter diversos motivos, por exemplo: necessidade de manutenção por ser uma construção antiga; sua utilização será alterada e seus elementos deverão resistir a carga maiores; por apresentação de fissuras, deformações; dentre outros fatores que exigem algum tipo de correção. Sendo assim, vários métodos de reforço foram desenvolvidos e vêm sendo empregados. Dentre esses meios a utilização dos compósitos de fibra de carbono protendido como solução tem se mostrado bastante satisfatória. Esse trabalho tem como objetivo ressaltar a importância, características e utilizações deste reforço estrutural nas estruturas de concreto no geral.

**(Metodologia)** A presente pesquisa tem caráter exploratório e explicativo, buscando proporcionar uma visão geral do uso de fibras de carbono protendidos para reforço de estruturas, esclarecendo os fenômenos ligados à sua aplicação. Para isso será feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa através de estudos bibliográficos relacionando o uso desta técnica como soluções em estruturas que apresentem patologias.

**(Resultados)** O presente estudo nos mostra que as fibras de carbono têm como finalidade principal fornecer resistência e rigidez ao compósito. Estas propriedades podem variar de acordo com o tamanho, grau de concentração e disposição das fibras na matriz. Para a escolha da mesma deve ser levado em consideração o tipo de estrutura, o grau de solicitação e as condições do ambiente. O RFC (reforço com fibra de carbono) apresenta diversas vantagens quando utilizados para reforço, por possuir alta resistência e rigidez; massa específica reduzida; alta resistência à fadiga; baixo coeficiente de dilatação térmica; ótima resistência contra ataques químicos e corrosão; rapidez e facilidade de instalação, além de possuir ótimo aspecto estético. Mas com relação à resistência à tração esse reforço pode ser ainda bem mais aproveitado com a aplicação da técnica de protensão. Pois estudos experimentais mostram que a ruptura das estruturas reforçadas constantemente acontece de uma forma prematura, ou seja, sem o esgotamento da capacidade resistente do RFC. A técnica de proteção ainda pode retardar o aparecimento de fissuras e há o aumento das condições de serviço das estruturas.

**(Conclusão)** Diante da necessidade de técnicas cada vez mais específicas na construção civil surgiu o reforço estrutural com o compósitos de fibra de carbono protendido, no qual se tornou uma técnica bastante atrativa e compensadora a muitos projetistas pelo fato das diversas vantagens que esta dispõe para as estruturas sendo a principal, a elevada resistência à tração e a ataques químicos além do elevado módulo de deformação, no qual chega a superar as propriedades presentes nos aços da mais avançada tecnologia. É uma solução aceita internacionalmente e que vem ganhando destaque no Brasil. Esse tipo de reforço pode apresentar um custo mais elevado do que outras técnicas, no entanto, pode ser a técnica mais viável dependendo da circunstância da edificação. Mas vale ressaltar que o procedimento deve ser executado por profissionais qualificados mediante projeto de reforço estrutural.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Protensão, Reforço, Técnica.

## REFORÇO ESTRUTURAL COM LAMINADOS DE FIBRA DE CARBONO

### **Autor(es):**

*Felipe de Melo Maia Madruga: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Lucas Moura dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*David Vasconcellos Simonetti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este artigo visa analisar as características da utilização do reforço estrutural com laminados de fibra de carbono. A utilização deste material é mais uma tecnologia utilizada para restaurar as estruturas com danos ocasionados devido aos recalques, flechas, erros de execução de projeto, erros de dimensionamento de armaduras e cobrimento. Os laminados são produtos pré-fabricados dos sistemas compostos estruturados com fibras de carbono e são produzidos através de processos de pultrusão, ou seja, de prensagem à quente. Essas fibras são imersas em resina epoxídicas e enrijecidas por meio do calor e da prensagem. Esse procedimento permite que se tenha um produto híbrido em que o módulo de elasticidade tem uma progressão linear. A vantagem que se obtém nesse procedimento, segundo os fabricantes, é que podem ser utilizadas fibras de baixa resistência e conseqüentemente de menor custo, mas que incorporam ao produto final uma relação custo/benefício que torna o produto comercialmente mais competitivo. Os laminados se prestam muito bem para promover o reforço estrutural à flexão, mas não são aplicáveis para os reforços ao cisalhamento ou para o confinamento de colunas. O reforço estrutural com laminados de fibra de carbono possui diversas vantagens, entre elas podemos citar sua elevada resistência a tração e módulo de elasticidade, possui reduzido peso específico, fácil transporte e manuseio, não acrescenta carga às fundações. Este tipo de reforço também é muito interessante pois com pequenas quantidades, pode-se aumentar significativamente a capacidade de carga dos elementos estruturais em questão. Em decorrência destes problemas estruturais, é necessário por meio de vistoria, estabelecer uma reavaliação estrutural para identificar os pontos que se demonstram fora dos padrões de projeto ou que apresentam danos como a corrosão.

**(Metodologia)** Temos como objetivo em nosso estudo apresentar os benefícios trazidos na utilização de laminados de fibra de carbono na recuperação estrutural, bem como apresentar suas características, aplicações, situações que melhor se aplicam e em quais não devem ser aplicadas. Em face disso, nossa pesquisa trata de averiguar se é de fato vantajosa sua utilização comparada aos outros tipos de reforços estruturais presente no mercado. Caracteriza-se por ser uma pesquisa teórica a respeito do reforço estrutural com laminados de fibra de carbono, descrevendo desde suas características, formas de aplicação, vantagens, seu custo e se vale a pena de fato utilizar este tipo de reforço muito comum na Construção Civil, e que vem ganhando bastante espaço no mercado. Inicialmente foi realizada uma pesquisa a partir das palavras-chave: Reforço Estrutural, Laminados de Fibra de Carbono, Utilização, Aplicação, Vantagens, Reforço e Aumento da Resistência. A partir dos artigos encontrados foi efetuada uma análise parcial que auxiliou sistematizar informações somente acerca da temática proposta. Durante o levantamento bibliográfico e a busca por artigos foram utilizados os seguintes bancos de dados: Referências Bibliográficas, Google Acadêmico, Sites relacionados ao tema e Artigos com publicações que tenham sido realizadas nos últimos 5 anos.

**(Resultados)** Diante das informações obtidas, é comprovado que a metodologia de revestimento de laminados de fibra de carbono é uma tecnologia bastante eficaz para o mercado e traz grandes benefícios para a engenharia e seus utilizadores.

**(Conclusão)** Diante do exposto, pode-se dizer que o reforço estrutural com laminados de fibra de carbono é uma ótima opção disponível para quem precisa desfrutar de todos estes benefícios citados acima, sendo contraindicado apenas a pessoas que estão com o orçamento mais apertado, pois os laminados de fibra de carbono são produzidos com tecnologias de ponta e em grande parte importados, fazendo com que os custos por esse tipo de material sejam elevados em comparação a outros tipos de reforço disponíveis.

**Palavras-Chave:** Laminados de fibra de carbono; Estrutura; Reforço; Resistência.

## REFORÇOS ESTRUTURAIS COM FIBRA DE CARBONO

### **Autor(es):**

*Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*João Victor Araujo Campos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Karen Beatriz Mendonça Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A capacidade de carregamento de uma estrutura de concreto não está adequada às solicitações às quais o elemento em questão está sujeito. A causa para tal situação pode ser variada. Em alguns casos, trata-se de uma patologia ocasionada por erros de projetos, erros de execução, utilização de materiais de baixa qualidade ou uma junção desses fatores, incluindo deterioração em razão do uso. Em outros, o que ocorreu foi uma alteração de finalidade da estrutura, com aumento de cargas, modificações estruturais, tais como aberturas em lajes e vigas para passagens, instalação de novos equipamentos, alteração de trem-tipo de pontes e viadutos etc.

**(Metodologia)** Para que seja garantida a instalação do sistema composto é fundamental que o substrato ao qual ele será aderido esteja íntegro e são, ou seja, que disponha de suficiente resistência mecânica para que sejam procedidas as transferências de esforços que acontecem na interface concreto armado/sistema composto. Assim, todas as patologias significativas existentes no substrato deverão ser corrigidas. Uma das ocorrências mais frequentes é a presença de corrosão nas armaduras. Assim, torna-se necessário a recuperação e a passivação das barras de aço afetadas pelo processo corrosivo e a remoção e posterior recuperação das superfícies de concreto degradadas em decorrência daquela manifestação. As vantagens de utilizar fibra de carbono Vantagens da fibra de carbono para reforço é na parte estrutural, reduz o peso específico, fácil transporte e manuseio, elevados valores de resistência à tração, elevado módulo de elasticidade, com pequenas quantidades de reforço, aumenta a capacidade de carga dos elementos estruturais, não produz acréscimo de carga às fundações, pouco impacto arquitetônico, devido à reduzida espessura, em reforço de viadutos, a não interdição do tráfego e a rapidez da aplicação.

**(Resultados)** Qualquer que seja a causa da patologia, a forma de restabelecer a capacidade de carregamento esperada é por meio do chamado reforço estrutural. Há diversas maneiras de realizar o reforço de uma estrutura: por aumento de seção, colagem de chapas, protensão, uso de perfis metálicos, dentre outros. De acordo com Bertrand, tradicionalmente esses reforços são feitos com chapa de aço colada externamente na estrutura, podendo ser realizado também o envelopamento da seção com complemento de armadura ou, como tem sido comum em obras de arte especiais, o acréscimo da seção na face superior, a chamada sobre a laje, reforçada com protensão externa, além de modificação das condições ou posições do apoio, dentre outras intervenções.

**(Conclusão)** Quando do projeto estrutural dos reforços utilizando sistemas compostos de fibras de carbono devem ser tomadas algumas precauções de modo a que não seja comprometido o sistema de aderência e/ou transferência de esforços entre as interfaces do concreto e a matriz polimérica.

**Palavras-Chave:** Fibra, carbono, aderência, compressão, deformação.

**SISTEMA RESIDENCIAL CONCEITUAL DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS CINZAS VISANDO O ATENDIMENTO À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**Autor(es):**

*Roberth Ramby Melo Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Úrsula Thais de Paula Medeiros : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Organização Mundial das Nações Unidas, em 2012, diz que um bilhão de pessoas em todo o mundo não tinham acesso a água potável, e este número tenderia a aumentar, podendo chegar a 3 bilhões em 2025. Ao contrário do que muita gente pensou durante décadas, a água não é um recurso natural inesgotável, e a falta de gestão do uso das águas vem favorecendo crises hídricas, anos após anos. Em regiões como a do nordeste brasileiro, onde o semiárido é predominante devido aos longos períodos de estiagem, a falta de água é ainda mais agravante.

**(Metodologia)** A sustentabilidade ambiental, tema bastante discutido em fóruns nacionais e internacionais, é entendida como uma forma de explorar os recursos naturais de maneira a não comprometer o meio ambiente nem as gerações futuras, dessa maneira o aproveitamento de águas previamente utilizadas para suprir a necessidade de outros usos benéficos é uma medida bastante eficaz contra o desperdício e a falta deste recurso. Diante da problemática o objeto de estudo visa o desenvolvimento conceitual de um sistema residencial de reutilização de água cinzas (águas de chuveiro e pia de banheiro), visando o aproveitamento dessas águas em usos menos nobres e atendendo a uma das diretrizes do Conselho Econômico e Social da ONU, onde diz que nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem água de qualidade inferior, a não ser que haja grande disponibilidade.

**(Resultados)** O sistema residencial consiste em três etapas importantes: a) separar as águas cinzas das águas negras; b) acumular as águas cinzas em reservatório independente do reservatório de água potável; c) direcionar as águas cinzas para a reutilização final desejada, no caso, caixas de descarga de vasos sanitários. Tais etapas exigem, segurança, higiene, continuidade do fluxo e pressão, conforme exigências mínimas da NBR 5626 para instalações hidráulicas. Através da presente proposta, se buscará viabilidade técnica de instalações hidráulicas apropriadas que auxiliem a prática do reuso, o reaproveitamento de águas residuárias, ajudando nas estratégias de evitar desperdício de água e promover uma consciência ambiental positiva, atendendo ao conceito de sustentabilidade principalmente para aquelas regiões onde há mais estresse hídrico.

**(Conclusão)** Espera-se concluir neste objeto de estudo, uma economia financeira mensal para a família, uma vez que a unidade habitacional passa a usar menos água potável, que tem um custo agregado para o tratamento e abastecimento final, e uma melhoria da qualidade de vida das comunidades que não tem o recurso hídrico em abundância, facilitando sua convivência com a região.

**Palavras-Chave:** Reuso de água. Instalações hidráulicas. Sustentabilidade Ambiental.

## SOLUÇÕES PARA REAÇÃO ÀLCALI-AGRAGADO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.

### **Autor(es):**

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A crescente preocupação com a qualidade e durabilidade das estruturas de concreto tem gerado grandes avanços na tecnologia do concreto, porém existem muitas questões ligadas aos processos de deterioração ainda a serem esclarecidas. Entre os vários processos que afetam a durabilidade do concreto, encontra-se a reação álcali-agregado (RAA), um fenômeno bastante complexo, mas que foi descoberto há muitos anos, porém responsável por ter afetado mais de 140 barragens no mundo. Ainda não se dispõe de uma maneira totalmente eficiente e econômica de combater a reação, uma vez instalada no concreto. (HASPARYK, 2005).

**(Metodologia)** Realizou-se a partir de estudos em revisões bibliográficas como teses, livros, artigos e monografias sobre a área de reação álcali—agregados (RAA), para obter embasamento suficiente sobre suas funções e propriedades com a finalidade de buscas de soluções para patologias em estruturas de concreto armado.

**(Resultados)** Para evitar a ocorrência da reação álcali-agregado (RAA), antes da construção, efetuando análises e ensaios recomendados dos agregados e do conjunto agregado-aglomerante. Caso haja potencialidade de ocorrência da reação usar neutralizadores da mesma no concreto, tais como materiais pozolânicos, sílica ativa, escória granulada moída de alto forno, em proporções previamente estudadas, ou utilizar cimentos pozolânicos ou cimentos de escória de alto forno contendo materiais pozolânicos ou escória em quantidades adequadas. Em estruturas prontas que sofram com os efeitos da RAA procedimentos que podem auxiliar a diminuir as influências destrutivas da reação como a expansão, deletéria, ocorre quando o gel, formado pela reação absorve água e se expande. As características deste gel dependem de sua composição química e da presença de água. Os principais fatores que influenciam sua formação são: Existência de sílica reativa, Disponibilidade de álcalis, Presença de umidade e Temperatura. E a solução para a reação álcali agravado que ocorre mais em blocos de fundação e barragens. Faz-se para os blocos, um reforço com cabos pretendidos externos cintando o bloco com realização de força de protensão comprimido o bloco e com injeção de lítio nas fissuras tanto nos blocos como nas barragens, com aplicações eficazes em várias obras em Recife solo inativo o problema da reação álcalis agregado.

**(Conclusão)** A patologia de natureza química, o RRA, tem como solução a injeção de lítio nas fissuras, além da prevenção, que evitar danos decorrentes da reação álcali-agregado, estando ela intimamente ligada ao grau de risco de sua ocorrência em funções das condições de exposição e do tipo de estrutura ou elemento de concreto no qual o agregado será empregado.

**Palavras-Chave:** RAA, SOLUÇÕES, PATOLOGIA, CONCRETO ARMADO.

**STEEL FRAME E A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS COMO CONSTRUÇÃO INOVADORA, UM ESTUDO DE CASO.**

**Autor(es):**

*Eudes Francescoli de Oliveira Barbalho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Leonardo Hoppe Schröder : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a finalidade de aumentar a produtividade, diminuir as perdas e atender a uma demanda crescente do mercado, a indústria da construção civil busca novos métodos construtivos que substituam os métodos tradicionalmente utilizados. O sistema Light Steel Framing (LSF) é uma das alternativas utilizadas. Este método construtivo consiste em uma estrutura formada por perfis de aço, galvanizados a frio, placas cimentícias e OSB (Oriented Strand Board), entre outros elementos, tais como a lã de vidro, rocha ou de pet, as quais tem como finalidade conferir à estrutura o isolamento acústico e térmico. Além disso, as placas cimentícias dão a estrutura o efeito de contraventamento, o que deixa a estrutura mais rígida perante as ações externas, como o vento, que por ser uma estrutura considerada leve, pode deixar dúvidas à respeito da técnica. O tipo de obra por ser leve solicita menos do solo onde está locada, sendo necessário uma fundação mais simples, como a do tipo radier. A obra em si se classifica como flexível, já que compreende qualquer tipo arquitetônico, bem como estrutural. Da mesma forma que pode ser barateada se bem planejada. No caso do uso da lã do tipo mais barato e de fácil acesso, a de vidro, em locais específicos na edificação, como nos quartos e paredes externas.

**(Metodologia)** Sendo assim, este trabalho, através de um levantamento bibliográfico e um estudo de caso, possui como objetivo apresentar a técnica como um todo e os principais diferenciais do sistema construtivo, frente a alvenaria convencional composta de estrutura de concreto armado com fechamentos em alvenaria de tijolos cerâmicos em residências unifamiliares.

**(Resultados)** Os resultados do levantamento bibliográfico mostraram que o sistema LSF apresenta-se como um sistema industrializado, e como tal, possui uma construção limpa, seca, rápida e sustentável, além de apresentar baixo peso próprio, sendo este mais leve para o solo e, conseqüentemente, requer uma fundação mais simples, a do tipo radier, por exemplo.

**(Conclusão)** Em relação ao custo da obra o estudo de caso apresentou o sistema LSF como menos vantajoso quando comparado ao método convencional. No entanto, o prazo foi menor para o sistema de aço leve, visto que apresenta maior produtividade. Relacionando os resultados, e considerando que o Steel Frame é apenas 5,05% mais oneroso que o sistema convencional, conclui-se que o LSF possui maior viabilidade de execução, isso porque, seus prazos são expressivamente reduzidos, compensando a diferença de custos, além dos aspectos sustentável e inovador, nos quais está fortemente inserido.

**Palavras-Chave:** Light Steel Framing. Sustentável. Inovação. Prazo.

## TÉCNICAS DE REMOÇÃO DE CLORETO NO CONCRETO ARMADO

### **Autor(es):**

*Bruno Silva Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*André Medeiros Guedes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Shardson Alves Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ação dos íons de cloreto em estrutura de concreto armado é extremamente severa provocando a despassivação do aço muito mais rápida, assim como a corrosão localizada, dessa forma promovendo o surgimento de trincas e deslocamento do concreto nas estruturas. Esse tipo de patologia no concreto armado é muito comum em regiões litorâneas aonde a nível de agressão é muito superior às outras regiões, como urbana ou rurais, tecnicamente falando, esse tipo de agressão é comum em ambientes de classe 4 segundo a NBR 6118:2014. A pesquisa sobre carbonatação, se justifica pelo emprego do concreto armado como método construtivo, no cenário nacional como um todo.

**(Metodologia)** O estudo é voltado a remoção do cloreto em estrutura que sofrem com esse tipo de agressão, ao identificar uma estrutura de concreto a qual sofre com esse tipo agressão (carbonização pela presença do cloreto), deve ser analisado se: a profundidade de carbonatação ultrapassou ou não o cobrimento e ver o teor crítico de cloreto presente na estrutura. Os métodos de remoção do cloreto da estrutura de concreto armado trata-se por parte de métodos eletroquímicos, dois deles são denominados de “realcalinização” e “dessalinização” esses métodos sugerem a remoção dos íons de cloreto sob influência de uma corrente eletroquímica temporária. Uma outra técnica abordada é a partir de jateamento de areia é uma técnica que remove áreas deterioradas do concreto, utilizando-se de jatos fortes de areia com água fria potável. Antes de executar a técnica de remoção é importante fazer devida limpeza na estrutura, fazer o ensaio com fenolftaleína sendo possível identificar sua penetração aonde o concreto foi. Ao final a aplicação da argamassa estrutural de reparo deve ser monitorada a integridade da estrutura deve ser mantida, as armaduras não devem ser danificadas, a argamassa deve ser aplicada em uma superfície de concreto áspera, seca e limpa.

**(Resultados)** Resultado esperado é uma estrutura de concreto armado livre de patologias e com desempenhos previstos pelo projeto, e garantindo também as devidas proteções iniciais que o concreto deve obter de acordo com a agressão do ambiente para resistir por longo intervalo de tempo contra agentes agressores.

**(Conclusão)** A remoção de cloreto das estruturas, muitas vezes negligenciando, se mostra como elemento fundamento para a proteção e prevenção das estruturas de concreto e concreto armado. Fazendo com que as estruturas tenham um maior vida útil, consequentemente ocasionando também em um menor índice de aparecimento de patologias, impactando diretamente em uma redução futura de custos com recuperação ou reforço.

**Palavras-Chave:** Remoção de cloreto; Concreto armado; Engenharia civil.



**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS – EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS DE ATÉ TRÊS PAVIMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN.**

**Autor(es):**

*Alisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Leonardo Hoppe Schröder : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na atualidade são muitos os métodos construtivos e executivos de obras, porém, deve-se encontrar o que melhor se adequa ao seu projeto a partir de alguns fatores como: custo, tempo de serviço, durabilidade e conforto. Hoje busca-se métodos rápidos e flexíveis para ganho de tempo e finalizar previamente grandes obras, mas estes estão interligados diretamente ao custo, que perante um bom planejamento para tomada de decisões pode haver diferenças consideráveis no final do mesmo. O desenvolvimento deste trabalho tem como foco dois desses métodos que são: as estruturas pré-fabricadas metálicas e pré-fabricadas de concreto, por se tratarem de estruturas que são realizadas mais rápidas e com bom desempenho em relação a que é feita in loco, no intuito de fazer um comparativo entre ambas formalizando a viabilidade por suas escolhas.

**(Metodologia)** Realizou-se a partir de estudos de revisões bibliográficas, para embasamento teórico. Consultoria a empresas do ramo em estudo (X e a T&A Pré-Fabricados) e investigações em obras de estruturas pré-fabricadas metálicas e de concreto em andamento e concluídas para entendimento das etapas do processo construtivo. Por fim, elaboraram-se projetos com dimensões equivalentes das estruturas em estudo com o auxílio de softwares destinados a desenvolver protótipos 3D e locação com o âmbito de melhor dimensionamento e homogeneidade de valores, assim como o uso de planilhas orçamentárias para comparações do projeto.

**(Resultados)** Através de levantamentos quantitativos e qualitativos, saciou-se a busca por dados reais capazes de relacionar as estruturas pré-fabricadas e comparar valores. A fim de obter valores reais, levou-se em consideração para os projetos: somente a análise da superestrutura, a equivalência no dimensionamento das duas estruturas, localização em Natal-RN, prédio comercial de três pavimentos e um curto prazo para construção (De 4 a 6 meses). Os projetos elaborados proporcionaram a análise minuciosa dos fatores influenciadores que refletem na concorrência dessas estruturas, após acertado todos os critérios de projeto a serem atendidos o confronto no que usar é decidido por um principal fator, o custo.

**(Conclusão)** Para a região em estudo, os principais fatores que definiram a escolha do melhor método, foram: Fornecimento das peças para a execução das estruturas pré-moldadas, disponibilidade de mão de obra qualificada para a etapa de montagem, tempo de execução das estruturas e Maquinário. É visto que não é possível apontar a melhor estrutura a ser utilizada para todos os casos antes de um estudo prévio, pois os cálculos orçamentários irão depender das particularidades de cada projeto, regidos pelas exigências realizados pelo cliente e as possíveis escolhas.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS CHAVES: PRÉ-MOLDADOS, COMPARATIVOS, CUSTO, NATAL-RN.

## UMA APLICAÇÃO DAS EQUAÇÕES DIFERENCIAIS NO RESFRIAMENTO DO CONCRETO

### **Autor(es):**

*João Vitor de Souza Menezes Almeida: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Bruno Augusto Gurjao de Gois: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Vitor Lopes Hunka: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Jeilson Oliveira de Brito Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*José Soares de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sebastião Gomes de Andrade Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A modelagem de muitos problemas na engenharia civil faz uso de equações diferenciais ordinárias (EDO) para obtenção de resultados precisos e confirmando possíveis estimativas, torna-se uma ferramenta de grande potencial podendo descrever inúmeros fenômenos. Assim vamos aplicar esse conceito ao resfriamento do concreto em algumas estruturas através da solução de uma EDO, a partir de condições específicas. A lei do resfriamento de Newton determina que a taxa de resfriamento de corpos é diretamente proporcional a diferença de temperatura com o a temperatura do meio ao qual o corpo está inserido. Assim comparando a situação a um modelo da EDO gerada pela lei à secagem do concreto, queremos confirmar a eficácia do método de maneira analítica e experimental. Para garantir a solução única em cada situação, faremos uso do teorema de existência e unicidade para equações diferenciais, em condições de contorno (condições iniciais, meio e/ou fim do concreto).

**(Metodologia)** A metodologia usada envolve a formação e aplicação do concreto em laboratório nas suas várias utilidades, a partir de condições iniciais e registros do comportamento do resfriamento inseridos em um gráfico de dispersão, o qual nos possibilitará prever com comportamento da curva que se aproximará de uma possível solução da equação diferencial. Graças a lei do resfriamento de Newton é possível prever a taxa de variação da temperatura em função do tempo por meio de uma equação diferencial e resolvê-la pelo método de variáveis separáveis, e que faz uso de conceito de integrais de Riemann. Após solucionarmos, de maneira geral, a equação atribui-se as condições de contorno para se descobrir a constante de proporcionalidade e a constante resíduo da operação de integração. Determinamos então o comportamento da curva por meio de uma solução única e comparamos o resultado analítico com o experimental, bem como parametrizamos a curva do resfriamento e determinamos o tempo de resfriamento em cada situação.

**(Resultados)** Os resultados encontrados mostram que o artifício matemático utilizado é eficiente, colaborativo (de maneira didática à disciplina) e adapta-se perfeitamente a situação proporcionada, tornando-se assim de grande utilidade para análise, compreensão e utilização do método.

**(Conclusão)** O conhecimento da lei do resfriamento de Newton, a compreensão da modelagem e as propriedades das equações diferenciais otimizam o método das soluções encontradas de maneira simples e acessível. Percebe-se que no decorrer da graduação o questionamento do aluno onde será aplicado o conteúdo o qual ele está estudando, desmotiva-os diante a teoria desinteressa-os na curiosidade sobre sua aplicação. Neste contexto, este trabalho permitiu a aplicação da teoria das equações diferenciais ordinárias na engenharia civil.

**Palavras-Chave:** Equações Diferenciais Ordinárias. Temperatura. Lei do Resfriamento de Newton.

## USO DA MADEIRA LAMINADA COLADA (MLC) NA CONSTRUÇÃO CIVIL

### **Autor(es):**

*André Medeiros Guedes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Bruno Silva Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Shardson Alves Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Considerada como um dos materiais mais antigos a ser utilizado em construções pelo ser humano, a madeira vem perdendo nas últimas décadas cada vez mais espaço para o concreto armado e o aço, restando apenas a sua utilização em estruturas secundárias e indústria moveleira. Atualmente, com a crescente discussão sobre as questões de preservação do meio ambiente, o uso de materiais naturalmente sustentáveis vem sendo cada vez mais valorizado, em alguns casos, o princípio da sustentabilidade ganha mais destaque, quando comparado ao preço do produto, por exemplo. É nesse cenário que o uso da madeira vem ganhando mais força, pois, atualmente, a madeira é tida como um dos poucos materiais aplicáveis na construção civil, que são considerados renováveis, a partir do momento em que o ciclo de plantio e corte, dura em média 25 anos, enquanto o ciclo geológico de materiais como aço, alumínio e cobre, leva milhões de anos. (GREEN, 2012) Seguindo esse viés, o presente trabalho tem como objetivo analisar o uso atual da MLC (Madeira Laminada Colada) na construção civil, não só como elemento secundário mas também como estrutural, que apesar de ser um produto desenvolvido a mais de 100 anos, ainda é utilizado em pequena escala.

**(Metodologia)** Para realização do presente estudo, foi primeiramente realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes acadêmicas, buscando um embasamento teórico-científico a respeito do tema. Após a compreensão conceitual do objeto de estudo, foram apresentadas estruturas nas quais, o uso da madeira laminada colada se deu de forma estrutural. Também houve a apresentação de métodos de fabricação da MLC, assim como elencadas suas vantagens e desvantagens em relação a sua aplicação.

**(Resultados)** Através dos processos metodológicos empregados, verificou-se que o uso da madeira laminada colada se apresenta extremamente satisfatório para fins estruturais, tanto pela sua boa resistência, quanto pela possibilidade de fabricação de estruturas com formatos variados. As vantagens do uso da MLC incluem: grandes envergaduras, alta resistência ao fogo (apesar de se tratar de um material inflamável) e capacidade de produção de peças com formas geométricas variadas.

**(Conclusão)** Apesar da MLC ser um material bastante versátil – assim como outros produtos oriundos da madeira – o seu uso ainda é “tímido” no âmbito da construção civil estrutural. Fatores como, a necessidade de mão de obra técnica especializada para elaboração e/ou execução de projetos em MLC e a pouca oferta de produção desse material, são fatores que contribuem para aumentar o custo de emprego do material, consequentemente na sua baixa utilização. Porém, a Madeira Laminada Colada, se mostra como um material promissor com características positivas que carecem um pouco mais de atenção, por parte da indústria da construção civil.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: MLC. Construção civil. Madeira.

## UTILIZAÇÃO DE CONTAINERS EM OBRAS RESIDENCIAIS, UMA VISÃO DA ENGENHARIA CIVIL .

**Autor(es):**

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A construção civil é movida pela inovação tecnológica, por esse motivo diariamente são analisadas novas tendências a fim de tornar o mercado mais competitivo, seja pelo viés econômico, técnico e/ou estético. Atualmente vê-se o crescente emprego de containers em obras de construção civil, antes usados apenas como escritórios para equipes técnicas como abrigos temporários em obras, estando diretamente ligado a este setor, seguindo a tendência de países desenvolvidos, segundo Tailene Occhi: (...) Teve início na década de 90 e foi incorporada especialmente na Holanda, Inglaterra e Japão, em hotéis, escritórios e habitações estudantis, sendo disseminada e adaptada às residenciais unifamiliares, posteriormente (Revista de Arquitetura IMED, 5(1): 16-27, jan./jun. 2016 - ISSN 2318-1109, p. 16). Baseado nessa premissa se tem a necessidade de estudar a viabilidade técnica e econômica no tocante à sua devida aplicabilidade no segmento da construção civil nacional.

**(Metodologia)** Analisar e estabelecer as possíveis aplicações dos containers advindos do setor marítimo/ portuário na indústria da construção civil, em particular na execução de residências de padrão médio unifamiliares, visualizando as alternativas favoráveis e desfavoráveis concernentes ao custo e benefício. Será feita uma revisão bibliográfica sobre o tema, através de livros, TCC's, artigos e periódicos, a fim de endossar o tema abordado, bem como a busca por informações em empresas que estão atuando no segmento desse novo conceito, que é a construção através de containers, analisando assim as demandas mercadológicas existentes com base nos dados coletados.

**(Resultados)** Os resultados preliminares obtidos dão-nos a informação de que há uma estimativa que aponta uma economia dependendo da região do Brasil entre 30 e 50% em comparação as construções convencionalmente erguidas. O tempo de execução da obra é outra vantagem, pois a depender do projeto e técnica adotados, pode-se levar de três a sete dias do seu início ao término. Essa rapidez executiva é resultado do seu potencial modular, já que os containers vêm de fábrica com todas as instalações postas, sendo realizada no local apenas a montagem. Outro fator importante é ter um canteiro de obra limpa, já que a produção de resíduos nesse caso é mínima. Não obstante, espera-se, após analisar a viabilidade aplicativa do método constitutivo, uma economia de 20% para região potiguar, já que não há mão de obra especializada e cultura portuária largamente difundida, como em outros estados do país, fazendo assim com que o custo estava baseado à volta do primeiro percentual acima citado.

**(Conclusão)** É compreender que o emprego do container é uma tendência construtiva que já tem seu espaço garantido na realidade atual do Brasil, mas há ainda alguns obstáculos a serem superados, dentre eles o pouco conhecimento das possibilidades de utilização bem como os custos envolvidos em construções deste tipo.

**Palavras-Chave:** inovação, container, construção civil, viabilidade.

## UTILIZAÇÃO DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS NA ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO - ESTUDO DE CASO

**Autor(es):**

*Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Concreto armado no Brasil surgiu no século XX sendo o método construtivo mais utilizado nas edificações atualmente, no entanto existem inúmeras edificações recentes e antigas com patologias que afetam o dia a dia do proprietário, causadas por erros cometidos nas etapas de construção da obra ou devido à falta de manutenção na edificação. Em virtude disso, para evitar transtornos para o construtor e para o proprietário, este trabalho tem como objetivo apresentar a descrição das metodologias executivas de alguns ensaios não-destrutivos existentes e os resultados obtidos nos ensaios não-destrutivos realizados in-loco em pilares de concreto armado do Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** Estes ensaios servem para identificar as causas das patologias existentes e direcionar os serviços de recuperação estrutural e/ou reforço estrutural a serem executados, contribuindo assim tanto para evitar danos nas estruturas como para identificar problemas ainda no estágio inicial da construção gerando um custo inferior aos serviços de recuperação estrutural a serem realizados ou a não necessidade da realização dos mesmos, sem causar danos (destruição) aos materiais analisados, fato este importantíssimo principalmente nos elementos estruturais (pilares, vigas e lajes).

**(Resultados)** Os ensaios realizados neste trabalho foram: PH do concreto, presença de cloretos, presença de carbonatação, resistência à compressão através de esclerômetro. Foi realizado um estudo de caso como modelo para execução destes ensaios não destrutivos, visando a melhoria do estado das estruturas de concreto armado, bem como a diminuição das patologias nas edificações e ocorrência de colapsos estruturais.

**(Conclusão)** Após a análise dos resultados dos ensaios não-destrutivos realizados, e exames visuais in-loco, foi evidenciado patologias nas estruturas analisadas, devendo-se iniciar o projeto de recuperação e reforço dos pilares das estruturas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), pois as mesmas necessitam de serviços de recuperação e/ou reforço estrutural, devido a existência de corrosão com ou sem perda de seção das armaduras, apresentando contaminação por cloretos e por carbonatação, além de deficiência de resistência a compressão, devendo-se realizar a seguinte metodologia executiva nos serviços: remoção do concreto desagregado com liberação das armaduras com corrosão, aplicação de um hidro jateamento de areia nas armaduras com corrosão para sua limpeza, aplicação de pintura de zinco nas armaduras antigas, aplicação de grout tixotrópico, aplicação de uma argamassa de cimento e areia no traço 1:3 para recomposição das seções e aplicação de uma argamassa polimérica externa visando o aumento da durabilidade e vida útil. Caso exista situação de perda de seção superior a 10% em alguma armadura principal ou de estribo nos pilares, deverá se proceder o reforço estrutural com introdução de nova armadura com mesmo diâmetro e comprimento, sendo a mesma ancorada no bloco de fundação, substituindo-se o grout tixotrópico pelo grout expansivo, com a introdução de formas metálicas.

**Palavras-Chave:** Carbonatação. Cloretos. Resistência.

**UTILIZAÇÃO DE GEOSSINTÉTICOS EM PAVIMENTAÇÃO – UMA ANÁLISE DO CUSTO-BENEFÍCIO PARA APLICAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS VISANDO A REDUÇÃO DE CUSTO COM MANUTENÇÃO**

**Autor(es):**

*Alisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o avanço da tecnologia, há uma busca incessante de novos materiais com propriedades cada vez melhores. Com a realização de diversos ensaios, vê-se que a aplicabilidade de geossintéticos em pavimentação depende de alguns fatores como: meio ambiente, magnitude, tempo de aplicação e frequência das cargas dos veículos, e estado de tensões. O material comumente visto nas pavimentações no caso das misturas asfálticas, sofrem o envelhecimento gradativo, devido à oxidação do ligante que aumenta a complexidade do seu uso, já que é difícil a simulação desse fenômeno em laboratório para a devida caracterização do material. Diante da dificuldade de se ter materiais que agreguem resistência mecânica com durabilidade surge a necessidade de desenvolver novos materiais, como o uso de Geogrelhas na pavimentação asfáltica. Ela é formada por elementos resistentes a tração e integralmente conectados com o objetivo de reforçar o solo, são vazadas, de modo que a malha de abertura permita uma maior interação e ancoragem no meio inserido, pois proporcionam uma comunicação do solo aterrado sendo Utilizada em aterros, contenções, pavimentos, bases, sub-bases e taludes íngremes.

**(Metodologia)** A partir de estudos em revisões bibliográficas como teses, livros, artigos e monografias sobre os Geossintéticos, com a finalidade de conhecer suas funções e propriedades, analisar resultados para verificação de sua eficácia de sua aplicação, a fim de diminuir o custo existente com a manutenção de estradas.

**(Resultados)** A presença de Geogrelhas em camadas asfálticas pode aumentar em até 15 vezes o número de ciclos de carregamento necessário para se atingir um afundamento pré-estabelecido na superfície, além de diminuir a intensidade das trincas geradas (ANTE, 2012). De acordo com Barbosa (2010), esse geossintético atua suportando tensões de tração existentes nas partes da estrutura, criando uma espécie de confinamento à base. Com isso o módulo de resiliência da camada é elevado, o que além de evitar deformações horizontais e conseqüentemente verticais, e também ocasionar uma melhor distribuição de tensões no subleito, favorecendo os aspectos técnicos da estrutura.

**(Conclusão)** Embora o material em estudo tenha um custo elevado, os geossintéticos possuem uma vida útil muito superior em relação aos materiais que são utilizados atualmente na pavimentação, com isso, obtendo uma durabilidade maior do pavimento, com isso reduz consideravelmente o custo com manutenções nas estradas, podendo assim com esses recursos serem aplicados em novas implantações de rodovias. Além de diminuir prejuízos ao veículo dos usuários, prevenção de acidentes provenientes de desgastes do pavimento e com isso o aumento do conforto.

**Palavras-Chave:** GEOSSINTÉTICOS, PAVIMENTAÇÃO, GEOGRELHA, CUSTO-BENEFÍCIO.

## UTILIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PERMEÁVEL

### **Autor(es):**

*Maria Marina de Lemos Santos Cortez: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Luana Patrícia Felizardo Wanderley: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Rodrigo Teixeira Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kamyla Carla Soares da Silveira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos dias atuais o Brasil, enfrenta problemas relacionados à chuva, causando alagamento e poluição nos corpos d'água, diversas alternativas vêm sendo estudadas, uma delas é o asfalto permeável, sendo ele poroso, que absorve as águas das chuvas, uma alternativa bastante eficaz para grandes possíveis enchentes, também servindo para a restauração de bacias hidrográficas. O asfalto permeável é formado por 2 camadas, sendo a mais superficial, a pista, que é composta de pedras pequenas ligadas ao asfalto, possuindo pequenos espaços vazios entre eles, possibilitando que água possa chegar na camada abaixo, onde a mesma fica armazenada provisoriamente no espaço vazio, e aos poucos saem por um sistema de drenagem. A camada interna é a mais grossa, com pedras maiores, do tipo brita, e com maiores espaços entre si, possuindo um espaçamento de 25%, para que a água fique armazenada. Outro benefício que essa pavimentação traz é que favorecem as árvores urbanas, com a penetração da água no solo o nível da água consegue chegar ao nível das raízes, assim favorecendo o ecossistema, diminuindo o efeito calor (efeito estufa), pois as árvores têm um papel fundamental na ecologia urbana. Porém alguns defeitos que o pavimento apresenta são quando o escoamento das águas pluviais é altamente contaminado, outro fator é que não se deve ser aplicado em climas frios pois há necessidade de ficar removendo o gelo do asfalto, com a presença de gelo não tem como ocorrer a absorção. E um fator dele não ser muito utilizado é o seu elevado custo.

**(Metodologia)** O presente estudo tem caráter exploratório, proporcionando uma visão geral e um aumento de conhecimento sobre o pavimento asfáltico permeável. Sendo de natureza quantitativa e qualitativa, a pesquisa será feita através de estudos bibliográficos sobre pavimentos de asfáltico permeável, sendo consultadas diferentes literaturas, transformando números em informações para o melhor esclarecimento dos fenômenos ligados a aplicação desse tipo de asfalto.

**(Resultados)** Estudos realizados pela Poli- Escola Politécnica da Universidade de São Paulo apontam que o efeito da absorção do asfalto permeável é superior até mesmo a pisos naturais, os resultados apontam que a eficiência do material é parecida com a areia das praias.

**(Conclusão)** Conclui-se que apesar de seu valor financeiro ser maior quando comparado com os demais tipos de pavimento, a utilização dessa alternativa, o asfalto permeável, vai facilitar o escoamento da água, de modo a evitar lâminas de água, provenientes de chuvas contribuindo com o aumento de bacias hidrográficas e lençóis freáticos, além de evitar acidentes de carro por derrapagens.

**Palavras-Chave:** PAVIMENTO, CUSTO, BACIAS HIDROGRÁFICAS

## UTILIZAÇÃO DE PROTEÇÃO CATÓDICA EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

**Autor(es):**

*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A técnica de proteção catódica é mais utilizada em estruturas metálicas, submersas e enterradas sendo bastante utilizada para construção de cascos de navio e de tubulações enterradas, por serem ambientes muito agressivos, mas há algum tempo ela passou a ser utilizada como reabilitação de estruturas de concreto deteriorada, e devido sua eficácia está passando a serem adotadas como método de prevenção em estruturas novas, tais usos podem ser em estruturas parciais ou totais enterradas ou em estruturas atmosféricas, sendo de concreto armado e estruturas antigas durante os serviços de recuperação e reforço estrutural.

**(Metodologia)** Está sendo feita a confecção de trinta corpos de prova com resistência de 20 Mpa, para a averiguação da eficiência da proteção catódica, sendo feitos quinze corpos de prova de concreto com revestimento de alumínio em barras principais de 12.5 mm e outros quinze corpos de prova de concreto com quinze barras principais de 12.5 mm sem a proteção de alumínio. Mensalmente é analisado a ação da corrosão e a perda de seção das armaduras com e sem revestimento de concreto, com a ação de uma solução de HCl de 0.05 Mol/L que assemelha-se a concentração da água do mar.

**(Resultados)** Após a verificação da eficiência da proteção catódica mensalmente, será confeccionado um protótipo de uma estrutura de concreto armado com ânodo de sacrifício composto de chapas de alumínio e realizada uma análise de custo da aplicação do ânodo de sacrifício de chapa de alumínio em pilares, vigas e lajes, explicitando o aumento de custo para execução de cada elemento estrutural com a adição da proteção catódica. A aplicação das técnicas de proteção são bem mais utilizadas no exterior como no caso da ponte San Leandro na Califórnia, que foi realizada uma recuperação das colunas, assim como foi utilizada no velódromo San Cristobal, aplicando Ânodos galvânicos embutidos para reparação de concreto. Outra aplicação nos EUA foi a ponte de Long Island na qual foi utilizado o sistema de proteção galvânica para pilares de concreto em ambiente marinho e em Portugal no porto Aveiro foi instalado a proteção nas zonas de maré e de respingos da viga frontal do cais, considerada de maior risco de corrosão devido a proximidade com a água. No Cristo redentor foi toda revestida com uma tela de titânio, então a proteção catódica entra em ação quando a tela é eletrificada. Ela ganha carga positiva e atrai as partículas de cloreto de sódio — isto é, o sal — que são negativas. Dessa forma, a estrutura metálica que sustenta a estátua fica livre da ação desse agente corrosivo, que passa a se alojar em torno da proteção catódica. No RN, caso onde foi aplicada a proteção catódica através do ZTP foi um reservatório apoiado com capacidade de 1.700 m<sup>3</sup> e constituído de duas câmaras iguais, de propriedade da CAERN.

**(Conclusão)** A Proteção Catódica são perfeitamente aplicáveis em obras de construções civil, atuando como forma de proteção e prevenção para evitar a deterioração prematura e prolongar o tempo de vida útil de estruturas de concreto armado e protendido, e em serviços de recuperação e reforço estrutural que necessitam de um aumento da durabilidade de seus componentes estruturais principalmente em locais como as classes de agressividades Três e Quatro prescritas na NBR 6118. Tornando extremamente vantajoso economicamente os seus usos, obtendo um maior custo benefício em longo prazo.

**Palavras-Chave:** Proteção Catódica, Tela Galvânica, concreto armado.



## UTILIZAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) NA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

### **Autor(es):**

*Felipe de Melo Maia Madruga: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*André Medeiros Guedes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Mariana Cabral da Costa Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*David Vasconcellos Simonetti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Raymison Rodrigues Cardoso: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito se tem falado sobre Building Information Modeling (BIM), mas pouco se entende sobre os seus conceitos e implementação. Em resumo, BIM (plataforma que inclui todo o ciclo de vida de uma construção, desde estudos de viabilidade até a sua demolição) pode ser entendido como uma criação virtual que fornece informações geométricas e semânticas, relacionando os modelos de construção. De acordo com pesquisas, o uso dessa metodologia gera economia de 8% a 22% no valor inicial de orçamento da obra, 33% de redução de tempo de execução, menos 33% de erros de documentação e 44% de redução de retrabalho. Nos processos de projetos para infraestrutura esse recurso tem se tornado cada vez mais comum, por meio de avançados softwares (Civil3D e InRoads da Autodesk). Desta forma, o sistema BIM tem a capacidade de compatibilizar os levantamentos feitos a Laser através de drones, com os projetos estruturais e arquitetônicos da rodovia, facilitando a visualização das condições reais do local que receberá o novo projeto. A oportunidade de agregar maior qualidade e mais eficiência aos projetos de infraestrutura rodoviária e medo de romper com o tradicionalismo e desconhecimento do novo, tem feito muitas empresas questionarem se vale ou não a pena migrar para essa nova metodologia de projeto. Dessa forma este trabalho tem como objetivo instruir e levar até o maior número de pessoas informações sobre o conceito e a importância da utilização da metodologia BIM nos processos de infraestrutura de rodovias.

**(Metodologia)** Caracteriza-se por ser uma pesquisa teórica bibliográfica descritiva sobre o tema e uma abordagem qualitativa, onde foi realizado estudo de custos para implantação de tais medidas em empresas responsáveis por planejamento e execução de projetos de infraestrutura. Inicialmente foi feita uma pesquisa baseada nas seguintes palavras-chaves: Building Information Modeling (BIM), Infraestrutura, Compatibilidade. A partir dos artigos encontrados foi feita uma análise parcial que auxiliou sistematizar informações acerca da temática proposta. Durante este levantamento bibliográfico foram utilizados bancos de dados com publicações que tenham sido efetuadas nos últimos 5 anos.

**(Resultados)** Com este trabalho foram obtidos conhecimentos mais aprofundados sobre o tema escolhido, identificando as barreiras presentes para a implementação desta metodologia e maneiras de viabilidade desta plataforma altamente prática.

**(Conclusão)** Pode-se dizer então, que um empreendimento auxiliado com a ferramenta BIM é economicamente e tecnicamente mais viável do que o convencional. Devido ao ganho de tempo no processo de desenvolvimento do projeto como um todo e à redução das incertezas associadas ao processo de projeto.

**Palavras-Chave:** BIM, Infraestrutura, compatibilidade, cronograma.

## UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FIBRA DE COCO NAS CONSTRUÇÕES

**Autor(es):**

*Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Visando o tema da sustentabilidade presente cada vez mais no dia a dia da construção civil, procurou-se reproduzir e testar uma manta acústica e térmica feita com fibra de coco, bem como um aditivo para o concreto, que pode aumentar assim sua resistência, com baixo custo de fabricação reutilizando os cocos que seriam descartados nos lixos das praias do RN. A ideia resgata e aprimora o uso tradicional lãs e fibras para redução de ruídos, assim como para melhorar a resistência dos materiais de construção. Podendo ser utilizadas nas residências com diversas aplicações na engenharia civil e arquitetura. As mantas são livres de Compostos Orgânicos Voláteis (COV'S), substâncias poluidoras provenientes do petróleo que atacam a camada de ozônio. Tornando as mantas materiais sustentáveis e que tem baixíssima degradação do meio ambiente. Outra vantagem além de ser um material isolante térmico acústico é que ele poderá aumentar a resistência do concreto quando utilizado como aditivo, sendo misturado à composição do concreto utilizado nas construções de residências urbanas.

**(Metodologia)** As mantas de fibra de coco são preparadas artesanalmente usando materiais facilmente encontrados, que são as fibras do coco seco, soda caustica, Hidróxido de sódio, fita dupla face, água, régua, tesoura e prensa. Para sua utilização no concreto, coloca-se a fibra nos agregados na hora da mistura do concreto, com isso é formada uma armadura tridimensional uniforme, que combate os esforços da retração, isso é, quando uma trinca começa a ser formada ela é interceptada pelas fibras e não permite que essa trinca aumente e elimina a continuidade dele. Quando comparadas com as telas soldadas, as fibras apresentam vantagens no que se diz respeito à formação de trincas e fissuras causadas pela retração plástica, atuam contra impacto, são mais eficazes contra abrasão, reduzem a permeabilidade do concreto, não precisam de camada mínima de recobrimento, ao contrário da tela soldada que necessita de 2,5cm de recobrimento. Para o ensaio de isolamento térmico foi utilizada a manta térmica de fibra de coco, tijolo cerâmico, uma fonte de calor e termômetro. Para o ensaio de isolamento acústico foi utilizada a manta térmica de fibra de coco, tijolo cerâmico, uma fonte sonora e Smartphone (NBR 15575-1). Para o ensaio de resistência é necessário produzir corpo de prova que será testado na prensa hidráulica, segundo a NBR 5739 – Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos.

**(Resultados)** O resultado com relação ao isolamento térmico acústico é muito satisfatório, sendo testado com termômetro e Smartphone com aplicativos que captam os valores em decibéis dos sons que ultrapassam os materiais com e sem a manta de isolamento. Com relação ao custo para produção do material foi possível verificar que é relativamente baixo considerando outros materiais utilizados para as mesmas finalidades, por contar com materiais que são descartados no lixo, cerca de 70% do descarte do lixo nas praias do Rio Grande do Norte é oriundo é do coco por lá consumido. O aumento da resistência do concreto com utilização da fibra de coco na sua composição será ser verificado no laboratório de materiais de construção utilizando prensa hidráulica.

**(Conclusão)** Esta pesquisa faz uma breve introdução ao tema e reforça o caráter sustentável e técnico de sua produção, apresentando uma forma alternativa de se utilizar o coco proveniente do descarte das praias do RN com um processo produtivo muito simples, permitindo ser assimilado por mão de obra não qualificada. Conclui-se que as mantas e utilização da fibra para aumento da resistência do concreto podem ser aplicadas em diversos tipos de construção com baixo custo, substituindo materiais que degradam o meio ambiente, tanto no seu descarte como na sua produção.

**Palavras-Chave:** Coco, sustentabilidade, resistência, isolamento acústico e térmico.

## VISTORIA DE PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO

**Autor(es):**

*Oswaldo Vieira Luceno Júnior: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As obras de arte especiais são de suma importância para o desenvolvimento do país e fomentam a evolução nos conhecimentos das técnicas de construção, tendo a função de transpor obstáculos tais como avenidas, vales e rios. A vida útil desse tipo de obra está ligada a qualidade dos procedimentos construtivos e ao controle de anomalias que surgem através do tempo, a degradação das estruturas destas construções está relacionada à parâmetros como: idade, agressividade do ambiente e ausência de atividades de manutenção. Quando uma intervenção em uma ponte é necessária cria-se um grande transtorno e um custo social. Sendo assim, é de pronto justificado o investimento em ações preventivas, tanto no que se refere ao conhecimento mais apurado das manifestações patológicas, como no que consiste em técnicas de manutenção preventiva durante a utilização. Este tipo de manutenção é de suma relevância no monitoramento das condições da obra, tendo a finalidade de evitar que os problemas existentes evoluam, diminuindo o período de vida útil da estrutura. O presente trabalho apresenta uma abordagem na problemática da ausência de vistoria em pontes e tem como um dos objetivos realizar o procedimento de vistoria nas pontes de Igapó e Newton Navarro localizadas na cidade de Natal. Destacando como este problema pode ser mitigado ou até mesmo solucionado. Objetivando Apresentar os modelos e normas de vistorias existentes no Brasil e nos EUA. Além da criação de um manual para o estado do Rio Grande do Norte com uma metodologia de vistorias de pontes e viadutos em concreto armado e protendido.

**(Metodologia)** Esse trabalho possui elementos que o caracteriza como uma pesquisa bibliográfica descritiva atrelado a prática de vistorias in-loco nas pontes de Natal com o objetivo de expor os principais problemas encontrados devido à ausência de inspeções a consequência disso a inexistência de manutenção em obras de pontes e viadutos. Seu desenvolvimento se deu por diversos levantamentos bibliográficos, consultas e análises em artigos científicos disponíveis relacionados à área de exploração. Por fim, serão apresentadas as principais ocorrências patológicas e suas origens, bem como as possíveis causas desses defeitos na estrutura, defeitos estes, levantados de acordo com os ensaios realizados.

**(Resultados)** Os ensaios realizados têm finalidade de encontrar a presença e profundidade de cloretos e carbono, além de verificar as características da situação atual do concreto. O destaque dado a realização e ensaios é que a maioria dos problemas encontrados em pontes e viadutos é devido a corrosão nas armaduras, desgaste dos aparelhos de apoio e deterioração do concreto consequência do ambiente agressivo que essas obras se encontram. Dessa forma, acrescentam-se informações e conhecimentos em relação aos procedimentos que devem ser levados em consideração durante uma vistoria, atingindo qualidade. A Inspeção será realizada nas pontes Newton Navarro e na Ponte de Igapó e serão apresentadas as patologias, suas causas e soluções a serem executadas a situação atual das pontes, neste aspecto as inspeções serão baseadas na NBR 9452/2016 Inspeções em Pontes e Viadutos. Os ensaios realizados foram: pH do concreto, Carbonatação: Fenolftaleína, Cloretos: Nitrato de Prata, Resistência a Compressão, Probabilidade de Corrosão, Diâmetro das Armaduras, Deformação, Inspeção sub-aquática.

**(Conclusão)** Pretende-se concluir junto a este trabalho que as inspeções não só ajudam a prevenir as adversidades, mas também fornecem informações necessárias para uma administração eficaz da rede de pontes. A abrangência deste trabalho é inspecionar e diagnosticar as patologias e as condições em que se encontram as obras de arte especiais (OAE) contemplando pontes e viadutos localizados na cidade de Natal-RN, mas também fazer um breve estudo dos fatores que influenciaram no surgimento das patologias encontradas.

**Palavras-Chave:** Vistorias, Manutenção, Pontes



## Graduação Informática





## A IMPORTÂNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA UMA DETERMINADA EMPRESA

### **Autor(es):**

*Danillo Felipe Figueiredo Rocha: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este projeto destina-se à inclusão de uma empresa física nas mídias digitais, com o objetivo de melhoria nos resultados financeiros através de divulgação, pois com a visibilidade maior através desse meio, aumenta a chance de elevar o seu número de clientes. E estes sites de redes sociais formaram a vanguarda que alterou conceitos enraizados, entre eles a separação abismal entre emissor e receptor de informações, presente historicamente em modelos tradicionais de comunicação social. A internet evoluiu a relação entre veículos de comunicação, marcas e consumidor (seja consumidor de informação ou de produtos). A massa sem rosto para a qual eram direcionadas campanhas de publicidade e marketing hoje tem rosto, nome e é cada vez mais heterogênea. Não se pode separar mais os indivíduos da massa. Ou seja, a formação de opinião hoje em dia não vem mais exclusivamente de veículos de comunicação. O estilo de vida de grupos de pessoas com interesses semelhantes não vem mais exclusivamente de marcas de moda, por exemplo. As pessoas que eram antes meros receptores passivos de informação hoje estão se tornando – ou já se tornaram – formadores de opinião, utilizando plataformas como blogs, perfis no Twitter, ou simplesmente interagindo em páginas de empresas, marcas, políticos e artistas, por exemplo.

**(Metodologia)** A metodologia então adotada para a elaboração e aplicabilidade neste trabalho foi embasado em uma avaliação empírica de métodos aplicáveis no estudo de mídias sociais para determinada empresa do setor óptico.

**(Resultados)** As redes sociais revelaram para o meio corporativo que é imprescindível estar conectado e presente para qualquer empresa que deseja se comunicar com seu público-alvo, já que houve uma obtenção de grandes resultados, um aumento significativo na notoriedade da marca e um desfrute de uma maior autoridade da mesma, um leque bastante significativo de ferramentas e interatividade de uma empresa que antes não possuía praticamente nada no meio digital. Diferente do uso pessoal, empresas que desejam incluir as redes sociais em sua estratégia de comunicação precisam de um planejamento detalhado para alcançar seus objetivos, pois apesar de serem canais indispensáveis, não é tão fácil obter resultados “concretos” de uma hora para outra.

**(Conclusão)** Através disso também se pode perceber uma boa melhora na taxa de conversão, a empresa a partir de agora consegue obter mais dados úteis para entender melhor seu público-alvo, o tráfego referencial com o nome da empresa também evoluiu bastante, despertando maior desejo do público consumidor. E tudo isso com um investimento bem menor, um grande resultado custo-benefício.

**Palavras-Chave:** Elaboração; Aplicabilidade; Sites; Gestão, Redes Sociais, Navegador, Internet, Mídias Sociais.

## **ANÁLISE DO IMPACTO DO APRENDIZADO DE MÁQUINA NOS JOGOS**

**Autor(es):**

*Allan Henrique Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mundo em que vivemos está em constante evolução, graças a chegada de novas tecnologia, dentre as diversas tecnologia que estão aparecendo, destaca se a Inteligência artificial que é um ramo de pesquisa da ciência da computação que busca, através de símbolos computacionais, construir mecanismos que simulem a capacidade do ser humano de pensar, resolver problemas, ou seja, de ser inteligente. E dentro da inteligência artificial existe um subcampo chamado de aprendizado de máquina(Machine learning) que é um método de análise de dados que automatiza a construção de modelos analíticos. É um ramo da inteligência artificial baseado na ideia de que sistemas podem aprender com dados, identificar padrões e tomar decisões com o mínimo de intervenção humana.

**(Metodologia)** Visando acompanhar o desenvolvimento tecnológico e explorar as formas com que esse desenvolvimento acontece, desenvolve-se uma pesquisa através de uma revisão bibliográfica para demonstrar o desenvolvimento do aprendizado de máquina(Machine learning) em jogos.

**(Resultados)** Esse desenvolvimento ocorreu de uma maneira tão rápida que muitas pessoas não conseguiram acompanhar e nem perceberam o quanto o mundo mudou e está mudando a sua volta. E isso ocorreu tanto no dia a dia das pessoas, onde a tecnologia se tornou muito presente, como também nos jogos, no qual sua evolução ficou extremamente visível e fez com que o mercado dos games sofre se uma grande evolução durante os anos. Este artigo busca mostrar o desenvolvimento das técnicas de aprendizado de máquina (Machine learning) nos jogos.

**(Conclusão)** Dessa forma, esse trabalho aborda de maneira sistemática como o processo gradual da utilização das técnicas de aprendizado de máquinas nos jogos vêm amadurecendo e tornando a interação com os jogos cada vez mais real. Onde cada decisão do jogador influencia em todo o mundo do jogo, além desse desenvolvimento do mundo, os jogos tem se tornado cada vez mais inteligentes. Um exemplo disso é o jogo Hello Neighbor. Nesse jogo o jogador precisa se infiltrar na casa do vizinho, caso o jogador seja pego pelo vizinho em sua casa, na próxima rodada aquele locar pelo qual o jogador invadiu a casa terá uma armadilha, isso mostra uma evolução no jogo e uma certa inteligência na inteligência artificial do game, provocando um maior desafio para os jogadores, já que cada erro será punido e aprendido pela inteligência artificial. Por fim, uma análise de como se darão o desenvolvimento dos próximos que irão utilizar técnicas de aprendizado de máquina (Machine learning) para o seu desenvolvimento futuro.

**Palavras-Chave:** Inteligência artificial, aprendizado de máquina, jogos, tecnologia.

### **APLICATIVO DE LOCALIZAÇÃO: "PARA ONDE VOU?"**

#### **Autor(es):**

*Samuel Freire Bezerra Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Felipe Allan de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Jarbson Ferreira Costa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

#### **Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O sistema "Para onde vou?" é um projeto direcionado para a localização de alunos ou visitantes dentro da estrutura do UNI-RN. Apesar de hoje a UNI-RN ter algumas placas de localização, elas não estão bem localizadas e não são de fácil visualização. É comum ver visitantes, alunos novos e até mesmo veteranos com dúvidas acerca da localização das instalações da instituição de ensino e de caminhos para chegar ao destino. Pensando neste problema, os alunos do curso de Sistemas de Informação tiveram ideia de desenvolver uma ferramenta que oferecesse uma experiência intuitiva e que ajude de forma mais clara e rápida o usuário a se localizar dentro da instituição.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para compor este trabalho foi baseada em conversas entre novos alunos do UNI-RN que expressaram dificuldades em transitar pelo campus da Instituição. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas de artigos e conhecimento adquirido em sala de aula para desenvolvimento da aplicação.

**(Resultados)** Utilizando ferramentas gratuitas o servidor de informações foi desenvolvido em spring-boot, um framework Java prático e com uma curva de aprendizado rápida, que facilita novos estudantes à aprenderem a linguagem. O aplicativo foi desenvolvido em React-Native, uma linguagem criada pelo facebook também de simples aprendizado. O intuito da ferramenta é auxiliar o visitante ou aluno a encontrar o local de seu interesse. Através de um aplicativo móvel, instalado em seu celular os usuários poderão ler um QR CODE que estará em locais bem visíveis e identificados em pontos chaves da instituição ou mesmo escolher seu destino dentro de uma lista de possibilidades a partir desse ponto, o sistema traça uma rota indicando o ponto que ele está e qual caminho deve seguir para chegar no seu destino. Exibindo inclusive imagens bem claras dos locais por onde o usuário irá passar para guiá-lo em seu percurso. Ainda pensando na facilidade de acesso, durante todo o percurso caso o usuário se sinta perdido ou deseje mudar de rota, poderá ler um novo QR Code ou escolher o local da lista e traçar uma nova rota. A ferramenta foi desenvolvida utilizando uma plataforma acessível, o smartfone, assim, qualquer usuário tem rápido acesso a ferramenta e pode, em poucos cliques, iniciar seu uso. As informações de trajeto, login e senha são privados, garantindo assim aos usuários a segurança de suas informações.

**(Conclusão)** Com esse aplicativo, a UNI-RN avança no diferencial a seus alunos e visitantes. Mostrando uma ferramenta de fácil uso, desenvolvida por seus alunos e com grande capacidade de desenvolvimento. Os alunos também decidiram publicar seu código em uma plataforma pública, facilitando assim toda iniciativa de aprendizado e pesquisa.

**Palavras-Chave:** Aplicativo, QR CODE, Localização



**APLICATIVO “PARA ONDE VOU?”**

**Autor(es):**

*Samuel Freire Bezerra Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aplicativo “Para onde vou?” é um projeto direcionado para a localização de alunos ou visitantes dentro da estrutura do UNI-RN. Apesar de hoje a UNI-RN ter algumas placas de localização, elas não estão bem localizadas e não são de fácil visualização. É comum ver visitantes, alunos novos e até mesmo veteranos com dúvidas acerca da localização das instalações da instituição de ensino e de caminhos para chegar ao destino. Pensando neste problema, os alunos do curso de Sistemas de Informação tiveram ideia de desenvolver uma ferramenta que oferecesse uma experiência intuitiva e que ajude de forma mais clara e rápida o usuário a se localizar dentro da instituição.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para compor este trabalho foi baseada em conversas entre novos alunos do UNI-RN que expressaram dificuldades em transitar pelo campus da Instituição. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas de artigos e conhecimento adquirido em sala de aula para desenvolvimento da aplicação. Utilizando ferramentas gratuitas o servidor de informações foi desenvolvido em spring-boot, um framework Java prático e com uma curva de aprendizado rápida, que facilita novos estudantes à aprenderem a linguagem. O aplicativo foi desenvolvido em React-Native, uma linguagem criada pelo Facebook também de simples aprendizado.

**(Resultados)** O intuito da ferramenta é auxiliar o visitante ou aluno a encontrar o local de seu interesse. Através de um aplicativo móvel, instalado em seu celular os usuários poderão ler um QR CODE que estará em locais bem visíveis e identificados em pontos chaves da instituição ou mesmo escolher seu destino dentro de uma lista de possibilidades a partir desse ponto, o sistema traça uma rota indicando o ponto que ele está e qual caminho deve seguir para chegar no seu destino. Exibindo inclusive imagens bem claras dos locais por onde o usuário irá passar para guiá-lo em seu percurso. Ainda pensando na facilidade de acesso, durante todo o percurso caso o usuário se sinta perdido ou deseje mudar de rota, poderá ler um novo QR Code ou escolher o local da lista e traçar uma nova rota.

**(Conclusão)** A ferramenta foi desenvolvida utilizando uma plataforma acessível, o smartphone, assim, qualquer usuário tem rápido acesso a ferramenta e pode, em poucos cliques, iniciar seu uso. As informações de trajeto, login e senha são privados, garantindo assim aos usuários a segurança de suas informações. Com esse aplicativo, a UNI-RN avança no diferencial a seus alunos e visitantes. Mostrando uma ferramenta de fácil uso, desenvolvida por seus alunos e com grande capacidade de desenvolvimento. Os alunos também decidiram publicar seu código em uma plataforma pública, facilitando assim toda iniciativa de aprendizado e pesquisa.

**Palavras-Chave:** Aplicativo. Localização. Percuso. Visitantes.

## BLOCKCHAIN UMA VISÃO GERAL

**Autor(es):**

*José Ivan de Lima Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em meados de 2009, foi criado um sistema de moeda virtual ou criptomoeda descentralizada chamada de Bitcoin que é uma espécie de dinheiro eletrônico. O criador dessa tecnologia, conhecido como Satoshi Nakamoto, ainda é desconhecido não se sabe nem se este trata-se de uma pessoa ou grupo de pessoas. Desde que foi lançado o principal sistema por trás desta tecnologia é o êxito do sistema de registro que até então não era tão notado como deveria ser, pois é a base dessa e outras moedas virtuais. O blockchain é um banco de dados. O que o faz tão importante é o fato de esse não ser convencional: o sistema funciona como um livro de registros, inviolável, disponível, resiliente e eficiente. Ele contém todas as transações processadas no sistema em forma de registro que não pode ser apagado. Como o próprio nome diz em tradução para português é uma cadeia de blocos que contém um conjunto de informações registradas que são ligadas a vários outros blocos de informações anteriores e sucessores, além disso, esses blocos são públicos, no sentido de que todos os participantes (nós) da rede têm acesso. Os dados do blockchain são completos, consistentes, datados, precisos e também são capazes de eliminar terceiros e despesas gerais para troca de bens, além do potencial de reduzir significativamente taxas de transações. A tecnologia ficou cada vez mais interessante logo a partir do momento que vários estudos apontaram que o blockchain também pode ser usado em outros sistemas, de tipos diversos: financeiros, comerciais, governamentais eleitorais e entre outras possibilidades. Uma mudança importante é que as empresas que não dão credibilidade para as moedas virtuais estão começando a enxergar de outro ângulo as possibilidades de usos do blockchain em seus sistemas como os bancos, seguradoras, corretoras de ações, empresas de segurança, governos e outras instituições estão sendo atraídas pelo blockchain.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi estudo bibliográfico, revistas e artigos específicos da área.

**(Resultados)** Ao final deste estudo pretende-se propor sugestões de aplicações do bitcoin, ethereum e blockchain, seja como moeda virtual, smart contracts ou como banco de dados robustos em aplicações eleitorais. Os smart contracts apresentam-se como uma alternativa para os usuários do mundo corporativo para a relação entre comprador e vendedor.

**(Conclusão)** Hoje em dia as principais instituições financeiras em todo o mundo estão agora explorando a tecnologia, por ela ser segura, que é uma característica importante para mercado financeiro, onde ocorrem muitas fraudes. O blockchain tem a grande vantagem em ser criptografado e protegido contra adulteração, revisão e exclusão. Os blocos que compõem o blockchain, processados continuamente à medida do tempo, contém hashes (é um algoritmo que mapeia dados de comprimento variável para dados de comprimento fixo) que indicam informação importante na base de dados. Os blocos e descentralização de dados do blockchain permitem grandes oportunidades em diversas áreas.

**Palavras-Chave:** BlockChain, smart contracts, bitcoin, ethereum

## **BUSINESS INTELLIGENCE COM BASE EM EXAMES DICOM**

### **Autor(es):**

*Jedson Diogo Nascimento Silva : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo do trabalho é apresentar uma ferramenta em BI (Business Intelligence - Inteligência de negócios), cuja principal função é extrair informações, sem a necessidade de comunicação com cada equipamento de imagem, diminuindo o custo de integração com cada fabricante, pois a leitura das informações, ocorre diretamente em seus arquivos de imagem, armazenados no PACS (Picture Archiving and Communication System - Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens) em seu formato DICOM (Digital Imaging Communications in Medicine - Comunicação de imagens digitais em medicina), criado com a finalidade de padronizar a formatação das imagens diagnósticas, como: tomografias, ressonâncias magnéticas, radiografias, ultrassonografias, etc. Com essa padronização, tornou-se possível criações de ferramentas para armazenar, visualizar e extrair informações dos exames.

**(Metodologia)** A metodologia adotada teve como embasamento gráficos gerenciais para controle de equipe, quais equipamentos utilizados, quantidade de radiação utilizada no exame, uma pesquisa realizada junto com o setor gerencial da empresa Web One System soluções em TI, onde coletou-se informações referentes a exames distintos de 50 pacientes de uma empresa privada que é referência mundial no ramo da radiologia e encontra-se na cidade do Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

**(Resultados)** Utilizando da extração das informações das imagens no padrão DICOM, o BI vai disponibilizar do resultado das médias dos pacientes, início e fim do procedimento radiológico, profissional técnico mais produtivo, horários mais produtivos, utilização de equipamentos, e tempo total do exame. Disponibilizando informações pertinentes, de forma individual, e globalmente, dos exames, para que a empresa gerencie as suas decisões. Com isso, a mesma terá uma ferramenta em suas mãos que poderá otimizar seus processos, com uma gama de informações para a gestão do setor de imagens da clínica, ou hospital.

**(Conclusão)** Com o uso da ferramenta de BI, será possível o gestor ter um controle maior do que é realizado, atualmente, detectando por exemplo: desgaste de equipamentos por uso mais intenso, por determinando funcionário. Com essa informação será possível realizar uma gestão mais eficiente, podendo administrar melhor os gastos com equipamentos que têm um valor muito alto, além de gastos com os funcionários que perdem muito tempo por exames. Pois, o sistema analisará todos os exames e exibirá as informações de forma mais amigável e de fácil interpretação, trazendo essas informações para o conhecimento do administrador, já que antes ficaria quase impossível ser detectado tais problemas, facilitando a tomada de decisões finais, sendo mais objetiva e assertiva, otimizando e dando argumentos para tal.

**Palavras-Chave:** BI, DICOM, otimizar, gerencial, relatório

## CLICKBAIT: QUALIDADE VS NÚMEROS DE ACESSO

### **Autor(es):**

*Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Oswaldo Soares Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Allan Henrique Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A sociedade em que vivemos está cada vez mais informada e conectada. E, na última década, a tecnologia vem transformando continuamente a forma como vivemos. É imprescindível observar que a tecnologia é apontada como um meio facilitador, que vem proporcionando grandes avanços em diversas áreas. Esses avanços, se dão, muitas vezes, em ferramentas online, onde a internet vem possibilitando a criação de vários serviços que trazem incontáveis comodidades à população, como aplicativos de bancos, por exemplo, que proporcionam a possibilidade de realizarmos transações de forma online, sem termos que nos deslocar até uma agência bancária, ou até mesmo serviços de streaming como Netflix e Spotify, que revolucionaram a forma como consumimos filmes (e séries) e músicas, respectivamente.

**(Metodologia)** Porém, essas facilidades proporcionadas pela internet e tecnologia em geral, também trouxeram alguns inconvenientes, como a prática que ficou conhecida como “clickbait”, que significa, literalmente, “isca de cliques”. Esse termo se refere à prática de usar de sensacionalismo no título de matérias, posts, links e vídeos, onde os responsáveis pelo conteúdo usam títulos que, muitas vezes, não condizem com o material apresentado, para instigar a curiosidade dos internautas a acessarem a referida página.

**(Resultados)** Percebendo que, infelizmente, essa prática frustrante vem se tornando cada vez mais comum nos dias de hoje e com o intuito de expor o conceito da prática para público em geral, que muitas vezes são vítimas desse tipo de “golpe”, o grupo resolveu realizar um estudo sobre a prática, analisando várias matérias em diversos sites, bem como vídeos em portais como o YouTube, para mostrar apenas alguns exemplos de clickbait.

**(Conclusão)** Fazendo a análise, foi possível observar que, embora seja uma prática “desleal” para com os internautas, até mesmo grandes sites (no geral, grandes portais de revistas e jornais) usam o “recurso”, para atrair mais visualizações, o que acaba se transformando em lucro para esses portais (já que os mesmos ganham alguns centavos com a exibição de anúncios em suas páginas, assim, quantos mais acessos, mais anúncios são exibidos). Isso tem feito esses portais serem bastante criticados, pois deixam a qualidade do material de lado para se focarem em formas de aumentar a quantidade de cliques que o material em questão venha a receber (e, com isso, aumentam seu lucro), o que se torna uma “bola de neve”, já que o uso da prática afasta diversos internautas desses portais, e torna o veículo cada vez mais “dependente” do “recurso” para atrair novos usuários.

**Palavras-Chave:** Tecnologia, Avanços, Online, Internet, Isca de cliques, Sensacionalismo, Título, Curiosidade

## CLUSTER DE SERVIDOR WEB: PERFORMANCE E REDUNDÂNCIA

### **Autor(es):**

*André Gomes Galvão Pereira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em poucos anos ocorreram muitas mudanças nos sistemas de informação das empresas, nos anos 70, as empresas utilizavam sistemas mainframe monolíticos, onde cada interface proprietária de acesso à dados era dependente de um único sistema de dados, não podendo haver compartilhamento com outros sistemas em razão dos problemas de sincronização e integridade de dados. Os servidores com essa arquitetura não aceitavam escalabilidade horizontal, sendo possível efetuar upgrade somente com a troca do hardware por um superior. Os sistemas monolíticos foram posteriormente substituídos pelo modelo cliente/servidor, essa mudança foi possível pela convergência de tecnologias de redes e dos bancos de dados relacionais. No modelo cliente servidor, o cliente efetua o envio de requisições ao servidor, o servidor recebe a requisição processa e envia o resultado dos dados processados para o cliente, o modelo cliente servidor aumentou a disponibilidade e otimizou o custo, mais não resolveu vários problemas como: interoperabilidade, autonomia e mobilidade. Os sistemas distribuídos possuem algumas características como baixo custo de manutenção, onde o custo de vários computadores com um poder processamento e inferior ao custo de um computador de grande porte com o mesmo poder de processamento. Com a maior participação por parte dos usuários finais, surgiu a necessidade de maior disponibilidade dos sistemas, facilidade para interligar sistemas aplicativos distintos, tecnologias de redes disponíveis, necessidade de compartilhamento de recursos caros, segurança e confiabilidade, devido à distribuição dos sistemas, possibilidade de balanceamento de carga entre os processadores, possibilidade de crescimento incremental do poder de processamento “escalabilidade horizontal”, sendo possível o aumento do poder de processamento sem a troca do equipamento.

**(Metodologia)** O ambiente proposto e composto de uma máquina cuja configuração é: Mobile DualCore Intel Core 2 Duo T5750, 2000 MHz (12 x 167) Gigabit Ethernet com velocidade de conexão de 1000 Mbps Memória: Tamanho 2048 velocidade 667 comprimento de dados 64 bits DDR2 Sistema Operacional Linux Ubuntu 8.10 64 bits, sendo esta máquina responsável pelo recebimento e balanceamento, das requisições do Cluster. Tendo outras três máquinas de mesma configuração sendo uma delas responsável pelo teste de desempenho utilizando a ferramenta Jmeter e outras duas responsáveis pelo processamento das requisições. Processador: Intel Pentium 4, 2666 MHz Clock externo 133 MHz Velocidade de clock máxima 3066 MHz Velocidade de clock atual 2680 MHz Interface de rede: VIA Rhine II Fast Ethernet Adapter Memória: Tamanho 1024 velocidade 533 comprimento dos dados 32 bits DDR Sistema operacional Microsoft Windows 2000 Professional

**(Resultados)** Neste trabalho podemos concretizar um estudo aprofundado do ambiente de computação em Cluster denominado Bewolf, com a montagem de uma estrutura e configuração de um Cluster utilizando esta tecnologia. Se um processador tem a capacidade de executar 2 instruções de ponto flutuante por segundo cada nó poderá atingir a velocidade máxima de 8 gigaflops, considerando que o Cluster possua 2 nós o desempenho máximo deste como um todo é de 16 gigaflops (2 X 8). Ou seja,  $R_{peak} = 16$  gigaflops. Nenhum cluster tem desempenho igual à  $R_{peak}$ . O melhor resultado é chamado de  $R_{max}$  e é divulgado como desempenho máximo do sistema. As máquinas que são as primeiras colocadas no Top500(Lista dos Computadores mais poderosos do mundo) apresentam  $R_{max}$  superior a 80% de  $R_{peak}$ .

**(Conclusão)** Após análise dos dados verificamos que houve um ganho de desempenho considerável, tendo em vista o pequeno investimento de hardware de uso doméstico. Segundo os dados obtidos através de ferramenta Jmeter observou-se que a aquisição de um novo nó no Cluster teve um ganho de processamento considerável em torno de 71% no poder de processamento tornando essa alternativa viável.

**Palavras-Chave:** Alto Desempenho, Performance, Cluster

**COMO EMPRESAS INOVADORAS TRANSFORMARAM, COM O USO DA TECNOLOGIA, O MERCADO EM QUE ATUAM**

**Autor(es):**

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nas duas últimas décadas, foi possível observar a ascensão da tecnologia e as mais diversas formas de como a mesma transformou a forma como vivemos. Há alguns anos, era comum encontrarmos pessoas consumindo músicas através de CDs ou filmes através de DVDs (onde, neste último caso, muitas vezes recorriam às chamadas locadoras para terem acesso aos DVDs), realizando pesquisas em enciclopédias imensas (o que demandava tempo), comunicando-se através de cartas (o que tornava a troca das mensagens por pessoas distantes muito demorada), dentre outros “hábitos” que hoje são vistos como “ultrapassados”.

**(Metodologia)** Hoje, vivemos em uma sociedade cada vez mais informada e conectada, a era da internet e do streaming, e alguns desses “hábitos”, que eram vistos como normais há alguns anos, foram deixados para trás. Embora ainda seja possível ver parte da população comprando CDs, esse meio não é mais o “comum” de consumir esse tipo de mídia, onde a população tem partido cada vez mais para os serviços de streaming, como Spotify e Apple Music. Ainda menos incomum, o “hábito” de comprar DVDs foi deixado de lado para a “adoção” de novas formas de consumir essas mídias, onde, novamente, entraram em cena os serviços de streaming, onde os mais populares são Netflix, Amazon Prime Vídeo e até mesmo o YouTube. O uso de cartas também foi praticamente extinto, devido a popularização de mensageiros instantâneos, onde o serviço mais popular é o WhastApp, mas Telegram, Messenger, Skype e até mesmo o e-mail também têm sua relevância nesse meio.

**(Resultados)** Tendo isso em mente, o propósito desse trabalho é buscar entender como, através do uso da tecnologia, essas (e outras) empresas revolucionaram seus mercados, ressaltando acontecimentos importantes em suas trajetórias até os dias atuais, bem como seus surgimentos. Para isso, foram usadas diversas fontes online, como os sites das próprias empresas, que, em alguns casos, relatam suas próprias histórias, artigos e diversas matérias dos mais diversos veículos de imprensa.

**(Conclusão)** Após essa análise, foi possível perceber a importância da tecnologia para essas empresas, onde a internet se mostrou parte essencial para a disponibilização de seus serviços e, sem essa tecnologia, essas empresas, basicamente, não poderiam oferecer seus serviços como os conhecemos hoje em dia. A revolução causada por essas empresas em seus mercados foi tão importante que levou empresas relativamente “novas” a ultrapassarem o valor de mercado de empresas já estabelecidas há anos e extremamente importantes em suas áreas, como foi o caso da Netflix que, recentemente, ultrapassou o valor de mercado da Disney. Isso nos mostra, mais uma vez, que a tecnologia é uma ferramenta extremamente poderosa para empresas que possuem ideias inovadoras, que podem, com o uso dessas ferramentas, revolucionar o mercado, impactando diretamente na forma como os produtos desse mercado são disponibilizados e consumidos.

**Palavras-Chave:** Ascensão, Tecnologia, Internet, Streaming, Mercado

## CONHECIMENTO DOS MEIOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE TI

### **Autor(es):**

*Ronikleyton Figueiredo Mendonça de Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Bruno Nascimento de Casto: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Rodolfo Domingos de Oliveira Costa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Gustavo Henrique Marinho de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

*Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Entende-se por tecnologia da informação Verde, a área da tecnologia por um conjunto de ações que torna o processo de produção de equipamentos menos prejudicial ao meio ambiente. Este trabalho científico tem como objetivo verificar a conscientização e conhecimento sobre a temática de TI verde entre os colaboradores da área tecnológica de uma instituição de ensino superior privada localizada em Natal, Rio grande do Norte.

**(Metodologia)** O percurso metodológico deste trabalho inicia-se por uma pesquisa bibliográfica em sites especializados, e a técnica de pesquisa aplicada para coleta de dados foi um levantamento via questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

**(Resultados)** Após a coleta dos dados, verificou-se que 100% dos entrevistados pertencentes as áreas de TI eram do sexo masculino. Sobre a pergunta "você conhece o termo ti verde e sua aplicabilidade?", 40% dos entrevistados responderam "sim" e 60% responderam "não". Isso demonstra que o termo não é bem difundido ou a falta de conhecimento ou interesse neste meio de conservação do meio ambiente. Em relação a questão "A organização possui algum controle de gastos? ", todas as pessoas entrevistadas destacaram o descarte de equipamentos eletrônicos consciente. Ao serem questionados sobre o conhecimento das certificações apresentadas na área de TI Verde, 60% demonstraram total desconhecimento e 40% apenas a respeito da certificação do selo verde. A lei define por logística reversa como um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada", quando indagados sobre quais empresas que eles conhecem não faz a logística reversa, 100% deles responderam não saber. Perguntados a respeito da existência, na instituição, a prática de configurar monitores para economia de energia elétrica, bem como desligar os computadores e outros equipamentos, no intervalo ou ao final do expediente, quando não estão em uso, 75% afirmaram que sim e 25% que não. No que se refere ao interesse dos funcionários da empresa em sofrer uma intervenção afim de utilizar mais os conceitos e práticas da TI Verde, 60% das pessoas disseram que sim, por meio de palestras, 20% sim, porém através de folhetos informativos e os 20% restante disseram que não.

**(Conclusão)** Este trabalho buscou mostrar o conhecimento dos profissionais da área tecnológica sobre termos e práticas, especificamente TI verde, e observou-se que esse público ainda não tem total conhecimento pois o assunto é pouco abordado na sociedade de uma forma geral, quanto ao objetivo de investigar a consciência ecológica dos colaboradores de uma IES sobre o interesse na busca de conhecimento sobre o tema, como relatados anteriormente.

**Palavras-Chave:** Ti verde; Colaboradores; Tecnologia.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE TI VERDE

### **Autor(es):**

*Regina Dantas Tavares: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Jhonata Fernandes de Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Fabricio Moura Jácome: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Vitor Pimentel Barbosa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esse trabalho científico teria como objetivo investigar a consciência ecológica dos alunos de uma instituição de ensino superior privada sobre o TI Verde e o descarte de lixo eletrônico. Entende-se por Tecnologia da informação verde (TI verde) a área da tecnologia ou a área da informática voltada para a redução do impacto dos recursos tecnológicos no ambiente. O conceito TI verde é uma expressão que tem sido utilizada pelo setor de tecnologia para incorporar a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade. Apesar das discussões recentes sobre o assunto abordarem de forma predominante o consumo eficiente de energia, a análise sobre o tema pode ser ampliada. É importante avaliar ainda outros aspectos como o impacto da cadeia produtiva, o uso e reuso de recursos naturais, a reciclagem de equipamentos, a destinação final de resíduos, bem como a utilização de arquiteturas e processos que permitam uma maior vida útil para as infraestruturas de tecnologia.

**(Metodologia)** A metodologia deste trabalho inicia-se por uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, na segunda fase uma pesquisa quantitativa, tendo como técnica de coleta um levantamento, por meio de um instrumento, questionário, contendo onze perguntas fechadas. A tabulação dos dados foi feita através do programa google forms tendo sido gerado treze gráficos sendo dois com informações sócio-demográficas.

**(Resultados)** Após a coleta dos dados, verificou-se que 58,3% foram do público feminino e 41,7% do público masculino, sendo a faixa etária de 86,3% abaixo de 25 anos, 7,8% entre 26 e 35 anos, e 5,9% acima de 35 anos. Sobre a pergunta "você conhece o termo TI verde?", 23,5% dos entrevistados responderam "sim" e 76,5% responderam "não". Isso mostra que o termo não é bem difundido ou a falta de conhecimento ou interesse neste meio de conservação do meio ambiente. Sobre a pergunta "qual a importância do descarte do lixo eletrônico para você?" todas as pessoas entrevistadas disseram que é muito importante, isso remete a outra resposta que também alcançou 100%, todos acreditam que o descarte certo de materiais eletrônicos é em pontos de coleta. Ao serem questionados sobre a compra de produtos sustentáveis e como identificá-los, 49% não compra esses produtos enquanto 51% compra. 68,6% identificam se o produto é sustentável pelo selo que esses produtos tem, 19,6% não identifica e 11,8% dizem que a empresa do produto se diz sustentável. Entende-se por logística reversa como um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, quando indagados sobre esse termo 68,6% afirmaram não ter conhecimento sobre o assunto e 31,4% conhecem o termo. Perguntados sobre que tipo de intervenção pode ser tomada para levar mais informação para o público 54,9% preferem que seja incluído uma disciplina nas escolas públicas e particulares pelo MEC (ministério da educação), 25,5% preferem campanhas midiáticas, 15,7% palestras em escolas e faculdades e 3,9% cursos sobre meio ambiente. Na instituição em que foi realizada a pesquisa 68,6% preferem que sejam realizadas palestras informativas para a conscientização, 15,7% preferem folhetos informativos, 9,8% consultoria especializada sobre o assunto e 5,9% não querem nenhum tipo de intervenção.

**(Conclusão)** Este trabalho buscou mostrar o conhecimento popular sobre termos e práticas, especificamente TI verde, e observou-se que o público ainda não tem total conhecimento pois o assunto é pouco abordado na sociedade de uma forma geral, quanto ao objetivo de investigar a consciência ecológica dos alunos de uma IES sobre o descarte de lixo eletrônico, foi alcançado conforme resultados obtidos e expostos anteriormente.

**Palavras-Chave:** TI verde, sustentabilidade, lixo eletrônico.



## CONSTRUINDO NUVEM PRIVADA COM OPENSTACK

### **Autor(es):**

*Cliff Xavier de Castro: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A computação em nuvem ou também conhecida como, Cloud Computing, tem-se mostrado um paradigma bastante promissor, pois existe a possibilidade de se pagar apenas pelos recursos utilizados de maneira flexível onde os mesmos podem escalar para mais ou para menos. A vantagem de se optar por uma nuvem privada, onde os recursos são disponibilizados apenas para um grupo restrito de usuários, é motivada pelo fato que a sua construção pode ser feita a partir de hardware atual com um custo razoavelmente baixo, assim o OpenStack está inserido no conceito de virtualização e plataforma de nuvem.

**(Metodologia)** O trabalho é de natureza pesquisa exploratória, o conteúdo foi obtido através de livros, apostilas e internet. Sendo assim este trabalho analisou e comparou duas nuvens privadas e seus respectivos serviços, que estão disponíveis no mercado da tecnologia da informação, e buscou compreender as diferenças quantitativas e qualitativas. O estudo também foi desenvolvido a partir de testes feitos em ambiente de virtualização no qual foram feitas máquinas virtuais para instalar o software de nuvem privada OpenStack e verificar o seu funcionamento na prática.

**(Resultados)** Ao pesquisar e comparar a Amazon Web Service (AWS) e o OpenStack, podemos verificar que embora o OpenStack evidentemente precise de alguns serviços pré - configurados que a Amazon possui, como o Simple Email Service (SES) e seus módulos de segurança de hardware (HSM) pré – compilados para conformidade regulatória e segurança de dados, grandes e pequenas empresas não estão necessariamente em uma desvantagem em ter que configurar esses componentes eles mesmos.

**(Conclusão)** O OpenStack lhe dá a capacidade de aproveitar o hardware padrão existente para criar uma nuvem privada com a estrutura de código aberto, o OpenStack se presta tanto à lucratividade da empresa quanto à maior resiliência. O hardware existente é um custo irrecuperável; a API é gratuita. Criar uma solução interna provavelmente aumentará a confiança do desenvolvedor e do administrador, bem como a estima da empresa. Considere que isso pode significar para a sua equipe ter construído seu próprio sistema privado, bem como ser capaz de mantê-lo por conta própria. Se for uma startup com uma pequena equipe de TI, a conveniência das muitas ofertas da Amazon, juntamente com suas opções flexíveis de suporte ao cliente, pode se revelar a opção mais prudente e eficaz. Com mais jogadores no espaço o tempo todo, a Amazon provavelmente dobrará seus esforços na tentativa de continuar fornecendo alguns dos melhores serviços de hospedagem, backup, gerenciamento de dados e análise disponíveis. Podemos concluir que para cada necessidade existe uma ferramenta apropriada levando em conta custo e qualidade.

**Palavras-Chave:** Nuvem. Privada. Serviço. OpenStack.

## **CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS BASEADO EM ITIL EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA**

**Autor(es):**

*Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As empresas têm como um dos principais alicerces a tecnologia desta forma se faz necessário usa lá como aliada nas suas operações, tendo em vista essa necessidade é preciso realizar a gestão dos serviços de TI. Filho (2012, p1), afirma a importância de efetuar a gestão dos serviços de TI pois através desta o cliente e usuários perceberão uma melhor entrega dos serviços e a trará consigo uma prevenção dos problemas da Tecnologia da Informação. Neste intuito é importante documentar e gerenciar os serviços que o setor de TI de uma organização oferece, para isso é importante uma boa implementação de um catálogo de serviços.

**(Metodologia)** A metodologia usada para elaborar este artigo foi baseada em pesquisas bibliográficas de matérias digitais, artigos e revistas científicas.

**(Resultados)** Podemos conceituar ITIL segundo Magalhães (2007, p.64), “um conjunto de melhores práticas para a definição dos processos necessários ao funcionamento de uma área de TI, com o objetivo permitir o máximo de alinhamento entre área de TI e as demais áreas de negócio, de modo a garantir a geração de valor a organização.” O catálogo de serviços que está presente dentro do portfólio de serviços tem como função documentar e gerenciar os serviços ofertados pela área de TI da empresa, pois através disso estará garantido valor ao cliente. A falta desta ferramenta pode gerar algum tipo de desinformação junto ao usuário e até mesmo do colaborador do prestador de serviço, pois ambos respectivamente não saberão se poderão solicitar e atender a demanda que virá a surgir. (Oliveira e Gomes, 2016, p.6-7). Este estudo tem como objetivo verificar os impactos da criação e implantação de um catálogo de serviço em uma empresa que tem como atividade principal a tecnologia da informação, tendo em vista atualmente a não existência de nenhum tipo de documento com esse fim em uso. Serão medidos os impactos antes e pós implantação através de indicadores de maturidade de governança. Mediante esses critérios será feito uma avaliação se a implantação do catálogo melhorou os indicadores medidos inicialmente.

**(Conclusão)** Levando em conta o que foi observado e a lacuna presente na empresa na qual foi proposta a implantação do catálogo de serviços que está presente no framework ITIL e tendo em vista a latente a falta de gestão em alguns processos, a implementação irá gerar uma organização e de fato fazer com que tanto o usuário como o prestador de serviço consigam trabalhar de forma sinérgica e que esteja garantido o cumprimento do acordo do nível de serviço.

**Palavras-Chave:** ITIL, Tecnologia, Gestão

## DESENVOLVIMENTO WEB COM JAVASCRIPT LIBRARY REACT

### **Autor(es):**

*Marcelo Henrique do Rozário Câmara Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de muitos avanços tecnológicos as linguagens de programação passaram à se desenvolver e realizar suas operações em adjunto de muitas outras tecnologias, desta forma este estudo visou retratar, explicar e comparar os processos de desenvolvimento web com a biblioteca Javascript React, onde testes práticos, estudos teóricos e cursos foram realizados para total compreensão e assimilação de tal tecnologia.

**(Metodologia)** O trabalho tem por natureza pesquisa explicativa, onde o conteúdo foi obtido através de livros, cursos e internet. Desta forma este trabalho visa explicar os passos para utilizar esta tecnologia e entender como ela funciona. O estudo também foi realizado a partir da utilização da biblioteca em ambiente de trabalho prático na utilização de desenvolvimento de sistemas web, procurando observar tanto questões de funcionalidade, praticidade e rapidez, quanto como suporte para tal tecnologia e vulnerabilidade de erros.

**(Resultados)** Ao pesquisar e realizar uma comparação entre frameworks e outras bibliotecas como Angular e Vue, o React conseguiu apresentar uma grande margem de benefícios e artifícios em relação ao que foi necessário para os projetos realizados, apresentando uma grande fluidez na sua prática de desenvolvimento, possibilitando infinitas possibilidades para que os desenvolvedores que usufruem desta tecnologia possam alcançar. Em contrapartida de ser a tecnologia mais ``antiga``, ela aparenta ser a mais promissora à alcançar maiores patamares, afinal o facebook à criou.

**(Conclusão)** React é apenas Javascript, é necessário o aprendizado de uma API pequena, algumas funções e como usá-las para ser efetivamente bom nesta tecnologia. Diante do observado o React permite aos desenvolvedores uma maior facilidade e grande utilidade para com o DOM, o qual é bastante difícil trabalhar, no ambiente web. Em comparação às outras frameworks e bibliotecas o React tem realmente uma linha de curva de aprendizado muito mais rápida e desta forma permite criar coisas simples ou até maleáveis e ilimitadas. O react também pode ser utilizado para criação de sistemas mobile, onde o mesmo possui uma nomenclatura e área específica, o React Native. Sua forma de desenvolvimento é efetivamente clara e visualmente compreensível onde se torna muito mais fácil desenvolver desta forma e a renderização é algo que atrai um enorme ponto positivo para tal tecnologia, é extremamente rápida. Diante de todo o apresentado podemos perceber que o React é uma tecnologia promissora, a qual irá rapidamente crescer mais e mais em virtude de suas enormes possibilidades, trazendo uma grande certeza de permanência no mundo tecnológico, o qual constantemente está se renovando e melhorando cada vez mais rapidamente.

**Palavras-Chave:** Javascript, React, Biblioteca

## DOCKER COMO ESTRATÉGIA DE VIRTUALIZAÇÃO

**Autor(es):**

*Milton Cassiano de Oliveira Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo deste trabalho é mostrar como a virtualização de sistemas operacionais é uma tecnologia que ganhou espaço nos últimos anos entre os servidores e serviços nas empresas de TI. Tendo como propostas principais mostrar a diminuição do custo e o particionamento dos recursos do hardware, de forma que ele execute vários sistemas operacionais (iguais ou diferentes) e suas aplicações de forma simultânea e totalmente isoladas entre si. Isto posto, serão apresentados os principais conceitos, bem como algumas das características técnicas, além de exemplificar outras importantes utilizações desta tecnologia. Este trabalho descreve também a arquitetura do Docker, software de virtualização utilizado neste estudo, inclusive com detalhes de implementação e uso.

**(Metodologia)** A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho foi embasada em uma pesquisa realizada na empresa Web One System Soluções em TI. Onde foram analisados os cenários de 15 instâncias na Amazon e 4 Servidores reais, das quais todos utilizam o Docker.

**(Resultados)** Com a virtualização, a instituição obteve resultados que mostram como é possível fazer um melhor aproveitamento dos recursos computacionais novos ou existentes nas empresas, reduzindo a frequente necessidade de compras de novos equipamentos e ociosidade dos recursos de cada servidor. Com esse mecanismo, esses recursos são aumentados facilmente de acordo com a demanda, assim evitando que o servidor chegue a um ponto crítico onde os sistemas da empresa comecem a ficar lentos, eliminando problemas e evitando proativamente que os usuários comecem a reclamar. Na virtualização, não é necessário alto investimento em hardware ou pessoal, o que aumentaria em muito o custo operacional, dificultando o crescimento da empresa.

**(Conclusão)** Com uso dessa tecnologia de virtualização, o Docker, se tem um cenário onde é possível rodar vários serviços isoladamente em um custo bem menor. Se baseando na análise dos 4 servidores reais, sem o uso da virtualização, os mesmo serviços teriam que estar rodando em 40 servidores reais pequenos isoladamente ou distribuir os serviços nos 4 servidores maiores, tendo como principal problema, nesse último cenário, ser preciso parar os 10 serviços que estão rodando ao mesmo tempo no servidor, caso ocorra qualquer problema ou necessidade de atualização, uma vez que com o Docker os serviços rodam separadamente e se pode parar um por vez. A partir disso, há uma manutenção e retomada dos serviços bem mais ágil, graças a velocidade e praticidade da arquitetura do Docker, uma ferramenta open source (Código aberto) rodando em servidores Linux que oferecem estabilidade e segurança, sem custo de pagamentos de licenças de software ou sistemas operacionais, diminuído bastante as despesas da empresa.

**Palavras-Chave:** virtualização docker custo tecnologia

## EMPRESAS QUE TRANSFORMARAM O MERCADO COM O USO DA TECNOLOGIA

### **Autor(es):**

*Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Oswaldo Soares Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Allan Henrique Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roseanne Azevedo de Albuquerque: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A sociedade em que vivemos está cada vez mais informada e conectada. E, na última década, a tecnologia vem transformando a forma como nos comunicamos, nos entretemos (desde filmes até músicas, bem como jogos e livros), nos relacionamos, nos locomovemos, trabalhamos, estudamos, compramos, vendemos... enfim, a tecnologia revolucionou a forma como vivemos.

**(Metodologia)** Com o uso da tecnologia e, principalmente, da internet, vários empreendedores viram oportunidades de inovar em determinados mercados, criando empresas que revolucionaram a forma como consumimos e/ou usamos alguns serviços e/ou produtos. Grandes empresas como Netflix (filmes e séries), Spotify (músicas), Uber (transporte), WhatsApp (mensagens instantâneas) e Dropbox (armazenamento de arquivos em nuvem) são alguns exemplos de ideias inovadoras que, através da internet, transformaram o mercado em que atuam, facilitando o acesso a esses produtos/serviços e deixando para trás a forma como eram prestados/distribuídos e, hoje, essas empresas circulam entre as mais importantes em seus respectivos setores. Um exemplo válido a também ser citado, é o caso de sucesso da startup brasileira Nubank, que revolucionou o modelo de negócio do mercado de cartões de crédito no Brasil. A startup teve a proposta de fornecer esse produto sem a cobrança de taxas de anuidade e rapidamente tornou-se um sucesso. Com isso, até mesmo os grandes bancos, como Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Itaú, tiveram que se adaptar a essa nova realidade, onde também passaram a oferecer cartões de crédito sem a cobrança de anuidade. A Nubank foi uma das primeiras startups nacionais a se tornar um unicórnio ("apelido" dado a startups que atingem a marca de US\$1 bilhão).

**(Resultados)** Buscando em sites, matérias e artigos disponibilizados na internet, o grupo buscou entender a trajetória de algumas empresas (que surgiram de novas ideias, como a startup nacional Nubank, ou eram empresas já estabelecidas no mercado e adentraram em um novo segmento, como a Apple) que revolucionaram o mercado em que atuam através do uso da tecnologia, compreendendo como os recursos tecnológicos foram importante para que essas empresas viessem a se tornar o que são hoje (referências em seus mercados).

**(Conclusão)** Com isso, pudemos concluir que: se uma empresa deixa para trás a forma como algum serviço ou produto é disponibilizado, ela revoluciona o mercado em que atua. E, se uma empresa revoluciona o mercado, ela impacta diretamente a economia e na forma como os clientes daquele mercado consomem seus produtos e/ou serviços. E a tecnologia pode ser uma ferramenta extremamente poderosa para empresas que possuem ideias inovadoras e estão dispostas a revolucionar o mercado.

**Palavras-Chave:** Conectada, Tecnologia, Revolucionou, Internet, Inovar, Mercado, Economia

## ENTENDENDO DOCKER: COMANDOS E APLICAÇÕES

### **Autor(es):**

*Júlio Hebert da Silva : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Sérgio Gomes de Moraes Vasconcellos Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Davi Fabiano de Melo Saraiva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*  
*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Docker é uma ferramenta de plataforma como serviço, para equipes de desenvolvimento. Seja para novas soluções ou para atualizar as existentes. As ferramentas que o Docker fornece nos permite ter agilidade, controle e portabilidade na gestão de ambientes, sendo possível simulá-los com vários serviços (Ex. MySQL, PHP, etc) onde cada um deles é representado por um container. Ele utiliza funcionalidades de isolamento de recursos do Kernel de Linux, como cgroups e namespaces para que os containers possam ser executados isoladamente no Sistema Operacional. Isso significa que cada container é executado em um processo separado. O benefício dessa estrutura é que esse processo consome os recursos nativos do hardware, isto é, o processo é virtualizado, mas o processamento não.

**(Metodologia)** A pesquisa sobre o tema visa fazer uma análise bibliográfica sobre a importância da ferramenta, suas definições e aplicações e demonstra de forma prática seus comandos e funcionamento. Docker é uma plataforma open source que automatiza a implantação de aplicações em containers. Foi criado pela dotCloud Inc., empresa especialista em software como serviço - PaaS (TURNBULL, 2014).

**(Resultados)** Em 2013 a dotCloud resolveu tornar o core de sua plataforma disponível, dando origem ao Docker. Inicialmente ele era simplesmente um encapsulamento do LXC integrado ao Union Filesystem porém, seu crescimento rápido e o projeto bem aceito pela comunidade, fez com que a primeira versão oficial da plataforma fosse lançada (VITALINO; CASTRO, 2016). Além disso, em muitos casos, as imagens de contêiner Docker requerem menos espaço em disco e operações de Entrada e Saída (E/S) do que imagens de disco máquinas virtuais (MV) equivalentes. Isso, leva a uma implantação mais rápida na nuvem, uma vez que as imagens geralmente precisam ser copiadas na rede para o disco local antes que a VM ou o contêiner possam ser iniciados.

**(Conclusão)** Portanto, o docker trata-se de soluções para desenvolvedores e administradores de sistema desenvolverem, embarcarem, integrarem e executarem aplicações rapidamente. Seu principal objetivo é proporcionar múltiplos ambientes isolados dentro do mesmo servidor. Através da criação de uma infraestrutura replicável e de rápida adaptação é possível disponibilizar ambientes de desenvolvimento, teste, homologação e produção para aplicações. Uma vez criada a imagem Docker, cada ambiente é instanciado com suas configurações , particulares parametrizadas em variáveis de ambiente específicas para cada container (Gomes, 20). Ele também estabelece um padrão de empacotamento de soluções, ou seja, uma vez criada a estrutura do ambiente ela pode ser facilmente replicada, usada como referência para a criação de novas estruturas.

**Palavras-Chave:** Docker, container, aplicações

## **EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

### **Autor(es):**

*Samuel Freire Bezerra Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Felipe Allan de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** A evolução da tecnologia ao longo dos tempos impactou vários setores da sociedade e um deles exclusivamente foi à educação. O processo evolutivo da tecnologia e sua chegada principalmente em universidades e escolas têm transformado o aprendizado. O novo cenário propõe uma reinvenção no processo de aprendizagem devido à influência da tecnologia nas pessoas. Uma nova metodologia de aprendizagem e inovação tem tido muito sucesso, pois propõe consigo formas lúdicas de fomentar o raciocínio lógico através de brinquedos e jogos de computadores, principalmente para crianças. Tendo como consequência um aprendizado mais leve e muito mais atrativo.

**(Proposta do roteiro)** Será exibido a evolução da tecnologia ao longo dos anos e como a mesma impactou a educação de forma inovadora, atrativa e positiva. Usando como exemplo brinquedos das décadas de 80, 90 e dos anos 2000. Cada cena trará uma imagem relativa a época e será explicado a funcionalidade dela e como a mesma impactava no aprendizado de crianças e jovens. O vídeo documentário também contará com tradução em LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais. Observamos a importância de enquadrar qualquer telespectador sem restrições, assim garantindo a socialização e a inclusão.

**(Efeitos esperados)** Através do trabalho será possível entender que a tecnologia tem cumprido seu papel no cenário do ensino-aprendizagem, pois através das atratividades que ela apresenta, pode ter como resultado a integração entre pessoas de um mesmo grupo, despertando assim a criatividade, o raciocínio lógico e capacidade de resolver problemas.

## GOVERNANÇA DE TI NO UNI-RN

**Autor(es):**

*Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A governança corporativa é o sistema pelo qual empresas e grandes instituições são administradas, objetivando crescimento do valor da empresa e melhor controle de suas atividades, garantindo sua longevidade. O seu advento se deu início devido a necessidade das empresas adotarem políticas de governança para dar suporte ao crescimento e a complexidade de seus processos. Com o avanço da tecnologia nas últimas décadas, e com as vantagens da adoção de sistemas de informação na gestão dos negócios, as empresas passaram a armazenar e gerenciar suas informações e processos virtualmente. Com isso, a governança de TI surgiu para controlar processos, otimizar a aplicação de recursos e auxiliar na tomada de decisão dos gestores das empresas, garantindo a segurança das informações alinhada com a missão, visão e metas estabelecidas.

**(Metodologia)** O trabalho foi desenvolvido através de reuniões com o gestor de TI do UNI-RN, onde foi realizado um questionário para, com base nos dados obtidos, ser feita uma análise das cinco grandes áreas da governança de TI: alinhamento estratégico, que garante que todos os processos do negócio trabalhem em conjunto; entrega de valor, que garante que o setor de TI seja o mais eficiente e eficaz possível; gerência de riscos, que faz com que a empresa possa visualizar possíveis riscos para o seu negócio e dá meios para minimizá-los; gerenciamento de recursos, que faz com que a gestão de recursos humanos e tecnológicos sejam o mais eficiente possível; e a mensuração de desempenho, que, com a utilização de indicadores que levam em consideração não só critérios financeiros, faz uma medição de avaliação precisa dos resultados do negócio. Para definir o nível de maturidade deste setor, bem como onde se encontra e onde deseja se posicionar, foram levadas em consideração também pesquisas, sites e artigos especializados nesse assunto.

**(Resultados)** Foram analisadas cinco áreas da governança de TI e viu-se que esse setor ainda necessita de muitas melhorias para sair do nível atual e alcançar o desejado. Foi constatado que boa parte do que é proposto pelo gestor deste setor não é posto em prática, graças as grandes dificuldades e imprevistos que ocorrem durante o ano, que não constam no planejamento.

**(Conclusão)** O trabalho buscou estudar e analisar essas 5 áreas da governança de TI do UNI-RN e calcular o nível de maturidade desse setor, analisando alguns processos e propondo ideias e soluções para que o setor possa evoluir do estado atual para o desejado, sendo constatada uma grande diferença entre esses pontos. Após a finalização do trabalho, os resultados e ideias propostas no mesmo foram apresentados para o gestor do setor de TI.

**Palavras-Chave:** TI, Governança de TI, Nível de Maturidade da Governança de TI



## HARDWARE VOLTADO A JOGOS

### **Autor(es):**

*Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Oswaldo Soares Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Allan Henrique Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O que há anos era visto somente como mero passatempo ou diversão, hoje é uma indústria que movimenta bilhões de dólares por ano, sendo, inclusive, maior que a indústria de filmes, podendo ser considerada a maior indústria de entretenimento, movimentando cerca de US\$121.7 bilhões por ano, sendo cerca de US\$5 bilhões só na América Latina. Algo com tais proporções não pode, de forma alguma, ser definido somente como “passatempo”.

**(Metodologia)** Tendo como base matérias, artigos e reportagens observados pelo grupo para realização deste trabalho, podemos dizer que a indústria de games em geral passa por rápidos e constantes avanços, quer sejam games para computador (PC), consoles (Playstation, Xbox etc.) ou dispositivos móveis, como celulares e tablets e, devido a esse avanço, jogos demandam cada vez mais dos componentes de hardware. Até pouco tempo, os jogos rodavam em Full HD (1920 x 1080) e 60 FPS (frames per second – que se trata da taxa de quadros por segundo na tela; quanto mais, melhor, e, conseqüentemente, mais poder de processamento é exigido) mas a indústria já vem se preparando há algum tempo para um salto para o chamado Ultra HD ou, como é mais conhecido, 4K, que tem a incrível resolução de 3840 x 2160 e já encontramos hardwares capazes de executar os jogos nessa resolução, mesmo que com a taxa de FPS abaixo do esperado (que seria 120 FPS).

**(Resultados)** Mas, como podemos imaginar, nem sempre os jogos tiveram resoluções tão altas. Isso se dava, principalmente, pela “incapacidade” das empresas que desenvolvem hardware em evoluir tão rápido como as empresas que desenvolvem os softwares (jogos) e, por algum tempo, essa “incapacidade” limitou a qualidade gráfica dos jogos. Porém, de 2017 para 2018, vimos lançamentos que mudaram essa perspectiva. Empresas como Nvidia e Intel têm feito grandes avanços em suas respectivas áreas (GPUs e CPUs) e hoje já vemos “combinações” de hardwares capazes de executar jogos em até 8K, dependendo da complexidade do jogo em questão.

**(Conclusão)** Com isso, podemos concluir que a indústria vem fazendo grandes avanços nos últimos anos e já se prepara para entregar hardwares capazes de executar jogos em resoluções até mesmo superiores ao 4K. Tendo isso em mente, neste trabalho destacamos os principais pontos da indústria de hardware e seus avanços, dando uma rápida olhada para os progressos conquistados até aqui, passando pelo setor de jogos mobile, mas focando em comparações entre os hardwares mais poderosos que se encontram hoje no mercado.

**Palavras-Chave:** Indústria, Avanços, Jogos, Resolução, Hardware, Incapacidade

## IOT PARA A SAÚDE - APLICAÇÃO PARA O PROTOCOLO DE DETERIORAÇÃO

**Autor(es):**

*Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Internet das Coisas (IoT – Internet of Things) consiste na conexão de objetos à internet, facilitando e agilizando a vida do homem. Seu uso pode ser aplicado desde atividades do cotidiano até às mais variadas áreas do conhecimento. Na área da saúde, a IoT é utilizada na E-health, que consiste no uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na prática da assistência médica, sendo encontrada no monitoramento remoto dos pacientes, assim como nos registros e prescrições médicas (Boric-Lubecke et al, 2014). O objetivo deste artigo é aplicar o E-health ao Protocolo de Deterioração, buscando o melhor monitoramento dos sinais vitais do paciente, trazendo a ele uma maior segurança. A partir desta aplicação, a deterioração clínica poderá ser percebida de maneira mais efetiva e eficaz, e, ao atingir um limiar, a equipe de resposta rápida (composta pelo enfermeiro da unidade e médico assistente) será acionada para agir imediatamente em uma avaliação mais completa do paciente (ZAMBON, 2009), evitando uma possível parada cardiorrespiratória e transferência do paciente à Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Essa transferência à UTI estende, de modo desnecessário, a estadia do paciente na unidade hospitalar e pode ser evitada se a deterioração clínica for observada em tempo hábil.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para compor este artigo foi baseada em pesquisas realizadas junto à área de internação de pacientes de um hospital privado da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas de artigos e revistas científicas.

**(Resultados)** A IoT é um termo utilizado para se referir a objetos do mundo físico que estão conectados à internet. Ela é capaz de captar os dados do mundo físico, a fim de ganhar eficiência e produtividade. Outras finalidades da IoT que está ligada à área da saúde é a monitoração periódica dos sinais vitais dos pacientes, identificação da deterioração clínica e mobilização da equipe de resposta rápida. Convencionalmente, os sinais vitais são checados manualmente, método que, em alguns casos, provoca o atraso na percepção da deterioração clínica, podendo ocasionar uma parada cardiorrespiratória, que pode ser identificada até oito horas antes, e, conseqüentemente, o deslocamento do paciente à Unidade de Terapia Intensiva (UTI), postergando, desnecessariamente, sua estadia hospitalar. Com o intuito de reduzir atraso na percepção da deterioração clínica, os dados de sinais vitais dos pacientes de unidades de internação serão analisados através da IoT, conforme as definições do escore de Modified Early Warning Score (MEWS), através do Protocolo de Deterioração.

**(Conclusão)** A Internet das Coisas permite ao ser humano inúmeras aplicações, desde atividades simples para o dia a dia, até usos em áreas da saúde, auxiliando na segurança do paciente. Diariamente, vários pacientes são encaminhados para Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em decorrência do atraso da percepção da deterioração clínica. Constatou-se que ao permitir a checagem dos sinais vitais dos pacientes através da IoT, há uma redução significativa no tempo de percepção da deterioração clínica.

**Palavras-Chave:** Internet das Coisas. Protocolo de Deterioração. Segurança do paciente.

## LIXO ELETRÔNICO

### **Autor(es):**

*Jedson Diogo Nascimento Silva : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Hudson JosÁ© Dias da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Cliff Xavier de Castro: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Joao Paulo Guimaraes Rosa Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Marcelo Henrique do Rozário Câmara Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Procurar informar e alarmar a todos sobre o problema crescente à respeito do lixo eletrônico adentro do Brasil em comparação com alguns outros países.

**(Proposta do roteiro)** O Brasil gera mais de um milhão e duzentas mil toneladas de lixo por mês e gera também mais de 80 milhões de toneladas por ano com coleta e recebimento de material. Vamos conhecer um pouco do processo de reciclagem, onde os materiais são recolhidos em pontos especiais ou por coleta seletiva em municípios que fazem esse processo. Equipamentos são desmontados por um processo chamado manufatura, o qual os materiais recicláveis são enviados para empresas especializadas para cada tipo de material, onde a qual irá realizar o processo de aproveitamento dessa matéria para criar novos produtos. A Reciclagem é uma ótima solução para este problema porém ainda não vem sendo perfeitamente realizada adentro do nosso país, más gestões são grande parte das causas disto. Existe vários exemplos de Países que são exemplos de depósitos de e-lixo, tais como Índia, China e Vietnã, onde resíduos industriais causam a contaminação do solo e dos rios, prejudicando o meio ambiente e a saúde da população local. A melhor forma de combater essa elevação no crescimento do lixo eletrônico é reciclando, no Brasil ainda temos muito a aprender com países desenvolvidos de como tratar nosso lixo mais estamos caminhando, uma pena que, a passos lentos, desta forma precisamos de mais apoio dos governantes com leis mais severas atribuídas à empresas que não tem um plano para recolher o lixo gerado pelo seus produtos e também precisamos conscientizar à todos para contribuir com a prevenção do enorme acúmulo de lixo no planeta.

**(Efeitos esperados)** Sensibilizar e informar a população

## MINERAÇÃO DE DADOS: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE DADOS.

### **Autor(es):**

*Júlio Hebert da Silva : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Sérgio Gomes de Moraes Vasconcellos Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Davi Fabiano de Melo Saraiva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*  
*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo (Amaral, 2016), a tecnologia da informação está alterando o mundo de forma muito rápida. O fenômeno Bigdata tem produzido grande volume, velocidade e variedade de dados, produzidos de todas as formas, por dispositivos espalhados em toda parte. Porém, dados mesmo em grande quantidade sem análise são apenas dados, e é preciso produzir informação e conhecimento. Dados analisados podem tornar empresas mais lucrativas, carros mais econômicos, reduzir fraudes, ajudar em campanhas publicitárias mais eficientes e até remédios com menos efeitos colaterais.

**(Metodologia)** A pesquisa sobre o tema visa fazer uma análise bibliográfica sobre a importância da análise de dados e seu cruzamento para tomar melhores decisões no campo da educação.

**(Resultados)** Logo, mineração de dados é um conjunto de processos e análises de grande volume de dados em busca de padrões, previsões, erros e associações. Ele está associado a algoritmos e cruzamentos estatísticos correlacionando dados a partir de eventos que ocorreram. Por exemplo, se o cliente está satisfeito, que produto ele procura, o quanto ele está disposto a mudar para a concorrência. Existem algumas ferramentas comerciais dos maiores fornecedores como: Microsoft, SAS, IBM e Oracle. Também Open Source como Weka, R e Orange. Será discutido acerca da suite Weka (Waikato Environment for Knowledge Analysis), ferramenta mais explorada é formada por um conjunto de implementações de algoritmos de diversas técnicas de Mineração de Dados. Ela é implementada na linguagem Java, que tem como principal característica a sua portabilidade, desta forma é possível utilizá-la em diferentes sistemas operacionais, além de aproveitar os principais benefícios da orientação a objetos.

**(Conclusão)** O WEKA é um software livre, está sob domínio da licença GPL, pode ser obtida através do site <http://www.cs.waikato.ac.nz/ml/weka/>, na seção de download, em diferentes versões (stable, book e developer) e plataformas (Windows, Linux e MacOS). Recomenda-se a utilização da versão stable, pois ela contém correções de erros e vasta documentação. Após a instalação da suite, não é necessário nenhuma configuração adicional para a sua execução. O Weka pode ser utilizado de três diferentes formas: interface gráfica, linha de comando e através de API. A interface gráfica fornece as diversas ferramentas para seus usuários através de janelas e seus elementos. A linha de comando é utilizado para dar mais agilidade a processos repetitivos e acesso direto a funcionalidades. A opção API é utilizada por desenvolvedores de software por fornecer um meio prático para o uso das funcionalidades no Weka, logo os resultados são o teste sobre a ferramenta e sua utilização. (Damaceno, 2010).

**Palavras-Chave:** mineração de dados, big data, weka

## O QUE É DATA SCIENCE – ESTUDO DE CASO DE COMO APLICÁ-LA

**Autor(es):**

*Francinildo Melo Rodrigues: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nesta época em que vivemos onde uma grande gama de dados são produzidos todos os dias, foi necessário uma nova abordagem para interpretá-los. O Data Science é um campo interdisciplinar, uma intersecção entre ciência da computação, engenharias, matemática, estatística com áreas de negócio, para investigação de dados que tratam de problemas reais de negócios, abrangendo desde o nível operacional da empresa até a descoberta de insights que podem mudar decisões estratégicas do negócio. Vários benefícios podem ser alcançados dependendo do negócio analisado. Personalização do atendimento, aumento do retorno sobre investimentos, conhecimento do mercado alvo, agilidade nos processos de tomada de decisão, melhoria na prestação de serviços são alguns dos benefícios que o Data Science pode trazer para sua empresa.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento deste artigo foi efetuado uma pesquisa bibliográfica com o intuito de conhecer como o Data Science funciona, quais os problemas atuais que já estão sendo solucionados por ele e o que esta nova febre tecnológica ainda pode provocar no meio profissional e acadêmico.

**(Resultados)** De acordo com as informações coletadas na pesquisa bibliográfica, foi possível observar muitos benefícios obtidos a partir da aplicação de técnicas de Data Science. A UPS, uma das maiores empresas de logística do mundo, usando Telemática nos caminhões e algoritmos avançados para auxiliar com rotas, tempo ocioso dos motores e manutenção preventiva, já conseguiu economizar mais de 39 milhões de galões de combustível e evitou que seus motoristas dirigissem por 364 milhas desnecessárias, desde que começou a usar data science. O Ministério da justiça do Brasil está usando para identificar indícios de ações ilícitas, sobretudo ligadas à lavagem de dinheiro. A J.P Morgan, Banco Americano, tem usado data Science para cruzar dados e prever tendências no mercado de ações, para assim saber quando é melhor comprar ou vender determinado ativo. Data Science tem se mostrado extremamente eficiente tanto para encontrar anomalias, padrões, identificar tendências, até para trazer uma visão mais precisa de todo um negócio. A personalização do atendimento, o conhecimento do mercado target, métodos mais assertivos de análises, aumento do Retorno Sobre Investimentos, criação de estratégias digitais focadas, agilidade nos processos de tomadas de decisão e melhoria na prestação de serviços são apenas alguns dos benefícios de um processo de Data Science em uma empresa.

**(Conclusão)** A área de ciência de dados é um dos principais motores que está moldando as organizações nessa nova era, sendo capaz de gerar conhecimento em diferentes níveis do comportamento interno e até externo das organizações. Com o ganho do poder computacional, e também na capacidade de coleta e armazenamento de dados, há uma crescente demanda por profissionais fluentes nestes processos de análise. A tendência para o futuro é que o Data Science passe a ser cada vez mais relevante para os negócios, por gerar valor em análises que antes eram inviáveis de serem realizadas. Foi possível observar a partir dos resultados práticos obtidos pelas empresas UPS, J.P Morgan e Ministério da Justiça que a aplicação de técnicas de Data Science trouxe benefícios para as operações destas organizações.

**Palavras-Chave:** Data Science.

## O QUE É FLUTTER, QUAIS SÃO AS VANTAGENS PARA O DESENVOLVEDOR UTILIZÁ-LO

### **Autor(es):**

*Hudson JosÃ© Dias da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Flutter é o mais novo framework da Google e ele vem com uma proposta bastante inovadora, O código existente escrito em Java e Kotlin para aplicativos Android, e em Objective-C e Swift para aplicativos iOS, com um único código você consegue desenvolver para as duas plataformas, O framework também funciona com uma versão do idioma Dart 2 do Google, quase tudo no flutter é um widgets, com esse framework conseguimos trabalhar cada pixel da tela e assim termos um layout mais bonito das aplicações, o flutter tem uma curva de aprendizado muito rápida.

**(Metodologia)** esse artigo foi feito baseado em pesquisa na documentação do site do framework.

**(Resultados)** Lançado para facilitar a vida de desenvolvedores, o Flutter permite que o mesmo aplicativo seja exportado para cada plataforma de forma independente. Além disso, ele também é capaz de integrar as APIs de cada sistema de maneira individual, garantindo fluidez e compatibilidade (gráfica, inclusive) com os requisitos do Android e do iOS. Até mesmo o aspecto visual típico de cada sistema operacional é levado em conta durante a exportação do aplicativo criado no Flutter, tornando ainda mais simples a tarefa do desenvolvedor na hora de adaptar o seu produto para os dois principais sistemas operacionais móveis do planeta. Estruturas moderna e reativa, compoem facilmente a sua interface do usuário com a moderna estrutura reativa do Flutter e o rico conjunto de widgets, dando mais facilidade de trabalho com estruturas flexíveis para 2D, animação, gestos e efeitos.

**(Conclusão)** O Flutter usa como base de desenvolvimento a linguagem de programação Dart, assim como o JavaScript o Dart é uma linguagem simples e de fácil aprendizado. Mas, diferente do JavaScript, que se beneficia da compilação Just-in-time (JIT), o Dart utiliza a compilação ahead of time (AOT). Para quem não é muito familiarizado com esses termos, de forma bem simples, o JIT vai compilando seu código em tempo de execução (geralmente por demanda), e o AOT compila todo seu código ainda em tempo de desenvolvimento, antes da execução. Para aplicações móveis o JIT pode ser problema quando queremos desenvolver aplicações fluídas rodando a 60fps com animações, uma vez que em determinados momentos a compilação em tempo de execução pode gerar gargalos de performance, e produzir "congelamentos" no uso da app. Tal problema não existe com aplicações móveis que usam a abordagem AOT, já que a mesma foi toda compilada antes de execução, sendo assim, seu carregamento e fluidez com animações não sofrem do problema gerado pelo JIT. Só isso já justificaria o uso do Dart.

**Palavras-Chave:** flutter, desenvolvimento, inovação, ágil

## **PENTEST: UMA INTRODUÇÃO À EXPLORAÇÃO DE VULNERABILIDADES**

### **Autor(es):**

*Oswaldo Soares Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Hoje em dia é comum ouvir notícias de ataques relacionados a computadores que estão conectados a Internet. Ataques que vão desde a desfiguração de uma página até o roubo de cartões de crédito. Eles acontecem graças a existência de sistemas desprotegidos, mal configurados ou desatualizados. A escolha de senhas fracas ou sem requisitos de proteção, como criptografia, podem tornar o processo de invasão as redes ou aparelhos pessoais mais fáceis para um atacante digital, o que acontece com bastante frequência. Na maioria das empresas o maior problema de segurança se deve a má configuração de equipamentos de firewall, antivírus desatualizados e a falta de conscientização de funcionários sobre perigos e fraudes digitais. Apesar de existir diversos testes e melhores práticas relacionados a segurança da informação os quais as redes corporativas podem utilizar para reduzir as ameaças (as falhas que podem ser exploradas por atacantes digitais) em especial o Pentest. A pesquisa sobre o tema visa fazer uma análise bibliográfica sobre a importância do Pentest suas aplicações e ferramentas em empresas. Pentest é a abreviação da expressão em inglês Penetration Test, traduzido para o português como Teste de Penetração mas, comumente denominado Teste de Intrusão. Segundo Daniel Moreno (2015), este representa um conjunto de testes metodológicos que tem como objetivo descobrir, mapear e expor possíveis vulnerabilidades ou falhas presentes em uma rede.

**(Metodologia)** Existem duas definições conhecidas para Pentest: a primeira, procura ganhar acesso ao sistema vendo o processo de forma pontual. A segunda tem uma visão do Pentest como um processo que combina vários testes de segurança, como fingerprint, footprint, port scanner, varredura de vulnerabilidade e ataque de Deny Of Service encontrada na OSSTMM (Open Source Security Testing Methodology Manual) - metodologia desenvolvida por Peter Herzog, da ISECOM (www.isecom.org), e que hoje conta com diversos colaboradores por se tratar de uma metodologia aberta. Essa combinação é base para a compreensão e contextualização das técnicas usadas em um processo de Teste de Intrusão.

**(Resultados)** Apartir do footprint é possível organizar as ideias como um todo, a fim de criar um perfil do alvo. Com o fingerprint, a realização de técnicas para a identificação de sistemas operacionais é possível, trazendo uma informação fundamental na busca de possibilidades de intrusão. Já no uso de port scanner, pode-se efetuar a varredura de portas abertas na rede a fim de determinar os hosts ativos e que serviços oferecidos ou vulneráveis. A técnica de DOS ou negação de serviço é utilizada para análise de ativos como roteadores, firewalls e IDS, para examinar possíveis ataques.

**(Conclusão)** Logo, o resultado da pesquisa é identificar de que forma o pentest e suas ferramentas podem ser utilizados no processo de identificar, enumerar e explorar vulnerabilidades com a utilização de um conjunto de técnicas dentro de uma metodologia objetiva, e que simula o modus operandi de um invasor, a fim de quantificar e qualificar as potenciais ameaças, e assim, ser possível mensurar os riscos ao negócio.

**Palavras-Chave:** Pentest, Teste de Intrusão, vulnerabilidade.

**POTIGUAR ENERGY – GESTÃO DE ENERGIA**

**Autor(es):**

*Zenon Sabino de Oliveira Filho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Herbert Wagner Viana Moraes: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*José Ivan de Lima Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Francinildo Melo Rodrigues: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** A potiguar Energy é uma empresa voltada para a gestão do consumo de energia elétrica em empresas de pequeno e médio porte que tem um consumo médio entre 25.000 e 100.000 mensais, o público alvo é o setor de comércios(restaurantes, supermercados e panificadoras) e o alto consumo de energia elétrica de maneira inapropriada em alguns equipamentos é o que chama a atenção da empresa para a utilização do dispositivo que visa monitorar o consumo de energia que pode ser tanto individual ou até um conjunto de equipamentos. E é um projeto de extensão universitária de base tecnológica criado por aluno e professor do UNI-RN.

**(Proposta do roteiro)** Apresentar a problemática do consumo de energia elétrica com dados secundários. Apresentar o projeto em seu início e o dispositivo desenvolvido para o controle de consumo de energia elétrica. Apresentando a ida ao Campus Party e a repercussão em programa Pequenas Empresas Grandes Negócios. Hoje em dia a empresa trabalha com empresas monitorando o consumo individual e equipamentos em conjuntos para análise dos gastos geral da empresa.

**(Efeitos esperados)** Espero passar para o público vigente os gastos que uma empresa pode está pagando desnecessariamente, e que sim, ela pode economizar em alguns equipamentos que necessariamente não precisa está ligado o dia todo ou optar por comprar serviços que ajude a minimizar o gasto de energia.



## SISTEMA DE RECONHECIMENTO DE FOLHA DAS PLANTAS

**Autor(es):**

*Iran Vital da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Gonzaga Damasceno: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este projeto foi motivado pela carência de informações, principalmente, nas comunidades afastadas dos grandes centros urbanos, de como é possível fazer da vegetação existente ao redor das moradias, uma fonte de renda. Abordaremos estratégias de como minimizar os impactos causados pelo desmatamento e o aquecimento global, com a conservação e uso sustentável dos remanescentes de vegetação nativa, assim como sua recuperação, por meio do replantio. A sustentabilidade é alcançada através da adoção de estratégias e atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, com esse ideal, pretendemos elaborar um projeto que possibilite desenvolver uma plataforma para reconhecimento da folha das plantas, cuja a proposição é apoiar a coleta e divulgação de informações, de padrões em imagens captadas das folhas de plantas nativas da Caatinga.

**(Metodologia)** Diante do ambiente apresentado, o projeto, terá como base algumas espécies nativas da região para o reconhecimento da folha da planta, aplicando técnicas com redes neurais, métricas de similaridade e métodos multivariados, identificando a imagem, geolocalização, família, nome científico, nome popular e as possíveis derivações da matéria prima capturada por um técnico ou por um morador da comunidade.

**(Resultados)** Projetar uma ferramenta facilitadora entre as empresas e as comunidades; apresentar relatórios dos biomas, onde ocorreu maior incidência de determinada planta; mostrar características particulares, no que diz respeito ao cultivo e a extração de substâncias que contribuem com o desenvolvimento de produtos inerentes a várias áreas comerciais, como alimentos, cosméticos e farmacêuticos. Com esse trabalho pretendemos contribuir para conservação da Caatinga e seu uso sustentável. Com a facilitação da compreensão do meio ambiente na qual o individuo encontra-se inserido. A Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, não têm recebido o estudo merecido a respeito de suas características e propriedades particulares. Quando o projeto for concretizado, será possível identificar os princípios ativos desses vegetais, capazes de atuar em diversas áreas comerciais e socioambientais, com eficiência e qualidade.

**(Conclusão)** Com o tempo e o desenvolvimento do intelecto do homem, associado à ocupação territorial, e suas necessidades básicas, pôde-se perceber que a vegetação do Brasil possuía características peculiares no que diz respeito ao cultivo e à extração de substâncias. Entretanto, o homem, com a ilusão de abundância proporcionada pela dimensão continental do território brasileiro, passou a modificar as paisagens e a extrair os vegetais de maneira desordenada, sem a preocupação com as consequências que esta prática causaria no futuro. Este projeto veio para gerar vida através das plantas. Pois trata-se de uma ferramenta facilitadora, que atuará na preservação ambiental, na geração de renda e na inclusão socioeconômica das pessoas, através do desenvolvimento de bioprodutos não madeireiros.

**Palavras-Chave:** Reconhecimento. Folha. Vegetação. Sustentabilidade

**TECNOLOGIAS VOLTADAS A REABILITAÇÃO**

**Autor(es):**

*Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Oswaldo Soares Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Allan Henrique Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

*Rafael Pedro Gomes: Docente do UNI-RN*

*EMERSON LEVY DUTRA DE ALMEIDA FILHO: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Apresentar a importância da tecnologia nas mais diversas áreas, apresentando algumas mudanças causadas pelo uso seu uso na reabilitação de pacientes em tratamento fisioterapêuticos, bem como destacar os benefícios que o uso da tecnologia pode trazer para os tratamento de reabilitação.

**(Proposta do roteiro)** Apresentamos algumas tecnologias, inclusive algumas que são usadas em tratamentos de fisioterapia realizados nas Clínicas Integradas do UNI-RN. Em destaque: Physiotonus III, prancha ortostática e SonoPulse II. No vídeo, são explicados os diversos benefícios que esses aparelhos podem trazer ao paciente, destacando a importância do uso da tecnologia na área da reabilitação.

**(Efeitos esperados)** Destacar o uso da tecnologia na reabilitação física, como um campo de pesquisa e estudo para futuros profissionais, tanto da área da saúde quanto da área tecnológica, bem como realçar a presença de equipamentos desse tipo nas Clínicas Integradas do UNI-RN, o que contribui para que os tratamentos fornecidos mostrem seus resultados de forma mais precisa e rápida.

## TRAFFIC SHAPING

### **Autor(es):**

*Rubenilton Targino da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Traffic Shaping é uma prática utilizada pelos provedores de internet onde eles limitam a largura de banda, ou seja, a velocidade de conexão de seus usuários dando prioridade ao tráfego de navegação. A modelagem de tráfego, como também é chamada, permite controlar os dados de saída em uma interface para corresponder ao velocidade de tráfego da interface de destino remoto e para garantir que ele estará em conformidade com as políticas específicas. O tráfego que adere a um perfil específico pode ser moldado para atender aos requisitos, eliminando gargalos nas topologias causada por incompatibilidade de taxa de dados. Essa pesquisa tem como objetivo mostrar como o modelagem de tráfego pode melhorar a qualidade nas conexões, aumentando seu desempenho, priorizando os serviços que serão utilizados na rede, balanceando o uso da internet afim de não prejudicar o usuário com menos velocidade na conexão. No Brasil como no resto do mundo muitos provedores fazem uso desse recurso pois dificilmente conseguem entregar a velocidade contratada ao usuário. O que gera muita discussão entre usuários mais experientes que afirmam ter sua conexão “filtrada” ao realizar um streaming de vídeo ou compartilhar arquivos via torrent em redes P2P. Na prática o Traffic Shapping tem o propósito de evitar o congestionamento na rede fazendo com que o consumo de dados dos usuários não seja maior do que a disponibilidade do servidor ou da taxa contratada, evitando congestionamento e garantindo que determinadas aplicações que requerem comportamentos específicos na rede como menor atraso, menor variação de atraso (jitter) e melhor largura de banda que fazem parte da qualidade de serviço dessas aplicações sejam de fato atendidas pela rede.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para construção desse trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos já publicados como também em revistas e reportagens na área.

**(Resultados)** Obtendo como resultado o entendimento prático da utilização desse recurso por parte dos provedores de internet, destacando seus pontos positivos e negativos para o usuários, seu uso sob a ótica legal e como o uso dessa tecnologia ou ferramenta implementada de forma correta pode melhorar a conexão a internet e garantindo a satisfação dos usuários que utilizam o serviço contratado.

**(Conclusão)** Logo, a falta de entendimento técnico de alguns usuários proporcionam um entendimento equivocado sobre o uso da modelagem de tráfego. Assim, o uso do Traffic Shapping é necessário para que os serviços utilizados por eles operem sem perda de conexão, proporcionando os provedores a entrega da velocidade cotratada

**Palavras-Chave:** Traffic Shapping, Modelagem de Trafego



XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## Graduação Serviço Social





**AGROTÓXICOS NO BRASIL: O SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO DA TEMÁTICA PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**

**Autor(es):**

*Fernanda Maria de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Waleria de Souza Carneiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Isadora Camara Aby Faraj: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

*Maria Fernanda Cardoso Santos : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A utilização no Brasil de agrotóxicos é elevada sendo um dos países que mais manipulam regulamentada pelo Decreto 98.816 e, posteriormente, pelo Decreto n.º 4.074, de 4 de janeiro de 2002, no seu artigo pesticidas, esse termo é definido pela Lei Federal n.º 7.802 de 11 de julho de 1989, 1.º, inciso IV. Segundo estudo realizado pela geógrafa Larissa Lombardi, temos 504 tipos de agrotóxico permitidos. Desse total, 30% já foram proibidos na Europa, substâncias que possuem alto índice de risco que afetam a saúde dos seres humanos, eles são prejudiciais para o ambiente rural, a água e no controle sanitário. O prejuízo que esse uso de agrotóxicos está causando, atinge a todos, ninguém fica imune aos efeitos da natureza, do que está sendo consumindo diariamente e para as pessoas que manipulam esses venenos. Trata-se de uma questão social, cultural, econômica, política e ética. O papel e a importância sobre a atuação do profissional de serviço social na área ambiental e os desafios que emergem a este profissional estão ligados à ideia de formar e construir uma sociedade sustentada através do equilíbrio social, natural e econômico sem colocar em risco a vida da sociedade, além da inevitável articulação política para servir como apoio, para a não utilização dessa substância. O profissional do serviço social faz com que essa abordagem se insira na educação ambiental, ajudando na construção de conhecimentos e esclarecimentos, já que existe o contato direto com os usuários, os quais consomem esses alimentos tóxicos, seja no trabalho, na família, ou na comunidade como um todo. O trabalho do serviço social nesta área atua através de campanhas de prevenção e promoção da saúde, pode se tornar um fator protetivo à saúde da sociedade em geral, diminuindo os efeitos dos fatores de riscos ligados ao consumo de produtos contaminados, que são prejudiciais ao meio ambiente.

**(Metodologia)** O presente trabalho é de formato bibliográfico e documental, foi realizado a partir de bases tais como artigos, livros e sites.

**(Resultados)** Com a falta de fiscalização e uma legislação que regule a utilização de agrotóxicos no Brasil, esse consumo diário faz com que a população fique cada vez mais doente e o meio ambiente sofrendo uma degradação.

**(Conclusão)** Observa-se que é de suma importância a participação e apropriação das demandas relacionadas ao meio ambiente ao profissional do serviço social, no esclarecimento e na disseminação do conhecimento aos indivíduos, com isso melhorando as questões sociais e diminuindo o risco à saúde que advém de questões ambientais.

**Palavras-Chave:** Agrotóxico, Sustentabilidade e Serviço Social

**DPVAT: INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA COBERTURA DOS DIREITOS DO USUARIO**

**Autor(es):**

*Cláudia Felipe dos Santos : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Introdução: Esse trabalho tem o intuito de apresenta a politica do Seguro DPVAT que dispõe sobre o seguro obrigatório para todos os proprietários de veículos, de acordo com a lei 6.194/74. que prevê reparos aos danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não que visa garantir aos usuários vitima de acidentes a cobertura par o custeio dos danos ocasionados em acidentes. De acordo com dados da pesquisa realizada junto ao DETRAN, mostram que, no município Natal os óbitos por acidentes de transito quantificaram 638 mortos no ano de 2016, sendo 45% em acidentes envolvendo motocicletas e 14% em atropelamentos. Com tudo e apesar de existir essa politica a busca desse direito ainda e de baixa adesão. Objetivo Geral: analisar ate que ponto a falta de informação e a orientação sobre o seguro DPVAT afetam a vida dos usuários envolvidos em acidentes automobilísticos Objetivo Especifico: Expor a politica do seguro DPVAT e a importância do acesso à informação para o acesso a politica.

**(Metodologia)** Metodologia: tratou-se de uma pesquisa bibliográfica a partir da lei 6.194/74 e do site junto do DETRAN sobre o quantitativo de acidentes e das investidas dos usuários a cerca do acesso a politica.

**(Resultados)** Os resultados obtidos nessa pesquisa encintou na literatura documento como o decreto de lei 6194/74 Que prevê reparos aos danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não que visa garantir aos usuários vitima de acidentes a cobertura par o custeio dos danos ocasionados em acidentes. De acordo com dados da pesquisa realizada junto ao DETRAN.

**(Conclusão)** Conclusão: Para efeito de informação conclui-se que mesmo havendo uma politica que se efetiva parte por meio dos próprios recursos pagos pelos usuários através do seguro obrigatório o DPVAT essa questão social sobre a falta de informação e orientação sobre o direito esta distante de acabar mesmo havendo veículos que divulguem essa politica e preciso ressaltar que ainda a uma parcela da sociedade sem acesso a educação segundo fontes da secretaria de educação do estado, É mesmo que algumas pessoas possuem informação sobre a existência do DPVAT, não conhecem com profundidade, a cobertura que este seguro fornece às vítimas de acidentes com veículos automotores. dessa forma a participação do profissional do serviço social capacitado para promover ações educativas que proporcionem acesso e orientações a cerca desse direito se faz necessário nos dias atuais. as demandas apresentadas nos dias atuais sobre posse de meios.

**Palavras-Chave:** Seguro DPVAT, Direitos dos usuários, Serviço social.

## A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SUA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

**Autor(es):**

*Jarlene Jaciara Cândido: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao contrário do que muitos pensam a deficiência intelectual não é uma doença, ela caracteriza-se por significativas limitações no intelecto, apresentando dificuldades no aprendizado, na comunicação, adaptação, entre outros. Varia de níveis que diferenciam os tipos de limitações. No passado pessoas nascidas com deficiência intelectual eram excluídas da sociedade, vistas como retardadas e incapazes de aprender e conviver em sociedade. Atualmente no Brasil existe uma vasta legislação que possibilita a inserção desses alunos as escolas regulares. Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado. A capacidade de argumentação dessas pessoas também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo. As causas são variadas e complexas, sendo a genética a mais comum, assim como as complicações perinatais, a má-formação fetal ou problemas durante a gravidez. A desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar problemas graves para o desenvolvimento intelectual. Crianças brasileiras com algum tipo de deficiência intelectual têm mais dificuldades na aprendizagem escolar e na aquisição de novas competências, se comparadas a crianças sem deficiência. Mesmo assim, é possível que a grande maioria alcance certa independência ao longo do seu desenvolvimento. Apenas uma pequena parte, com comprometimentos mais severos, vão depender de atendimento especial por toda a vida. O estudo buscou como objetivo geral, mostrar o processo de inclusão da criança com deficiência intelectual na educação.

**(Metodologia)** A metodologia teve por base uma abordagem de caráter exploratório, por meio da pesquisa bibliográfica, a partir da identificação de artigos, livros, sites e demais publicações que tratam da temática.

**(Resultados)** Os dados mostraram que com a Lei Brasileira de Inclusão e a Constituição Federal de 1988 houve uma preocupação maior em garantir a matrícula do aluno com deficiência nas escolas do ensino comum, muito embora ainda não exista, de fato, uma mudança significativa em termos de estruturas físicas das escolas, assim como, não existe, ainda uma política de capacitação dos professores para trabalhar com esse público. Constata-se, portanto, muitas controvérsias na legislação vigente, no que diz respeito ao caminho percorrido pelas crianças com deficiência intelectual, junto a todos envolvidos até sua possível inclusão nas escolas regulares do ensino infantil, contribuindo dessa maneira para a permanência de um sistema educacional excludente e discriminatório.

**(Conclusão)** Conclui-se que há necessidade de reformas relevantes nas leis que promovam mudanças significativas nesse processo. Logo, as discussões e criações de políticas públicas inerentes ao assunto são de suma importância, tendo em vista que há inúmeros desafios e barreiras enfrentadas, cotidianamente, pelos pais, pelas crianças e pelos docentes - personagens primordiais nesse cenário de injustiça e desigualdade social.

**Palavras-Chave:** Deficiência intelectual; inclusão; educação; escolas regulares



**A INFLUÊNCIA DA TEORIA POSITIVISTA NA ESTRUTURA DO SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR BRASILEIRO: E SEUS REFLEXOS PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO**

**Autor(es):**

*Raronny Ravena Santos Tavares: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Waleria de Souza Carneiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Isadora Camara Aby Faraj: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O positivismo foi à primeira corrente filosófica criada pelo filósofo francês, August Comte, no século XIX, com o objetivo principal de conter e manter a ordem social, controlando a sociedade para não se impor contra o Estado. Durkheim prolongando essa corrente filosófica agregou a teoria funcionalista, todos pensando de forma harmoniosa, a igreja, o estado, escola e família. Com a eclosão da industrialização e os conflitos de classes sociais, precisava de uma explicação científica para conter a classe proletariado. No Brasil surgiu por volta de 1850, mas somente na primeira metade da década de 1940, começa a ser utilizado no serviço social, com influência europeia e da igreja católica ao pensamento conservador. Da mesma maneira que o positivismo foi utilizado na Europa, no século XIX para conter os conflitos de classe, no Brasil não foi diferente. A igreja católica e o Estado utilizavam os assistentes sociais para trabalhar com os princípios ideológicos do Estado capitalista que buscavam reprimir, reproduzindo uma ideia de que tudo que o governo fazia era para o bem estar social de todos, e seguindo essa ideologia o profissional foi atuando para com as minorias de modo caritativo e com caráter positivista, funcionalista, dessa forma recuperam o seu poder através da institucionalização da profissão. Na ditadura a partir de 1964, para amenizar os conflitos e trazer harmonia entre a população e o Estado. Diante disso começa a ser discutido o movimento de reconceituação, trazendo consigo os seminários de Araxá no qual é a transformação da profissão com novos enquadramentos. Teresópolis trouxe a dominância de "modernidade". Alto da Boa Vista e Sumaré surge acrescentando as questões da fenomenologia que era inserida e sua dialética na profissão, que atualmente a fenomenologia não sendo mais utilizada no fazer profissional e trazendo Marx como a sua principal vertente.

**(Metodologia)** Relativo a essa pesquisa as autoras utilizaram levantamento de leitura e análise de documentos, tais como artigos e site. Compreende-se como uma pesquisa bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Na atualidade o serviço social contemporâneo passou a ser mais crítico perante as questões sociais, na defesa transigente de direitos principalmente das minorias, defendendo e tentando amenizar desigualdades sociais e violação de direitos. Não obstante, ainda possui resquícios do positivismo na forma burocrática, nos processos técnicos operativos e instrumentais.

**(Conclusão)** O Serviço Social é uma profissão contrária a ordem do Estado, e para que ele consiga se posicionar e agir, é necessário arcabouço, ético-político e técnico-operativo, com o intuito de romper práticas conservadoras nos dias atuais.

**Palavras-Chave:** Positivismo, Brasil e Serviço Social

## A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER E SUAS CONSEQUÊNCIAS

**Autor(es):**

*Bianca Tavares Dantas Machado: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência doméstica contra a mulher é recorrente no Brasil, sendo um dos tipos de violência mais denunciados em todo parte. Ela vitimiza e agride não só fator físico, mas também o psicológico daquele que sofre suas consequências causando muitas vezes problemas a saúde deste ser humano, sendo, portanto necessário seu estudo para que possamos entender e buscar soluções a esta prática onde o número de casos cresce a cada dia mais. Sendo assim, questiona-se: quais as consequências sofridas por essas mulheres vítimas da violência doméstica? (Segundo ADEODATO, 2006, p.2) É considerado violência contra a mulher qualquer tipo de ato com base na vida pública ou privada que resulte em danos de natureza física, psicológica ou sexual que podem incluir ainda ameaças, privação da liberdade e coerção. Desta forma esse estudo tem como objetivo discutir e analisar a violência sofrida por essas mulheres, bem como as consequências físicas e psicológicas acarretadas por esse trauma.

**(Metodologia)** Será realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo (GIL, 2010), tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto e contribuir para o tem proposto através da pesquisa em livros, artigos científicos e legislações referentes ao tema. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais amplos do que se pesquisasse diretamente.

**(Resultados)** No que se refere à violência em sentido jurídico compreende-se como forma de constrangimento físico ou moral, o emprego da força física ou moral para alcançar fim ilícito ou não desejado pela pessoa que a sofre, podendo assumir a forma de coação (PARODI & GAMA, 2009), desta forma a violência engloba vários viés que podem desencadear uma série de traumas. Já com relação a violência doméstica em específico Jesus (2010) afirma que esta pode ser definida segundo duas variáveis: quem agride e onde agride. Assim, para que a violência sofrida por uma mulher esteja enquadrada na categoria “conjugal”, ou seja, o agressor obrigatoriamente faz parte do seu vínculo pessoal ou afetivo. Outro ponto importante é a respeito do ambiente familiar ao qual a mulher está inserida, se em sua infância ela cresceu em um ambiente onde o pai agredia a mãe, ela pode desenvolver um raciocínio de que aquilo de fato é natural e se submeter a uma relação abusiva, que se desdobra de uma relação aprendida em sua infância.

**(Conclusão)** A partir desse estudo, constatou-se que a violência constatou-se que a violência constitui-se como uma importante refração da questão social contra a mulher no Brasil. Para tentar coibir a agressão doméstica foi criada a Lei Maria da Penha n° 11.340, com recentes atualizações trazendo inovações que visam a redução da violência, mas ainda é preciso lutar em busca de uma sociedade que respeite as mulheres, que aja conscientização para que a maior atuação seja na prevenção, porque embora tenha se alcançado uma significativa mudança na punição da violência, os dados demonstram que se perpetuam os índices de feminicídio evidenciando que a punição não pode ser o único instrumento de combate a essa realidade.

**Palavras-Chave:** Violência. Lei Maria da Penha. Mulher.

## **ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ABUSO MORAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

### **Autor(es):**

*Dalyane Inácio de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente TCC visa discutir a Alienação Parental que geralmente tem início com a separação do casal, quando um dos cônjuges, por não conseguir superar o sentimento de abandono, rejeição, traição, passa a sentir uma imensa necessidade de vingança contra o outro, utilizando para isso, os filhos. Sendo assim, questiona-se: De que forma caracteriza-se a Alienação Parental? Será que só os pais podem praticar a Alienação Parental? Dessa forma, estudar e entender a Alienação Parental pode trazer melhora e conforto a um dos maiores valores que o ser humano possui – a família. O presente trabalho, desenvolveu sua análise nas discussões da Alienação Parental, de forma a traçar um percurso histórico no que se refere ao perfil do/a alienador/a, examinar a lei nº 12.318/2010 que tem por finalidade proteger os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e por fim indagar a caracterização da guarda compartilhada como uma das medidas de prevenção contra a Alienação Parental.

**(Metodologia)** Com vistas a alcançar os objetivos propostos desenvolvido durante o período de 2018.1 buscou-se conhecer a temática em discussão neste artigo através da pesquisa exploratória, uma vez que procurará aprimorar ideias, buscando maiores informações sobre a temática em foco e se utilizará de pesquisa bibliográfica, já que esta modalidade de pesquisa, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

**(Resultados)** A Alienação Parental é caracterizada por um conjunto sintomático, pelo qual o progenitor alienador modifica a consciência do seu filho, através de estratégias de atuação, algumas de natureza inconsciente, com o objetivo de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro progenitor (FREITAS, 2015). O genitor alienante age no intuito de romper os laços afetivos entre os filhos e o outro genitor, pois suas atitudes podem ser decorrentes dos mais variados motivos. Pode ocorrer também que o genitor alienador queira somente para si a posse dos filhos. É comum esse tipo de atitude, e por muitos motivos, seja esse por apresentar medo da solidão por não possuir familiares próximos ou em muitas vezes por falta de confiança no outro, fundada ou infundada. O alienador geralmente é o detentor da guarda da criança ou do adolescente, na maioria dos casos a própria mãe, entretanto, cabe ressaltar que, até mesmo quando os genitores se encontram convivendo juntos, a criança tem chances de ser vítima desta prática, uma vez que o alienador tem característica diversa, ampla e de difícil conceituação, pois sua maneira de agir é de forma ardilosa e, principalmente silenciosa. Denota-se que apesar do/a alienador/a ter personalidade distinta, identificá-lo é uma tarefa árdua, pois sua ação ocorre de forma dissimulada, sendo necessária uma minuciosa avaliação nos comportamentos do/a alienador/a.

**(Conclusão)** Durante o decorrer do trabalho analisou-se que a Alienação Parental influencia e abala a estrutura da família, o afeto entre pais e filhos, o respeito entre os genitores e a dignidade de todos os envolvidos. Sendo assim a realização desta pesquisa, ficou ainda mais esclarecedora quanto ao sofrimento que a Alienação Parental pode causar aos envolvidos, principalmente a criança e/ou adolescente, sendo capaz de chegar ao ponto de interromper laços paternos ou maternos e de causar a perda da esperança de reatar esse convívio novamente. Diante das considerações expostas, é necessário que seja considerado o melhor interesse da criança, a qual deve receber a mais ampla e plena proteção. Desse modo conclui-se que proteger a criança e o adolescente é dever de seus genitores, porém, quando há seu descumprimento, o Estado tem a obrigação de interferir para assegurar que os direitos fundamentais das crianças e adolescentes sejam atendidos, corroborando para uma sociedade melhor, como consagra a Constituição Federal de 1988.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Lei 12.318/2010. Guarda Compartilhada.

## ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

### **Autor(es):**

*Valeska Layana de Souza Aguiar: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Iara Ferreira de Souza Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Ana Beatriz Pereira Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência contra crianças e adolescentes constitui um grave problema social presente em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ela acompanha a trajetória da humanidade, manifestando-se de múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais de acordo com os aspectos culturais. Os atos de violências contra criança e adolescente acontecem frequentemente em sua maioria no âmbito familiar. Chauí (1999) conceitua atos de violências como: tudo o que age usando força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constringer, tortura, brutalizar); 3) todo ato de força contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...] (CHAUÍ, 1999, p.3). Os tipos de agressões não são excludentes, podendo a mesma vítima ter sofrido uma ou mais formas de agressão

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória que é um método de pesquisa mais flexível e busca uma familiarização da realidade do objeto estudado através de um levantamento bibliográfico sobre o tema do artigo

**(Resultados)** Sabemos que crianças e adolescentes estão expostas a muitos riscos. Então para a proteção integral de crianças e adolescentes foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990, em que estão inseridos os direitos e deveres da criança e do adolescente, e que hoje é a legislação que os normatiza. OECA detalha que toda criança deverá estar protegida de atitudes que possam vir a prejudicar seu progresso. Todavia a realidade de violação a esse direito de proteção fere grande parte de crianças e adolescentes que tem seu dia-a-dia marcado pelas mais diversas formas de violência. O Art 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente vem trazer que nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Para Faleiros (1998): "violência, aqui, não é entendida como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo". (FALEIROS, 1998, p. 2) De acordo com Silva e Silva (2002), o Serviço Social surge como profissão regulamentada no início do século XX, no contexto da expansão do papel do Estado no enfrentamento da questão social e de suas mais variadas expressões. Sendo assim, há uma profunda conexão entre o Serviço Social e a política pública no Brasil. O assistente social é o profissional que intervém na realidade social, assumindo competências e atribuições específicas. A Lei de Regulamentação da Profissão (1993) indica que ao assistente social compete: Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais [...] benefícios e serviços sociais; dentre outras intervenções (LEINº 8.662/1993). Quando se trata das questões relacionadas à criança e ao adolescente, o assistente social vem a intervir na busca da implementação dos direitos em prol dessas pessoas que muitas vezes são submetidas às condições humanas de sobrevivência

**(Conclusão)** Com isso o trabalho do profissional do Serviço Social, no que se refere à violência contra a criança e o adolescente, não é uma questão fácil, visto que a luta do assistente social é a liberdade e direitos do indivíduo, atuando na perspectiva de emancipação e a melhoria da qualidade de vida, da criança e do adolescente, de famílias e de modo consequente da sociedade

**Palavras-Chave:** Violência. Crianças. Adolescentes. Serviço Social

**BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR JUVENIL: UM ESTUDO NAS ESCOLAS DE VERA CRUZ/RN**

**Autor(es):**

*Waleria de Souza Carneiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Isadora Camara Aby Faraj: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O bullying é um fenômeno no qual está presente em todo o mundo, crianças e adolescentes todos os dias sofrem agressões tanto física quanto psicológica. Uma de pesquisa de 2016 pela ONU (Organização das Nações Unidas) apresentou que no mundo existem 100 mil crianças e jovens de 18 anos já sofreram bullying em relação à aparência, físico, orientação sexual, etnia ou país de origem. Com esses aspectos de preconceito e violência, o bullying traz consigo questões relacionadas à saúde, como suicídios e depressão, além de ser um dos grandes causadores de exclusão social. A ONU também aponta que é mais comum em países mais pobres, assim podemos analisar que é por falta de política de públicas para combater esse fenômeno no ambiente escolar. O Brasil em 2017 se classificou em quarto lugar na prática ao bullying no mundo, segundo pesquisa da ONU com a UNICEF e em uma pesquisa de 2015 pelo Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada com contribuição da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), da Universidade de São Paulo (USP) feita em escolas públicas e particulares 20,8% estudantes admitiram que já praticou e 51% não soube identificar os motivos de terem feito aquilo. Podemos analisar que o bullying esta sendo mais falado atualmente, entretanto a diversidade na sociedade esta sendo mais exposta e também cresceu, tendo a necessidade de uma maior inclusão por parte da população, e esse ensinamento tem que explicado desde criança, para assim formarem consciência. Na cidade de Vera Cruz do Rio Grande do Norte, o bullying também tem sido alvo de discussões entre a secretária municipal de educação (SMED Vera Cruz) juntamente com o conselho municipal de educação (CME), que juntos no mês de julho de 2018, colocaram em pauta esse assunto, bem como outros relacionados à inclusão educacional. O bullying no ambiente educacional além dos professores e alunos envolve toda a sociedade, não se trata apenas do sistema educacional, mas também do econômico, jurídico, político, saúde, que em suma é uma questão social. Vários profissionais são qualificados para abordar esse tema, dentre as profissões, cabe destacar o serviço social, que uns dos princípios fundamentais da profissão são na aplicação e consolidação da cidadania, na defesa da democracia, no posicionamento em favor da equidade e justiça social, na garantia do pluralismo, com empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação dos grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças, etc. O que justifica a importância da atuação desse profissional junto com os demais para encontrar meios de comunicação social e métodos antibullying, para transformar e minimizar a realidade dessa violência, e mudar o contexto seja no âmbito mundial nacional ou municipal.

**(Metodologia)** Para a metodologia foi necessário o levantamento de leitura, análise de documentos e referências bibliográficos, tais como artigos e sites, relativos ao escopo desta pesquisa.

**(Resultados)** A pesquisa tem como propósito, que os resultados dos dados do tema abordado poderão ser utilizados pelo CRAS (Centro Referência de Assistência Social) do município de Vera Cruz no Rio Grande do Norte, e servir como base para intervenção, criação e aplicação de projetos para combater e minimizar o bullying nas escolas do referente município.

**(Conclusão)** A pesquisa ainda em andamento, espera-se encontrar, os motivos que leva ao bullying, as motivações dessa prática, sendo elas fisiológicas e bens matérias, e como os adolescentes no qual sofreram se sentem em relação a isso, qual a realidade familiar dos praticantes do bullying e encontrar as práticas desenvolvidas pelas escolas sobre o tema.

**Palavras-Chave:** Bullying, Serviço Social e Vera Cruz

**DESAFIOS NA IMPLATAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Fernanda Maria de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência contra a mulher, seja qual for, é um ato de violação aos direitos humanos, que é fruto de uma sociedade patriarcal, fundamentada numa cultura de dominação do gênero masculino. A violência quando acometida contra as mulheres, possui aspectos históricos determinado pela cultura machista, a qual considera a mulher como uma propriedade do homem, ocorrendo até os dias de hoje. Lei 11.340/06, batizado por Lei Maria da Penha, foi criada em 07 de agosto de 2006, com o objetivo de proteger as mulheres da violência e representa um avanço na legislação brasileira, a importância da criação desta Lei, foi o rompimento com o padrão patriarcal, ficando a desejar as punições relativas ao agressor gerando impunidade, vergonha e medo de denunciar, visto que quase nada se fazia para evitar a nova recidiva deste crime. A violência contra a mulher não está restrita a classe social, raça ou idade. É preciso prover condições para que a mulher denuncie seu agressor, para que não tenha medo e nem se sinta desamparada pelo o Estado e pela sociedade. A importância da Lei Maria da Penha reside em boa parte na necessidade de expor um problema de violência que antes era considerado íntimo do casal. Socialmente o machismo de nossa sociedade impõe que o homem seja mais importante que a mulher, promover direitos e uma legislação específica para casos de violência contra a mulher significa promover igualdade de gênero dentro das esferas de poder institucionais. A reforma dos crimes sexuais que modificou artigos do Código Penal; em que devido a mulher figurar como vítima potencial eram chamados de Crimes Contra os Costumes, reduzindo a sexualidade feminina a padrões morais; prova que a equidade de gênero demora para se consolidar.

**(Metodologia)** A operacionalidade deste projeto se efetivará de forma articulada e integrada entre o centro de referência Elisabeth Nasser, aos entrevistados, ao juiz da 3° vara familiar de violência contra a mulher e aos magistrados de direito com a pesquisadora. Para a abordagem do tema as pesquisadoras, utilizaram o método do dialético, assim possibilitando uma análise crítica das relações sócio-históricas e culturais construídas, e dos elementos que são determinantes da realidade, assim nos permitindo uma compreensão dos aspectos fenomênicos da realidade sonde discutido em sua totalidade.

**(Resultados)** Entre tantos limites encontrados para a aplicação da Lei Maria da Penha, a falta de estrutura adequada, a falta de fiscalização é um dos pontos mais deficientes no RN, as fragilidades das medidas protetivas que ainda não são suficientes para impedir as mortes das mulheres de Natal. Ademais trata-se de uma discussão presente.

**(Conclusão)** Pode-se constatar, mesmo que superficialmente a fragilidade em relação as medidas e aplicações das sanções penais, a inserção da mulher na sociedade de forma igualitária e sem distinção, sem dúvida será a forma de mostrar ao mundo o grande desenvolvimento pelo qual toda a sociedade vem passando. Acredita-se na hipótese que a falta de fiscalização no cumprimento das medidas protetivas seja a principal fragilidade para a implantação da Lei Maria da Penha.

**Palavras-Chave:** Gênero, Políticas Públicas, Violência.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS ANTAGÔNICOS OU COMPATÍVEIS?

### **Autor(es):**

*Amanda Karoline da Costa Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*José Wanderley de Andrade: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Maria da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Lidiana Rocha de Brito: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Ivone Medeiros Ramalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em 1972, na conferência das nações unidas sobre o meio ambiente realizado em Estocolmo, surgiu na ONU, e a preocupação com a poluição do planeta. Já em 1987, no encontro realizado na Noruega surge o conceito de desenvolvimento sustentável. O Desenvolvimento sustentável propõe a atual geração tenha suas necessidades satisfeitas, sem comprometer as próximas gerações, onde o crescimento econômico, social e ambiental esteja integrado e em equilíbrio, denominado triple bottom line, com a finalidade de produzir um desenvolvimento mais ecológico, sem que o meio ambiente entre em colapso. A sustentabilidade deve nascer da consciência individual e coletiva, no qual as ações são voltadas para uma educação ambiental, no qual humanos e natureza tenham uma relação de equilíbrio, garantindo as próximas gerações um meio ambiente preservado. Para que isso aconteça deve-se: Repensar hábitos e atitudes, reaproveitar materiais, reciclar, reflorestar, usar energias renováveis, dentre outras atitudes que preservam o meio ambiente.

**(Metodologia)** Este trabalho, devido ao seu caráter bibliográfico, foi realizado a partir de bases e referências bibliográficas, tais como artigos, livros e sites, sob os quais as autoras se debruçaram em pesquisas e análises, sendo um conteúdo estudado em sala de aula.

**(Resultados)** O conceito desenvolvimento sustentável para alguns autores é totalmente antagônico, pois o conceito de desenvolvimento sugere dinâmica, movimento e conseqüentemente causando impactos sobre a natureza, e o conceito de sustentabilidade propõe permanência. E a solução para esse antagonismo envolve uma sociedade sustentável capaz de satisfazer suas necessidades sociais e de produção sem diminuir a natureza atual, criando assim um modelo econômico de desenvolvimento sem que ocorra o esgotamento dos recursos naturais e que esteja em harmonia com a preservação ambiental. Portanto busca-se promover a possibilidade do desenvolvimento ser compatível com a sustentabilidade, alcançando um equilíbrio entre a produção, o consumo e a preservação ambiental. A sustentabilidade visa alcançar uma melhor qualidade de vida dentro dos limites ambientais do planeta, não apenas associada ao objetivo do desenvolvimento econômico. Para tanto, considera alternativas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas para a construção de uma sociedade sustentável. SCHRAM, Alexandre Murilo; CORBETTA, Janiara Maldaner. (p. 33, 2015).

**(Conclusão)** Concluímos que uma aliança global, onde tenha o comprometimento com preservação do meio ambiente, com mudança de comportamento que respeite os limites impostos e uma educação ambiental mais ideológica para nossa sociedade, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade que seriam contrários, se complementam, possibilitando à atual geração e as próximas que se desenvolvam sem tantos impactos ao meio ambiente.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, educação ambiental, antagonismo.

## MANIFESTO DO VATICANO: RERUM NOVARUM E O SERVIÇO SOCIAL

### **Autor(es):**

*Francisco de Assis Silva Rodrigues de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

*Alúcio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** “O Manifesto do Vaticano: Rerum Novarum e o Serviço Social” é um trabalho de pesquisa histórica na qual queremos apresentar a partir da Rerum Novarum os anseios da sociedade, suas dificuldades econômicas e sociais, lutas de classes entre operários e patrões nas quais foram conduzidos pelas influências do acúmulo de riquezas impostas pelo capitalismo e a industrialização. Este trabalho também irá nos ajudar a compreender um pouco da visão de pobreza, sua aceitação e os seus enfrentamentos. As lutas que se iniciaram no século XVIII ainda são vividas no século presente. As desigualdades, os gritos de pedido de justiça ainda ecoam no mundo. É preciso buscar meios para serem sanados ou quem sabe diminuídos esse quadro de desigualdade. O Serviço Social irá nos ajudar a compreender um pouco as mudanças que se deram, e quais foram às influências para essa profissão se tornar tão necessária na luta dos direitos que explodiu tão visivelmente na revolução industrial.

**(Metodologia)** O presente trabalho irá contar com uma busca exploratória pelo passado, será nosso procedimento técnico, pois nele iremos mostrar os impactos que se deram na sociedade e nas diversas organizações profissionais através desta carta magna papal.

**(Resultados)** Porém, é importante destacar que a intenção do documento não era a luta pelas classes e sim uma conciliação entre as classes. Por quê? Essa será a resposta que buscaremos dar ao longo deste trabalho que será traçado por metas e objetivos diretos. Nosso personagem principal será o Papa Leão XIII, mas também teremos as contribuições das afirmações e pensamentos de diversos pensadores com as ideias de dominantes e dominados. Relacionaremos também esta temática com o papel e das influências vividas e oferecidas pelo Serviço Social nestes dois séculos. Como foram suas ações antes e depois da reconceituação. E sem muitas pretensões queremos deixar neste trabalho uma fonte de pesquisa para outros. Pois o que queremos trazer não é algo novo, mas buscar do passado os acontecimentos vividos que fortaleceram o presente. Somente o tempo e a história são capazes de fazer mudanças. São as mudanças que se realizam através do homem inserido na sociedade com seus anseios e projetos, mas também com realizações e vitórias.

**(Conclusão)** O enfrentamento da pobreza era a meta que o Serviço Social tinha que abraçar na sua profissão. Hoje se enfrenta a desigualdade social, numa perspectiva de direitos básicos e busca de superação do conservadorismo. E ao passar por uma reconceituação trilhou um caminho muito nobre e eficaz para adquirir novos conhecimentos e valorização da profissão. Foram lutas com quedas e conquistas, a história foi feita ao longo dessas décadas, mas é preciso avançar mais, pois, ainda hoje se enfrentam problemas sociais com novas roupagens mas com a mesma raiz da exploração do trabalhador gerando o desafio de novos conhecimentos necessários para lutar por um mundo menos injusto.

**Palavras-Chave:** Rerum Novarum. Questão Social. Serviço Social



## **MENINAS ESPOSAS: O FENÔMENO DO CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Raphaela Silva da Costa: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir deste estudo pode-se perceber a importância de discutir sobre casamento infantil no Brasil. O casamento infantil se apresenta também como uma questão de gênero, elas também representam até 30% do abandono escolar feminino na educação secundária e tendem a ter filhos mais cedo, segundo Organização da Nações Unidas News (ONU). O casamento infantil responde ainda pela maioria dos casos de gravidez na adolescência, taxas mais altas de mortalidade materna e infantil, nível educacional mais baixo e menores rendas, as meninas casadas apresentam maior índice de desnutrição, isolamento e depressão, lhes colocando em uma situação de saúde frágil, já que muitas ainda não estão preparadas para tanta mudança biológica, as mudanças em seu corpo mexem com todo o seu emocional.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para construção do estudo foi através da pesquisa bibliográfica. Foram utilizados como base artigos, sites e materiais online, dados como Scielo, Google acadêmico, Portal de Periódicos Capes, Scopus, documentos respectivos ao assunto, trabalhos de conclusões de cursos (TCCs), repositório digitais ou outras fontes de pesquisas que abordassem o tema.

**(Resultados)** Analisou-se a partir do presente trabalho, a invisibilidade para essa temática só dificulta a discussão, já que temos uma naturalização social da prática. Entende-se que, crianças não tem autonomia nem o entendimento para estar em uma união destinada a pessoas adultas; uma união conjugal seja ela consensual civis e/ou religiosas, trazem danos irreparáveis para essa fase de suas vidas. O casamento infantil se apresenta também como uma questão de gênero, elas também representam até 30% do abandono escolar feminino na educação secundária e tendem a ter filhos mais cedo. O casamento infantil responde ainda pela maioria dos casos de gravidez na adolescência, taxas mais altas de mortalidade materna e infantil, nível educacional mais baixo e menores rendas. Com tantos dados, podemos afirmar que o casamento na infância e adolescência é traumático, pois rouba a infância e lhes jogam na condição da vida adulta sem que estejam preparadas.

**(Conclusão)** As meninas que casam cedo têm pouco poder de decisão dentro do lar conjugal, maior probabilidade de abandono escolar e analfabetismo, menor participação na força de trabalho e ganhos, e menos controle sobre os ativos produtivos do agregado familiar. Muitas vezes se tornam mães durante a adolescência. As mães adolescentes têm um risco significativamente maior de morbidade e mortalidade materna do que as mães apenas alguns anos mais velhas, o que vem com uma ampla gama de custos e impactos econômicos e sociais aos níveis individual e familiar. Finalmente, Enquanto as consequências do casamento infantil são sentidas com maior intensidade a nível individual, é susceptível que esse ato tem efeitos profundos e de grande alcance a nível nacional e global nas formas de perda de rendimentos e transmissão da pobreza. Em suma, os impactos econômicos e o custo do casamento infantil é muito altos para as meninas envolvidas e a sociedade em geral. O que pode ser feito para eliminar o casamento infantil? Uma revisão sistemática das intervenções de casamento infantil indica que a reforma do quadro legal e político é uma parte necessária para essa pergunta As intervenções são mais poderosas quando: capacitam as meninas com informações, habilidades e redes de apoio; Melhorar a acessibilidade e a qualidade da escolarização formal das garotas; E oferecer apoio econômico e incentivos para as meninas e suas famílias para manter as meninas na escola ou casar mais tarde. Importante, educar e mobilizar pais e membros da comunidade em oposição à prática para que o casamento infantil venha diminuir e gradativamente venha deixar de ser uma prática rotineira no nosso país.

**Palavras-Chave:** Casamento infantil. Políticas Públicas. Criança. Adolescente

## NEGLIGÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO ÂMBITO FAMILIAR

### **Autor(es):**

*Alice Katienne Barbosa da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente projeto de TCC Trata-se de uma reflexão acerca da negligência contra a pessoa idosa no Brasil, enfatizando a violência familiar, que se destaca gradativamente nos dias atuais. Sabe-se que o envelhecimento traz em seu seio questões diversificadas, que refletem tanto na sociedade em geral, como na esfera familiar. Sendo assim indaga-se: o que leva a família ao abandono? Por que o índice de negligência no Brasil é tão alarmante? O tema proposto mostra-se ser de extrema importância para todos, para a conscientização e esclarecimento da negligência sofrida ao idoso, com isso mostrar a importância dos direitos da pessoa idosa. O resultado pode então colaborar com informações para a sociedade, pois através do estudo é possível mostra como este problema é agravante em nossa sociedade, porém esquecido.

**(Metodologia)** Será realizada uma pesquisa a respeito do assunto proposto, por meio da pesquisa exploratória e se utilizara de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p.45), a principal vantagem de pesquisa bibliográfica esta no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Serão examinados artigos, documentos, livros, sites especializados e leis do Estatuto do idoso.

**(Resultados)** A violência contra os idosos é muito mais intensa, muito mais disseminada e muito mais presente na sociedade brasileira do que as pessoas têm noção, ou muitas vezes nem param para pensar nisso. Segundo ao jornal folha 2014 de São Paulo a negligência (abandono) corresponde a maior parte de denúncias registradas, 77,6% da maioria dos casos, depois vem a psicológica, a financeira e por último a violência física, estes dados são de acordo com a secretaria de Direitos Humanos que mantém o serviço de monitoramento, a grande maioria esses tipos de violação são feitos pelos seus familiares, a falta de denúncia dos idosos que muitas vezes sentem vergonha, intimidação e medo faz com que a tendência destes dados sejam aumentar, no qual isso nos faz pensar que precisamos consolidar uma cultura de direitos humanos na sociedade. No Brasil a expectativa de vida tem aumentado cada vez mais, a medida que a população está envelhecendo, o índice de natalidade está caindo, daí há um aumento da população mais velha no país. Compreendendo isso deveria haver por parte da sociedade maior preocupação com os membros da terceira idade em relação ao seu bem-estar e a concretização dos seus direitos e garantias. Os idosos são pessoas que já contribuíram bastante para a sociedade, porém para serem retribuídos enfrentam muitas dificuldades, pois muitas pessoas não reconhecem seu valor como ser humano e não respeitam seus direitos.

**(Conclusão)** Durante o decorrer do trabalho analisou-se que a população brasileira está vivendo cada vez mais, com isso o envelhecimento tem que ser visto como algo natural e o idoso tem que ter a oportunidade de ter seu lugar nesta sociedade, sendo útil e tendo seus direitos respeitados, sem ser considerado como um 'fardo', mais sim como uma grande honra tê-los entre nós. Percebi se um descaso tanto familiar como governamental com as pessoas idosas de nosso país. É crucial um embasamento maior desta sociedade como um todo, para abranger este desrespeito com as pessoas idosas, é necessário campanhas para melhor esclarecimento das pessoas mais jovens a respeito deste assunto, dando maior ênfase nessa problemática que perpetua em nossa sociedade. Pois se não mudarmos esta concepção sobre a pessoa idosa, estes mesmos jovens poderão a vir sofrer semelhantemente este tipo de violação de direito no futuro, pois serão os idosos de amanhã.

**Palavras-Chave:** Idoso, negligência, família

## O DIREITO DA MULHER FRENTE AOS PROTOCOLOS DA ESTERILIZAÇÃO HUMANA

**Autor(es):**

*Edimeyre Kaline Basilio: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*  
*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O presente trabalho vem expor uma realidade imposta no Brasil pela política 9.63/96 conhecida popularmente como a lei do planejamento familiar, no capítulo I do ART. 10º no § 5º, que vem se apresentando de forma sexista tendo em vista o histórico de luta das mulheres ao longo dos anos bem como o estado gravídico pelo qual um gênero perpassa em relação ao outro, segundo o documento haver situação conjugal e necessária autorização por escrito por parte de ambos os cônjuges, mesmo sendo, e preciso analisar o passado no qual era vivenciado a sociedade brasileira na vida é formação das famílias baseava-se no modelo patriarcado do padrão eclesiástico em que as mulheres sequer tinham direitos civis apenas serviam como objeto de barganha passando de pai para o marido durando assim até meados do século IX quando houve o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e daí por diante alguns grupos feministas buscavam por mais direitos. O até a conquista dessa política descrita como direito parte conhecida popularmente como a lei do planejamento familiar Art. 1º O planejamento familiar é direito de todo cidadão, . Que garante a Homens e mulheres, com idade de vinte e cinco (25) anos ou dois filhos vivos, sendo livre decisão, no caso de ser um casal, dentre os quais determina a contracepção a Homens e mulheres com 25 anos ou dois vivos que vem repercutindo mundialmente por ser classificada como sexista ao favorecer um gênero por parte do legislativo, bem como, do judiciário. OBJETIVO GERAL: Apresentar as divergências aplicadas na política bem como da intervenção do estado em conjunto ao judiciário na aplicação da política OBJETIVO ESPECÍFICO: Expor até que ponto os protocolos aplicados na política do planejamento familiar provoca desigualdade social se tornando uma questão de gênero.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: A pesquisa tratou se como de natureza exploratória e explicativa em biografias em artigos e teses que abordam temas sobre a legislação 9.263/96 que garante o planejamento familiar a homens e mulheres como um direito, na constituição federal de 1988 e na carta dos direitos humanos.

**(Resultados)** RESULTADOS: Encontrou-se na literatura dois documentos um deles tramitou e teve parte vencida á Ação direta de inconstitucionalidade-ADI 5097-DF (2014) e teve como relator o Ministro Celso de Melo, O outro e o Projeto de Lei do Senado 107/2018 que altera a lei 9.263/96 com o objetivo de facilitar o acesso aos procedimentos de laqueaduras e vasectomias.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: conclui se que apesar de existir uma lei que tem como foco principal a atenção integral a saúde da mulher bem como a igualdade entre os gêneros, a participação do estado e do judiciário na tomadas das decisões desqualifica o histórico de luta desse grupo provocando um retrocesso na cadencia de vida das mulheres bem como da liberdade e da dignidade, que é apontada com o um direito fundamental na nossa carta magna e na carta dos direitos humanos ferindo outros decretos vigentes no território nacional além de ser apontada como uma questão de gênero por parte de movimentos sociais e de autarquias quando põe a responsabilidade de como devem decidir sobre questões individuais a outrem provocando uma questão social ainda mais extensa sendo postas como desafios para o profissional do serviço social em mediar essas relações entre o Estado e a sociedade.

**Palavras-Chave:** Planejamento Familiar,gênero,Direitos.

## O ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL PELO CONSELHO TUTELAR DE MACAÍBA

**Autor(es):**

*Angela Maria Fontes da Silva Cavalcanti: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência sexual é uma questão de saúde pública e de caráter social, que envolve uma conjuntura de fatores que permeiam a criança e podem afeta-las de maneira irreversíveis. Um crime de difícil identificação, pois o silêncio do inocente contribui para a impunidade do agressor. São vários os fatores que levam as vítimas desse crime a permanecer em silêncio, como o medo do agressor, a falta de apoio da família ou temor pela reação deles. O número de casos, apesar do seu grande montante de registro, muitas vezes não chega ao conhecimento público. O ministério de Direitos Humanos libera anualmente uma listagem dos estados brasileiros que mais possuem violação. O abuso sexual pode ocorrer nas relações intrafamiliares, em que os agressores são parentes das vítimas, e em relações extrafamiliares, no qual os agressores não possuem vínculo familiar com as vítimas e podem ou não ser conhecidos da família, sendo o segundo caso o tipo mais incomum de abuso. Diante desse contexto a temática abordada neste trabalho tem como objetivo analisar o Conselho Tutelar (CT), enquanto órgão institucional do governo para averiguar as medidas tomadas por eles, para a proteção da criança e adolescente sujeito a essa vulnerabilidade do abuso.

**(Metodologia)** Visando alcançar os objetivos propostos, o presente projeto de Trabalho de Conclusão de Curso iniciara com uma pesquisa exploratória que segundo Gil (1999, p. 43) Explica a pesquisa exploratória como finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Contarão também com a pesquisa bibliográfica, através de livros, periódicos, anais de evento e endereços eletrônicos pertinentes ao assunto e pesquisa de campo. Será utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa, fazendo uso de dados estatísticos institucionais.

**(Resultados)** A compreensão do tema dessa pesquisa, tendo em vista seu objetivo, inicia a apresentação dos dados colhidos da violência sexual infantil, bem como, a localidade de maior incidencia dos casos. É alto o indice de abuso sexual infantil cometido pelos parentes proximos, como; tios, pais, padrastos, sobrinhos e primos. As familias se fecham entre si como uma lei do silêncio como fala Scobernatti (2005), para proteger o núcleo familiar e não haver uma desestrutura naquilo que para eles, está bom e pode ficar como está.

**(Conclusão)** A atuação intersetorial deve ser pautada pelo aproveitamento das informações coletadas nas redes de assistência social, da educação, saúde e junto aos sistemas de segurança pública e de justiça, Conselho Tutelar e Conselhos de direitos, prevenindo a revitimização e a continua exposição da vítima. E pela integralidade da atenção, defesa, proteção e garantia de seus direitos e de suas famílias. Todas as esferas estão interligadas, um órgão não tem êxito sem auxílio do outro, por isso no município de Macaíba, mensalmente tem ações de articulação com todas as esferas da rede, para aprimorar cada vez mais um atendimento de qualidade, através de toda uma conjuntura, se especializando em prol da criança e adolescente vítima de abuso sexual.

**Palavras-Chave:** Abuso Sexual. Conselho tutelar Macaíba. Enfrentamento

**O SERVIÇO SOCIAL E A PUBLICIZAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DJALMA MARINHO UNI-RN: EM FAVOR DA DEFESA DA MULHER.**

**Autor(es):**

*Leticia Epifanio Bezerra Neta: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo busca analisar o papel do Assistente Social frente a publicização da Justiça Gratuita, no Núcleo de Prática Jurídica Djalma Marinho, do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). De modo a caracterizar a atribuição do Serviço Social nesse espaço através do alcance a democratização aos direitos sociais dos usuários e identificar a contribuição da instrumentalidade do Serviço Social para o processo de publicização a Justiça Gratuita.

**(Metodologia)** E para essa pesquisa foi adotada uma metodologia exploratória, em forma de estudo de campo, onde os usuários, do NPJ (UNI RN), foram analisados através de entrevistas sociais e escutas qualificadas. Fundamentando-se com respaldos bibliográficos, para que assim, a pesquisa assumisse um caráter qualitativo diante a realidade posta.

**(Resultados)** Dessa forma, percebeu-se a importância da intervenção do assistente social nesta temática, não apenas ao acesso a garantia de direitos, mas ao alcance à publicização da Justiça Gratuita, principalmente na utilização da sua instrumentalidade para a identificação de demandas ocultas em favor da defesa da Mulher, visto que, muitas das usuárias atendidas no NPJ-UNIRN encontravam-se em situação de violência, principalmente psicológica, moral e patrimonial.

**(Conclusão)** Nota-se, então, a importância da instrumentalidade do Assistente Social, independente dos espaços sócios ocupacionais que os mesmos se encontram, para sua prática profissional. Visando sempre a renovação constante de seus estudos e pesquisas que virão a contribuir com suas práticas técnicas-operativas, de forma a enfrentar as pluralidades das diversas manifestações da questão social. É possível perceber que é através da instrumentalidade e do estudo social, que o assistente social detecta as condições de vida dos sujeitos, e identifica as situações que podem requerer intervenção de órgãos jurídicos. Sendo necessário, a investigação da realidade social em que o sujeito se encontra, ou seja, dos seus aspectos econômicos, culturais e familiares. Priorizando a conjuntura, e sabendo de forma crítica e ética atuar como profissional do Serviço Social. Em especial, no contexto do NPJ-UNIRN, a importância da instrumentalidade como forma de articulação em defesa das mulheres em situação de violência. Que sofrem as consequências dos resquícios de uma sociedade patriarcal, em que a violência, em suas vidas, está naturalizada. Diante da falta de percepção por parte das usuárias, vê-se a relevância do fazer profissional nessa questão. Oferecendo-lhes medidas que garantam assistência jurídica, amparo social e psicológico, para que assim, as mesmas, se desvinculem desse cenário marcado por uma sociedade que ainda apresenta concepções machistas. A possibilidade de ser atendido e ouvido por um profissional que, entre suas ações, desenvolve reflexões e realiza esclarecimentos relativos a direitos, e que pode possibilitar um espaço facilitador de diálogo, de compreensão e de crítica entre os membros do grupo familiar a respeito dos problemas e dilemas que vivenciam, é uma maneira viável na direção do acesso à justiça.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Sócio Jurídico. Publicização. Justiça Gratuita.

## OS DIREITOS DOS USUÁRIOS/ AS NA SAÚDE: O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS UPAS

**Autor(es):**

*Maria Lidiane Alves da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Serviço Social no Brasil ao longo de décadas sofreu muitas transformações, caracterizando-se como profissão histórica. Atualmente está inserido em um contexto que evolui constantemente, passando por desafios nos processos de adequação e reestruturação em virtude das mudanças de cunho social, econômico, político e cultural na sociedade. Na atualidade se faz necessário discutir sobre a importância do profissional de serviço social e sua atuação na área da saúde pública, dando visibilidade à sua inserção e aos seus desafios diários para a garantia do acesso aos direitos sociais dos usuários desses serviços. O direito à saúde para todos os cidadãos é garantido na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental social colocado em prática através de políticas públicas onde se constitui como uma preocupação dos governantes, embora de forma recente. Essa postura vem acarretando sobrecargas ao Sistema de Saúde Pública que se encontra defasado, descumprindo os direitos dos usuários, direitos esses que poucos têm conhecimento. Sendo assim, o trabalho OS DIREITOS DOS USUÁRIOS/ AS NA SAÚDE: O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS UPAS, teve como objetivo analisar a inserção e a atuação do assistente social como mediador na garantia de direitos, aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

**(Metodologia)** A realização deste estudo foi feita durante a experiência de estágio na Unidade de Pronto Atendimento José Jorge Maciel – UPA Potengi. Foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, orientada por uma perspectiva histórica e crítica da aproximação à realidade, a partir da observação das atividades realizadas pelas profissionais do serviço social, leitura da documentação interna da instituição e pesquisa bibliográfica em periódicos, livros e sites da área com relevância acadêmica, profissional e social.

**(Resultados)** A pesquisa mostrou como resultados, a necessidade posta aos assistentes sociais de atuar como vetor de defesa dos direitos da população usuária com a função de garantir e orientar sobre os mesmos. Defender os direitos formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno dos direitos, também se constituiu um dos aspectos que devem ser observados por esses profissionais. Acredita-se que discutir a questão de direitos sociais em uma sociedade desigual é fundamental para se entender a necessidade de se ter uma política destinada a população.

**(Conclusão)** Conclui-se que nessa conjuntura, o Serviço Social tem por desafio articular com os demais profissionais de saúde e movimentos sociais em defesa do direito a saúde pública, encarando a defesa da democracia norteadas pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da profissão.

**Palavras-Chave:** Saúde pública, Serviço Social, Garantia de direitos, Políticas públicas.

## **PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

**Autor(es):**

*Janaina Martins da Silva Guimarães: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência contra a mulher é todo ato que resulta em morte ou lesão física, sexual ou psicológica de mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada. Às vezes considerado um crime de ódio, este tipo de violência visa um grupo específico, com o gênero da vítima sendo o motivo principal. Este tipo de violência é baseado em gênero, o que significa que os atos de violência são cometidos contra as mulheres expressamente porque são mulheres. Na atualidade a discussão sobre este tipo de violência vem assumindo lugar de destaque dado o protagonismo de diferentes setores da sociedade na busca de minimização e resolução dessa grande questão social. Todos os dias a mídia apresenta um quadro de violência assustador. Crianças, mulheres e idosos são as principais vítimas, A Organização Mundial de Saúde- OMS mostra que a violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 e 44 anos no mundo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada. Assim, para combater essa grande questão social é preciso trazê-la a público, examiná-la e buscar a solução necessária.

**(Metodologia)** Os cidadãos em geral devem se tornar parte dessa solução e o primeiro passo é a prevenção, procurando alcançar todas as faixas etárias. Nesse contexto é de suma importância debater sobre o importante papel do serviço social no enfrentamento e combate a esse problema, enfatizando os desafios desses profissionais, bem como sua importância para a sociedade no que faz referência à divulgação e informação sobre os direitos das mulheres e ao respeito por sua dignidade. Dessa forma, o presente trabalho: PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, tem como objetivo identificar o papel do serviço social no combate a violência contra a mulher, buscando não apenas constatar de maneira teórica, mas também colocar em prática ações, visando garantir a segurança e dignidade da mulher, prevista em lei, além de orientar as vítimas na busca de ajuda dos órgãos competentes, quebrando assim o ciclo de violência. Buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica em sites, artigos científicos, livros e entre outros meios de informações, abordar o tema de uma forma geral, desde a sua origem, tendo em vista que, é de grande importância buscar prestar a devida assistência as mulheres vítimas de violência, bem como punir, de maneira efetiva e eficaz os responsáveis.

**(Resultados)** Obteve-se como resultados, uma visão geral do problema, desde a sua origem, suas formas, as Leis que buscam coibir o problema visando mostrar a importância do serviço social, seus desafios, estratégias e deveres para com a sociedade.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que o serviço social tem considerável papel na sociedade, tendo em vista que existe um grande déficit no âmbito da informação, da segurança e da garantia dos direitos das mulheres e na dignidade da pessoa humana garantindo efetivamente o que está previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

**Palavras-Chave:** Serviço social, Violência, Mulher, Dignidade, Assistência social.

## **PUBLICIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL E A REORIENTAÇÃO DAS DEMANDAS NO HOSPITAL LUIZ ANTÔNIO**

**Autor(es):**

*Rhayane Alves Peres dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem por finalidade apresentar a problemática sobre as atribuições do Serviço Social, bem como a reorientação das demandas postas a profissão no Hospital Luiz Antônio, esclarecendo acerca dos assuntos sobre o tema proposto, destacando os desafios profissionais em seu cotidiano para garantia do acesso dos direitos desses usuários aos serviços fornecidos, dando visibilidade sobre a importância do assistente social que atua na área da saúde. Esta é uma pesquisa desenvolvida a partir do estágio curricular obrigatório e a instituição escolhida para realização é o Hospital Luiz Antônio, sendo este vinculado ao sistema único de saúde sendo este referência no atendimento de pacientes oncológicos onde o envolvimento com essa questão me fez refletir a respeito das ações que permeiam o Serviço Social com pretensão de ampliar o conhecimento da atuação e prática do assistente social na saúde. Para elaboração deste houve a caracterização da organização, bem como a análise das atribuições do assistente social na instituição.

**(Metodologia)** O estudo tem como foco da discussão em um primeiro momento a análise a respeito da socialização da informação acerca das atribuições do serviço social e a reorientação de suas demandas no Hospital Luiz Antônio como forma de conhecer e entender a maneira como se dá esse processo. Em um segundo momento procurou-se identificar com embasamento teórico e prático o trabalho do assistente social na área da saúde bem como sua prática profissional. Esse trabalho é baseado em um estudo de caso que para Gil (2008) “consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo detalhado conhecimento.” A coleta de informações fez-se por meio de entrevista semi-estruturada com assistente social, realizada no mês de novembro do ano de 2017 por meio do cenário, que é atividade obrigatória referente ao estágio I. Utilizou-se também leituras a respeito de informações, artigos e pesquisa bibliográfica que estão relacionadas diretamente ao assunto abordado no projeto.

**(Resultados)** O assistente social é reconhecidamente profissional da saúde de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Federal de Serviço Social, sendo desta maneira indispensável frisar a respeito da importância dos Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde, onde tem por objetivo de acordo com o CFESS (2010, p.11) “referenciar a intervenção dos profissionais na área da saúde”. O exercício da profissão é regulamentado pela Lei nº8.662/93 e pelo código de Ética do Assistente Social através da resolução do CFESS nº273/93, apresentando as ferramentas para o trabalho do assistente social também na área da saúde, sendo esta uma área de grande importância da atuação profissional. De acordo com (Chauí,2000) na área da saúde se faz imprescindível as dimensões de ética, especialmente na ética aos cuidados, ao proteção social e a militante. Portanto, o Serviço Social está em espaços de atuação vistos como conceito ampliado de saúde, tanto por determinações sociais da saúde, quanto pelos princípios do SUS (KRUGER, 2010). O redimensionamento de demandas que chegam ao serviço social tem em sua realidade uma mudança constante, uma vez que novos casos chegam a todo momento. Cabendo ao assistente social em sua competência diversas dimensões interventivas a exemplo da identificação de demandas.

**(Conclusão)** Desta forma, o presente projeto buscou destacar a importância do assistente social na saúde ressaltando suas atribuições, abordando a viabilização de direitos ao usuário, as demandas postas a profissão no qual interfere diretamente no processo de trabalho, atuação e prática do assistente social, bem como a reflexão do papel do serviço social no âmbito hospitalar.

**Palavras-Chave:** Publicização. Serviço Social. Saúde.



**PUBLICIZAÇÃO DAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI-RN**

**Autor(es):**

*Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O referido trabalho apresenta a intervenção de estágio do curso de Serviço Social. O Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN tendo como projeto de extensão às Clínicas Integradas que foram inaugurada no dia 30/09/2008 as tem um campo de estágio muito abrangente para os alunos da instituição vivenciem na prática o que lhes foi posto dentro de sala de aula onde desenvolverão todas as suas habilidades, técnicas, metodológicas e científicas no âmbito da sua futura e promissora carreira profissional preparando-se para o mercado de trabalho.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA): A partir da discussão gerada nos objetivos elencados utilizaremos como metodologia para análise destes, a pesquisa exploratória que visa conhecer o objeto selecionado e explorar o tema abordado. Segundo Gil (ano) “os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores. Os mais importantes são: os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais” (p. 26). Será utilizada revisão bibliográfica com vistas a reunir as principais obras sobre o tema, com uma análise de dados quali-quantitativos e uso de fontes primárias e secundárias. Sendo assim, enfatizaremos a necessidade de uma publicização desse projeto extensivo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte viabilizando direito a quem deles necessita que devido à política social burocrática não dispõe de atendimento humanizado.

**(Resultados)** (RESULTADOS): Espera-se que trabalho de intervenção leve ao conhecimento desse nosso futuro público alvo o acesso ao atendimento que o Centro universitário do Rio Grande do Norte – UNI –RN juntamente com o seu Projeto de Extensão que são as Clínicas Integradas oferece aos seus usuários sem segregação alguma. Atendimento este que levará a população do bairro de Mãe Luiza a ter uma garantia por meio dessa Instituição que tem uma grande responsabilidade social e assim serem efetivados seus direitos que são tão negligenciados pelo poder público

**(Conclusão)** Antes de consolidar minha intervenção, encaminhei o projeto à Direção das Clínicas Integradas que compreendeu a pertinência do mesmo levando-o para ser apreciado pela reitoria do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN que houve consenso aceitando minha proposta para o investimento do material confeccionado para esse fim e sendo incentivada a continuar com o meu ideal concretizei todas as etapas que foram propostas. No dia 23 de maio de 2018 às 8:30 da manhã juntamente com minha supervisora de campo de estágio e Assistente Social Lindicéa Azevedo fomos recebidas pela coordenadora do Posto João XXIII do Bairro de Mãe Luiza que nos direcionou para nosso público alvo onde fizemos a explanação do Projeto de Publicização das Clínicas Integradas do UNI-RN que confirmou o meu questionamento da falta de informação a população do bairro referido.

**Palavras-Chave:** : Clínicas Integradas. Serviço Social. Publicização. Bairro de Mãe Luiza.

**PUBLICIZAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO REGULAMENTADA NA RESOLUÇÃO CFESS N°493/06  
SOBRE O PROFISSIONAL E ESTAGIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL.**

**Autor(es):**

*Debora Maria Oliveira da Silva: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O serviço social, conforme a lei federal nº8662/1993 (reformulada da lei federal nº3252/1957) dispõe de sua legalidade ao requerer diploma de graduação em serviço social, em ensino superior reconhecido pelo país e pelo MEC, assim como presa de suas diretrizes no campo de atuação em consonância a suas competências e atribuições privativas, como apresenta o CFESS nº493/06 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, dispostos no art.1 ao art.7 na qual descreve qualquer violação dos mesmos. Nisso em observação feita mediante estágio supervisionado no Núcleo de prática jurídica Djalma marinho NPJ da referida instituição UNI-RN foi possível identificar a importância do fazer profissional do assistente social junto ao Núcleo de Prática Jurídica, visto que a escuta qualificada se faz primordial no atendimento com o usuário, assim como o acolhimento, orientações, encaminhamentos e a própria mediação entre a causa e o usuário. Com objetivo de informar aos demais profissionais as particularidades do fazer profissional do assistente social junto ao Núcleo de prática jurídica; esclarecer para ambos o que o serviço social faz dentro do NPJ; e contribuir de forma ética conforme as diretrizes do CFESS e do CRESS no local de atuação, para melhor desenvolvimento e aprendizado profissional diante das circunstâncias.

**(Metodologia)** Utilizamos o espaço do núcleo de prática jurídica do UNI-RN como recorte espacial da intervenção na entrega de folder e de apresentação oral sobre o material distribuído, destacando as leis que regem a profissão, como direitos, deveres e contribuições pertinentes do curso de direito para com nosso fazer profissional.

**(Resultados)** obteve-se um resultado satisfatório, onde tudo ocorreu como esperado, e levando em consideração a nossa intervenção e persistência, o núcleo passou por algumas reformas no qual foi construído algumas salas, aumentaram o número de cabines para o atendimento jurídico, inclusive a sala de triagem que antes era uma cabine com o teto aberto, no qual ocasionava certo constrangimento para nós estagiário, como também para o usuário em si, e hoje apresenta perfeitas condições de atuação, conforme as leis vigentes no código de ética profissional do Serviço Social.

**(Conclusão)** Portanto, faz-se necessária a publicização das condições de trabalho regulamentada na resolução do CFESS nº 493/06 sobre o profissional e o estagiário de serviço social, assim como sua atuação primordial do NPJ, e com isso a construção de folders é fundamental para socialização entre os cursos inseridos no NPJ, afim de todos conhecerem junto conosco a nossa profissão, dando-lhe a ela o reconhecimento no seu local de trabalho.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, publicização, Núcleo de Prática Jurídica, intervenção.

**SUSTENTABILIDADE: O DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES SOCIAL, ÉTICA, AMBIENTAL, ECONÔMICA E JURÍDICO-POLÍTICO TENDO COMO BASE A FAMÍLIA.**

**Autor(es):**

*Raquel Kaliupe Silva de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Raphaela Silva da Costa: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Magnayara Celiane Rodrigues da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Clarisse Silva da Costa: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Iara Tenorio da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na década de 1970 o meio ambiente ainda era ecologicamente equilibrado entre os recursos utilizados e a biocapacidade do planeta, ou seja, a habilidade de continuar produzindo recursos naturais que são consumidos pela população de um determinado local. Tal circunstância levou ao dia da sobrecarga da Terra sendo esse, o momento em que a demanda anual da humanidade em relação à natureza ultrapassa a capacidade de renovação dos ecossistemas terrestres. Essa problemática é refletida no Brasil uma vez que, cerca de R\$ 3 bilhões por ano são perdidos ao não aproveitar os resíduos sólidos gerados, segundo o site Agência Brasil ([agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br)) no ano de 2018. Tendo em vista tal apreciação, o presente artigo objetiva propor a análise fundamental que existe nos diversos fatores, os quais contribuem para essa grave realidade como por exemplo o social, econômico, ético, ambiental, jurídico-político e a família, sendo este último com uma forte influência pois, exerce sobre o ser em formação a distribuição de saberes e de uma sociedade sustentável.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi um tipo de pesquisa bibliográfica qualitativa, explorando o tema de sustentabilidade em dimensões distintas, realizada em setembro deste decorrente ano, com o embasamento no livro de sociedade, meio ambiente e sustentabilidade dos organizadores Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza e Charles Alexandre Armado, que teve como critérios o papel da família na construção de uma sociedade mais sustentável e consciente com o meio ambiente em suas mais diversas dimensões sociais

**(Resultados)** Em referência a esse fato, observou-se que a família é como uma instituição cuidadora responsável não só pela transmissão da genética mais também, pela transmissão de valores. As condutas que os adultos têm hoje, elas podem ser reflexivas a dos pais. Além disso, os espaços de convivência ou troca de experiência determinam quem somos e com a pedagogia do amor faz com que os seres humanos tenham uma aliança de cuidado com o meio ambiente e assim superando todos os riscos insustentáveis da vida. Além disso, os espaços de convivência ou troca de experiência determina quem somos e com a pedagogia do amor faz com os seres humanos tenham uma aliança de cuidado com o meio ambiente e assim superando todos os riscos insustentáveis da vida.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que a família é a base de ponto de partida para hábitos mais sustentáveis formando adultos mais conscientes de sua responsabilidade com as próximas gerações. Diante disto, é notório que uma educação sustentável vai além do âmbito escolar, pois, a família também tem um papel de educador que vai além do moral. Tendo a família um papel protagonista na vida desse sujeito social, desenvolvendo valores e costumes, dentro desses também, sustentáveis ou (in)sustentáveis. Somos sujeitos sociais criados para viver em grupos e não educados para respeitá-los, sendo assim, a família possibilita o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no meio ambiente.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade. Família. Meio ambiente. Sociedade sustentável.

## UMA ANÁLISE DA TERAPIA COMUNITÁRIA APLICADA NAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI RN

**Autor(es):**

*Brenda Lorys da Costa Capasso: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o presente estudo, procura-se compreender se é possível pensar a prática do assistente social, enquanto técnico comunitário, dentro da perspectiva do projeto ético-político da profissão, através da ideia de liberdade, no sentido de localizar uma prática profissional guiada pelo uso do saber-poder de forma que este possibilite pensar sobre a resistência que o habita e que tenha encontrado em si um compromisso com o saber por meio do exercício da reflexão e do questionamento (PAGANO, 2011). Utilizaremos a Terapia Comunitária Integrativa Sistêmica (TCI), como laboratório de nossa pesquisa nas Clínicas Integradas do Centro Universitário Do Rio Grande Do Norte, propondo a reflexão das ações de integração entre o serviço social e os acompanhantes dos usuários, na construção de valores essenciais, a uma atmosfera de garantia de direitos idealizada pela instituição. Sob este viés, a terapia comunitária tem como objetivo principal reunir e expor conflitos e situações em comum que os acompanhantes dos pacientes vivem, dificultando seu dia-dia e o tornando desgastante, a terapia desta forma, tem o papel de apoiar e criar novas expectativas e perspectivas diante de uma realidade complicada, resgatando assim sua identidade, autoestima e fortalecendo a rede social.

**(Metodologia)** A princípio a análise será através da metodologia de pesquisa exploratória, contando com dados qualitativos e quantitativos para melhor identificar o progresso do projeto de qual público terá se trabalhado dentro da terapia, utilizando como fonte de conhecimento, material bibliográfico. Haverá separação do público de acordo com suas especificidades, para melhor identificar os processos que ocorreram durante a implementação da Terapia Comunitária. “A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação” (FERRARI, 1974, p.8)

**(Resultados)** Como a autora Pagano observa em sua obra tendo como um de seus eixos teóricos o pensamento de Paulo Freire e pautada pelo preceito de horizontalidade das relações grupais, a TC nas Clínicas Integradas pôde contribuir para a redefinição da prática médica, através da valorização dos saberes e práticas dos sujeitos usualmente desconsiderados devido à sua origem popular. Essa metodologia de trabalho com grupos possibilitou aos profissionais problematizarem vivências, compartilharem iniciativas de enfrentamento e buscarem entendimento das raízes das questões sociais, aproximando-se essa atuação diferenciada do enfoque transdisciplinar, caracterizado pela valorização das qualidades pessoais, valores, tradições culturais, emoções, conhecimentos, treino e experiência de vida, como atributos valiosos para o funcionamento do grupo.

**(Conclusão)** Os acompanhantes dos pacientes nas clínicas integradas ganhando este espaço para exposição dos seus obstáculos diários nos mostrará explicitamente a partir de onde há a perda de cidadania que trazem consigo, promovendo a estes também reflexão pessoal e crítica sob a ótica do sistema que vivemos e como proceder para assegurar seus direitos, além da própria instituição de se trabalhar com as fragilidades de grupos específicos, o fortalecendo e implementando outras ferramentas para atenção com cada vez mais eficácia através do acolhimento e humanização, mediante a identificação das possibilidades de intervir nas mais diversas questões sempre sob a perspectiva de assisti-los no que cabe ao serviço social. A terapia vem a tratar de todos esses pontos de uma forma lúdica, leve, diferente dos meios comuns em que apenas é colocadas atividades para se desenvolver, ocupando sua mente por alguns minutos, mas sem tratar do problema real que está dentro de si, suas inquietações, limitações, estresse, necessidades, e que ao longo do tempo acarreta prejuízos quando não exposto e conversado, conduzindo à “muletas psicológicas” como por exemplo, a dependência química, acarretando a desestrutura familiar, o desenvolvimento de transtornos, síndromes e por conseguinte o agravamento da questão social em todos seus aspectos.

**Palavras-Chave:** Terapia comunitária. Serviço Social. Acompanhantes e Terapia.

## UMA ANÁLISE DO FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI RN

**Autor(es):**

*Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): O Serviço Social na saúde encontra-se inserido no desmonte dessa política pública fazendo frente a complexidade da questão social posta na atualidade. Dessa forma o presente projeto de TCC busca analisar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas Clínicas Integradas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Tendo como base o projeto de intervenção desenvolvido no período de 2018.1. Acerca dessa realidade indaga-se: qual o papel do serviço social nas Clínicas Integradas? O que o serviço social poderá fazer junto a Instituição para garantia de direitos dos seus usuários? Considerando a atuação do serviço social nas Clínicas Integradas sendo operador de direito e comprometido com as classes minoritárias na garantia de assistência e operacionalizando atuando na questão social. Garantindo ao usuário toda a informação dos seus direitos prestada por uma instituição governamental ou privada, é o primeiro passo para sua conscientização levando-o ao empoderamento e, dessa forma, a efetivação dessas políticas públicas. Como metodologia exploratória, objetivando conhecer os fatores que nos leva a essa incógnita, utilizamos visitas na UBS do bairro a ser investigado, palestras e materiais educativos com informações pertinentes como banners, cartazes, revistas em quadrinhos propagando os serviços oferecidos pelas Clínicas Integradas do UNI-RN. Como metodologia utilizamos foi a pesquisa exploratória objetivando conhecer o tema proposto, a revisão bibliográfica para análise dos principais autores na referida temática. Segundo Gil (2010, p.26) “os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores. Os mais importantes são: os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais”. Sendo assim, foi analisado nesse artigo o projeto de intervenção realizado no período de 2017.2 a 2018.1 nas Clínicas Integradas do UNI RN que visava publicização do fazer profissional do serviço social.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA):O presente artigo foi desenvolvido com um conjunto de técnicas que visam alcançar os objetivos propostos no projeto de TCC durante o semestre de 2018.1 foi utilizada como metodologia para análise destes, a pesquisa exploratória que visa conhecer o objeto selecionado e explorar o tema abordado. Segundo Gil (2010, p.26) “os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores. Os mais importantes são: os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais”. Foi utilizada revisão bibliográfica com vistas a reunir as principais obras sobre o tema, com uma análise de fontes primárias e secundárias abordando a atuação do Assistente/Social dentro do Âmbito Institucional na área da saúde pública ou privada. Portanto, foi analisado nesse artigo o projeto de intervenção realizado no período de 2017.2 a 2018.1 nas Clínicas Integradas do UNI RN que visava publicização do fazer profissional do serviço social.

**(Resultados)** RESULTADOS: > percebeu-se através do estudo que permanecem ainda a burocratização do serviço; > O serviço social ainda precisa de publicização no seu fazer para que as demandas que cheguem ao setor sejam demandas referentes a demandas privativas do serviço social.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Podemos concluir que é de extrema importância que o assistente social esteja acompanhado de uma equipe multidisciplinar capacitada tendo um olhar individualizado e assim obtém-se maiores resultados dentro da instituição a qual está inserido e com objetivos ousados que levem o público alvo a exigirem seus direitos sendo os mesmos autores dessa mudança no âmbito de atuação profissional.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS- CHAVE: Clínicas Integradas. Serviço Social. Publicização. Bairro de Mãe Luiza

## **VIOLÊNCIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL CONTRA O IDOSO NO ÂMBITO FAMILIAR**

**Autor(es):**

*Maria Aparecida Ricardo da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este artigo aborda a Violência Financeira e Patrimonial Contra a Pessoa Idosa no Âmbito Familiar, que tem como definição uma prática ilícita realizada por familiares, profissionais e instituições privadas. Assunto este, que vem se apresentando e se agravando cada vez mais nos dias atuais. Pensando na violação dos direitos desse grupo, o presente artigo identifica os dados nacionais sobre a prática da Violência Financeira e Patrimonial contra a pessoa idosa. Busca também saber quais são as medidas protetivas e os atuais desafios existentes para garantir os direitos da pessoa idosa. Tendo em vista a importância e a contribuição do idoso para nossa sociedade é inaceitável qualquer tipo de violência que estes venham a sofrer. Eles são geradores de relações, são pontes entre uma geração e outra, onde seu conhecimento, sua experiência e sabedoria são um legado para os jovens. Diante do contexto citado, a pesquisa traz a seguinte questão: Como se caracteriza a violência financeira e patrimonial contra o idoso?

**(Metodologia)** Este estudo promoveu uma pesquisa exploratória na qual foi feito inicialmente um levantamento bibliográfico, realizado através de estudos impressos e eletrônicos relacionados ao tema abordado. Além, de uma pesquisa documental junto às leis relativas à proteção do idoso. Para o procedimento da pesquisa, foi selecionada uma abordagem qualitativa e quantitativa, na perspectiva de auferir ao trabalho a uma quantidade maior de dados para embasar o seu desenvolvimento.

**(Resultados)** Devido ao envelhecimento populacional no Brasil e da consequência da queda da fecundidade e da mortalidade. Foi, identificado que a expectativa de vida do idoso em 1980, era, em média, de apenas 62 anos, atualmente, é de pouco mais de 73 e em 2030, estará próxima de 80 anos. Por essa razão, tem amplificado a caracterização da violência financeira e patrimonial contra o idoso, que tem como definição uma prática ilícita, é compreendido como uso não consentido dos recursos financeiros, posse, fraude de bens, valores, pertences, documentos, patrimônios, ações ou omissões que prejudiquem o direito e a liberdade da vítima.

**(Conclusão)** Mediante leituras e análises, conseguimos desenvolver durante o trabalho uma visão muito mais ampla e crítica sobre os direitos e deveres da Pessoa Idosa, ampliando ainda mais nosso conhecimento com relação a esse segmento tão importante, mas que muitas vezes é excluído pela sociedade. Constatou-se, portanto, através das pesquisas realizadas, que a prática desse crime não é somente intencional ou premeditada. Este abuso não necessariamente acontece por vontade da família, na verdade está intimamente ligada a vulnerabilidade em que se encontram algumas famílias, por não ter outra renda, por falta de emprego, de suporte da rede de atendimento e pela ausência do Estado, ficando assim, o idoso responsável por todo orçamento familiar. Por fim, o estudo foi de grande relevância para conhecermos a importância da família no processo de envelhecimento desse grupo, e os tipos de violência praticados em especial a Violência Financeira e Patrimonial contra o Idoso no Âmbito Familiar.

**Palavras-Chave:** Idoso; Violência Financeira

**“SAÚDE DO BEM”: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL.**

**Autor(es):**

*Raquel Kaliupe Silva de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Magnayara Celiane Rodrigues da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Clarisse Silva da Costa: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Iara Tenorio da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*  
*Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Rio Grande do Norte (RN) é o estado da região nordeste do Brasil com o maior índice de pessoas acima do peso, segundo pesquisa divulgada pelo jornal Tribuna do Norte no ano de 2015 (<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn>). Os dados do estudo revelam que 58,3% dos norte rio-grandenses têm excesso de peso e sentem dificuldades no que se refere ao acesso à alimentações diferenciadas e saudáveis. Segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2015, 41% das crianças e adolescentes sofrem com o bullying escolar. Nesse sentido, este trabalho objetiva propor a análise de desenvolvimento de uma organização do terceiro setor, sem fins lucrativos, destinada à pessoas de baixa renda que sofrem com o bullying por excesso de peso dentro da escola ou comunidade. A Organização Não Governamental (ONG) “Saúde do Bem” visará atender crianças, adolescentes e adultos de qualquer idade e ambos os sexos, que estejam em situação de risco psicológico desencadeado pela pressão e incômodo que sentem ao se inserirem na sociedade, a qual impõe um padrão – que exige uma formalidade, regra ou modelo pelo meio que vivemos – tendo assim, como consequência, a exclusão desses sujeitos no âmbito social.

**(Metodologia)** A pesquisa é qualitativa, uma vez que identifica hipóteses em problemas. A metodologia foi baseada na realização de uma pesquisa do tipo bibliográfica, explorando o tema “terceiro setor” no enfoque da criação de uma organização sem fins lucrativos, realizada no período de julho de 2018. Os critérios são de inclusão e acompanhamento especializado visando assim, incluir os usuários do projeto na sociedade sem restrições e com o bem-estar elevado.

**(Resultados)** Os resultados deste trabalho evidenciam os benefícios sociais advindos da proposta de desenvolvimento desta organização embasada na busca ativa de pontos estratégicos, ofertando acompanhamentos específicos, como psicológico, social, nutricional e de educação física, preparando o indivíduo para iniciar uma nova rotina, inserindo-o na sociedade em que vive, evitando assim, que seja excluído e que os mesmos saibam lidar com a situação e orientar os demais para que o índice de bullying não cresça.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que o desenvolvimento da ONG “Saúde do Bem” beneficiará o seu público alvo, o qual necessita de serviços que proporcionem uma melhoria na sua qualidade de vida. Dentre tais atividades, pode ser ressaltada a orientação nutricional em busca de hábitos de alimentação saudável. O intuito é evitar o elevado consumo de alimentos industrializados e carboidratos, os quais são facilmente encontrados na cesta básica e adotar uma maior ingestão de frutas e verduras, ainda que estas não façam parte do cardápio habitual de muitos. Há ainda o estímulo à inserção de atividades físicas periódicas à rotina dos beneficiados. Os cuidados com o lar e a atenção dedicada aos filhos potencializam a dificuldade de perda de peso por parte de muitas mulheres cujo tempo destinado à prática de atividades físicas chegam a ser nulo.

**Palavras-Chave:** Organização não governamental. Bem estar. Vulnerabilidade social. Bullying.



## Pós Graduação Direito







**A CONCILIAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE MÚLTIPLAS PORTAS DE ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A EFETIVIDADE NO MUTIRÃO FEBRABAN**

**Autor(es):**

*Núbia de Souza Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo visa perfazer uma reflexão crítica acerca do instituto da conciliação como forma de acesso à justiça, questionando a efetividade desse instrumento como tutela da prestação jurisdicional no mutirão FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), ocorrido nos dias: 09, 10, 14, 15 e 16/08/2017. O processo histórico e social que envolve a problemática do acesso à justiça no Brasil aponta para a desigualdade econômica, política e cultural do país. Foi necessário desenvolver paradigmas, pois o número crescente de conflitos conduziu o sistema jurídico pátrio à aplicabilidade de vários instrumentos, dentre eles a conciliação como forma adequada de tratamento de conflitos, sobretudo nas relações consumeristas. A presente análise objetivou demonstrar uma reflexão acerca da possibilidade de acesso à justiça através da conciliação e a sua efetividade por autocomposição. Tomou-se como estudo de caso do mutirão FEBRABAN, tendo por base o sistema de múltiplas portas que faz parte das políticas públicas do judiciário.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório, tendo como procedimentos auxiliares o estudo de caso e o levantamento bibliográfico. Verificou-se o número de audiências designadas e as realmente efetivadas. Observou-se o número de acordos homologados. O método de abordagem usado foi o indutivo. Para tanto, foram analisadas todas as atas das audiências realizadas no mutirão da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte sob a administração do NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) realizado no CEJUSC (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) no Complexo Jalles Costa.

**(Resultados)** Partindo-se da premissa de que a conciliação trata-se um meio adequado de tratamento de conflitos no contexto das políticas Públicas do poder Judiciário, instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça, da análise dos dados coletados, evidenciou-se os seguintes resultados: nos dias pesquisados foram designadas 245 (100%) audiências designadas de processos em trâmites, realizadas com diversos Bancos no polo passivo, para revisional de cláusulas contratuais. Destas, 120 (48,98%) audiências não foram realizadas (48,98%) por falta de comparecimento de uma das partes e um montante de 05 (2,04 %) sem comparecimento de ambas as partes. Das 120 audiências realizadas, 73 (29,8%) não obtiveram acordo e 47 (19,18%) com acordo homologado. Quanto à demonstração dos dados em relação aos acordos homologados, levou-se em conta a certidão ou o alvará para execução da dívida e o arquivamento do processo.

**(Conclusão)** Da análise foi possível observar que das 245 (100%) audiências designadas para o mutirão a cultura da sentença foi reforçada como regra no Brasil. Muito embora o mutirão aponte, percentualmente, para a falta de efetividade é significativa a ausência de comparecimento dos requerentes com seus respectivos advogados. Caso estivessem presentes, o número de acordos poderia ter sido expressivo, sobretudo por se tratar de demandas que envolva uma parte hipossuficiente em que o conciliador faria esse equilíbrio. Essa ausência elevada agrega, ao judiciário, custos quantitativos e qualitativos com reflexos na efetividade. Quanto aos acordos homologados, todos foram executados, com expedição de alvará, certidão e arquivados, demonstrando que o acesso à justiça por meio da conciliação é viável se houver uma reflexão sobre o aspecto cultural da autocomposição.

**Palavras-Chave:** Conciliação, acesso á justiça, efetividade, Políticas Públicas

## DESVALORIZAÇÃO E MAUS TRATOS CONTRA IDOSOS

**Autor(es):**

*Kalina Clemens Fernandes de Lira Cunha: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aumento acelerado da expectativa de vida da população brasileira gerou modificações nas famílias, principalmente com a parte da população que compõe a terceira idade. Ampliou-se a população de idosos e cresceu também o número de agressões a esta população. Por isso, foram necessárias medidas para orientar a população quanto ao tratamento do idoso. Foi aprovado o Estatuto do Idoso, criadas delegacias especializadas e procuradoria do idoso, entre outros. Este trabalho analisará em que medida estes mecanismos jurídicos estão sendo eficazes para uma maior valorização dos idosos e a diminuição dos maus tratos. Este estudo utilizará métodos qualitativo e quantitativo analisando em específico a situação dos idosos. O estudo pretende demonstrar se os mecanismos jurídicos que possuímos atualmente estão garantindo a diminuição nos casos de maus tratos contra idosos, no seio familiar, nas casas de repouso e na sociedade como um todo.

**(Metodologia)** O objetivo deste trabalho é conscientizar sobre a realidade desumana que alguns dos nossos idosos vivem hoje e demonstra os instrumentos jurídicos existentes hoje para combater estes maus tratos, que ameniza estes problemas porem ainda não são suficiente, também tem o propósito de deixar claro o valor que estas pessoas representam em nossa vida. A presente pesquisa foi construída tanto pelo método quantitativo quanto qualitativo, com pesquisa de campo na Promotoria do Idoso na cidade do Natal- RN e na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso de Natal, com estudos de casos concretos, gráficos, além de livros, artigos e legislações. Estudos feitos com base em três casos concretos e trinta entrevistas com questionários.

**(Resultados)** O Estado brasileiro na tentativa de coibir e punir as agressões e amparar os idosos, aprovou o Estatuto do Idoso (lei nº10.741/03), que assegura direitos as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos), no RN foi criado delegacias especializadas, Disk Denuncia e a Promotoria do Idoso, entre outros, estes instrumentos amenizam os casos, porém está longe de ser uma solução. As denúncias ainda são poucas, devido à fragilidade e insegurança dos idosos, pois na maioria das vezes as agressões vêm de pessoas de confiança, como cuidadores e familiares, quem deveria ter o dever de cuidar.

**(Conclusão)** Os resultados do estudo evidenciaram maus tratos aos idosos e ainda uma pouca eficácia dos instrumentos jurídicos para a garantia de que os idosos de Natal sejam respeitados e consigam viver livres de maus tratos. Se faz imprescindível uma efetiva participação da sociedade e do Estado com conscientização para a realidade destes maus tratos e educação para os adultos, jovens e crianças, pois são os futuros idosos de nossa sociedade. Tenha certeza de que não querem ser tratados desta forma, devemos dar o devido valor aos nossos idosos, vivenciando e aprendendo com eles, tudo o que têm a nos oferecer, o que não é pouco, na realidade eles são verdadeiras enciclopédias vivas que podem nos retratar um passado melhor do que qualquer "livro" com suas experiências de vida.

**Palavras-Chave:** Palavras-chaves: Maus Tratos, Idoso, Instrumentos Jurídicos.

## OS EXPANSIVOS ABORTOS CLANDESTINOS FACE A LEGISLAÇÃO CONTIDA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Victória Oliveira Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jorge Mateus da Costa Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aborto, em consonância com o doutrinador brasileiro Carlos Roberto Gonçalves, significa: "interrupção da gravidez com ou sem a expulsão do feto, resultando na morte do nascituro". O conflito entre os poderes Legislativo e o Judiciário e o direito à liberdade da mulher são os temas do trabalho em voga, a partir da quantidade expressiva de procedimentos abortivos realizados, cerca de 1 milhão de abortos clandestinos no país por ano, e sendo amplamente difundido nas sociedades pós-modernas em virtude de contrapor os direitos da mulher, como a liberdade e sua integridade física e psíquica ao direito à vida do nascituro bem como a sua dignidade. Diante da relevância do exposto, propusemos um estudo mais aprofundado sobre as legislações à matéria do aborto, a sua ilegalidade no país e a quantidade massiva de práticas clandestinas realizadas, assim como seus impactos. O presente trabalho tem o escopo de tratar a relevância da discussão apresentada, e o seu estudo parte da análise da recorrência de tal procedimento, comparando como ele se apresenta nos ordenamentos jurídicos que modificaram suas legislações com uma tendência descriminalizante e regulamentadora do aborto a fim de oferecer soluções normativas à questão da saúde pública, direito ao próprio corpo, a liberdade e a vida.

**(Metodologia)** Serão utilizado os métodos de abordagem dialógico e transdisciplinar, buscando analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direito Penal e pelo Código Civil. Aplicamos os dados exposto pela Organização Mundial da Saúde, com o intuito de dá consistência do expressivo número de abortos clandestinos no país. É importante mencionar que, todo o aval teórico adquirido pela teoria geral do direito civil, bem como os elementos básicos da interpretação constitucional, os quais foram fundamentais para a pertinência ao tema.

**(Resultados)** Destarte, as jurisprudências refletem as mudanças de pensamento e pressões sociais, exigindo maior discussão sobre o tema por parte daqueles que legislam para uma possível reformulação das normas existentes, já que no Brasil, a legislação adota uma postura criminalizadora em função da teoria concepcionista elegida pelo Código Civil de 2002, sustentando a personalidade jurídica do nascituro desde a sua concepção. Em contrapartida, a prática é legalizada em mais de 50 países como França, Dinamarca, Inglaterra e Holanda. Nessas jurisdições, o aborto seguro é tratado como uma questão de saúde pública.

**(Conclusão)** Por fim, ressaltamos que alguns dos países citados como comparativos, a exemplo França e Dinamarca, tem legislação parecida com a brasileira no sentido de conferirem proteção e valorização dos direitos fundamentais em suas Cartas Magnas (Carta Magna da União Europeia). Assim sendo, a vida do nascituro simplesmente por existir deve ser tutelada pelo sistema legislativo, entretanto, estando destituída de qualquer preceito religioso. Ou seja, a vida humana do feto até a décima segunda semana de gestação – quando não apresenta consciência – é apenas uma pessoa em potencial. Então, o que se propõe é o aprendizado, por um direito comparado, em legislações que tratam a questão como tema de saúde pública e regulamentam a prática da liberdade feminina, da autonomia reprodutiva da mulher e sua privacidade e saúde.

**Palavras-Chave:** Aborto, direitos da gestante, saúde pública, código civil.